



Núcleo de Pesquisa Acadêmica | 2014/2015

16^o PAIC

Caderno de Iniciação Científica

Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus

Frei Guido Moacir Scheidt, ofm

Presidente

Jorge Apóstolos Siarcos

Diretor-Geral

FAC Centro Universitário

Frei Nelson José Hillesheim, ofm

Reitor da FAE Centro Universitário

Diretor-Geral da Faculdade FAE São José dos Pinhais

Everton Drohomerecki

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Régis Ferreira Negrão

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Cleonice Bastos Pompermayer

Diretora de *Campus*

Élcio Douglas Joaquim

Diretor Acadêmico da Faculdade FAE São José dos Pinhais

José Vicente B. de Mello Cordeiro

Diretor de Pós-Graduação

Samar Merheb Jordão

Ouvidoria

Paulo Roberto Araújo Cruz

Diretor de Relações Corporativas

Coordenadores de Cursos

Christiane Bischof dos Santos

Administração

Lucina Reitenbach Viana

Arquitetura e Urbanismo

Érico Eleutério da Luz

Ciências Contábeis

Solidia Elizabeth dos Santos

Ciências Econômicas

Randy Rachwal

Comunicação Social: Publicidade e Propaganda

Marco Antônio Regnier Pedrosa

Design

Karlo Messa Vettorazzi

Direito

Tiago Luis Haus

Engenharia Ambiental e Sanitária

Flávio Numata Junior

Engenharia de Produção; Engenharia Mecânica

Jairo Ferrandin

Filosofia

Rogério Tomaz

Letras

Nacib Mattar Júnior

Matemática

Joaquim Almeida Brasileiro

Negócios Internacionais

Silvia Juan Lozza

Pedagogia

Cristian Merli Finger

Psicologia

Maristela Ferreira de Andrade Gomes da Silva

Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão Comercial

Valter Pereira Francisco Filho

Tecnologia em Gestão Financeira

Jorge Wilson Michalowski

Tecnologia em Logística

Lucina Reitenbach

Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Produção Multimídia

Carlos Roberto Oliveira de Almeida Santos

Tecnologia em Sistemas para Internet

Coordenadores - Faculdade FAE São José dos Pinhais

Andrea Bier dos Serafim

Administração

Karlo Messa Vettorazzi

Direito

Élcio Douglas Joaquim

Tecnologia em Redes de Computadores

Núcleos e Departamentos

Nacib Mattar Junior

Núcleo de Admissão

Nelcy Terezinha Lubi Finck

Núcleo de Carreira Docente

Vera Fátima Dullius

Núcleo de Educação a Distância

Elaine Cristiane de Azevedo Pacheco

Núcleo de Empregabilidade

Carlos Roberto de Oliveira Almeida Santos

Núcleo de Extensão Universitária

Valter Pereira Francisco Filho

Núcleo de Inovação e Empreendedorismo

Dennys Robson Girardi

Núcleo de Legislação e Normas Educacionais

Cleonice Bastos Pompermayer

Núcleo de Pesquisa Acadêmica

José Zenildo Vidal Stanislawski

Núcleo de Registro e Controle Acadêmico

Areta Galat

Núcleo de Relações Internacionais

Edith Dias

Biblioteca – *Campus* Centro e Faculdade FAE São José dos Pinhais

Soraia Helena F. Almondes

Tatiana Novicki

Biblioteca – *Campus* Centro

Naiara Fernanda Johnsson

Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação – CPA

Rita de Cássia Marques Kleinke

Coordenadora da Pastoral Universitária

Coordenação Editorial

Cleonice Bastos Pompermayer

Editoração

Carolina Bontorin Ceccon (Revisão de Linguagem)

Cláudia Mara Ribas dos Santos (Revisão de Linguagem)

Luiz Henrique Bezerra (Revisão de Linguagem)

Nathasha Suelen Ramos de Saboredo (Revisão de Linguagem)

Edith Dias (Normalização)

Ana Maria Oleniki (Diagramação)

Débora Cristina Gipiela Kochani (Diagramação)

Evelyn Souza Alves (Diagramação)

Thais Suzue Ikuta (Diagramação)

Ticiane de Farias Pietro (Diagramação)

Maristela Ferreira de Andrade Gomes da Silva (Coordenação)

Capa

Editorial Design

Caderno de iniciação científica, n 1, 2000 -

Curitiba: FAE Centro Universitário. Núcleo de Pesquisa

Acadêmica. Programa de Apoio à Iniciação Científica, 2000 -

v. ii. 25cm

ISSN 1679-9828

1. Pesquisa. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento.

I. FAE Centro Universitário Franciscano. Núcleo de Pesquisa Acadêmica. Programa de Apoio à Iniciação Científica

CDD - 001

001.4

APRESENTAÇÃO

Considerando a tríade do Ensino Superior **Ensino, Pesquisa e Extensão**, a FAE Centro Universitário se sente honrada e agradecida em disponibilizar para a sociedade em geral e comunidade acadêmica o 16º Caderno de Iniciação Científica – referente aos anos de 2014/2015. A publicação é resultado do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC), promovido pela instituição que congrega criatividade, reflexões e esforços dos corpos docente e discente dos cursos de graduação da FAE.

Os temas e conteúdos apresentados representam, de uma forma conjunta, as preocupações que afloraram no ambiente acadêmico por meio dos questionamentos e necessidades percebidos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. A referência para as propostas das pesquisas deu-se em função das linhas de pesquisa norteadoras de cada curso. Atualmente, a FAE Centro Universitário desenvolve e compartilha áreas de conhecimento que se estendem às Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Letras. Essa diversidade poderá ser constatada e observada nos artigos que compõem os textos dispostos no caderno.

Inicialmente, apresentam-se os artigos cujos projetos são oriundos das linhas de pesquisa dos cursos de Administração, Economia, Negócios Internacionais e Ciências Contábeis. As pesquisas tratam de temas específicos, tendo como pano de fundo a busca de respostas sobre a gestão em ambientes regionais e empresariais. A área de Engenharia é representada por artigos focados na preocupação ambiental, considerando desastres naturais e seus impactos em áreas ou regiões habitadas; atividades empresariais reguladas pelos aspectos consumeristas e ambientais; desenvolvimento de um encarte de boas práticas na gestão de resíduos; e finaliza-se com um estudo cujo objetivo é aperfeiçoar uma tecnologia já existente na geração de energia elétrica a partir da compressão adiabática do ar comprimido.

Na sequência, tem-se a oportunidade de conhecer alguns artigos com seus respectivos resultados sobre um tema agregador acerca da educação e do ensino. Os artigos se estenderam desde abordagens de inclusão social, tecnologias educacionais, eventos escolares, políticas educacionais e condições do trabalho docente em ambiente hospitalar até a expressão gráfica no ensino de matemática das séries iniciais do ensino fundamental.

As linhas de pesquisa de Licenciatura em Letras são desenvolvidas em três artigos representativos na área de literatura e um na de linguística e tradução.

Contemplando o conhecimento da área de Direito, os artigos oriundos dessa área de pesquisa nos apresentam contribuições e reflexões sobre o direito processual brasileiro, administração pública, fiscalização dos contratos de concessão do serviço público e de saneamento e abuso de direito em tecnociência.

Os artigos da área de Psicologia nos trazem resultados sobre a percepção de acadêmicos de Psicologia relativa à qualidade de vida e saúde, processos de institucionalização da diferença *versus* o problema de identidade e sensorialidade e emoção e movimento psíquico na atuação profissional. Já o artigo sobre Ecofilosofia empresarial, que discorre sobre indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social, compõe os estudos vinculados a área de Filosofia.

Para finalizar esta publicação, o leitor ou pesquisador tem a oportunidade de contemplar os resultados de duas pesquisas direcionadas à compreensão da comunicação: a finalidade educacional em meio digital e soluções em planilhas eletrônicas para aplicações no ambiente corporativo.

Esperamos, ao final da leitura de cada um dos artigos aqui dispostos, ter levado ao leitor contribuições, suscitado reflexões, despertado interesse e, principalmente, modificado o olhar para os diversos temas na direção da construção do conhecimento para uma vida melhor.

Prof.^a Dr.^a Cleonice Bastos Pompermayer

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Acadêmica

SUMÁRIO



Bloco 1 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A QUALIDADE DA GESTÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES _____ 11

Raquel Woitke

Gustavo Nunes Mourão

GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: UM LEVANTAMENTO DOS DIRECIONADORES E BARREIRAS _____ 29

Fárida Aline Schenkel

Everton Drohomeretski

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS – O CASO FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO E FACHHOCHSHULE MÜNSTER 2005/2014 _____ 59

Francielle Stephany Rozzatti

Antoninho Caron

TRABALHO EM EQUIPE E GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CHÃO DE FÁBRICA NA INDÚSTRIA PARANAENSE _____ 75

Eduardo Luis Paixão Pereira

Gabriel Baggio Mendes

José Vicente Bandeira de Mello Cordeiro

PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO - PR _____ 107

Jéssica Brabo Machado

Valter Pereira Francisco Filho

O COMPORTAMENTO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARANAENSES FRENTE AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO _____ 123

Rafael Holtz Betiol

Luis André Wernecke Fumagalli

**IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO UTILIZADAS POR EMPRESAS
ESTADUAIS DE ECONOMIA MISTA NO SETOR DE INFRAESTRUTURA NO
SEGMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO _____ 149**

Diego Yanes Holtz

Richer de Andrade Matos

**OS IMPACTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
NO MUNICÍPIO DE CURITIBA _____ 163**

Bruno Aguiar Casagrande

Solidia Elizabeth dos Santos

**O EMPREENDEDORISMO NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR _____ 185**

Elaine Veloso Salles

Ricardo Lemes da Rosa

GESTÃO FISCAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ__ 205

Lorena Sibila Romano

Gustavo Nunes Mourão

A LIDERANÇA DE NÍVEL 5 NAS MAIORES EMPRESAS PRIVADAS BRASILEIRAS ____ 223

Alexandre Milléo Handar

Joslaine Chemim Duarte

**IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO UTILIZADAS POR EMPRESAS
ESTADUAIS DE ECONOMIA MISTA NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA _____ 239**

Cassiana Teza

Richer de Andrade Matos

Bloco 2 – ENGENHARIAS

**A INFLUÊNCIA DOS FENÔMENOS *EL NIÑO* E *LA NIÑA* NA PRECIPITAÇÃO E NA
OCORRÊNCIA DOS DESASTRES NATURAIS NA CIDADE DE CURITIBA-PR NOS ANOS
DE 2004 A 2013 _____ 257**

Amanda Marques Bitencourt

Adalberto Scortegagna

ATIVIDADES EMPRESARIAIS REGULADAS PELOS ASPECTOS CONSUMERISTAS E AMBIENTAIS: UMA DISCUSSÃO SOB O ENFOQUE DA SUSTENTABILIDADE _____ 269

Diego Arthur Igarashi Sanchez

Amanda Sawaya Novak

DESENVOLVIMENTO DE UM ENCARTE DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM GRANDES EVENTOS – ESTUDO DE CASO: COPA DO MUNDO FIFA 2014™ _____ 289

Nicolas Nastas

Rodrigo de Almeida

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DA COMPRESSÃO ADIABÁTICA DO AR COMPRIMIDO _____ 305

Eduardo Henrique dos Santos Rosa

Matheus Madalozo

Wilson José da Silva

Bloco 3 – EDUCAÇÃO

POBREZA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PROUNI E A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU _____ 333

Thaynara Luania Olba

Ana Maria Pereira Coelho Mendes

O USO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PELOS DOCENTES NA FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO _____ 355

Mauricio Soares

Silvia Iuan Lozza

EVENTOS ESCOLARES: PERFIL E CONHECIMENTOS TÉCNICOS DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS _____ 367

Franciele R. Camargo Dalmolin

Fabiana Kadota

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE EM AMBIENTE HOSPITALAR: A EXPERIÊNCIA DO HOSPITAL DO TRABALHADOR _____ 385

Anielly Aparecida Kops Galetto

Cinthya Vernizi Adachi de Menezes

A EXPRESSÃO GRÁFICA NO ENSINO DE MATEMÁTICA DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL _____ 405

Hemilee Pietchaki da Silva

Silvia Iuan Lozza

Heliza Colaço Góes

Bloco 4 – LETRAS

A IDENTIDADE CULTURAL NAS ADAPTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DE O GRANDE GATSBY _____ 421

Fabiana Passos de Melo

Verônica Daniel Kobs

RIR PARA NÃO CHORAR: O RETRATO CRÍTICO DA MULHER DE CLASSE MÉDIA NA CRÔNICA DE LUIS FERNANDO VERISSIMO _____ 435

Daniele Gaio Hoffmann

Luiz Rogério Camargo

RIR PARA NÃO CHORAR: O RETRATO CRÍTICO DA MORALIDADE DO HOMEM DE CLASSE MÉDIA NA CRÔNICA DE LUIS FERNANDO VERISSIMO _____ 457

Alan Leal de Mattos

Luiz Rogério Camargo

TERMINOLOGIA ESPECIALIZADA: UM ESTUDO BASEADO NA LINGUÍSTICA DE CORPUS _____ 475

Jane Marian

Bloco 5 – DIREITO

ABUSO DE DIREITO EM TECNOCIÊNCIA _____ 489

Silvio Forville Neto

Regis Tocach

A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO _____ 503

Andreia Azevedo de Lima Wada

Mayra de Souza Scremin

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA _____ 523

Sthefani Bruna Agner

Daniel Müller Martins

**ESTADO CONSTITUCIONAL E NEOPROCESSUALISMO: RECONSTRUÇÃO
DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO _____ 539**

Angela dos Prazeres

Karlo Messa Vettorazzi

Bloco 6 – PSICOLOGIA

**OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA *VERSUS*
O PROBLEMA DA IDENTIDADE _____ 555**

Fernanda Resende Motooka

Alexandra Arnold Rodrigues

**QUALIDADE DE VIDA (QV) E SAÚDE: A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS
DE PSICOLOGIA – FOCO NO DOMÍNIO PSICOLÓGICO _____ 571**

Letícia Sobanski

Giullia Paula Rinaldi

**QUALIDADE DE VIDA (QV) E SAÚDE – PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DE
PSICOLOGIA DA FAE _____ 587**

Franciele Heldeberg

Giullia Paula Rinaldi

**A LÓGICA OPRESSORA NAS INSTITUIÇÕES E O SOFRIMENTO PSÍQUICO
DE SEUS AGENTES _____ 603**

Fabio Julho Machinievszc

Alexandra Arnold Rodrigues

**SENSORIALIDADE, EMOÇÃO E MOVIMENTO PSÍQUICO NA ATUAÇÃO
PROFISSIONAL _____ 627**

Dariane Borges Machado

Ana Clarice Steinmetz de Faria

Bloco 7 – FILOSOFIA

ECOFILOSOFIA EMPRESARIAL (ECOFE): ANALISANDO INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL _____ 641

Maria Augusta Dias Peixoto

Léo Peruzzo

Bloco 8 – COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO

SOLUÇÕES EM PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA APLICAÇÕES NO AMBIENTE CORPORATIVO _____ 669

Fábio Tuoto Silva

Carlos Roberto Oliveira de Almeida Santos

CRIAÇÃO DE INTERFACE DIGITAL PARA RECURSO EDUCACIONAL ABERTO _____ 683

Karolyna Dawidziak Piazzetta

Raquel Pasternak Glitz Kowalski

A ANÁLISE DE CONTEÚDO EM PLATAFORMAS DE INTERAÇÃO ON-LINE: APLICAÇÃO COMPARATIVA ENTRE TWITTER E FACEBOOK _____ 701

Carlos Eduardo de Jesus Fernandes

Lucina Reitenbach Viana

A QUALIDADE DA GESTÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Raquel Woitke¹

Gustavo Nunes Mourão²

RESUMO

Este artigo se propõe a estudar a qualidade da gestão fiscal nos municípios paranaenses, pois a administração adequada dos recursos é essencial para melhor atender a população na prestação de serviços públicos. O objetivo da pesquisa é avaliar o desempenho da gestão fiscal dos municípios paranaenses, fazendo um comparativo do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) dos anos-base 2006 e 2011. O artigo inicia-se com as principais transformações ocorridas na administração pública brasileira nos últimos trinta anos, os desafios e potencialidades da gestão municipal e o embasamento teórico relativo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na sequência, explica-se a metodologia do IFGF e faz-se uma análise das finanças públicas no Paraná. Por fim, são apresentados os resultados, chegando-se à conclusão de que houve melhoria na gestão fiscal do ano de 2011 em relação ao ano de 2006, embora 60% dos municípios ainda apresente uma gestão fiscal em dificuldade ou crítica.

Palavras-chave: Gestão Fiscal. Paraná. Municípios. IFGF.

¹ Aluna do 8º período do curso de Ciências Contábeis da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: raquelwoitke@hotmail.com

² Mestre em Economia pela UEM. Professor Assistente da FAE Centro Universitário. E-mail: gustavo.mourao@fae.edu

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve por objetivo avaliar o desempenho fiscal dos municípios paranaenses com base no Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) entre os anos base de 2006 e 2011. Para atingir esse objetivo, foram apresentadas as principais transformações ocorridas na administração pública brasileira nos últimos trinta anos e o embasamento teórico relativo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que busca promover a transparência dos gastos públicos.

Na sequência, foi abordado o conceito, bem como a metodologia e os cinco indicadores envolvidos no cálculo do IFGF. Posteriormente, foi elaborado um panorama geral a respeito das finanças públicas dos municípios do Paraná e apresentado os resultados do IFGF 2013, relatando o desempenho fiscal dos municípios do Paraná no ano de 2011 em comparação ao ano de 2006.

A administração adequada dos recursos públicos é primordial para que os municípios possam melhor atender a população por meio dos serviços oferecidos. Assim, é importante avaliar a qualidade da Gestão Fiscal explorando da melhor forma possível as potencialidades e alocando os recursos disponíveis de forma a beneficiar todos os contribuintes.

O problema de pesquisa foi o de verificar qual é o desempenho fiscal dos municípios paranaenses segundo os critérios do IFGF. O objetivo geral foi avaliar o desempenho da gestão fiscal dos municípios paranaenses com base no IFGF, anos-base 2006 e 2011. Esse objetivo geral se desdobrou em três objetivos específicos, são eles: apresentar as principais transformações ocorridas na administração pública brasileira nos últimos trinta anos enfatizando os desafios da Gestão Fiscal dos municípios e a LRF; apresentar a metodologia e os critérios utilizados no cálculo do IFGF; e analisar a qualidade da gestão das finanças públicas dos municípios do Paraná, explicando a evolução dos resultados do IFGF 2011 em relação ao IFGF 2006 dos municípios paranaenses.

1 REVISÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão discutidas as principais transformações na administração pública brasileira das últimas décadas, os principais desafios e potencialidades à administração pública municipal, a LRF e o IFGE.

1.1 PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, a economia brasileira passou por uma grande crise econômica, em que a inflação tomou proporções extraordinárias e se tornou a principal vilã a ser combatida pelos gestores da política macroeconômica. Entre 1986 e 1990, houve diversas tentativas de estabilização da inflação que não obtiveram sucesso, como o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e o Plano Collor, pois deixavam de resolver a causa principal do problema, o déficit público.

Rodrigues e Bastos (2010, p. 3-4) discorrem sobre o déficit público durante a implantação do Plano Real:

Itamar Franco assume a presidência em 1993 e lança junto com sua equipe econômica o Plano Real. Além da preocupação com o componente inercial da inflação, que seria atacado com a indexação dos preços à URV e posterior reforma monetária, havia, como de hábito, destaque para a questão fiscal, só que com uma “novidade” teórica. Bacha (1994) para explicar a simultaneidade de um déficit público não tão elevado e uma inflação altíssima, ou seja, um equilíbrio inflacionário no lado errado da Curva de Laffer (ou a direita do ponto de máximo de receita do imposto inflacionário) recorre ao seguinte argumento: haveria um déficit potencial muito grande e que não se materializaria em virtude do efeito da inflação alta sobre a redução no gasto público. Seria este um efeito Oliveira-Tanzi às avessas, ou seja, os tributos cobrados pelo governo eram indexados e, com isso, arrecadados em seus valores reais, ao passo que as despesas eram denominadas em valores nominais e, dessa forma, do período de efetivação no orçamento até a sua execução decorria uma desvalorização do valor real, assim o governo teria um suposto ganho. Com isso, o déficit efetivo em um contexto não inflacionário seria “mascarado” pela alta inflação. O fim da inflação, *coeteris paribus*, teria como consequência a elevação automática do déficit público.

Com a implantação do Plano Real, a inflação começou a se estabilizar em virtude de algumas medidas adotadas pelo governo. De acordo com Carvalho e Lepikson (2006, p. 3-4), a estabilidade no início do Real se deve a “taxa de câmbio quase fixa (paridade unitária entre Real e Dólar), juros elevados, facilitação das importações (quedas das alíquotas), além da intensificação das privatizações e do processo de abertura econômica”.

Devido à crise russa e a situação frágil da economia brasileira, somada à contratação de um empréstimo bilionário do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998, foi lançado um programa de reestruturação fiscal para cumprir com as metas firmadas com o FMI: O Programa de Estabilidade Fiscal. Conforme retrata Rodrigues e Bastos (2010, p. 6-7), esse programa foi estruturado da seguinte forma:

[...] o governo propôs a execução do programa em duas frentes: uma que estaria relacionada à mudança estrutural; e outra de ação imediata, que serviria de ponte entre a situação atual e a situação após a reforma fiscal. No que se refere à ação imediata, foi criado o Plano de Ação 1999-2001 que estabeleceu uma trajetória do superávit primário ao longo dos três anos seguintes ao acordo com o Fundo [...] objetivando manter a relação dívida/PIB em 44%. Para tanto, adotou medidas de redução de despesas e aumento das receitas. Dessa forma, o segundo governo do presidente FHC foi marcado pela busca do superávit primário [...] que passou a ser a única meta da política fiscal.

No período de 1999 a 2002, a arrecadação aumentou muito em razão do crescimento extremamente significativo da carga tributária bruta após a crise externa e o acordo com o FMI.

Em 2003, mesmo com a entrada da oposição ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no governo, foram assumidos os contratos estabelecidos anteriormente, bem como o acordo de metas de inflação e de superávit primário. O novo ministro da fazenda divulgou o documento *Políticas econômicas e reformas estruturais* que responsabilizava o governo pela instabilidade macroeconômica e que relatava que precisariam realizar mais ajustes fiscais.

A partir do ano de 2006, aconteceu uma mudança na política de gastos públicos. A equipe do então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, elaborou o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), em 2007, que consistia em um programa de crescimento econômico que objetivava a realização de investimentos no prazo de quatro anos e tinha como principais instrumentos o investimento em infraestrutura do país, aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo. Nesse período, o desenvolvimento se deu principalmente nas receitas tributárias, sendo que, de 2006 para 2007, houve um aumento de 10% e, para 2008, o crescimento foi de 14% (RODRIGUES; BASTOS, 2010).

O cenário favorável da economia mudou com a crise financeira que eclodiu no final de 2008 e se estendeu ao longo de 2009. A taxa de crescimento do PIB diminuiu em proporção aos anos anteriores e, entre 2009 e 2011, o PIB desacelerou para a taxa média de 3,3% a.a. (NOVAIS et al., 2012).

Novais et al. (2012, p. 11) fazem uma síntese sobre a economia no ano de 2010:

[...] o desempenho da economia brasileira se destacou no cenário mundial pela contida recessão de 2009 (-0,9%) e pela intensa expansão observada em 2010 (+7,5%). Esse fato gerou certa “euforia” em relação à possibilidade de o Brasil dar um salto qualitativo no seu padrão de crescimento.

De acordo com o Informe Conjuntural da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (ECONOMIA BRASILEIRA, 2012), enquanto em 2011 a política fiscal teve um grande desempenho no controle inflacionário, redução de gastos e aumento das receitas, o ano de 2012 foi marcado por uma política fiscal de caráter expansionista, buscando conter a desaceleração da economia.

Em reportagem publicada na revista *Veja*, transcreve-se:

A economia brasileira cresceu 2,3% em 2013, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira. O Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre teve alta de 0,7% em relação ao terceiro – e de 1,9% ante o mesmo período do ano anterior. O número veio um pouco acima das expectativas de mercado, que apontavam para alta entre 2,1% e 2,2%. Para o número trimestral, as expectativas estavam entre 0,2% e 0,3%. A soma de toda a riqueza produzida pela economia do país em 2013 foi de 4,84 trilhões de reais. Desse total, o setor de serviços respondeu por 2,84 trilhões de reais, seguido por indústria (1,021 trilhão) e agropecuária (234,6 bilhões). O IBC-Br, indicador prévio do PIB, medido também pelo BC, havia apontado expansão de 2,57% em 2013 (ECONOMIA..., 2014).

Assim, o IBGE aponta aceleração econômica de 2013 em relação a 2012, ano em que o PIB cresceu menos de 1%, sendo que em 2014 o crescimento se manteve no mesmo patamar.

1.2 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA GESTÃO FISCAL MUNICIPAL

Um estudo da empresa de consultoria Macroplan Prospectiva, Estratégia e Gestão, apresentado em agosto de 2013, foi realizado nos 100 maiores municípios brasileiros, sendo estes constituídos por populações superiores a 250 mil habitantes no ano-base de 2011. O estudo buscou evidenciar quais eram os desafios da gestão municipal (DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL, 2013).

Nesse estudo, foram apresentadas as boas práticas utilizadas por alguns municípios, com o intuito de estimular e disseminar essas práticas na gestão profissional e orientada para resultados na Gestão Municipal. Dentre as potencialidades apresentadas, estão o desenvolvimento e implantação de processos e sistemas para elaboração e acompanhamento da execução orçamentária do município, em particular de seus

investimentos; treinamento e capacitação de funcionários; padronização e consistência dos documentos apresentados no portal da transparência municipal e a disponibilização de relatórios simplificados da execução orçamentária. Em relação à arrecadação e aos custos, Morelli et al. (2013, p. 152) destacam os seguintes desafios:

- Articulação entre o governo do estado e do município para realização de obras e prestação de serviços, reduzindo o desperdício de recursos com a superposição de ações;
- Criação de políticas de atração e retenção de empresas com consequente desenvolvimento econômico e aumento de arrecadação;
- Revisão e atualização dos cadastros de contribuintes do ISS e implantação de nota fiscal eletrônica; e
- Revisão de cadastro imobiliário e da planta de valores, permitindo maior arrecadação e justiça fiscal.

Assim, para tornar a Gestão Fiscal de cada Município mais eficiente, segundo Morelli et al. (2013), ainda é necessária uma série de reformas, visando resolver as distorções existentes.

1.3 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 101/2000, isto é, a LRF, houve um aumento na fiscalização das contas públicas, visando aprimorar o controle e a transparência dos gastos públicos.

O principal objetivo da LRF está no *caput* do art. 1º:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição (BRASIL, 2000).

A LRF é um mecanismo de fiscalização e transparência das contas públicas. Para isso, há alguns instrumentos preconizados pela Lei Complementar nº 101/2000, com amparo no art. 165 da CF/1988, para o planejamento dos gastos públicos:

- **Plano Plurianual (PPA)** – estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo governo no período de quatro anos.
- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** – estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração do orçamento, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

- **Lei Orçamentária Anual (LOA)** – estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. Ela estima as receitas e fixa as despesas do Governo para ano subsequente.

A LRF busca reforçar o papel da atividade de planejamento e, mais especificamente, a vinculação entre o planejamento e a execução do gasto público. Nascimento e Debus (2002, p. 20) explicam essa vinculação realizada pela Lei Complementar nº 101/2000. Para eles:

[...] o parágrafo único deste artigo 8º determina a vinculação de recursos à finalidade específica e em caráter exclusivo, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Neste caso concorre e, portanto, anula os efeitos da Lei 9.530, de 10/12/1997, que dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta. Já no art. 9º prevê-se a limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar as metas de resultado primário ou nominal estabelecidos para o exercício. Na redação original da LRF, essa limitação obrigava aos demais Poderes e ao Ministério Público, ficando o Executivo autorizado a limitar os respectivos repasses, caso os demais Poderes não efetuassem a limitação das suas despesas.

Artigo publicado no *site* do Tesouro Nacional (2015) sobre a LRF afirma que:

As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores. Entre seus itens está previsto que cada aumento de gasto precisa vir de uma fonte de financiamento correlata e os gestores precisam respeitar questões relativas ao fim de cada mandato, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis para seus sucessores.

Dessa forma, a LRF surge para assegurar a correta utilização dos recursos públicos, garantindo que estes sejam aplicados de acordo com o que foi previsto nos orçamentos e uma situação fiscal saudável para o gestor que ingressará no próximo mandato.

1.4 ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF)

O IFGF surgiu para auxiliar a gestão fiscal dos municípios, visando esclarecer para a população da melhor forma possível como são aplicados os tributos pagos e avaliando o desempenho dos municípios brasileiros com a publicação de um relatório fiscal de cada um deles, além de contribuir para a transparência e responsabilidade administrativa do governo.

A pontuação do IFGF varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1 for o índice, melhor a gestão fiscal do município no ano avaliado. Para facilitar a análise dos valores, a pontuação se divide em quatro conceitos:

- **Conceito A – Gestão de Excelência** – quando o resultado for superior a 0,8 pontos.
- **Conceito B – Boa Gestão** – quando o resultado estiver entre 0,6 e 0,8 pontos.
- **Conceito C – Gestão em Dificuldade** – quando o resultado estiver compreendido entre 0,4 e 0,6 pontos.
- **Conceito D – Gestão Crítica** – são classificados os resultados inferiores a 0,4 pontos.

A fonte de dados utilizada como referência para a mensuração do IFGF é o Finanças do Brasil (Finbra), que é consolidado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A STN divulga o índice anualmente, baseando-se nas informações orçamentárias e patrimoniais declaradas pelos próprios municípios. Esses dados publicados estão de acordo com a LRF, fornecendo os subsídios técnicos adequados para a pesquisa.

Os indicadores que são avaliados pelo IFGF são: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida, sendo que os quatro primeiros têm peso 22,5% e o último 10,0% no resultado do valor final do índice.

1.4.1 IFGF Receita própria

O IFGF Receita Própria considera o total de receitas geradas pelo município em relação à receita corrente líquida, permitindo a análise do grau de dependência das prefeituras dos repasses efetuados pelas esferas estadual e federal. Quanto maior for esse indicador, maior a autonomia do município.

Em razão da composição do sistema federativo estar baseada em transferências para atender as demandas na área da saúde e educação, o indicador já foi instituído considerando que a geração de receitas próprias deve ser equivalente à metade da receita corrente líquida municipal. Dessa forma, as prefeituras que não geram receita própria recebem 0,00, enquanto aquelas que geram a metade ou mais da receita líquida corrente recebem conceito 1,00 no IFGF Receita Própria.

1.4.2 IFGF Gastos com pessoal

O IFGF Gastos com Pessoal mede quanto as prefeituras gastam com pagamento de pessoal em relação à receita corrente líquida, visando mensurar o grau de rigidez do orçamento, uma vez que é o gasto com maior participação na despesa e que não pode ser reduzido em virtude dos valores das remunerações de servidores serem fixadas na lei.

A LRF dispõe que os municípios podem ter gastos com pessoal até o limite de 60% da receita corrente líquida, bem como a apresentação de relatórios trimestrais para acompanhamento e mecanismos de controle, para que sejam punidos caso as normas não sejam cumpridas.

A pontuação desse indicador adota dois parâmetros: 1) Utiliza a nota de corte de teto de 60% da receita líquida corrente; e 2) Considera o menor valor 30% da receita líquida corrente. Assim, se a prefeitura superar os 60% previstos em lei com gastos em pessoal, receberá 0,00 no indicador e, se registrar um percentual igual ou inferior, receberá 1,00. Quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento de recursos com folha de pagamento, melhorando o orçamento para execução de políticas públicas.

1.4.3 IFGF Investimentos

O IFGF Investimentos mede o total de investimentos em relação à receita corrente líquida, visando mensurar a parcela dos investimentos dos orçamentos municipais.

O indicador foi criado com uma nota de corte de 20% da receita líquida corrente. Assim, os municípios que investiram acima de 20% obtêm resultado 1,00 no IFGF Investimentos, considerando que, na leitura dos resultados, quanto mais perto de 1,00, maior a quantidade de investimentos realizados.

1.4.4 IFGF Liquidez

O IFGF Liquidez considera a relação entre o total de restos a pagar acumulados e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no próximo exercício, possibilitando analisar o endividamento das prefeituras e se há recursos para cobrir as despesas que estão sendo postergadas.

A LRF instituiu que, no último ano de mandato, o município deve possuir recursos suficientes para cobrir o montante dos restos a pagar, com a finalidade de evitar déficits e o endividamento dos entes federativos. O IFGF Liquidez foi elaborado

seguindo a legislação, ou seja, se possuir mais restos a pagar do que recursos para saná-los, o resultado será 0,00 no indicador e, quanto maior a liquidez, mais próximo de 1,00 será a pontuação.

1.4.5 IFGF Custo da dívida

O IFGF Custo da Dívida mensura o comprometimento dos recursos públicos no orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em outros exercícios, pois o crescimento dessas despesas reduz a quantidade de recursos livres para a prefeitura aplicar em outros programas do governo.

A LRF e a Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, estipularam que as dívidas consolidadas líquidas não poderão superar 120% das receitas correntes líquidas dos municípios a partir de 2016. Assim, o IFGF Custo da Dívida auxilia na análise do grau de comprometimento dos recursos com juros e amortizações, avaliando os municípios com valores compreendidos entre 0 e 1 e seguindo a lógica de que quanto menor o endividamento, mais próximo de 1,00 será o resultado.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de pesquisa bibliográfica e documental para apresentação das principais transformações ocorridas na administração pública nos últimos trinta anos, identificação do panorama geral das potencialidades e desafios da Gestão Fiscal nos municípios paranaenses e elaboração do embasamento teórico a respeito da LRF, bem como a apresentação da metodologia e dos critérios utilizados no cálculo do IFGF.

Na sequência, foram coletados os dados dos IFGF, anos 2006 e 2011, publicados no *site* do Sistema FIRJAN, para análise do desempenho dos municípios do Paraná, comparando o resultado do ano de 2006 e de 2011. Dentre os 399 municípios paranaenses, o IFGF 2011 analisou a situação de 393 municípios, pois Santa Cecília do Pavão, Salto do Itararé, Guaraqueçaba, Ribeirão do Pinhal, Cerro Azul e Araucária apresentavam inconsistências ou estavam com os dados indisponíveis na Secretaria do Tesouro Nacional. Já o IFGF 2006 analisou a situação de 397 municípios, pois Guaraqueçaba e Inajá não estavam com os dados disponíveis.

Para melhor explicar o desempenho da administração pública municipal no Paraná, foi realizada pesquisa exploratória documental a respeito das Finanças

Públicas do Paraná. Assim, é possível apresentar quais as prováveis razões do resultado apresentado no IFGE.

3 RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados da pesquisa, que estão divididos em duas subseções: finanças públicas no Paraná e a análise dos resultados do IFGE.

3.1 FINANÇAS PÚBLICAS NO PARANÁ

As receitas públicas administradas pelo Paraná possuem algumas particularidades. Suzuki Jr. (2010, p. 5), ao comentar sobre o tema, afirma que:

Em primeiro lugar, verifica-se que a representatividade do Paraná nas receitas tributárias do conjunto das unidades da Federação, o que não inclui as transferências intergovernamentais para as referidas esferas subnacionais, é inferior à participação regional no PIB brasileiro. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Estado respondeu por 5,4% do total dos impostos arrecadados pelos 27 entes federativos em 2008, abaixo do seu peso relativo de 5,9% no valor final dos bens e serviços produzidos pelo País, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Isso acontece devido à combinação de fatores econômicos com as diferenças apresentadas nas legislações de cada estado referentes a um mesmo tributo.

As limitações quanto às receitas tributárias são agravadas pela inexpressiva participação que o estado tem nas transferências realizadas pela União por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), conforme os critérios da legislação vigente. De acordo com o artigo publicado por Ribeiro (2013), esses critérios foram revistos pelo Senado em 2013, mas as mudanças efetuadas entrarão em vigor somente em 2016.

Os critérios utilizados têm por objetivo reduzir as desigualdades regionais, realizando uma partilha que favorece as regiões menos desenvolvidas. Entretanto, os dados utilizados para distribuição utilizando estatísticas regionais estão desatualizados. Assim, essa revisão dos parâmetros de divisão representa uma possibilidade de reduzir as distorções que vêm penalizando o Paraná, viabilizando o aumento da fatia de recursos transferidos pela União destinados ao Estado, garantindo um reforço fiscal e maior retorno econômico (SUZUKI JR., 2010).

Por outro lado, Lourenço (2014) informa que as “estatísticas do Banco Central (BC) permitem identificar um desenho fiscal e financeiro menos desconfortável do tesouro paranaense, contrariando alguns diagnósticos emitidos recentemente por parcela da comunidade política local”. De acordo com os dados publicados, até o final do terceiro trimestre de 2013, o superávit primário do Paraná correspondeu a 3,3% da arrecadação líquida, sendo que o Brasil teve 3,1%, São Paulo 5,4%, Santa Catarina 14,9% e déficit de 1,4% em Minas Gerais no mesmo período.

A dívida líquida do governo paranaense totalizou 14,8 bilhões nesse período, mantendo o montante semelhante ao de 2010 (14,7 bilhões), sendo a sexta maior do país. Como proporção da receita corrente líquida, o endividamento se torna menos preocupante, visto que o Paraná ocupa a nona posição no país com 61,5%. Se comparado a outros estados e a média nacional, o Paraná se encontra melhor que a média brasileira (78,4%). O volume da dívida estagnado e a relativa participação na receita significa que existe uma sangria de ingressos fiscais face aos encargos do endividamento, dando margem para novos financiamentos (LOURENÇO, 2014).

A deterioração das finanças públicas demonstra a particularidade estrutural desfavorável da contabilidade dos estados brasileiros que não foi solucionada na renegociação de passivos perante a União em meados de 1990. Lourenço (2014) afirma que:

Nem mesmo a instituição de regras rígidas para o gerenciamento financeiro dos diferentes governos, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), editada em maio de 2000, foi capaz de frear a ampliação da participação dos dispêndios com salários dos servidores, entre as unidades federativas brasileiras, o que, por decorrência, ocasionou retração da massa de recursos dirigida à cobertura de inversões em recuperação, modernização e aumento dos empreendimentos e serviços públicos.

No que se refere ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é composto por uma parcela de 22,5% da arrecadação do imposto de renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) repassado pelo Governo Federal aos municípios, este é distribuído de acordo com número de habitantes. Santana (2013) afirma que “alguns problemas comumente constatados é a disparidade constante nos valores de repasse de um período para outro, ou mesmo, de um mês para outro”.

Além da necessidade de um repasse de FPM mais justo, equânime e regular, outro problema enfrentado é quando o governo federal diminui o IPI, visando incentivar o consumo de determinados bens. Essa redução impacta na transferência dos recursos ao município, visto que a arrecadação sofre uma queda, prejudicando os municípios que sobrevivem basicamente desses repasses (SANTANA, 2013).

Komarcheski (2014) relata uma situação de descaso na aplicação do imposto predial e territorial urbano (IPTU) pelos municípios paranaenses:

No momento em que grandes municípios do país discutem a implantação do IPTU progressivo para combater imóveis vazios ou subutilizados, a maioria das cidades brasileiras e paranaenses ainda ignora ou subestima o imposto sobre imóveis e terrenos como mecanismo de planejamento urbano. [...] A arrecadação de IPTU só supera o repasse de IPVA em 46 dos 395 municípios do Paraná (11%) levantados pelo Tesouro Nacional (o estado tem 399 cidades). Em 165 deles, ou 40% dos casos, a cota-parte de IPVA é maior do que a soma do IPTU com o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Atos Intervivos (ITBI), os três tributos relativos à propriedade imobiliária.

Dessa forma, verifica-se outra falha na gestão fiscal da maioria dos municípios paranaenses. A receita obtida advinda de tributos municipais é uma fonte importante para a manutenção dos logradouros, limpeza e ordenamento urbano. A falta de revisão dos valores para a aplicação desses tributos, bem como deixar de arrecadar um montante que é devido, torna o município mais dependente financeiramente do governo estadual e federal e, por sua vez, limita os investimentos nas cidades.

3.2 ANÁLISE DO RESULTADO DO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF) NOS ANOS 2006 E 2011

De acordo com as informações do site do Sistema FIRJAN (2014), foi elaborada a TAB. 1, sobre o resultado do IFGF, com a quantidade de municípios que obtiveram conceito A, B, C e D, bem como o percentual que representam dentre os municípios avaliados por esse índice no período analisado.

TABELA 1 – Resultado do índice FIRJAN de gestão fiscal (IFGF)

Conceito	Resultado em 2006		Resultado em 2011	
	Quantidade de Municípios	Valor em Percentual (%)	Quantidade de Municípios	Valor em Percentual (%)
A - Gestão de Excelência	5	1,259446	5	1,272265
B - Boa Gestão	94	23,677582	139	35,368957
C - Gestão em Dificuldade	232	58,438287	210	53,435115
D - Gestão Crítica	66	16,624685	39	9,923664

FONTE: Os autores (2015, a partir de dados do Sistema FIRJAN, 2014)

Conforme a tabela apresentada, verificou-se que, no ano de 2006, 58,44% dos municípios obteve o conceito C, ou seja, 232 dos 397 municípios avaliados teve gestão em dificuldade. Na sequência, observou-se 23,68% dos municípios com boa gestão e 16,62% com gestão crítica. A maioria dos municípios paranaenses não atingiu 0,6 pontos, mantendo-se com conceito C e D, o que corresponde a 75% da amostra avaliada.

Comparando o ano de 2006 com o ano de 2011, houve melhora geral no desempenho da gestão fiscal dos municípios paranaenses, pois o percentual de gestão em dificuldade reduziu de 58,44% para 53,43% e de gestão crítica diminuiu de 16,62% para 9,92%, tendo como contrapartida o aumento de 23,68% para 35,37% na quantidade de municípios com conceito B – boa gestão. Mesmo com essa evolução no IFGF, dos 75% avaliados com conceito C e D em 2006, ainda permanece uma maioria de 60% do Estado com gestão em dificuldade ou crítica.

O município de Maringá, que apresentava uma pontuação de 0,6115 em 2006 no IFGF, ocupando a 82ª posição dentre os municípios paranaenses, passou a ocupar a 1ª posição, com melhor IFGF do Estado e pontuação de 0,8785.

Em contrapartida, o município de Entre Rios do Oeste, que ocupava a primeira posição no *ranking* paranaense, sofreu uma queda para 277ª posição do Estado. Isso se deve a uma grande redução nos indicadores de Receita Própria e Investimentos, passando de uma Gestão de Excelência para uma Gestão em Dificuldade.

Da mesma forma que o município de Entre Rios do Oeste, constatou-se que dos 249 municípios, correspondentes aos 60% do Estado com gestão em dificuldade ou crítica no ano base de 2011, 97,19% deles apresenta uma pontuação abaixo de 0,6 no indicador de Receita Própria, 79,92% no indicador de Investimentos e 47,80% no indicador de Liquidez.

A provável razão desse resultado deve-se ao fato da maioria dos municípios não ser autossuficiente nas arrecadações de tributos municipais, o que os torna dependentes dos repasses do governo estadual e federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios paranaenses possuem diversas formas de potencializar a gestão fiscal. Dentre elas, encontram-se a atualização das tabelas para cálculo do IPTU e do cadastro de contribuintes do ISS, bem como a criação de políticas de atração e retenção de empresas.

Com a entrada em vigor da LRF, os órgãos públicos alcançados por essa norma passaram a ser fiscalizados de forma mais rígida, buscando o maior controle dos gastos públicos. Por meio dos instrumentos de controle (PPA, LDO e LOA) da LRF, aumentaram as restrições orçamentárias, visando proteger a situação fiscal dos entes federativos, manter a saúde financeira e garantir a aplicação adequada dos recursos públicos.

De acordo com o Sistema FIRJAN (2012), ano base 2011, embora Maringá tenha o melhor IFCF do Estado e esteja em 12º no ranking nacional, cerca de 60% dos municípios paranaenses ainda têm uma gestão fiscal difícil ou crítica em relação ao resultado apresentado em 2006. Isso acontece devido ao alto custo da dívida e aos baixos investimentos.

Com a oscilação nos repasses de recursos federais e estaduais para os municípios, somada a falha na arrecadação de tributos municipais e a fraca administração dos recursos públicos, surge a necessidade de melhorias na gestão fiscal dos municípios, explorando melhor as potencialidades da economia de cada região e levantando os desafios a serem trabalhados em cada administração municipal.

REFERÊNCIAS

BRANCO, F. C. et. al. Mais um ano de baixo crescimento para a economia brasileira. **Informe Conjuntural**, Brasília, v. 28, n. 4, ed. esp. Economia brasileira, dez. 2012. Disponível em: <http://www.fiemt.com.br/arquivos/1090_economia_brasileira_2012.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2014.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%20101-2000?OpenDocument>. Acesso em: 17 abr. 2015.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/lei-de-responsabilidade-fiscal>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

_____. **Resolução nº 40**, de 20 de dezembro de 2001. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=221525>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

BURKHEAD, J. **Orçamento público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CARVALHO, E. F. de; LEPIKSON, J. A. P. **Uma revisão do histórico recente das políticas fiscal e monetária brasileiras**, 2006. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/artigos/Inflacao_Politica_Monetaria_e_Fiscal/2006/2006.10%20-%20Uma%20revis%C3%A3o%20do%20hist%C3%B3rico%20recente%20das%20pol%C3%ADticas%20fiscal%20e%20monet%C3%A1ria%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2014.

CORBARI, E. C. et al. **Os efeitos da Lei da Responsabilidade Fiscal no endividamento municipal**: uma análise de dados em painéis. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos92009/324.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL. **Desempenho da gestão pública das maiores cidades brasileiras**, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.macroplan.com.br/Documentos/EstudoMacroplan20131021163811.pdf>>. Acesso em: 4. dez. 2014.

ECONOMIA BRASILEIRA, v. 28, n. 4, dez. 2012. Disponível em: <http://www.fiemt.com.br/arquivos/1090_economia_brasileira_2012.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2014.

ECONOMIA brasileira surpreende no fim do ano e avança 2,3% em 2013. **Veja**, São Paulo, fev. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/economia-brasileira-surpreende-no-fim-do-ano-e-avanca-23-em-2013>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

GERICK, W.; CLEMENTE, A. Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 3, maio/jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000300009>. Acesso em: 16 nov. 2014.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOMARCHESKI, B. Cidades do Paraná subestimam o IPTU. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 set. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1497123&tit=Cidades-do-Parana-subestimam-o-IPTU>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LOURENÇO, G. M. Visão estrutural das finanças do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?id=1451113>>. Acesso em: 21 set. 2014.

MORELLI, G. et al. **Desafios da gestão municipal**: a gestão das grandes cidades brasileiras; resultados e prática. Disponível em: <<http://www.macroplan.com.br/Documentos/EstudoMacroplan20131021163811.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **Lei Complementar nº 101/2000**: entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. ed. atual. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2002. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

NOVAIS, L. F. et al. PIB do Brasil no Pós-crise de 2008: indústria perde espaço e mercado interno avança. **Boletim de Economia**, São Paulo, n. 13, mar. 2012. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim_economia_13_completo.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2014.

PEREIRA, J. M. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19177&Itemid=1>. Acesso em: 16 nov. 2014.

RIBEIRO, J. Senado aprova novos critérios para divisão do FPE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,senado-aprova-novos-criterios-para-divisao-do-fpe,1019435>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

ROCHA, C. A. A. **Dívida e dúvidas**: análise dos limites globais de endividamento de estados e municípios. Brasília: Senado Federal. Consultoria Legislativa do Senado Federal. 2007. (Textos para discussão n. 34). Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-34-dividas-e-duvidas-analise-dos-limites-globais-de-endividamento-de-estados-e-municipios>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

RODRIGUES, R de S; BASTOS, C. P. Análise recente das finanças públicas e da política fiscal do Brasil. Em: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 3., São Paulo. **Anais...** 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/49.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.

SANTANA, R. **Modalidade de repasse do FPM reduz possibilidade de uma gestão municipal eficiente**, ago. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/22488/modalidade-de-repasse-do-fpm-reduz-possibilidade-de-uma-gestao-municipal-eficiente#ixzz2RsrMXzWf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

SANTOLIN, R.; JAIME JR., F. G.; REIS, J. C. Lei de Responsabilidade Fiscal e implicações na despesa de pessoal e de investimento nos municípios mineiros: um estudo com dados em painel dinâmico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 4, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612009000400008&script=sci_arttext#back1>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SISTEMA FIRJAN. **FIRJAN**: quase 65% dos municípios do país têm situação fiscal boa ou excelente, 4 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC30FD0D40136227FDC486FF4.ht>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. **Índice FIRJAN de gestão fiscal**. Disponível em: <www.firjan.org.br/ifgf/consulta-ao-indice>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. **Índice Firjan de Gestão Fiscal**: IFGF Paraná – mais de 60% das cidades têm gestão fiscal difícil ou crítica. Disponível em: <<http://www.assessorpublico.com.br/gxpassessor/hgxpp001?5,102581,1414,O,P0,PAG;COND;1414;3;D;33975;1;PAG;MNU;E;116;26;MNU>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Índice Firjan de Gestão Fiscal**: Metodologia: n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC4061424F014141B81B560D53>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**: 2014 – Paraná tem 92% dos municípios na faixa de desenvolvimento alto ou moderado. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/destaques/estados/estados-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-6.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SUZUKI JR., J. T. As Finanças públicas e a base produtiva paranaense. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 32, n. 11-12, p. 5-7, nov./dez. 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_32_6b.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014

TORRES, H. da G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300009>. Acesso em: 16 nov. 2014.

GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: UM LEVANTAMENTO DOS DIRECIONADORES E BARREIRAS

Fárida Aline Schenkel¹
Everton Drohomeretski²

RESUMO

Palavras-chave: .

¹ Aluna do 6º período do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail:* faschenkel@gmail.com

² Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pela PUCPR. Pró-Reitor da FAE Centro Universitário e professor do curso de Engenharia de Produção da PUCPR. *E-mail:* everton.drohomeretski@fae.edu

INTRODUÇÃO

A cadeia de suprimentos, isto é, a Supply Chain (SC) tem várias definições, que juntas conseguem propor melhor seu significado prático. La Londe (1984) define o termo como um grupo de empresas que passa o fluxo de material adiante no processo e afirma que a cadeia de suprimentos é um alinhamento de empresas que fornecem produtos e serviços ao mercado, incluindo o consumidor final como parte integrante da cadeia.

Já Christopher e Towill (2002) definem a SC como uma rede de organizações envolvidas e conectadas em processos e atividades que agregam valor aos produtos e serviços fornecidos ao consumidor final. Para Mentzer (1993), a SC é um grupo formado por três ou mais entidades diretamente envolvidas no fluxo de produtos, serviços, finanças e informações de uma fonte base até o consumidor final.

Em resumo, SC pode ser definida como uma rede que envolve um grupo de organizações que buscam agregar valor e gerar fluxo contínuo em todas as etapas do processo, desde a origem em seus fornecedores primários, até a entrega em seus consumidores finais.

Uma vez definida a cadeia de suprimentos, o próximo passo é definir o gerenciamento dela (ou seja, *Supply Chain Management* – SCM). La Londe (1984) define o gerenciamento da SC como duas ou mais empresas em uma cadeia de suprimentos participando de uma parceria em longo prazo, desenvolvendo confiança, comprometimento e troca de informações. Já para Stevens (1989), gerenciar uma cadeia de suprimentos é sincronizar os processos, com objetivos em comum, visando sanar as necessidades dos consumidores, por meio de um fluxo contínuo de materiais.

Para Mentzer (1993), o gerenciamento da cadeia de suprimentos (SCM) é uma mescla entre teoria e prática. Passa por uma filosofia que permite a criação de uma mentalidade que visa agregar valor aos produtos e processos e atender às necessidades dos clientes. As empresas participantes da cadeia devem estar focadas em objetivos em comum, visando suprir as necessidades dos consumidores com metas e objetivos claros. Mentzer (1993) menciona que deve haver uma integração entre fornecedores e clientes, visando à criação de parcerias que sejam bem coordenadas e que visem um objetivo claro em comum.

Juntamente aos benefícios de SCM, deve-se reconhecer também os problemas ambientais e sociais. Cada vez mais as empresas são cobradas, seja por leis ou pela pressão da sociedade, a agirem de forma alinhada às propostas de desenvolvimento sustentável, podendo ser um fator diferencial dos negócios.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de SCM, o *Green Supply Chain Management* (GSCM) tem o mesmo objetivo, mas seu foco é agregar valor ao produto e processos pensando na diminuição a agressão ao meio ambiente.

Zhua, Sarkisb, Cordeiroc e Laid (2007) propõem que o GSCM é projetado para incorporar considerações ambientais na tomada de decisão em cada etapa da logística de entrada de gestão de materiais por todo o caminho até à fase de logística de distribuição de alienação pós-consumo e o conceito de “ciclo fechado da cadeia” da logística reversa. Para Bowen (2001), o processo conhecido como GSCM é uma maneira eficaz de os gestores da cadeia de suprimentos reduzirem os riscos ambientais e o desperdício, bem como aumentar a flexibilidade em resposta às novas exigências ambientais e demanda do cliente.

O GSCM surgiu como uma filosofia organizacional para ajudar as organizações e os seus parceiros a alcançarem seus objetivos, tais como lucro e participação de mercado, assim como reduzir os riscos e impactos ambientais e melhorar a eficiência ecológica (FIGUEIREDO; MAYERLE, 2008; KUIK, 2011; ZHU et al., 2008).

Com o crescimento da competitividade entre as empresas, percebe-se que muitas, para não perderem seu espaço no mercado, buscam formar parcerias com seus fornecedores, almejando, desse modo, criar uma cadeia de suprimentos forte. Sendo assim, é de responsabilidade da empresa focal tomar medidas de decisões para que os seus fornecedores se adequem aos padrões socioambientais.

De acordo com Droghmeretski (2011), os principais direcionadores à implantação do GSCM são compostos por três grandes grupos, divididos em: mercado; certificações e requerimentos legais; internos. Como **direcionadores de mercado**, o autor elenca alguns pontos, como a demanda por produtos com menor impacto ambiental e ações competitivas que direcionem a organização às práticas sustentáveis. Como **direcionadores legais e certificações** elenca o ISO 14001 e o cumprimento da legislação vigente já como principais **direcionadores internos** estão a redução de custos por práticas sustentáveis, a redução do desperdício interno, a redução dos problemas com consumidores, ações inovadoras e aumento da qualidade de produtos e serviços(DROHOMERETSKI, 2011).

Em relação às barreiras, Simpsom (2007) e Naini (2011), apresentam como os principais empecilhos para a adoção do GSCM o custo para a implantação e a falta de preparação dos fornecedores.

No artigo “Barreiras à implementação de produção mais limpa como prática de eco eficiência em pequenas e médias empresas no Estado do Rio de Janeiro”, de Rossi e Barata (2009), são apontadas as seguintes barreiras relacionadas a aspectos de

conhecimento, financeiros e gerenciais para a prática de uma produção mais limpa nas pequenas e médias empresas:

- **Barreiras de conhecimento:** A conscientização pública sobre o meio ambiente vem sendo bem ressaltada nos últimos tempos, mas ainda carece de mais estudos, publicações e educação para a população destacando a importância real de se utilizar produtos sustentáveis. A ausência de uma mentalidade comum entre toda a cadeia de suprimentos torna-se uma barreira importante para a prática de uma GSCM bem sucedida. Já para as empresas, falta infraestrutura, capacitação, especialização e treinamento para seus funcionários.
- **Barreiras financeiras:** O alto custo de capital inicial faz com que as empresas não busquem a transformação para uma empresa sustentável.
- **Barreiras gerenciais:** A prioridade de obtenção de lucros, a resistência e a falta de discernimento de alguns gestores sobre o assunto.

Com base na problemática mencionada, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual o impacto dos direcionadores e barreiras à implementação de uma gestão de cadeia de suprimentos sustentável de empresas paranaenses?**

1 OBJETIVOS

O presente projeto de pesquisa tem os seguintes objetivos, geral e específicos:

OBJETIVO GERAL

Realizar um levantamento do impacto dos principais direcionadores e barreiras na implementação de práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos de empresas paranaenses.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear a literatura relacionada aos direcionadores, motivações e barreiras do GSCM;
- Identificar e analisar os principais direcionadores do GSCM;
- Identificar e analisar as principais barreiras ao GSCM.

2 ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO

Uma questão importante na cadeia de suprimentos é sua gestão sustentável. O desenvolvimento de produtos ou processos ecológicos exige um esforço que na cadeia de suprimentos deve ser unificado, contando com a contribuição e empenho de todos os agentes da cadeia, seja à montante ou à jusante, e com o alinhamento estratégico para que as questões ambientais resultem em ganhos efetivos (GERRARD; KANDLIKAR, 2007; HERVANI et al., 2005; GOLD et al., 2010).

As ações realizadas na cadeia de suprimentos devem ter o menor impacto ambiental possível, tornando a cadeia *green* (GSCS). O GSCS tem como base a total integração da qualidade ambiental dos fornecedores e clientes em uma mesma perspectiva de negócios em toda a cadeia de suprimentos, conjunto de direções internas baseadas em uma visão de liderança, inovação tecnológica na cadeia de suprimentos alinhada com a preservação ambiental, efetividade nos custos, consciência na relação cliente-fornecedor para desenvolver uma plataforma voltada a sustentabilidade em uma perspectiva *top down* e cuidado na utilização de materiais no processo produtivo para evitar desperdícios (ZHU; COTE, 2004).

Nesta linha de integração, Brito e Bernardi (2010) realizaram um metaestudo com base em artigos empíricos publicados, com o objetivo de identificar se as estratégias socioambientais adotadas à gestão da cadeia de suprimentos geram vantagem competitiva. Os autores identificaram a necessidade de um relacionamento mais colaborativo para que as cadeias de suprimentos sejam sustentáveis, principalmente na inovação dos processos no desenvolvimento de produtos.

Verifica-se então que, para maior colaboração na cadeia de suprimentos, a fim de atingir metas ambientais, faz-se necessária a aplicação de uma série de ações. Além disso, demanda que sejam estabelecidas métricas para avaliar o desempenho das práticas do GSCS. Desta forma a cadeia de suprimentos pode ser ambientalmente sustentável.

O GSCS pode ser definido como a integração do pensamento ambiental em gerenciar a cadeia de suprimentos, incluindo o projeto do produto, seleção e aquisição de materiais, processo de manufatura, entrega do produto final ao consumidor, e a gestão do produto até o fim da sua vida útil (SRIVASTAVA, 2007). Para Zhu e Cote (2004), a essência do GSCS é integrar o fluxo de materiais e produto acabado de forma a reduzir o volume de resíduos.

Zhu e Sarkis (2006) identificaram que a adoção de Práticas GSCS para fabricantes chineses tiveram uma influência positiva significativa sobre o desempenho ambiental, econômico e organizacional dessas organizações.

Para Zhu et al. (2008), a implementação de práticas GSCS exige um maior grau de cooperação entre os parceiros logísticos na cadeia de suprimentos para alcançar as metas ambientais desejadas para os processos e produtos envolvidos.

Em um survey realizado na indústria têxtil de Taiwan, Wu et al. (2011) identificaram que a adoção das práticas do GSCM melhoram o desempenho da cadeia de suprimentos do setor estudado.

O envolvimento do governo gera um resultado efetivo na adoção das práticas dos GSCM na indústria têxtil. O capital social influencia diretamente na imagem da empresa e da marca. A pressão reguladora não tem nenhum efeito, moderando significativamente nas relações entre o envolvimento de governo e práticas de GSCM. Porém, para companhias sem certificação de proteção ambiental, se a pressão reguladora tem os efeitos, moderando nas relações entre os direcionadores de GSCM **[conclusão da frase?]**. Agressivamente, **[quem?]** cria tecnologia de inovação verde para alcançar vantagem competitiva sustentável.

As companhias têm que integrar com recursos internos e externos organizacionais para se ocupar de inovação verde, a extensão de qual não são limitados a fortalecer as capacidades de GSCM de companhia. **[quem?]** Faça uso do apoio alta administração, capital social e governamental para implementar práticas de GSCM.

Handfield et al. (1997) entrevistaram cinco gestores da área ambiental de indústrias americanas com o objetivo de propor uma estrutura com as práticas para o GSCM. Os autores identificaram como práticas para o GSCM a regulamentação climática, as iniciativas na manufatura e o projeto do produto. No entanto, Handfield et al. (1997) destacam que para o sucesso do GSCM devem ser atendidas as expectativas dos consumidores, além da necessidade da criação de estratégias ambientais com integração de todos os processos da cadeia de valor, envolvendo desde desenvolvimento do produto, obtenção, produção, montagem, embalagem, logística e distribuição.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O GSCM surgiu como uma filosofia organizacional para ajudar as organizações e seus parceiros alcançarem seus objetivos, tais como lucro e participação de mercado, reduzindo os riscos ambientais e melhorando a eficiência ecológica (FIGUEIREDO e MAYERLE, 2008; KUIK et al, 2011; ZHU et al., 2008). A GSCM visa confinar os resíduos dentro do sistema industrial, a fim de economizar energia e evitar a dissipação dos materiais perigosos para o meio ambiente (TORRES et al, 2004).

Alguns estudos alegam que as questões sociais são pouco exploradas na gestão da cadeia de suprimentos (Ashby, Leat, Hudson-Smith, 2012; Brito & Berardi, 2010; Carvalho & Barbieri, 2013; Dalé et al., 2011; Pagell & Wu, 2009; Seuring & Müller, 2008; Wu; Dunn; Forman, 2012) e apontam a necessidade de um conceito mais amplo, envolvendo efetivamente as três dimensões da sustentabilidade – econômica, ambiental e social – para que um desempenho mais sustentável possa ser atingido (Pagell & Wu, 2009). Surge, assim, o conceito de *Green Supply Chain Management* (GSCM), ou gestão da cadeia de suprimentos sustentável. (ALVES; NASCIMENTO, 2014, p. 3)

As pressões ambientais e sociais impostas sobre as empresas não são de responsabilidade exclusiva de uma organização, mas sim de todos os membros que compõem sua cadeia de suprimentos, pois todos precisam estar envolvidos no atendimento de uma cadeia de suprimentos sustentável que busca satisfazer as necessidades de seus clientes (JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION, 2008).

Nesta seção, é feita uma revisão bibliográfica sobre as barreiras e os direcionadores durante a implementação da GSCM.

3.1 BARREIRAS

As barreiras em uma cadeia de suprimentos sustentável são as dificuldades que as empresas encontram para implementar e controlar a GSCM. Segundo Ageron et al. (2011), os fatores organizacionais considerados como barreiras são a resistência da alta gerência e dos funcionários a mudanças, as questões financeiras, o tipo de negócio, a localização, o sistema de capacidade, a cultura organizacional, a configuração da rede de fornecimento, os custos, o desempenho dos objetivos e a gestão do conhecimento.

Não se sabe ao certo quais são as barreiras nas iniciativas chinesas, mas a falta de ferramentas necessárias, a competência de gestão e conhecimento, e, provavelmente, a falta de uma justificação econômica, em termos de desempenho, podem ser algumas barreiras encontradas (ZHU; GENG; SARKIS, 2004), mas, ao longo do tempo, Zhu e Sarkis (2007) constataram que as empresas que enfrentam maiores pressões regulatórias tendem a adotar GSCM mais rapidamente. Por sua vez, existem várias barreiras à implementação GSCM, entre elas podemos apontar para o custo de implementação e as barreiras tecnológicas (JALALI NAINI et al., 2011) e a qualificação de fornecedores (THUN; MULLER, 2010).

Covidan et al. (2013) concluíram que existem 47 barreiras iniciais para a implementação da GSCM na indústria indiana. O resultado dessa pesquisa mostra que a principal barreira é a falta de tecnologia, seguida de preocupações financeiras e conhecimento.

De acordo com a pesquisa de Drohomeretski, Costa e Lima (2014), as barreiras predominantes na indústria automobilística brasileira estão relacionadas ao custo inicial da efetivação da GCSM, à resistência dos fornecedores ao implementar determinada tecnologia limpa na produção e logística e também ao alto custo na implementação. Já em sua tese, Drohomeretski (2014) identifica como a principal barreira da indústria automobilística paranaense a dependência de parceiros da cadeia de suprimentos seguido do custo da implementação. Nawrocka (2008) também constatou que a principal barreira nas pequenas empresas do setor de eletrônicos é o custo de implementação.

O QUADRO 1 mostra algumas barreiras pertinentes na introdução de uma cadeia de suprimentos sustentável, segundo alguns pesquisadores.

QUADRO 1 – Barreiras na introdução de uma cadeia de suprimentos sustentável

Principal Barreira	Pesquisadores
Custos iniciais na implantação.	Min e Galle (1997); Zhu <i>et al.</i> (2010); Covidan <i>et al.</i> (2013); Drohomeretski, Costa e Lima (2014).
Dificuldade da administração pública monitorar os fornecedores e o custo do produto sustentável.	Bala <i>et al.</i> (2008)
Não há exigências significantes por parte de fornecedores ou clientes por indústrias que praticam sustentabilidade.	Zhu <i>et al.</i> (2010)
Falta de tecnologia.	Covidan <i>et al.</i> (2013)
Falta de comprometimento dos gestores.	Luthra <i>et al.</i> , (2011); Walker <i>et al.</i> , (2008)
Valores e políticas organizacionais.	Souza e; Jabbour (2012)
Falta de conscientização de fornecedores e clientes.	Andiç, Yurt e Baltacioglu (2012)
Concorrência e incerteza de mercado.	Luthra <i>et al.</i> , (2011)
Frac legislação e pressões inadequadas da sociedade.	Barve e Muduli (2013); Testa e Iraldo, (2010)
Falta de qualidade de mão de obra.	Yu Lin <i>et al.</i> (2008)
Receio na divulgação de informações para a cadeia de suprimentos	Franco; Jabbour (2013)

FONTE: A autora (2015)

Observa-se que a barreira predominante entre as indústrias para a implementação da GSCM é o custo inicial, seguido da falta de conhecimento.

3.2 DIRECIONADORES

Os direcionadores são os motivadores que impulsionam as empresas a se adaptarem e buscarem ser sustentáveis. Diabat e Covindan (2011), Zhu *et al.* (2007) e Rahman e Subramaniam (2011) chamam a atenção para a legislação e a regulamentação governamentais sendo os maiores motivadores da literatura.

A legislação ambiental é o maior direcionador dos esforços ambientais aplicados pelas empresas, apesar de eles não serem tão efetivos quanto as ações proativas praticadas pelas companhias (WALKER; DI SISTO; MCBAIN, 2008; ZHU; SARKIS; LAI, 2006). Nessa linha de pensamento, os referidos autores colocam as legislações ambientais como motivadores para a inovação e redução dos impactos ambientais. Zhu, Sarkis e Geng (2005) citaram a poluição e a vasta degradação ambiental como fatores de pressão e sanções governamentais, que, por meio de legislação, acabam por pressionar as empresas a adotarem práticas do GSCM. Alguns países, como Japão, Estados Unidos, Holanda, Noruega, França e Suécia possuem diferentes leis e regulamentações ambientais. Dessa forma, a indústria chinesa necessita se adaptar para poder atender a demanda desses mercados (ZHU; SARKIS; GENG, 2005).

Adaime, Carvalho e Monzoni (2011, p. 2) afirmam que:

Existe também uma série de indutores externos que motivam as empresas a incorporarem preocupações socioambientais, dentre os quais: pressão de ONGs e sociedade civil organizada, pressão do consumidor e pressão do governo via regulamentação (KLEINDORFER *et al.*, 2005; LINTON *et al.*, 2007; SEURING; MILLER, 2008; CILIBERTI *et al.*, 2009; LEE; KIM, 2009; PEDERSON, 2009).

De acordo com Zhu, Sarkis e Lai (2006), os consumidores também são um importante direcionador para a utilização das práticas GSCM. Walker, Di Sisto e McBain (2008) reafirmam essa informação. Os consumidores demandam produtos e serviços que apresentem as certificações e práticas sustentáveis, e, para isso, as empresas devem cuidar para que toda sua cadeia de suprimentos apresente tais práticas (WALKER; DI SISTO; MCBAIN, 2008). Dentro da indústria chinesa, os consumidores estrangeiros apresentam-se como um dos principais direcionadores para as práticas sustentáveis na indústria, e, dentro desse quesito, a pressão externa por tais implementações cresce muito (ZHU; SARKIS; GENG, 2004; ZHU; SARKIS; LAI, 2006; WALKER; DI SISTO; MCBAIN, 2008).

Walker, Di Sisto e McBain (2008) mencionam que as empresas concorrentes também podem ser um importante direcionador e motivador à implementação do GSCM. Os autores ainda afirmam que enquanto líderes de tecnologia e inovação, os concorrentes acabam direcionando as práticas e legislações sustentáveis na indústria. Eles também elencam que a proatividade em apresentar soluções e práticas sustentáveis acabam por se tornar um importante diferencial e referencial de mercado.

As relações internas nas organizações são fatores determinantes para o sucesso do uso do GSCM nas empresas, assim como o comprometimento individual e coletivo da equipe para com o projeto (WALKER; DI SISTO; MCBAIN, 2008). A filosofia interna da empresa pode ser expressa como um estilo de vida praticado pelos colaboradores do projeto, o que possibilitará que toda a cadeia esteja em sintonia (WALKER; DI SISTO; MCBAIN, 2008). A motivação pessoal, somada à pressão das lideranças e dos investidores proporciona inovações e desenvolvimento em práticas sustentáveis (WALKER; DI SISTO; MCBAIN, 2008).

São evidentes os problemas ambientais nos dias atuais. O planeta passa por uma drástica transformação e medidas são tomadas todos os dias, em todos os setores, visando minimizar os efeitos negativos e na cadeia de suprimentos não é diferente. A reputação das empresas influencia diretamente a ação dos consumidores, principalmente em se tratando de medidas ambientais (WALKER; DI SISTO; MCBAIN, 2008). As pressões causadas pela sociedade em geral também acabam por influenciar diretamente as tomadas de decisões por parte das companhias (WALKER; DI SISTO; MCBAIN, 2008). Diversos autores comentam ainda que os impactos que a sociedade oferece nas empresas muitas vezes é fator determinante na escolha de uma determinada filosofia de trabalho, o que no caso do GSCM é fator determinante e de destaque para conseguir atender a todos os direcionadores, sem perder eficiência, qualidade, eficácia e lucratividade (ZHU et al., 2004; ZHU et al., 2006; WALKER et al., 2008).

O QUADRO 2 mostra alguns dos motivadores e os respectivos pesquisadores.

QUADRO 2 – Direcionadores e pesquisadores

Principais Direcionadores	Pesquisador
Direcionador interno para melhorar a imagem e os requisitos regulamentares internacionais como a Diretiva da Comunidade Europeia em matéria de resíduos equipamentos elétricos e eletrônicos ao exportar produtos.	Zhu e Zhao (2004)
Cumprimento legal e empresas concorrentes.	Nawrocka (2008)
Leis e políticas japonesas sobre reutilização, reciclagem e recuperação.	Zhu et al. (2010)
Clientes.	Thun e Muller(2010); Drohomeretski, Costa e Lima (2014)
Vantagem competitiva	Andiç, Yurt e Baltacioglu (2012) Tate et al. (2011)
Imagem/ Reputação corporativa	Franco e Jabbour (2013)
Custos na cadeia de abastecimento, minimizando o consumo de recursos.	Drohomeretski, Gouvea da Costa e Pinheiro de Lima (2014)
Concorrência	Zuthsi e Sohal (2004)
Inovação, criatividade e melhoria técnica	Wang e Lin (2010)

FONTE: A autora (2015)

Outro motivador é a própria empresa focal. Ter a certificação ISO 14001 não é uma exigência para os fornecedores da empresa focal, mas é um diferencial (DROHOMERETSKI, 2014).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Em relação ao propósito, a presente pesquisa trata-se de um estudo descritivo a respeito dos direcionadores e barreiras à implementação do GSCM nas empresas paranaenses. O método de pesquisa utilizar-se-á do *survey*, por meio de análise quantitativa, mais especificamente de uma coleta de dados sobre as barreiras e os direcionadores do GSCM nas empresas paranaenses. Com a pesquisa *survey* será possível uma análise mais profunda do fenômeno pesquisado. O *survey* é um método de pesquisa de abordagem quantitativa na qual a coleta de dados sobre uma amostra deverá fornecer dados representativos da população de interesse (FORZA, 2002, MALHOTRA; GROVER, 1998).

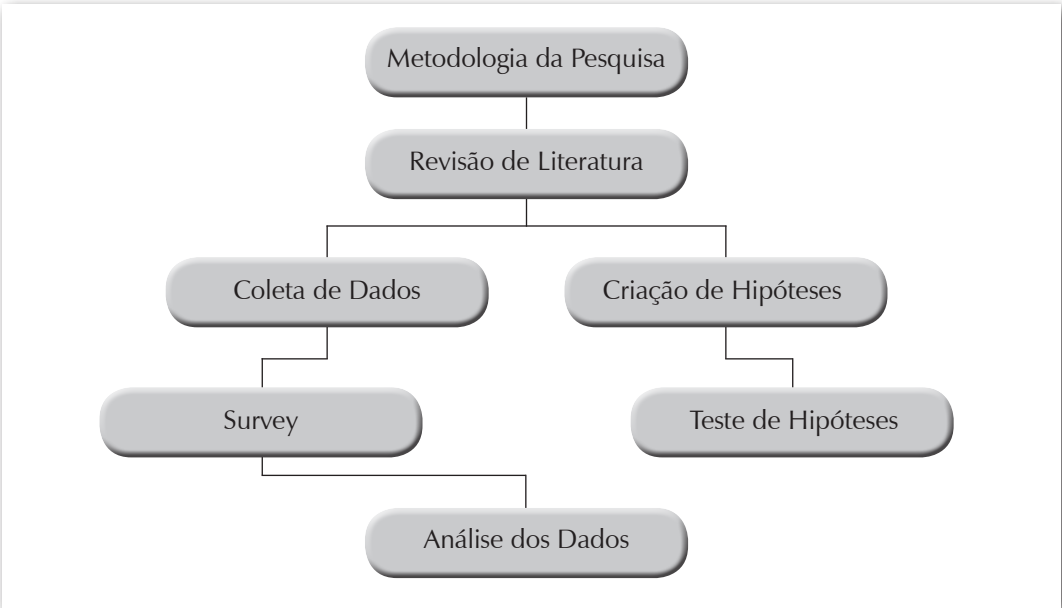
Em relação ao delineamento da pesquisa, pode-se caracterizá-la como um estudo de caráter predominantemente quantitativo. Em relação ao objetivo da pesquisa, o presente estudo trata-se de uma pesquisa explicativa. Para Ponte (2007), a pesquisa explicativa tem como objetivo identificar os fatores que influenciam a ocorrência de determinado fenômeno, demonstrando a relação causa e efeito. Esta abordagem é eleita para viabilizar a verificação dos principais fatores que influenciam nos direcionadores e nas barreiras do GSCM.

A presente pesquisa adaptou a estrutura metodológica proposta por Forza (2002), a qual é desmembrada em cinco etapas: 1) ligação com o referencial teórico; 2) projeto do *survey*; 3) coleta de dados para teste da teoria; 4) análise dos dados; e 5) geração de relatório.

A amostragem será probabilística. Um teste piloto será realizado para determinar o valor do desvio padrão. O número total de respondentes de 82 participantes de empresas paranaenses de diversos setores.

A seleção e dimensionamento da amostra se restringirá a indústrias localizadas no estado do Paraná. Já o tratamento dos dados será realizado com o apoio do *software* SPSS. A análise dos dados dar-se-á por meio do teste de hipóteses que se originarão do referencial teórico do presente projeto e serão testadas por meio de meios estatísticos.

FIGURA 1 – Modelo conceitual para a metodologia da pesquisa



FONTE: A autora (2015)

5 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

O formulário para o *survey* (ver anexo) foi retirado da tese “O lean como facilitador na adoção das práticas *green* na cadeia de suprimentos automotiva: proposição de um modelo baseado no SCOR”, do professor Everton Drohomerski (2014). A escolha desse questionário está associada à alta relação do tema da pesquisa.

O estudo se enquadra como um levantamento de campo, por reunir os esforços para a identificação das principais barreiras e direcionadores do GSCM, com base no conhecimento das empresas paranaenses no assunto. Dessa forma, esse enquadramento permite a utilização de técnicas estatísticas para a apresentação e interpretação de dados. Parte do questionário foi enviado por meio eletrônico e parte aplicado pessoalmente pelos pesquisadores do projeto, obtendo um retorno de 82 questionários válidos.

Assim, o processo de coleta de dados engloba a utilização do questionário dirigido as empresas de pequeno, médio e grande porte.

O formulário é constituído por 25 questões e foi estruturado em 3 blocos:

- Bloco 1: Identifica o porte da empresa, o setor que atua e o tempo que a empresa exerce suas atividades. Este bloco consiste em três perguntas.
- Bloco 2: Identifica as barreiras que têm grande influência para as empresas. As questões estão relacionadas ao custo, à falta de comunicação, à dependência

entre os parceiros da cadeia de suprimentos, à falta de tecnologia, ao baixo entendimento dos funcionários nas questões ambientais, à tecnologia insuficiente, ao custo benefício, bem como aos clientes, abrangendo 11 perguntas neste bloco.

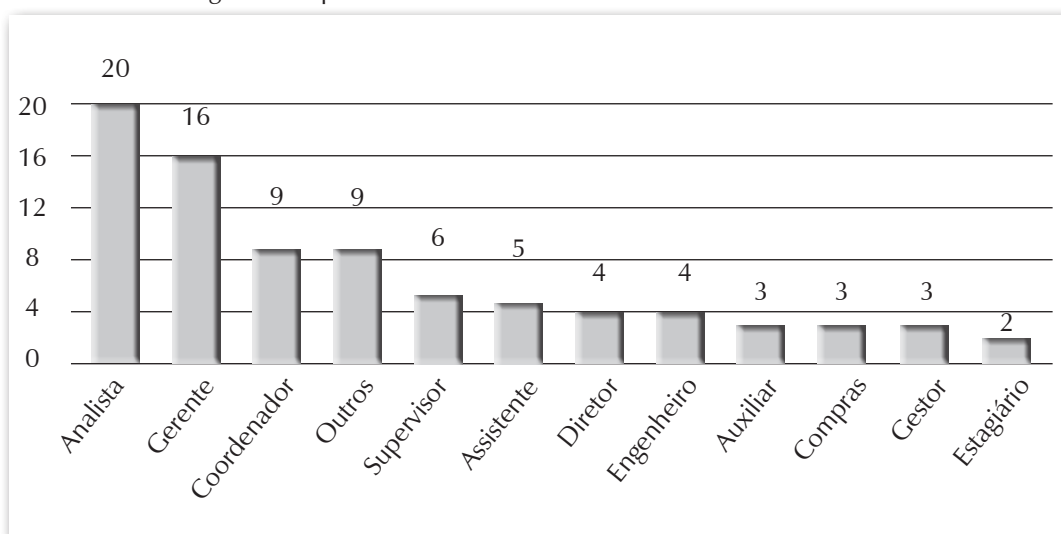
- Bloco 3: Identifica os direcionadores e motivadores que as empresas assumem serem relevantes para a implementação do GSCM. As questões estão vinculadas a redução de riscos ambientais, imagem da empresa perante os clientes e concorrentes, normas e leis, redução dos custos, inovação, valores da empresa, fornecedores. Esse bloco contém 11 perguntas.

Foram utilizadas escalas nominais e escalas Likert de 5 pontos, que vai de 1-“discordo totalmente”, 3 – “neutro” até 5 – “concordo totalmente”.

6 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A amostra coletada é composta, em sua maioria, por 23,8% dos respondentes que são analistas e 19% gerentes. 28,8% dos respondentes está há mais de 10 anos na empresa e 40,5% já atua na área há mais de 10 anos. A alta participação desses profissionais é importante para os objetivos da pesquisa e contribui para que haja uma representatividade das percepções sobre o GSCM. Os GRÁFICOS 1 e 2 e as TABELAS 1 e 2 apresentam o perfil dos respondentes e das empresas.

GRÁFICO 1 – Cargo dos respondentes



FONTE: A autora, 2015.

TABELA 1 – Distribuição dos cargos dos respondentes

Cargo	Total	%
Analista	20	23.8%
Gerente	16	19.0%
Coordenador	9	10.7%
Outros	9	10.7%
Supervisor	6	7.1%
Assistente	5	6.0%
Diretor	4	4.8%
Engenheiro	4	4.8%
Auxiliar	3	3.6%
Compras	3	3.6%
Gestor	3	3.6%
Estagiário	2	2.4%
Total	84	100.0%

FONTE: A autora, 2015.

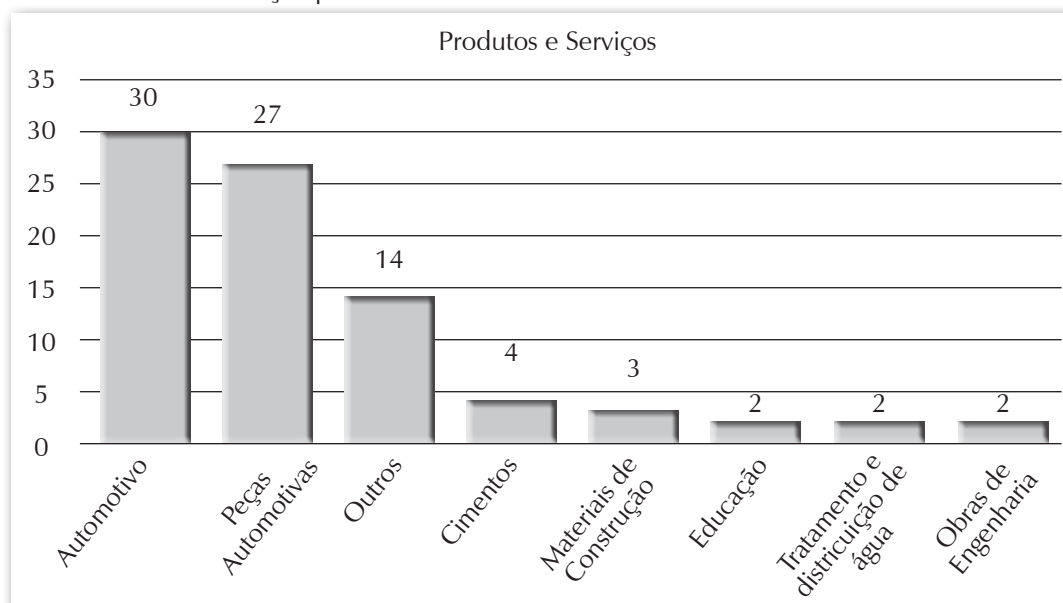
O setor automotivo predomina com 35,7% dos respondentes, isso é demonstrado no QUADRO 4 e GRÁFICO 2.

TABELA 2 – Distribuição por setor de atividade

Produtos e Serviços	Total	%
Automotivo	30	35.7%
Peças Automotivas	27	32.1%
Outros	14	16.7%
Cimentos	4	4.8%
Material de Construção	3	3.6%
Educação	2	2.4%
Tratamento e distribuição de água	2	2.4%
Obras de Engenharia	2	2.4%

FONTE: A autora (2015)

GRÁFICO 2 – Distribuição por setor de atividade



FONTE: A autora (2015)

6.1 ANÁLISE DOS DIRECIONADORES DO GSCM

Foram analisados 12 direcionadores para a implantação do GSCM. As TABELAS 3 a 6 apresentam os dados estatísticos dos direcionadores na perspectiva dos respondentes.

TABELA 3 – Direcionadores do GSCM

	Melhora a imagem corporativa (ações ambientais geram uma imagem positiva perante os clientes)	Crescimento de mercado (ações ambientais possibilitam o aumento nas vendas)	Redução dos riscos ambientais na cadeia de suprimentos
Média	4,54	3,61	4,26
Erro padrão	0,08	0,12	0,09
Mediana	5,00	4,00	4,00
Modo	5,00	4,00	5,00
Desvio padrão	0,76	1,06	0,83
Variância da amostra	0,57	1,13	0,69
Curtose	5,98	-0,60	0,18
Assimetria	-2,14	-0,36	-0,91
Coeficiente de Variação	0,17	0,29	0,19

FONTE: A autora (2015)

TABELA 4 – Direcionadores do GSCM

	Redução de custos (ações ambientais reduzem os custos por meio da redução de desperdícios, reutilização de materiais, etc.)	Gera inovação (as práticas do GSCM impulsionam a inovação tecnológica da empresa).	Gera vantagem competitiva (contribuiu para a geração de vantagem competitiva perante os concorrentes)
Média	4,10	4,06	4,10
Erro padrão	0,10	0,10	0,09
Mediana	4,00	4,00	4,00
Modo	4,00	5,00	4,00
Desvio padrão	0,92	0,92	0,80
Variância da amostra	0,85	0,85	0,63
Curtose	0,00	0,10	0,04
Assimetria	-0,87	-0,71	-0,63
Coeficiente de Variação	0,23	0,23	0,19

FONTE: A autora (2015)

TABELA 5 – Direcionadores do GSCM

	Regulatório (atendimento das normas, regulamentações e leis)	Mercado (demanda dos clientes por produtos mais sustentáveis)	Fornecedores (os fornecedores tem forte influência na empresa e geram a necessidade de ações ambientais)
Média	4,33	3,88	3,01
Erro padrão	0,10	0,11	0,13
Mediana	5,00	4,00	3,00
Modo	5,00	4,00	3,00
Desvio padrão	0,94	1,00	1,15
Variância da amostra	0,89	1,00	1,32
Curtose	0,82	-0,09	-0,75
Assimetria	-1,34	-0,74	0,13
Coeficiente de Variação	0,22	0,26	0,38

FONTE: A autora (2015)

TABELA 6 – Direcionadores do GSCM

	Matriz (no caso de ser uma unidade de negócio, a matriz direciona a implantação de práticas do GSCM)	Direção organizacional (a direção da empresa é norteada por princípios da sustentabilidade e impulsionam a implantação do GSCM)	Recuperação de investimento (recuperação de valor com revenda de resíduos, entre outros.)
Média	4,27	4,15	3,60
Erro padrão	0,09	0,11	0,11
Mediana	4,00	4,00	4,00
Modo	5,00	5,00	3,00
Desvio padrão	0,82	1,01	1,03
Variância da amostra	0,67	1,02	1,06
Curtose	-0,75	1,24	-0,46
Assimetria	-0,68	-1,27	-0,30
Coefficiente de Variação	0,19	0,24	0,29

FONTE: A autora (2015)

Ao analisar os dados estatísticos das TABELAS 3, 4, 5 e 6 é possível identificar que os direcionadores relacionados à imagem corporativa, à redução dos riscos ambientais, ao atendimento das regulamentações e à impulsão da matriz são os fatores que apresentaram uma média maior e ao mesmo tempo um menor coeficiente de variação. Dessa forma, pode-se afirmar que esses são os principais direcionadores do GSCM apontados pelos respondentes com maior grau de confiança.

6.2 ANÁLISE DAS BARREIRAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO GSCM

Já as TABELAS 7, 8, 9 e 10 apresentam os dados estatísticos referentes ao levantamento das barreiras do GSCM.

TABELA 7 – Barreiras do GSCM

	Dependência de parceiros da cadeia de suprimentos (os parceiros da cadeia de suprimentos não colaboram na implantação do GSCM)	Imagem de baixa qualidade (os clientes identificam produtos que produtos oriundos de fontes de reciclagem têm menor qualidade)	Informações com baixa qualidade(o fluxo de informações na cadeia de suprimentos tem baixa qualidade e dificulta práticas do GSCM como o desenvolvimento de produtos sustentáveis, logística reversa, etc.).
Média	3,83	3,05	3,32
Erro padrão	0,10	0,13	0,12
Mediana	4,00	3,00	3,00
Modo	4,00	4,00	4,00
Desvio padrão	0,89	1,15	1,09
Variância da amostra	0,79	1,33	1,18
Curtose	-0,29	-0,86	-0,85
Assimetria	-0,53	-0,10	-0,19
Coefficiente de Variação	0,23	0,38	0,33

FONTE: A autora, 2015.

TABELA 8 – Barreiras do GSCM

	Custo de implantação (o custo dos equipamentos mais sustentáveis e produtos ecologicamente corretos inviabilizam o GSCM)	Desempenho Econômico (os ganhos econômicos gerados pelos ganhos ambientais não são significativos para a empresa)	Nível de formação dos funcionários (os funcionários tem baixo entendimento ambiental)
Média	3,76	3,27	3,11
Erro padrão	0,12	0,13	0,15
Mediana	4,00	3,50	3,00
Modo	5,00	4,00	4,00
Desvio padrão	1,12	1,22	1,34
Variância da amostra	1,25	1,48	1,80
Curtose	-1,22	-1,15	-1,21
Assimetria	-0,37	-0,16	-0,20
Coefficiente de Variação	0,30	0,37	0,43

FONTE: A autora, 2015.

TABELA 9 – Barreiras do GSCM

	Falta de consciência de melhoria (os funcionários não compreendem o sistema de melhoria contínua)	Barreiras tecnológicas (ausência ou carência de tecnologia limpa)	Regulamentações (as legislações ambientais inibem a implantação do GSCM)
Média	3,04	3,10	2,61
Erro padrão	0,15	0,13	0,12
Mediana	3,00	3,00	3,00
Modo	4,00	4,00	3,00
Desvio padrão	1,34	1,20	1,11
Variância da amostra	1,79	1,45	1,23
Curtose	-1,25	-1,06	-0,26
Assimetria	-0,16	-0,15	0,38
Coefficiente de Variação	0,44	0,39	0,42

FONTE: A autora, 2015.

TABELA 10 – Barreiras do GSCM

	Inflexibilidade da cadeia de suprimentos (a cadeia de suprimentos não se adapta as questões ambientais necessárias para implantar o GSCM)	Melhorias com baixa velocidade (os ganhos gerados como o GSCM são lentos, o que gera desinteresse da empresa)
Média	3,16	3,52
Erro padrão	0,11	0,12
Mediana	3,00	4,00
Modo	3,00	4,00
Desvio padrão	1,02	1,07
Variância da amostra	1,05	1,14
Curtose	-0,64	-0,45
Assimetria	0,03	-0,50
Coefficiente de Variação	0,32	0,30

FONTE: A autora, 2015.

Com base nos dados estatísticos extraídos dos respondentes e referentes às barreiras do GSCM (TABELAS 7 a 10) pode-se identificar que todas as médias ficaram abaixo de 4,00 e com coeficiente de variação superior aos identificados na análise dos direcionadores. Com isso, pode-se observar que ocorreu uma maior dispersão na distribuição nas respostas.

As barreiras com maiores médias foram as relacionadas às dependências dos parceiros da cadeia de suprimentos, informações de baixa qualidade, custo de implantação e melhorias de baixa velocidade.

6.3 SÍNTESE DA ANÁLISE DOS DADOS

Após a tabulação e análise dos dados é possível identificar os principais direcionadores e as principais barreiras do GSCM. As TABELAS 11 e 12 demonstram o agrupamento dos fatores com maior média.

TABELA 11 – Principais direcionadores do GSCM

Direcionador	Média
Imagem corporativa	4,54
Redução dos riscos ambientais	4,26
Atendimento de normas	4,33
Orientação da Matriz	4,27

FONTE: A autora (2015)

TABELA 12 – Principais Barreiras do GSCM

Barreira	Média
Dependência de parceiros da cadeia de suprimentos	3,83
Custo de implantação	3,76
Melhorias com baixa velocidade	3,52
Informações de baixa qualidade	3,32

FONTE: A autora (2015)

Com base nos dados da Tabela 12 é possível afirmar que a Imagem Corporativa é o principal direcionador segundo os respondentes. Ou seja, para as empresas pesquisadas, a principal razão para a implantação de práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos está relacionada aos benefícios de imagem para a sociedade e os demais *stakeholders*.

Já em relação às barreiras, embora os dados tenham apresentado certa dispersão, a principal barreira para a implantação do GSCM está na dependência dos parceiros, ou seja, na dificuldade na colaboração dos fornecedores e também clientes na aplicação de práticas ambientais.

CONCLUSÃO

O presente projeto teve por objetivo realizar um levantamento do impacto dos principais direcionadores e barreiras na implementação de práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos de empresas paranaenses. Para atingir o objetivo geral foram desmembrados três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico visou à realização de um mapeamento da literatura, mais especificamente sobre os fatores que direcionam e também os fatores que dificultam (barreiras) a implantação do GSCM. O levantamento da literatura, além de permitir a compreensão do estado atual dos estudos sobre GSCM, também possibilitou a organização dos principais direcionadores e das principais barreiras que os autores relataram nos seus estudos. Além disso, permitiu embasamento para a análise dos dados.

Já o segundo objetivo específico buscou a identificação e posterior análise dos principais direcionadores do GSCM. Este objetivo foi atingido após a conclusão do *survey* realizado com um total de 82 respondentes. Ao analisar os dados do levantamento dos direcionadores foi possível identificar que a imagem corporativa, redução dos riscos ambientais, atendimento das regulamentações e impulsão da matriz são os principais direcionadores, segundo os participantes da pesquisa.

Por fim, o terceiro objetivo específico foi o de identificar as principais barreiras do GSCM. Utilizando o mesmo procedimento metodológico do objetivo específico dois e com o mesmo número de respondentes, foi possível identificar que, segundo os respondentes da pesquisa, as principais barreiras foram a dependência dos parceiros da cadeia de suprimentos, informações de baixa qualidade, custo de implantação e melhorias de baixa velocidade. Vale destacar, conforme já relatado na seção dois deste projeto, que os dados da barreira apresentaram certa dispersão dos dados, o que traz uma inferência nas afirmações das barreiras com menor confiabilidade. Diferentemente do comportamento dos dados apresentados no levantamento dos direcionadores.

Dessa forma, ao analisar os três objetivos propostos é possível afirmar que o objetivo geral do presente projeto foi atingido. Ou seja, o projeto identificou os principais direcionadores e as principais barreiras para a implantação do GSCM.

Em relação às principais contribuições do projeto, destacam-se: a identificação, com base em um levantamento atual e relevante da literatura; e a apresentação dos principais direcionadores e das principais barreiras. Os dados obtidos no levantamento podem contribuir para que as empresas utilizem como parâmetros no projeto de implementação do GSCM. Além disso, contribuem para que os pesquisadores possam utilizar os dados, com efeito de comparação ou de ampliação, em pesquisas futuras.

As principais limitações do projeto estão, mais especificamente, no tamanho da amostra (82 respondentes) e pela composição da amostra: empresas de um único estado e com certa dispersão de segmentos. Isso dificulta a generalização dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

- ADAIME, P. P.; CARVALHO, A. P. de; MONZONI, M. P. Temas socioambientais e gestão de cadeia de suprimento: um estudo de caso sobre a cadeia produtiva na Amazônia. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 15., São Paulo, 2011. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2011/artigos/E2011_T00432_PCN25981.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- AZEVEDO, S. G. et al. The influence of green practices on supply chain performance: a case study approach. **Transportation Research Part E**, Amsterdam, v. 47, n. 6, p. 850-871, Nov. 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1366554511000780>>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- BALA, A. et al. Experiences with greening suppliers. **Journal of Cleaner Production**, Barcelona, v. 16, p. 1610-1619, 2008. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/229318754_Experiences_with_greening_suppliers_The_Universitat_Autnoma_de_Barcelona>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- BRITO, M. P. de. et al. Towards a sustainable fashion retail supply chain in Europe Organization and performance. **International Journal Production Economics**, New York, v. 114, n. 2, p. 534-553, 2008.
- COOPER, M. C.; LAMBERT, D. M.; PAGH, J. D. Supply chain management: more than a new name for logistics. **The International Journal of Logistics Management**, Henley-on-Thames, Oxfordshire ,v. 8, n.1, p. 1-14, 1997.
- COVIDAN, K. et al. Barriers analysis for green supply chain management implementation in Indian industries using analytic hierarchy process. **International Journal of Production Economics**, Amsterdam, v. 147, p. 555-568, Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925527313003733>>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- DROHOMERETSKI, E.; COSTA, S. G. da.; LIMA, E. P. de. Green supply chain management: drivers, barriers and practices within the Brazilian automotive industry. **Journal of Manufacturing Technology Management**, Bradford, v. 25, n. 8, p. 1105 -1134, 2014. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/JMTM-06-2014-0084>>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- DROHOMERETSKI, E. et al. Lean, Six Sigma and Lean Six Sigma: an analysis based on operations strategy. **International Journal of Production Research**, London, v. 52, n. 3, p. 804-824, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00207543.2013.842015?journalCode=tprs20#.VcTP0LVWX-I>>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- DROHOMERETSKI, E. O lean como facilitador na adoção das práticas green na cadeia de suprimentos automotiva: proposição de um modelo baseado no SCOR. 2014, 268 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.
- FIELD, A. **Discovering Statistics Using SPSS**. London: SAGE Publications, 2009.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ (FIEP). **Dados setoriais**. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/desenvolvimento/dados-setoriais-1-20753-171365.shtml>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. **Indústria paranaense volta a crescer em agosto**. Disponível em: <<http://www.agenciafiep.com.br/noticia/industria-paranaense-volta-a-crescer-em-agosto>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. **Rotas estratégicas para o futuro da indústria paranaense**. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/observatorios/rotas-estrategicas-para-o-futuro-da-industria-paranaense-1-19295-155916.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

FORZA, C. Survey research in operations management: a process based-perspective. **International Journal of Operations & Production Management**, Bradford, v. 22, n. 2, p. 152-194, 2002. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/01443570210414310>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

HANDFIELD, R. et al. 'Green' value chain practices in the furniture industry. **Journal of Operations Management**, Washington, v. 15, n. 4, p. 293-315, 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272696397000041>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

LI, Y. Research on the performance measurement of green supply chain management in China. **Journal of Sustainable Development**, Toronto, v 4, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.ccsenet.org/journal/index.php/jsd/article/view/9552>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

MARTIN, C.; TOWILL, D. R. Developing market specific supply chain strategies. **International Journal of Logistics Management**, Henley-on-Thames, Oxfordshire, v. 13, n. 1, p. 1-14, 2002. Disponível em: <<https://dspace.lib.cranfield.ac.uk/handle/1826/2654>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

NAWROCKA, D. Environmental supply chain management, Iso 14001 and RoHS. How are small companies in the electronics sector managing? **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, New York, v. 15, n. 6, p. 349-360, 2008. Disponível em: <<https://www.econbiz.de/Record/environmental-supply-chain-management-iso-14001-and-rohs-how-are-small-companies-in-the-electronics-sector-managing-nawrocka-dagmara/10003788514>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

PONTE, V. M. R. et al. Análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre balanced scorecard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006. In: AnpCONT, 1., 2007, Gramado. **Anais...** Gramado, 2007. CD-ROM.

PRESSEY, A. D.; WINKLHOFFER, H. M., TZOKAS, N. X. Purchasing practices in small-to- medium-sized enterprises: An examination of strategic purchasing adoption, supplier evaluation and supplier capabilities. **Journal of Purchasing and Supply Management**. Oxford, v. 15, n. 4, p. 214-226, Dec. 2009. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1478409209000193>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

ROSSI, M. T. B.; BARATA, M. M. L. Barreiras à implementação de produção mais limpa como prática de eco eficiência em pequenas e médias empresas no Estado do Rio de Janeiro. In: INTERNATIONAL WORKSHOP, 2., 2009, São Paulo. **Anais ...** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.advancesincleanerproduction.net/second/files/sessoes/4a/1/M.%20T.%20B.%20Rossi%20-%20Resumo%20Exp.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

SRIVASTAVA, S. K. Green supply-chain management: A state-of-the-art literature review. **International Journal of Management Reviews**, Oxford, v. 9, n. 1, p. 53-80, Feb. 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2370.2007.00202.x/abstract>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

STEFAN, S. et al. Sustainability and supply chain management e an introduction to the special issue. **Journal of Cleaner Production**, Oxford, v. 16, n. 15, p. 1545-1551, Oct. 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652608000334>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

STUART, I. Supply-chain strategy: organizational influence through supplier alliances, **British Journal of Management**, Oxford, v. 8, n. 3, p. 223-236, Sept. 1997. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8551.00062/abstract>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

SVENSSON, G. Aspects of sustainable supply chain management (SSCM): conceptual framework and empirical example. **Supply Chain Management: an international journal**, Bradford, v. 12, n. 4, p. 262-266, 2002. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/13598540710759781>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

THUN, J. H.; MULLER, A. An empirical analysis of green supply chain management in the German automotive industry. **Business Strategy and the Environment**, New York, v. 19, n. 2, p. 119-132, Feb. 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bse.642/abstract>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

VERMEULEM, W. J. V.; SEURING, S. Sustainability through the market – the impacts of sustainable supply chain management: introduction. **Sustainable Development**, New York, v.17, n.1, p. 269-273, 2009. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/wly/sustdv/v17y2009i5p269-273.html>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

WU, G. C.; DING, J. H.; CHEN, P. S. The effects of GSCM drivers and institutional pressures on GSCM practices in Taiwan's textile and apparel industry. **International Journal of Production Economics**, Amsterdam, v. 135, n. 2, p. 318-636, Feb. 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925527311002404>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Qualitative research from start to finish**. New York: The Guilford, 2011.

ZHU, Q. et al. Firm-level correlates of emergent green supply chain management practices in the Chinese context. **Omega: the international journal of management**, Amsterdam, v. 36, n. 4, p. 577- 591, Aug. 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305048307000849>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

_____. Green supply chain management in leading manufacturers. **Management Research Review**, Bradford, v. 33, n. 4, p. 380-392, 2010. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/01409171011030471>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

_____. Initiatives and outcomes of green supply chain management implementation by Chinese manufacturers. **Journal of Environmental Management**, London, v. 85, n.1, p. 179–189, Oct. 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479706002465>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

ZHU, Q.; COTE, R. P. Cote .Integrating green supply chain management into an embryonic eco-industrial development: a case study of the Guitang Group. **Journal of Cleaner Production**, Oxford, v. 12, n. 8-10, p. 1025-1035, Oct./Dec. 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652604001015>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

ZHU, Q.; SARKIS, J. An inter-sectoral comparison of green supply chain management in China: Drivers and practices. **Journal of Cleaner Production**, Oxford, v. 14, n. 5, p. 472-486, 2006. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652605000065>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

ZHU, Q.; SARKIS, J.; GENG, Y. Green supply chain management in China: pressures, practices and performance. **International Journal of Operations & Production Management**, Oxford, v. 25, n. 5, p. 449-468, 2005. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/01443570510593148>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

ANEXOS

FORMULÁRIO 1 – Perfil da Empresa

Qual o porte da empresa? ☐ Pequeno ☐ Médio ☐ Grande
Qual o setor atuante? ☐ Alimentício ☐ Bebidas ☐ Borracha ☐ Saúde ☐ Metal-mecânico ☐ Construção Civil ☐ Eletroeletrônico, TIC e audiovisual ☐ Indústria Farmacêutica ☐ Indústria Gráfica ☐ Minerais não metálicos e cerâmica ☐ Papel e celulose ☐ Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal ☐ Plástico ☐ Reparação de veículos ☐ Sucroalcooleiro ☐ Têxtil e vestuário ☐ Trigo
Qual o tempo de atividade da empresa? ☐ 0 à 5 anos ☐ 6 à 15 anos ☐ Mais de 15 anos

FONTE: Drohomeretski (2014)

FORMULÁRIO 2 – As barreiras abaixo têm forte influência para a implantação do GSCM?

Barreira	1	2	3	4	5
Dependência de parceiros da cadeia de suprimentos (os parceiros da cadeia de suprimentos não colaboram na implantação do GSCM)					
Imagem de baixa qualidade (os clientes identificam produtos que produtos oriundos de fontes de reciclagem tem menor qualidade)					
Informações com baixa qualidade (o fluxo de informações na cadeia de suprimentos tem baixa qualidade e dificulta práticas do GSCM como o desenvolvimento de produtos sustentáveis, logística reversa, etc.).					
Custo de implantação (o custo dos equipamentos mais sustentáveis e produtos ecologicamente corretos inviabilizam o GSCM)					
Desempenho Econômico (os ganhos econômicos gerados pelos ganhos ambientais não são significativos para a empresa)					
Nível de formação dos funcionários (os funcionários têm baixo entendimento ambiental)					
Falta de consciência de melhoria (os funcionários não compreendem o sistema de melhoria contínua)					
Barreiras tecnológicas (ausência ou carência de tecnologia limpa)					
Regulamentações (as legislações ambientais inibem a implantação do GSCM)					
Inflexibilidade da cadeia de suprimentos (a cadeia de suprimentos não se adapta as questões ambientais necessárias para implantar o GSCM)					
Melhorias com baixa velocidade (os ganhos gerados como o GSCM são lentos, o que gera desinteresse da empresa)					

FONTE: Drohomerski (2014)

FORMULÁRIO 3 – Os direcionadores abaixo têm forte influência para a implantação do GSCM?

Direcionadores	1	2	3	4	5
Melhora a imagem corporativa (ações ambientais geram uma imagem positiva perante os clientes)					
Crescimento de mercado (demanda dos clientes por produtos mais sustentáveis)					
Redução dos riscos ambientais na cadeia de suprimentos					
Redução de custos (ações ambientais reduzem os custos por meio da redução de desperdícios, reutilização de materiais, etc.)					
Regulatório (normas, regulamentações e leis)					
Fornecedores (os fornecedores têm forte influência na empresa e geram a necessidade de ações ambientais)					
Matriz (no caso de ser uma unidade de negócio, a matriz direciona a implantação de práticas do GSCM)					
Gera inovação (as práticas do GSCM impulsionam a inovação tecnológica da empresa).					
Gera vantagem competitiva (contribuiu para a geração de vantagem competitiva perante os concorrentes)					
Recuperação de investimento (recuperação de valor com revenda de resíduos, etc.)					
Direção organizacional (a direção da empresa é norteadada por princípios da sustentabilidade e impulsionam a implantação do GSCM)					
Mercado (demanda dos clientes por produtos mais sustentáveis)					

FONTE: Drohomeretski (2014)

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS – O CASO FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO E FACHHOCHSCHULE MÜNSTER 2005/2014

Francielle Stephany Rozzatti¹

Antoninho Caron²

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é entender e avaliar os benefícios trazidos para os alunos e as contribuições para a sociedade brasileira e paranaense em decorrência do processo de cooperação e aliança entre duas entidades de ensino, a FAE Centro Universitário (Brasil – Curitiba) e a Fachhochschule Münster (Alemanha – Münster). Os procedimentos metodológicos adotados consideraram os documentos e os relatórios dos resultados da parceria e também auscultou alunos egressos dos cursos de dupla diplomação por meio de questionários enviados via *e-mail* aos alunos participantes do processo CALA (Curso Alemão Latino-Americano de Administração). Fez-se a análise dos dados procurando-se pontes e elos entre a preparação pessoal e profissional desenvolvida durante a experiência e as exigências do mercado de trabalho da Alemanha e do Brasil. O objetivo da pesquisa foi atingido em partes, uma vez que os alunos participantes do programa testemunharam que foram beneficiados pelo processo em suas respectivas carreiras profissionais, como também entendem que darão bons frutos tanto para a sociedade brasileira como para a sociedade alemã.

Palavras-chave: Internacionalização. Mercado de trabalho. Intercâmbio. Desenvolvimento Profissional.

¹ Aluna do 2º ano do curso de Negócios Internacionais da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: franrozzatti@hotmail.com

² Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: acaron@fae.edu

INTRODUÇÃO

Durante a primeira quinzena do século XXI, muito se tem falado sobre **globalização**. Este processo, iniciado há cerca de 500 anos, tem evoluído juntamente com a economia mundial capitalista que se expandiu muito desde então. Pode-se dizer que a globalização teve papel fundamental na consolidação econômica e social dos países centrais, assim como catalisou o processo de atraso das economias periféricas ou semiperiféricas.

O processo de globalização tem se intensificado no presente século graças à evolução e à revolução da tecnologia, que teve grande avanço industrial, melhorias nos transportes e, como consequência, o surgimento das multinacionais. É caracterizado principalmente pela liberdade de circulação de bens, serviços e capitais entre as nações, além do aumento de competitividade entre produtos, tanto no quesito qualidade quanto no quesito preço.

O Brasil começou seu processo de abertura econômica no final da década de 1980 e começo da década de 1990. Até esta data, a política vigente de importação brasileira, que estava estruturada com base tarifária do ano de 1957, tornou-se com demasia defasada e incompatível com o estágio de desenvolvimento da indústria brasileira. Aspirando extinguir as distorções e fornecer maior transparência à estrutura tarifária de proteção, a Comissão Política Aduaneira (CPA) apresentou uma extensa revisão da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), que teve seu início de vigência em meados de 1988.

Apesar dos esforços da CPA, apenas no governo de Fernando Collor de Mello foi implementada uma profunda e vasta reforma no regime comercial brasileiro. O então presidente conduziu a economia brasileira ao início do processo de liberalização do comércio internacional e redução do intervencionismo do Estado.

Com a internacionalização da economia em vista, os empresários brasileiros começaram a procurar possíveis parceiros no exterior, além de selecionar os melhores modelos contratuais, para então dar início à intensificação do processo de internacionalização brasileira.

Desde então, o Brasil vem se destacando nesse mercado globalizado e com a presença de grande número de empresas multinacionais, sendo atualmente a sétima maior economia mundial, segundo o Banco Mundial. Numa economia internacional que evoluiu da exploração do pau-brasil – logo após seu descobrimento – e foi seguida do açúcar, ouro e café, atualmente a pauta brasileira é considerada moderna e diversificada, com uma enorme inclusão de bens de alto valor agregado como joias, aviões, automóveis e peças de vestuário.

Embora tenha pequena participação nos produtos industriais mais dinâmicos, o Brasil está entre os vinte maiores exportadores do mundo e é visto como de grande potencial, estando incluso no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo político de cooperação formado por cinco poderosos países emergentes.

Dentro do contexto brasileiro encontra-se o Paraná, que, atualmente, possui a quinta maior economia do país e responde por cerca de 5,98% do PIB nacional. No âmbito das exportações, o Estado teve um desempenho ainda melhor e, em 2013, respondeu por 7,5% dos U\$ 242 bilhões das exportações nacionais. Quanto às importações, destacam-se como parceiros dos paranaenses: China, Argentina, Estados Unidos e Alemanha, responsáveis pelo movimento de U\$8,2 bilhões em negócios com o Estado.

Para que tanto o país quanto o estado continuem em processo de evolução no mercado exterior é preciso ter mão de obra qualificada e preparada para lidar com as dificuldades que encontram aqueles que se desafiam no mercado exterior todos os dias. Sendo assim, as faculdades têm uma grande responsabilidade no sentido de preparar jovens profissionais capacitados para suprir e superar as demandas do mercado.

O governo brasileiro, por meio do MEC (Ministério de Educação), da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), tem estimulado o desenvolvimento de intercâmbio de professores e alunos e o desenvolvimento de pesquisas entre universidades brasileiras e estrangeiras. A FAE Centro Universitário e a Fachhochschule Münster iniciaram um acordo de cooperação em 2001 visando promover o intercâmbio de professores e alunos entre os dois Centros Educacionais.

A partir do que foi exposto, este trabalho pretende debater a seguinte questão: Como a cooperação e o intercâmbio entre alunos e professores pode render bons frutos para a sociedade brasileira e paranaense na condução dos destinos estratégicos das organizações?

1 OBJETIVOS

O principal objetivo é responder a questão central do trabalho e buscar mapear a maneira com que os jovens que tiveram essa experiência no exterior podem impactar a sociedade na qual estarão inseridos após seu retorno.

Dentro deste ponto, pretende-se discorrer sobre os motivos que tem levado as universidades a cada dia mais buscarem as cooperações internacionais e quais são os impactos destas procuras dentro e fora da universidade.

Objetiva-se também verificar e tentar quantificar quais foram os reais ganhos daqueles que tiveram a oportunidade de participar da cooperação feita entre a FAE e a Fachhochschule Münster, a fim de incentivar novos alunos a irem ao exterior e se desenvolverem, profissional e pessoalmente, retornando e contribuindo para a geração de uma sociedade multicultural e uma economia mais desenvolvida.

2 JUSTIFICATIVA

O Brasil tem mostrado que a área de negócios internacionais é uma das mais promissoras do país, porém ainda carece de estudos aprofundados e focados sobre a atuação, estratégias e perspectivas adotadas pelas universidades no país.

O estudo aprofundado acerca da internacionalização das universidades vem com o objetivo de quantificar os ganhos dos participantes de tais programas, tanto do corpo discente quanto do corpo docente.

Também pode-se utilizar as informações adiante expostas como um conhecimento prévio para os alunos que pretendem participar do programa, pois assim ficará mais claro qual o mercado de trabalho que espera o candidato, além de quais os riscos, oportunidades e experiência daqueles que já foram e tiveram a oportunidade de viver.

O estudo é favorecido pelo cenário multinacional que facilmente encontramos em nosso cotidiano. Tanto empresas como universidades têm buscado a pluralidade de nações para se destacar no mercado de trabalho.

Por fim, visa-se dar contribuições à comunidade acadêmica da FAE, que terá assim um mínimo de conhecimento acerca de onde seu esforço tem surtido efeito. O estudo pretende estimular novos alunos a participarem do programa, a agregarem valor e a trazerem bons resultados para as sociedades paranaense e brasileira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, inicialmente fez-se uma revisão teórica sobre os principais tópicos que envolvem a internacionalização e globalização, a fim de discorrer brevemente sobre a importância da internacionalização das universidades brasileiras.

Com este passo concluído, seguiu-se então para o estudo de caso, em que abordamos, numa pesquisa de campo, ex-alunos participantes do programa entre a FAE e a Fachhochschule. A partir de uma ficha, exposta como Anexo I, os alunos tiveram a oportunidade de opinar e compartilhar conosco suas experiências e vivências sobre seu desenvolvimento pessoal.

O público-alvo foi formado pelos participantes do programa desde o ano de 2005, ano em que teve início a parceria. Os alunos participaram do processo de levantamento de informações por meio de questionários enviados por *e-mail*. Como a lista contém cerca de 200 alunos, foi esperado 10% de retorno para que fosse feita a análise dos resultados desta pesquisa.

As perguntas foram elaboradas de forma a abordarem a nacionalidade do entrevistado, passando pelos reflexos na carreira profissional e indo até o interesse da pessoa em se manter no ambiente acadêmico, por meio da realização de novos cursos.

4 GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

A palavra globalização, quando procurada no dicionário de língua portuguesa, vem com as seguintes definições: a) ato ou efeito de globalizar ou globalizar-se; e b) fenômeno ou processo mundial de integração ou partilha de informações, de culturas e de mercados; mundialização.

Conjuntamente, podemos definir a globalização como um fenômeno de abertura de economias e fronteiras resultante do crescimento dos câmbios internacionais de mercadorias; aumento dos movimentos de capitais, circulação de pessoas, conhecimento e informações.

O termo em questão, apesar de muito divulgado, surgiu recentemente nos círculos intelectuais – e meios de comunicação –, no contexto de pós-Guerra Fria. Apesar disso, este fenômeno vem acontecendo desde que os primitivos passaram a explorar o ambiente no qual estavam inseridos.

Das explorações territoriais partiram as integrações nos campos econômico, social, cultural e político entre diferentes países. As evoluções, principalmente dos meios de transporte e nas telecomunicações, permitiram que o mundo “estreitasse” suas distâncias. Em 1865, por exemplo, a morte de Abraham Lincoln só chegou aos ouvidos europeus 13 dias depois do acontecido. Já em 2001, foi possível presenciar a queda das Torres Gêmeas, em Nova Iorque, em tempo real, mesmo para quem estava a milhares de quilômetros de distância.

Uma das principais consequências – e oportunidades – da globalização, tanto para a economia quanto para a sociedade, é a internacionalização. Afinal, o que seria do Brasil se D. João VI não tivesse transferido a Corte Portuguesa para cá?

Felizmente, hoje somos um país que está se internacionalizando, tardiamente como os outros BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mas aprendendo a competir e sobreviver no cenário mundial. É neste cenário, de novas descobertas e grandes expansões econômicas, que surge a demanda por profissionais qualificados e, por lógica, de instituições de ensino que sejam capazes de suprir essa nova demanda do mercado mundial.

5 INTERNACIONALIZAÇÃO DE UNIVERSIDADES E CENTROS E PESQUISA

Uma das grandes heranças deixadas pela Idade Média é a universidade. Estas instituições surgiram com o propósito de universalizar o conhecimento (como sugere o nome), e seus integrantes, no início oriundos de diversos países da Europa, garantiam prestígio às universidades.

Trazendo essa ideia para os dias de hoje, Lionel Jospin, primeiro-ministro da França, comentou no discurso de abertura da Conferência Internacional sobre o Ensino Superior que a mudança no ensino superior deve fundar-se nos valores que inspiraram as primeiras universidades europeias e que o movimento de expansão do ensino superior deve tomar os rumos da cooperação internacional.

Com a globalização da economia, novos desafios têm sido lançados às universidades. A importância do conhecimento, a valorização do capital intelectual e a revolução da informação e dos meios de comunicação têm feito as instituições revisarem e atualizarem suas estratégias, além de serem praticamente obrigadas a cooperarem internacionalmente.

Como indica a própria palavra, **cooperar** significa **operar conjuntamente**. No âmbito das relações internacionais, o conceito de cooperar tem como principal ideia o respeito de um Estado pela existência dos outros Estados. No campo interinstitucional, trata-se de universidades congêneres, que visam o desenvolvimento das instituições de ensino superior, de seus países e de suas populações.

Citando mais uma vez a Conferência Internacional sobre o Ensino Superior, de 1998, no documento de orientação é proclamado:

na observância do mandato que lhe é conferido por seu Ato Constitutivo, a UNESCO continuará a fazer da promoção da cooperação internacional seu principal objetivo e seu modo de ação preferencial no campo do ensino superior. Deverá favorecer a cooperação em escala mundial, buscando os meios mais eficazes de contribuir para o fortalecimento do ensino superior e da pesquisa nos países em desenvolvimento.

Passa-se então a ter as universidades como protagonistas da cooperação internacional e como promotoras do processo de integração, ações estas com fins, por exemplo, a diminuição de barreiras entre nações e povos e o aprimoramento dos desenvolvimentos científicos, tecnológicos, sociais e culturais.

Na Europa, terra natal das universidades, observou-se que, por muito tempo, as universidades ficaram ilhadas dentro das fronteiras nacionais, havendo apenas pontuais intercâmbios de conhecimento com outros países, resultantes de iniciativas individuais.

Reconhecendo que os sistemas de educação superior estão enfrentando desafios externos e internos relacionados com o crescimento e com a diversificação da oferta de possibilidades de educação superior transnacional, em meados da década de 1980 iniciou-se uma nova fase da mobilidade em grande escala.

Surtem na Comunidade Europeia programas como *European Action Scheme for the Mobility of University Students* (Erasmus) e LÍNGUA, sendo que o primeiro tem o intuito de alavancar a mobilidade de estudantes e a cooperação acadêmica e o segundo é designado a fomentar o aprendizado de línguas estrangeiras. Também podemos citar *Community Action Programme in Education and Training for Technology* (Comett) (cooperação entre universidade de indústria de capacitação para a tecnologia) e o *The Trans-European Mobility Scheme for Universities* (Tempus) – com objetivo de integrar países da Europa Central e do Leste do continente.

As propostas de cooperações entre universidades não surgem isoladamente, mas sim em resposta a demandas como a conexão com o mercado de trabalho para a empregabilidade dos jovens e a competitividade. Estes fatos podem ser transferidos para qualquer universidade do mundo, pois sem o fortalecimento internacional não há como competir nos mercados mundiais.

Dentre as maneiras práticas das modalidades de cooperação acadêmica internacional há o Programa de Mobilidade, que possibilita o intercâmbio dos corpos docente, discente e administrativo. A partir disso, a universidade abre suas portas para se tornar conhecida, apreciada e respeitada nacional e internacionalmente.

O país e a faculdade anfitriã possuem a oportunidade do enriquecimento das relações entre os estudantes, juntamente com o desafio de oferecer uma experiência internacional adequada de acordo com os objetivos de estudo esperados pelos alunos.

Por sua vez, os países “exportadores” apreciam ganhos institucionais e retornos ao país de origem do estudante, uma vez que ele pode obter diploma superior em campos nos quais seu país não possui capacidades próprias ou as possui precariamente. Apesar disso, não se pode deixar de notar que somente haverá ganhos com o retorno dos pesquisadores e estudantes.

Ademais do Programa de Mobilidade, as Redes de Cooperação Interuniversitárias têm repercussão constatada em diversas áreas: desencadeamento de projetos de pesquisa; permuta de informações e viabilidade de publicações científicas para difusão do conhecimento em nível mundial; criação de centros de excelência e aproveitamento da massa crítica, oriunda de diferentes fontes, com a recolocação de profissionais no mercado de trabalho, entre outras.

No entanto, o sucesso das redes de cooperação está diretamente ligado à clareza na definição de seus objetivos e de suas metas, como a abertura e disponibilidade para a geração de novas conexões; estruturas flexíveis que permitam a concretização de ações factíveis e também o respeito pelas diversidades dos parceiros.

Por fim, há também os Acordos de Colaboração, que surgem quando duas instituições desejam formalizar o compromisso da aproximação. Protocolo de intenções, convênios bi ou multilaterais, acordos de colaboração macro ou específicos são exemplos de documentos que garantem o compromisso de levar adiante o que foi acordado inicialmente.

Tem sido crescente o número de documentos firmados entre instituições, podendo ser citados: Acordo de Cooperação Brasil/França (CAPES/Cofecub), o acordo fechado entre o Conselho de Reitores das Universidades Canadenses e o Conselho de Reitores do Brasil – para viabilizar a aproximação entre as universidades brasileiras e canadenses – e o Programa de Cooperação Interuniversitária (PCI), que apoia com recursos financeiros programas de mobilidade docente, de estudantes e gestores.

Perante tudo isso, algo se tem mantido como escolha certa: é necessário cooperar internacionalmente. Isoladas de outras instituições, as universidades (não só as brasileiras, mas como um todo) seriam incapazes de formar os novos profissionais e cidadãos, num contexto de incertezas do que há por vir e, ainda assim, fazer prevalecer as ideias de paz e de solidariedade.

6 O CASO FAE E FACHHOCHSHULE

Em maio de 1896 foi fundada pelo padre Franz Auling, em Curitiba, a Escola Popular Alemã Católica. Em 1902, o padre retornou à Alemanha e os Frades Franciscanos mudaram a escola de lugar e tornaram-na unicamente masculina. No ano de 1904, a escola foi dividida em partes alemãs e brasileiras, porém, em 1917, com a Primeira Guerra, as seções foram unidas novamente.

Com a evolução do empreendimento foi fundada, em 1967, a FAE Centro Universitário, que hoje oferece mais de 23 cursos de graduação, 33 de especialização *Lato Sensu*, dois programas de MBA, Educação Executiva, Educação a Distância e Programas *In Company*.

Ciente das mudanças nos cenários econômico, político e social que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo, a FAE criou o Núcleo de Relações Internacionais (NRI) em 1998, que oferece oportunidades de desenvolvimento para os alunos no exterior, por meio de programas de mobilidade estudantil e programas de dupla diplomação. Estados Unidos, Canadá, México, Portugal, Colômbia, Chile, Alemanha, Argentina, França e Espanha são alguns dos países cooperados.

Dentre os destinos e programas oferecidos pela FAE, há o acordo de cooperação para obtenção de dupla diplomação com a Fachhochschule -Münster Universidade de Ciências Aplicadas, Faculdade de Administração, localizada no noroeste da Alemanha. O curso CALA (Curso Alemão Latino-Americano de Administração) foi fundado em 1999 por meio de convênios entre a Fachhochschule Münster e renomadas universidades latino-americanas. Em 1999, a FAE entrou em contato com a embaixada da Alemanha em Curitiba e entrou na parceria.

O programa, que inicialmente era voltado para estudantes de Administração, em 2007 foi estendido para os estudantes de Negócios Internacionais. O curso tem como objetivo propiciar ao jovem conhecimento administrativo completo, além dos conhecimentos cultural, social, político, jurídico e comportamental que compõem a peculiaridade de cada região.

O desenvolvimento dos estudos ocorre de forma que o estudante cumpre seis semestres em sua universidade natal. Caso o aluno cumpra com os pré-requisitos, ele estará apto para viajar. O aluno estuda e trabalha, tendo a possibilidade de desenvolver e apresentar seu TCC, normalmente feito com base na empresa em que trabalha.

Mais de 200 pessoas já desfrutaram desta parceria desde o início do programa. O núcleo trabalha tanto no envio quanto no recebimento de alunos e professores do exterior. Para que um aluno da FAE possa participar do programa é necessário comprovar domínio da língua alemã e ter conhecimento acerca da economia germânica e aspectos regionais da Europa.

Em uma tentativa de mensurar os resultados desta cooperação, foi enviada uma carta a estes estudantes (Anexo I), a partir da qual se pretendeu entender quais foram os ganhos que o intercâmbio proporcionou na vida de seus participantes. O público para o qual foi enviada a carta foi o total de participantes, desde o início do programa, possibilitando, assim, diversos pontos de vista sobre a dupla diplomação.

Com as respostas obtidas, em um público dividido entre brasileiros e alemães, houve diferentes pontos de vistas com relação à interferência que a dupla diplomação traz à carreira. A maioria acredita que houve sim benefícios claros, principalmente como diferencial para processos seletivos em grandes empresas, enquanto outros argumentam que a crise econômica faz com que a dupla diplomação não seja diferencial ou garantia de emprego.

Houve a convergência no sentido de crescimento pessoal, e na questão acerca da continuação de estudos. Daqueles que não continuaram a estudar imediatamente, todos têm a pretensão de retomar os estudos, principalmente MBA. Constatou-se, também, o fato de que todos os que participaram do programa atuam em áreas de gestão, e não técnicas, e houve os que complementaram falando que o empreendedorismo foi incrementado durante o intercâmbio.

O único ponto negativo citado foi a perda de *networking* no Brasil durante o período em que o aluno se ausentou do país onde nasceu, sendo contradito por outras respostas que viram no intercâmbio oportunidades de *networking* global. O conhecimento da economia e negociação Brasil-Alemanha também foi bastante citado como diferencial e ponto positivo na carreira de muitos, principalmente daqueles que são sócios proprietários dos negócios que atuam.

Para o ano de 2015, está previsto o recebimento de mais seis intercambistas alemães na FAE, sendo que quatro alemães já estão. No total, 64 germânicos já vieram viver a experiência latina no Brasil. Na contramão, 73 brasileiros já foram vivenciar a experiência de estudar e trabalhar na Alemanha. Destes, nove ainda se encontram em território estrangeiro.

7 A PESQUISA

A pesquisa – realizada entre outubro e novembro de 2014 – contém quatro perguntas abertas. Em conjunto, elas têm o objetivo de mapear onde se encontram os alunos atualmente e quais foram os benefícios agregados a cada um.

Ficam muito nítidas as diferentes perspectivas que cada um possui sobre a influência que o intercâmbio teve na vida profissional. Entretanto, há convergência no quesito crescimento pessoal.

Na primeira pergunta foi questionado o seguinte: “Quais foram os principais benefícios trazidos para sua carreira profissional pela oportunidade de estudar na Alemanha (Fachhochschule Münster e FAE Centro Universitário), conquistando uma dupla diplomação, com validade para os países da União Europeia e países membros do Mercosul?”

Dentre os oito brasileiros que responderam nosso questionamento, apenas uma participante respondeu com certeza absoluta que o envolvimento com o programa foi essencial para sua carreira profissional. Dentre os cinco participantes alemães, a resposta com destaque foi a que diz que o maior ganho foi o entendimento da cultura brasileira e a maneira de negociação dos latinos.

Em seguida, foi perguntado: “Qual sua nacionalidade? Onde você está atuando profissionalmente atualmente? (país, empresa – própria? – Ramo de atividade, *e-mail* para contatos futuros, se for de seu interesse)”

Essa pergunta tinha o objetivo de mapear a nacionalidade dos candidatos, assim como se estes se encontram trabalhando como terceirizados ou com empresa própria, sendo na área de formação ou não. É neste ponto que os brasileiros saem na frente no quesito **trabalhar com seu próprio negócio**.

Dentre os alemães, apenas um atua em empresa própria, enquanto os brasileiros triplicaram esse número. Além disso, a maioria dos que não atuam em empresa própria estão empregados em multinacionais.

A terceira pergunta foi: “Quais as principais atividades técnicas e profissionais desenvolvidas após a conclusão do curso de Graduação com dupla diplomação (está atuando em cargo técnico ou gestão?”

Com este grupo de respostas, de ambas as nacionalidades, percebe-se a predominância da execução de cargos técnicos. Porém, analisando individualmente as atividades desenvolvidas por cada um, nota-se uma necessidade de versatilidade do profissional, pois, mesmo tendo graduação em Negócios Internacionais, houve pessoas que partiram para o ramo financeiro, agronegócio ou até mesmo contabilidade, fugindo um pouco da internacionalização.

A quarta e última pergunta foi: “Após o término da Graduação (dupla diplomação), você continuou estudando e se aperfeiçoando, em cursos de especialização, MBA, mestrado e/ou doutorado? Em que país, em qual universidade e/ou centro de capacitação? Que curso? (Em caso de negativa, pretende fazer?”

A finalização do questionário veio com o propósito de averiguar os interesses dos estudantes ou já graduados de continuarem sua vida acadêmica. Deste questionamento, podemos tirar o resultado de quatro pessoas que já estão cursando MBA ou curso de especialização e dos demais que mostraram interesse em ingressar em algum curso de pós-graduação, MBA ou mestrado. Houve apenas uma exceção, em que foi afirmado que as condições financeiras e de localização não permitem ter tal objetivo a curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estiveram envolvidas no processo de Cooperação e Aliança Brasil/Alemanha, Projeto CALA (Curso Alemão Latino-Americano de Administração), a FAE Centro Universitário (Curitiba – Brasil) e a Fachhochschule – Münster Universidade de Ciências Aplicadas, Faculdade de Administração (Münster – Alemanha), conveniadas no período de 1999 até a presente data.

Constata-se que neste período ambas Instituições envolvidas foram beneficiadas pelo intercâmbio de professores e alunos e pelo desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa.

Os alunos participantes do processo têm a convicção de que foram no presente e serão beneficiados no futuro com o fato de possuírem dupla diplomação com validade tanto no Brasil e Mercosul como na Alemanha e União Europeia. Mesmo quando os benefícios não foram avaliados de imediato, em decorrência da juventude dos alunos participantes e do curto período após formados, eles acreditam que os horizontes profissionais são altamente promissores, pelo conhecimento de outro idioma, experiência internacional e consistência de conhecimentos adquiridos que irão acompanhá-los em toda a carreira profissional, presente e futura.

As sociedades brasileira e alemã têm conquistado ganhos por meio de profissionais mais capacitados e preparados que serão técnicos e gestores de organizações, podendo trazer frutos promissores a partir dos conhecimentos e experiências incorporadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. **Internacionalização de empresas brasileiras**: perspectivas e riscos. Rio de Janeiro: Fundação Dom Cabral, 2007.
- AMATUCCI, M. **Internacionalização de empresas**: teorias, problemas e casos. São Paulo: Atlas, 2009.
- BAUMANN, R.; CARDOSO, F. H. **O Brasil e a economia global**. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- CERTO, S. C. et al. **Administração estratégica**: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Pearson, 1993.
- DEFINIÇÃO de globalização. **Portal da Educação**, 8 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/32944/definicao-de-globalizacao#>>. Acesso em: 09 out. 2014.
- GOMES, C. Globalização. **Portal Info Escola**. Disponível em: <www.infoescola.com/geografia/globalizacao>. Acesso em: 9 out. 2014.
- LOURENÇO, G. M. **Economia brasileira**: da construção da indústria à inserção na globalização. Curitiba: Ed. do Autor, 2005.
- PENA, R. A. Globalização. **Portal Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/globalizacao.htm>>. Acesso em: 9 out. 2014.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA (SOBEET). **Internacionalização das empresas brasileiras**: estudo temático 2005/2006 do Fórum de Líderes. São Paulo: Clio, 2007.

ANEXO I

Modelo de carta enviada para estudo de caso

Caro(a) aluno(a) do Projeto CALA,

Considerando sua participação no convênio de dupla diplomação entre Brasil e Alemanha, através da FAE e da Fachhochschule, estamos muito interessados em saber quais foram os reais benefícios, para sua carreira profissional, desta dupla diplomação.

Também queremos manter os alunos participantes do processo de dupla diplomação informados sobre o respectivo desempenho profissional e possibilitar uma comparação com outros alunos participantes do processo.

Outro assunto importante é informar aos futuros alunos integrantes do processo os resultados já obtidos anteriormente pelos ex-alunos participantes do mesmo e, assim, estimular a intensificação e crescimento deste processo com outras universidades a partir dos resultados desenvolvidos por você.

Ficaremos muito gratificados e estimulados com a sua participação e atualização de endereços para contatos futuros.

Abrços na fraternidade acadêmica,
Antoninho Caron

(Considering your participation in the double degree program signed between FAE (Brazil) and Fachhochschule (Germany), we are very interested in knowing the real benefits gained for your professional career.

We also want to learn from the participating students of this double degree program the outcomes of their professional development and compare results.

A fourth point we plan to explore is to inform prospective applicants about the results obtained by former students, and thus, encourage student participation and expansion of similar programs.)

Questionário de acompanhamento do desenvolvimento técnico profissional de
Alunos CALA 2005/2015

1. Quais foram os principais benefícios trazidos para sua carreira profissional pela oportunidade de estudar na Alemanha (Fachhochschule Münster e FAE Centro Universitário), conquistando uma dupla diplomação, com validade para os países da União Europeia e países membros do Mercosul?

(What professional benefits did you gain from completing the double degree at both Fachhochschule Münster and FAE Business School, valid in the European Union and Mercosur countries?)

2. Qual sua nacionalidade? Onde você está atuando profissionalmente atualmente (país, empresa – própria? – Ramo de atividade, e-mail para contatos futuros, se for de seu interesse)?

(What is your nationality? Where are you currently working? (country, company – is it your own? branch, e-mail for future contacts if it is of your interest)

3. Quais as principais atividades técnicas e profissionais desenvolvidas após a conclusão do curso de Graduação com dupla diplomação? (Está atuando em cargo técnico ou gestão?).

(What main technical and professional activities have you developed after your graduation? (do you have a technical or managerial role?)

4. Após o término da Graduação (dupla diplomação), você continuou estudando e se aperfeiçoando em cursos de especialização, MBA, mestrado e/ou doutorado? Em que país, em qual universidade e/ou centro de capacitação? Qual curso? (Em caso de negativa, pretende fazer?).

(After the completion of your degree, did you keep studying and improving yourself, e.g. completing other degrees such as MBA, specialization, master's and/or doctorate? In which country/university and/or training center? (if the answer is no, do you intend to pursue further studies?)

TRABALHO EM EQUIPE E GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CHÃO DE FÁBRICA NA INDÚSTRIA PARANAENSE

Eduardo Luis Paixão Pereira¹

Gabriel Baggio Mendes²

José Vicente Bandeira de Mello Cordeiro³

RESUMO

De que forma se organiza o trabalho no chão de fábrica das empresas industriais e como ele impacta os resultados obtidos pela gestão do conhecimento do nível operacional? Se por um lado a literatura e a prática vêm apontando para os grupos com autonomia restrita como arranjos mais adequados à implementação da produção enxuta, autores da área organizacional insistem que a maior efetividade da gestão de conhecimento no chão de fábrica demandaria mais autonomia dos grupos de trabalho. Este trabalho é uma continuidade da pesquisa sobre organização da produção e gestão do conhecimento no chão de fábrica, iniciada em 2014, com a proposta de um modelo e estudos de casos múltiplos no setor de autopeças. A fim de de generalizar conclusões da pesquisa anterior, buscou-se caracterizar o nível de autonomia das equipes de chão de fábrica das empresas industriais de médio e grande porte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e, além disso, das práticas e do resultado obtido com a gestão do conhecimento dos operadores. Também buscou-se identificar a relação existente entre a autonomia das equipes do chão de fábrica e os resultados da gestão do conhecimento. Para isso, foi conduzido um *survey*. Concluiu-se haver predominância de equipes de trabalho com autonomia entre baixa e média, práticas de gestão do conhecimento no chão de fábrica caracterizadas pelo baixo desempenho e uma fraca correlação entre estas duas variáveis, evidenciando a não dependência dos resultados da gestão do conhecimento em relação à autonomia das equipes de trabalho.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento no Chão de Fábrica. Trabalho em Equipe. Organização da Produção. Autonomia.

¹ Aluno do 6º período do curso de Administração (MEP) da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: eduardo_pereira90@yahoo.com.br

² Aluno do 8º período do curso de Engenharia de Produção da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: gabrielbbaggio@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: josec@fae.edu

INTRODUÇÃO

Percebe-se desde os primórdios da humanidade, que o trabalho em equipe é um importante mecanismo para obter resultados e alcançar objetivos cada vez complexos. O trabalho em grupo evoluiu com o passar dos anos, mas foi virtualmente banido a partir da ascensão das ideias da Administração Científica de Frederick Taylor. O redescobrimento do trabalho em equipe, especialmente no chão de fábrica, deu-se a partir da popularização da ideia de que o aumento da autonomia e responsabilidade dos operadores seria um *driver* para o aumento do desempenho (FLEURY; FLEURY, 2006).

O advento de um novo paradigma produtivo – fundamentado no resgate do cérebro dos operadores do chão de fábrica na indústria e banido pela Administração Científica junto com o trabalho em grupo – determinou a criação de um novo campo de pesquisas, a saber, a gestão do conhecimento no chão de fábrica, que trata da participação ativa dos funcionários de nível operacional nos processos de melhoria contínua e no desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais no sentido de viabilizar esta participação (GONZALEZ et al., 2011).

Nonaka e Takeuchi (1997) enfatizam que a conversão contínua do conhecimento de tácito para explícito, e vice-versa, é fundamental para a manutenção da competitividade no longo prazo. Nesse sentido, Bessant (2003) descreveu cinco diferentes estágios de difusão e contribuição (definidos como Inovação de Alto Envolvimento ou *High Involvement Innovation* – HII). À medida que as organizações aprofundam seus programas de melhoria contínua com a participação do nível operacional, é possível identificar esses estágios. Recentemente, são diversos os trabalhos que apontam o aumento da autonomia como instrumento fundamental para maximizar o engajamento dos operadores no chão de fábrica e consequentemente ampliar os resultados provenientes da gestão do conhecimento (MARX, 2010; FLEURY; FLEURY, 2006; SCHURING, 1996; LONDON; SESSA, 2007; RAINA; PILLANIA, 2008; GONZALES; MARTINS, 2014). Alguns desses trabalhos, no entanto, não avaliam de forma detalhada quais resultados da gestão do conhecimento no chão de fábrica seriam favorecidos por uma maior autonomia do nível operacional (MARX, 2010; FLEURY; FLEURY, 2006), enquanto outros tendem a não diferenciar os níveis de autonomia quando esta já está presente (SCHURING, 1996; LONDON; SESSA, 2007).

Estudos multicasos conduzidos em empresas fabricantes de autopeças, como o de Wzoreck e Cordeiro (2015), mostraram que o aumento da autonomia não estaria necessariamente vinculado aos melhores resultados no que se refere à gestão do conhecimento no chão de fábrica. Entre os casos estudados, observaram-se situações nas quais os resultados, em termos de ganhos de produtividade e qualidade provenientes dos trabalhos de melhoria conduzidos pelos operadores, teriam aumentado com a diminuição do grau de autonomia, passando de muito elevada a elevada. Esses resultados levantaram uma nova possibilidade de investigação: seriam estes resultados consequências de características específicas das empresas de autopeças investigadas ou a autonomia não estaria correlacionada positivamente com os resultados obtidos com a gestão do conhecimento no chão de fábrica?

Dessa forma, o problema de pesquisa que deu origem a este trabalho pode ser caracterizado pela seguinte pergunta: qual o grau de adoção do trabalho em equipe nas empresas industriais da RMC e de que forma este se relaciona com o resultado obtido com a adoção de práticas de gestão do conhecimento no chão de fábrica?

O objetivo geral deste projeto é caracterizar o trabalho em equipe e as práticas de gestão do conhecimento no chão de fábrica nas organizações industriais da RMC, buscando identificar as relações entre a adoção do primeiro e os resultados obtidos com o segundo. Para que esse objetivo seja alcançado, os seguintes objetivos específicos foram elencados: i) Desenvolver um modelo teórico-conceitual a partir da revisão da literatura; ii) Caracterizar as equipes de trabalho no chão de fábrica das empresas estudadas por meio do seu grau de autonomia; iii) Caracterizar as práticas de gestão do conhecimento no chão de fábrica das empresas industriais paranaenses por meio do seu nível de inovações de alto envolvimento; iv) Identificar as relações existentes entre a autonomia das equipes de trabalho e os resultados obtidos com as práticas de gestão do conhecimento das empresas industriais paranaenses.

Na pesquisa realizada por Wzoreck e Cordeiro (2015) com três empresas do setor de autopeças no estado do Paraná, constatou-se que o aumento de autonomia não garantia, necessariamente, melhores resultados em termos de gestão do conhecimento. Autores como Marx (2010), Fleury e Fleury (2006), Schuring (1996), London e Sessa (2007), Raina e Pillania (2008), bem como Gonzales e Martins (2014) descrevem uma correlação positiva entre a autonomia dos grupos de trabalho no chão de fábrica e os resultados em termos de gestão do conhecimento, porém essa correlação parece, de fato, depender de outras variáveis envolvidas nos casos apresentados, como a cultura e os níveis de consciência dos operadores e a tecnologia e estratégia adotadas pela empresa.

Assim, este trabalho investiga a relação entre estas duas variáveis (autonomia e gestão do conhecimento no chão de fábrica) em uma população de empresas industriais multissetoriais de médio e grande porte da RMC, com o intuito de verificar a possibilidade de generalização dos resultados obtidos nos estudos multicasos realizados por Wzorek e Cordeiro (2014), preenchendo uma lacuna na literatura da área em questão.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico, nesta pesquisa, está dividido em: i) Trabalho em equipe no chão de fábrica; ii) Gestão do conhecimento no chão de fábrica; e iii) Trabalho em equipe e gestão do conhecimento no chão de fábrica.

1.1 TRABALHO EM EQUIPE NO CHÃO DE FÁBRICA

Marx (2010) apresenta dois modelos de trabalho em equipe para o chão de fábrica, sendo eles: grupos enriquecidos e grupos semiautônomos.

As características essenciais que constituem os grupos semiautônomos são provenientes da abordagem sociotécnica e se fundamentam na autonomia com foco em metas de eficiência e competitividade industrial, bem como na flexibilidade organizacional e no estímulo às competências profissionais. Nesse tipo de trabalho em grupo, determina-se aos membros da equipe uma total responsabilidade por seus resultados. Seus princípios são embasados pela autonomia e flexibilidade. Sendo assim, seus membros têm a autonomia para definir a divisão das tarefas e dos métodos de trabalho, bem como a utilização e gerenciamento dos recursos necessários; controlar os meios e os resultados de seu desempenho; gerenciar o pessoal; garantir a qualidade de produtos e reduzir os seus custos. Para esse modelo, os cuidados da gerência e da supervisão são centralizados nos resultados e na cobrança destes quando necessária. Além disso, a gerência deve fornecer os recursos fundamentais para que tanto os resultados quanto as metas sejam atingidos (MARX, 2010).

De acordo com Salerno (1991), nos grupos semiautônomos a liberdade das equipes de trabalho e a procedente descentralização na tomada de decisões sobre processos, alocação e gestão de recursos concede maior agilidade e flexibilidade no setor produtivo, gerando um ambiente favorável para a introdução de inovações de produto, de uso, de métodos e de estrutura organizacional.

Os grupos enriquecidos são destacados por conceitos de responsabilização e polivalência. E pode-se dizer que são regularmente aplicados em empresas direcionadas para a economia de escala (MARX, 2010). As principais características de destaque nos grupos enriquecidos são: (i) polivalência; ii) ampliação do campo de atuação do trabalhador (por aumento no número de tarefas ou participação em grupos em melhorias); iii) maior responsabilidade e iv) flexibilidade de alocação nos postos de trabalho.

Esse tipo de trabalho em grupo possui autonomia restrita e a participação dos operadores na formulação do projeto organizacional da empresa tende a ser nula.

Ainda segundo Marx (2010), os grupos enriquecidos e os grupos semiautônomos (GSAs) diferenciam-se fundamentalmente pelo grau de autonomia. Os grupos enriquecidos possuem um grau de autonomia e alcance de suas atribuições restritas, tendo em vista que focalizam em melhorias operacionais no ambiente de trabalho. Essas limitações, segundo o autor, reduziram as possibilidades de crescimento das competências profissionais e a contribuição dos trabalhadores em melhorias de cunho estratégico.

1.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CHÃO DE FÁBRICA

Apesar de a gestão do conhecimento já ser um assunto debatido desde a década de 1990 com o surgimento das teorias sobre Aprendizagem Organizacional, sua integração com os conceitos de Organização da Produção é ainda bastante recente (CORDEIRO et al., 2012).

A gestão do conhecimento no chão de fábrica é um processo que busca a integração dos conhecimentos tácitos e explícitos entre os funcionários, durante as tarefas rotineiras. Esse processo visa melhorias e faz com que a eficiência da organização melhore (MUNIZ et al., 2011).

Conhecimento é toda mudança causada no estado cognitivo do indivíduo, isto é, no seu estoque mental de saber acumulado, proveniente de uma interação positiva com uma estrutura de informação (BARRETO, 1997).

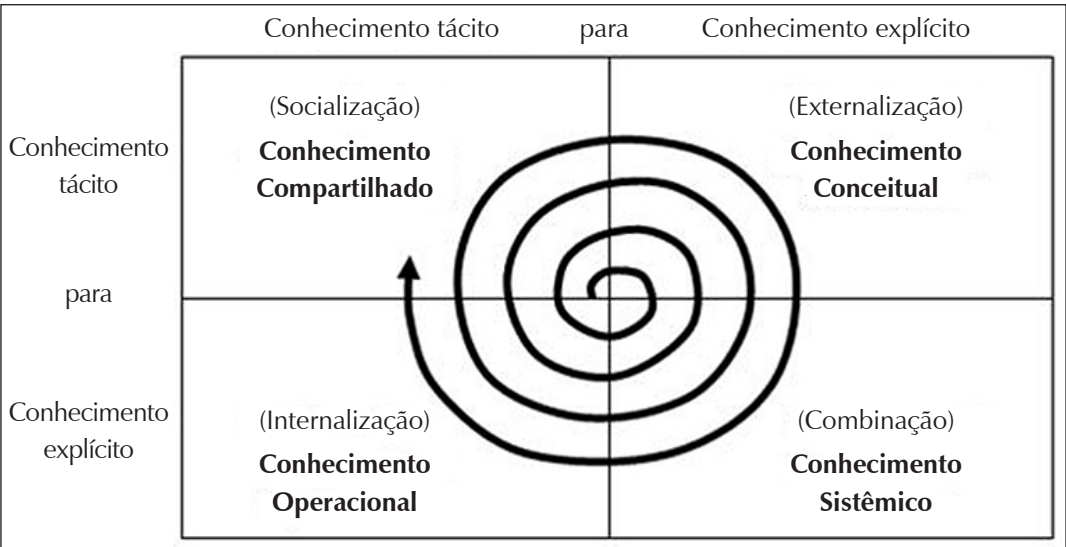
Prusak e Davenport (1998) definem gestão do conhecimento como uma coleção de processos que orientam a criação, disseminação e utilização do conhecimento para o alcance dos objetivos de uma organização.

Para Nonaka e Takeuchi (1997, p. 63), o conhecimento é “um processo humano dinâmico de justificar a crença pessoal com relação à verdade”. Essa definição parece muito ampla e justifica a categorização de dois tipos de conhecimento: o primeiro seria o conhecimento explícito. Facilmente sistematizado e comunicado, é transmitido por afirmações gramaticais e fórmulas matemáticas, sendo o tipo predominante de conhecimento na tradição ocidental. O segundo é o conhecimento tácito. Difícil de ser colocado no papel, diverge completamente do primeiro em razão de estar baseado em experiências individuais e fatores intangíveis, como crenças pessoais e emoções. É o tipo predominante na tradição oriental.

Apesar da dificuldade de expressá-lo, o conhecimento tácito é muitas vezes considerado o mais importante, convertendo-se em uma grande fonte de competitividade. “O conhecimento tácito é pessoal, específico ao contexto e, assim, difícil de ser formulado e comunicado. Já o conhecimento explícito ou codificado refere-se ao conhecimento transmissível em linguagem formal e sistemática” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 65). Sendo assim, não basta ter apenas o conhecimento tácito, já que as duas formas são complementares.

A seguir, a FIG. 1 apresenta a Espiral do Conhecimento de Nonaka e Takeushi (1997), enfatizando quatro processos de conversão do conhecimento.

FIGURA 1 – Espiral do conhecimento



FONTE: Nonaka e Takeuchi (1997, adaptado)

A **externalização** equivaleria a escrever um procedimento operacional padrão ou uma instrução de trabalho para uma determinada atividade. Trata-se da passagem do conhecimento tácito para o explícito. Usando um exemplo do cotidiano, na tentativa de uma avó de ensinar a neta a fazer um bolo, a parte da externalização do conhecimento seria quando a avó escreve a receita em um caderno, sendo o processo de externalização literalmente o ato de transformar o conhecimento guardado dentro do cérebro em algo com maior tangibilidade, que facilite o entendimento de um maior número de pessoas (NONAKA; TAKEUSHI, 1997; CORDEIRO; PELEGRINO; MUELLER, 2012).

Já a segunda etapa, isto é, a **combinação**, é o aprendizado de um conhecimento combinado a outro, fazendo com que se crie um novo conhecimento por meio do raciocínio lógico. Trata-se da transmissão do conhecimento explícito de uma pessoa para outra. Seguindo o exemplo mencionado, a combinação se daria no momento em que a neta lê a receita escrita pela avó (NONAKA; TAKEUSHI, 1997; CORDEIRO, 2010).

O processo de **internalização** consiste na transformação de conhecimento explícito em tácito, que equivaleria ao ato da neta tentar fazer o bolo lendo a receita escrita pela avó. Por meio desse processo, o conhecimento estritamente explícito obtido pela leitura da receita começaria a transformar-se em tácito na medida em que a neta exercita a prática de fazer o bolo a partir da receita (NONAKA; TAKEUSHI, 1997; CORDEIRO, 2010).

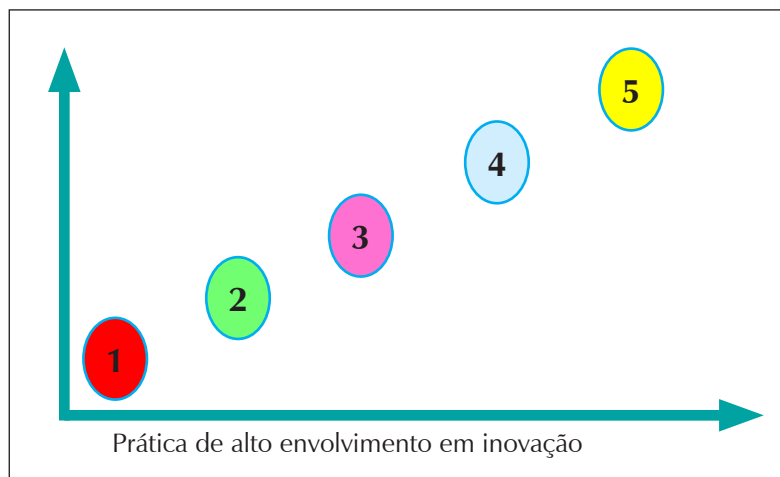
Por fim, o processo de socialização, ou seja, o compartilhamento de experiências por meio da observação, imitação ou prática faz com que o conhecimento seja transferido de uma pessoa para outra em sua forma tácita. Continuando com o exemplo da avó, a socialização equivaleria ao aprendizado obtido pela neta ao fazer o bolo junto com sua avó, sob o olhar crítico desta, que apontaria macetes e diferentes técnicas para aprimorar o processo. Avaliando os processos de gestão do conhecimento em empresas ocidentais, este seria, dos quatro processos de conversão citados, aquele mais negligenciado, em função da grande importância dada pelas empresas ocidentais à transmissão do conhecimento em sua forma explícita (NONAKA; TAKEUSHI, 1997; CORDEIRO, 2010).

Para mensurar os resultados obtidos na organização em relação à gestão do conhecimento no nível operacional, Bessant (2003) define o conceito de HII, que é o processo de aproveitamento das pessoas que trabalham nas diversas áreas operacionais da empresa na promoção da inovação sustentável e contínua. Logo, a HII ajuda a engajar a inteligência coletiva, a criatividade e a experiência da força de trabalho e suas redes de contatos para solucionar problemas e criar uma cultura de inovação contínua, indo além da inovação produzida por especialistas.

À vista disso, para que uma organização possa manter e sustentar um alto nível de envolvimento de suas forças de trabalho na inovação é necessário passar por determinados estágios, havendo aperfeiçoamento em termos de desenvolvimento de sistemas, capacidade de envolver pessoas no processo em geral e melhoria nos resultados obtidos em termos de qualidade, custos, satisfação de clientes etc. (BESSANT, 2003).

Assim, no GRÁF. 1 é possível identificar as diferenças de cada nível em relação à *performance* de alto envolvimento.

GRÁFICO 1 – *Performance* de alto envolvimento e inovação



FONTE: Bessant (2003)

O primeiro nível caracteriza-se por pouco ou nenhum envolvimento dos níveis operacionais em atividades de solução de problemas e inovação. Quando ocorre, a ação é vista como um fato aleatório e ocasional e os aperfeiçoamentos que eventualmente ocorrem não são divulgados para os outros funcionários na grande maioria das vezes, trazendo pouco impacto na organização (BESSANT, 2003).

O segundo nível caracteriza-se pela existência de um processo formal para encontrar e resolver os problemas de uma maneira estruturada e sistemática como também o treinamento e o encorajamento das pessoas a solucionar os problemas, marcando o estabelecimento do hábito de inovação em pelo menos em uma parte da organização (BESSANT, 2003).

No nível 3 ocorre o alinhamento do alto envolvimento em inovação com os objetivos estratégicos da organização, de modo que as atividades de melhoria de equipes e indivíduos sejam guiadas pela estratégia empresarial (BESSANT, 2003).

No nível 4 é introduzido um novo elemento, que é o *empowerment* dos indivíduos e dos grupos a inovar pela sua própria iniciativa, não precisando de alguém da organização que seja de uma hierarquia maior para apontar o caminho da inovação. As experiências de inovação são compartilhadas com outros grupos, fazendo com que não seja necessário “reinventar a roda” toda vez que for inovar com os outros grupos, evitando cometer os mesmos erros de seus predecessores, embora quase todo trabalho de inovação ainda esteja concentrado em fazer processos eficientes e enxutos, sem alcançar o desenvolvimento de novos produtos e serviços, ou seja, sem transcender as fronteiras da área de operações (BESSANT, 2003).

Finalmente, no nível 5, o alto envolvimento em inovação passa a ser uma cultura dominante na organização, onde o *empowerment* dos funcionários está em um nível muito alto e a organização passa a valorizar o erro como parte do processo de inovação e do aprendizado. A empresa encoraja a rotação no trabalho, fazendo com que os funcionários tenham um aprendizado e visões de diferentes áreas, envolvendo-se, inclusive, com consumidores, fornecedores e com a própria concorrência para que esse consiga ter uma visão não apenas da organização, mas também do ambiente externo (BESSANT, 2003).

De acordo com Muniz et. al (2011), existem “fatores alavancadores”, que potencializam a criação de condições favoráveis em busca de melhores resultados para a organização e para os funcionários. Esses fatores colocam o operador de produção em destaque e valorizam a gestão do conhecimento do operário e a criação de um ambiente agradável na indústria. Eles se dividem em: a) Produção, b) Trabalho e c) Gestão do Conhecimento.

A utilização dos fatores alavancadores da Produção contribui para o aprendizado dos operadores, em busca de melhorias para o ambiente produtivo. Já os fatores da dimensão Trabalho promovem a integração das pessoas, criando uma condição favorável para a integração das pessoas e a utilização do conhecimento para melhoria de resultados. Por fim, o fator de gestão do conhecimento contribui para a captação, utilização e compartilhamento do conhecimento, tanto tácito quanto explícito, aumentando o potencial de melhorias dos resultados.

A proposta feita por Cordeiro, Pelegrino e Mueller (2012) para integração entre a Gestão do Conhecimento e a Organização da Produção se dá na forma de dez passos, sendo os seis primeiros utilizados para efetivar a gestão do conhecimento e os quatros últimos são princípios para nortear a implementação dos seis primeiros. Os passos seriam: i) Criação de sistemas de registro e armazenamento de melhorias realizadas pelos funcionários na área de produção; ii) Implementação de treinamento técnico em processo e em produto, fazendo com que a compreensão das justificativas para as atividades operacionais sejam mais profundas; iii) Implementação de treinamento em técnicas de melhoria da Produção Enxuta; iv) Implementação do treinamento *on the job*, de acordo com os princípios do *Four Step Method*; v) Criação de um Sistema de Indicadores e Metas que consigam mensurar e avaliar as perdas por falta de conhecimento e os ganhos resultantes das melhorias propostas e implementadas; vi) Criação de um sistema de confecção, avaliação e aplicação de propostas de melhorias; vii) Incentivo e viabilização de melhorias de alto-envolvimento; viii) Prática dos quatros métodos de conversão do conhecimento entre todos os envolvidos; ix) Criação e manutenção de um ambiente em que predominem as condições que capacitem a criação do conhecimento; x) Existência de apoio da alta direção e mobilização, sensibilização e comprometimento de todos.

1.3 TRABALHO EM EQUIPE E GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CHÃO DE FÁBRICA

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), a organização que propicia autonomia está propensa a ser mais flexível para adquirir, interpretar e relacionar informações. Com isso, criam-se ambientes em que as oportunidades de inovações aumentam, assim como a motivação do indivíduo de criar novos conhecimentos e compartilhar com os outros.

Para alcançar esse nível de autonomia deve existir uma organização formal de pessoas, equipamentos e alocação de recursos de tempo, estimulando a iniciativa e a autonomia dos membros do grupo em busca de apoio e de encontro para a criação, compartilhamento, uso e avaliação de novas ideias de melhoria e resultados (MUNIZ et al., 2011).

Barton e Delbridge (2006) afirmam que o papel dos supervisores e operadores de chão de fábrica é importante para o processo de melhoria contínua e inovação para a planta, bem como enfatizam a importância do trabalho em equipe e *empowerment*.

O *empowerment*, segundo Rodrigues e Santos (2004, p. 263), “torna-se uma abordagem de trabalho que objetiva a delegação de poder de decisão, autonomia e participação dos funcionários na administração das empresas”.

A relação positiva entre o grau das equipes e os resultados alcançados com a gestão do conhecimento no chão de fábrica é muitas vezes tomada como um pressuposto, a ponto de a definição de Bessant (2003) para os diferentes níveis de HII (em termos de resultados) apresentar simultaneamente aos resultados obtidos um grau de autonomia crescente para os níveis mais altos de HII.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta aspectos predominantemente quantitativos e discretos, de natureza aplicada e de caráter descritivo e explicativo, podendo ser classificada como *survey* no que se refere ao seu delineamento.

Escolheu-se o método *survey* para obter dados sobre a relação entre o grau de autonomia dos grupos de trabalho e o seu desempenho em termos de gestão do conhecimento nas empresas industriais de porte médio e grande na RMC, uma vez que por meio do uso desse método é possível caracterizar as variáveis investigadas em uma amostra e considera-las representativas da população (FREITAS et al., 2000; FONSECA, 2002).

O motivo para a escolha do *survey* como método de pesquisa neste trabalho se justifica pelas seguintes características: i) Os dados sobre determinado fenômeno são coletados em uma amostra para que se possam extrair conclusões sobre o fenômeno investigado; ii) O método permite obter um panorama sobre o fenômeno conforme variáveis definidas e; iii) Ele possibilita extrair conclusões acerca das correlações entre as variáveis.

Segundo Malhotra (2006), o *survey* é apropriado como método de pesquisa quando:

- deseja-se responder questões do tipo “O quê?”, “Por quê?”, “Como?”, e “Quanto?”, ou seja, quando o foco de interesse é sobre o que está acontecendo ou como e por que isso está acontecendo;
- não se tem interesse ou não é possível controlar as variáveis dependentes e independentes;
- o ambiente natural é a melhor situação para estudar o fenômeno de interesse;
- o objeto de interesse ocorre no presente ou no passado recente.

Segundo Pinsonneault e Kramer (1993), pode-se classificar a pesquisa *survey* deste trabalho como explanatória ou explicativa, por ter como objetivo testar uma teoria e suas relações causais. A pesquisa enfatiza um corte transversal da realidade, uma vez que a coleta de dados ocorre em um só momento. Neste estudo, as unidades de análise são organizacionais, representadas pela área de produção das empresas pesquisadas, sendo que o respondente ao *survey* é um gerente, supervisor ou *staff* da área de produção da empresa.

Por ser uma pesquisa quantitativa, foi usada a escala Likert, ou seja, uma escala psicométrica que tem como intuito registrar o nível de concordância ou discordância do respondente com uma declaração (POYNTER, 2012).

Os construtos deste trabalho são definidos pela **autonomia das equipes de trabalho**, e a gestão do conhecimento no chão de fábrica é definida pelas **melhorias, inovações e ganhos financeiros proporcionados pelas atividades dos operadores**.

A autonomia das equipes de trabalho é definida como variável independente, sendo que a variável dependente é o resultado em termos de gestão do conhecimento. Assim, tentou-se verificar a correlação entre essas duas variáveis, contestar o pressuposto disponível na literatura de que quanto maior a autonomia dos operadores melhores os resultados em termos de gestão do conhecimento no chão de fábrica, bem como verificar a validação das seguintes hipóteses de trabalho:

- **H0** – As Equipes de trabalho no chão de fábrica das empresas industriais da RMC têm autonomia entre baixa e média.
- **H1** – As Empresas Industriais da RMC não apresentam alto desempenho em termos dos resultados da gestão do conhecimento no chão de fábrica.
- **H2** – Ter maior autonomia não implica em melhores resultados em termos de gestão do conhecimento.

A população investigada é composta por todas as indústrias de médio e grande porte que compõem a RMC. As amostras definidas são casuais simples e probabilísticas, ou seja, com elas é possível realizar inferências para a população estudada.

Conforme o cadastro da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), a população que representa as empresas de médio e grande porte na RMC é definida por 496 indústrias. Foram enviados questionários para uma amostra de 23 empresas, relacionadas a um erro máximo de 10% para um intervalo de confiança de um desvio-padrão, ou um nível de confiança de 68%. Das 23 pessoas que receberam os questionários, 16 o responderam, ou seja, a taxa de respondentes foi de 70%, sendo que quatro questionários foram descartados – não válidos em função da desqualificação dos respondentes (não trabalhavam na área industrial das empresas em função de chefia ou *staff*). Pelas características dos instrumentos de pesquisas, percebeu-se que o questionário seria o instrumento de pesquisa mais adequado para este projeto, uma vez que, por meio dele, foi possível relacionar as duas variáveis em estudo, quais sejam, o trabalho em equipe e a gestão do conhecimento e verificar o grau de correlação entre elas. Vale lembrar que optou-se por enviar o questionário de forma impressa e digital aos membros da sua amostra.

3 MODELO DE ANÁLISE

Utiliza-se o modelo de aprofundamento na tipologia de Marx (2010), exposto no trabalho de Wzoreck e Cordeiro (2015), com algumas adaptações necessárias de modo a viabilizar seu uso em um *survey* (no trabalho original eram estudos multicasos).

QUADRO 1 – Caracterização do nível de autonomia das equipes de trabalho por meio do aprofundamento na tipologia de Marx

Grupos enriquecidos			
Tipos de autonomia \ Tipos de grupo	Pré-grupos enriquecidos	Grupos enriquecidos de Nível I	Grupos enriquecidos de Nível II
Gestão da Produção	Inferior a 13 pontos	Inferior a 27	Entre 27 e 33
Gestão de RH	Inferior a 12 pontos	Inferior a 16	Poderá chegar a 24
Gestão de Planejamento	Tende a 4 pontos	Tende a 4 pontos	Poderá chegar a 8 pontos
Grupos semiautônomos			
Tipos de autonomia \ Tipos de grupo	Semiautônomos de Nível I	Semiautônomos de Nível II	Semiautônomos de Nível III
Gestão da Produção	Acima de 27 pontos	Acima de 33 pontos	Acima de 33 pontos
Gestão de RH	Acima de 24 e menor que 29	Acima de 29 pontos	Acima de 29 pontos
Gestão de Planejamento	Poderá chegar a 8 pontos	Maior que 8 e menor que 12 pontos	Superior a 12 pontos

FONTE: Os autores (2015)

Com base na classificação apresentada no QUADRO 1, as empresas foram enquadradas nas seguintes categorias quanto à autonomia de suas equipes de trabalho no chão de fábrica:

- **Baixa Autonomia:** Representadas pelas empresas que se enquadraram nos níveis de pré-grupos enriquecidos e grupos enriquecidos de nível I.
- **Média Autonomia:** Empresas cuja autonomia equivale à dos grupos enriquecidos de nível II.
- **Alta Autonomia:** Representada pelas empresas com grupos semiautônomos de nível I.
- **Autonomia muito elevada:** Representada pelas empresas com grupos semiautônomos de nível II e III.

A forma utilizada para classificar as empresas de acordo com o seu nível de HII deu-se pela divisão das questões em quatro blocos, computando a soma das pontuações totais em cada bloco, sendo o primeiro bloco dado pelas questões 22 até a 32 e a 42 do questionário (totalizando 12 questões); o segundo bloco dado pelas questões 33, 34 e 35 (totalizando 3 questões); o terceiro bloco formado pelas questões 36, 37, 38, 39 e 40 (totalizando 5 questões); por fim, o quarto bloco constituído unicamente pela questão 41.

A seguir, o QUADRO 2 apresenta a pontuação necessária para que as equipes sejam enquadradas em cada uma das classificações.

QUADRO 2 – Critérios de classificação das empresas pesquisadas de acordo com seu estágio de HII (High Involvement Innovation – Inovação de Alto Envolvimento)

	Somatório do bloco 1	Somatório do bloco 2	Somatório do bloco 3	Somatório do bloco 4
HII Nível I	Menor que 36	-	-	-
HII Nível II	Maior que 36 e menor ou igual a 47	Maior ou igual a 12	-	-
HII Nível III	Maior ou igual a 48	Maior ou igual a 12	Maior ou igual a 20 e menor ou igual a 22	-
HII Nível IV	Maior ou igual a 48	Maior ou igual a 12	Maior ou igual a 23 e menor ou igual a 25	Menor que 5
HII Nível V	Maior ou igual a 48	Maior ou igual a 12	Maior ou igual a 23 e menor ou igual a 25	Igual a 5

FONTE: Os autores (2015)

Com base nos resultados de desempenho de HII, obtidos a partir da proposta de classificação do QUADRO 2, as empresas foram classificadas em relação ao desempenho de sua gestão do conhecimento no chão de fábrica da seguinte maneira:

- Baixo Desempenho – HII Nível I;
- Desempenho Mediano – HII Níveis II e III;
- Desempenho Elevado – HII níveis IV e V.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos, referentes à autonomia das equipes de trabalho do chão de fábrica, em termos de gestão da produção, gestão do RH e gestão do planejamento, possibilitaram a classificação por meio da abordagem mostrada no QUADRO 1, resultando em:

- 58% das empresas enquadradas na categoria de grupos enriquecidos de Nível I;
- 25% das empresas enquadradas na categoria de grupos enriquecidos de Nível II;
- 17% das unidades produtivas foram enquadradas na categoria de Grupos semiautônomos de Nível I.

No que se refere ao nível de autonomia, os resultados foram:

- 58% das empresas estão na categoria de baixa autonomia;
- 25% das indústrias estão na categoria de média autonomia;
- 17% das unidades produtivas pertencem à categoria de alta autonomia.

Esses resultados validam, com um erro máximo de 10% para um intervalo de confiança de um desvio-padrão, ou um nível de confiança de 68%, a hipótese H0, que propõe a predominância de baixa a média autonomia entre as equipes de trabalho no chão de fábrica das empresas de médio e grande porte da RMC.

Considerando a tipologia de classificação da gestão do conhecimento e dos seus resultados no chão de fábrica, pôde-se verificar que:

- 45,45% das empresas estão no nível 1 de HII;
- 36,36% das empresas estão no nível 2 de HII;
- Nenhuma empresa foi encontrada nos níveis 3 e 4 de HII;
- 9,09% das empresas estão no nível 5 de HII.

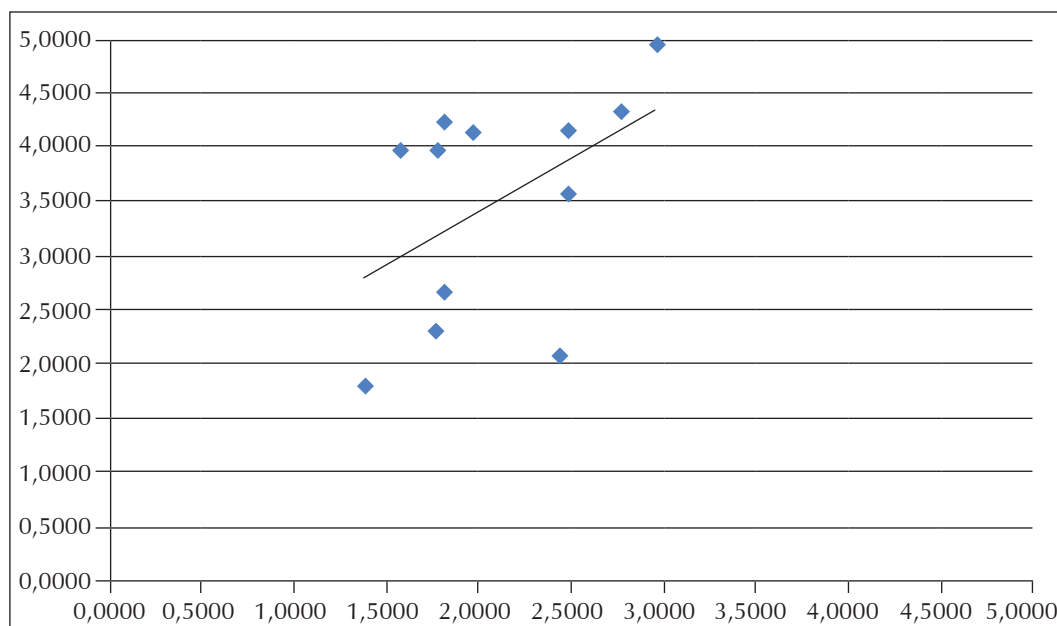
No que se refere ao grau de desempenho da gestão do conhecimento no chão de fábrica, tem-se:

- 45,45% das empresas com baixo desempenho em gestão do conhecimento no chão de fábrica;
- 36,36% das empresas com médio desempenho em gestão do conhecimento no chão de fábrica;
- 9,09% das empresas com alto desempenho em gestão do conhecimento no chão de fábrica.

Esses resultados validam, com um erro máximo de 10% para um intervalo de confiança de um desvio-padrão, ou um nível de confiança de 68%, a hipótese H1, que propôs que as Empresas Industriais da RMC não apresentam alto desempenho em termos dos resultados da gestão do conhecimento no chão de fábrica.

Observando os resultados obtidos nas duas variáveis apresentadas e calculando o coeficiente de Pearson, obtém-se uma correlação positiva fraca ($r=0,487412$), o que valida, com um erro máximo de 10% para um intervalo de confiança de um desvio-padrão, ou um nível de confiança de 68%, a hipótese H2, que propunha a existência de uma relação positiva fraca entre o grau de autonomia das equipes de trabalho no chão de fábrica e os resultados obtidos com as práticas de gestão do conhecimento. O GRÁF. 2 denota a relação positiva fraca verificada entre as duas variáveis.

GRÁFICO 2 – Diagrama de Dispersão



FONTE: Os autores (2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa alcançou os seus objetivos, uma vez que foram caracterizados o trabalho em equipe e as práticas de gestão do conhecimento no chão de fábrica nas organizações industriais de médio e grande porte da RMC, sendo identificadas as relações existentes entre as duas variáveis.

Especificamente, desenvolveu-se um modelo teórico-conceitual, adaptando-o de Wzorek e Cordeiro (2014), definindo a autonomia das equipes no chão de fábrica e as práticas e resultados da gestão do conhecimento no chão de fábrica como as variáveis a serem estudadas.

As equipes de trabalho no chão de fábrica nas empresas industriais da RMC foram caracterizadas como tendo autonomia entre baixa e média, validando a hipótese de trabalho H0.

As práticas de gestão do conhecimento no chão de fábrica das empresas industriais paranaenses foram caracterizadas pelo baixo desempenho, estando 90,9% das empresas pesquisadas entre os níveis I e II de HII. Por fim, foi definida a correlação existente entre as duas variáveis, sendo esta dada como sendo positiva e entre fraca e média, validando a hipótese H2.

Tendo em vista que os resultados obtidos apontaram um erro máximo de 10% para um intervalo de confiança de um desvio-padrão, ou um nível de confiança de 68%, propõe-se como trabalho futuro a aplicação do presente questionário em uma amostra maior da população estudada, de forma a conseguir resultados com um erro máximo de até 5% em um intervalo de confiança de até 90%.

Além disso, propõe-se à adequação do instrumento de coleta de dados de forma a garantir uma maior fidedignidade às respostas, inserindo questões com o intuito de cruzar determinados dados e invalidar uma determinada resposta caso esta não se apresente consistente.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, A. de A. As tecnologias intensivas de informação e comunicação e o reposicionamento dos atores do setor. In: INFO 97. **Anais eletrônicos**. Cuba, 1997. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/Info97Cuba.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- BARTON, H.; DELBRIDGE, R. Delivering the “learning factory”? evidence on HR roles in contemporary manufacturing. **Journal of European Industrial Training**, Bradford, v. 30, n. 5, p. 385-395, 2006.
- BESSANT, J. **High involvement innovation: building and sustaining competitive advantage through continuous change**. West Sussex: J. Willey, 2003.
- CAUCHICK MIGUEL, P. A. et al. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; ABEPRO, 2012.
- CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- CORDEIRO, J. V. B. M. Sistema Toyota de Produção: novo paradigma produtivo ou estratégia de operações. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., 2007, Foz Do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ABEPRO, 2007.
- CORDEIRO, J. V. B. M.; PELEGRINO, A. N.; MULLER, A. V. Proposta e Aplicação de um Modelo de Análise para a Gestão do Conhecimento em Programas de Produção Enxuta. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32., 2012, Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves: ABEPRO, 2012.
- DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- FREITAS, H. M. R.; JANISSEK, R. **Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.
- FREITAS, H. M. R.; MOSCAROLA, J. **Análise de dados quantitativos e qualitativos: casos aplicados usando o Sphinx®**. Porto Alegre: Sphinx; Sagra Luzzatto, 2000.
- FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GONZALEZ, R. V. D.; MARTINS, M. F. Mapping the organizational factors that support knowledge management in the Brazilian automotive industry. **Journal of Knowledge Management**, Hershey, v. 18, n. 1, p. 152-176, 2014.
- LONDON, M.; SESSA, V. How groups learn, continuously. **Human Resources Management**, London, v. 46, n. 4, p. 651-669, 2007.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MARX, R. Organização do trabalho na indústria automobilística sueca. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 91-97, jan./mar. 1994.
- _____. **Trabalho em grupo e autonomia como instrumentos de competição**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MUNIZ JR., J. et al. Conhecimento, trabalho e produção: estudo do ambiente operário em uma montadora automotiva. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 14., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, I. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEREIRA, H. **Gestão do conhecimento como modelo empresarial**. Curitiba: Champagnat, 2001.

PEREIRA, M.; FREIRE, J.; SEIXAS, J. Utilização da aprendizagem cooperativa no ensino de engenharia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., Curitiba. **Anais...** Florianópolis: ABEPRO, 2002. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR111_0214.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. Survey research in management information systems: an assessment. **Journal of Management Information System**, New York, v. 10, n. 2, p. 75-105, Sept.1993.

POYNTER, R. **Defining likert scales**. Disponível em: <<https://www.visioncritical.com/defining-likert-scales>>. Acesso em: 22 maio 2014.

RAINA, R.; PILLANIA, R. K. Organisational effectiveness and upward communication: a study of selective automotive firms in India. **International Journal of Electrical and Hybrid Vehicles**, Genève, v. 1, n. 4, 2008.

REYNOLDS, D.; MERRITT, E. **The effect of self-managing teams on manager commitment and organizational tenure in private clubs**. Disponível em: <https://www.cpp.edu/~jis/2003/Merritt_Reynolds.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

RODRIGUES, C. H. R.; SANTOS, F. C. A. Empowerment: estudo de casos em empresas manufatureiras. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 11, n.2, p. 263-274, maio/ago. 2004.

SALERNO, M. **Flexibilidade, organização e trabalho operatório**: elementos para análise da produção na indústria. 1991, 232f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Escola Politécnica, 1991.

SCHURING, R. W. Operational autonomy explains the value of group work in both lean and reflective production. **International Journal of Operations & Production Management**, Birmingham, v. 16, n. 2, p.171-182, 1996.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1966.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WZOREK, L. N.; CORDEIRO, J. V. B. M. Organização e Gestão do Conhecimento no Chão de Fábrica no Setor de Autopeças. **15º Caderno PAIC 2013/2014**. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2015.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO

Este questionário é parte do programa de apoio à iniciação científica (PAIC) e tem como tema relacionar o **trabalho em equipe e a gestão do conhecimento no chão de fábrica na indústria paranaense**.

Os dados inseridos nesta pesquisa são extremamente confidenciais, seu uso é exclusivamente acadêmico e sua divulgação será realizada apenas na forma agregada (exemplo: as empresas de grande porte representam 55% das respostas deste questionário). E em hipótese alguma iremos expor o nome da empresa ou do respondente.

1. Caracterização da empresa

Descrever as características da empresa, com foco na planta fabril do respondente (ou a qual ele se refere), seguindo o seguinte modelo:

1. Razão social	
2. Qual o número de funcionários aproximado (na planta)?	
3. Que tipo de produto a empresa industrializa?	
4. Qual a média de produção diária ou semanal (em unidades ou volume ou peso por dia ou semana)?	
5. Atende mercado interno, externo ou ambos?	
6. Qual foi o faturamento aproximado do ano passado (2014)?	

2. Identificação do Respondente:

1. Nome:	
2. E-mail:	
3. Cargo Atual:	
4. Formação:	
5. Tempo de trabalho na empresa:	
6. Tempo de trabalho na área e/ou na função:	

3. Informações Adicionais

Assinale as respostas a seguir:

1. Quantos níveis hierárquicos a planta em questão possui?
 - a) Menos que 3
 - b) 3 ou 4
 - c) 5 ou 6
 - d) 7 à 9
 - e) Mais de 10
2. Qual o tamanho médio das equipes de trabalho no chão de fábrica (em número de membros/operadores participantes)?
 - a) Até 5
 - b) De 6 a 8
 - c) De 9 a 12
 - d) De 13 a 16
 - e) Mais de 16
3. Qual a origem do capital dos controladores da empresa?
 - a) Nacional Estatal
 - b) Nacional
 - c) privado
 - d) Estrangeiro
4. Qual o percentual aproximado de funcionários que dominam todas as operações sob responsabilidade de suas equipes de trabalho (ou das suas áreas de trabalho)?
 - a) 0% até 20%
 - b) 21% até 40%
 - c) 41% até 60%
 - d) 61% até 80%
 - e) 81% até 100%

5. Qual o percentual aproximado de funcionários que dominam pelo menos 30% das operações sob responsabilidade de suas equipes de trabalho (ou das suas áreas de trabalho)?
- a) 0% até 20%
 - b) 21% até 40%
 - c) 41% até 60%
 - d) 61% até 80%
 - e) 81% até 100%

As próximas 21 questões referem-se ao bloco “**Autonomia dos Operadores no Chão de Fábrica**”. Para as respostas a seguir (**deste bloco**) as alternativas A, B, C, D e E correspondem respectivamente à:

- a) Os operadores não possuem autonomia para realizar a atividade.
- b) Apenas um operador com características específicas possui alguma autonomia para realizar essa atividade.
- c) Os operadores em geral possuem autonomia para realizar a atividade em questão, mas estão sujeitos à aprovação prévia externa a equipe (do supervisor ou gerente, por exemplo).
- d) Os operadores em geral possuem autonomia para realizar a atividade em questão, mas estão sujeitos a algum tipo de aprovação prévia interna (do líder da equipe, por exemplo).
- e) Os operadores em geral possuem total autonomia para realizar a atividade em questão.

Assinale a alternativa que melhor represente a realidade do dia a dia no chão de fábrica de sua empresa (na planta mencionada na caracterização da empresa).

O sub-bloco a seguir é referente à Autonomia dos Operadores no Chão de Fábrica em **Gestão da Produção**:

1. Os operadores possuem autonomia para **dividir o trabalho**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total

2. Os operadores possuem autonomia para **interromper a produção**?
 - a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
3. Os operadores possuem autonomia para **definir o ritmo de produção**?
 - a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
4. Os operadores possuem autonomia para **definir/redefinir sequenciamento da produção**?
 - a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
5. Os operadores possuem autonomia para **negociar metas de produção**?
 - a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
6. Os operadores possuem autonomia para **definir indicadores de desempenho grupo/indivíduo**?
 - a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total

7. Os operadores possuem autonomia para **acionar manutenção**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
8. Os operadores possuem autonomia para **responsabilizar-se por manutenção primárias**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
9. Os operadores possuem autonomia para **rejeitar matéria-prima não conforme**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total

O sub-bloco a seguir é referente à: Autonomia dos Operadores no chão de Fábrica em **Gestão de RH**:

10. Os operadores possuem autonomia para **escolher e formalizar liderança(s) interna(s)**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total

11. Os operadores possuem autonomia para **planejar escala de treinamento**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
12. Os operadores possuem autonomia para **planejar escala de férias**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
13. Os operadores possuem autonomia para **reunir-se quando necessário**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
14. Os operadores possuem autonomia para **influenciar na entrada e saída de membros**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total
15. Os operadores possuem autonomia para **avaliar a equipe e seus membros**?
- a) Sem Autonomia
 - b) Alguma Autonomia
 - c) Autonomia Parcial
 - d) Autonomia Significativa
 - e) Autonomia Total

16. Os operadores possuem autonomia para **controlar frequência e abonar faltas?**

- a) Sem Autonomia
- b) Alguma Autonomia
- c) Autonomia Parcial
- d) Autonomia Significativa
- e) Autonomia Total

17. Os operadores possuem autonomia para **assumir relações de interface internas e externas?**

- a) Sem Autonomia
- b) Alguma Autonomia
- c) Autonomia Parcial
- d) Autonomia Significativa
- e) Autonomia Total

O sub-bloco a seguir é referente à: Autonomia dos Operadores no chão de Fábrica em **Gestão de Planejamento**:

18. Os operadores possuem autonomia para **administrar o orçamento do setor?**

- a) Sem Autonomia
- b) Alguma Autonomia
- c) Autonomia Parcial
- d) Autonomia Significativa
- e) Autonomia Total

19. Os operadores possuem autonomia para **influenciar na direção do negócio?**

- a) Sem Autonomia
- b) Alguma Autonomia
- c) Autonomia Parcial
- d) Autonomia Significativa
- e) Autonomia Total

20. Os operadores possuem autonomia para **definir e orientar trajetória profissional**?

- a) Sem Autonomia
- b) Alguma Autonomia
- c) Autonomia Parcial
- d) Autonomia Significativa
- e) Autonomia Total

21. Os operadores possuem autonomia para **influenciar no (re)planejamento organizacional**?

- a) Sem Autonomia
- b) Alguma Autonomia
- c) Autonomia Parcial
- d) Autonomia Significativa
- e) Autonomia Total

As próximas 20 questões referem-se ao bloco **“Gestão do Conhecimento no chão de fábrica e seus resultados”**.

Assinale a alternativa que melhor represente a realidade do dia a dia no chão de fábrica de sua empresa (na planta mencionada na caracterização da empresa).

O sub-bloco a seguir é referente à **Prática de Gestão do Conhecimento no Chão de Fábrica**.

22. Quando uma nova pessoa é contratada essa só começa a trabalhar após concluir rigoroso processo de treinamento.

- a) Discordo Totalmente
- b) Discordo Parcialmente
- c) Não discordo e não concordo
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo Totalmente

23. Os operadores têm tempo suficiente para trocar experiências sobre os problemas da produção com seus superiores e com seus colegas.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
24. Os operadores têm tempo suficiente para se comunicarem com pessoas de outra linha ou área de produção.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
25. Existe treinamento técnico (de produto e/ou de processo) formal para os operadores e ele é suficiente.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
26. Existem premiações significativas em dinheiro pelas sugestões de inovações/ melhorias dada pelos operadores.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente

27. Existem premiações não monetárias significativas pelas sugestões de inovações/melhorias dadas pelos operadores.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
28. É feita análise de viabilidade de um projeto de uma ideia de melhoria ou solução de problema.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
29. A gestão dá suporte necessário para as implementações dos projetos de melhoria ou soluções de problemas.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
30. A empresa possui e utiliza um sistema de registro e armazenamento de solução de problemas/melhorias.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente

31. As soluções encontradas para os problemas da produção são utilizadas na atualização de instruções de trabalho e procedimentos operacionais padrão.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
32. Quando acontece um problema parecido com outro que já aconteceu, é possível consultar como o problema anterior foi resolvido e se beneficiar destas informações.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente

O sub-bloco a seguir é referente aos **Sistemas de Melhorias e sua Efetividade.**

33. A empresa acredita que pode ganhar algo envolvendo os operadores na proposição e implementação de melhorias.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
34. A empresa possui iniciativas piloto de envolvimento de operadores em solução de problemas (caixa de sugestões, Grupos de Melhoria restritos a um ou duas áreas) com ganhos financeiros pontuais.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente

35. Os grupos de melhoria são uma realidade na empresa e seguem uma metodologia própria.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
36. Os grupos de melhoria se reúnem com muita frequência.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
37. Existe uma equipe de gestão do sistema de melhorias e treinamento em técnicas de solução de problemas para operadores.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
38. Existe um vínculo entre os trabalhos de melhoria realizados pelos operadores e as diretrizes estratégicas da empresa.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente

39. Existe uma integração entre as melhorias feitas por operadores e as melhorias dos especialistas da Engenharia/Qualidade, por meio da participação de operadores nas equipes de projetos dos especialistas.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
40. Os especialistas da Engenharia/Qualidade atribuem parte dos seus trabalhos de solução e melhoria às equipes de operadores.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
41. Existem trabalhos de solução de problemas e melhoria envolvendo equipes interfuncionais e até interorganizacionais de forma consistente.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente
42. Quando um funcionário é promovido esse treina outro para assumir sua função e poder, a fim de aquele substituí-lo perfeitamente.
- a) Discordo Totalmente
 - b) Discordo Parcialmente
 - c) Não discordo e não concordo
 - d) Concordo parcialmente
 - e) Concordo Totalmente

PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO – PARANÁ

Jéssica Brabo Machado¹
Valter Pereira Francisco Filho²

RESUMO

As PMEs (Pequenas e Médias Empresas) têm enfrentado diversos desafios para o seu crescimento, como dificuldades estruturais, de mão de obra e de competitividade, os quais requerem dos gestores maior desenvolvimento profissional e a utilização de ferramentas de gestão de forma efetiva e formalizada. Com base nesse cenário, desenvolveu-se o presente estudo, objetivando demonstrar as técnicas e ferramentas utilizadas para o planejamento econômico-financeiro nas empresas no Município de Campo Magro no Paraná. O objetivo geral do trabalho é um aprofundamento do estudo e do conhecimento sobre o planejamento econômico-financeiro adotado pelas empresas no Município de Campo Magro. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários respondidos pelos gestores do departamento financeiro das empresas. Como resultado, foi descoberto que, apesar do alto nível de educação formal dos gestores, ferramentas de extrema importância no departamento financeiro são pouco ou subutilizadas.

Palavras-chave: Planejamento Econômico-financeiro. PMEs. Paraná.

¹ Aluna do 6º período do curso de Administração (MEP) da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail:* jessica.brabo@hotmail.com

² Mestre em Administração de Empresas pela Escuela Superior de Administración y Dirección de Empresas. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail:* valter.francisco@fae.edu

INTRODUÇÃO

As PMEs (Pequenas e Médias Empresas) representam a possibilidade potencial e necessária para responder aos desafios do desenvolvimento e para atenuar as desigualdades sociais e regionais. Dados divulgados pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas) comprovam que a cada 100 empresas abertas, 24 fecham as portas em um período de dois anos.

Por isso, acredita-se que a elaboração de um plano financeiro e estratégico da empresa cria um alicerce no qual as empresas aumentam suas possibilidades de sobrevivência dentro do mercado.

A partir disso, questiona-se: Quais as práticas de planejamento econômico-financeiro das PMEs no Município de Campo Magro no Paraná?

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, o número aproximado de PMEs no Paraná é de 4,6 milhões, o que representa 29% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo o Sebrae (apud PARANÁ, 2015) as PMEs representam diretamente 60 milhões da população ocupada do país, formando o alicerce principal da estrutura de absorção de mão de obra com grande flexibilidade e democratização de oportunidades.

1.1 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Há um grande potencial de crescimento dentro das PMEs (Pequenas e Médias Empresas), o qual além de criar postos de trabalho em localidades distantes, é também o ramo que mais oferece oportunidades às faixas mais frágeis do mercado: o primeiro emprego para o jovem e a realocação da população com mais de 40 anos.

Este estudo nos proporcionará uma melhor compreensão das principais características e a relevância das práticas de gestão financeira dentro das PMEs.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Pela vasta quantidade de PMEs no Estado do Paraná, esta pesquisa delimitou como objeto as indústrias dentro do Município de Campo Magro, localizado na região metropolitana de Curitiba (RMC), a qual possui 21 indústrias, segundo o catálogo da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná).

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO

Os desafios enfrentados na sobrevivência da empresa estão desde a superação de dificuldades estruturais, qualificação de mão de obra, competitividade refletida no preço e qualidade de seus produtos e serviços até mudanças tecnológicas aplicadas no ambiente de negócio e na relação do consumidor.

O planejamento econômico-financeiro, utilizado como ferramenta de gestão, torna-se essencial para garantir competitividade, assegurando a permanência no mercado e a geração de riqueza a proprietários, colaboradores e sociedade em geral.

1.4 OBJETIVO GERAL

A proposta desta pesquisa é um aprofundamento do estudo e do conhecimento sobre o planejamento econômico-financeiro que vem sendo adotado pelas empresas paranaenses do Município de Campo Magro devido à busca pela sustentabilidade financeira.

1.4.1 Objetivos Específicos

- Identificar as características de tempo de operação, porte e do gestor financeiro das empresas.
- Verificar quais instrumentos de gestão financeira são utilizados de modo formal pelas empresas.
- Avaliar a importância de cada instrumento na melhoria de aspectos relevantes da gestão financeira.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica abrange temas que podem ser considerados essenciais no planejamento econômico-financeiro, como: plano de negócios, planejamento financeiro/orçamentário, custeio e gestão do fluxo de caixa. Além disso, considera-se importante o porte de empresas nessa classificação.

2.1 PORTE DE EMPRESAS

Segundo o Sebrae, o critério de classificação do porte das empresas é realizado por número de empregados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística).

As classificações das empresas por número de funcionários são:

- Microempresa: até 19 empregados.
- Pequena Empresa: de 20 a 99 empregados.
- Média Empresa: 100 a 499 empregados.
- Grande Empresa: mais de 500 empregados.

2.2 PLANO DE NEGÓCIOS

Um plano de negócios nada mais é do que “o instrumento ideal para traçar um retrato fiel do mercado, do produto e das atitudes do empreendedor, o que propicia segurança para quem quer iniciar uma empresa com maiores condições de êxito [...]” (SEBRAE).

O plano de negócios não oferece nenhuma garantia de sucesso para as empresas que o fazem, porém as deixam mais abertas ao mercado e oferece a elas uma base sólida, permitindo que a empresa mantenha seu modelo e estratégia (BERNARDI, 2005).

Segundo Assaf Neto e Lima (2009), o planejamento financeiro busca avaliar as necessidades de crescimento da organização, bem como identificar futuras dificuldades da empresa. Permite também verificar quais são os ativos que proporcionam maior rentabilidade para a empresa de forma satisfatória sobre os investimentos.

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO/ORÇAMENTÁRIO

O planejamento financeiro/orçamentário tem como objetivo mostrar a viabilidade econômica de um empreendimento. Nele se faz a análise do quanto e em quais ativos investir e a taxa de retorno da operação que será obtida.

O planejamento traz ao empreendedor segurança para colocar em prática seus planos no tempo determinado pelo cronograma feito, pois sabe-se que seu capital foi investido corretamente nos recursos necessários. Acredita-se que, para uma estruturação saudável da organização, é necessário que exista um alinhamento dos planos de negócio da empresa, ou seja, sua missão, visão, valores, objetivos e metas devem estar alinhados com seu posicionamento estratégico.

Segundo Padoveze (2003, p. 28), dentro do planejamento estratégico “realizam-se as leituras dos cenários do ambiente e da empresa, comumente confrontando as ameaças e oportunidades dos cenários vislumbrados com os pontos fortes e fracos da empresa”.

2.4 CUSTEIO

Segundo Crepaldi (2004, p. 223), “custear significa acumular, determinar custos. Custeio ou custeamento são métodos de apuração de custos, maneiras segundo as quais procederemos à acumulação e apuração dos custos”.

Padozeve (2009, p. 325) afirma que o método de mensuração de custo está ligado a três questões:

- a) Quais custos devem fazer parte da apuração do custo dos recursos, produtos, serviços, atividades ou departamentos?
- b) Quais os custos de um recurso, bem, produto ou serviço final que devem ser ativados enquanto esses bens estão em estoque (enquanto não vendidos)?
- c) Qual a definição da metodologia de cálculo e apuração do custo unitário dos produtos e serviços?

A escolha do método de custeio correto pela empresa permite a análise de estoques e cria uma ferramenta de avaliação de taxa de retorno, desempenho e formação de preço de venda.

2.4.1 Custeio por Absorção

Segundo Crepaldi (2004), o custeio por absorção é o método de custeio em que todos os custos de fabricação são apropriados, independentemente de serem fixos ou variáveis, diretos ou indiretos, de estrutura ou operacionais. Ou seja, a parcela dos custos diretos e indiretos referentes à fabricação é absorvida por cada produto ou serviço.

2.4.2 Custeio Variável

O Custeio Variável é o método em que apenas os custos variáveis são aplicados aos produtos, e os custos fixos são lançados diretamente ao resultado como se fossem despesas (CREPALDI, 2004).

Crepaldi (2004) ressalta que esse método de custeio é indicado para controles gerenciais, em que há somente a apropriação dos custos variáveis aos produtos, os quais variam proporcionalmente à produção.

2.5 GESTÃO FLUXO DE CAIXA

Segundo Assaf Neto (2002, p. 39), “o objetivo da função financeira é prover a empresa de recursos de caixa suficientes de modo a respeitar os vários compromissos assumidos e promover a maximização da riqueza”.

A gestão de fluxo de caixa é uma ferramenta que auxilia o administrador a sincronizar seus recebimentos, pagamentos em determinado período de tempo, a fim de definir o nível ótimo de reservas de caixa para sua empresa. Para Assaf Neto (2002, p. 39), a elaboração do fluxo de caixa tem como objetivo “prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa”, determinando, desse modo, as medidas que devem ser tomadas para sanar o problema.

Hisrich e Peters (2004) esclarecem que lucro e fluxo de caixa não são a mesma coisa. Os autores denominam como lucro o resultado que se tem após a subtração das despesas do volume de vendas e o fluxo de caixa como “resultado da diferença entre a efetiva quantidade recebida e os pagamentos de caixa”.

2.6 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A criação de um plano orçamentário tem como função, além de prever e controlar o futuro da empresa, trabalhar de forma sinérgica os planos de lucro em cada setor.

Segundo Padozeve (2009, p. 190), alguns princípios fazem parte da estruturação do plano orçamentário:

- **Orientação para objetivos:** o orçamento deve se direcionar para que os objetivos da empresa e dos setores específicos sejam atingidos eficiente e eficazmente.
- **Comunicação integral:** compatibilização entre o sistema de informações, o processo de tomada de decisões e a estrutura organizacional.

- **Expectativas realísticas:** para que o sistema seja motivador, este deve apresentar objetivos gerais e específicos que sejam desafiadores, dentro da melhor visão da empresa, mas passíveis de serem cumpridos.
- **Aplicação flexível:** o sistema orçamentário não é um instrumento de dominação. O valor do sistema está no processo de produzir os planos, e não nos planos em si. Assim, o sistema deve permitir correções, revisões de valores e planos.
- **Reconhecimento dos esforços individuais e dos grupos:** o sistema orçamentário é um dos principais instrumentos de avaliação de desempenho.

De maneira geral, o orçamento é uma ferramenta de projeção, planejamento, avaliação e controle de todo o processo operacional da empresa, que auxilia o administrador na coordenação de seus esforços, de maneira que os objetivos da organização sejam alcançados.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada será baseada em estudo empírico do tipo exploratório, permeando de uma investigação de pesquisa bibliográfica, pesquisa por levantamento e análise de dados e resultados.

3.1 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS A SEREM UTILIZADOS

A forma de estudo é descritiva e tem como objetivo primordial a descrição das características, comportamentos e o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2010).

O estudo utilizado na pesquisa foi por levantamento, que se caracteriza pela interrogação direta dos indivíduos. A pesquisa foi feita nas organizações cujo comportamento se deseja conhecer. Foi também realizada a solicitação das informações (questionários) a um grupo acerca do problema estudado, mediante análise quantitativa, para obter conclusões a partir dos dados coletados (GIL, 2010).

Primeiramente, foi realizada a pesquisa bibliográfica com a finalidade de compreender a fundamentação teórico-metodológica que abordou os aspectos fundamentais do planejamento econômico-financeiro das PMEs.

A partir disso, foi elaborado um questionário com perguntas objetivas, no qual se buscou entender a estrutura do departamento financeiro das organizações, a importância dada a cada ferramenta financeira e a respectiva utilização desta no ambiente corporativo.

A população da pesquisa foi 100% das indústrias do Município de Campo Magro, segundo o catálogo FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), que é de 21 empresas. Entretanto, o número de respondentes foi de nove empresas, ou seja, 42,8% da população.

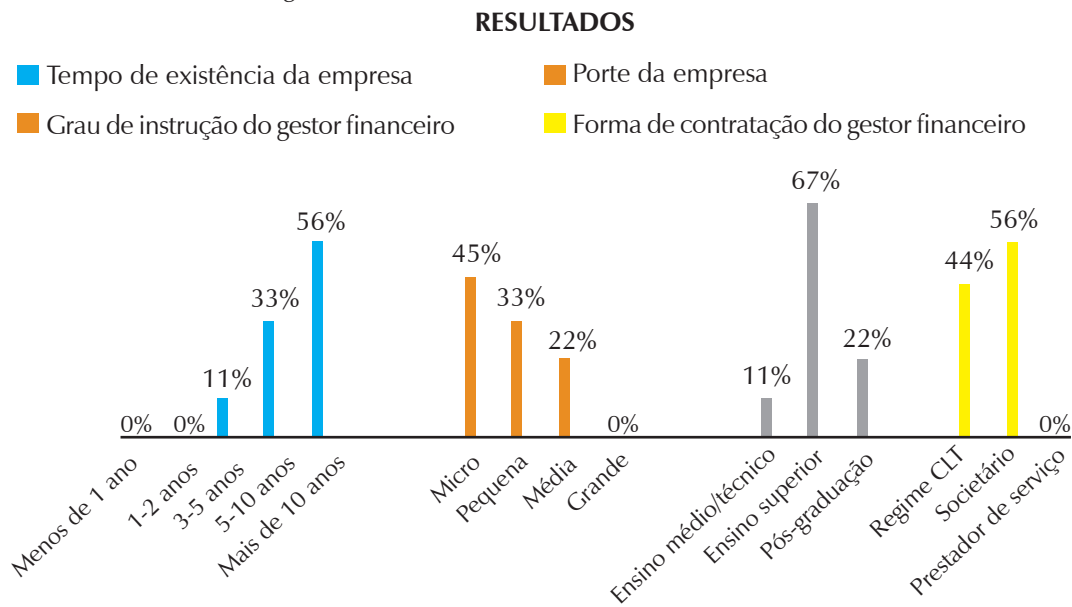
Os questionários foram elaborados utilizando a ferramenta Google Docs, e o link para resposta foi enviado aos e-mails dos responsáveis pelo departamento financeiro de cada empresa, após contato por telefone com cada entrevistado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das respostas das entrevistas, observou-se que 56% das empresas estão há mais de 10 anos no mercado e nenhuma tem menos de um ano de existência. Em relação ao porte das empresas entrevistadas, 45% estão enquadradas como microempresa, 33% como pequeno porte e 22% foram classificadas como médio porte. Não existem empresas de grande porte na população pesquisada.

Os respondentes da pesquisa eram os responsáveis pela gestão financeira da empresa, e sentiu-se a necessidade de abordar o regime de contratação e grau de formação dos entrevistados. Dos gestores financeiros, 56% são sócios das empresas, nenhum entrevistado é prestador de serviço terceirizado e o restante se enquadra no regime CLT. Em relação ao grau de instrução, apenas 11% têm ensino médio/técnico, 67% têm nível superior e 22% pós-graduação.

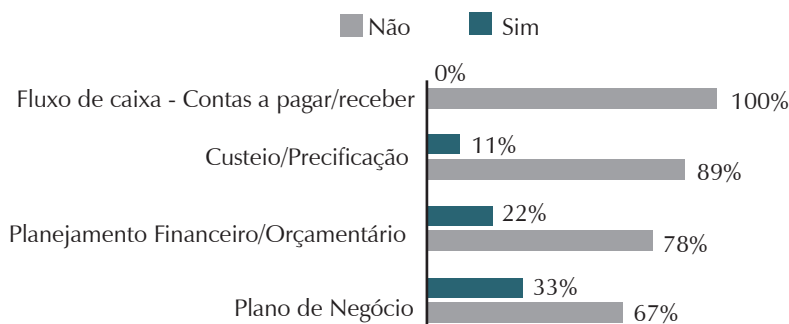
GRÁFICO 1 – Resultados gerais



FONTE: Os autores (2015)

Em seguida, foi abordada a utilização e formalização dos instrumentos de finanças dentro do departamento da empresa. O fluxo de caixa foi o instrumento em que 100% dos respondentes utilizam e formalizam relatórios, planilhas e documentos.

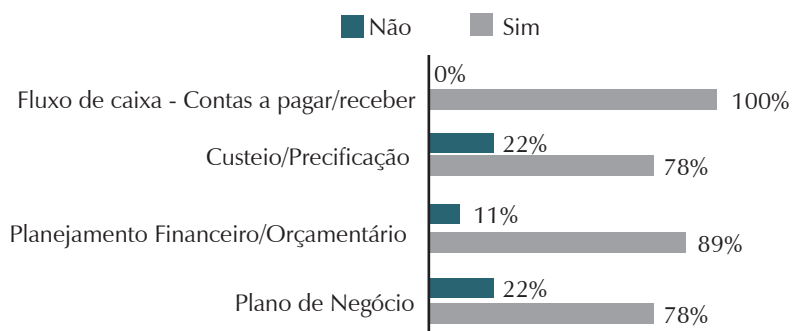
GRÁFICO 2 – Instrumentos utilizados pelo gestor



FONTE: Os autores (2015)

O instrumento de custeio e precificação é utilizado por 89% dos gestores, dos quais 78% são formalizados. A utilização do planejamento orçamentário pelos gestores é de 78%, sendo a segunda maior formalização de 89%. O instrumento menos utilizado pelos gestores é o plano de negócio. Apesar desse resultado, os *respondets* que o praticam têm uma formalização de 78% desse instrumento.

GRÁFICO 3 – Formalização dos instrumentos

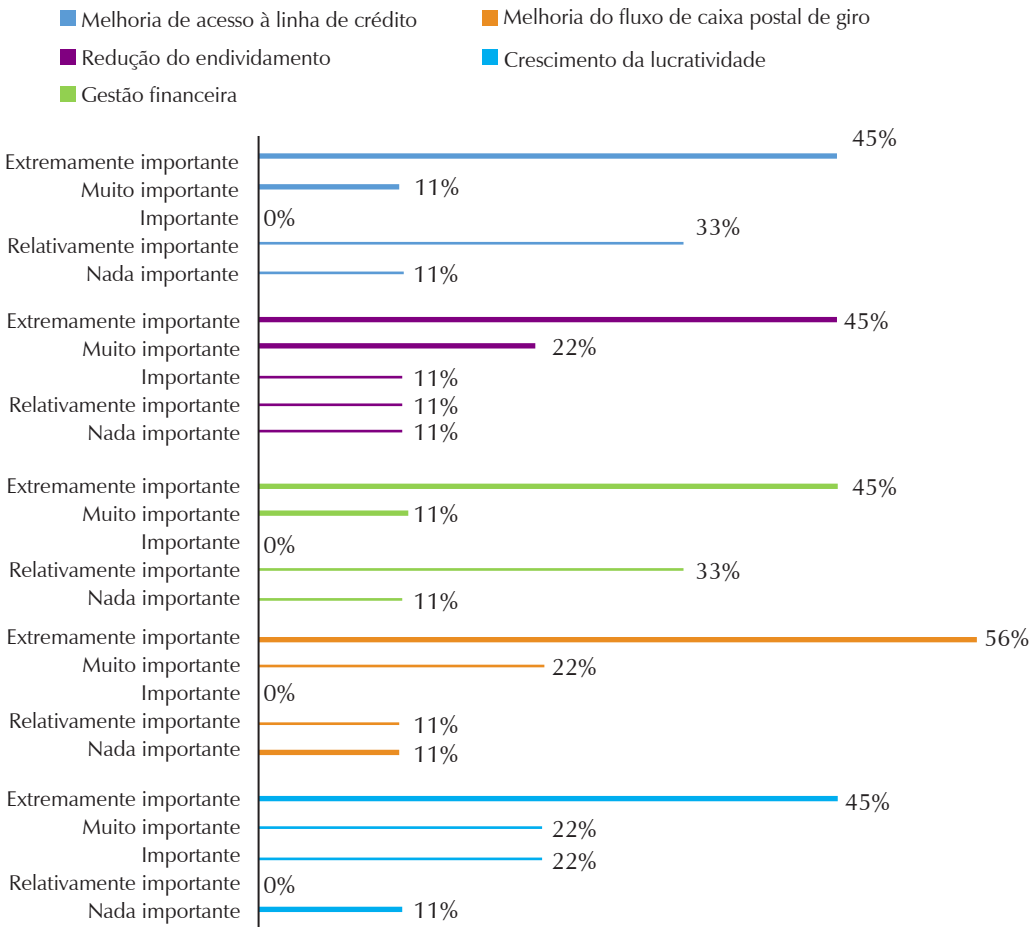


FONTE: Os autores (2015)

Em seguida, foi abordada a importância de cada instrumento na melhoria de aspectos relevantes da gestão financeira: acesso às linhas de crédito, redução do endividamento, melhoria do fluxo de caixa e capital de giro, redução do endividamento, crescimento da lucratividade e gestão financeira.

O crescimento da lucratividade, segundo 56% dos entrevistados, tem seu desempenho diretamente ligado à utilização do instrumento de Custeio/Precificação. Em média, 45% dos entrevistados consideram de extrema importância a utilização deste instrumento na melhoria da gestão do negócio, mostrando que ele é de extrema influência na redução dos níveis de endividamento, acesso às linhas de crédito e fluxo de caixa. Entretanto, há opiniões contrárias sobre a influência de tal instrumento na redução do endividamento: 33% a considera de baixa relevância e 11% afirma que o Custeio/Precificação não tem influência alguma nos aspectos de gestão financeira já citados.

GRÁFICO 4 – Importância do Custeio/Precificação

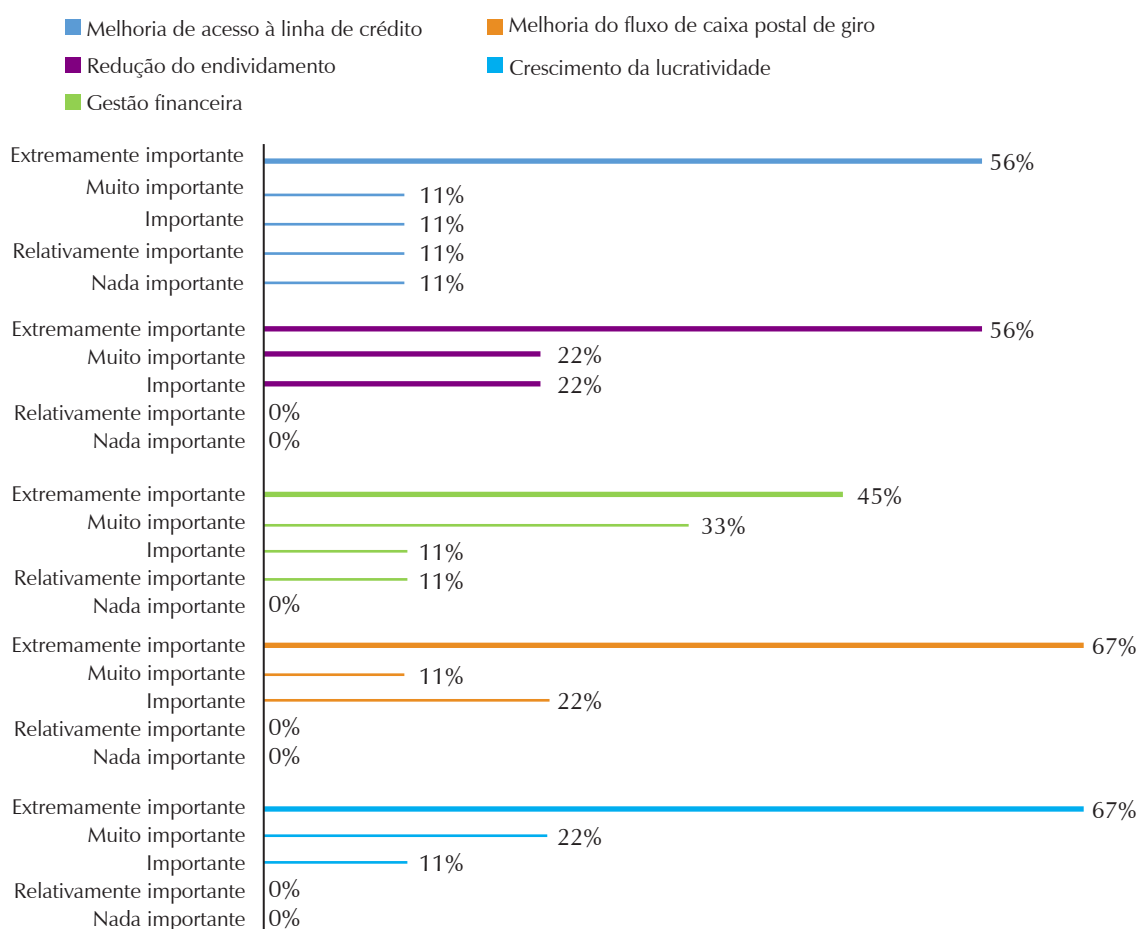


FONTE: Os autores (2015)

Apesar de o plano de negócio ser o instrumento com menor utilização pelos gestores, 67% consideram o impacto deste instrumento de extrema importância na gestão financeira e no crescimento da lucratividade, 56% consideram com a mesma relevância na melhoria de fluxo de caixa e capital de giro e 45% consideram de extrema importância para auxiliar na redução do endividamento da organização.

Apenas 11% acredita que o instrumento não tem nenhuma importância na melhoria de acesso às linhas de crédito, mas no geral todos os respondentes acreditam na importância da utilização do instrumento em todos os aspectos da gestão financeira da empresa.

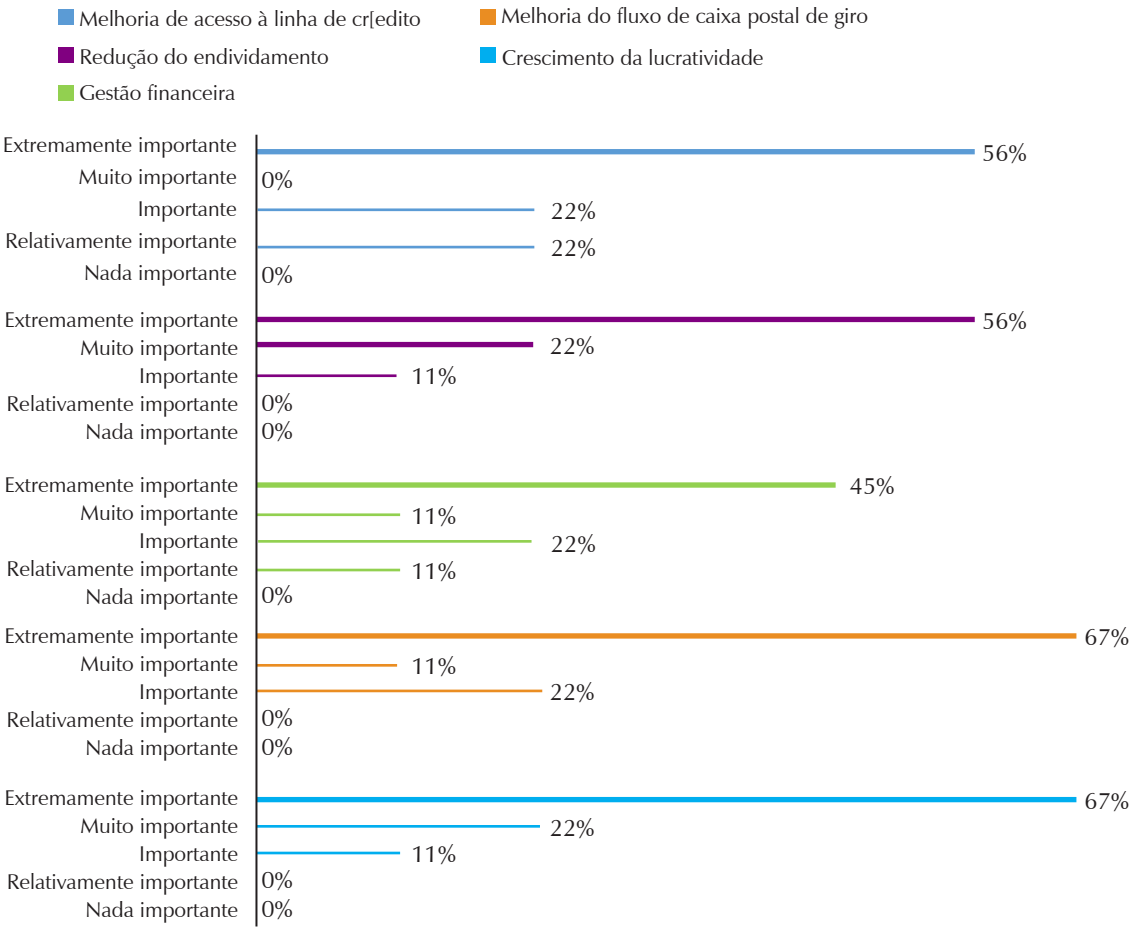
GRÁFICO 5 – Importância do plano de negócio



FONTE: Os autores (2015)

O fluxo de caixa, instrumento utilizado por todos os gestores entrevistados, não foi considerado em nenhum aspecto da gestão financeira como uma ferramenta que não tivesse nenhuma importância. Com resultados bem equilibrados, 67% dos gestores acreditam ser de extrema importância a melhoria do fluxo de caixa, crescimento da lucratividade e gestão financeira, sendo que 56% dão a mesma importância nos aspectos de redução do endividamento e melhoria do acesso às linhas de crédito.

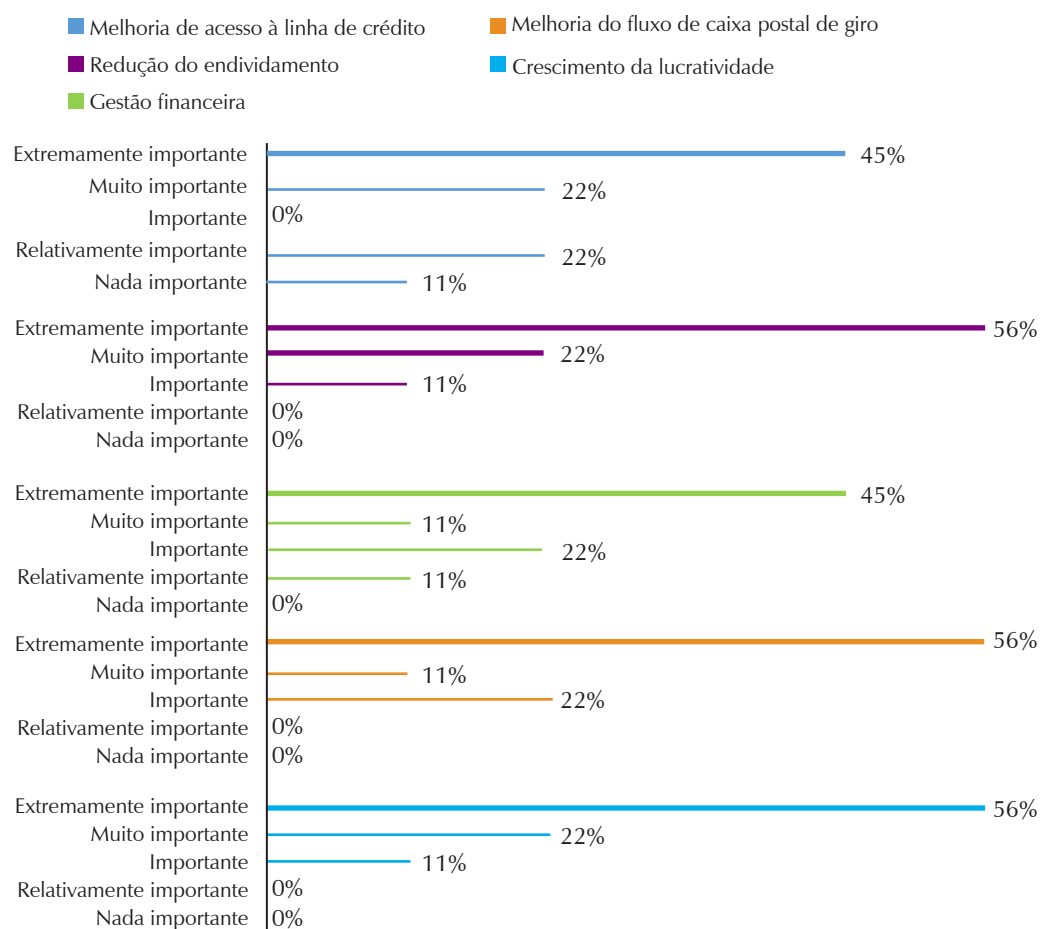
GRÁFICO 6 – Importância do fluxo de caixa



FONTE: Os autores (2015)

O planejamento financeiro/orçamentário é considerado por 56% dos gestores de extrema importância, nos aspectos de gestão financeira e crescimento da lucratividade, e por 45% com a mesma importância em relação à melhoria do acesso às linhas de crédito, melhoria no fluxo de caixa e capital de giro e redução do endividamento.

GRÁFICO 7 – Importância do planejamento financeiro/orçamentário



FONTE: Os autores (2015)

Da mesma maneira que o fluxo de caixa, nenhum gestor acredita que o planejamento financeiro não tenha nenhuma importância nos resultados da empresa. Sendo assim, para 33% dos entrevistados o instrumento é importante na gestão financeira, redução do endividamento e melhoria do fluxo de caixa e capital de giro; 22% também acreditam que é muito importante nos aspectos de crescimento da lucratividade e melhoria do acesso às linhas de crédito.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos apresentados, entende-se que as empresas estudadas no Município de Campo Magro possuem maturidade e relativa experiência no mercado de atuação, pois nenhuma delas têm menos de três anos de mercado.

Apesar do alto nível de instrução dos gestores financeiros entrevistados, em que a maior parte possui ensino superior ou pós-graduação, percebe-se um número relativamente alto de práticas de gestão financeiras não utilizadas dentro do ambiente empresarial, em que a não utilização das ferramentas de gestão são de 11% em custeio/precificação, 22% em planejamento financeiro/orçamentário e 33% na ferramenta plano de negócio.

A não formalização dos instrumentos de gestão torna-os fracos dentro da gestão da empresa ou quase sem efeito, pois, como não há documentos que comprovem valores e decisões tomadas, isso não pode ser utilizado como histórico e nem como suporte na tomada de decisão. O único instrumento 100% utilizado e formalizado é o fluxo de caixa. Isso comprova que, apesar do alto nível de instrução dos gestores, falhas como essas na gestão financeira podem prejudicar a saúde da organização em médio/longo prazo.

A não formalização dos instrumentos pode estar diretamente ligada à percepção dos gestores de cada instrumento na melhoria de aspectos relevantes da gestão financeira, como o plano de negócios – instrumento menos utilizado e formalizado pelos gestores – que, dentre todos os outros instrumentos, é considerado o de menor relevância na gestão financeira; redução do endividamento; melhoria no fluxo de caixa e capital de giro, bem como crescimento da lucratividade.

É importante que o gestor não enxergue os instrumentos de forma individual, mas sim como um conjunto que auxilia na prevenção e diagnóstico de eventuais problemas, além da extrema importância no apoio à tomada de decisão.

Uma empresa com boa saúde financeira, resultado da utilização e formalização de todos os instrumentos de gestão, tem acesso às linhas de crédito mais baratas, o que consequentemente aumenta a possibilidade de investimentos, otimizando sua participação no mercado, ganhando mais clientes, melhorando o fluxo de caixa e capital de giro e diminuindo seu endividamento. Isso facilita a gestão da empresa e garante um futuro com aumento da lucratividade e competitividade no mercado.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BERNARDI, L. A. **Manual do plano de negócios**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custo**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HISRICH, D. R.; PETER, P. P. **Empreendedorismo**. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2004.
- PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional**. 3. ed. Rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- _____. **Curso básico gerencial de custos**. São Paulo: Pioneira, 2003.
- _____. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. 2. ed. Rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná. **Apoio às pequenas e médias empresas – PMEs**. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>> Acesso em: 10 maio 2015.
- SEBRAE. **Crítérios de classificação de empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- _____. **Pensamento estratégico**. Disponível em: <<http://sebraepr.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Lab-%E2%80%93-Pensamento-estrat%C3%A9gico>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>> Acesso em: 10 maio 2015.
- SINES CONTABIL. Disponível em: <http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/elizangela.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.
- TEIXEIRA, R. F. 10 dicas para sua empresa sobreviver aos primeiros dois anos de vida. **Pequenas empresas & Grandes negócios**. 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2013/07/10-dicas-para-sua-empresa-sobreviver-aos-primeiros-dois-anos-de-vida.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- WELSCH, G. A. **Orçamento empresarial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

O COMPORTAMENTO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARANAENSES FRENTE AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Rafael Holtz Betiol¹

Luis André Wernecke Fumagalli²

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem o objetivo de analisar o processo de internacionalização adotado por empresas paranaenses produtoras de *software* para *games* e aplicações afins, tais como simuladores empresariais e redes sociais para jogadores, formulando um estudo comparativo com companhias da região do Vale do Silício, nos Estados Unidos, que pode ser considerado como o principal polo desenvolvedor de tecnologia do mundo. Como objetivos específicos destacam-se: identificar o processo de internacionalização de empresas paranaenses e americanas de produção de *software*; comparar os modelos de internacionalização entre si; descrever os ambientes nos quais as empresas operam para encontrar semelhanças e diferenças entre eles. Consideram-se fomentos, obstáculos e desafios como variáveis que interferem nas práticas adotadas para a expansão internacional e há um foco de estudo no tratamento da inovação por parte das companhias. Os dados foram coletados a partir de entrevistas e encontros com os gestores ou empreendedores participantes dos processos de internacionalização de cada firma. Os resultados demonstram que as empresas paranaenses tendem a aplicar métodos de internacionalização semelhantes aos das empresas americanas, embora a distância entre ideologias e ambientes de negócio e o tratamento dado à inovação e às estratégias de internacionalização apresentem diferenças significativas entre as firmas de cada país. Ademais, as pequenas empresas do setor de tecnologia apresentam características que mostram tendências a expandir sua presença em mercados globais desde o início de suas operações.

Palavras-Chave: Internacionalização. Inovação. Internacionalização de MPE. Paraná. Vale do Silício.

¹ Aluno do 3º ano do curso de Administração (MEP) da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014/2015). E-mail: rafaholtzb@hotmail.com

² Doutor em Administração pela PUCPR. Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: luis.fumagalli@fae.edu

INTRODUÇÃO

Considera-se que as primeiras explorações dos benefícios do comércio internacional foram realizadas por Smith [1776] (2007) e Ricardo [1817] (1821). Para o primeiro, a Riqueza das Nações estaria nas Vantagens Absolutas de cada uma delas, ou seja, cada país exportaria os bens que conseguiria produzir com maior eficiência por meio de seus fatores de produção. Ricardo (1821) trouxe a teoria das Vantagens Absolutas, segundo a qual uma nação poderia produzir e exportar bens eficientemente, bem como bens cujas desvantagens absolutas são menores em relação a outros países. Portanto, duas nações poderiam beneficiar-se do livre comércio internacional, ainda que não tivessem vantagens absolutas em nenhuma mercadoria.

Como relatam Soubbotina e Sheram (2000) em análise para o Banco Mundial, o comércio internacional e o fluxo de investimentos estrangeiros diretos são os elementos principais da integração de pessoas, ideias, comércio e finanças em um mercado global, o que pode ser definido como **globalização**. Consequentemente, o avanço da globalização, aliado ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da chamada Revolução da Informação, conceituada por Porter e Millar (1985) como um *driver* importante de vantagem competitiva, expandiu também o comércio internacional. Um exemplo disso é o *e-commerce*. Ghemawat (2012), entretanto, relata a partir de sua definição de **Mundo 3.0** uma relação de semiglobalização, indicando integração parcial dos mercados e a existência de distâncias culturais ainda muito fortes, embora reconheça a importância da globalização para o comércio internacional.

Nesse contexto ganha forma o conceito de **internacionalização**, uma prática pela qual as empresas optam para entrar no mercado internacional, aproveitando-se, segundo Cyrino e Penido (2007), de vantagens competitivas que os países de origem podem – ou não – oferecer. Portanto, há a oportunidade de diferenciação de mercados, criando novas fontes de receita, provenientes de operações no exterior. Entretanto, aumenta-se o escopo macroeconômico da organização, elevando seu nível de exposição a crises e a variáveis macroeconômicas, como destaca Ghemawat (2012).

Uma configuração prática e recente disso pode ser verificada a partir de uma linha do tempo de um periódico internacional. Em novembro de 2009, em meados de um período de incerteza sobre os rumos da economia mundial, fruto da crise econômica de 2008 e de suas consequências nos Estados Unidos e na Europa, a revista inglesa *The Economist* destacou em sua capa uma imagem do Cristo Redentor levantando voo, com o título *Brazil takes off – Now the risk for Latin America's big success story is hubris* (O Brasil decola – Agora o risco para a maior história de sucesso da América Latina é húbri³).

³ Orgulho em excesso.

Segundo dados do Banco Mundial, enquanto em 2009 os EUA e a Europa divulgavam retração de 2,8% e 4,5%, respectivamente, no PIB, apresentando um crescimento de apenas 2,5%, o Brasil apresentava 0,33%, em 2010, marcando alta de 7,53%.

Em Setembro de 2013, o mesmo periódico britânico (*The Economist*) estampou em sua capa uma imagem do Cristo Redentor descontrolado durante seu voo, com o título *Has Brazil Blown it?* (O Brasil estragou tudo?), trazendo uma matéria sobre a estagnação econômica que o país encarava, problemas com impostos e infraestrutura e os protestos que tomaram conta das cidades brasileiras. No final de fevereiro de 2015, mais uma capa, produzida pela mesma revista, mostrava uma passista afundada em um pântano, dessa vez com o título *Brazil's Quagmire* (Brasil no Lamaçal). A matéria destacava a alta inflação e taxa de juros, retração no PIB, aumento da dívida pública, corrupção e ainda discorria sobre o sistema político.

Dentre algumas razões para o bom desempenho da economia brasileira em 2009 estavam a onda de exportações puxada pelo crescimento acima de 10% da China e a elevação no preço das *commodities*. Além desses fatores, pode-se destacar o papel de rápido crescimento das Pequenas e Médias Empresas brasileiras, denominadas MPE. Segundo o Sebrae (2014), companhias dessa categoria foram responsáveis por cerca de 27% do PIB brasileiro em 2011.

A mudança brusca no contexto macroeconômico trouxe algumas adversidades para as empresas, como quedas no consumo e nas expectativas do consumidor. Se num contexto de desenvolvimento econômico as MPE ganhavam importância no contexto nacional, num momento de crise alguns caminhos de diferenciação para retomar o crescimento podem ser estudados, como investimentos em inovação, qualidade, redução de custos ou a procura de novos mercados.

Destaca-se a importância desse último por meio da internacionalização. Em um momento no qual o país atravessa dificuldades econômicas, a procura por oportunidades em mercados estrangeiros tende a crescer. Portanto, aquelas empresas que viram o potencial dessas oportunidades anteriormente podem obter uma vantagem em relação àquelas que olham para o mercado externo somente em momentos de dificuldade. Quando são comparadas micro e pequenas empresas (MPE), muitas vezes em setores fragmentados e competitivos, essas vantagens podem ser fundamentais para o negócio. Afinal, a queda no faturamento nacional pode ser compensada pelas receitas provenientes do exterior, e vice-versa, o que possibilita à organização não ficar dependente apenas de um fluxo de receita.

O setor de tecnologia foi escolhido para o escopo das organizações estudadas, principalmente por ser movido pela inovação, criando, portanto, empresas dinâmicas.

É ainda pouco estabelecido no cenário internacional e, conseqüentemente, pouco estudado, menos ainda se considerados quais movimentos de internacionalização são abordados por suas empresas.

O objetivo geral da presente pesquisa é identificar e descrever o processo de internacionalização de empresas paranaenses produtoras de *software* para games e aplicações afins, tal e qual simuladores e redes sociais para jogadores, entre outras, tecendo comparativos com empresas similares situadas no Vale do Silício, nos EUA, um dos principais ambientes de empreendedorismo e inovação do mundo. Para isso, utilizou-se a ferramenta dos estudos de caso. Para que o objetivo geral fosse atingido, foram levantados os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar o processo de internacionalização das empresas paranaenses e americanas de produção de *software*;
- b) comparar os modelos de internacionalização entre si;
- c) descrever os ambientes nos quais as empresas operam para encontrar semelhanças/diferenças entre ambos.

De início, apresenta-se o referencial teórico, que resulta de uma compilação de estudos sobre os conceitos trabalhados, seguido pela metodologia, que clarifica quais processos foram utilizados para a abordagem do estudo e a obtenção das informações. Em seguida, inicia-se a descrição e análise dos dados coletados a partir dos estudos de caso. Por fim, há as considerações finais sobre os resultados do projeto e as referências bibliográficas.

1 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta seção será apresentada a revisão da literatura utilizada na pesquisa para elaboração do artigo. Nela se discutirá conceitos, métodos, objetivos, obstáculos, motivações e benefícios da internacionalização e as diferenças dos setores e ambientes de negócio em que se encontram as empresas estudadas.

A internacionalização, segundo Cyrino e Penido (2007), é a expansão de uma empresa além das fronteiras de seu país de origem. Levitt (1983 apud CYRINO; PENIDO, 2007) e Ohmae (1989 apud CYRINO; PENIDO, 2007) defendem que a convergência dos mercados é resultado direto da globalização. Uma vez que esta tem assumido movimentos crescentes, a tendência natural é o ganho de importância dos processos de internacionalização, muito em conta ainda pelo fato do aumento da competitividade global entre organizações.

Uma das teorias mais aceitas sobre a abordagem da internacionalização é o chamado modelo de Uppsala, um ponto de partida para compreender os movimentos realizados por empresas internacionais ou multinacionais. Ele é caracterizado fundamentalmente por Johansson e Vahlne (1977) e formulado a partir de observações empíricas sobre os processos de internacionalização utilizados por empresas suecas, principalmente do setor industrial. De acordo com o modelo, a internacionalização pode ser dividida em quatro estágios: exportações periódicas, sem um direcionamento específico de vendas, exportações via agentes no exterior, estabelecimento de subsidiárias de vendas e, por fim, estabelecimento de produção no exterior. De acordo com Rezende e Versiani (2010), portanto, o fluxo do processo é do micro para o macroambiente, do interno para o externo e focado em sua própria rede.

Outro modelo bem aceito é o de Desenvolvimento de Subsidiárias, definido inicialmente por Birkinshaw (1994 apud REZENDE; VERSIANI, 2010) e por Patterson e Brock (2002 apud REZENDE; VERSIANI, 2010) como a internacionalização de uma firma por meio do estabelecimento de subsidiárias no exterior, promovendo trocas de conhecimento e de processos num fluxo interno de informações. Diferentemente do modelo de Uppsala, segundo Rezende e Versiani (2010), há dois pontos que se destacam nesse modelo. O primeiro é o Relacionamento Intrassubsidiárias, caracterizado pela transferência de conhecimentos e processos dentro de um fluxo interno, e o segundo são os Mandatos Supralocais, que identificam a independência dos movimentos de internacionalização de uma subsidiária, que pode expandir-se além de seu próprio mercado local.

Os modelos, contudo, são foco de algumas críticas. Rezende e Versiani (2010) destacam a importância de suas implicações teóricas, mas levantam a dificuldade de replicá-los na realidade brasileira, o que pode resultar na falta de modelos formais de internacionalização de multinacionais. Zohari (2008), por outro lado e citando exclusivamente a teoria de Uppsala, discorre sobre suas limitações em uma nova era de ambientes de negócio. O autor cita fatores como novas possibilidades de inserção de mercado: as franquias; o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação; a maior participação de economias emergentes (como China, Índia, Brasil e Rússia) no comércio internacional; o surgimento de firmas nascidas globais; e a redução das distâncias psíquicas.

A expressão “empresas nascidas globais” foi proposta por Rennie (1993) ao este indicar que firmas nessa categoria entravam em mercados estrangeiros desde o início de suas operações, em vez de se estabelecer internacionalmente ao longo do tempo, indicando que muitas delas são MPE e representam um significativo potencial de crescimento a partir das exportações. Ele ainda destaca que essas organizações são importantes por dois motivos: podem ser competitivas contra *players* maiores e

estabelecidos; e são capazes de gerenciar sistemas globais de rápido crescimento e lucrativos de uma maneira inovadora. Já o termo “distância psíquica” é apresentado por Johansson e Vahlne (1977) como “[...] the sum of factors preventing the flow of information from and to the market. Examples are differences in language, education, business practices, culture, and industrial development” (JOHANSSON; VAHLNE, 1973).⁴

Luostarinen e Hellman (1995) formularam, no intuito de qualificar as internacionalizações, um processo de quatro estágios pelos quais as empresas passariam. O primeiro é o Doméstico, em que a organização não possui transações internacionais. Em seguida, nos *Inwards*, estão os movimentos de entrada, principalmente a importação, seja ela de componentes, matérias-primas, tecnologia etc. Depois, há os *Outwards*, ou processos de saída, como a exportação, licenciamentos e estabelecimento de subsidiárias. Por fim, está a Cooperação, nível no qual a empresa incorpora atividades, principalmente nas áreas de produção, pesquisa e desenvolvimento, entre outras.

Para qualificar e classificar as internacionalizações, Welch e Luostarinen (1988) as dimensionaram em seis tópicos relacionados:

- a) Método de Operação (Como?);
- b) Produtos/Serviços comercializados (O quê?);
- c) Mercados-alvo (Onde?);
- d) Pessoal (Recursos Humanos treinados, capacitados e com experiência internacional);
- e) Recursos Financeiros;
- f) Estrutura Organizacional.

Logo, movimentos que denotam processos de internacionalização englobam desde conceitos simples, como Importação e Exportação, passando por Licenciamentos de Tecnologia e Marketing no exterior, até ações mais complexas, como abertura de subsidiárias, filiais, escritórios e fábricas no exterior, que demandam transferências de pessoal, realocação de recursos etc.

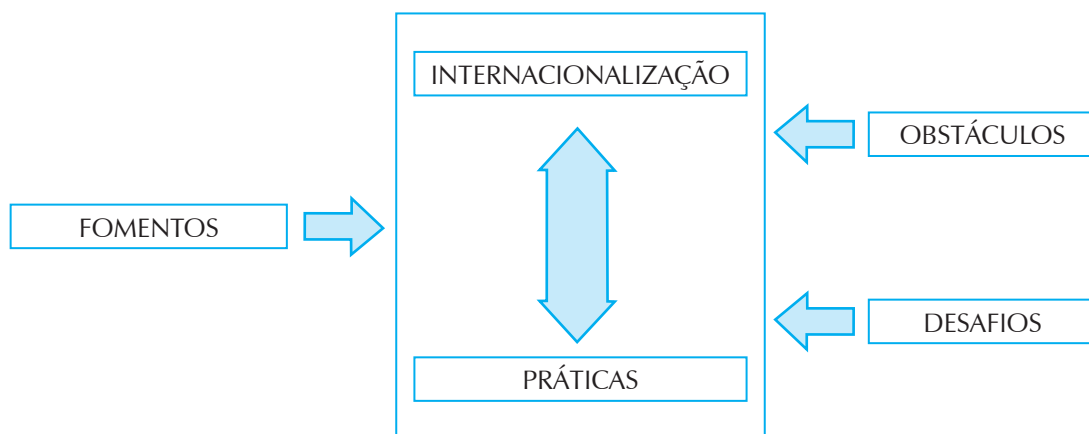
Considerando o problema de pesquisa envolvido neste estudo, utiliza-se o modelo proposto por Fumagalli (2013), que relaciona as seguintes variáveis de análise, consideradas para a coleta e interpretação dos dados:

- três variáveis independentes (fomentos, obstáculos e desafios);
- uma variável interveniente (as práticas utilizadas pelas empresas no processo de internacionalização);
- Uma variável dependente (as estratégias de internacionalização).

⁴ “[...] a soma de fatores que previne o fluxo de informações do e para o mercado. Exemplos são diferenças em idiomas, educação, práticas de negócio, cultura e desenvolvimento industrial” (tradução nossa).

As relações entre as variáveis são apresentadas na FIG. 1.

FIGURA 1 – Relação entre as variáveis de estudo



FONTE: Fumagalli (2013)

Segundo Fumagalli (2013), o modelo fornece uma visão sistêmica sobre o processo de Internacionalização e suas Práticas, ou seja, as atitudes para aproveitar vantagens competitivas provenientes da propagação de conhecimentos de estratégia e de gestão, que se relacionam com o contexto ambiental a partir dos três *inputs* diferentes: os **fomentos**, que são as motivações da empresa, estimulando sua expansão internacional; os **obstáculos**, representados pelas barreiras encontradas, sejam elas internas ou externas, físicas, burocráticas ou virtuais; e os **desafios** – a exploração dos pontos fortes e das oportunidades e a superação dos pontos fracos e ameaças (FUMAGALLI, 2013).

Além disso, para contextualizar a descrição dos dados, considera-se importante destacar inicialmente duas particularidades que o projeto aborda. Primeiramente, faz-se uma análise entre a diferença da internacionalização de bens virtuais e de bens físicos, uma vez que as estruturas, necessidades, vantagens e dificuldades das organizações que operam em cada um desses setores são distintas. Em segundo lugar, faz-se uma análise sobre a diferenciação dos ambientes de negócio estudado. Isso é considerado necessário por conta das diferenças entre as variáveis estruturais e culturais presentes nos contextos em que as companhias operam – o brasileiro, no Estado do Paraná, e o americano, no Vale do Silício.

1.1 COMPARAÇÃO ENTRE INTERNACIONALIZAÇÃO DE BENS FÍSICOS E VIRTUAIS

Para melhor compreender as particularidades dos setores em que se encontram as empresas estudadas, são levantadas as particularidades de produtos virtuais e como elas se diferenciam de bens físicos ou de serviços, que tendem a exigir necessidades diferentes de tratamento, uma vez que as estruturas organizacionais podem ser muito distintas. Consequentemente, empresas que ofertam produtos virtuais aumentam suas chances de estarem suscetíveis a processos de internacionalização com demandas, obstáculos e ganhos diferenciados, como pode ser evidenciado nas descobertas de Bell (1995), de Coviello e Munro (1997) e de Moen, Gavlen e Endresen (2004).

Bell (1995) destaca que modelos de internacionalização por “estágios”, ou seja, uma firma que passa, por exemplo, pelas etapas de exportação involuntária, exportação via agentes, estabelecimento de subsidiárias etc., suportam noções de distância psíquica e pouco enfatizam métodos alternativos de entrada em mercados, como licenciamentos ou *joint ventures*. A partir desse conceito, ele promove seu estudo sobre métodos de internacionalização utilizados por companhias de *software* da Irlanda, Noruega e Finlândia que, segundo ele, são ambientes de negócio parecidos pelo fato de estarem inseridos em economias e mercados consumidores relativamente pequenos e baseados no desenvolvimento de pequenas empresas. Moen, Gavle e Endresen (2004), por outro lado, desenvolveram seus estudos considerando uma análise do processo de internacionalização de cinco pequenas companhias norueguesas de *software*, priorizando a compreensão de seus métodos de entrada e de seleção de mercado a partir de suas redes de relacionamento e consumidores. Segundo Axelsson e Easton (1992 apud COVIELLO; MUNRO, 1997), uma rede envolve dois ou mais agentes, conectados a partir de um relacionamento entre eles.

Quanto aos métodos de entrada no mercado, Bell (1995) aponta como as principais práticas selecionadas pelas empresas a utilização de agentes/distribuidores ou de pessoal direcionado a vendas no exterior. Por outro lado, identificou em menor volume a adoção pelas firmas de práticas como estabelecimento de subsidiárias, licenciamentos ou *joint ventures*. Ele cita o papel de parceiros locais e do estabelecimento de redes de contatos como fundamentais para o sucesso da organização no exterior. Ademais, segundo ele, o alto nível de propriedade intelectual no desenvolvimento e adaptação dos produtos, geralmente com ciclos de vida curtos por conta da inovação do negócio e de atualizações frequentes, também contribui para a escolha de uma maneira de entrada.

Em relação ao processo de internacionalização, Bell (1995) menciona que algumas das empresas estudadas iniciavam vendas no exterior antes mesmo do mercado doméstico, enquanto outras ainda obtinham 100% de seu faturamento proveniente de fora. Isso poderia

ocorrer por conta do reduzido tamanho do mercado local ou de resistência doméstica a produtos desenvolvidos por companhias pequenas. O autor ainda indica que, como firmas de *software* se internacionalizam rapidamente, e não por estágios incrementais, a idade ou o tamanho da companhia não têm interferência significativa na decisão de internacionalização. Por fim, o autor indica que as companhias não tendem a alterar seus métodos de exportação conforme desenvolvem novos mercados, o que é mais significativamente influenciado por fatores internos da empresa, como recursos humanos ou financeiros.

Coviello e Munro (1997) também direcionam seus estudos para a importância das redes de relacionamento para MPE produtoras de *software*, analisando empresas neozelandesas. Os autores verificam processos de internacionalização correspondentes às teorias de estágios, expandindo suas operações internacionais conforme estas se expandiam e identificando relevância das distâncias psíquicas. Ainda assim, eles destacam que todas as companhias utilizaram parceiros locais como métodos de entrada, sejam eles agentes, distribuidores ou empresas maiores, porém a minoria estabeleceu escritórios físicos no exterior. Os autores concluem que as redes de relacionamento não apenas promovem a internacionalização, como também influenciam nos métodos de entrada e de investimento em mercados estrangeiros.

Já Moen, Gavlen e Endresen (2004) apontam que nenhuma empresa realizou algum comprometimento sério de negócios em países nos quais ainda não tinha contatos, considerando, portanto, que a rede de contatos da empresa é fundamental para determinar em qual mercado entrar e como. Segundo eles, as firmas estudadas têm como preocupações principais a competência e a habilidade dos parceiros locais, não importando se eles são agentes, distribuidores ou licenciados, considerando que encontrar o parceiro certo é mais importante do que determinar uma forma específica de entrada. Declaram, entretanto, que pequenas organizações devem encontrar um equilíbrio entre a expansão de suas redes ou o desenvolvimento de novas, de acordo com suas capacidades financeiras. Além disso, os autores afirmam que algumas organizações criaram imagens de presenças locais em outros mercados por meio de escritórios virtuais, posicionando, por exemplo, funcionários nativos de um país estrangeiro para atender as demandas de clientes naquele mercado, e que um fator determinante é o custo de produção em escala, muitas vezes inexistente depois de finalizado o desenvolvimento.

Considerando os fomentos para a internacionalização, Bell (1995) aponta que os principais motivos anunciados pelas empresas foram: busca por demanda de clientes, foco setorial e tendências da indústria computacional, sendo que esses fatores afetam não apenas o local para onde a exportação foi direcionada, mas também o método de entrada no mercado. O primeiro diz respeito à entrada no mercado a partir da estratégia internacional de um de seus clientes no mercado doméstico ou pela demanda de clientes

estrangeiros. O segundo está relacionado ao foco das companhias para mercados com nichos especializados que passavam por momentos de expansão, considerando que as oportunidades e o potencial de crescimento desses mercados eram mais importantes que distâncias geográficas ou culturais. O terceiro é baseado nas movimentações da indústria em que a empresa opera, seguindo polos de desenvolvimento e produção de *hardware* e *software*, a presença de grandes desenvolvedoras e seus relacionamentos com fabricantes, além de colaborações entre produtoras de *hardware* e de *software*.

Considerando os obstáculos enfrentados pelas organizações virtuais e como a tecnologia da informação se relaciona com eles, Hamill e Gregory (1997 apud MOEN; GAVLEN; ENDRESEN, 2004) indicam quatro barreiras à internacionalização de MPE, apontando como a internet pode ser uma auxiliadora na superação de cada uma:

- **psicológicas:** contra essas a internet pode expandir e facilitar o acesso a informações;
- **operacionais:** digitalizam e transferem eletronicamente documentos e pagamentos;
- **organizacionais:** promovem pesquisas de mercado de baixo custo e aumentam o nível de conhecimento, sobretudo de mercados internacionais – o que reduz a dependência de intermediários;
- **de produtos/mercados:** facilitam a escolha de locais para exportação, a adaptação de produtos, a proximidade com o cliente, bem como uma estratégia global de nichos – no lugar de várias abordagens diferentes, cada uma focada em um país.

Bell (1995) considera baixa a aplicabilidade do modelo de Uppsala para firmas de *software*, declarando que pequenas empresas desse setor não tendem a progredir sistematicamente em seus métodos de exportação. Isso ocorre pelo fato de ser um setor de rápido crescimento, inserido em uma indústria dinâmica, com poucas barreiras de entrada e no qual o sucesso da organização não depende de seu tamanho. Além disso, de acordo com ele, a distribuição do produto é rápida e grandes *players* da indústria têm um papel significativo na influência da estratégia internacional de companhias menores. Moen, Gavlen e Endresen (2004) e Coviello e Munro (1997), por outro lado, destacam que a escolha de um mercado e a forma de entrada são muito influenciadas pelas redes de contatos, principalmente as redes pessoais e individuais dos funcionários, sendo que os primeiros consideram o uso da internet como um meio de encontrar parceiros ou agentes facilitadores, notando ainda que esta facilita a comparação de produtos, o que pode elevar a competitividade e promover a flexibilidade ao encontrar os parceiros corretos. Consequentemente, concluem que a empresa deve encontrar um balanço entre um produto com padrões de alta tecnologia e continuamente engajado na inovação.

1.2 COMPARAÇÃO ENTRE AMBIENTES DE NEGÓCIO NO ESTADO DO PARANÁ E NO VALE DO SILÍCIO

Para levantar diferenças e semelhanças entre os contextos e ambientes de negócio em que se encontram as empresas estudadas, faz-se uma breve análise de autores que apresentam fatores culturais, sociais e econômicos que interferem nos modelos mentais de práticas de negócios e, conseqüentemente, nas práticas e decisões que as empresas tomam para atuar nos mercados internacionais.

Primeiramente, no contexto paranaense, Cyrino e Penido (2007) relatam o surgimento de multinacionais brasileiras, empresas nacionais que aproveitaram os benefícios e enfrentaram os riscos e obstáculos da internacionalização:

Estamos presenciando o surgimento das primeiras multinacionais brasileiras. Em número reduzido, diante do tamanho da economia brasileira, essas empresas vêm mantendo taxas de crescimento acima da média em relação aos concorrentes domésticos e enfrentam com relativo sucesso os grandes *players* estabelecidos nos mercados internacionais em que atuam (CYRINO; PENIDO, 2007).

Embora restritas à realidade de cada empresa, variáveis como motivação, benefícios, obstáculos e custos podem ser classificadas em categorias padrão. Dependem do setor de cada organização, de sua estratégia e de seus recursos. As principais motivações se baseiam nas necessidades econômicas e financeiras, como expansão de mercado ou obtenção de recursos não disponíveis na origem. Cyrino e Penido (2007) classificam os benefícios como **expansão do mercado**, que engloba a solidificação de um posicionamento global e competitivo, aumentando a capacidade de resposta aos clientes internacionais; **melhoria da eficiência**, ligada à obtenção de recursos ou fatores de produção a preços reduzidos, ganhos de arbitragem e de economias de escala ou escopo; e **aprendizagem**, causada pelo acúmulo de conhecimento e experiências, bem como pelo desenvolvimento de competências empresariais.

Por outro lado, Cyrino e Penido (2007) indicam que os custos e riscos estão na coordenação e governança, nas desvantagens de ser novo ou estrangeiro em um mercado e nos riscos políticos e econômicos dos mercados internacionais. Para a Fundação Dom Cabral – DFC (2002), as barreiras à internacionalização podem ser classificadas em três categorias: internas/organizacionais, referentes às capacidades e recursos das organizações, como dificuldade para acessar canais de distribuição ou para atingir escalas suficientemente grandes para competir com *players* internacionais; situadas no ambiente competitivo brasileiro, como infraestrutura, cultura, carga tributária, dificuldades de financiamento, instabilidades econômicas e políticas; e situadas no mercado de destino, como barreiras tarifárias, cotas de importação, fatores culturais, políticos e legais (FDC, 2002).

Segundo Martignago et al. (2005), os obstáculos podem ser classificados em duas vertentes: **macroambientais**, como tributos, câmbio e burocracia, fatores que demandam incentivos; e **microambientais**, como fracas cadeias de produção e suprimento e a falta de *know-how* na maneira de fazer negócios, impulsionada pela escassez de conhecimentos de culturas de negócio e línguas estrangeiras. Esses fatores, por outro lado, demandam investimentos de recursos próprios. Portanto, os principais obstáculos externos à exportação de pequenas e médias empresas são: recessão em outros países, falta de assistência pelo governo brasileiro na promoção comercial, concorrência internacional, burocracia em órgãos governamentais no Brasil e desvalorização cambial inferior à inflação. Já os internos são: preços não competitivos no mercado externo, insuficiência de recursos financeiros à produção, insuficiência de recursos alocados para marketing internacional e insuficiência de informações sobre o mercado externo (MARTIGNAGO et al., 2005). Soma-se a isso o baixo nível de educação formal, que pode ser comprovado pelos resultados do país na edição de 2015 do PISA, exame internacional que mede o grau de educação em países membros e parceiros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para estabelecer um parâmetro de análise das estratégias de internacionalização das pequenas e médias empresas paranaenses, um passo importante para o desenvolvimento do artigo foi determinar qual região tem um modelo de desenvolvimento de suas empresas que possa ser considerado de sucesso em termos de expansão global e, a partir disso, formar uma base comparativa. O Vale do Silício, região no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, que compreende a área geográfica entre as cidades de San Francisco e San Jose, foi escolhido pelo fato de conter inúmeras *startups*. Segundo Blank (2010), “Your startup is essentially an organization built to search for a repeatable and scalable business model”⁵. Já para Ries (2010), “A startup is a human institution designed to deliver a new product or service under conditions of extreme uncertainty”.⁶ Ou seja, empresas novas, geralmente de poucos funcionários, portanto semelhantes a Micro, Pequenas e Médias empresas, que buscam estabelecer-se em mercados altamente competitivos a partir de soluções cujas bases são a inovação e a atratividade de capital. Podem atuar em qualquer tipo de setor, porém encontram-se mais em atividades que requerem uma atuação intensiva da tecnologia. Essas companhias buscam investidores que possam ajudá-las a crescer, principalmente por ganhos de escala, ou seja, aumentando o número de usuários de seus produtos ou serviços.

⁵ “Sua *startup* é essencialmente uma organização construída para buscar um modelo de negócios que possa ser reproduzido e ganhar escala” (tradução nossa).

⁶ “A *startup* é uma instituição humana feita para entregar um novo produto ou serviço sob condições de extrema incerteza” (tradução nossa).

Como constatado por Draper (2012, p. 17), a região do Vale do Silício virou referência mundial de eficiência:

[...] (Silicon Valley) transformed itself into the heartland of high technology, venture capital, and entrepreneurship. Silicon Valley would become synonymous with creativity, productivity, and economic growth—the birthplace of Apple, Hewlett-Packard, Google, Yahoo, Cisco Systems, Oracle, Genentech, OpenTable, Tesla, Facebook, Twitter, and literally thousands of other great companies.⁷

Esses são alguns exemplos das organizações que foram fundadas na área e hoje se consolidam entre as maiores marcas do mundo. Por ser um polo tecnológico, há uma grande atração de mão de obra qualificada e diversificada, o que forma uma sociedade cosmopolita e dinâmica. Além disso, o fato de existirem universidades de ponta, como Stanford e a University of California, Berkeley, aliadas a fundos e bancos de investimento e fundos de Venture Capital, propiciam dois fatores que têm uma forte influência no desenvolvimento sustentável: educação e capital.

Segundo Seelig (2012), a inovação pode ser vista como um motor, cuja estrutura interna é formada por três partes: **conhecimento**, que é o combustível da imaginação; **imaginação**, o catalisador da transformação de conhecimento em ideias; e a **atitude**, a faísca que faz com que se inicie o movimento. Já o exterior desse motor é formado por outras três partes: **recursos**, ou os ativos de uma comunidade; **habitat**, ou o ambiente local, que inclui desde escolas a organizações; e **cultura**, que são os valores, credos e comportamentos de uma comunidade (SEELIG, 2012). Portanto, um ambiente que valorize esses seis fatores, estimulando-os e alimentando-os, certamente fará seu “motor” da inovação funcionar.

Saxenian (2006) destaca a facilidade de comunicação e troca de informações, o que acelera o aprendizado das empresas. Como consequência, se nos anos 1970 apenas empresas grandes e bem-estabelecidas conseguiam recursos suficientes para se expandirem internacionalmente, com a fragmentação da produção e quedas nos custos de comunicação e transporte, agora pequenas companhias também podem se internacionalizar. A autora ressalta: “Start-ups in Silicon Valley today are often global businesses from their first day of operations” (SAXENIAN, 2006).⁸ Ademais, ela apresenta a importância do capital humano em duas frentes: a primeira é por meio da

⁷ “[...] (Vale do Silício) transformou-se no berço da alta tecnologia, do venture capital e do empreendedorismo. O Vale do Silício viraria um sinônimo de criatividade, produtividade e crescimento econômico – o local de nascimento da Apple, Hewlett-Packard, Google, Yahoo, Cisco Systems, Oracle, Genentech, OpenTable, Tesla, Facebook, Twitter e, literalmente, de milhares de outras grandes empresas” (tradução nossa).

⁸ “Startups no Vale do Silício hoje frequentemente são negócios globais desde seu primeiro dia de operação” (tradução nossa).

habilidade de rapidamente encontrar parceiros de negócios e gerenciar as estruturas da operação, superando barreiras culturais e linguísticas; a segunda frente é a diversidade cultural, apontando a presença de engenheiros chineses e indianos na região, com as competências técnicas e culturais necessárias, possibilitando parcerias e oportunidades de negócio mais rapidamente.

2 METODOLOGIA

A forma de estudo é exploratória, pois procura proporcionar uma nova visão ou entendimento do problema e torná-lo mais explícito. Aprimora as ideias sobre o assunto, busca mais pistas para preencher lacunas de conhecimento e explora o problema à procura de novas descobertas (GIL, 1999).

O escopo da pesquisa é o estudo de caso. Para Zainal (2007), o estudo de caso possibilita a obtenção de dados em um contexto específico, explorando fenômenos da vida real por meio de uma análise de eventos, suas condições e como eles se relacionam. Não há uma metodologia diferente para estudos de caso único (clássico) e múltiplo: ambos são variantes da mesma estrutura metodológica e a escolha é feita pelo projeto de pesquisa (YIN, 2013).

Esta pesquisa utilizou o estudo multicase, cuja estratégia de pesquisa é qualitativa, pois envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

Além disso, a partir dos instrumentos propostos por Yin (2013), foram utilizados durante a pesquisa o trabalho de campo, as notas de campo, observação direta, observação empírica e observação-participativa, por meio de visitas às empresas e reuniões com os gestores ou empreendedores participantes dos processos de internacionalização.

O instrumento utilizado para a obtenção de dados foi uma entrevista estruturada, dividida entre um questionário aberto sobre o perfil da empresa, considerando informações como setor de atuação, data de fundação e número de funcionários, e a própria entrevista, constituída de 14 questões que abordam os seguintes temas:

- a) a estratégia de internacionalização;
- b) motivos para a internacionalização;
- c) obstáculos e dificuldades enfrentados durante o processo;
- d) preparação e adaptação da empresa e seus colaboradores para iniciar e perpetuar o modelo;

- e) importância da inovação;
- f) futuro do processo de internacionalização.

A seguir, será utilizada a perspectiva seccional com avaliação longitudinal de análise, pois foram investigadas e comparadas diferentes empresas brasileiras e americanas ao longo de seus processos de internacionalização.

3 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Apresentam-se, nos quadros a seguir, os resultados obtidos com as entrevistas. Consideram-se as práticas, fomentos e obstáculos citados pelas empresas de cada ambiente de negócios, seguidas por quatro fatores cujas influências foram investigadas: papel da inovação; medidas de preparação; medidas de adaptação; e posicionamento internacional em 5 anos. Todas as respostas foram ordenadas pela frequência em que foram enunciadas.

QUADRO 1 – Comparação entre práticas de internacionalização utilizadas pelas empresas estudadas – 2015

Ambiente de Negócios	Práticas Citadas
Paraná	Lojas virtuais de aplicativos Canais <i>on-line</i> de distribuição Venda para multinacionais com atuação no mercado doméstico da companhia
Vale do Silício	Rede de contatos Lojas virtuais de aplicativos Redes sociais Abertura de escritórios no exterior Laboratórios de desenvolvimento no exterior

FONTE: Os autores (2015)

QUADRO 2 – Comparação entre fomentos à internacionalização percebidos pelas empresas estudadas – 2015

Ambiente de Negócios	Fomentos Citados
Paraná	Ganhos de escala Expansão global dos produtos Facilidade de inserção de mercados Diversificação de fluxos de receita
Vale do Silício	Necessidade de uma estrutura organizacional global Ganhos de escala Redes de relacionamentos Equipes multiculturais Redução de Custos

FONTE: Os autores (2015)

QUADRO 3 – Comparação entre obstáculos à internacionalização encontrados pelas empresas estudadas – 2015

Ambiente de Negócios	Obstáculos Citados
Paraná	Divulgação dos produtos Capacidade financeira Adaptação e regulação de conteúdo Obtenção de licenças de desenvolvimento
Vale do Silício	Encontrar os parceiros certos Capacidade financeira Divulgação dos produtos Adaptação e regulação de conteúdo Estabelecer infraestrutura de suporte Controle da matriz sobre filiais

FONTE: Os autores (2015)

QUADRO 4 – Comparação entre quatro fatores de influência na internacionalização das empresas estudadas – 2015

Fator	Brasil	Vale do Silício
Papel da inovação	Atributo a ser buscado no trabalho.	Ideologia da empresa, base do trabalho.
Medidas de preparação	Adequação de conteúdo, como roteiro e idiomas.	Construção de uma equipe, captação financeira, pesquisa sobre o mercado de destino.
Medidas de adaptação	Treinamento da equipe.	Treinamento da equipe, divulgação de conteúdo, manutenção da rede de comunicação organizacional.
Posicionamento internacional em 5 anos	Reconhecimento no mercado internacional.	Liderança do setor em que atua.

FONTE: Os autores (2015)

4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir das entrevistas, dos dados e informações fornecidos pelas empresas e por conversas com os empreendedores, é possível classificar os resultados em três categorias: métodos escolhidos para a internacionalização, benefícios e obstáculos. Faz-se a seguir uma análise sobre cada uma delas.

4.1 MÉTODOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Primeiramente, há de se considerar que o fato do setor de *games* oferecer produtos que podem ser distribuídos virtualmente causa diferenciações nas práticas de internacionalização.

Muitas vezes não há necessidade, por exemplo, da implementação de fábricas no exterior, embora por outro lado possa existir a demanda da empresa por escritórios em mercados estrangeiros, parcerias com especialistas, desenvolvedores ou vendedores locais que possam expandir a companhia nesses mercados, ou infraestrutura de suporte, como de servidores ou atendimento ao cliente.

Dentre as empresas paranaenses estudadas, algumas não possuíam nenhum tipo de movimento de internacionalização, pois eram focadas apenas no mercado local, principalmente organizações que oferecem simulações empresariais. Uma delas, entretanto, trabalha com multinacionais com operações no Brasil, possibilitando expansão internacional. Já para organizações que desenvolvem jogos para dispositivos móveis, o processo de internacionalização mais comum detectado foi a disponibilização do produto em lojas virtuais de aplicativos ou de jogos para console, que possibilitam uma rápida expansão para o mundo inteiro, uma vez que essas lojas podem fornecer ao produto alcance global, se assim desejado pela empresa. Porém, há duas questões que são trabalhadas quando lojas virtuais são utilizadas: adaptação do conteúdo, que pode variar simplesmente por uma tradução do jogo até alterações nos personagens ou no roteiro, e divulgação, que todas as empresas entrevistadas apontaram como fundamental para o sucesso do produto no mercado para o qual foi direcionado. Por fim, enquanto algumas empresas preferiram primeiramente apenas disponibilizar seus produtos para colher resultados de quais mercados trariam mais resultados, sem um foco de direcionamento específico, outras possuem estratégias de disponibilização a mercados selecionados, inclusive com diferenciação entre os jogos a serem inseridos em cada país ou região. Ainda assim, nenhum desses métodos demonstrou a demanda por um parceiro local. Ademais, há de se considerar que aquelas que realizaram movimentos de internacionalização adotaram essas estratégias desde o começo de suas operações, inclusive uma delas levantou a possibilidade de mudança de sede para os EUA, por motivos como: ambiente de negócio mais favorável, proximidade ao mercado consumidor e maior facilidade no desenvolvimento de seus produtos.

Dentre as empresas do Vale do Silício apresentadas, a maioria apresentou práticas de internacionalização, sendo que apenas poucas escolheram focar somente no mercado norte-americano, devido a suas grandes dimensões. Ainda assim, essas empresas ainda consideram buscar mercados estrangeiros em um futuro próximo. Para aquelas que

desenvolvem a internacionalização, organizações que operam com jogos *mobile* ou console operam de maneira semelhante às paranaenses, disponibilizando-os em lojas virtuais de jogos e aplicativos, ou ainda por meio de redes sociais. Há uma diferenciação maior nos métodos escolhidos pelas empresas de simulação, ou plataformas para jogos, como redes sociais, por exemplo. Essas companhias demonstraram necessidades ligadas ao desenvolvimento de parcerias locais, principalmente de suporte a servidores, desenvolvimento e expansão dos novos mercados e centros de desenvolvimento, unindo equipes em países diferentes. Essas práticas, entretanto, foram encontradas tanto em organizações com tempo de fundação um pouco maior – com cerca de dez anos de operação – quanto em empresas mais novas, com até cinco anos. Um quesito que merece destaque por ter exercido influência na maneira como essas redes de operação internacionais foram estabelecidas, no caso de organizações de jogos de simulação ou plataformas, foi a figura de um gestor com competências alinhadas à estratégia da empresa, trazendo vantagens como redes de contatos internacionais, possibilitando expansão, conhecimentos específicos sobre internacionalização e rapidez na tomada de decisão. Ou seja, as redes de relacionamentos individuais dos funcionários tendem a causar impactos nas escolhas dos métodos e locais de internacionalização.

4.2 BENEFÍCIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Dentre os fomentos propiciados pelos métodos de internacionalização disponíveis no setor estão a possibilidade de uma expansão global rápida, dado o alcance não apenas das lojas virtuais de aplicativos e jogos, mas também dos meios de comunicação e da internet; a facilidade de compra por parte do usuário, uma vez que o processo é *on-line*; a disponibilidade maior de mercados e ganhos dinâmicos de escala. Diferenças culturais também podem trazer benefícios distintos. Enquanto no Brasil não há o costume de pagar-se por jogos, nos EUA há a preferência por jogos grátis que ofereçam *add-ins*, ou bônus pagos, que podem ser pagos dentro dos próprios jogos, com o objetivo de aumentar a disponibilidade de fases ou de habilidades de um personagem, por exemplo. Na Europa há uma susceptibilidade maior a pagar-se pelos jogos, enquanto o público oriental tem esse costume de maneira já estabelecida.

Para as empresas brasileiras, os principais benefícios destacados são a oportunidade de expandir a empresa rapidamente, com a possibilidade de estar presente em vários mercados consumidores a partir do alcance das lojas virtuais de aplicativos e jogos, expandir fluxos de receita e divulgação e crescimento da companhia. Uma vantagem considerada por uma empresa diz respeito ao fato de poder obter lucros maiores com esforços menores em mercados estrangeiros, dado o peso que fatores como impostos,

burocracia, questões legais e governamentais exercem sobre o tempo e a energia dos integrantes da equipe, que são maiores que fatores como adaptação de idioma ou conteúdo, fazendo com que valha a pena investir no exterior.

Já para as empresas americanas, além de citarem benefícios semelhantes – como disponibilidade do produto para todo o mundo, ganhos rápidos de escala e aumentos de fluxos de receita, exponencializando o crescimento da companhia –, outros benefícios estão na oportunidade de unir grupos interdisciplinares de mão de obra flexível, o que, a partir de abordagens diferentes sobre um mesmo problema, pode trazer ganhos significativos para a criatividade, inovação, solução de problemas, o desenvolvimento do produto e o resultado final de um projeto, aumento da rede de vendas, desenvolvimento de conhecimentos, elevando a capacidade e a quantidade de aprendizado da empresa e de seus funcionários, ganhos de qualidade e expansão da rede de contatos.

Embora o setor de *games* muitas vezes não traga a necessidade de procedimentos complexos e que levam muito tempo, como a abertura de uma linha de produção no exterior, há, como em todo negócio, dificuldades nas operações estrangeiras. Por tratar-se de produtos virtuais, algumas vezes pode-se ter a impressão de que os obstáculos são menores e mais fáceis de serem superados e, embora isso possa ser verdade em alguns casos, esse não é um fato comum.

As empresas paranaenses apontaram principalmente para dificuldades no macroambiente, como tributação, dificuldade de abrir uma empresa no Brasil e mantê-la no começo das operações, pouco incentivo governamental e pouco incentivo a desenvolvedoras locais. Muitas das empresas formadas em universidades, por exemplo, têm dificuldades em estabelecer-se no mercado por conta desses fatores. Por outro lado, fatores do microambiente da organização também são apontados com importância significativa. Os principais a serem apontados foram baixa disponibilidade de capital, adaptação de conteúdo, passível de regulação pelas lojas virtuais de jogos e aplicativos, e a divulgação dos produtos no mercado externo. Outro ponto, indicado com menos força, foi a dificuldade de obtenção da licença de desenvolvimento e divulgação dos jogos em lojas virtuais. Por fim, a dificuldade de precificação também foi citada, pois um jogo pago pode ser bem aceito em um mercado e recusado por outro, da mesma forma que um preço pode ser barato para um público e caro para outro. Como há uniformidade na precificação em lojas virtuais de aplicativos e jogos, pode haver dificuldade em determinar um preço que otimize os lucros, principalmente para empresas que estão no começo de suas operações internacionais.

Já as empresas do Vale do Silício não apontaram fatores macroambientais nos EUA, apenas nos países para os quais a internacionalização era realizada, como a infraestrutura de telefonia e internet móvel de mercados emergentes. Houve empresas que não apontaram dificuldades significativas, apenas a importância de disponibilizar o produto no mundo inteiro. Uma dificuldade apontada por muitas é o estabelecimento de um escritório ou de um laboratório de desenvolvimento no exterior, fatores que dependem da procura e da escolha de um parceiro correto no mercado estrangeiro, o que muitas companhias apontam como fundamental para o sucesso da empresa naquele mercado. Outras declararam que os principais obstáculos estão no microambiente da organização, como divulgação, dependência dos gerentes de cada localização e dificuldades no controle da matriz sobre a atuação dos escritórios no exterior.

4.4 DIFERENÇAS NA INTERNACIONALIZAÇÃO

O quadro a seguir ilustra algumas diferenças entre os dois ambientes de negócios em que operam as empresas. Considera-se como uma síntese daquilo que foi abordado nas entrevistas, leituras contidas nas referências e observações empíricas nos dois ambientes.

QUADRO 5 – Comparação entre fatores que interferem nos processos de internacionalização das empresas estudadas – 2015

Fator	Brasil	Vale do Silício
Empreendedorismo	Foco na necessidade. Do local para o global.	Foco na inovação. Do global para o local.
Fatores macroeconômicos	Desfavoráveis. Geram preocupações e ocupam a equipe, gastando tempo e dinheiro.	Favoráveis. Não geram transtornos.
Capital	Escasso. Juros altos, poucos financiamentos. Investidores individuais são raros.	Abundante. Presença de investidores, Venture Capitalists e Angels.
Auxílio	Alguns órgãos. Poucas incubadoras. Programas de imersão internacional.	Aceleradoras e incubadoras.
Noção de mercado local vs. Distâncias geográficas	Grande. Deve-se ir devagar. Escala é o objetivo de longo prazo.	Pequeno. Deve-se ganhar a escala global rapidamente.
Competição	Menos acirrada. Poucas empresas solucionam problemas distintos.	Várias empresas solucionando o mesmo problema. Busca pela sobrevivência.

FONTE: Os autores (2015)

O fator empreendedorismo considera qual é a abordagem empreendedora dos executivos de cada região. Enquanto no Brasil cria-se para a necessidade de um produto ou demanda de um nicho de mercado, no Vale do Silício o foco é baseado em inovação. Além disso, no primeiro ambiente a intenção é de expandir e globalizar algo local, enquanto no segundo é como obter soluções para problemas globais a partir de interferências locais.

Considerando os fatores macroeconômicos, no Brasil estes são desfavoráveis, gerando obstáculos e perda de tempo e recursos às empresas. Além disso, o capital disponível às companhias é escasso, pois faltam investidores, além de que os poucos que operam nesse ecossistema tendem a procurar investimentos que podem ser considerados mais seguros. Por fim, há pouco auxílio externo às organizações, que têm de realizar muitas tarefas por conta própria, como análise de viabilidade ou precificação, por exemplo, ou adaptabilidade de produtos. Ainda assim, há alguns programas de imersão internacional ou educação voltada ao empreendedorismo ou desenvolvimento de *startups*. Por outro lado, no Vale do Silício os fatores macroeconômicos são extremamente favoráveis, em um ambiente cuja função é ocupar o tempo dos funcionários com o trabalho demandado pelo produto, considerando foco no consumidor e na inovação. O capital é abundante. Há presença de inúmeros aportadores de capital e possibilidades de investimento, além de uma probabilidade maior de assumir riscos. Há ainda grande auxílio às *startups*, por meio de universidades, aceleradoras e incubadoras, além de órgãos governamentais e privados que ajudam as companhias a crescer.

Para as empresas brasileiras, geralmente há a noção de que o Brasil é um mercado muito grande e, primeiramente, deve-se estabelecer bem nele, para depois sair. No Vale do Silício, a mentalidade mais comum é de que o mercado local é pequeno, portanto, há a necessidade de expandir-se rapidamente, ganhando escala suficiente para exponencializar a receita e tornar o negócio lucrativo.

Por fim, a competição no ambiente brasileiro é menos acirrada. Geralmente há poucos competidores diretos em nichos de mercado, gerando disponibilidades menores de oferta aos consumidores. Há um espaço um pouco maior para erros e a exigência do mercado consumidor tende a ser menor. Por outro lado, no ambiente do Vale do Silício, é comum encontrar várias empresas solucionando um mesmo problema específico, o que pode ser caracterizado como uma alta concorrência. Isso tende a elevar as expectativas, exigências e demandas dos consumidores, reduzindo o espaço para erros e expondo a necessidade de diferenciação e inovação constantes, resultando em elevação nos níveis de qualidade, diversificação dos produtos e/ou serviços e a criação de alternativas de mercado, como a Economia Compartilhada, conceito ainda pouco estudado, mas que, em poucas palavras, consiste na troca direta de bens e serviços entre usuários finais,

utilizando companhias apenas como intermediários, ou mercados de troca. Todos esses quesitos culminam na criação de um ambiente muito favorável para o desenvolvimento e perpetuidade de novos negócios. Portanto, o foco das organizações é voltado para os consumidores, com demandas cada vez mais exigentes e que, conseqüentemente, beneficiam-se dessa disputa das empresas por *market share* com novas soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alta variabilidade dos modelos de gestão e das estratégias de internacionalização inviabiliza a produção de um modelo único, constante e imutável que seja verdadeiro e funcional para todas as empresas, o que reflete na dificuldade de mensurar o real impacto das internacionalizações, cujos critérios acabam por restringirem-se a indicadores como vendas no exterior ou porcentagem do faturamento proveniente de receita internacional. Como resultado, mesmo organizações que operam em ambientes similares, com produtos, mercados e qualidades semelhantes podem apresentar abordagens distintas sobre a internacionalização. Isso aumenta a diferença no impacto dessas práticas quando se analisam as empresas de um mesmo setor.

Ainda assim, algumas considerações podem ser feitas. Primeiramente, empresas do setor de jogos, embora sigam um modelo próximo de internacionalização de organizações que produzam e vendam bens físicos, possuem motivos, benefícios, obstáculos e, principalmente, métodos de internacionalização distintos destas últimas companhias. Isso interfere na abordagem estratégica que cada empresa dará ao seu objetivo de expansão a mercados internacionais. Como exemplo, desenvolvedoras de jogos possuem canais de distribuição que as permitem já nascerem globais, em contraste com produtoras de simuladores ou outros produtos direcionados a outras organizações, cujas vendas tendem a depender do estabelecimento de uma rede de contatos. Além disso, verificou-se que modelos clássicos de internacionalização, como o de Uppsala, podem apresentar limitações quando aplicados a organizações virtuais ou que trabalhem com produtos e/ou serviços virtuais, uma vez que são desenhados para estruturas tradicionais de empresa.

Em segundo lugar, pôde-se comparar os modelos de internacionalização adotados por empresas dos dois ambientes, o brasileiro, no Estado do Paraná, e o americano, no Vale do Silício. Embora quase todas as empresas tendam a expandir-se globalmente desde o início, devido à facilidade de disponibilização internacional do produto, as paranaenses declararam mais interesse por estabelecerem-se nacionalmente e em mercados mais “clássicos”, ou com distâncias psíquicas menores, como os Estados Unidos. Por outro lado,

as americanas demonstraram preferência por encontrar mercados em que a empresa possa ser desenvolvida ou parceiros regionais em locais que possam trazer vantagens competitivas significativas para a companhia, importando-se mais com a escolha certa do parceiro que com sua localização. Ou seja, essas empresas têm o pensamento de global mais internalizado que as brasileiras. Há de se considerar, entretanto, que as dificuldades impostas pelo ambiente macroeconômico de negócios resultam em obstáculos muitas vezes bastante significativos para a empresa, tendo uma grande interferência em seus resultados e um peso fundamental na distribuição de recursos e da operacionalização da companhia.

Em terceiro lugar, pode-se notar a diferença no tratamento da inovação. Embora todas as empresas entrevistadas tratem esse tema como fundamental para o sucesso da companhia, muito por conta da necessidade imposta pelo setor, enquanto para as paranaenses ela é um atributo a mais para a organização, para as americanas ela tende a ser a base, a ideologia do negócio. Isso pode trazer interferências no dinamismo da empresa e na sua capacidade de resposta a variações na demanda ou nas preferências do mercado.

Em quarto lugar, pôde-se evidenciar como as empresas moldam sua visão de posicionamento internacional para o futuro. As brasileiras focam no crescimento, visando reconhecimento por qualidade e estabilidade como uma produtora global. As americanas, por outro lado, têm de forma unânime a visão de liderança mundial nos mercados em que operam. Isso pode resultar em atitudes distintas, refletindo no resultado final da empresa e sua capacidade de atingir metas e manter crescimento sustentável.

Por fim, pôde-se averiguar que os atuais modelos de internacionalização propostos por desenvolvedoras de jogos, simuladores empresariais e afins estabelecidas no Estado do Paraná, embora possuam alguns comportamentos que possibilitam o desenvolvimento sustentável de seus negócios no exterior, ainda adotam estratégias que não trazem resultados tão significativos, além de se depararem com obstáculos que poderiam ser eliminados a partir da construção de um ambiente de negócio favorável à prosperidade e ao crescimento dessas companhias.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Data:** GDP growth (annual %). Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG/countries>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BELL, J. The internationalization of small computer software firms: A further challenge to “stage” theories. **European Journal of Marketing**, Bradford, v. 29, n. 8, p. 60-75, 1995. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/03090569510097556>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BLANK, S. **What’s a startup? First principles**, jan. 2010. Disponível em: <<http://steveblank.com/2010/01/25/whats-a-startup-first-principles>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BRAZIL takes off. **The Economist**, 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

COVIELLO, N. E.; MUNRO, H. J. Network relationships and the internationalization process of small software firms. **International Business Review**, Bradford, v. 6, n. 4, p. 361-386, 1997. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/article/eeeeiburev/v_3a6_3ay_3a1997_3ai_3a4_3ap_3a361-386.htm>. Acesso em: 31 ago. 2015.

CYRINO, A. B.; PENIDO, E. Benefícios, riscos e resultados do processo de internacionalização das empresas brasileiras. In: ALMEIDA, A. (Org.). **Internacionalização de Empresas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DRAPER III, W. H. **The startup game: inside the partnership between venture capitalists and entrepreneurs**. New York: Macmillan, 2012.

FERNANDES, C. M. A.; MELLO, R. B. de. O papel dos recursos políticos no processo de internacionalização de empresas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Enanpad, 2010. p. 1-17.

FUMAGALLI, L. A. W. **Relação entre obstáculos, desafios e práticas das estratégias de internacionalização de empresas brasileiras**. 2013. 212 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Pesquisa sobre a internacionalização da empresa brasileira**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<http://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa%202002/Pesquisa%20sobre%20a%20Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Empresa%20Brasileira%20Sum%C3%A1rio%20Executivo.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2015.

GHEMAWAT, P.; COSTA, F. A. **Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

GIL, A. C. **Métodos de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HAGIU, A.; CLIPICI, E. The internationalization strategy in a global age. In: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMICS AND ADMINISTRATION, 2009, Bucharest. **Anais...** Bucharest: ICEA-FAA, 2009. p. 375-385.

HAS BRAZIL blown it? **The Economist**, 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

IN A QUAGMIRE. **The Economist**, 2015. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21645181-latin-americas-erstwhile-star-its-worst-mess-early-1990s-quagmire>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

JOHANSSON, J.; VAHLNE, J. The internationalization process of the firm – a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. **Journal of International Business Studies**, New York, v. 8, n. 1, p. 23-32, 1977.

LUOSTARINEN, R.; HELLMAN, H. **The internationalization process and strategies of finnish family firms**. Helsingin Kauppakorkeakoulun Kuvalaitos. Helsinki: HSE Press, 1995.

MARTIGNAGO, G. et al. Obstáculos à internacionalização e o porte de empresas exportadoras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABEPRO; PUCRS, 2005. p. 4092-4099.

MOEN, Ø.; GAVLEN, M.; ENDRESEN, I. Internationalization of small, computer software firms: entry forms and market selection. **European Journal of Marketing**, Bradford, v. 38, n. 9/10, p. 1236-1251, 2004. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/228270730_Internationalization_of_Small_Computer_Software_Firms_Entry_Forms_and_Market_Selection>. Acesso em: 31 ago. 2015.

PORTER, M. E.; MILLAR, V. A. How information gives you competitive advantage. **Harvard Business Review**, Boston, v. 63, n. 4, p.149-160, July/Aug. 1985. Disponível em: <<https://hbr.org/1985/07/how-information-gives-you-competitive-advantage>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

RENNIE, M. W. Global competitiveness: born global. **The McKinsey Quarterly**, New York, n. 4, p. 45-52, 1993.

REZENDE, S. F.; VERSIANI, A. F. Em direção a uma tipologia de processos de internacionalização. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 1, n. 50, p. 24-36, 2010.

RICARDO, D. **On the principles of political economy and taxation**. London: J. Murray, 1821. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Ricardo/ricP.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

RIES, E. **What is a startup?** June 2010. Disponível em: <<http://www.startuplessonslearned.com/2010/06/what-is-startup.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

SAXENIAN, A. The new argonauts: regional advantage in a global economy. **Journal of Economic Geography**, Oxford, v. 7, n. 1, p. 113-117, Nov. 2006. Disponível em: <<http://joeg.oxfordjournals.org/content/7/1/113.extract#>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

SEBRAE. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

SEELIG, T. **InGenius: a crash course on creativity**. London: Hay House, 2012.

SEIFERT JR., R. E.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. **Estratégias de internacionalização de empresas paranaenses da indústria de alimentos**. 2004. 288 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. São Paulo: MetaLibri Digital Library, 2007. Disponível em: <http://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

SOUBBOTINA, T. P.; SHERAM, K. A. Globalization and international trade. In: _____. **Beyond economic growth: meeting the challenges of global development**. Washington: The World Bank, 2000. p. 66-72. Disponível em: <http://www.worldbank.org/depweb/beyond/beyondco/beg_12.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

THE WORLD'S most valuable brands. **Forbes**. Disponível em: <<http://www.forbes.com/powerful-brands>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

WELCH, L.S; LUOSTARINEN, R. Internationalization: evolution of a concept. **The Internationalization of the firm**, Oxfordshire, v. 14, n. 2, p. 83-98, 1988.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Thousand Oaks: Sage, 2013.

ZAINAL, Z. Case study as a research method. **Jurnal Kemanusiaan**, Malaysia, v. 9, p. 1-6, 2007.

ZOHARI, T. **The Uppsala internationalization model and its limitation in the new era**, 2008. Disponível em: <<http://www.digitpro.co.uk/2012/06/21/the-uppsala-internationalization-model-and-its-limitation-in-the-new-era>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO UTILIZADAS POR EMPRESAS ESTADUAIS DE ECONOMIA MISTA NO SETOR DE INFRAESTRUTURA NO SEGMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Diego Yanes Holtz¹
Richer de Andrade Matos²

RESUMO

Com aderência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 4 de maio de 2000, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio do Banco Central do Brasil (Bacen), promulgou a Resolução 2.827, em 30 de março de 2001, que consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público. A restrição creditícia imposta às instituições financeiras quanto ao financiamento ao setor público, inclusive empresas públicas e de economia mista, torna-se um instrumento que corrobora para a gestão dos entes públicos, principalmente no que diz respeito ao atendimento à LRF e à limitação do nível de dívida líquida/PIB. Segundo a literatura financeira, a presença de capital de terceiros é desejada na estrutura de capital de uma empresa de grande porte, visto que esse tipo de recurso tende a ter um custo menor quando comparado ao custo do capital próprio. O presente estudo objetiva identificar as fontes de financiamento adotadas por empresas estaduais de economia mista que estejam listadas na BM&FBovespa, atuantes nos setores relacionados à infraestrutura, mais especificamente Água e Saneamento. Após análise observou-se que, em geral, a principal fonte de financiamento das empresas estaduais de economia mista de Água e Saneamento é o mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR). Resolução 2.827. Empresas Estaduais de Economia Mista. Debêntures. Financiamento.

¹ Aluno do 3º ano do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: diegoyholtz@gmail.com

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: richer.matos@fae.edu

INTRODUÇÃO

Com aderência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 4 de maio de 2000, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio do Banco Central do Brasil (Bacen), promulgou a Resolução 2.827, em 30 de março de 2001, que consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público.

Em seu art. 1º, a Resolução 2.827/2001 impõe:

Art. 1º Limitar o montante das operações de crédito de cada instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com órgãos e entidades do setor público a 45% (quarenta e cinco por cento) do Patrimônio de Referência (PR), nos termos da regulamentação em vigor (BRASIL, 2001, p. 1).

São contempladas dentre as entidades do setor público supra referidas, as empresas públicas e sociedades de economia mista não financeiras, suas subsidiárias e demais empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios, inclusive as sociedades de objeto exclusivo.

A restrição creditícia imposta às instituições financeiras quanto ao financiamento ao setor público, inclusive às empresas públicas e de economia mista, torna-se um instrumento que corrobora para a gestão dos entes públicos, principalmente no que diz respeito ao atendimento à LRF e à limitação do nível de dívida líquida/PIB.

As operações de crédito a que remete a Resolução 2.827/2001 contemplam empréstimos e financiamentos; operações de arrendamento mercantil; aquisição definitiva ou realizada por meio de operações compromissadas; concessão de garantias de qualquer natureza; toda e qualquer operação que resulte, direta ou indiretamente, em concessão de crédito e/ou captação de recursos de qualquer natureza, inclusive com uso de derivativos financeiros.

Entretanto, segundo a literatura financeira, a presença de capital de terceiros é desejada na estrutura de capital de uma empresa de grande porte, visto que esse tipo de recurso tende a ter um custo menor quando comparado ao custo do capital próprio. É notório também que a tomada de recursos, seja a título de empréstimo ou a título de financiamento, é de suma importância na dinâmica econômica, uma vez que permite a viabilização de investimentos, especialmente em setores de infraestrutura, os quais requerem grande nível de inversões.

Dado que a Resolução 2.827/2001 limita a concessão de crédito de instituições financeiras às empresas de economia mista e que parte dessas empresas atua no setor de infraestrutura, geralmente por meio de concessões, cujos contratos preveem a realização de investimentos que visam repor e ampliar a capacidade e qualidade do serviço prestado, tem-se por problema de pesquisa: Quais as fontes de financiamento adotadas por empresas estaduais de economia mista para viabilizar seus investimentos?

Adota-se por hipótese que as empresas se financiam, em sua maioria, pelo mercado de capitais, com emissão de debêntures, por exemplo.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as fontes de financiamento adotadas por empresas estaduais de economia mista que estejam listadas na BM&FBovespa, atuantes nos setores relacionados à infraestrutura, mais especificamente Água e Saneamento.

Por objetivos específicos têm-se: verificar a importância da estrutura de capital nas empresas, com ênfase na participação de capital de terceiros; levantar as principais fontes de financiamento disponíveis no mercado financeiro; explorar o contingenciamento ao qual estão expostas as empresas públicas e de economia mista, conforme disposto pela Resolução Bacen 2.827/2001; identificar as empresas estaduais de economia mista que atuam no setor de Água e Saneamento, listadas na BM&FBovespa, no Brasil e; averiguar as fontes de captação de recursos adotadas entre as empresas estaduais de economia mista que atuam no setor de Água e Saneamento no Brasil.

A relevância do estudo está no fato de que o setor de infraestrutura no Brasil carece de elevados níveis de investimento, seja pela deficiência histórica em sua capacidade de atendimento satisfatório na prestação de serviços à população, cujos gargalos são recorrentemente trazidos à tona, seja pela necessidade de acompanhar o crescimento populacional e econômico do país nas décadas recentes.

Nesse quadro, o crédito voltado ao financiamento da atividade produtiva assume elevada importância. Além disso, a moderna teoria financeira concerne significativa importância à utilização de capital de terceiros por parte de grandes empresas, haja vista que na composição do custo médio ponderado de capital, a parcela referente ao capital de terceiros (dívida) diminui o lucro tributável, gerando, assim, um benefício fiscal que faz desta uma fonte geralmente mais barata que o uso exclusivo de capital próprio (ASSAF NETO, 2009; DAMODARAN, 2004).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O fluxo de caixa de uma empresa pode ser financiado pelos acionistas, capital próprio, ou financiado pelos credores, capital de terceiro ou híbrido.

Entende-se por estrutura de capital a forma pela qual uma empresa financia suas operações, isto é, **como, qual a proporção e de que tipo** são os recursos que ela capta para realizar suas atividades. Segundo Assaf Neto (2009), a estrutura de capital de uma empresa refere-se à composição de suas fontes de financiamento em longo prazo, oriundas de capitais de terceiros (exigível) e de capitais próprios (patrimônio líquido).

A decisão a respeito de se financiar com capital de terceiros ou por meio de capital próprio impacta diretamente o risco financeiro da empresa, pois este aumenta com o uso de dívidas. Além do mais, levando-se em conta o custo de falência, tem-se uma elevação do custo do endividamento, acarretando numa cobrança maior pelos empréstimos.

O debate sobre a composição da estrutura de capital de uma empresa é bastante controverso. Pela Teoria Convencional, uma proporção adequada de recursos próprios e de terceiros – estrutura ótima de capital – permite que a empresa defina um valor mínimo para seu **custo médio ponderado de capital (WACC³)** e, assim, maximize a riqueza de seus acionistas.

De acordo com Assaf Neto e Lima (2009, p. 530-531):

A teoria convencional sugere a ideia que, dados a estrutura de capital de uma empresa e o seu risco, é perfeitamente possível calcular o seu WACC mínimo e consequentemente, a sua estrutura ótima de capital. No ponto de custo mínimo [...] o valor da empresa é maximizado.

Na teoria convencional, há um valor ótimo de estrutura de capital onde é minimizado o seu custo e maximizado o seu valor, tornando atrativo investir na empresa.

1.1 CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL (WACC)

O WACC representa uma taxa de atratividade da empresa e também permite identificar a estrutura de capital ótima de uma companhia. Portanto, indica a remuneração mínima que deve ser exigida na alocação de capital, de forma a maximizar seu valor de mercado, conforme expõe Assaf Neto (2009). Sua fórmula está representada na Equação 1 a seguir.

$$r_{WACC} = \frac{P}{P+D} \cdot r_P + \frac{D}{P+D} \cdot r_D \cdot (1 - t) \quad (1)$$

Em que:

r_{WACC} = Custo médio ponderado de capital

r_P = Custo do capital próprio

r_D = Custo da dívida (Capital de terceiros)

P = Capital próprio

D = Capital de terceiros

t = Alíquota tributária marginal efetiva

³ Do inglês, *Weighted Average Cost of Capital*.

Esse custo indica a taxa mínima de retorno que uma empresa deseja em suas decisões de investimento. A empresa não remunerará suas fontes de financiamento propriamente se ela não promover um retorno operacional igual ao seu custo total de capital. Quanto menor o valor do WACC, menor será o valor da empresa no mercado.

1.2 CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO

O custo de capital próprio representa o custo do recurso oriundo da própria empresa. Conforme posto na fórmula do WACC, tende a ter, num primeiro momento, um custo mais elevado que o capital de terceiros, haja vista: a) não haver dedutibilidade fiscal em sua adoção; e b) os riscos atribuídos ao empreendedor serem maiores que os ao credor.

1.3 CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS

O custo de capital de terceiros, também denominado **custo da dívida**, corresponde ao custo corrente que a empresa paga para emprestar fundos a fim de financiar projetos. Conforme Assaf Neto (2009, p. 393): “É definido de acordo com os passivos onerosos identificados nos empréstimos e financiamentos obtidos pela empresa”.

De acordo com Damodaran (2004), são três as variáveis que determinam o custo da dívida. A primeira trata da oscilação na taxa de juros que, no caso de aumento, faz o custo da dívida ficar maior. A segunda variável é o risco de inadimplência, o qual pode encarecer ainda mais os empréstimos. Essas duas variáveis exigem extrema atenção dos administradores, uma vez que podem impactar diretamente no sucesso do negócio. A terceira variável trata do principal ganho neste tipo de endividamento: a vantagem tributária. Os juros pagos em empréstimos podem ser deduzidos do imposto de renda (IR), o que torna o custo da dívida após o IR menor que o custo antes da aplicação dele.

Dado a importância do capital de terceiros na composição da estrutura de capital das empresas, a seção seguinte versa sobre as fontes de financiamento.

1.4 FONTES DE FINANCIAMENTO

O setor de infraestrutura no Brasil apresenta carência de elevados níveis de investimento, seja pela deficiência histórica em sua capacidade de atendimento satisfatório na prestação de serviços à população, cujos gargalos são recorrentemente trazidos à tona, seja pela necessidade de acompanhar o crescimento populacional e econômico do país nas décadas recentes.

Neste quadro, o crédito voltado ao financiamento da atividade produtiva assume elevada importância. Além disso, a moderna teoria financeira concerne significativa importância à utilização de capital de terceiros por parte de grandes empresas, haja vista que na composição do custo médio ponderado de capital, a parcela referente ao capital de terceiros (dívida) diminui o lucro tributável, gerando assim um benefício fiscal que faz desta uma fonte geralmente mais barata do que o uso exclusivo de capital próprio (ASSAF NETO, 2009; DAMODARAN, 2004).

Quanto ao crédito, Assaf Neto (2012) elenca como principais fontes de financiamentos:

- a) **Financiamento de capital de giro:** é realizado por bancos comerciais/múltiplos e bancos de desenvolvimento, com o objetivo de suprir as necessidades de recursos do ativo circulante das empresas.
- b) **Operações de repasses:** constituem-se em empréstimos contratados por instituições financeiras do mercado de capitais e repassados a empresas carentes de recursos para investimentos de longo prazo. Os repasses podem advir de recursos internos e externos. Em se tratando de recursos internos, os principais executores são o BNDES, por meio do BNDESPAR e Finaime; Bancos Regionais de Desenvolvimento; Caixa Econômica e Banco do Brasil.
- c) **Arrendamento mercantil (*leasing*):** essa operação pode ser compreendida como uma forma especial de financiamento. Basicamente, essa modalidade é praticada mediante a celebração de um contrato de arrendamento (aluguel) efetuado entre um cliente (arrendatário) e uma sociedade de arrendamento mercantil (arrendadora), visando à utilização, por parte do primeiro, de certo bem durante um prazo determinado, cujo pagamento é efetuado em forma de aluguel (arrendamento). É importante destacar que existem diferentes formas de *leasing*.
- d) **Oferta pública de ações, notas promissórias (NPs) e debêntures:** caracteriza-se por uma operação típica das sociedades anônimas (SAs). A emissão e colocação de novas ações no mercado, que se apresenta como uma das formas mais vantajosas, deve obedecer a uma sistemática legal (Lei nº 6.404 – Lei das SAs e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM). Já as notas promissórias e debêntures são classificadas como títulos privados de crédito, emitidos exclusivamente por sociedades por ações e colocadas no mercado principalmente entre os investidores institucionais. A emissão das debêntures por parte das sociedades por ações pode ser privada ou por oferta pública, e a principal diferença entre as duas é o prazo, dado que as NPs são de curto prazo (máximo um ano) e as debêntures de longo prazo (acima de um ano).

- e) **Securitização de recebíveis:** envolve a transformação de algum ativo a receber no futuro em uma *security* (título ou valor mobiliário), e respectiva negociação no mercado financeiro. A securitização de recebíveis é uma forma de captação de recursos envolvendo a emissão de título de crédito pelo tomador, os quais são garantidos mediante caução de recebíveis. Por meio dessa operação financeira, é possível uma empresa levantar fundos no mercado sem comprometer seus níveis atuais de endividamento de balanço.
- f) **Mercado de bônus:** levantamento de recursos por meio da emissão de títulos pelos próprios tomadores no mercado internacional de dívidas. Neste contexto, destacam-se duas importantes formas de captações das empresas: emissão de bônus e *comercial papers*.
- g) **Forfaiting:** concentra as negociações com título de crédito e contratos representativos de exportações realizadas por empresas brasileiras. É uma forma de financiamento bastante ágil, destinada a reforçar o capital de giro das empresas exportadoras, beneficiárias dos títulos de crédito.

Uma vez expostas as principais formas de financiamento, faz-se necessário analisar o contingenciamento imposto pela Resolução 2.827/2001 às empresas estaduais de economia mista, a qual limita a tomada de recursos destas junto ao sistema financeiro nacional.

1.5 A RESOLUÇÃO BACEN 2.827/2001

A Resolução 2.827, divulgada pelo Bacen em 30 de março de 2001, trata da consolidação e redefinição de regras para o contingenciamento de crédito do setor público. Conforme seu art. 1º, o CMN decidiu:

Limitar o montante das operações de crédito de cada instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com órgãos e entidades do setor público à 45% (quarenta e cinco por cento) do Patrimônio de Referência (PR), nos termos da regulamentação em vigor (BRASIL, 2001, p. 1).

A Resolução impõe limite de operações de crédito aos órgãos e entidades do setor público, da administração direta da União dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; às autarquias e fundações instituídas ou mantidas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios; às empresas públicas e sociedades de economia mista não financeiras, suas subsidiárias e demais empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, inclusive as sociedades de objeto exclusivo e aos demais órgãos ou entidades dos poderes da união dos estados, do Distrito Federal e municípios.

Para fins de aplicabilidade das regras previstas no normativo, consideram-se

[...] órgãos e entidades do setor público as empresas públicas e sociedades estaduais de economia mista não financeiras, suas subsidiárias e demais empresas controladas, direta ou indiretamente pela Administração Pública, inclusive sociedades de objeto exclusivo. (BRASIL, 2001, p.1)

O Bacen estipula às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo próprio BACEN um limite para o montante de operações de crédito junto às entidades supracitadas, equivalente a 45% do Patrimônio de Referência de cada instituição financeira.

As operações financeiras afetadas são os empréstimos e financiamentos; as operações de arrendamento mercantil; a aquisição definitiva ou realizada por meio de operações compromissadas de revenda de títulos e valores mobiliários de emissão dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, a concessão de garantia de qualquer natureza e qualquer operação que resulte, direta ou indiretamente em concessões de crédito e/ou inclusive com uso de derivativos financeiros.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, operacionalizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Além da revisão de literatura, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, levantam-se, pelos balanços e demonstrativos econômico-financeiros relativos ao exercício 2014, as fontes empregadas pelas empresas em questão no que tange à captação de recursos voltados à viabilização de seus investimentos recentes.

O universo da análise é delimitado pelas empresas listadas na bolsa de valores de São Paulo, BM&F Bovespa, que atuam no setor de Água e Saneamento. A amostra intencional justifica-se pela:

- obrigatoriedade da publicação dos balanços e demais demonstrativos, em seus sítios eletrônicos e também no *site* da CVM;
- confiabilidade da informação, haja vista que os balanços e demonstrações financeiras das empresas listadas na bolsa de valores são auditados por empresas de auditoria renomadas e independentes.

As empresas analisadas estão listadas no QUADRO 1 a seguir.

QUADRO 1 – Empresas componentes da amostra

Setor	Empresas	UF
Água e Saneamento	Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar	PR
	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp	SP

FONTE: Os autores (2015)

O objetivo desta pesquisa é analisar como a Resolução 2.287/2001 do Bacen afeta as decisões e escolhas de financiamento das empresas de economia mista no setor de saneamento e água, cujas ações são negociadas na bolsa BF-Bovespa em São Paulo.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando o balanço da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), sociedades de economia mista reguladas pela Resolução 2.827/2001 do Bacen, que limita o financiamento por dívida dessas empresas, reparamos que essas companhias têm preferência de receber o financiamento por Fundo de Garantia por Tempo Servido, repassado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e, no caso da Sanepar, via recurso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou debentures, não limitadas pela Resolução 2.827/2001.

3.1 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) é uma empresa de saneamento, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná com 75% das ações ordinárias, abrangida pela Resolução 2.827/2001 do Bacen. Fundada em 1963, fornece o serviço de tratamento de água e esgoto no Estado do Paraná e, portanto, necessita alto grau de investimento.

Os principais dados da Sanepar estão demonstrados na TAB. 1 a seguir.

TABELA 1 – Indicadores econômico-financeiros da Sanepar em 2014

Indicadores	Valores (R\$ milhões)
Receita Operacional Líquida	677.500
Lucro Líquido	117
Patrimônio Líquido	3.801.085
Dívida Líquida	1.803.432
Endividamento do PL	0,47
Liquidez Corrente	0,73
Programa de Investimento	2.693,2

FONTE: Os autores (2015)

O investimento de R\$ 954 milhões, em 2014, reflete a ênfase dada ao planejamento e ampliação que a Sanepar atua. A TAB. 2, a seguir, estratifica o montante.

TABELA 2 – Investimentos realizados pela Sanepar em 2014

Área	Valores (em R\$ milhões)
Água	408,6
Esgoto	468,0
Outros	77,4
Total	954,0

FONTE: Os autores (2015)

Dentre as fontes de financiamentos adotadas pela Sanepar estão os debêntures e Caixa Econômica Federal (CEF), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo do Serviço (FGTS). O financiamento via BNDES (direto e por intermédio do Banco Itaú) também é representativo, porém, em menor proporção. Não há tomada de recursos com instituições estrangeiras. A TAB. 3, a seguir, ilustra a composição do financiamento da empresa.

TABELA 3 – Composição do Financiamento da Sanepar em 2014

Fonte	Valores (em R\$ milhões)	Representatividade
Caixa Econômica Federal – FGTS	770.187	41,13%
Notas Promissórias – 3ª emissão	102.175	5,46%
Debêntures	704.471	37,62%
BNDES	243.251	12,99%
Banco do Brasil S/A	29.048	1,55%
Banco Itaú	23.361	1,25%

FONTE: Os autores (2015)

Nota-se que a Sanepar tem financiado seu passivo oneroso com cerca de 38% da dívida contraída por meio da emissão de debêntures. Isso pode ser atribuído à Resolução 2.827/2001 do Bacen, que impõe limites para instituições financeiras em conceder crédito às empresas com gestão direta ou indireta do Estado. Tem-se ainda que o financiamento, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos recursos oriundos do FGTS, repassado para Caixa Econômica Federal – ambos excluídos pelos limites impostos pela Resolução 2.827/2001 do Bacen.

3.2 COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP)

A empresa Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) é uma empresa cujo controlador é a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo com 50,26% das ações ordinárias. Dessa forma é abrangida pela Resolução 2.827/2001 do Bacen. Os principais indicadores econômico-financeiros da Sabesp estão expostos na TAB. 4.

TABELA 4 – Indicadores econômico-financeiros da Sabesp 2014

Indicadores	Valores (em R\$ milhões)
Receita Operacional Líquida	11.213,2
Lucro líquido	903
Patrimônio Líquido	13.304.403
Dívida Líquida	9.062.776
Endividamento do PL	68,10%
Liquidez Corrente	0,92
Programa de Investimento	3.210,60

FONTE: Os autores (2015)

A TAB. 5 resume o programa de investimento da companhia em 2014.

TABELA 5 – Investimentos realizados pela Sabesp em 2014 (R\$ milhões)

Investimentos	Água	Esgoto	Total
Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	833,8	1.174,2	2.008,0
Sistemas regionais	472,9	729,7	1.202,6
Total	1.306,7	1.903,9	3.210,6

FONTE: Os autores (2015)

Nota-se que os investimentos realizados para atender a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) são os mais representativos do montante total aplicado.

Para suportar os respectivos investimentos e aqueles realizados anteriormente, o endividamento da empresa encontra-se distribuído conforme apresentado na TAB. 6 a seguir.

TABELA 6 – Composição do financiamento da Sabesp 2014 (R\$ mil)

Fonte	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
CEF	67,10	67,90	71,80	75,70	79,00	82,70	654,30	1.098,5
Debêntures	639,10	282,90	805,80	499,80	576,50	291,60	504,20	3.599,9
Debêntures BNDES	38,0	38,0	38,0	38,0	38,0	35,2		225,20
Debêntures FI FGTS	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	54,0	276,0
BNDES	52,5	65,1	69,0	69,0	69,0	51,4	253,9	629,9
Arrend. Mercantil	9,0	21,9	22,7	23,6	24,5	26,3	354,6	482,6
Outros	0,7	0,6	0,7	0,5				2,5
Juros e Encargos	125,0							125,0
Total País	968,4	513,4	1.045,0	743,6	824,0	524,2	1.821,0	6.439,6
BID	101,3	101,3	142,5	75,8	75,8	75,9	856,6	1.429,2
BIRD					4,0	8,1	109,3	121,4
Euro Bônus		371,7				924,7		1.296,4
JICA	48,7	48,6	49,2	49,9	67,0	67,0	736,0	1.066,4
BID 1983AB	63,6	63,6	63,6	63,3	47,0	46,2	60,4	407,7
Juros e Encargos	25,1							25,1
Total Exterior	238,7	585,2	255,3	189,0	193,8	1.121,9	1.762,3	4.346,2
Total Geral	1.207,1	1.098,6	1.300,3	932,6	1.017,8	1.646,1	3.583,3	10.785,8

FONTE: Os autores (2015)

Nota-se que a empresa possui recursos oriundos de captações em instituições nacionais e também estrangeiras. Sendo que, do saldo devedor, cerca de 60% tem como fonte instituições nacionais e 40% instituições estrangeiras.

Do montante referente ao mercado nacional, aproximadamente 60% é captado pela emissão de debêntures, ou seja, mercado de capitais.

O financiamento obtido em 2014 junto à CEF e ao BNDES foi para execução de obra do PAC, ou seja, em regime de excepcionalização.

CONCLUSÃO

Retomando o objetivo inicial desta pesquisa, por meio da revisão de literatura feita por pesquisa bibliográfica e do levantamento realizado a partir dos balanços e demonstrativos econômico-financeiros relativos ao exercício de 2014, foi possível determinar as principais fontes de financiamento empregadas pelas empresas estaduais de economia mista que atuam no setor de Água e Saneamento listadas na bolsa de valores BM&FBOVESPA – objeto desse estudo – no que tange a captação de recursos voltados à viabilização de seus investimentos recentes.

A partir dos dados expostos, verifica-se que uma significativa parte dos recursos captados a título de empréstimos e financiamentos se deu por meio da emissão de debêntures, ou seja, no mercado de capitais.

Esta foi a principal alternativa das empresas analisadas, uma vez que, por configurarem administração pública, são abrangidas pela Resolução 2.827/2001.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Banco Central do Brasil (BACEN). **Resolução 2.827**, de 30 de março de 2001. Consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público. Brasília, DF, 30 de março de 2001. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2827_v1_o.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2104.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP).

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Disponível em: <<http://www.sabesp.com.br/Calandraweb/CalandraRedirect/?temp=0&proj=investidoresnovo&pub=T&db=>>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

_____. **Press release**: 4. trimestre de 2014. Disponível em: <<http://www.sabesp.com.br/Calandraweb/CalandraRedirect/?temp=0&proj=investidoresnovo&pub=T&db=>>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR). **Press release**: 4. trimestre de 2014. Disponível em: <<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

_____. **Relatório anual de administração e demonstrações contábeis 2014**. Disponível em: <<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

DAMODARAN, A. **Finanças corporativas**: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro**: produto e serviço. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

OS IMPACTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Bruno Aguiar Casagrande¹

Solidia Elizabeth dos Santos²

RESUMO

Este trabalho busca analisar os impactos e a evolução da Economia Criativa na geração de emprego e renda no Município de Curitiba e entre 2004 e 2013, bem como verificar qual o perfil demográfico dos profissionais do setor, comparando o desempenho do município com os dados do Brasil, do Estado do Paraná e das seguintes capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Verificou-se que, embora o número de empregos gerados em Curitiba tenha dobrado, passando de 11.138 empregos para 22.351, esse valor ainda é muito pequeno perto do potencial que existe para o desenvolvimento do setor, que representa pouco mais de 2% da população ocupada do município. Em outras capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, o setor criativo tem maior representatividade na geração de emprego e de renda. Quanto ao perfil demográfico do profissional, percebe-se que tanto em Curitiba como em outras capitais o setor é formado por pessoas jovens, na sua maioria abaixo da média de todo o mercado de trabalho nacional, que é de 36 anos. Verificou-se também que quanto maior o grau de instrução, maior o salário, como é percebido principalmente nas categorias de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Arquitetura. Concluiu-se, dessa forma, que a Economia Criativa, embora com boa evolução entre 2004 e 2013, ainda é pouco representativa na geração de emprego em Curitiba, apesar de ter demonstrado potencial para desenvolvimento, especialmente considerando que em alguns setores concentram-se salários elevados, o que favorece a geração de renda e a melhoria na qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Economia Criativa. Criatividade. Desenvolvimento Econômico.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: bruno.casagrande@outlook.com

² Mestre em Organização e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: solidia.santos@fae.edu

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico foi historicamente impulsionado pelo emprego intensivo de capital e força de trabalho, orientados para a produção em massa, e resultou em profundas transformações tecnológicas, apoiadas no avanço do conhecimento e alterando a forma de organização da produção. Um dos principais marcos dessa transformação foi a valorização dos recursos intelectuais e da troca de conhecimentos em contraponto à mecanização e ao trabalho humano repetitivo. Dentro desse novo cenário, o setor de serviços, no conjunto da economia, passou a ser uma variável fundamental para o desenvolvimento econômico das nações, tendo como componente a capacidade criativa e intelectual dos indivíduos.

Santos-Duisenberg (2012) salienta que o setor gera crescimento econômico, empregos e divisas. Dada a sua característica multidisciplinar, a Economia Criativa contribui potencialmente para a redução da pobreza e a inserção de excluídos e minorias, tais como mulheres e jovens talentosos que desempenham informalmente atividades criativas (artesanato, festas populares, dança etc.).

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN (2014) considera que nas últimas décadas as empresas não só passaram a reconhecer a importância do conhecimento como insumo de produção, como também a perceber seu papel transformador no sistema produtivo.

O desenvolvimento econômico é o processo pelo qual ocorre uma variação positiva das variáveis quantitativas de uma nação ou de uma região. Sendo assim, é necessário que o crescimento econômico, calculado pelo aumento no Produto Interno Bruto (PIB), venha acompanhado de variações positivas das variáveis qualitativas, como melhorias na qualidade de vida, geração de emprego, geração de renda, educação, saúde, infraestrutura e profundas mudanças da estrutura socioeconômica de uma região e ou país, os quais são medidos por indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Pobreza Humana e o Coeficiente de Gini.

Diante do exposto, levantou-se o seguinte questionamento: Qual a representatividade da Economia Criativa na geração de emprego e renda do Município de Curitiba e qual é o perfil demográfico dos profissionais do setor?

Desse modo, o objetivo principal desta pesquisa é fornecer uma análise da representatividade da Economia Criativa na renda e no emprego no Município de Curitiba, bem como a evolução de 2004 a 2013, e apresentar a idade média e o nível de escolaridade dos profissionais criativos.

Todas as análises foram feitas comparando o desempenho do município com os dados do Brasil, do Estado do Paraná e de quatro outras capitais selecionadas, sendo elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. A metodologia adotada neste estudo consiste em pesquisa exploratória bibliográfica³ e documental⁴ de estudos anteriormente realizados.

A pesquisa de levantamento foi realizada a partir de dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2014), que realiza um mapeamento nacional da Economia Criativa, complementados por dados da Prefeitura Municipal de Curitiba.

1 CONCEITOS DE ECONOMIA CRIATIVA

A criatividade tem se tornado uma variável bastante discutida em estratégias empresariais como forma de agregar valor aos produtos e serviços e conquistar posicionamento no mercado. Pelo fato de a criatividade ser aplicada em praticamente todas as atividades humanas, sejam elas de caráter econômico ou não, o conceito de Economia Criativa não é totalmente delineável. Por essa razão, a construção de um conceito capaz de definir o limite que separa a Economia Criativa da não criativa é uma tarefa subjetiva e, por vez, contraditória.

A United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2008) inicialmente definiu Indústria Criativa como um *cluster* de atividades que tem a criatividade como um componente essencial. Essas atividades estão diretamente inseridas no processo industrial e são sujeitas à proteção de direitos autorais. Posteriormente, o conceito foi expandido e adotou uma terminologia-chave com abordagem holística e multidisciplinar. Dessa forma, a United Nations (2010) considerou a Economia Criativa como um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico.

³ A pesquisa bibliográfica é definida por Lakatos e Marconi (1996, p. 66) como aquela que abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, dissertações, internet etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnéticas e audiovisuais (filme e televisão). “A sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto”.

⁴ A pesquisa documental é similar à pesquisa bibliográfica. Gil (1991, p. 51) considera que a pesquisa documental consiste em um instrumental de apoio a qualquer pesquisa. O que difere a pesquisa bibliográfica da documental é a natureza das fontes: a pesquisa documental se utiliza basicamente de contribuições de diversos autores, enquanto que a bibliográfica vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Já o Ministério da Cultura (BRASIL, 2012) considera que os setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço e cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social. Isso confere grande destaque à característica intersetorial da Economia Criativa e explica que a criação do produto criativo pode passar por diversos outros produtos, como no caso do arranjo produtivo da música, apresentado pelos autores.

Para os fins deste artigo, foram utilizadas categorias de profissionais criativos estabelecidas pela Secretaria de Economia Criativa (SEC), as quais são utilizadas pela FIRJAN em seu mapeamento.

2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS VOLTADAS À ECONOMIA CRIATIVA DE ESCOPO NACIONAL E NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

As políticas nacionais relativas à Economia Criativa têm origem na Secretaria da Economia Criativa, ligada ao Ministério da Cultura – o qual produziu o Plano da Secretaria da Economia Criativa (SEC). A SEC foi criada pelo Ministério da Cultura por meio do Decreto n. 7.743, de 31 de maio de 2012, com a missão de conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. O objetivo é contribuir para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro.

As políticas públicas a serem implementadas, com apoio da Secretaria, devem almejar objetivos propostos pelo plano, como estimular a Economia Criativa, incentivando o mapeamento do setor, fomentando polos criativos, impulsionando as exportações, auxiliando micro e pequenos empreendedores desconcentrando a produção criativa

Em Curitiba, a Lei n. 14.371, de 9 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2013, dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014 a 2017. Na dimensão do desenvolvimento econômico, o Programa 8 tem como tema o **Programa Curitiba Criativa** e como órgão gestor a Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, envolvendo outros órgãos, como o Curitiba Turismo – Instituto Municipal de Turismo, a Fundação Cultural de Curitiba e a Secretaria Municipal de Administração.

O objetivo geral da lei é Reposicionar Curitiba no patamar das principais cidades inovadoras e criativas, desenvolvendo a economia verde e criativa, aproveitando melhor os recursos e fomentando as competências e o empreendedorismo local. A justificativa

para o programa é que, a cada ano, a criatividade e o capital intelectual movimentam cerca de US\$ 3 trilhões em negócios mundialmente, sendo responsáveis por 10% da economia mundial.

O Programa Curitiba Criativa visa fortalecer essa nova economia e distribuir melhor pela cidade os benefícios gerados pelos empreendedores criativos. O nicho econômico planejado tem como essência a valorização da cultura, elemento presente em 13 áreas de atuação (nas quais a cidade já revela certo destaque): Arquitetura, Publicidade, Design, Artes, Antiguidades, Artesanato, Moda, Cinema e Vídeo, Televisão, Editoração e Publicações, Artes Cênicas e Performáticas, Rádio e *Softwares* de Lazer e Música.

3 O PERFIL DO PROFISSIONAL E A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA ECONOMIA CRIATIVA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

O objetivo desta pesquisa é analisar os indicadores da Economia Criativa em relação à geração de emprego e renda do Município de Curitiba, bem como o perfil dos profissionais que atuam no setor, buscando uma comparação entre dados do Brasil, do Estado do Paraná e de outras capitais selecionadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul). Essas capitais representam os Estados de maior participação na geração de produto de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa de levantamento foi realizada tomando-se como base o estudo realizado pela FIRJAN (2014) no Mapeamento das Indústrias Criativas no Brasil, complementados por informações da Prefeitura Municipal de Curitiba.

O período analisado abarca os anos de 2004 e 2013, considerando os seguintes indicadores:

- a) número de empregos gerados por categorias da indústria criativa;
- b) média salarial dos profissionais por categoria;
- c) nível de escolaridade;
- d) idade média dos profissionais do setor.

De acordo com o Mapeamento da Economia Criativa no Brasil (FIRJAN, 2014), as categorias e segmentos profissionais analisados foram: Arquitetura, Artes Cênicas, Audiovisual, Biotecnologia, Design, Editorial, Expressões Culturais, Moda, Música,

Patrimônio e Artes, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Publicidade e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

3.2 DADOS POPULACIONAIS, POPULAÇÃO OCUPADA E NÚMERO DE EMPREGOS DA ECONOMIA CRIATIVA

Segundo dados da FIRJAN (2014), o país tinha 809.533 mil trabalhadores formais atuando em empreendimentos ligados à Economia Criativa em 2011, quando o segmento movimentou R\$ 110 bilhões – ou 2,7% do PIB brasileiro. Os trabalhadores da área apresentam uma remuneração média de R\$4.693,00, com uma média de 12,5 anos de estudo.

Entretanto, em Curitiba, a Economia Criativa ainda é embrionária. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Curitiba, o município está em 12º lugar como cidade mais criativa do Brasil, sendo uma das maiores dificuldades a transformação de pessoas criativas em empreendedoras. A Economia Criativa existe, mas ainda não é tratada como um recorte da economia tradicional. Ela é um pedaço do setor de serviços e consegue estabelecer o mais alto valor agregado ao seu produto ou serviço dentro da economia.

A TAB. 1 mostra os dados do IBGE, verificados no censo 2010, em relação à população residente, à população ocupada nas capitais analisadas e à proporção dos profissionais da Economia Criativa em relação ao número de profissionais identificados pela FIRJAN no Mapeamento das indústrias criativas no Brasil em 2013.

TABELA 1 – População residente, população ocupada e ocupação na Economia Criativa

Capital	População residente	População ocupada	Número de profissionais na Economia Criativa	%
Curitiba	1.751.907	1.084.369	22.351,00	2,06%
Rio de Janeiro	6.320.446	2.870.096	80.049,00	2,79%
São Paulo	11.253.503	6.062.016	167.048,00	2,76%
Belo Horizonte	2.375.151	1.590.502	32.964,00	2,07%
Porto Alegre	1.409.351	875.881	17.579,00	2,01%

FONTE: IBGE (2010) e FIRJAN (2014, adaptado)

A TAB. 1 mostra que, das cinco capitais analisadas, o Rio de Janeiro é a com o maior percentual (2,79%) de população ocupada trabalhando em setores criativos, seguida por São Paulo, com 2,76%, e Belo Horizonte, com 2,07%.

Curitiba está em penúltimo lugar no número de profissionais da Economia Criativa em relação ao total da população ocupada. Somente 2,06% da população está inserida em segmentos criativos, ficando atrás somente do Município de Porto Alegre, cujo percentual é de 2,01%. Isso revela a baixa participação do setor criativo na geração de emprego.

3.3 GERAÇÃO DE EMPREGOS POR CATEGORIA CRIATIVA

O levantamento dos dados do Brasil, do Estado do Paraná e dos estados selecionados está apresentado nas tabelas de 2 a 5, que mostram o número de profissionais empregados em cada categoria nos anos de 2004 e 2013.

A TAB. 2 mostra o número de empregados na Indústria Criativa no Brasil e no Paraná nos anos de 2004 e 2013, bem como a evolução desta.

TABELA 2 – Brasil e Paraná: número de empregados na Indústria Criativa (2004 e 2013)

Categoria	Brasil		Var	Paraná		Var
	2004	2013	%	2004	2013	%
Arquitetura	62.692	124.470	98,54%	3.358	6.978	107,80%
Artes Cênicas	7.219	11.179	54,86%	345	598	73,33%
Audiovisual	36.345	50.572	39,14%	2.255	3.115	38,14%
Biotecnologia	13.243	26.862	102,84%	275	891	224,00%
Design	42.585	86.984	104,26%	3.048	6.886	125,92%
Editorial	27.843	50.816	82,51%	1.846	3.377	82,94%
Expressões Culturais	18.333	22.491	22,68%	1.131	1.608	42,18%
Moda	60.457	56.676	-6,25%	2.263	2.736	20,90%
Música	7.496	12.022	60,38%	558	559	0,18%
Patrimônio e Artes	10.205	16.423	60,93%	545	787	44,40%
P&D	82.223	166.300	102,25%	4.555	8.216	80,37%
Publicidade	45.731	154.782	238,46%	2.067	7.717	273,34%
TIC	55.462	112.942	103,64%	2.928	7.164	144,67%
TOTAL	469.834	892.519	89,96%	25.174	50.632	101,13%

FONTE: FIRJAN (2014)

A pesquisa mostrou que, em 2004, o Brasil empregou 469.834 profissionais nas áreas pesquisadas, conforme a TAB. 2. Nesse ano, as áreas que empregavam o maior número de profissionais foram: P&D, Arquitetura, Moda e TIC, que juntas totalizaram 260.834 empregos – ou 55,52%.

Em 2013, o emprego total evoluiu para 892.519 profissionais, um aumento de 89,96%. Com esse incremento, percebe-se um aumento na concentração do emprego

em alguns setores, sendo que a moda perdeu espaço para o Design. Juntos, os setores de P&D, Arquitetura, Design e TIC empregaram 62,57% dos profissionais criativos. De todos os setores, o de Moda foi o único a apresentar redução, sendo esta de 6,25%. O segmento de Publicidade foi o que apresentou maior crescimento no número de empregos, somando um aumento 238,46%.

A remuneração total paga no país (somatório da multiplicação do número de profissionais pelo salário médio de cada segmento) evoluiu de R\$ 2.030.902.277,23 (em 2004) para R\$ 4.839.453.689,02 (em 2013), ou seja, houve um crescimento de 138,29%. Curitiba viu sua remuneração total evoluir 116,63%, um crescimento inferior a todas as outras cidades analisadas. Já o Rio de Janeiro apresentou maior variação: 162,64%.

A seguir será apresentado o número de empregos das cinco capitais analisadas. A TAB. 3 revela o número de empregados na Indústria Criativa em Curitiba e Porto Alegre, nos anos de 2004 e 2013, bem como a evolução na Indústria Criativa.

TABELA 3 – Curitiba e Porto Alegre: número de empregados na Indústria Criativa (2004 e 2013)

Categoria	Curitiba		Var	Porto Alegre		Var
	2004	2013	%	2004	2013	%
Arquitetura	1.856	3.722	100,54%	1.535	2.828	84,23%
Artes Cênicas	151	213	41,06%	101	108	6,93%
Audiovisual	426	829	94,60%	695	1.148	65,18%
Biotecnologia	151	417	176,16%	158	351	122,15%
Design	1.355	2.734	101,77%	663	1.270	91,55%
Editorial	861	1.451	68,52%	1.129	1.521	34,72%
Expressões Culturais	316	528	67,09%	393	345	-12,21%
Moda	493	484	-1,83%	259	214	-17,37%
Música	178	196	10,11%	172	214	24,42%
Patrimônio e Artes	187	228	21,93%	160	279	74,38%
P&D	2.237	3.949	76,53%	1.053	2.172	106,27%
Publicidade	1.211	4.383	261,93%	1.074	3.365	213,31%
TIC	1.716	3.217	87,47%	1.617	3.764	132,78%
TOTAL	11.138	22.351	100,67%	9.009	17.579	95,13%

FONTE: FIRJAN (2014)

A TAB. 4 mostra o número de empregados na Indústria Criativa no Brasil e no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte nos anos de 2004 e 2013, bem como a evolução desta.

TABELA 4 – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: número de empregados na Indústria Criativa (2004 e 2013)

Categoria	São Paulo		Var	Rio de Janeiro		Var	Belo Horizonte		Var
	2004	2013	%	2004	2013	%	2004	2013	%
Arquitetura	11.311	23.213	105,23%	6.436	12.480	93,91%	3.348	7.783	132,47%
Artes Cênicas	715	1.162	62,52%	1.267	1.589	25,41%	267	322	20,60%
Audiovisual	4.139	6.617	59,87%	2.051	3.396	65,58%	587	1.149	95,74%
Biotecnologia	4.694	5.529	17,79%	554	2.528	356,32%	1.320	2.072	56,97%
Design	6.299	13.130	108,45%	2.622	4.958	89,09%	1.239	2.768	123,41%
Editorial	5.442	9.408	72,88%	2.671	4.366	63,46%	963	1.741	80,79%
Expressões Culturais	2.375	2.777	16,93%	1.362	1.393	2,28%	535	607	13,46%
Moda	6.331	6.207	-1,96%	1.852	1.713	-7,51%	1.865	1.283	-31,21%
Música	526	1.145	117,68%	590	567	-3,90%	241	341	41,49%
Patrimônio e Artes	1.651	3.390	105,33%	697	1.605	130,27%	254	507	99,61%
P&D	10.690	20.095	87,98%	9.654	21.840	126,23%	3.351	6.054	80,66%
Publicidade	14.688	50.631	244,71%	5.120	14.556	184,30%	1.547	4.129	166,90%
TIC	11.184	23.744	112,30%	5.656	9.058	60,15%	2.206	4.208	90,75%
TOTAL	80.045	167.048	108,69%	40.532	80.049	97,50%	17.723	32.964	86,00%

FONTE: FIRJAN (2014)

Verificou-se que do ano de 2004 para 2013, o número de pessoas empregadas na Indústria Criativa no Município de Curitiba cresceu 100,67%, passando de 11.138, em 2004, para 22.351, em 2013. Os quatro maiores empregadores neste último ano foram Publicidade, com 4.383 profissionais, seguido por P&D, com 3.949, Arquitetura, com 3.722, e TIC com, 3.217, totalizando 68,32% dos empregos. Os dados apresentaram, portanto, mais concentração do que a análise nacional.

No Estado do Paraná, o crescimento foi um pouco superior, de 101,13%, com o total do emprego passando de 25.174 profissionais, em 2004, para 50.632, em 2013.

Comparando o crescimento dos empregos criativos de Curitiba às demais capitais, Curitiba foi a que apresentou o segundo maior crescimento, ficando atrás somente de São Paulo, que tinha 80.045 empregados no segmento em 2004, passando para 167.048 em 2013, o que representa um crescimento de 108,69%. Curitiba, tanto em 2004 como em 2013, concentrou mais de 44% do total de empregos da Economia Criativa do Estado do Paraná.

Ainda em relação ao crescimento do número de empregos da Economia Criativa, o Rio de Janeiro ficou em terceiro lugar em relação à taxa de crescimento, passando de 40.532 empregados para 80.049 (o que representa um aumento de 97,50%). Em

seguida vem Porto Alegre, que tinha 9.009 empregados em 2004, passando para 17.579 em 2013 (aumento de 95,13%), e Belo Horizonte, que foi a capital que apresentou menor aumento, visto que possuía 17.723 empregados em 2004 e passou para 32.964 em 2013 – o que representa um aumento de 86%.

Em números absolutos, Curitiba, em 2004, empregou um número de trabalhadores na Economia Criativa superior apenas a Porto Alegre, dentre as capitais analisadas, e essa situação se manteve em 2013. São Paulo sempre foi a capital que mais empregou no segmento, sendo que em 2004, com 80.045 profissionais, empregou praticamente a mesma quantidade que o Rio de Janeiro, que ficou em segundo lugar, em 2013, com 80.049 postos de trabalho. Porém, analisando a TAB. 1, isso se justifica pelo fato de essas duas cidades concentrarem maior número de habitantes e pessoas ocupadas que as demais capitais.

Com relação à evolução do emprego nos setores, a maior variação no número de empregados no Município de Curitiba foi no segmento Publicidade, que em 2004 empregava 1.211 profissionais e passou, em 2013, para 4.383, apresentando um aumento de 261,93%. Percebe-se que essa liderança é verificada também na análise nacional e se repete em todas as demais capitais analisadas, com exceção do Rio de Janeiro, onde o segmento de Biotecnologia cresceu 356,32%, deixando Publicidade em segundo lugar.

Além do segmento de Publicidade, em Curitiba se destacam pelo número de empregos os segmentos de TIC, Arquitetura, P&D, Design e Editorial. Todos apresentaram significativo aumento no período. O único segmento com redução foi Moda, que encolheu em 1,83%. O segmento empregava o número de 493, em 2004, e passou para 484 em 2013. Destaca-se também o segmento Música, que apresentou um crescimento bastante singelo de apenas 10,11% – o menor em Curitiba. Nesse segmento, o Município apresentou desempenho superior apenas ao Rio de Janeiro, que viu uma redução de 3,9% no emprego.

3.4 A REMUNERAÇÃO DAS CATEGORIAS DA ECONOMIA CRIATIVA

O salário médio nacional dos profissionais da Economia Criativa em 2004 foi de R\$ 3.539,20, passando a R\$ 4.094,33 em 2013, o que representa um aumento de 15,69%. Os dados de crescimento salarial no Brasil, no Estado do Paraná e nas capitais selecionadas podem ser observados nas tabelas de 5 a 7. A TAB. 5 a seguir mostra os dados do Brasil e do Estado do Paraná.

TABELA 5 – Brasil e Paraná: salário médio da Indústria Criativa (2004 e 2013)

Segmento	Brasil		Var	Paraná		Var
	2004	2013	%	2004	2013	%
Arquitetura	5.353,50	6.926,66	29,39%	4.829,51	6.235,00	29,10%
Artes Cênicas	3.047,15	3.156,54	3,59%	1.541,71	2.003,12	29,93%
Audiovisual	1.781,60	2.363,79	32,68%	1.301,05	1.756,91	35,04%
Biotecnologia	3.790,70	4.911,25	29,56%	3.728,60	4.499,27	20,67%
Design	2.556,12	2.759,82	7,97%	2.167,51	2.366,81	9,19%
Editorial	3.828,97	3.793,68	-0,92%	2.904,48	3.212,26	10,60%
Expressões Culturais	1.145,90	1.508,18	31,62%	1.007,04	1.471,00	46,07%
Moda	993,21	1.411,72	42,14%	792,77	1.462,66	84,50%
Música	1.661,97	2.215,61	33,31%	1.509,71	2.948,93	95,33%
Patrimônio e Artes	2.879,51	3.720,54	29,21%	1.989,37	2.755,84	38,53%
P&D	8.343,60	9.989,99	19,73%	7.723,94	8.041,39	4,11%
Publicidade	5.701,41	5.075,41	-10,98%	4.653,16	3.960,16	-14,89%
TIC	4.925,96	5.393,13	9,48%	3.679,83	3.743,67	1,73%

FONTE: FIRJAN (2014)

Destacam-se, em nível nacional e estadual, os salários dos setores de P&D e Arquitetura. Porém, em relação à média de aumento salarial das categorias, todas ficaram abaixo da inflação.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período de 2004 a 2013 foi de 47,63%, porém, no Brasil, em nenhum dos segmentos o aumento foi inferior a 35%. O mesmo não aconteceu no Paraná, onde os setores de Moda, Música e Patrimônio e Artes apresentaram aumento superior à inflação.

A TAB. 6 mostra os dados salariais da Indústria Criativa de Curitiba e Porto Alegre.

TABELA 6 – Curitiba e Porto Alegre: salário médio da Indústria Criativa (2004 e 2013)

SEGMENTO	CURITIBA		VAR	PORTO ALEGRE		VAR
	2004	2013	%	2004	2013	%
Arquitetura	5.869,20	7.608,72	29,64%	6.008,71	7.190,79	19,67%
Artes Cênicas	2.047,59	3.146,24	53,66%	1.629,48	1.901,08	16,67%
Audiovisual	2.337,92	2.425,98	3,77%	2.366,87	3.007,83	27,08%
Biotecnologia	3.749,50	5.452,81	45,43%	4.700,80	4.465,82	-5,00%
Design	2.612,97	2.855,81	9,29%	2.270,21	2.600,43	14,55%
Editorial	3.638,88	4.136,47	13,67%	3.506,25	3.577,67	2,04%
Expressões Culturais	1.212,30	1.638,17	35,13%	1.291,57	1.662,14	28,69%
Moda	911,29	1.280,68	40,53%	1.247,18	1.599,23	28,23%
Música	2.101,89	3.837,83	82,59%	1.744,57	4.368,93	150,43%
Patrimônio e Artes	2.432,64	3.396,32	39,61%	3.693,10	3.302,35	-10,58%
P&D	8.261,72	8.128,82	-1,61%	7.015,59	8.017,63	14,28%
Publicidade	5.241,20	4.273,56	-18,46%	4.050,09	3.833,26	-5,35%
TIC	4.428,92	4.672,39	5,50%	4.453,07	5.185,67	16,45%

FONTE: FIRJAN (2014)

A TAB. 7 mostra os dados referentes à média salarial da Indústria Criativa de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

TABELA 7 – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: salário médio da Indústria Criativa (2004 e 2013)

Segmento	São Paulo			Rio de Janeiro			Belo Horizonte		
	2004	2013	Var	2004	2013	Var	2004	2013	Var
Arquitetura	6.819,97	7.768,79	13,91%	7.200,34	9.688,72	34,56%	5.304,86	7.028,67	32,49%
Artes Cênicas	3.674,89	3.149,25	-14,30%	7.669,83	10.032,94	30,81%	1.988,45	2.281,86	14,76%
Audiovisual	3.345,18	3.864,74	15,53%	5.054,63	6.890,12	36,31%	2.084,51	2.681,64	28,65%
Biotecnologia	4.285,34	6.242,57	45,67%	3.815,56	8.365,98	119,26%	4.346,15	4.205,09	-3,25%
Design	2.890,65	3.232,78	11,84%	2.649,32	3.474,98	31,16%	1.868,92	2.782,80	48,90%
Editorial	6.676,32	5.830,25	-12,67%	5.247,71	5.816,66	10,84%	4.442,56	3.960,80	-10,84%
Expressões Culturais	1.716,70	1.982,76	15,50%	1.370,84	1.813,19	32,27%	535,00	1.348,81	152,11%
Moda	1.376,86	2.168,45	57,49%	1.485,05	2.570,94	73,12%	838,50	1.299,05	54,93%
Música	4.485,94	4.717,73	5,17%	3.472,48	3.763,49	8,38%	2.188,13	3.860,69	76,44%
Patrimônio e Artes	4.990,76	5.728,51	14,78%	4.992,56	5.734,52	14,86%	3.158,25	4.301,50	36,20%
P&D	8.615,05	9.804,86	13,81%	11.443,33	15.311,74	33,80%	6.537,27	8.642,58	32,20%
Publicidade	7.696,70	6.750,18	-12,30%	6.660,27	6.209,17	-6,77%	4.659,82	4.094,02	-12,14%
TIC	7.624,53	8.031,27	5,33%	6.538,51	7.890,08	20,67%	3.817,98	4.632,62	21,34%

FONTE: FIRJAN (2014)

Com relação à variação salarial, percebe-se que a maioria dos segmentos apresentou aumento na remuneração média abaixo da inflação do país, que foi de 47,63% (de acordo com o IPCA), com exceção dos segmentos de Música, cuja variação foi de 82,59% em Curitiba e 150,43% em Porto Alegre, e Moda, cuja variação foi de 57,49% em São Paulo, 73,12% no Rio de Janeiro e 54,93% em Belo Horizonte.

O segmento de Biotecnologia também apresentou grande variação no Rio de Janeiro, com 119,26%. Já em Belo Horizonte, os segmentos que se destacaram foram Expressões Culturais e Música, que apresentaram um aumento de 152,11% e 76,44%, respectivamente. Design teve uma variação de 48,90% em Belo Horizonte. Todos os demais segmentos em todas as capitais apresentaram aumento abaixo do IPCA.

O segmento de Moda apresentou crescimento da remuneração nas duas maiores capitais (São Paulo e Rio de Janeiro), sendo estes os dois maiores centros do segmento no país, visto que é onde acontecem os maiores desfiles de inserção internacional: São Paulo *Fashion Week* e Rio *Fashion Week*. Isso mostra que nessas capitais este é um segmento importante, embora o número de postos de trabalho tenha reduzido em ambas as capitais.

O segmento de Publicidade, embora tenha apresentado um significativo aumento no número de profissionais em todas as capitais, chama também a atenção pela queda na remuneração média em todas elas. A menor queda foi em Porto Alegre (-5,35%) e a maior em Curitiba (-18,46%).

Analisando a estrutura da remuneração da Economia Criativa, percebe-se que, no ano de 2004, as maiores remunerações eram P&D, Publicidade, Arquitetura e TIC. No ano de 2013, verificou-se que P&D se manteve como segmento mais bem remunerado. A capital que mais remunerou nesse segmento, em 2013, foi Rio de Janeiro, com média de R\$ 15.311,74, valor consideravelmente acima de São Paulo, que remunerou no mesmo ano R\$ 11.433,33. Curitiba figurou como a segunda que menos remunerou nesse segmento, com salário de R\$ 8.128,82, e foi a única capital que apresentou redução em 2004, variando -1,61%.

O segundo segmento que melhor remunerou em 2013 foi o de Arquitetura, com salário médio acima de R\$ 7.000,00 em todas as capitais. Em Curitiba, o salário foi de R\$7.608,20 em 2013.

Em 2013, TIC foi o terceiro segmento de maior remuneração. O maior salário foi verificado no Rio de Janeiro (R\$ 7.890,08) e o menor em Belo Horizonte (R\$ 4.632,62). Em Curitiba, a remuneração no segmento foi de R\$ 4.672,39, valor superior apenas a Belo Horizonte.

O quarto segmento com melhor remuneração foi o de Publicidade e Propaganda, com maior remuneração no Rio de Janeiro, cujo salário médio foi de R\$ 6.209,17, e menor em Porto Alegre, com salário médio de R\$ 3.833,26.

Como apresentado anteriormente, o segmento de Publicidade e Propaganda foi o que mais apresentou aumento no número de postos de trabalho, acima de 150% em todas as capitais analisadas, porém foi o que apresentou maior redução no rendimento, também verificado em todas as capitais. A demanda pela mão de obra no segmento pode ter contribuído para esta redução na remuneração.

Em ordem de maior variação no salário médio, em Curitiba os setores classificam-se da seguinte forma: Música (82,59%); Artes Cênicas (53,66%); Biotecnologia (45,43%); Moda (40,53%); Patrimônio e Artes (39,61%); Expressões Culturais (35,13%); Editorial (13,67%); Design (9,29%); TIC (5,5%) e Audiovisual (3,77%).

Em relação à renda total gerada pela Economia Criativa, em 2004 Curitiba foi responsável por 2,64% da remuneração total nacional, isto é, R\$ 53.528.180,17. Ficou atrás de São Paulo, com 23,74%, Rio de Janeiro, com 13,85%, e Belo Horizonte, com 3,57%, mas à frente de Porto Alegre, com 1,87%. No ano de 2013, Curitiba passou a remunerar, do total, 2,40%, ou seja, R\$ 115.958.747,47.

Conclusivamente, percebe-se que a capital paranaense expandiu a proporção do emprego e da renda da Economia Criativa, porém é ainda uma proporção muito pequena perto do potencial que o município apresenta.

3.5 O PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA ECONOMIA CRIATIVA

A TAB. 8 e a TAB. 9 apresentam a escolaridade média dos profissionais da Economia Criativa, de cada segmento criativo, no ano de 2013. Foram coletados os dados para o Estado do Paraná, e, além disso, para os Municípios de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Os dados para cada região foram dispostos em três colunas, contendo, em ordem, a porcentagem de profissionais no segmento com ensino superior completo, seguido por médio completo, fundamental completo, fundamental incompleto e analfabeto, conforme o Mapeamento da Economia Criativa no Brasil (FIRJAN, 2014).

A TAB. 8 representa o percentual de profissionais por nível de escolaridade em Curitiba e Porto Alegre:

TABELA 8 – Curitiba e Porto Alegre: distribuição (%) do grau de escolaridade dos profissionais da Indústria Criativa (2013)

Segmento	Curitiba			Porto Alegre		
	Sup. Completo %	Ens. Médio Completo %	OUTROS %	Sup. Completo %	Ens. Médio Completo %	Outros %
Arquitetura	90,00	9,10	0,90	89,10	10,60	0,30
Artes Cênicas	59,20	37,19	3,61	38,90	47,20	13,90
Audiovisual	38,60	50,10	11,30	47,00	47,10	5,90
Biotecnologia	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Design	50,90	45,90	3,20	39,50	55,60	4,90
Editorial	70,20	26,60	3,20	65,20	31,00	3,80
Expressões Culturais	8,30	60,20	31,50	6,70	56,80	36,50
Moda	7,00	52,30	40,70	12,10	50,50	37,40
Música	57,10	31,60	11,30	50,50	37,90	11,60
Patrimônio e Artes	49,60	45,20	5,20	42,30	46,60	11,10
P&D	98,80	1,20	0,00	97,40	2,50	0,10
Publicidade	66,80	31,50	1,70	56,40	41,40	2,20
TIC	57,90	39,80	2,30	50,20	48,20	1,60

FONTE: FIRJAN (2014)

Os dados nacionais e do Estado do Paraná mostram que Biotecnologia possui 100% dos profissionais com curso superior completo, e também é o segmento que

melhor remunera em todas as capitais, mostrando uma ligação direta entre o nível de escolaridade e a remuneração.

Também se destaca o segmento de P&D, no qual aproximadamente 98% dos profissionais possui curso superior completo. É um dos segmentos que melhor remunera, seguido por Arquitetura, onde o nível de escolaridade é próximo de 90%, tanto no Paraná como em nível nacional, e a remuneração também é uma das maiores da Economia Criativa.

A TAB. 9 representa o percentual de profissionais por nível de escolaridade no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

TABELA 9 – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: distribuição (%) do grau de escolaridade dos profissionais da Indústria Criativa (2013)

Segmento	São Paulo			Rio de Janeiro			Belo Horizonte		
	Sup. Completo %	Médio completo %	Outros %	Sup. Completo %	Médio completo %	Outros %	Sup. Completo %	Médio completo %	Outros %
Arquitetura	89,50	9,60	0,90	87,60	11,60	0,80	86,60	12,50	0,90
Artes Cênicas	33,70	51,60	14,70	38,80	50,20	11,00	30,10	59,00	10,90
Audiovisual	39,80	45,00	15,20	46,10	41,40	12,50	45,80	42,30	11,90
Biotecnologia	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	00,00	00,00
Design	51,40	43,60	5,00	49,30	46,10	4,60	39,60	53,70	06,70
Editorial	73,00	23,90	3,10	73,60	24,10	2,30	71,40	24,40	04,20
Expressões Culturais	07,00	49,90	43,10	5,20	46,10	48,70	06,40	53,00	40,60
Moda	18,40	50,60	31,00	19,40	41,30	39,30	05,50	46,50	48,00
Música	37,70	53,40	8,90	45,70	40,90	13,40	56,30	37,20	06,50
Patrimônio e Artes	58,90	33,70	7,40	62,60	30,00	7,40	58,80	33,70	07,50
P&D	97,10	2,70	0,20	99,30	0,70	0,00	97,80	2,10	00,10
Publicidade	71,60	27,10	1,30	72,40	26,20	1,40	66,30	31,00	02,70
TIC	72,10	26,12	1,78	67,50	30,40	2,10	54,50	42,30	03,20

FONTE: FIRJAN (2014)

A análise da escolaridade em relação aos segmentos demonstra que Biotecnologia apresentou 100% dos profissionais com superior completo em todas as capitais, como foi a tendência nacional. Tal resultado é esperado pelo fato de que segmento requer qualificação elevada para a execução do trabalho, o que explica também os altos rendimentos em comparação aos demais.

Com exceção de Biotecnologia, P&D apresentou o maior percentual de qualificados no ensino superior em todas as regiões. Em Curitiba, esse valor foi de 98,80%, inferior apenas ao do Rio de Janeiro, que apresentou 99,30%. Em todas as

capitais, mais de 97% dos profissionais do segmento de P&D possui curso superior completo. Já Arquitetura aparece em terceiro lugar em todas as capitais, com mais de 86% dos profissionais com curso superior completo.

Em relação ao nível de escolaridade, o segmento de Editorial destaca-se em quase todas as capitais. Mais de 70% dos profissionais possui curso superior completo em São Paulo (73%), Rio de Janeiro (73,60%), Curitiba (70,20%) e Belo Horizonte (71,40%), exceto em Porto alegre, onde o percentual é de 65,20%.

O Segmento de TIC destaca-se em São Paulo, com 72,10% dos profissionais com curso superior completo, e no Rio de Janeiro, com 67,50%. Curitiba aparece em terceiro lugar, com 57,90%, seguido por Belo Horizonte (54,50%) e Porto alegre (50,20%).

Curitiba se destacou na categoria Artes Cênicas, pois impressionantes 59,20% dos profissionais do segmento apresentam qualificação superior, sendo a única capital em que a maioria se enquadrou nessa categoria de qualificação.

No segmento de Música, Curitiba é a capital com o maior número de profissionais com curso superior (57,10%), seguido por Belo Horizonte (56,30%), Porto Alegre (50,50%), Rio de Janeiro (45,70%) e São Paulo (37,70%).

Em Curitiba, o segmento com menor percentual de profissionais com superior completo foi Moda, com apenas 7%, seguido de 52,30% com ensino médio completo e 40,70% com, no máximo, ensino fundamental completo. A baixa escolaridade remete também ao baixo rendimento e mostra que, no município, este não é um segmento atraente para os profissionais, embora exista um potencial polo do segmento situado no Bairro Boqueirão, com inúmeras malharias, o que justificaria um direcionamento por parte do segmento público no sentido de desenvolver este potencial. Em relação às demais capitais, o segmento de expressões culturais é o que apresenta menor percentual (aproximadamente 6%) de profissionais com curso superior completo.

Observou-se na pesquisa a relação direta entre nível de escolaridade e rendimento. Quanto maior o nível de escolaridade, melhor o salário em todas as capitais e segmentos analisados.

Na TAB. 10 são apresentados os dados a respeito da idade média do profissional da Economia Criativa, nas regiões selecionadas, no ano de 2013. Para o Brasil, em conformidade com o Mapeamento da Economia Criativa no Brasil (FIRJAN, 2014), a idade média para comparação é a correspondente a todo o mercado de trabalho nacional (não apenas a Economia Criativa), que em 2013 foi de 36 anos.

TABELA 10 – Idade média dos profissionais da Indústria Criativa nas capitais selecionadas

Segmento	Curitiba	Porto Alegre	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte
Arquitetura	39	40	39	40	39
Artes Cênicas	36	31	35	38	34
Audiovisual	34	37	34	38	36
Biotecnologia	38	36	42	42	38
Design	31	32	33	34	33
Editorial	35	36	35	37	36
Expressões Culturais	37	37	37	39	37
Moda	38	41	37	41	39
Música	44	41	40	40	42
Patrimônio e Artes	36	36	36	39	38
P&D	38	40	38	41	39
Publicidade	33	32	32	34	33
TIC	33	33	35	37	33

FONTE: FIRJAN (2014)

A análise dos segmentos providencia observações interessantes. Calculando-se a média de idade de todos os profissionais, chega-se ao valor de 35 anos para Curitiba, um ano abaixo da média de todo o mercado de trabalho nacional. Percebe-se que o segmento Música apresenta idade média mais elevada em todas as capitais, visto que em nenhuma delas é inferior a 40 anos. Em Curitiba, foi a idade média mais elevada de toda a tabela (44 anos), sendo que as demais capitais, no segmento, apresentaram os seguintes resultados: Belo Horizonte (42 anos); Porto Alegre (41 anos); São Paulo e Rio de Janeiro (40 anos).

Para o segmento Arquitetura, a idade média foi de 39 anos em Curitiba, São Paulo e Belo Horizonte, e de 40 anos no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Expressões Culturais apresentou uma média acima dos 36 anos em todas as regiões, ficando na casa dos 37 anos para todas as capitais, exceto no Rio de Janeiro, onde esse valor foi de 39 anos. Outro segmento acima da média do mercado nacional foi o de Moda, que em Curitiba ficou em torno de 38 anos de idade. P&D também apresentou idade média mais elevada.

Dentre os setores com idade média menor, destaca-se Design, que empregou em 2013 profissionais mais jovens que os demais setores criativos, sendo que em Curitiba verificou-se a menor idade dentre as capitais analisadas, ficando em torno de 31 anos.

O segmento de Publicidade também se destaca pela juventude dos profissionais, em média 32 anos em São Paulo e Porto Alegre. Curitiba apresentou média de 33 anos, assim como Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, a média foi de 34 anos, semelhante à de Design.

No geral, percebe-se que a Economia Criativa empregou, em 2013, profissionais jovens, sendo que o Rio de Janeiro apresentou a maior média de idade, seguido por Belo Horizonte.

CONCLUSÃO

Conclui-se, dessa forma, que o Município de Curitiba tem grande potencial criativo e que cada vez mais as atividades criativas vêm ganhando espaço dentro das estratégias governamentais, fazendo com que importância venha sendo reconhecida mundialmente.

Conforme proposto no objetivo geral, a pesquisa buscou avaliar os indicadores, analisar os impactos da Economia Criativa na geração de emprego e renda do Município de Curitiba, bem como verificar qual o perfil dos profissionais do setor, comparando o desempenho do Município com os dados do Brasil, do Estado do Paraná e de outras capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Verificou-se que, embora o número de empregos gerados pela Economia Criativa tenha praticamente dobrado de 2004 para 2013, o segmento ainda é pouco representativo dentro do tamanho da população do Município. Em 2013, os setores criativos empregavam 22.351 profissionais, o que representa pouco mais de 2% da população de habitantes ocupados.

O crescimento do número de empregos criativos em Curitiba no período de 2004 a 2013 foi o menor dentre as demais capitais analisadas. Em Curitiba, o crescimento foi de 49,72%, enquanto no Rio de Janeiro foi de 49,83%, em São Paulo de 47,92%, no Rio de Janeiro de 50,63%, em Belo Horizonte de 53,76% e em Porto Alegre de 51,25%.

O Município de Curitiba representa 44,14% do total de profissionais empregados nos setores criativos do Estado do Paraná e 2,5% do Brasil. Apesar da pouca representatividade nacional, no Estado, o Município tem uma grande contribuição.

Os segmentos criativos que mais se destacaram na geração de empregos foram os de Publicidade, P&D, Arquitetura, TIC e Editorial, sendo estes também os segmentos com melhor remuneração, com destaque para o de P&D, cuja remuneração média foi de R\$ 8.128,82, em 2013, e Arquitetura, com remuneração de R\$ 7.608,72. Todos os demais segmentos em Curitiba apresentaram rendimento abaixo de R\$ 4.700,00. Os melhores salários em P&D também foram verificados nas demais capitais, principalmente no Rio de Janeiro, onde o salário médio é de R\$ 15.311,74.

O aumento da remuneração média da Indústria Criativa de 2004 para 2013, em geral, foi um ponto que chamou a atenção no período analisado. De 2004 para 2013 houve um aumento de 47,63% no IPCA, e o aumento na remuneração média da maioria dos segmentos ficou abaixo do índice inflacionário.

Embora exista no Município de Curitiba um polo potencial para desenvolvimento da indústria da moda, no bairro do Boqueirão, o segmento chamou a atenção, pois, além de ser uma das categorias criativas que menos emprega pessoas, 484 em 2013, também é a que menos remunera. O salário foi o menor em Curitiba, dentre todos os setores, ficando em R\$ 1.280,68. Também é o segmento que possui profissionais com o menor índice de escolaridade. A baixa representatividade do setor, em termos de geração de emprego e renda, também foi verificada em todas as capitais do país.

Em relação à escolaridade dos profissionais, os setores criativos que mais se destacam no município de Curitiba, seguindo a tendência das outras capitais, também foram os de Publicidade, P&D, Arquitetura e Editorial. No setor de P&D, 98,8% dos profissionais possui curso superior, seguido por Arquitetura, com 90%; Editorial, com 70,2%; e Publicidade, com 66,8%. Em todos os demais setores o número de profissionais com curso superior fica abaixo de 60%.

Destaca-se também a juventude dos profissionais da Economia Criativa verificada no Município de Curitiba, assim como em todas as demais capitais. A idade média dos profissionais ficou próxima de 35 anos na capital paranaense, abaixo da média de todo o mercado de trabalho nacional, ou seja, 36 anos. Verifica-se que a categoria Arquitetura “puxa” significativamente esse valor para cima, uma vez que apresentou idade média de 44 anos em Curitiba, a maior dentre as capitais analisadas, e possui um grande número de profissionais.

O crescimento da Economia Criativa passa fundamentalmente pelo apoio do governo, seja na esfera municipal, estadual ou federal, na formulação de políticas fiscais e creditícias e na desburocratização para legalização das empresas, garantindo assim a longevidade das empresas do setor.

Por sua vez, as empresas precisam desenvolver competências internas para gerir o empreendimento, a fim de garantir uma estabilidade econômica e financeira que resulte na sustentação a médio e longo prazo. É preciso transformar a habilidade criativa natural em ativo econômico e recurso para o desenvolvimento de negócios duradouros. Torna-se imperioso, portanto, estimular modelos inovadores para o desenvolvimento da Economia Criativa brasileira.

Para fazer com que haja uma maior participação do setor na geração de empregos, renda e, conseqüentemente, para aumentar a participação no PIB do Município, é

necessário aumentar a escala dos negócios criativos por meio da potencialização de bairros criativos e revitalização de espaços em que se manifeste a criatividade.

Conclui-se, dessa forma, que a representatividade da Economia Criativa na geração de emprego e renda é muito pequena comparada ao potencial da cidade. Na maioria dos setores criativos, percebem-se profissionais jovens, com melhores salários do que em outras atividades comerciais ou industriais, o que mostra que o desenvolvimento profissional e a especialização agregam valor na renda individual. Nesse aspecto, o grau de instrução e a formação superior contribuem fundamentalmente para uma melhor formação e aumento na renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do ministério da cultura.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7743.htm>. Acesso em: 5 jan. 2015.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade brasileira na arquitetura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

_____. **Editais de chamado público 03/13**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3557>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

_____. **Plano da secretaria da economia criativa**: políticas, diretrizes e ações 2011-2014. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **Creative economy report 2008 – creative economy**: a feasible development option. Genebra, 2008. Disponível em: <<http://www.unctad.org/crativeeconomy>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

_____. **Relatório de economia criativa 2010** – economia criativa: uma opção ao desenvolvimento viável. Genebra, 2010. Disponível em: <<http://www.unctad.org/crativeeconomy>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

CURITIBA. **Lei 14.371, de 9 de dezembro de 2013**: Publicada no DOM de 10/12/2013. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2014-2017. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2013/1437/14371/lei-ordinaria-n-14371-2013-dispoe-sobre-o-plano-plurianual-para-o-periodo-20142017.html>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **A cadeira criativa no Brasil**. Sistema FIRJAN: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/S/Downloads/A_Cadeira_da_Industria_Criativa_no_Brasil1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014

_____. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HANSON, D. Indústrias Criativas. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 222-238, 2012. Disponível em: <<http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/V7N2A7/0>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

HOWKINS, J. **Economia Criativa**: como ganhar dinheiro com Ideias. São Paulo: Makron Books, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCHI, L. Análise do plano da secretaria da economia criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 37, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442014000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 jan. 2015.

MIGUEZ, P. A economia da cultura como campo de estudos e a novidade da economia criativa. In: BRASIL. **Plano Nacional da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações 2011-2014. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. p. 102-106. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

PROCOPIUCK, M.; FREDER, S. M. Políticas Públicas e Fomento à economia criativa: Curitiba e contexto nacional e internacional. In: SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 1., 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Programa de Planejamento e Governança Pública, 2013.

SANTOS-DUISENBERG, E. dos. Secretaria da Economia Criativa no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações 2011-2014. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. p. 76-77. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

O EMPREENDEDORISMO NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

Elaine Veloso Salles¹

Ricardo Lemes da Rosa²

RESUMO

O empreendedorismo tem sido um tema muito discutido atualmente, pois o empreendedor vem se tornando cada vez mais importante na contribuição para o desenvolvimento da sociedade. Dessa maneira, esta pesquisa buscou colaborar para o desenvolvimento dos estudos voltados ao impacto que o espírito empreendedor pode exercer nos jovens e, conseqüentemente, na população como um todo. Para possibilitar essa investigação, o objetivo geral foi analisar como o conceito e a ação empreendedora são compreendidos e desenvolvidos por alunos do ensino médio da rede pública e privada de ensino no município de São José dos Pinhais/PR. Para atingir essa proposta foram estabelecidos os seguintes objetivos: a) identificar o que os alunos do ensino médio entendem por empreendedorismo; e b) detectar quais são as principais dificuldades que eles identificam para se tornarem empreendedores.

A metodologia adotada firmou-se na investigação de natureza qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e exploratória, bem como no levantamento de dados por meio de questionário e entrevista em grupo focal realizados com jovens estudantes do ensino médio das redes privada e pública de ensino. Nos resultados encontrados pela pesquisa, destacaram-se a compreensão de alguns participantes sobre o empreendedorismo e a importância da inserção do estudo sobre o tema ainda no ambiente escolar como forma de preparação e qualificação. Como contribuição desta pesquisa, constata-se que há a necessidade de promover uma educação empreendedora para os alunos tanto da rede pública de ensino quanto da rede privada.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Educação. Escola. Ensino Médio.

¹ Aluna do 4º ano do curso de Administração da FAE São José dos Pinhais. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: nanny.salles@hotmail.com

² Doutorando em Educação pela PUCPR. Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: ricardorosa100@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O termo empreendedorismo pode ser considerado familiar e está muito presente em nosso vocabulário, pois de alguma forma os mais diferentes segmentos da população, como adolescentes, jovens, adultos e idosos, já tiveram contato com empreendedores ou ao menos já leram ou ouviram falar de fatos sobre a ação empreendedora e os impactos positivos destes nos ambientes social e econômico (DORNELAS, 2014).

Peter Drucker (2008), autor renomado no campo da administração moderna, enfatiza que o empreendedorismo não deve ser visto como ciência e nem teoria, mas sim como prática, pois é por meio dos seus resultados práticos que se torna possível compreender o espírito empreendedor do indivíduo, das comunidades e de um país. Em outras palavras, quando se conhece os impactos que podem ser medidos pelo aumento das pessoas envolvidas nas mais variadas ações empreendedoras, como no caso do empreendedorismo social e econômico, é possível perceber os resultados que o empreendedor possui frente ao desenvolvimento das riquezas e da diminuição das desigualdades sociais (MENDES, 2009).

Assim, evidencia-se cada vez mais a necessidade de promover políticas e programas que permitam desenvolver e impulsionar o empreendedorismo na sociedade. Vários são os projetos e campanhas que aproximam as pessoas para esse campo. Um exemplo são as atividades promovidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em todo o Brasil, realizadas por meio de cursos e feiras que contribuem para a formação empreendedora.

Embora seja de significativo valor essa formação, considera-se que ela possa ocorrer ainda no ambiente escolar, pois desse modo é possível potencializar o espírito empreendedor tanto em quantidade como em qualidade. Isso é reconhecido por Peter Drucker (2008) como “a mola propulsora da sociedade”, pois à medida que se tem uma maior inserção de adolescentes e jovens no aprendizado e vivência de práticas empreendedoras, é possível impactar positivamente a vida da população para além dos aspectos econômicos, contribuindo, desse modo, na formação cidadã com postura ativa perante os desafios sociais e políticos que a atual sociedade nos exige.

A fim de compreender o conceito da ação empreendedora e suas reais possibilidades de aprendizado e compreensão por parte dos adolescentes, tem-se como objetivo geral responder a seguinte questão: “Como o conceito e a ação empreendedora são compreendidos e desenvolvidos por esses alunos do ensino médio da rede pública e privada de ensino no município de São José dos Pinhais/PR?”.

Para atingir esse objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram elencados:

- a) Descobrir o que os alunos do ensino médio entendem por empreendedorismo.
- b) Identificar quais as principais dificuldades que eles percebem para se tornarem empreendedores.

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, pois a abordagem nos permite investigar o tema proposto a fim de identificar o que os alunos do ensino médio entendem sobre empreendedorismo.

O percurso metodológico foi dividido em duas fases: a primeira foi a utilização da pesquisa bibliográfica para a construção da fundamentação teórica; a segunda foi a pesquisa de levantamento de dados com os alunos do ensino médio por meio da utilização do questionário e grupo focal. Para a análise dos dados, foram observados conceitos apresentados por alguns autores na fundamentação teórica, a fim de identificar através dos conceitos e resultados da pesquisa algumas afirmações ou inconsistências.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O empreendedorismo é conhecido como um ramo da administração de empresas muito discutido atualmente e pode ser apreendido de diferentes formas. O empreendedor é uma pessoa que produz resultados para a sociedade, com a geração de empregos, riqueza, desenvolvimento e progresso, e, a princípio, qualquer pessoa pode se tornar um empreendedor (MORALES, 2005).

Pode-se dizer que o empreendedorismo é o desenvolvimento de novas oportunidades e que requer esforço intenso do empreendedor para colocá-las em prática. A oportunidade pode trazer muitos benefícios para o meio em que está inserida, tanto dentro de uma empresa quanto na busca de um novo negócio (HISRIC; PETERS; SHEPHERD, 2009).

Para Rezende (2005, p. 15), “o empreendedorismo pode ser entendido como realização”, pois o empreendedor é responsável por gerar resultados positivos através de suas ações, atitudes e execução de seu planejamento.

Empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. As definições para empreendedorismo são várias, mas sua essência se resume em fazer diferente, empregar os recursos disponíveis de forma criativa, assumir riscos calculados, buscar oportunidades e inovar. (DORNELAS, 2008, p. 35)

Os empreendedores de sucesso são pessoas visionárias que possuem motivação própria, sabem tomar as devidas decisões no momento certo e são apaixonadas pelo que fazem. São indivíduos que contribuem para o desenvolvimento da sociedade através da criação de valor ao utilizar seu capital intelectual na geração de empregos e inovação, pois aproveitam as oportunidades e sabem explorá-las ao máximo, além de construir seu próprio destino através de sua dedicação, determinação e otimismo (DORNELAS, 2005).

O empreendedor vê a mudança como norma e como sendo sadia. Geralmente, ele não provoca a mudança por si mesmo. Mas, e isto define o empreendedor e o empreendimento, o empreendedor sempre está buscando a mudança, reage a ela e a explora como sendo uma oportunidade. (DRUCKER, 2008, p. 36)

Os empreendedores são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social e estão revolucionando o mundo. Dessa forma, entender seu comportamento e o processo de empreender é fundamental, por isso são temas que devem ser estudados.

1.1 O EMPREENDEDORISMO E OS JOVENS

O **GEM (Global Entrepreneurship Monitor)** analisa anualmente o papel do empreendedorismo e sua relação com a economia no que diz respeito ao crescimento econômico. De acordo com o relatório mundial GEM (2013), o Brasil vem apresentando um crescimento significativo de suas ações empreendedoras. O respectivo relatório compreende o empreendedorismo como qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. É importante destacar que o foco principal é o indivíduo empreendedor, mais do que o empreendimento em si (GEM, 2013).

Nessa perspectiva, os dados apresentados apontam que aproximadamente 32% de população brasileira entre 18 e 64 anos (40 milhões de pessoas) está envolvida com o empreendedorismo, sendo que 17% são empreendedores iniciais, ou seja, o seu empreendimento tem até três anos e meio de atividade. Já 15% são empreendedores estabelecidos, que já administram o seu negócio acima de três anos e meio. Desse total de 32% de empreendedores, basicamente 50% são do gênero masculino e 50% do gênero feminino (GEM, 2013).

Chama-se a atenção para os próximos dados, que se referem aos empreendedores iniciais (que são a maioria no país). Quanto ao grau de escolaridade, 50% desses empreendedores em estágio inicial possuem o ensino médio incompleto. Em relação às suas famílias, 77% provêm de lares com até quatro pessoas e a faixa de renda predominante (61%) é de menos de três salários mínimos (GEM, 2013).

Os dados apontados são indicadores próximos dos encontrados em uma parcela significativa dos estudantes da rede estadual de ensino, porém não contemplados na pesquisa do GEM, pois esta avalia a faixa-etária dos 18 aos 64 anos (considerada a população ativa do país).

Assim, observa-se uma oportunidade de levantar dados junto aos jovens estudantes do ensino médio que se encontram abaixo dos 18 anos e que não fizeram parte da amostra pesquisada no relatório mundial sobre o empreendedorismo.

1.2 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

O GEM revela que as atividades empreendedoras estão diretamente relacionadas à geração de riqueza medida pelo PIB (Produto Interno Bruto). Dessa forma, a preocupação com a educação empreendedora é algo que deve ser considerado.

Uma das influências mais presentes para se desenvolver e encorajar o empreendedorismo é a educação e o treinamento, através do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, além da conscientização de novos indivíduos sobre a prática e as possibilidades de negócios em uma atividade empreendedora. Para estabelecer um negócio é necessário ter muita iniciativa e adquirir habilidades gerenciais para que a organização alcance resultados positivos (GREEN PAPER ON ENTREPRENEURSHIP, 2003 apud LOPES, 2010, p. 18).

Dessa forma, as habilidades pessoais que são relacionadas com o empreendedorismo devem estar presentes nos métodos de aprendizagem desenvolvidos pelas escolas e se manter até o ensino superior (LOPES, 2010).

QUADRO 1 – Objetivos da educação empreendedora

1. Aprender sobre empreendedorismo
2. Aprender a comportar-se de forma empreendedora (foco no indivíduo)
3. Aprender a se tornar empreendedor (foco no negócio)
4. Outros

FONTE: Entlearn (2007, p. 42 apud LOPES, 2010, p. 25, adaptado)

A pesquisa de Roese, Binotto e Büllau (2005) concluiu que o estudo do empreendedorismo inserido em escolas e em universidades é de extrema importância a fim de que cada vez mais se tenha pessoas motivadas, preparadas e qualificadas para a atividade empreendedora. A consequência dessa inserção é que, através da educação empreendedora, é possível atingir níveis mais elevados de desenvolvimento local e regional, contribuindo para o crescimento da economia e redução dos índices de desemprego.

Busca-se, por meio da educação empreendedora, passar para os alunos conhecimentos e atitudes inovadoras que incentivem e promovam ações empreendedoras.

Por isso, é muito importante incentivar uma educação empreendedora, introduzindo na cultura valores como autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e gerar riqueza, capacidade de assumir riscos e de crescer em ambientes instáveis, porque esses representam os valores sociais que conduzem um país ao desenvolvimento. (MALHEIROS; FERLA; CUNHA, 2005, p. 18)

1.3 O EMPREENDEDORISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL

A inclusão do empreendedorismo na grade curricular da educação brasileira vem crescendo significativamente e a progressão tem atingido a educação básica e o ensino superior. A educação empreendedora vem sendo desenvolvida como disciplina complementar, auxílio para a empregabilidade e disciplina obrigatória em algumas escolas públicas e privadas (SOUZA, 2012).

O ensino do empreendedorismo na escola é um tema que tem sido defendido por diversas pessoas e organizações. Os textos que descrevem esse tema e que explicam sua importância alertam que a educação empreendedora inserida no currículo escolar contribui para uma mudança cultural, que é necessária para que a população desenvolva um espírito empreendedor capaz de ajudar positivamente o desenvolvimento econômico e social do país. Com esta relação positiva entre o empreendedorismo e a educação empreendedora nas escolas, pode-se compreender que a cultura empreendedora de uma população está diretamente relacionada ao seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico (SOUZA, 2012).

O ensino do empreendedorismo, ou de qualquer outra “competência”, na escola transfere necessariamente para o aluno uma determinada concepção de mundo, de homem, de sociedade, que tem o poder de formar, conformar ou deformar a consciência do ser aprendente. (PARO, 2001 apud SOUZA, 2012, p. 91)

O tema empreendedorismo ainda é desconhecido em algumas escolas públicas de ensino médio estadual, visto que não é abordado em sala de aula, dificultando assim a propagação desse conhecimento. No período do ensino médio os jovens apresentam certa inquietação, pois passam por uma transição da adolescência para a vida adulta, fase em que começam os questionamentos sobre como se preparar para o mercado de trabalho, qual curso fazer após terminar o ensino básico, como adquirir um diferencial e ainda como será sua vida profissional e pessoal. Esse tipo de dúvida é frequente quando os jovens passam por essa fase de transição e deve-se, também, ao contexto atual social e econômico que o país enfrenta, que está marcado por profundas desigualdades sociais (LIBERATO, 2007).

A escola se apresenta como um espaço de vida, é onde ocorrem a socialização entre jovens e a formação deles; é, ainda, um espaço responsável por fornecer a educação e propagar o conhecimento. Dessa forma, o ensino básico não pode permanecer fragilizado: deve acompanhar o desenvolvendo social e econômico. Uma forma de acompanhar essas mudanças é a inclusão de uma cultura empreendedora no sistema educacional (LIBERATO, 2007).

A postura empreendedora vai muito além do conteúdo formal lecionado em sala de aula. O empreendedorismo deve ser encarado como uma nova forma de ver o mundo, bem como de pensar, de ser e de agir; é um estado de espírito no qual a pessoa é ousada e confiante e se sente preparada para superar todos os limites, impedindo que os resultados positivos sejam influenciados por barreiras (DOLABELA, 1999).

A população brasileira, através de todos os processos de mudança, passou a adquirir ao longo dos anos o perfil empreendedor. A capacidade empreendedora passou a ser exigida de todos para o desenvolvimento nas organizações e nos negócios. Dessa forma, a educação empreendedora deve ser iniciada o quanto antes for possível, pois se trata de uma cultura com forte influência e com capacidade de inibir ou induzir o indivíduo em sua capacidade de empreender (DOLABELA, 2003 apud SOUZA, 2012).

Compreender a necessidade de mudar é fundamental para solucionar, de maneira eficaz, o problema entre as características do empreendedor e sua adequação, no caso da educação, ao desenvolvimento no ciclo escolar. (SILVA et al., 2013, p. 5)

O sistema de ensino brasileiro passou por várias mudanças a fim de atrair os alunos para a sala de aula e mantê-los até a conclusão do ciclo escolar. Uma das mudanças mais significativas relacionada à formação escolar foi a inclusão do ensino profissionalizante no conteúdo curricular lecionado nas escolas, que auxilia na capacitação e preparação do aluno para este ser inserido no mercado de trabalho. A educação empreendedora surge como um método de ensino para suprir a necessidade exigida pelo mercado de trabalho e gera resultados através da capacitação e dos meios de adquirir conhecimentos necessários, para que os jovens adquiram um diferencial e o desejo de aprender para contribuir e enriquecer o seu conhecimento (SILVA et al. 2013).

2 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, com a abordagem qualitativa de análise. Elegeu-se esta opção de modalidade, pois nos permite investigar o assunto proposto, buscando um aprofundamento do tema empreendedorismo junto aos alunos da primeira à terceira série do ensino médio do município de São José dos Pinhais/PR.

A pesquisa exploratória apresenta um maior aprofundamento do problema: “pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2009, p. 41).

Assim, de acordo com Lakatos e Marconi (2007, p. 269):

[...] a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.

Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevista no formato de grupo focal e questionário.

A entrevista em grupo focal foi realizada de forma não estruturada, com um pequeno grupo de entrevistados e de maneira natural. Esta técnica permite ao pesquisador colher informações inesperadas. “Os grupos de foco constituem o processo mais importante da pesquisa qualitativa” (MALHOTRA, 2006, p. 157).

A primeira fase do estudo foi composta pela seleção do referencial bibliográfico sobre o tema em questão. No segundo momento, foi selecionado um grupo de 12 alunos, representantes das terceiras séries do ensino médio da rede pública de ensino do Colégio Estadual Costa Viana, configurando uma amostra intencional de análise. Porém, devido à greve dos professores e funcionários das escolas da rede estadual de ensino do Paraná, ocorrida durante o mês de fevereiro de 2015, não foi possível realizar a pesquisa com este grupo selecionado de alunos.

Ainda no segundo momento foi selecionado um grupo de sete alunos representantes da terceira série do ensino médio do Colégio Tradição da rede privada de ensino, configurando uma amostra intencional de análise. Para esses alunos foi aplicada uma entrevista em formato de grupo focal, a fim de identificar as compreensões, barreiras e facilitadores para a ação empreendedora. Foi utilizado um roteiro com questões abertas para o direcionamento da entrevista. Esse instrumental nos permitiu uma interação entre o pesquisador e o pesquisado, através da qual o pesquisador objetivou se aproximar e compreender o que os participantes envolvidos na pesquisa sabem, pensam, representam, fazem ou argumentam acerca do tema empreendedorismo.

A participação dos alunos na pesquisa seguiu os seguintes critérios: estar regularmente matriculado e autorizar legalmente sua participação no estudo por intermédio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O segundo instrumento para a coleta de dados foi o questionário. Segundo Gil (2009, p. 114), o questionário é “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”.

O formulário com as perguntas para alunos que estão cursando a primeira, segunda e terceira série do ensino médio no município de São José dos Pinhais foi enviado através das redes sociais. Foi estabelecido este recurso por ser o único meio de contato com os alunos em decorrência da greve dos professores e funcionários da rede estadual de ensino. Assim, participaram nesta fase 43 alunos representantes de oito colégios estaduais da cidade.

A amostra adotada foi a não probabilística, sendo por acessibilidade ou conveniência, pois os alunos pesquisados foram aqueles acessíveis para a realização da pesquisa. Para Malhotra (2006), a amostragem não probabilística por conveniência é deixada a cargo do pesquisador, que realiza a pesquisa de acordo com disponibilidade dos entrevistados.

3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados apresentados a seguir foram coletados a partir da aplicação do questionário e através da aplicação da entrevista em grupo focal.

3.1 DADOS COLETADOS ATRAVÉS DA ENTREVISTA EM GRUPO FOCAL

A entrevista em grupo focal ocorreu no dia 25 de maio e foi realizada junto aos alunos do Colégio Tradição, localizado no centro do município de São José dos Pinhais. O colégio foi a primeira pré-escola da cidade e atua no ramo desde 1974. É caracterizado como uma escola privada e atualmente oferece o ensino desde a educação infantil até o ensino médio e integral.

Participaram da pesquisa sete alunos do terceiro ano do ensino médio e para a dinâmica foi utilizada a sala dos professores da escola.

Iniciou-se a entrevista com a apresentação dos objetivos da pesquisa e, na sequência, foi entregue aos alunos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo-lhes proposta a leitura e, logo em seguida, solicitados o preenchimento e assinatura.

Foi estabelecido um roteiro de entrevista, elaborado com foco nos objetivos geral e específicos deste trabalho. Foram realizadas 16 perguntas para os alunos sobre o tema proposto, Empreendedorismo, que serviu de base e auxílio para a obtenção dos resultados e análises para esta pesquisa. A entrevista durou 45 minutos e nela foi utilizada a gravação de vídeo e áudio.

Os participantes se apresentaram dizendo seu nome, idade e em que ano do ensino médio estavam. Na sequência, iniciaram-se as perguntas a fim de coletar dados através da interação grupal e da riqueza de informações qualitativas para as análises deste trabalho.

Os participantes demonstraram grande interesse pelo tema proposto e expressaram sua opinião em todas as perguntas. Dentre os participantes, quatro eram do sexo feminino e três do sexo masculino, sendo 16,7 anos a média de idade entre eles.

A percepção dos entrevistados é de que o empreendedorismo é a forma de investir o dinheiro e administrar um negócio, com muita iniciativa, inovação e planejamento. Segundo eles, para se tornar um empreendedor é necessário ter atitude, estudo e recursos para iniciar um negócio. Mencionaram também que o empreendedor é uma pessoa bem-sucedida e com boas ideias, que faz com que as coisas aconteçam, e que alguns dos comportamentos que o identifica são a responsabilidade, a autonomia, a comunicação e o saber trabalhar em equipe.

Na ótica dos participantes, o empreendedor é importante para o desenvolvimento da sociedade, pois é responsável por gerar empregos e novas oportunidades para os jovens através de programas, como o jovem aprendiz e programas de estágios, e, além disso, é responsável por movimentar a economia.

Todos têm em suas famílias indivíduos empreendedores. Dessa forma, o contato com empreendedores é comum entre os participantes. Na escola eles não têm a matéria de empreendedorismo, porém, mencionaram que já passaram brevemente por tópicos relacionados ao empreendedorismo na matéria de Geografia. Alguns já participaram de feiras de empreendedorismo organizadas pelo Senai, outros relataram que o contato que tiveram com algo parecido foi uma feira de empreendedorismo, evento que o colégio proporcionou aos alunos, propondo-lhes a criação de livros de poesia para serem vendidos no próprio evento, como forma de incentivar a criação e a inovação, bem como a prática dos negócios. Outro contato é a feira de ciências que a escola realiza todos os anos com os alunos da educação infantil.

Alguns já tiveram contato com o ambiente de trabalho e outros ainda esperam pela primeira experiência. Nessa etapa da entrevista, foi possível observar que alguns dos participantes já possuem comportamentos empreendedores e são capazes de influenciar os demais para que também adquiriram esta prática, algo que se deve à influência dos pais (que são empreendedores).

Para os entrevistados, as dificuldades que o empreendedor enfrenta no decorrer de sua prática são a falta de recursos financeiros, a falta de oportunidade, a dificuldade em conseguir mão de obra qualificada, bem como definir o público-alvo e manter o produto no mercado em meio à concorrência.

Ao final da entrevista foram feitas aos participantes duas perguntas que, de acordo com Dolabela (1999), norteiam o tema proposto. As respostas foram precisas e objetivas, o que mostrou que todos estavam realmente envolvidos com o tema. A primeira pergunta foi: Qual é o seu sonho? Com isso, foi obtido o resultado de que, nesse momento de suas vidas, é escolher a faculdade certa, passar no vestibular, ser bem-sucedido profissionalmente e fazer sempre o melhor.

Todos temos grandes sonhos e a conquista de cada um deles abre as portas para que outros possam nascer. E com esses jovens não é diferente: todos comentaram sobre outros sonhos que desejam realizar após a concretização dos atuais.

A segunda pergunta foi continuação da primeira: O que você deve fazer para transformar seu sonho em realidade? As respostas foram de comum acordo entre todos: é preciso se esforçar, correr atrás, não desistir, manter o foco principal, mesmo que em algumas circunstâncias não haja apoio de algumas pessoas, é preciso dedicar-se ao máximo, traçar um objetivo e fazer de tudo para alcançá-lo.

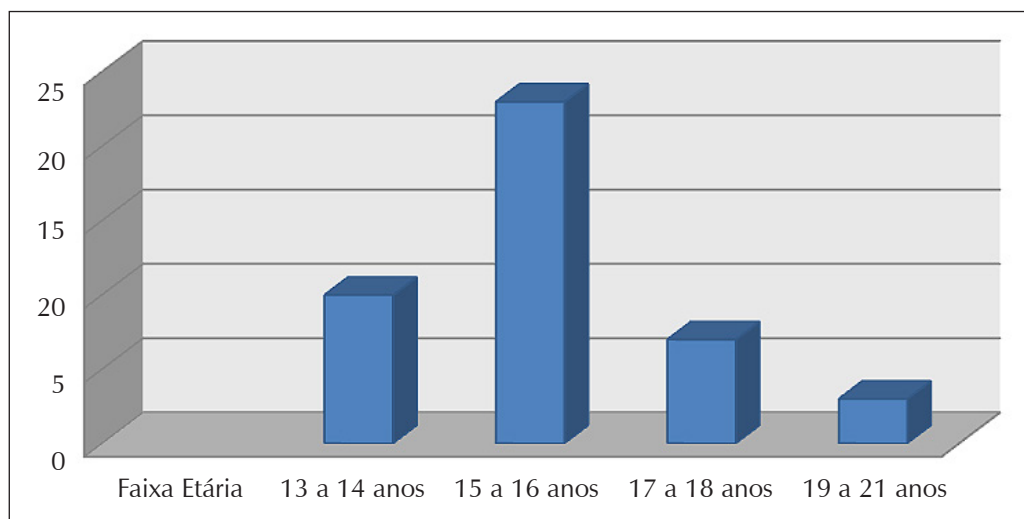
3.2 DADOS COLETADOS ATRAVÉS DO QUESTIONÁRIO

O formulário foi aplicado entre os dias 25 e 29 de maio através das redes sociais. Foi enviado aos candidatos um *link* para o preenchimento do questionário. Os entrevistados não precisaram se identificar, mantendo, dessa forma, o anonimato.

Entre os alunos pesquisados, percebe-se que a maior parte dos questionados (69,8%) é do sexo feminino e 30,2% é do sexo masculino. Este dado não interfere no resultado da pesquisa, porém foi válido para conhecer a distribuição dos entrevistados por gênero.

O GRÁF. 1 mostra a distribuição dos entrevistados por faixa etária: 23,3% estão entre 13 e 14 anos, 53,5% entre 15 e 16 anos, 16,3% entre 17 e 18 anos e 7% entre 19 e 21 anos. A maioria dos entrevistados está entre 15 e 16 anos, somando 23 entrevistados, ou seja, 53,5% do total.

GRÁFICO 1 – Faixa etária da amostra



FONTE: Os autores (2015)

Referente à escola em que os alunos entrevistados estudam, é possível observar, no segundo momento da pesquisa, que participaram alunos de nove escolas diferentes do município de São José dos Pinhais, sendo identificada apenas uma como instituição de ensino privado, o Colégio Tradição. As outras oito escolas são instituições da rede estadual pública de ensino.

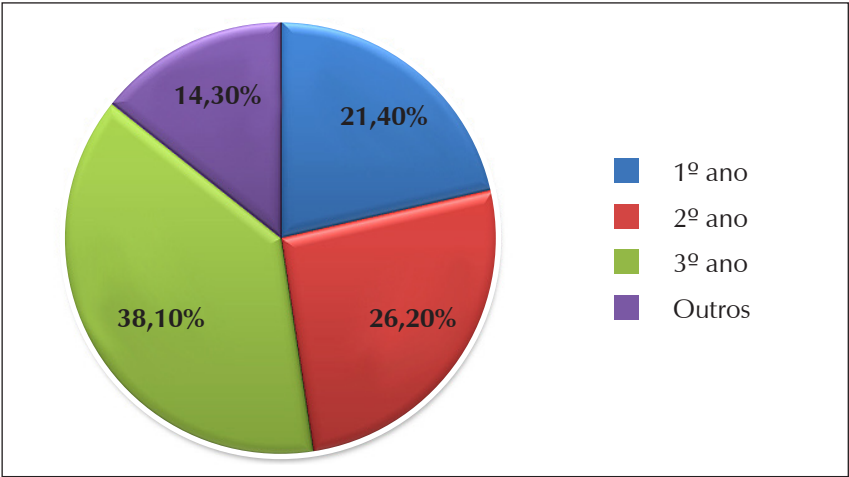
QUADRO 2 – Relação de escolas

Nome da Escola	Frequência	%
Escola Estadual Chico Mendes	1	2,33
Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen	3	6,98
Colégio Tradição	8	18,60
Escola Estadual Herbert de Souza	6	13,95
Colégio Estadual Costa Viana	13	30,23
Escola Estadual Anita Canet	2	4,65
Colégio Estadual Silveira da Motta	5	11,63
Colégio Estadual São Cristóvão	2	4,65
Colégio Estadual Lindaura Ribeiro Lucas	3	6,98
Total	43	100

FONTE: Os autores (2015)

Dos 43 entrevistados, 35 (que representam um total de 81,4%) estudam em escolas públicas da rede estadual de ensino e apenas 8 (18,6%) estudam em escolas privadas.

GRÁFICO 2 – Em qual série você está?



FONTE: Os autores (2015)

Em relação à série em que os alunos estudam, foi identificado que 21,4% estão no 1º ano do ensino médio, 26,2% no 2º ano do ensino médio e que 38,1% estão no 3º ano do ensino médio. Do restante, 14,3% dos entrevistados, alguns estão ainda no 9º ano do ensino fundamental e outros estão no 4º ano do ensino técnico de administração integrado, uma modalidade ofertada pelo Colégio Estadual Costa Viana para os alunos que concluem o ensino fundamental e querem alavancar seus conhecimentos através do curso técnico junto com o ensino médio.

Para Dornelas (2005, p. 39) “O empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades” Em uma das perguntas do questionário sobre o que é empreendedorismo, foi possível observar que a maioria dos entrevistados tem conhecimento sobre o que representa o tema. As respostas foram diferenciadas, porém, a maioria apresentou um resultado preciso sobre o tema, sendo que apenas seis dos entrevistados disseram que não sabem o que representa.

Os alunos mencionaram que empreendedorismo é: a criação de um novo negócio; a criação de um novo produto; a maneira de implantar mudanças dentro de uma organização; a capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios com iniciativa e inovação.

Outra resposta obtida dos alunos foi a de que empreendedorismo é a criação de soluções para problemas que dificultam a vida das pessoas e o empreendedor é aquele que transforma um sonho ou uma ideia em realidade, tirando-a do papel ou da imaginação.

Quando perguntado aos entrevistados se já participaram de uma feira de empreendedorismo, obteve-se o resultado de que 72,1% nunca participaram e que apenas 27,9% já participaram de alguma feira de empreendedorismo.

Quanto aos eventos proporcionados pelas escolas, como feira de empreendedorismo ou desenvolvimento de algum projeto durante o decorrer do ano, identificou-se que apenas 39,5% dos entrevistados declararam ter em suas escolas o desenvolvimento desses projetos. A amostra restante, que representa 60,5%, declarou que não ocorrem, em suas escolas, eventos e projetos relacionados ao tema.

Em relação ao trabalho, foi possível identificar que a maioria dos entrevistados (55,8%) ainda não trabalham, 25,6% já trabalham e 18,6% trabalham como estagiários com uma carga diária de quatro a seis horas. Esta foi uma informação muito importante para a pesquisa, pois, de acordo com Liberato (2007), durante o período do ensino médio os alunos passam por diversas inquietações sobre qual carreira seguir e como se preparar para o mercado de trabalho. A educação empreendedora se apresenta como uma maneira de preparar o jovem para esse mercado.

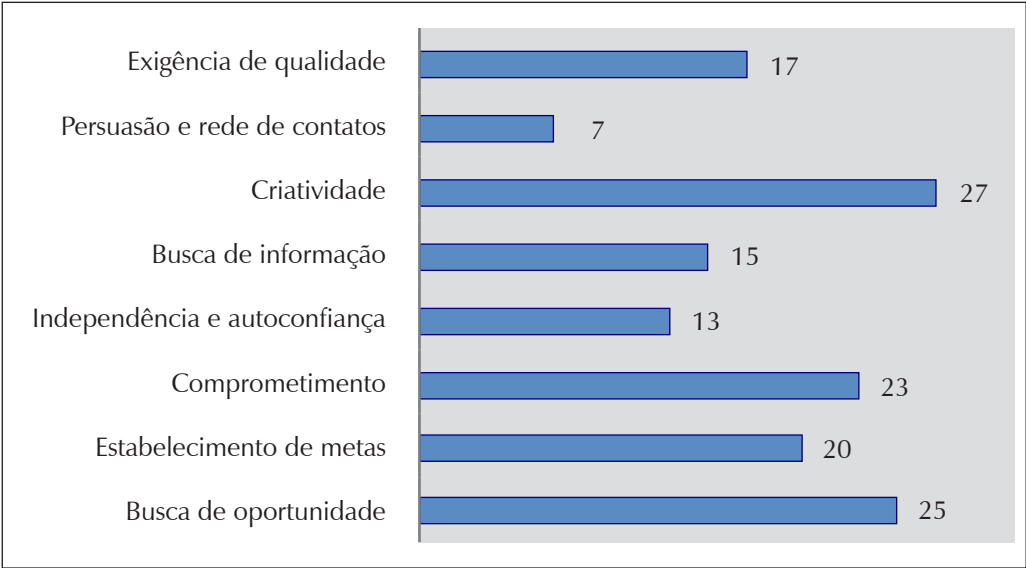
Quando perguntado aos alunos se a escola os prepara para o ambiente de trabalho, 53,5% dos entrevistados acreditam que sim e 46,5% acreditam que a escola não realiza esta preparação.

Com esse resultado é possível fazer uma observação: o ensino do empreendedorismo nas escolas é de extrema importância, pois auxilia na formação do aluno como cidadão e na sua compreensão acerca do mercado de trabalho (SOUZA, 2012).

Foi mencionado pelos entrevistados que quanto às escolas em que estudam: 69,8% dos estudantes não têm a matéria de empreendedorismo incluída na grade curricular, 23,3% possuem em sua grade curricular a matéria de empreendedorismo e 7% (identificados como outros) têm o tema ministrado como tópicos de outras matérias.

Quando perguntado aos entrevistados quais são os comportamentos comuns que identificam um empreendedor, obteve-se o resultado de que, para eles, a criatividade e a busca de oportunidade são os comportamentos mais importantes para a identificação de um empreendedor.

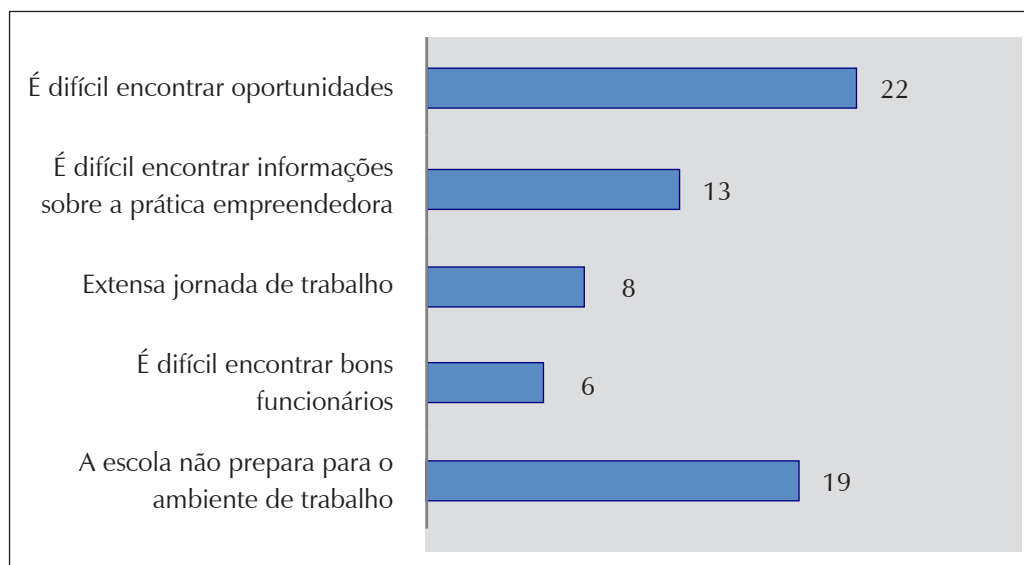
GRÁFICO 3 – Em sua opinião, quais são os comportamentos comuns que identificam um empreendedor?



FONTE: Os autores (2015)

Em relação às principais dificuldades encontradas para se tornar um empreendedor, tiveram maior destaque duas dificuldades: a primeira foi que é difícil encontrar oportunidades e a segunda é que a escola não prepara para o ambiente de trabalho.

GRÁFICO 4 – Em sua opinião, quais as principais dificuldades encontradas para se tornar um empreendedor?



FONTE: Os autores (2015)

Referente a se os participantes da pesquisa já tiveram contato com indivíduos empreendedores, obteve-se o resultado de que 58,1% já tiveram algum tipo de contato e que 41,9% ainda não tiveram contato com indivíduos empreendedores.

Quando perguntado aos entrevistados se o empreendedorismo é importante para o desenvolvimento da sociedade, foi possível identificar que a grande maioria dos entrevistados (representando 88,4% do total) compreende a importância que o empreendedorismo tem frente ao desenvolvimento socioeconômico.

As diversas respostas que compreenderam o motivo desta importância foram justificadas pelos alunos, que enxergam o empreendedor como uma pessoa muito importante para a sociedade, que está sempre inovando, criando coisas novas, enxergando oportunidades onde muitos não encontram e que é responsável pela geração de empregos e novas oportunidades para a sociedade.

A prática empreendedora é comum na família de 34,9% dos entrevistados (visto que possuem em suas famílias indivíduos empreendedores), enquanto o restante (65,1%) não tem em suas famílias indivíduos empreendedores.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Do ponto de vista dos entrevistados, o contato com indivíduos empreendedores ou até mesmo a matéria de empreendedorismo, incluída na grade curricular, contribui para que eles tenham um maior conhecimento sobre o mundo dos negócios e sobre as práticas empreendedoras.

Uma característica comum, identificada através da análise dos dados, é que o empreendedor é uma pessoa bem-sucedida e com boas ideias, capaz de transformar ideias em oportunidades. Esse conceito também é abordado por autores como Dornelas (2005).

Outro resultado importante foi que ao analisar as respostas fornecidas por alguns alunos do Colégio Estadual Costa Viana e do Colégio Estadual Herbert de Souza, foram apresentados resultados precisos sobre o tema. Uma referência que se pode fazer sobre este resultado é que alguns destes alunos já participaram do Projeto Caminhos, fornecido pela FAE São José dos Pinhais, para alunos pertencentes a escolas da rede pública de ensino. O projeto aborda em seu conteúdo temas como empreendedorismo, gestão do tempo, desenvolvimento pessoal e profissional e comportamentos adequados no ambiente de trabalho.

Dentre as dificuldades encontradas para se tornar um empreendedor, os entrevistados identificaram como principais a falta de oportunidade e a falta de preparação por parte da escola para o ambiente de trabalho. Com esses resultados foi possível identificar que as conclusões de Roese, Binotto e Büllau (2005) são de fundamental importância e completam o resultado desta pesquisa ao compreender que a inserção do estudo do empreendedorismo nas escolas contribui para a preparação e qualificação dos jovens e os prepara para a atividade empreendedora, bem como para o ambiente de trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade em termos econômicos e sociais.

CONCLUSÕES

A pesquisa realizada tinha como objetivo principal analisar como o conceito e a ação empreendedora são compreendidos e desenvolvidos por alunos da rede pública e privada de ensino no município de São José dos Pinhais.

Para a realização deste objetivo tivemos uma dificuldade, que foi a greve dos professores e funcionários da rede pública estadual de ensino, ocorrida em fevereiro de 2015. Superado esse limitador, foi possível obter resultados satisfatórios para a pesquisa, dentre os quais destacamos a disponibilidade dos jovens estudantes que participaram da pesquisa.

Os estudantes entrevistados compreendem que o empreendedorismo é importante para o desenvolvimento da sociedade e identificam as dificuldades enfrentadas na prática empreendedora, bem como alguns conceitos que norteiam o tema.

Ao final das análises dos resultados foi possível concluir que os entrevistados são jovens com um grande potencial e imaginação, motivados por atitudes capazes de atingir a concretização de seus objetivos e metas com base em ações empreendedoras.

Recomenda-se a continuação desse estudo, considerando a importância do tema empreendedorismo e sua compreensão, com uma pesquisa de levantamento de dados com um número maior de participantes. É de fundamental importância a propagação desse tema para os diversos segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS

DOLABELA, F. **A oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999.

_____. **Pedagogia empreendedora**: ensino de empreendedorismo na educação básica. Disponível em: <<https://fernandodolabela.wordpress.com/servicos-oferecidos/pedagogia-empreendedora>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Empreendedorismo para visionários**: desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação. Rio de Janeiro: Empreende, 2014.

_____. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócio. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLOBAL MONITOR ENTREPRENEURSHIP (GEM). **Empreendedorismo no Brasil**: relatório executivo. Curitiba: IBQP-PR, 2013.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 7. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIBERATO, A. C. T. **Empreendedorismo na escola pública**: despertando competências, promovendo esperança! Brasília: Sebrae, 2007. Disponível em: <http://www.oei.es/etp/empreendedorismo_escola_publica_teixeira.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2015.

LOPES, R. M. A. **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.

MALHEIROS, R. C. C.; FERLA, L. A.; CUNHA, C. J. C. A. **Viagem ao mundo do empreendedorismo**. 2. ed. Florianópolis: Instituto de Estudos Avançados, 2005.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Trad. Laura Bocco. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, J. **Manual do empreendedor**: como construir um empreendimento de sucesso. São Paulo: Atlas, 2009.

MORALES, S. A. **Empreendedorismo**. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2005.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

ROESE, A.; BINOTTO, E.; BULLAU, H. Empreendedorismo e cultura empreendedora: um estudo de caso no RS. In: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS. (Org.). **Gestão de negócios e desenvolvimento local**. Curitiba: Editora da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2005. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT28042012162613.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

SILVA, I. P. da. et al. Educação empreendedora na proposta curricular: despertando o interesse do aluno pela construção da sua aprendizagem. **Conhecimento em destaque**, Serra, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.soufabra.com.br/revista/index.php/cedfabra/article/view/33>>. Acesso em: 14. jan. 2015.

SOUZA, S. A. A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 15, n. 16, p. 77-94, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/Metodista-SP/EL/v15n26/v15n26a05.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

GESTÃO FISCAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Lorena Sibila Romano¹

Gustavo Nunes Mourão²

RESUMO

Este artigo se propõe a estudar os 399 municípios do Estado do Paraná (sendo que, dentre eles, 394 foram considerados na análise), os quais possuem características específicas e potencialidades diferentes para seu desenvolvimento, variando em número de habitantes, infraestrutura e disponibilidade orçamentária. O objetivo desta pesquisa é testar se existe correlação entre a gestão fiscal e o desenvolvimento humano de todos os municípios. Para alcançar esse propósito, foi utilizado como *proxy* para o desenvolvimento humano o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e para representar a qualidade da administração dos recursos públicos foi utilizado o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). O artigo inicia-se com o panorama geral do Estado do Paraná e posteriormente são explicadas as metodologias do IFGF e IDHM. Por fim, são apresentados os resultados empíricos, chegando-se à conclusão de que o IFGF possui correlação com o IDHM. O resultado encontrado foi de 6,28% no ano de 2010.

Palavras-chave: Paraná. Gestão Fiscal Municipal. Desenvolvimento Humano Municipal. Municípios.

¹ Aluna do 7º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: lorena.sibila@hotmail.com

² Mestre em Economia pela UEM. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: gustavo.mourao@fae.edu

INTRODUÇÃO

O Paraná é composto por 399 municípios, variando muito em número de habitantes, infraestrutura e disponibilidade orçamentária. Essa quantidade e diversidade está refletida nas contas públicas dos municípios, que muitas vezes não possuem arrecadação suficiente para cobrar seus gastos e acabam se tornando extremamente dependentes dos repasses efetuados pelo Governo Federal por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O número de habitantes é o fator determinante para a distribuição de recursos do FPM, pois, a partir desse indicador, é calculado o coeficiente de repasse do fundo, conforme o Decreto Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981). Com relação a esse quesito, o Paraná é bastante heterogêneo, sendo composto por 18 municípios com população superior a 100 mil habitantes e 202 com população inferior a dez mil.

É do senso comum atribuir os resultados do desenvolvimento econômico e social de um município à qualidade de sua gestão, dessa forma, pretende-se testar a validade dessa hipótese no Paraná.

Para avaliar a qualidade da gestão pública, será utilizado o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), o qual possui as seguintes características:

O indicador considera cinco quesitos: **IFGF Receita Própria**, referente à capacidade de arrecadação de cada município; **IFGF Gasto com Pessoal**, que representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, medindo o grau de rigidez do orçamento; **IFGF Liquidez**, responsável por verificar a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no exercício seguinte; **IFGF Investimentos**, que acompanha o total de investimentos em relação à receita líquida, e, por último, o **IFGF Custo da Dívida**, que avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores (SISTEMA FIRJAN, 2012, grifo do autor).

Esses cinco quesitos compõem um indicador representado por um número entre zero e um, sendo que quanto mais perto de um, é considerada melhor a gestão fiscal do município. Santana (2012), explica que:

O IFGF observa quatro conceitos, distribuídos da seguinte forma: Conceito “D”, Gestão Crítica do Município, com resultados sendo inferiores a 0,4 pontos. Conceito “C”, Gestão em Dificuldade, com resultados entre 0,4 e 0,6 pontos. Conceito “B”, resultado compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos, que compreende uma Boa Gestão e o Conceito “A”, para aqueles municípios que apresentam uma Excelente Gestão, com resultados superiores a 0,8 pontos.

Com relação ao IFGF no Paraná em 2010, a FIRJAN teve acesso aos dados de 394 municípios, dentre os quais, a maioria (84,3%) foi classificada com conceitos B ou C. Apenas 1,3% dos municípios paranaenses foram classificados com conceito A (excelente gestão); 33% com o conceito B (boa gestão); 51,3% apresentou conceito C (gestão em dificuldade) e 14,5% com conceito D (gestão crítica do município). Um percentual ainda muito expressivo (65,8%) dos municípios é classificado com conceitos C ou D, apresentando uma gestão em dificuldade ou crítica (SISTEMA FIRJAN, 2012).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que objetiva mostrar o grau de desenvolvimento de determinada região, combinando três indicadores: renda *per capita*, longevidade e escolaridade. Segundo Gremaud et al. (2011, p. 67), a partir desse índice (que vai de 0 a 1) foi construído um *ranking*, classificando [as regiões] em IDH alto (acima de 0,8), médio (entre 0,5 e 0,8) e baixo desenvolvimento (abaixo de 0,5). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) segue essa mesma metodologia.

Em âmbito nacional, o Paraná ocupa o 5º lugar no ranking do IDHM entre as demais Unidades da Federação, com 0,749, atrás do Distrito Federal (0,824), São Paulo (0,783), Santa Catarina (0,774) e Rio de Janeiro (0,761).

Pretende-se então verificar qual a relação entre a gestão fiscal e o desenvolvimento humano municipal nos 399 municípios do Paraná.

1 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de consulta bibliográfica para a caracterização do panorama geral da região e explicação da composição dos principais índices que compõem a pesquisa (IFGF e IDHM).

A partir dos dados do IFGF e do IDHM, encontrados no *site* da FIRJAN, aplicou-se o método dos mínimos quadrados ordinários, no qual, por meio de uma regressão linear simples, calculada por meio do *software* Microsoft Excel 2013®, procurou-se identificar o quanto do desenvolvimento humano é explicado pela qualidade da gestão fiscal do município. Como *proxy* para o desenvolvimento humano, utilizou-se o IDHM, sendo essa a variável dependente ou explicada (y) e como *proxy* para a qualidade da gestão fiscal foi utilizado o IFGF, sendo essa a variável independente ou explicativa do modelo (x).

Foram utilizadas na regressão o total de 394 observações, compreendendo o IFGF e o IDHM dos 399 municípios dos municípios do Paraná. Foram excluídos da análise os municípios de Brasilândia do Sul, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Goioerê e Santa Cecília do Pavão por falta de informação sobre o IFGF.

Verificou-se também por meio da plotagem dos resíduos que não havia a presença de heterocedasticidade e, por se tratar de uma regressão linear simples, não poderia ocorrer a multicolinearidade.

2 RESULTADOS

Os resultados são apresentados em quatro subseções: Panorama Geral, em que se discorre sobre finanças públicas e as respectivas funções do setor público; em seguida, é explicado sobre o IFGF e sua composição; e, por fim, o objetivo e metodologia do IDHM e Resultados Empíricos são apresentados.

2.1 PANORAMA GERAL

As Finanças Públicas são um ramo da ciência econômica que se preocupa em avaliar os gastos do setor público, isto é, de que maneiras serão pagos ou financiados esses gastos. Cabe-lhe ainda a captação de recursos, a administração e o gasto destes pelo Estado, atendendo as necessidades da população (GIAMBIAGI et al., 2005).

Conforme Gremaud (2006), sinteticamente, pode-se citar três funções que cabe ao setor público: função estabilizadora, função alocativa, e função distributiva. A função estabilizadora corresponde ao manejo da política econômica, para tentar garantir o máximo de emprego, crescimento econômico, e estabilidade de preços; a função alocativa garante a ação do governo, complementando a ação do mercado, no que diz respeito à alocação de recursos na economia. Nessa função, diagnosticam-se algumas falhas de mercado, resultantes de externalidades, de economias de escala e de bens públicos; e a função distributiva corresponde à função do governo em redistribuir a renda através dos impostos, transferências, subsídios e dos gastos com bens públicos (SOUZA, 2009, p. 3).

Para se mensurar a efetividade da gestão das finanças públicas e o cumprimento das funções atribuídas ao setor público com os recursos de que os municípios dispõem em seus orçamentos, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) criou o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF).

2.2 ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF)

O IFGF foi criado para auxiliar no aperfeiçoamento da gestão fiscal dos municípios, propondo esclarecer da melhor forma possível à sociedade a condução dos tributos pagos, como também uma avaliação de desempenho dos municípios brasileiros, com a publicação de um relatório fiscal desses municípios. Esta ferramenta de controle social contribui para o desenvolvimento de uma cultura de transparência e responsabilidade administrativa, como também para uma gestão mais prática e democrática.

A referência para o cálculo do IFGF é o Finbra (Finanças do Brasil), sendo a principal fonte de dados sobre as administrações públicas municipais e estaduais.

O Finbra é consolidado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que divulga o índice anualmente, baseado nas informações orçamentárias e patrimoniais declaradas pelos próprios municípios. Os anos anteriores são recalculados a partir das versões mais recentes dos arquivos Finbra, para cada nova edição do IFGF.

Todos os dados oficiais referentes às despesas, receitas, ativos e passivos dos entes públicos brasileiros estão de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fornecendo os subsídios técnicos adequados para a pesquisa.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabelece, em regime nacional, os parâmetros relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro. Bruno (2007), afirma que a LRF cria um ambiente fiscal mais favorável, sedimentado pelos efeitos positivos do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), da reestruturação das dívidas dos estados e municípios, da reorganização do sistema bancário estadual e de outras medidas de ajuste fiscal implementadas pelos governos estaduais e municipais.

Os governos municipais, assim como qualquer outro agente econômico, enfrentam uma restrição orçamentária, dada pelo seu nível de receita. Como defende Pereira (1999), o orçamento público é um instrumento de planejamento e de controle da administração pública e representa, sem dúvida alguma, a mais importante fonte de informação e controle democrático do Estado.

Giacomini (2009) comenta que diversas correntes doutrinárias no campo da economia têm procurado explicar as causas que determinam o crescimento das despesas públicas. Dentre elas, um estudo feito pelo norte americano Gerhard Colm concluiu que as causas do crescimento dos gastos públicos seriam de quatro tipos, todos inter-relacionados:

1. A necessidade de serviços públicos;
2. O desejo de melhores serviços públicos;
3. Os recursos disponíveis para utilização pelo governo;
4. O custo dos serviços públicos.

Diante disso, os municípios possuem fontes de financiamento disponíveis, que são: a Receita Corrente (RC), composta pelas receitas tributárias próprias do município e pelas transferências de outros entes governamentais; o endividamento, representado pela variação da dívida; e o artifício da postergação de despesas, contabilizado por meio dos Restos a Pagar (RAP).

A partir da restrição orçamentária, a FIRJAN elaborou os indicadores para mensurar e acompanhar anualmente a gestão fiscal dos municípios brasileiros. Os indicadores avaliados que compõem o IFGF são: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. Para a composição do índice, os quatro primeiros têm peso 22,5% e o último 10,0% no resultado do valor agregado final do índice, conforme representado na FIG. 1:

FIGURA 1 – Composição do IFGF

IFGF				
Receita Própria	Investimentos	Gastos com Pessoal	Liquidez	Custo da Dívida
Capacidade de arrecadação	Capacidade de fazer investimentos	Grau de rigidez do orçamento	Utilização do artifício dos restos a pagar sem cobertura	Custo da dívida de longo prazo
Receita Própria	Investimentos	Pessoal	Restos a Pagar	Juros e Amortização
Rec. Corrente Líquida	Rec. Corrente Líquida	Rec. Corrente Líquida	Ativo Financeiro	Rec. Líquida Real
22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	10,0%

FONTE: Sistema FIRJAN (2014)

2.2.1 IFGF Receita Própria

O IFGF Receita Própria mede o total de receitas geradas pelo município, em relação ao total da Receita Corrente Líquida (RCL). O índice permite avaliar o grau de dependência das prefeituras no tocante às transferências dos estados e da União.

Conforme Afonso e Araújo (2001), a receita própria municipal (não computadas as transferências recebidas) vem apresentando excelente desempenho nos últimos anos. Desde a promulgação da Constituição de 1988 até 2000, o volume de recursos próprios dos municípios elevou-se em cerca de R\$ 12,2 bilhões, um acréscimo de aproximadamente 196%. De acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2000, a receita tributária municipal atingiu um dos maiores níveis históricos: cerca de 1,7% do PIB, mais de R\$ 18 bilhões anuais, montante que supera a principal transferência federal líquida, o Fundo de Participação Municipal (FPM), da ordem de R\$ 13 bilhões.

Nesse contexto, o que verifica o grau de autonomia dos municípios é o indicador Receita Própria. Quanto mais próximo de 1 o IFGF Receita Própria for, menor será a dependência de recursos provenientes das transferências constitucionais e voluntária de outros entes.

Como o sistema federativo é formado com base em transferências, principalmente para atender demandas da saúde e educação, os municípios não podem depender somente de suas receitas próprias. Dessa forma, esse indicador foi constituído considerando que os municípios devem gerar receitas próprias equivalentes à metade de suas receitas correntes líquidas. Então, os municípios que não têm receita própria recebem 0,00 enquanto que aqueles que geram 50% ou mais da sua RCL recebem 1,00 no IFGF Receita Própria.

2.2.2 IFGF Gastos com Pessoal

O IFGF Gasto com Pessoal representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, em relação ao total da Receita Corrente Líquida (RCL). Tendo em vista que esse é o gasto com maior participação na despesa total de um município, Velloso (2006) comenta que é uma despesa rígida, uma vez que não se pode reduzir ou recusar o pagamento de salários e aposentadorias de servidores, que têm seus valores fixados em lei. O índice mede o grau de rigidez do orçamento, ou seja, o espaço de manobra da prefeitura para execução das políticas públicas, em especial dos investimentos.

Nesse panorama, a LRF estipulou para os estados e municípios um limite superior para gastos com pessoal em 60% da corrente líquida. Além disso, definiu metas fiscais anuais e a exigência de apresentação de relatórios trimestrais de acompanhamento. Estabeleceu, ainda, mecanismos de controle das finanças públicas em anos eleitorais e proibiu socorro financeiro entre a União e os governos subnacionais, além de estabelecer punições caso as normas estabelecidas não sejam cumpridas.

Na construção do índice, foram adotados dois parâmetros: o primeiro utiliza a nota de corte de teto de 60% da RCL. O segundo considera como o menor valor o percentual de 30% da RCL, ou seja, metade do limite legal da LRF. Portanto, o município que superar os 60% receberá 0,00 no IFGF Gastos com Pessoal e o que registrar percentual inferior ou abaixo disto receberá 1,00. Ao analisar os resultados, elenca-se que quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento do orçamento com a folha de salários do funcionalismo municipal, e isso resulta em um volume maior de recursos para as prefeituras executarem suas políticas públicas.

2.2.3 IFGF Investimentos

O IFGF Investimentos acompanha o total de investimentos em relação à RCL. Ruas pavimentadas, iluminação pública de qualidade, transporte eficiente, escolas e hospitais bem equipados são exemplos de investimentos municipais capazes de aumentar a produtividade do trabalhador e promover o bem-estar da população.

O objetivo do IFGF Investimentos é medir a parcela dos investimentos nos orçamentos municipais. Estabeleceu-se uma nota de corte para este indicador: para os municípios que investiram mais de 20% da sua RCL foi atribuída nota 1,00. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras.

2.2.4 IFGF Liquidez

O IFGF Liquidez verifica a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no exercício seguinte, ou seja, se as prefeituras estão postergando pagamentos de despesas para o exercício seguinte sem deixar recursos suficientes para cobri-los.

Para Alesina e Perotti (1996), Mendes e Rocha (2003), bem como Loureiro e Abrucio (2003), o endividamento só ocorre em virtude da ausência de instituições orçamentárias apropriadas para a manutenção da performance fiscal dos entes subnacionais (estados e municípios). Com a ausência de restrições orçamentárias, abre-se espaço para o endividamento crescente dos governos subnacionais, os quais recorrem a empréstimos e financiamentos para além de sua capacidade de pagamento.

A LRF estabelece regras de controle fiscal a fim de conter os déficits públicos e o endividamento das unidades da federação. Assim, ela instituiu que no último ano de mandato, o município possua recursos suficientes para sanar o montante dos restos a pagar. O IFGF Liquidez foi concebido seguindo essa lógica. Se o município possuir mais restos a pagar do que recursos, sua nota será 0,00, se estiver mais próximo de 1,00, isso indica que o município está postergando menos pagamentos para o exercício do ano seguinte.

2.2.5 IFGF Custo da Dívida

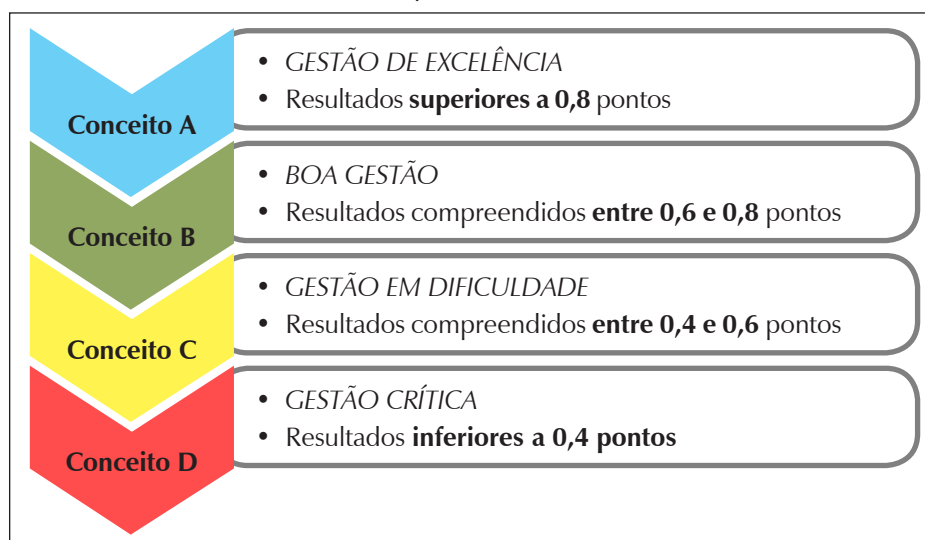
O índice avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores. À vista disso, em um ambiente de recursos próprios limitados, o crescimento desse tipo de despesa diminui os recursos livres para a plena execução dos programas de governo, especialmente os investimentos.

Com a renegociação das dívidas de estados e municípios, feita com o Governo Federal, em 1997 e 2001, os governos locais ficaram sujeitos a diversas vedações no que concerne à emissão de títulos domésticos ou externos. Posteriormente, a LRF impediu que a União renegociasse as dívidas dos municípios contraídas com instituições privadas. Com isso, os municípios ficaram com acesso limitado à contratação de dívida.

Após a promulgação da LRF, o Senado Federal editou a Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, que estipula que, a partir de 2016, as dívidas consolidadas líquidas não poderão ser superiores a 200% das receitas correntes líquidas, no caso dos estados, ou a 120%, no caso dos municípios.

O IFGF Custo da Dívida segue os valores compreendidos entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com juros e amortizações referentes a empréstimos obtidos por meio da emissão de títulos em anos anteriores.

FIGURA 2 – Classificação conforme pontuação no IFGF



FONTE: Os autores (2015)

Em síntese, a pontuação do IFGF varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação (SISTEMA FIRJAN, 2014). Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram configurados quatro conceitos para o IFGF, distribuídos conforme a FIG. 2.

O índice FIRJAN estimula a cultura da transparência e responsabilidade administrativa, facilitando o acesso às contas municipais, além de disponibilizar à sociedade a demonstração de como os tributos pagos pela sociedade estão sendo administrados pelas prefeituras, avaliando o desempenho desses municípios.

2.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

O conceito de Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que, para medir o avanço na qualidade de vida de uma população, é preciso ir além do viés puramente econômico e analisar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades.

No início da década de 1990, foi lançado pela ONU o índice de IDH, que se propõe a verificar o grau de desenvolvimento de um país utilizando alguns indicadores de desempenho. O IDH logo passou a ser a mais conhecida medida de desenvolvimento humano.

O objetivo da criação do IDH foi o de apresentar um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a questão econômica do desenvolvimento, sendo uma medida insuficiente para avaliar a qualidade de vida das pessoas. Isso já fica evidente na década de 1950 quando, de acordo com Torres, Ferreira e Dini (2003), “em 1954 um grupo de especialistas das Nações Unidas propôs que, além da dimensão monetária, outras dimensões deveriam ser consideradas na avaliação da qualidade de vida das pessoas”.

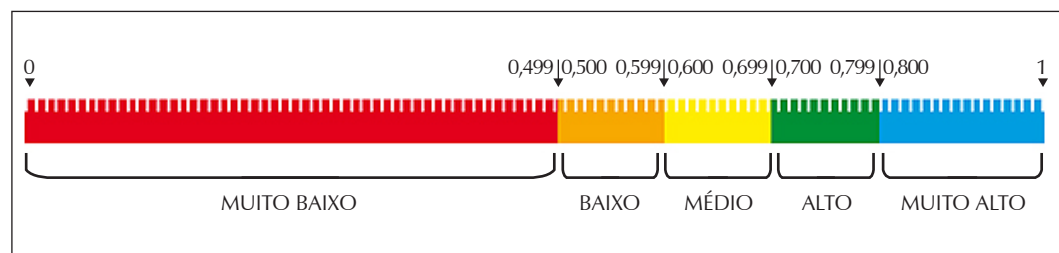
O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios brasileiros, sendo desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Atlas do Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro (FJP), com dados do Censo Demográfico. Em 1998, foi então criado o IDHM, para medir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, refletindo seus respectivos desafios e especificidades regionais. Ele é basicamente composto pelos mesmos indicadores do IDH Global (saúde, educação e renda), mas alguns indicadores são diferentes.

Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar sua metodologia, adequando-a ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais, a partir de dados do Censo Demográfico de 2010.

O IDHM é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal. O IDHM e os indicadores de suporte ficam reunidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013.

Em termos numéricos, o índice é calculado de 0 a 1, sendo os municípios brasileiros agrupados em “Muito Baixo” (de 0 a 0,499), “Baixo” (de 0,500 a 0,599), “Médio” (de 0,600 a 0,699), “Alto” (de 0,700 a 0,799) e “Muito Alto” (0,800 a 0,999).

FIGURA 3 – Faixas de desenvolvimento humano municipal



FONTE: PNUD, IPEA e FJP (2013, p. 4)

Vale ressaltar que não se pode comparar o IDHM de um município e o IDH de um país. O IDHM tem como inspiração o IDH, mas diferencia-se do cálculo deste em função dos ajustes que sofre para melhor se adequar à realidade brasileira.

QUADRO 1 – Composição comparativa do IDH global e IDH municipal

	Longevidade	Educação		Renda
		População Adulta	População Jovem	
IDHM Brasil	Esperança de Vida ao Nascer	18+ com fundamental completo (peso 1)	%5-6 na escola; %11-13 nos anos finais do fundamental; %15-17 com fundamental completo; %18-20 com médio completo; (peso 2)	Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ ago/2010)
IDH Global	Esperança de Vida ao Nascer	Média de Anos de Estudo para os 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional <i>per capita</i> (US\$ ppp2005)

FONTE: PNUD, IPEA e FJP (2013, p. 1)

O IDHM está dividido em três dimensões principais, as quais serão abordadas a seguir.

2.3.1 IDHM Longevidade

O IDHM Longevidade considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período.

A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, uma vez que resume em um único número o nível e a estrutura de mortalidade de uma população. Ela sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade do município ao considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes.

Dois blocos de indicadores do Atlas Brasil 2013 podem ser utilizados como *proxy* para a avaliação das condições de saúde. O primeiro bloco, composto de indicadores de longevidade e mortalidade, inclui a taxa de mortalidade infantil, as probabilidades de morte até 5, 40 e 60 anos de idade e a esperança de vida ao nascer. O segundo bloco é composto pela taxa de fecundidade total. A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores mais significativos, pois traduz o impacto das condições socioeconômicas da área geográfica de referência do recém-nascido. Quanto mais desenvolvida for uma região, mais a mortalidade infantil se relaciona a causas endógenas, determinadas pelos riscos de mortalidade neonatal (primeiros 28 dias de vida).

Nas regiões menos desenvolvidas, além das causas endógenas, acrescentam-se, de forma determinante, as causas exógenas, entre elas a desnutrição e as doenças infecciosas e respiratórias. As probabilidades de morte espelham privações em distintas etapas da vida, em que diferentes causas atuam negativamente. O comportamento da taxa de fecundidade total vincula-se às transformações vivenciadas pela população brasileira na chamada “transição demográfica”, na qual a rápida queda dos níveis de fecundidade determinou o volume populacional e a nova configuração nacional em termos de estrutura etária.

2.3.2 IDHM Educação

O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.

A escolaridade da população adulta reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira, dado o contexto histórico nacional, deveria ter completado, ao menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional. O fluxo escolar da população jovem acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação: entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Esta composição envia uma mensagem importante: de que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas.

Além dos 5 indicadores que compõem o IDHM Educação, o Atlas Brasil apresenta inúmeros outros que permitem uma visão mais completa e detalhada da situação do município nesta dimensão, abordando, para faixas etárias diferenciadas, os temas analfabetismo, grau de escolaridade (fundamental completo, médio completo, superior completo) e frequência escolar (frequência bruta, líquida, atraso escolar). O Atlas também apresenta a variável Anos Esperados de Estudo, que é uma adaptação metodológica da métrica usada no IDH Global, mas considerando 12 anos como máximo de anos de estudos da educação formal e ajustando estes valores para repetência (ATLAS..., 2014).

2.3.3 IDHM Renda

O IDHM Renda considera a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais de 1º de agosto de 2010. Esse é um indicador da capacidade dos habitantes do município, a fim de garantir um padrão de vida capaz de assegurar as necessidades básicas, como água, alimentação e moradia.

Os valores são obtidos das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico. O indicador corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no município, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos. Os valores dos rendimentos apurados a partir do Censo Demográfico de 1991 e 2000, em cruzeiros de 1º de setembro de 1991 e em reais de 1º de agosto de 2000, foram convertidos em reais constantes de 1º de agosto de 2010 (data de referência do Censo de 2010). Para isso, foi utilizada a série do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) do IBGE (convertida em uma série centrada no primeiro dia de cada mês), mas, considerando-se que essa série subestimou em 22,25% a inflação em julho/1994, aplicou-se, a partir dessa data, um fator corretor de 1,2225.

Além da renda per capita municipal, o Atlas inclui, como suporte à análise dessa dimensão, diversos indicadores de desigualdade de renda (renda *per capita* por quinto da população, razão entre a renda per capita dos 10% e dos 20% mais ricos e a renda *per capita* dos 40% mais pobres, índices de Gini e de Theil) e de pobreza (considerando 3 linhas de pobreza – R\$70, R\$140 e R\$255). Para o cálculo desses indicadores, adota-se a renda domiciliar *per capita*, tomando-se como pressuposto que, em um mesmo domicílio, todas as pessoas têm o mesmo rendimento.

2.4 RESULTADOS EMPÍRICOS

A partir desses indicadores, foi efetuada uma regressão simples entre o IDHM e o IFGF do ano de 2010. Utilizou-se o IDHM como variável explicada e o IFGF como variável explicativa. O modelo estimado pode ser descrito por meio da seguinte função:

$$\widehat{\text{IDHM}} = 0,660525313 + 0,076664489 * \text{IFGF} \quad (1)$$

O coeficiente de explicação (R^2) encontrado pelo modelo foi igual a 0,062824604, indicando que cerca de 6,282% do IDHM pode ser explicado pelo IFGF, conforme mostra a TAB. 1.

TABELA 1 – Análise da regressão

Estatística de Regressão									
R múltiplo	0,250648367								
R-Quadrado	0,062824604								
R-quadrado ajustado	0,06043385								
Erro padrão	0,037423884								
Observações	394								
ANOVA									
	gl	SQ	MQ	F	F de significação				
Regressão	1	0,0368038	0,036804	26,27815963	4,652893479				
Resíduo	392	0,549014464	0,001401						
Total	393	0,585818264							
	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%	
Interseção	0,660525313	0,008274679	79,82488	1,5203E-244	0,644257011	0,676793615	0,644257011	0,676793615	
IFGF (x)	0,076664489	0,014955357	5,126223	4,65289E-07	0,047261748	0,10606723	0,047261748	0,10606723	

FONTE: Os autores (2015)

Os resultados empíricos sugerem que realmente existe uma correlação entre a qualidade da gestão fiscal e o desenvolvimento humano dos municípios do Paraná, e que esta responde por mais de 6,2% do IDHM que o município apresenta. Os outros fatores que implicam no desenvolvimento parecem explicar de forma mais abrangente a condição do desenvolvimento humano nos municípios, embora a gestão fiscal tenha se mostrado significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como principal objetivo mensurar o impacto do IFGF no IDHM dos municípios do Paraná. Com base nos estudos realizados, foram analisados dados estatísticos e foi verificada a correlação estatística entre o IFGF e IDHM.

O IFGF é uma ferramenta utilizada com intuito de contribuir com a avaliação da qualidade da gestão dos municípios, e o IDHM acompanha o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, levando em consideração longevidade, educação e renda. Com base nesses índices, testaram-se as hipóteses de que a qualidade da gestão municipal no Paraná possui correlação com o desenvolvimento humano nos municípios.

Constatou-se que a qualidade da gestão pública responde por 6,282% do IDHM, revelando que ela possui influência direta sobre o desenvolvimento humano dos municípios do Paraná.

Dessa forma, verificou-se que existe uma correlação entre as duas variáveis, e pôde-se ainda quantificar a influência do IFGF no IDHM. Obviamente, outras variáveis influenciam também o desenvolvimento humano na região, o que pode ser fruto de novos estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R. R.; ARAÚJO, E. A. **A capacidade de gasto dos municípios brasileiros:** Arrecadação própria e receita disponível. Junho, 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001530.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 1.881, de 27 de agosto de 1981. Altera a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a reserva do fundo de participação dos municípios – FMP e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 28 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1881.htm>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- _____. Tesouro Nacional. **Lei de Responsabilidade Fiscal:** dívida pública federal. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/lei-de-responsabilidade-fiscal>>. Acesso em: 17 nov. 2014.
- BRUNO, R. M. **Lei da responsabilidade fiscal & orçamento público municipal**. Curitiba: Juruá, 2007.
- BURKHEAD, J. **Orçamento público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- CORBARI, E. C. et al. **Os efeitos da Lei da Responsabilidade Fiscal no endividamento municipal:** uma análise de dados em painéis. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos92009/324.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- GERICK, W.; CLEMENTE, A.: Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 3, maio/jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000300009>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- GIACOMINI, J. **Orçamento público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2003.
- GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GREMAUD, A. P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- PEREIRA, J. M. **Finanças públicas:** a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 1999.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Faixas IDHM. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2013. Acesso em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-do-brasil.pdf>>. Disponível em: 28 jun. 2015.
- _____. Metodologia. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2013. Acesso em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/metodologia-idhm.pdf>>. Disponível em: 28 jun. 2015.
- ROCHA, C. A. A. **Dívida e dúvidas:** análise dos limites globais de endividamento de Estados e Municípios. Brasília: Senado Federal. 2007. (Textos para Discussão, n. 34). Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-34-dividas-e-duvidas-analise-dos-limites-globais-de-endividamento-de-estados-e-municipios>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

SANTANA, R. Fundo de Participação do Município: como aumentar o valor?. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 17, n. 3341, ago. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22488>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

SANTOLIN, R.; JAIME JÚNIOR, F. G.; REIS, J. C. dos. Lei de Responsabilidade Fiscal e implicações na despesa de pessoal e de investimento nos municípios mineiros: um estudo com dados em painel dinâmico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 4 out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612009000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SISTEMA FIRJAN. **FIRJAN**: quase 65% dos municípios do país têm situação fiscal boa ou excelente, 4 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC360FD0D40136227FDC486FF4.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. **IFGF Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**: metodologia, v. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC4061424F014141B81B560D53>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)**. Disponível em: <www.firjan.org.br/ifgf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SOUZA, J. A. P de. **Uma análise da evolução recente das finanças públicas do Paraná**. 2009. 76 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/20921/Dissertao_joseli_correo_pdf.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jun. 2015.

TORRES, H. da G.; FERREIRA M. P.; DINI N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300009>. Acesso em: 28 jul. 2015.

VASCONCELOS, J. R. (Coord.); CASTRO, D. **Paraná**: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90. Brasília, n. 624, fev. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0624.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

VELLOSO, R. **Ajuste do gasto da união e retomada do crescimento econômico**. São Paulo: ETCO, 2006.

A LIDERANÇA DE NÍVEL 5 NAS MAIORES EMPRESAS PRIVADAS BRASILEIRAS

Alexandre Milléo Handar¹
Joslane Chemim Duarte²

RESUMO

A liderança se encontra no centro de discussões do mundo corporativo. O professor e consultor estadunidense Jim Collins efetuou a publicação de um livro intitulado *Empresas feitas para vencer*, em que descreve um tipo de liderança denominado Liderança Nível 5. Segundo Collins (2006), humildade pessoal e extrema vontade profissional são as principais características da Liderança de Nível 5. O estudo se propõe a pesquisar se as maiores empresas privadas brasileiras utilizam esse estilo de liderança. A metodologia utilizada é a pesquisa exploratória e documental. Diante dos dados levantados, observa-se que a maioria das empresas estudadas utiliza um estilo de liderança que apresenta algumas características que se aproximam da Liderança Nível 5, mas ainda necessitam de aperfeiçoamento. A única empresa entre as pesquisadas que utiliza as ideias de Collins é o Grupo Pão de Açúcar, em virtude de ter treinado seus executivos e colaboradores sobre esse estilo de gestão. Esta é uma pesquisa que pode ser aprofundada em estudos futuros para colaborar com meio acadêmico e corporativo.

Palavras-chave: Liderança. Empresas. Gestão.

¹ Aluno do 3º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: alexandrehandar@hotmail.com

² Mestre em Engenharia da Produção pela UFSC. Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: joslane.duarte@fae.edu

INTRODUÇÃO

O tema liderança se encontra no centro da discussão do ambiente corporativo mundial. A quebra de paradigma que modificou as relações de trabalho e produção a partir da metade do século passado, no qual se considera a ruptura do modelo fordista, tornou necessário transformar a forma de conexão entre comandante e comandado.

Essa transformação se deu em um sentido de valorização da pessoa humana, compreendendo que esse recurso essencial não é dotado de um preço, mas sim de dignidade e, como tal, deve ser observado como ativo essencial de qualquer organização, em especial àquelas que têm o objetivo de se tornar excelentes.

O renomado autor e consultor estadunidense Jim Collins (considerado no mundo dos negócios como o possível sucessor de Peter Drucker), ao pesquisar um grupo de empresas que obtiveram um desempenho superior à média de mercado durante um período de quinze anos ou mais, encontrou um tipo de liderança que era constante nessas organizações. Em seu livro *Empresas feitas para vencer (Good to Great)*, Collins (2006) detalha o estilo de Liderança de Nível 5 em relação aos outros estilos existentes.

O líder de nível 5 é aquele que prima pela excelência da companhia, transformando sua ambição e canalizando seu ego em prol de um bem comum da corporação (COLLINS, 2006). As principais características desse tipo de liderança aliam extrema humildade pessoal a uma firme vontade profissional.

A pesquisa realizada pelo autor estadunidense centrou o foco na avaliação de companhias dos Estados Unidos, a partir de dados da revista *Fortune*. Foram consideradas excelentes as empresas que saltaram de resultados bons para excelentes e se mantiveram por um período de tempo de quinze anos ou mais com desempenho acima da média de mercado. Nota-se que o autor utilizou de metodologia própria, de alto grau de complexidade e pesquisa. Dentre as ferramentas de análise, Collins (2006) compreendeu como aspecto importante expor à comunidade acadêmica a forma de liderança encontrada nas companhias excelentes, que, em sua totalidade, apresentaram líderes que abdicaram de sua promoção pessoal para que toda a notoriedade recaísse sobre a empresa e, indiretamente, sobre a equipe ora liderada.

Este estudo questiona se as maiores empresas brasileiras privadas utilizam a Liderança de Nível 5. Para isso, é necessário primeiramente estabelecer os critérios para a seleção das empresas e em seguida selecioná-las.

1 LIDERANÇA

O tema liderança tem sido investigado e pesquisado abundantemente e de várias maneiras. A importância do assunto deve-se ao impacto que tem sobre as pessoas e o atingimento dos objetivos organizacionais.

Por meio das numerosas publicações existentes sobre o assunto, percebe-se que a liderança vem sendo estudada há muito tempo e que existem vários conceitos e diferentes enfoques. Nesse sentido, é necessário definir o que é liderança, tendo-se em vista que as definições existentes sobre o tema é tão vasta quanto estudiosos que se dedicaram a compreendê-la.

Drucker (2002) aborda a liderança como um meio para alcançar os objetivos ora propostos. Sendo assim, para o autor, líder é alguém que possui seguidores, visto que, sem seguidores, não existem líderes. Jones e George (2008, p. 495) abordam a liderança como o “processo pelo qual uma pessoa exerce influência sobre outras pessoas e inspira, motiva e dirige suas atividades para ajudar a atingir os objetivos de grupo e organizacionais”.

1.1 TEORIAS DE LIDERANÇA

Tratando-se de um processo de suma importância dentro das organizações e grupos sociais, a liderança foi observada e passou por diversos estágios durante os séculos. Antes era compreendida por uma abordagem genética em que o líder assim nascia e não poderia desenvolver essa habilidade. O modelo de liderança de traço estabelecia certas características comuns a pessoas que chegaram a uma posição de líder, dentre elas estão: a inteligência, a experiência, a autoconfiança, a energia, a maturidade e a integridade. Aqueles que não tinham os traços característicos não seriam líderes. Porém, encontrou-se certa discrepância nos resultados, tendo em vista que não garantiriam a posição de liderança, podendo apenas aumentar a probabilidade de alcançá-la.

Em um segundo momento, devido aos resultados incompletos do modelo de traço, buscou-se compreender a liderança por meio do comportamento dos líderes. Assim, procurou-se diferenciar o comportamento dos líderes de seus seguidores e identificou-se a consideração e a estrutura de inicialização como a forma de influenciar seus subordinados. A consideração, no entendimento de Jones e George (2008, p. 503), é o “comportamento indicativo de que o gerente confia, respeita e se importa com os subordinados”. A estrutura de inicialização é “o comportamento que os gerentes adotam para garantir que o trabalho seja feito, que os subordinados desempenhem suas tarefas

de maneira aceitável e que a organização seja eficiente e efetiva” (JONES; GEORGE, 2008, p. 503). Nota-se que esse modelo já trazia a capacidade de aprendizado da liderança e não apenas algo intrínseco à pessoa do líder.

Após as características e o comportamento não satisfazerem as necessidades de explicação da liderança, foi trazido à luz do debate o contexto ou a situação em que a liderança está inserida. Nesse aspecto, destaca-se o modelo contingencial de Fred E. Fiedler, que procurou determinar porque existem líderes específicos para cada situação, certas pessoas destacam-se em alguns momentos e sucumbem em outros posteriores. Utilizou-se, para isso, de estilos de líderes, seguindo características pessoais, e determinou-se que há aqueles que são voltados a estabelecer bons relacionamentos com os subordinados, e, por outro lado, aqueles que seriam orientados para a realização das tarefas (JONES; GEORGE, 2008).

Segundo Newstrom (2008), o modelo contingencial de Fiedler baseia-se na distinção entre a orientação para a tarefa e a orientação para o funcionário, bem como sugere que o estilo mais apropriado de liderança depende da situação geral mostrar-se favorável, desfavorável ou em um estágio intermediário na relação líder – membro.

Outro modelo situacional, apresentado pelo pesquisador Robert House, foi a Teoria do Caminho-Objetivo, embasada na Teoria da Expectativa da Motivação. Para Jones e George (2008, p. 509), a Teoria Caminho-Objetivo:

[...] propõe que os líderes são capazes de motivar os subordinados identificando seus resultados desejados, recompensando-os pelo alto desempenho e pelo cumprimento dos objetivos de trabalho com esses resultados desejados e esclarecendo quais caminhos levam ao cumprimento dos objetivos de trabalho.

Também merece destaque no modelo Contingencial, o de Substituto da Liderança, o qual determina que, por vezes, a liderança era desnecessária, pois os próprios liderados ou mesmo a situação atuariam em substituição ao líder. Segundo Newstrom (2008, p. 171), “um líder também pode carecer dos traços, do conhecimento e das capacidades, necessários para desempenhar efetivamente tais papéis, ou até mesmo não estar presente em todas as ocasiões”.

Na década de 1980, surgiram as teorias neocarismáticas, quando apareceu a figura do líder carismático com olhar essencialmente positivo das situações e como elas poderiam contribuir para o desenvolvimento organizacional.

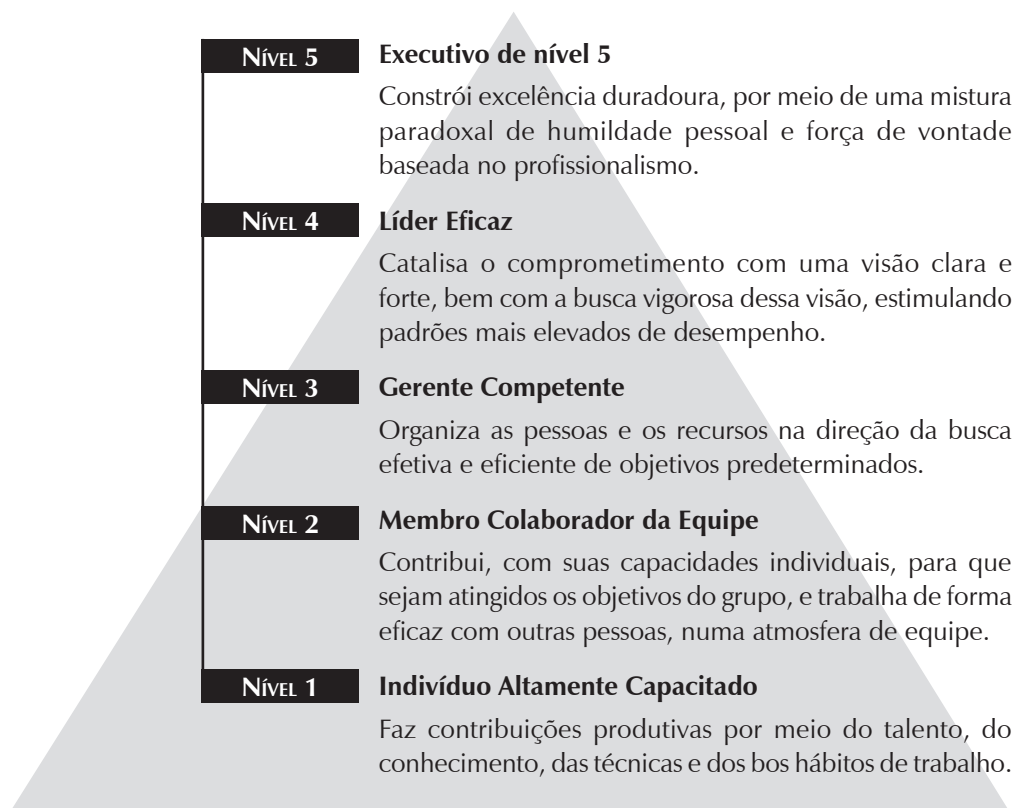
A Liderança Transformacional está entre estas teorias e afirma que o líder transforma os subordinados de forma que estes se conscientizem da sua importância e do seu desempenho na organização e, além disso, de que não somente o seu desenvolvimento é importante: aprendem a pensar na organização e não apenas em seus próprios interesses e necessidades (JONES; GEORGE, 2008).

Ainda nesse modelo, há a Liderança Transacional, na qual a forma encontrada para motivação é a recompensa pelo desempenho. Nota-se que os fatores preponderantes são mecanismos externos à capacidade do líder. Porém, conforme os mesmos autores, essas teorias, por muitas vezes, são utilizadas concomitantemente para influenciar nos resultados da organização (JONES; GEORGE, 2008).

Também se percebe que há um esforço para que se possam aliar os objetivos da empresa aos interesses do indivíduo. Nesse contexto, Collins (2006, p. 42) apresenta o conceito da Liderança de Nível 5: “os líderes nível 5 canalizam as necessidades do seu ego para longe de si mesmos e na direção da meta maior, que é construir uma empresa que prima pela excelência”.

O autor estabelece uma hierarquia de competências dos executivos em cinco níveis, conforme demonstra a FIG. 1.

FIGURA 1 – Hierarquia de nível 5



FONTE: Collins (2006, p. 42)

Segundo Collins (2006), as principais características do líder de nível 5 são: a vontade profissional e humildade pessoal, resumidas no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Resumo: os dois lados da liderança de nível 5

Vontade profissional	Humildade pessoal
Gera resultados extraordinários – é um verdadeiro catalisador, na transição de empresa boa para empresa excelente.	Exibe uma modéstia irresistível, evitando sistematicamente a adulação pública; jamais fica se vangloriando.
Demonstra determinação inabalável de fazer tudo o que for necessário para gerar os melhores resultados de longo prazo, não importa o grau de dificuldade.	Age com determinação silenciosa e calma; para motivar, confia principalmente em padrões inspirados e não num carisma inspirador.
Estabelece o padrão para construir uma empresa excelente e duradoura e não investe em nada menos do que isso.	Canaliza sua ambição na empresa, não em si mesmo; prepara seus sucessores para um êxito ainda maior que o dele, na geração seguinte.
Olha no espelho, e não na janela, na hora de atribuir responsabilidade por resultados ruins; jamais põe a culpa nas outras pessoas, nos fatores externos ou no azar.	Olha na janela, e não no espelho, na hora de atribuir o crédito pelo sucesso da empresa – a outras pessoas, a fatores externos e à boa sorte.

FONTE: Collins (2006, p. 62)

Collins (2006, p. 62) afirma que:

A grande ironia é que o espírito e a ambição pessoal que, em geral, elevam as pessoas a posições de poder, se opõem diametralmente à humildade exigida de uma liderança de nível 5. Quando a gente combina essa ironia com o fato de que os conselhos de administração quase sempre trabalham com a falsa premissa de que precisam contratar um líder egocêntrico e poderoso para tonar uma organização excelente, logo conseguimos saber por que raramente vemos líderes de nível 5 à frente de nossas instituições.

A Liderança de Nível 5 apresentada por Collins tem características próprias. Para a sua verificação nas empresas brasileiras, primeiramente foi necessário buscar critérios para a escolha detalhada na metodologia.

2 METODOLOGIA PROPOSTA

A metodologia utilizada foi, inicialmente, a pesquisa exploratória e, a partir dos dados pesquisados, a documental e a descritiva. As pesquisas exploratória e bibliográfica serviram de base para a compreensão sobre o assunto.

Para que este estudo fosse válido, tornou-se necessário determinar quais são as maiores empresas privadas brasileiras. Na busca dos critérios para escolha das empresas, foi encontrado uma metodologia que a Faculdade Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) utiliza em conjunto com a revista *Exame*

para compor a publicação do anuário *Maiores e Melhores*, que vem sendo feito desde 1995 e tem alto rigor técnico. Essa revista e a publicação do anuário passaram a servir de base para o início da escolha das empresas.

Escolheram-se como critérios para a seleção das empresas os seguintes itens:

a – As três primeiras constantes na lista das maiores empresas brasileiras privadas, em Rentabilidade do patrimônio ajustada da revista *Exame*, no período de 2000 a 2014, sobre os dados levantados nos anos anteriores, 1999 a 2013.

As empresas selecionadas devem ter Rentabilidade do patrimônio ajustada acima de 5%, ou seja, acima da média de mercado no período de quinze anos (1999 a 2013). Devem constar todos os anos deste período na lista e simultaneamente ter rentabilidade do patrimônio ajustada acima de 5%.

b – As três empresas dentre as cinquenta primeiras constantes em todos os anos na lista das maiores empresas brasileiras privadas da revista *Exame* nos anos de 2000 a 2014.

c – Uma empresa privada importante e destacada no mercado brasileiro e com representatividade mundial.

Depois de constituída a lista das empresas, fez-se necessário um aprofundamento sobre este tipo de liderança nestas organizações para cumprir com o objetivo da pesquisa. O estudo utiliza a pesquisa documental, entrevistas, artigos, *sites*, publicações e filmes divulgados para o levantamento de dados.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Após a utilização dos critérios de escolha para a seleção das empresas, elencados na metodologia, e efetuada a pesquisa, obteve-se:

No **item “a”**, descrito na metodologia utilizada, as empresas que constam simultaneamente na publicação da revista *Exame Maiores e Melhores* de 2000 a 2014 com Rentabilidade sobre o Patrimônio ajustada são: Rede (antiga Redecard) , Cielo, CBMM Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração.

TABELA 1 – Maiores empresas em Rentabilidade sobre o Patrimônio ajustada de 1999 a 2013

Empresa	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rede	63,3	64,6	66,6	64,6	78,5	80,7	83,2	86,6	59,1	70,3	67,2	49,6	49,8	12,2	10,9
Cielo	57,1	47,6	37,5	35,2	16,3	40,1	73,5	64,6	94,3	69,9	99,8	69,8	61	63,6	51,2
CBMM	38,4	30,7	26,3	21,7	35,5	24	27,9	33,2	45,6	53,1	51,1	52,7	50,4	59,5	47,2

FONTE: *Exame* (publicações de 2000 a 2014 – com dados dos anos anteriores)

No **item “b”**, as três empresas privadas (entre as cinquenta primeiras) que simultaneamente constaram, entre os anos 2000 a 2014, no critério excelência organizacional, foram selecionadas e estão demonstradas no quadro a seguir.

QUADRO 2 – As maiores empresas privadas brasileiras de 1999 a 2013

Razão Social	Nome	Setor
Companhia Siderúrgica Nacional	CSN	Siderurgia e Metalurgia
Casas Bahia Comercial Ltda.	Casas Bahia	Varejo
Gerdau	Gerdau	Siderurgia e Metalurgia

FONTE: Revista Exame (de 2000 a 2014)

Quanto ao **item “c”**, selecionou-se como empresa privada importante e destacada no mercado brasileiro a maior varejista do Brasil, segundo Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo – Ibevar (2014), o Grupo Pão de Açúcar.

3.1 ANÁLISE DAS EMPRESAS CONSTANTES NO ITEM “A”

3.1.1 Rede

A Rede³ é uma empresa que foi fundada em 1996 e é responsável pela captura, transmissão e liquidação financeira de transações com cartões de crédito, débito e benefícios. A empresa é focada em valorizar seus colaboradores e, como consequência disso, repercute no desempenho organizacional e também tem sido reconhecida entre as 100 Melhores empresas para você trabalhar desde 1999 pela Revista Exame.

Outro fato importante para este estudo, pois constitui uma característica da liderança de nível 5, foi abordado por Santos (1999 apud MORAES; CERQUEIRA, 2006, p. 83):

Um dos principais valores da Redecard é a capacidade de buscar resultado. A determinação. Existem pessoas na Redecard que têm uma disciplina, uma determinação, uma vontade de atingir objetivos que é fascinante. E para isso elas têm que aprender – e isso traz um outro valor; a humildade de aprender.

A gerência média da Rede é constituída por profissionais jovens, técnicos, capacitados e que trazem resultados. Em 2011, a Rede fez parte do ranking das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil do *Guia Você S/A Exame*, sendo uma das empresas que mais investem na equipe de funcionários. Entre os pontos avaliados, foi destaque o trabalho de gestão e desenvolvimento de lideranças, com as iniciativas Academia de Líderes e Avaliação 360º e a aprovação dos líderes por 87% dos funcionários (REDE, 2015).

³ A empresa Rede é a antiga Redecard.

Comparando-se as várias declarações dos executivos, observou-se várias características de líderes de nível 5, tais como: determinação, vontade de atingir objetivos, humildade para aprender, bem como trabalho de gestão e desenvolvimento de lideranças. Isso demonstra que a Rede é uma empresa que se aproxima muito do estilo de liderança de Collins (2006). Entretanto, os dados levantados, embora sejam relevantes por si só, não são suficientes para comprovar a liderança de nível 5.

3.1.2 Cielo

Com a Missão de “Ser a referência internacional em soluções transacionais e serviços de rede” (CIELO, 2015), a Cielo é a líder do setor de cartões de pagamento no mercado brasileiro com mais de 1,6 milhão de clientes ativos como pontos de venda utilizando os serviços que a companhia oferece. Atualmente, sob a liderança de Rômulo de Melo Dias, a companhia tem como valores incentivar os colaboradores a ter atitude, espírito de equipe e a paixão pelo que faz (CIELO, 2015).

Quando se observa especificamente a gestão de pessoas, verifica-se a existência de um órgão colegiado para promoção de boas práticas de Recursos Humanos. O Comitê de Pessoas da Cielo atua como órgão consultivo que auxilia em questões:

[...] referentes ao desenvolvimento organizacional, planejamento e desenvolvimento de pessoas, remuneração e benefícios dos funcionários e administradores da Companhia, de forma a compatibilizar as suas práticas com as do mercado, visando assegurar a atração e retenção dos melhores profissionais disponíveis no mercado e o contínuo desenvolvimento dos recursos humanos da Companhia (CIELO, 2014).

Essas práticas refletem na avaliação da companhia por parte dos funcionários. A Cielo é uma empresa recorrente na lista das melhores empresas para se trabalhar da revista *Você S/A*. Em 2014, foi a líder no segmento de bancos e serviços financeiros, obtendo nota 79,5 na qualidade de gestão de pessoas, e a nota 86,8 em Liderança. Ainda cabe ressaltar que a Cielo está na lista citada desde o ano 2000, por 14 anos consecutivos (VOCÊ S.A., 2014).

Confirmam-se esses índices quando se busca a avaliação da empresa no *site* Indeed, o maior portal mundial para busca de empregos e auxílio no recrutamento. Nesse *site*, estão dispostas avaliações de colaboradores e ex-colaboradores, alcançando grau 4,5 estrelas de 5 possíveis, tendo sempre comentários positivos a respeito da Cielo (INDEED, 2015).

Quando se procura por características da Liderança de Nível 5 na Cielo, encontra-se na figura do Diretor Executivo da Companhia, Rômulo Dias, traços que ensejam essa modalidade de gestão de pessoas. Nota-se isso em sua declaração na entrevista concedida ao Portal de Economia do *site* Terra que: “é objetivo da Cielo sempre fazer tudo bem feito, algo comparável à característica de força de vontade”. Também ressalta que se deve sempre mexer com o time, sendo as pessoas o principal ativo da empresa – algo que pode ser encarado como uma característica de humildade, tendo em vista que projeta sobre o time o sucesso da companhia e também como um líder inspirador, dotado de força de vontade para alcançar os objetivos traçados pela empresa (DIAS, 2013).

Pode-se considerar que Dias vai de encontro com parte das características dispostas por Collins (2006), pois os resultados da Cielo, tanto no aspecto financeiro, conforme se demonstrou na primeira parte desta pesquisa, como no aspecto de liderança e gestão de pessoas, pelos dados colhidos e análise de documentos em ambiente virtual.

Embora não haja menção direta aos ensinamentos de Collins (2006), percebe-se que há certa convergência na atuação e na propagação de suas ideias por parte de Rômulo Dias, diretor-presidente que tem demonstrado características de trabalho em equipe e foco no engajamento emocional das pessoas com os objetivos da companhia. Ele também tem declarado que é necessário que exista um alinhamento, mesmo com opiniões distintas, para que haja crescimento, ouvindo a todos (DIAS, 2012). Por essa colocação, mais uma vez se comprova que na Cielo, mesmo sem uma informação efetiva de que se trata de Liderança Nível 5, há uma tendência de aproximação com as noções aplicadas por Collins (2006), em especial no foco dos objetivos da empresa em detrimento aos próprios e na força de vontade, ou seja, fazer aquilo que precisa ser feito.

3.1.3 Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM)

Fornecendo 85% do Nióbio⁴ que o mundo consome, a CBMM possui resultados financeiros de destaque por 15 anos consecutivos na lista das Maiores e Melhores da revista Exame (CBMM, 2015).

Controlada pelo Grupo Moreira Salles desde 1965, também proprietário do Unibanco, a Companhia auxiliou no desenvolvimento de tecnologias e aplicações do nióbio desde sua extração até seu beneficiamento e processamento para que tal metal seja vendido com alto valor agregado aos clientes, em especial, no mercado externo.

⁴ Nióbio é um metal importante para produção de ligas metálicas mais eficientes.

Conduzida pelo Engenheiro Metalúrgico Tadeu Carneiro, seu diretor-presidente, a CBMM é reconhecida como empresa modelo do setor da indústria extrativista, pois alia excelentes resultados técnicos e financeiros a um alto comprometimento com o desenvolvimento socioambiental, algo raro nesse setor industrial.

Quando se observa a modalidade de liderança utilizada na Companhia, percebe-se aproximação com modernas técnicas de gestão de pessoas. Tadeu Carneiro foi agraciado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais com o título de Industrial do Ano 2015 pelos feitos realizados na empresa. Em seus agradecimentos, destacou os objetivos da companhia e, principalmente, dividiu seu prêmio com os colaboradores da CBMM (FIEMG, 2015). Nota-se nessa atitude um comportamento alinhado com a Liderança Nível 5, em especial, nas características de humildade pessoal e o compartilhamento do sucesso com seus liderados.

Outro aspecto importante relacionado à humildade é observado quando Carneiro demonstra seu entendimento sobre a necessidade de convivência harmoniosa entre a Companhia e a comunidade que está inserida. Salienta o executivo que “Se a comunidade não se orgulha de ter a sua empresa como parte dela, de nada adianta obter qualquer licença para operar” (CARNEIRO apud MORAIS, 2012).

Embora não haja menção direta às disposições de Collins (2006), observa-se na Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração certos aspectos de um Líder nível 5. Há em seu diretor-presidente a característica de valorização de seus colaboradores quando atribui a eles o sucesso adquirido pela companhia e, conseqüentemente, por seu prêmio citado. Paralelamente a isso, pode-se perceber a humildade pessoal como característica do líder dessa empresa.

Cumpre-se, no entanto, ressaltar que, embora haja certa aproximação com os preceitos do Líder Excelente, não se observou em qualquer momento a citação direta a essa doutrina de liderança.

3.2 EMPRESAS CONSTANTES NO ITEM “B”

Embora as empresas CSN e Gerdau constem na lista das três empresas privadas entre as cinquenta primeiras que simultaneamente constaram de 1999 a 2013 no critério “excelência organizacional” da revista *Exame*, em virtude de não conseguirem sustentar os desempenhos, passaram a ser excluídas do estudo.

3.2.1 Casas Bahia

A empresa é uma rede que comercializa eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis e utilidades domésticas. A marca é administrada pela Via Varejo, uma das maiores varejistas de eletroeletrônicos do mundo. A sede administrativa está localizada em São Caetano do Sul e tem cerca de 55 mil funcionários, 650 lojas distribuídas em 18 Estados (CASAS BAHIA, 2015).

A venda de eletros a prazo, mais o marketing agressivo e a popularidade da rede com o consumidor de baixa renda acabou determinando o sucesso da empresa administrada por Samuel Klein e seu filho mais velho Michel Klein.

O grupo Casas Bahia fez, em 1999, uma fusão com o Grupo Pão de Açúcar. Esse novo conglomerado passou a ser o maior do varejo brasileiro.

Administrada de forma tradicional e tendo a frente da gestão Samuel Klein, com a utilização da estratégia de baixo custo, tornou-se uma potência. No tocante à Liderança de Nível 5, as publicações encontradas sobre as Casas Bahia não demonstram proximidade com as ideias de Collins, principalmente pelo modelo de gestão tradicional e formal utilizado.

3.3 EMPRESA CONSTANTE NO ITEM “C”

3.3.1 Grupo Pão de Açúcar

Abílio Diniz, durante o período de tempo em que esteve à frente do Grupo Pão de Açúcar, identificou-se com os princípios de Jim Collins quando leu o livro, *Good to Great*, em 2005, publicado no Brasil com o título *Empresas Feitas para Vencer*. Em 2010, os onze principais executivos do Grupo Pão de Açúcar foram para um encontro com Jim Collins, em Boulder, no Colorado. A intenção da viagem aos Estados Unidos era treinar o time com as ideias de Collins para melhorar ainda mais o desempenho da empresa. Os executivos trabalharam em conjunto com Jim Collins durante dois dias (REVISTA EXAME, 2010). Em entrevista à UolMais (2010), Diniz afirmou que o evento trouxe mais convicção às ideias da empresa, aos valores, bem como grande oportunidade para crescer, fortalecer a humildade, o respeito, a perseverança, a determinação e a disciplina.

Collins, durante as discussões com o grupo de executivos, aconselhou a pesquisar se pelo menos 95% dos cargos-chave da empresa estavam com as pessoas certas. A reavaliação feita na empresa durou dois meses e resultou em mudanças radicais. O que passou a ser enfatizado foram as características do líder de nível 5. Em novembro do mesmo ano, Jim Collins veio até o Grupo Pão de Açúcar, onde discursou por duas horas para treinar mais 400 funcionários.

Nesse mesmo mês, a empresa concluiu a avaliação de 1200 gerentes de rede e de posse do perfil de cada um passou a ser considerado para as promoções.

Sobre o tema abordado na palestra, Diniz (2012) afirma que:

Durante quase duas horas, ele [Collins] compartilhou com 400 colaboradores um pouco da sua experiência.

A primeira coisa que ele [Collins] reforça é que a maior força de uma corporação são as pessoas que trabalham nela. Segundo Collins, tudo começa com um tipo específico de liderança. Ele confessa que no início de seu trabalho não estava interessado nos líderes, mas seu interesse estava direcionado para a trajetória das grandes companhias. No entanto, Collins se deu conta de que não podia ignorar os líderes a frente dessas empresas, uma vez que essas pessoas tinham algumas características especiais que as diferenciavam das demais. A esses líderes, Collins chama de executivos nível 5.

De forma resumida, ele diz que além de acumular capacidades individuais, coletivas, administrativas e de liderança, o líder nível 5 deve ter humildade, determinação e ambição. E ao expor essas características, ele observa duas coisas: primeiro, a humildade não pode ser confundida com fraqueza. A humildade da qual ele fala é no sentido de saber ouvir com serenidade. Em segundo, a ambição aqui tratada não está voltada para benefício próprio. Ou seja, o líder número 5 foca sua gestão única e exclusivamente no crescimento e sucesso da empresa.

Collins ainda afirma que se um líder pudesse escolher somente uma habilidade para possuir, ele deveria escolher a capacidade de decidir corretamente sobre as pessoas. É a prática da famosa frase “coloque as pessoas certas no ônibus e depois deixe-as decidir para onde ir.

Com a implantação das ideias de Collins (2006) houve uma reviravolta no modelo de gestão que tornou o Grupo Pão de Açúcar líder de mercado e um dos maiores conglomerados do mundo. Pestana (2014 apud DINO, 2014), ex-CEO da empresa, afirma sobre a época de mudanças na empresa: “Passamos a ser focados em gente, criando um ciclo de alta performance com pessoas vivendo e compartilhando valores e atitudes”. Em 2014, o Grupo Pão de Açúcar teve um crescimento médio de 21% e uma queda de 0,25% no endividamento. O Ebitda (lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização) alcançou R\$ 4,487 bilhões.

CONCLUSÃO

O estudo buscou verificar se as maiores empresas privadas brasileiras utilizam a Liderança de Nível 5, apresentada pelo professor e consultor Jim Collins.

Para pesquisar a Liderança de Nível 5 nas maiores empresas privadas brasileiras, encontrou-se um dificultador, pois todas as empresas são de grande porte e não estão abertas a participação em pesquisas acadêmicas.

Após a coleta de dados, verificou-se que a maioria das empresas pesquisadas tendem a estar próximas da utilização da Liderança de Nível 5, apresentando várias características desta, porém não preenchem todos os seus requisitos, conforme demonstrado no QUADRO 1.

Utilizando-se do QUADRO 1, hierarquia de nível 5, percebe-se que a maioria das empresas pesquisadas utilizam a liderança de nível 4 com algumas características de nível 5. Apenas uma das empresas selecionadas, o Grupo Pão de Açúcar, implantou a Liderança de nível 5, em 2010, quando Abílio Diniz estava à frente da gestão, sendo esta utilizada até os dias de hoje.

Esse fato tem impactado significativamente no desempenho econômico e financeiro da empresa.

Uma das justificativas para que as empresas privadas brasileiras não utilizem a liderança de nível 5, se deve ao fato da opção pelo modelo tradicional de gestão pela maioria das organizações. O outro fator observado e não menos importante é a falta de conhecimento de modelos mais modernos de gestão e a sua aplicação.

REFERÊNCIAS

- AMORIN, L. O efeito Jim Collins no pão de açúcar. **Exame**, v. 44, n. 23, p.116-118, 15 dez. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/982/noticias/o-efeito-jim-collins>>. Acesso em: 14 jun. 2015.
- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BERGAMINI, C. W. Liderança: a administração do sentido. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 102-114, maio/jun. 1994.
- BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações, Brasília, DF, 5 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- CARAVANTES, R. G. et al. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- CASAS BAHIA. Disponível em: <<http://institucional.casasbahia.com.br/empresa/nossa-historia>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- CIELO. **Conheça a Cielo**: sobre a Cielo. Disponível em: <<https://www.cielo.com.br/conheca>>. Acesso em: 22 jul. 2015.
- _____. **Conselho, Diretoria e Comitês**. 2014. Disponível em: <<http://cielo.riweb.com.br/show.aspx?idCanal=RAMzda3iQrsFwUaWtssP0A==>>. Acesso em: 19 jun. 2015.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO (CBMM). **Sistema integrado de gestão**. Disponível em: <<http://www.cbmm.com.br/br/p/19/sistema-de-gestao.aspx>>. Acesso em: 22 jun. 2015.
- COLLINS, J. **Empresas feitas para vencer**. São Paulo: Elsevier, 2006.
- DAFT, R. L. **Administração**. São Paulo: Thomson, 2005.
- DIAS, R. **Entrevista**: Rômulo Dias, presidente da Cielo. 2013. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/istoe-dinheiro/videos/entrevista-romulo-dias-presidente-da-cielo,501248.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- DINO. **A reviravolta no modelo de gestão que tornou o Pão de Açúcar líder de mercado e um dos maiores conglomerados**. 2014. Disponível em: <<http://www.dino.com.br/releases/a-reviravolta-no-modelo-de-gestao-que-tornou-o-grupo-pao-de-acucar-lider-de-mercado-e-um-dos-maiores-conglomerados-do-mundo-dino89040258131>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- DRUCKER, P. F. **Introdução à administração**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- _____. **A administração na próxima sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002.
- ÉPOCA NEGÓCIOS ON-LINE. 2012. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Empresa/noticia/2012/06/conheca-historia-do-gpa-e-entenda-passagem-de-bastao-para-o-casino.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). Disponível em: <<http://www7.fiemg.com.br/sesi/noticias>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

HAVE, S. et al. **Modelos de gestão**: o que são e quando devem ser usados. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

INDEED. **Avaliações de funcionários da empresa Cielo Talent – Brasil**. Disponível em: <<http://www.indeed.com.br/cmp/Cielo/reviews?from=salaries>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE VAREJO E MERCADO DE CONSUMO (IBEVAR). Disponível em: <<http://ibevar.org.br>>. Acesso: 14 maio 2015.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração contemporânea**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

LESSA, L. Rômulo Dias, presidente da Cielo, fala sobre “Metamorfose para vencer!” em palestra durante SUMMIT edição especial. **Guia-me**, 4 jul. 2012. Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/romulo-dias-presidente-da-cielo-fala-sobre-metamorfose-para-vencer-em-palestra-durante-summit-edicao-especial.html#.VYgwuRNViko>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LUCA, L. de. **Cresce a disputa pela captura de transações com cartões**. 22 ago. 2013. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/ultimas-noticias/cresce-a-disputa-pela-captura-de-transacoes-com-cartoes_135144.html>. Acesso em: 2 ago. 2015.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, C.; CERQUEIRA, L. E. de. Museu da pessoa. **Redecard**, São Paulo, v. 10, 2006. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/public/editor/rc_unificado.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015

MORAIS, L. CBMM: a face humana da mineração. 2012. Disponível em : <<http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=58&secao=859&mat=919>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2007.

NEWSTROM, J. W. **Comportamento organizacional**: o comportamento humano no trabalho. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

REDE. **Prêmios**. Disponível em: <<https://www.userede.com.br/pt-BR/conhecaredecard/Paginas/premios.aspx>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

REVISTA EXAME, 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/982/noticias/o-efeito-jim-collins>>. Acesso: 10 maio 2015.

SILVA, R. O. **Teorias da administração**. São Paulo: Pearson, 2008.

UOL MAIS. **Encontro com Jim Collins**. 10 jun. 2010. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/o5hpaqno0i88/encontro-com-jim-collins-04029C3964C0A103A6?types=A>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO UTILIZADAS POR EMPRESAS ESTADUAIS DE ECONOMIA MISTA NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Cassiana Teza¹

Richer de Andrade Matos²

RESUMO

A Resolução nº 2.827, promulgada em março de 2001 pelo Conselho Monetário Nacional, por meio do Banco Central do Brasil (Bacen), consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público, como consequência da aderência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000. Dessa forma, a limitação de crédito estipulada às empresas do setor público pelas instituições financeiras apoia o enquadramento à LRF, bem como contribui para um menor índice de dívida líquida/ PIB. De acordo com a literatura financeira, a contratação de capital de terceiros tem um menor custo quando comparada a de capital próprio, sendo, dessa forma, mais desejada por empresas que necessitam de grandes inversões de capital. Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo identificar as fontes de financiamento utilizadas por empresas estaduais de economia mista atuantes no setor de Energia Elétrica e listadas na BM&FBovespa. Após a análise, observou-se que, em geral, a principal fonte de financiamento das empresas estaduais de energia elétrica é o mercado de capitais e o financiamento direto com instituições financeiras comerciais, provavelmente utilizando as exceções contidas na resolução Bacen 2827/2001. O BNDES figura somente como terceira fonte de financiamento.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução nº 2.827. Empresas Públicas de Energia Elétrica. Financiamento. Investimentos.

¹ Aluna do 8º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: cassiana.teza@hotmail.com

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professor da Fae Centro Universitário. E-mail: richer.matos@fae.edu

INTRODUÇÃO

Com adesão à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 4 de maio de 2000, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio do Banco Central do Brasil (Bacen), promulgou a Resolução nº 2.827, em 30 de março de 2001, que consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público.

Em seu art. 1º, a Resolução nº 2.827 impõe:

Limitar o montante das operações de crédito de cada instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com órgãos e entidades do setor público a 45% (quarenta e cinco por cento) do Patrimônio de Referência (PR), nos termos da regulamentação em vigor (BACEN, 2001, p. 1).

São contempladas dentre as entidades do setor público supracitadas as empresas públicas e sociedades de economia mista não financeiras, suas subsidiárias e demais empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, inclusive as sociedades de objeto exclusivo.

A restrição creditícia imposta às instituições financeiras quanto ao financiamento ao setor público, inclusive às empresas públicas e de economia mista, torna-se um instrumento que corrobora para a gestão dos entes públicos, principalmente no que diz respeito ao atendimento à LRF e à limitação do nível de dívida líquida/PIB.

As operações de crédito a que remetem à Resolução nº 2.827 contemplam empréstimos e financiamentos; operações de arrendamento mercantil; a aquisição definitiva ou realizada por meio de operações compromissadas; a concessão de garantias de qualquer natureza; e toda e qualquer operação que resulte, direta ou indiretamente, em concessão de crédito e/ou captação de recursos de qualquer natureza, inclusive com uso de derivativos financeiros.

Entretanto, segundo a literatura financeira, a presença de capital de terceiros é desejada na estrutura de capital de uma empresa de grande porte, visto que esse tipo de recurso tende a ter um custo menor quando comparado ao custo do capital próprio. É notório também que a tomada de recursos, seja a título de empréstimo ou de financiamento, é de suma importância na dinâmica econômica, uma vez que permite a viabilização de investimentos, especialmente em setores de infraestrutura, que requerem grande nível de inversões.

Dado que a Resolução 2.827 limita a concessão de crédito de instituições financeiras às empresas de economia mista e que parte dessas empresas atua no setor de infraestrutura, geralmente por meio de concessões, cujos contratos preveem a realização de investimentos que visam repor e ampliar a capacidade e qualidade do serviço prestado, tem-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais as fontes de financiamento adotadas por empresas estaduais de economia mista para viabilizar seus investimentos? A partir disso, adotou-se por hipótese que as empresas se financiam, em sua maioria, pelo mercado de capitais, com emissão de debêntures, por exemplo.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar as fontes de financiamento adotadas por empresas estaduais de economia mista que estejam listadas na BM&FBovespa, atuantes nos setores relacionados à infraestrutura, mais especificamente ao setor de energia elétrica. Já os objetivos específicos se desdobram em: verificar a importância da estrutura de capital nas empresas, com ênfase na participação de capital de terceiros; levantar as principais fontes de financiamento disponíveis no mercado financeiro; explorar o contingenciamento ao qual estão expostas as empresas públicas e de economia mista, conforme disposto pela Resolução Bacen 2.827/2001; identificar as empresas estaduais de economia mista que atuam no setor de energia elétrica no Brasil; e averiguar as fontes de captação de recursos adotadas entre as empresas estaduais de economia mista que atuam no setor de energia elétrica no Brasil.

A relevância do estudo está no fato de que o setor de infraestrutura no Brasil carece de elevados níveis de investimento, seja pela deficiência histórica em sua capacidade de atendimento satisfatório na prestação de serviços à população, cujos gargalos são recorrentemente trazidos à tona, seja pela necessidade de acompanhar o crescimento populacional e econômico do país nas décadas recentes.

Nesse sentido, o crédito voltado ao financiamento da atividade produtiva assume elevada importância. A moderna teoria financeira concerne significativa importância à utilização de capital de terceiros por parte de grandes empresas, haja vista que, na composição do custo médio ponderado de capital, a parcela referente ao capital de terceiros (dívida) diminui o lucro tributável, gerando, assim, um benefício fiscal que faz desta uma fonte geralmente mais barata do que o uso exclusivo de capital próprio (ASSAF NETO, 2009; DAMODARAN, 2004).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O fluxo de caixa de uma empresa pode ser financiado tanto pelos acionistas – capital próprio, quanto pelos credores – capital de terceiro ou híbrido. Entende-se por **estrutura de capital** a forma pela qual uma empresa financia suas operações, ou seja, como, qual a proporção e de que tipo são os recursos que ela capta para realizar suas atividades. Segundo Assaf Neto (2009), a estrutura de capital de uma empresa refere-se à composição de suas fontes de financiamento em longo prazo, oriundas de capitais de terceiros (exigível) e de capitais próprios (patrimônio líquido).

A decisão a respeito de se financiar com capital de terceiros ou por capital próprio impacta diretamente o risco financeiro da empresa, pois este aumenta com o uso de dívidas. Além do mais, levando-se em conta o custo de falência, tem-se uma elevação do custo do endividamento, que acarreta numa cobrança maior pelos empréstimos.

O debate sobre a composição da estrutura de capital de uma empresa é bastante controverso. Pela Teoria Convencional, uma proporção adequada de recursos próprios e de terceiros – estrutura ótima de capital – permite que a empresa defina um valor mínimo para seu custo médio ponderado de capital (WACC³) e, assim, maximize a riqueza de seus acionistas.

De acordo com Assaf Neto e Lima (2009, p. 530-531):

A teoria convencional sugere a ideia de que, dados a estrutura de capital de uma empresa e o seu risco, é perfeitamente possível calcular o seu WACC mínimo e, conseqüentemente, a sua estrutura ótima de capital. No ponto de custo mínimo [...] o valor da empresa é maximizado.

1.1 CUSTO DE CAPITAL

O custo total de capital de uma empresa evidencia as expectativas mínimas de remuneração das variáveis fontes de financiamento – próprias ou de terceiros – lastreando suas operações. Por ser um conceito importante nas decisões financeiras, pode ser interpretado como o retorno médio exigido de todo empreendimento. Por conseguinte, o custo de capital serve de instrumento para avaliar a atratividade econômica de um investimento, sendo referência para a análise do desempenho e da viabilidade operacional e de estabelecimento de uma estrutura ótima de capital.

³ Do inglês *Weighted Average Cost of Capital*.

O custo de capital é definido de acordo com as condições de financiamento que a empresa faz no mercado de capitais, sendo normalmente estipulado por uma média dos custos de oportunidade do capital próprio (acionistas) e capital de terceiros (credores), avaliados pelas respectivas frações de capital utilizadas, líquidas de imposto de renda.

1.1.1 Custo Médio Ponderado de Capital

O Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) representa uma taxa de atratividade da empresa e também permite identificar a estrutura de capital ótima de uma companhia. Portanto, indica a remuneração mínima que deve ser exigida na alocação de capital, de forma a maximizar seu valor de mercado, conforme expõe Assaf Neto (2009). Sua fórmula está representada na equação a seguir.

$$r_{WACC} = \frac{P}{P+D} \cdot r_P + \frac{D}{P+D} \cdot r_D \cdot (1 - t)$$

Em que:

r_{WACC} = Custo Médio Ponderado de Capital

r_P = Custo do Capital Próprio

r_D = Custo da Dívida (Capital de Terceiros)

P = Capital Próprio

D = Capital de Terceiros

t = Alíquota Tributária Marginal Efetiva

Esse custo indica a taxa mínima de retorno que uma empresa deseja em suas decisões de investimento. A empresa não remunerará suas fontes de financiamento apropriadamente se ela não promover um retorno operacional igual ao seu custo total de capital. Quanto menor o valor do WACC, menor será o valor da empresa no mercado.

1.1.2 Custo de Capital Próprio

O custo de capital próprio representa o custo do recurso oriundo da própria empresa. Conforme posto na fórmula do WACC, tende-se a ter, num primeiro momento, um custo mais elevado que o capital de terceiros, haja vista: a) não haver dedutibilidade fiscal em sua adoção; e b) os riscos atribuídos ao empreendedor serem maiores que os ao credor.

1.1.3 Custo de Capital de Terceiros

O custo de capital de terceiros, também denominado **custo da dívida**, corresponde ao custo corrente que a empresa paga para emprestar fundos a fim de financiar projetos. De acordo com Damodaran (2004), são três as variáveis que determinam o custo da dívida. A primeira trata da oscilação na taxa de juros que, no caso de aumento, faz o custo da dívida ficar maior. A segunda variável é o risco de inadimplência, o qual pode encarecer ainda mais os empréstimos. Essas duas variáveis exigem extrema atenção dos administradores, uma vez que podem impactar diretamente no sucesso do negócio. A terceira variável trata do principal ganho neste tipo de endividamento: a vantagem tributária. Os juros pagos em empréstimos podem ser deduzidos do imposto de renda, o que torna o custo da dívida após o Imposto de Renda (IR) menor do que o custo antes da aplicação dele.

Dada a importância do capital de terceiros na composição da estrutura de capital das empresas, a próxima seção versará as fontes de financiamento.

1.2 FONTES DE FINANCIAMENTO

Quanto ao crédito, Assaf Neto (2012) elenca como principais fontes de financiamento:

- a) Capital de giro: realizado por bancos comerciais/múltiplos e bancos de desenvolvimento, com o objetivo de suprir as necessidades de recursos do ativo circulante das empresas.
- b) Operações de repasse: constituem-se em empréstimos contratados por instituições financeiras do mercado de capitais e repassados a empresas carentes de recursos para investimentos de longo prazo. Os repasses podem advir de recursos internos e externos. Em se tratando de recursos internos, os principais executores são o BNDES, por meio do BNDESPAR e Finame, os Bancos Regionais de Desenvolvimento, a Caixa Econômica e o Bacen.
- c) Arrendamento mercantil (*leasing*): essa operação pode ser compreendida como uma forma especial de financiamento. Basicamente, essa modalidade é praticada mediante a celebração de um contrato de arrendamento (aluguel) efetuado entre um cliente (arrendatário) e uma sociedade de arrendamento mercantil (arrendadora), visando à utilização, por parte do primeiro, de certo bem durante um prazo determinado, cujo pagamento é efetuado em forma de aluguel (arrendamento). É importante destacar que existem diferentes formas de *leasing*.

- d) Oferta pública de ações, Notas Promissórias (NPs) e debêntures: a primeira se caracteriza por uma operação típica das sociedades anônimas. A emissão e colocação de novas ações no mercado, que se apresenta como uma das formas mais vantajosas; deve obedecer a uma sistemática legal (Lei 6.404 – Lei das SA's e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM). Já as notas promissórias e debêntures são classificadas como títulos privados de crédito, emitidos exclusivamente por sociedades por ações e colocadas no mercado principalmente entre os investidores institucionais. A emissão das debêntures por parte das sociedades por ações pode ser privada ou por oferta pública, e a principal diferença entre as duas é o prazo, dado que as NPs são de curto prazo (máximo de um ano) e as debêntures de longo prazo (acima de um ano).
- e) Securitização de recebíveis: envolve a transformação de algum ativo a receber no futuro em uma *security* (título ou valor mobiliário), e respectiva negociação no mercado financeiro. A securitização de recebíveis é uma forma de captação de recursos envolvendo a emissão de título de crédito pelo tomador, os quais são garantidos mediante caução de recebíveis. Por meio dessa operação financeira, é possível uma empresa levantar fundos no mercado sem comprometer seus níveis atuais de endividamento de balanço.
- f) Mercado de bônus: levantamento de recursos por meio da emissão de títulos pelos próprios tomadores no mercado internacional de dívidas. Nesse contexto, destacam-se duas importantes formas de captação das empresas: emissão de bônus e *comercial papers*.
- g) *Forfaiting*: concentra as negociações com título de crédito e contratos representativos de exportações realizadas por empresas brasileiras. É uma forma de financiamento bastante ágil, destinada a reforçar o capital de giro das empresas exportadoras, beneficiárias dos títulos de crédito.

Uma vez expostas as principais formas de financiamento, faz-se necessário analisar o contingenciamento imposto pela Resolução 2.827/2001 do Banco Central às empresas estaduais de economia mista, que limita a tomada de recursos destas junto ao sistema financeiro nacional.

1.3 A RESOLUÇÃO BACEN 2.827/2001

Como já citado anteriormente, a Resolução nº 2.827 impõe limites de operações de crédito aos órgãos e entidades do setor público; da administração direta da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; às autarquias e fundações instituídas ou mantidas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios; às empresas públicas e sociedades de economia mista não financeiras e suas subsidiárias e demais empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, inclusive as sociedades de objeto exclusivo e aos demais órgãos ou entidades dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.

Para fins de aplicabilidade das regras previstas no normativo, segundo o art. 1º da Resolução nº 2827 (alínea c, inciso I, § 1º), consideram-se órgãos e entidades do setor público “as empresas públicas e sociedades estaduais de economia mista não financeiras, suas subsidiárias e demais empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Administração Pública, inclusive sociedades de objeto exclusivo” (BACEN, 2001, p. 1).

O Banco Central estipula às instituições financeiras e demais instituições autorizadas o funcionamento pelo próprio Bacen e um limite para o montante de operações de crédito junto às entidades supracitadas equivalente a 45% do Patrimônio de Referência de cada instituição financeira.

As operações financeiras afetadas são os empréstimos e financiamentos; as operações de arrendamento mercantil; aquisição definitiva ou realizada por meio de operações compromissadas de revenda de títulos e valores mobiliários de emissão dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, a concessão de garantia de qualquer natureza e qualquer operação que resulte, direta ou indiretamente, em concessões de crédito e/ou inclusive com uso de derivativos financeiros.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, operacionalizada por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Além da revisão de literatura, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, levantou-se, por meio dos balanços e demonstrativos econômico-financeiros relativos ao exercício de 2014, as fontes empregadas pelas empresas em questão em relação à captação de recursos voltados à viabilização de seus investimentos recentes.

O universo da análise é delimitado pelas empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, BM&FBovespa, que atuam no setor de energia elétrica. A amostra intencional justifica-se:

- pela obrigatoriedade da publicação dos balanços e demais demonstrativos em seus sítios eletrônicos e também no *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e
- pela confiabilidade da informação, haja vista que os balanços e demonstrações financeiras das empresas listadas na Bolsa de Valores são auditados por empresas de auditoria renomadas e independentes.

As empresas analisadas estão listadas no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Empresas componentes da amostra

Setor	Empresas	UF
Energia Elétrica	Companhia Paranaense de Energia (Copel)	PR
	Companhia Estadual de Energia Elétrica (Ceee)	RS
	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	SC
	Centrais Elétricas de Goiás S.A (Celgpar)	GO
	Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	MG
	Companhia Energética de São Paulo (Cesp)	SP

FONTE: Os autores (2015)

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) é uma empresa paranaense cujo controlador é o Estado do Paraná, que possui 58,63% das ações ordinárias. Sendo assim, a empresa é abrangida pela Resolução 2.827/2001 do Bacen.

O crescimento e distribuição entre financiadores estão retratados na TAB. 1 a seguir.

TABELA 1 – Fontes de financiamento – Copel 2014

	Financiamento em R\$ mil	%
Mercado de capitais/debenturistas	2.915.448	46,18
BNDES e BB (repasse de recursos BNDES)	1.675.339	26,54
Eletrobrás	130.761	2,07
Finep	33.168	0,53
BB - Rolagens	1.558.485	24,69
TOTAL	6.313.201	100,00

FONTE: Copel (2014)

Como se pode observar, do total da dívida da Copel, 46,18% foi captada no mercado de capitais sob a forma de debêntures e 24,69% sob a forma de financiamento junto ao Banco do Brasil (BB) para rolagens/quitação de empréstimos.

Do restante, 26,54% foi captado junto ao BNDES para projetos de geração e transmissão de energia, 2,07% na Eletrobrás, notadamente para projetos no setor de distribuição, e 0,53% foi captado na Finep também para projetos (geração e telecomunicações).

Assim, percebe-se que 70,87% dos empréstimos estão alocados no mercado de capitais e/ou no BB, utilizando exceções à Resolução 2.827/2001, visto que o mercado de capitais não é regulamentado pelo Bacen e há um dispositivo na lei permitindo a captação em bancos para rolagens de dívida (art. 9º, inciso VIII).

A tomada de recursos para o efetivo financiamento de projetos corresponde a 29,13%, dos quais 2,60% são de organismos que também não são regulamentados pela resolução 2.827/2001, visto que a Eletrobrás e Finep não são do setor bancário.

Observa-se então que 26,54% do financiamento obtido junto ao BNDES e BB para repasse de recursos do BNDES estava sujeito à Resolução 2.827/2001, para os quais os bancos tiveram que classificar ou no art. 9º, inciso X, ou no art. 7º, parágrafo 1º, que dispensa as operações contratadas por empresa de economia mista com garantia de duplicatas mercantis ou prestação de serviços.

Dadas as características dos empreendimentos (todos são obras enquadradas no Programa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica), acredita-se que o enquadramento destes tenha se dado face ao disposto no art. 9º, inciso X, que estabelece que:

[...] não se inclui no limite de financiamento as operações destinadas ao financiamento às empresas estaduais de energia elétrica, até o valor de R\$ 2.531 milhões, para a realização de investimentos vinculados ao Programa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do PAC.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica (Ceee), desde 2006, teve suas subsidiárias divididas no processo de reestruturação societária: a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (Ceee-D) e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (Ceee-GT), ambas sociedades de economia mista e capital aberto do Estado do Rio Grande do Sul, cujo acionista controlador é o Estado do Rio Grande do Sul, com 65,92% do capital total em ambas, são abrangidas pela Resolução 2.827/2001 do Bacen.

A distribuição entre financiadores, considerando o passivo oneroso circulante e não circulante das duas coligadas, são retratados na TAB. 2, a seguir.

TABELA 2 – Fontes de financiamento Ceee

Contrato	Financiamento em R\$ mil	%
Eletrobrás	43.995	5,50
Mercado de Capitais	99.783	12,48
BNDES	58.320	7,30
Bancos	246.621	30,86
Dívida Externa	350.547	43,86
TOTAL	799.266	100,00

FONTE: Ceee (2014)

Como se pode observar, do total da dívida da Ceee, aproximadamente 44% foi captada com endividamento externo (BID e AFD), com o objetivo de financiar os Programas Pró-Energia RS Distribuição e Geração e Transmissão, e 12,48% sob a forma de financiamento por meio do mercado de capitais (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fidc) como forma de estruturar a captação de recursos para incremento de caixa da Companhia (Ceee-GT), a fim de cobrir o resgate de Notas Promissórias.

Do restante, 7,30% foi captado no BNDES, para financiar o Programa Pró-Energia RS de Geração e Transmissão de Energia, e 5,50% na Eletrobrás, notadamente para projetos no setor de distribuição.

Assim, percebe-se que 30,86% dos empréstimos estão alocados na Caixa Econômica Federal, Banco ABC, Goldman Sachs do Brasil, Máxima e Santander, utilizando exceções à Resolução 2.827/2001, visto que há um dispositivo na lei permitindo a captação em bancos para rolagens de dívida (art. 9º, inciso VIII) e utilização de recebíveis (duplicatas mercantis).

A tomada de recursos para o efetivo financiamento de projetos corresponde a 36,04%, dos quais 5,50% são de um organismo que também não é regulamentado pela Resolução 2.827/2001, visto que a Eletrobrás não é do setor bancário, e 7,30% são captados via BNDES, por meio da excepcionalidade exposta no art. 9º da resolução.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) são uma sociedade de economia mista cujo acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, com 50,18% das ações ordinárias da Companhia. Sendo assim, a empresa é abrangida pela Resolução 2.827/2001 do Bacen. A composição da dívida financeira está retratada a seguir.

TABELA 3 – Fontes de financiamento Celesc (R\$ mil)

Contrato	Financiamento em R\$ mil	%
Bancos	385.882	44,90
Eletrobrás	135.861	15,81
Finame	34.722	4,04
Debêntures	302.888	35,25
TOTAL	859.353	100,00

FONTE: Os autores (2015)

Pela análise dos dados expostos na TAB. 3, do total da dívida financeira da Celesc, 44,90% foi tomado a título de empréstimos bancários junto a Caixa Econômica Federal e BB para integrar Capital de Giro da Coligada Celesc D, com juros de 116% a.a. e 1211,5% do CDI, e captação de recursos também para composição de Capital de Giro da Celesc D junto à Aneel. Desse valor, 35,25% foi captado via mercado de capitais pela emissão de Debêntures, destinados exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Do restante, 15,81% foi captado via Eletrobrás para aplicação nos programas de eletrificação rural. Os recursos são provenientes da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás, com carência de 24 meses, prazo de amortização de 60 meses e taxa de juros de 5% a.a., sendo 4,04% referente ao empréstimo contratado junto ao BNDES (Finame), parte para suprir a insuficiência de recursos da Celesc D e financiar a compra de máquinas e equipamentos, com prazo de amortização de 96 meses e taxas de juros anuais que podem variar de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.

A tomada de recursos para o efetivo financiamento de projetos foi para o setor de distribuição da Celesc e corresponde a 4,04%, oriundos de um organismo que não é regulamentado pela Resolução 2.827/2001, visto que a Eletrobrás não é do setor bancário, conjuntamente com 44,90% advindos de empréstimos bancários contratados por intermédio da exceção presente no art. 9º da resolução, que permite este tipo de contratação por meio de rolagens de dívida ou duplicatas mercantis.

A Companhia Celg de Participações (Celgpar) é uma companhia por ações de capital aberto, jurisdicionada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado de Goiás e controlada por este com 99,7% das ações ordinárias. Sendo assim, a companhia é abrangida pela Resolução 2.827/2001 do Bacen.

A composição da dívida financeira é retratada na TAB. 4.

TABELA 4 – Composição da dívida financeira Celgpar

Contrato	Financiamento em R\$ mil	%
Eletra	5.512	0,25
Eletrobrás	8.540	0,38
CDSA	135	0,01
Sicoob – Juriscredcelg	0	0,00
Caixa Econômica Federal	1.931.860	86,47
Mercado de Capitais	290.000	12,97
TOTAL	1.946.047	100,00

FONTE: Celg (2014)

Pela análise dos dados expostos, do total da dívida financeira da Celgpar, 86,47% foi tomado a título de financiamento junto a Caixa Econômica Federal para integrar o Aumento de Capital da Coligada Celg D, com prazo total do contrato de 156 meses, carência de 36 meses e prazo de amortização de 120 meses.

Do restante, 0,38% foi captado via Eletrobrás para a cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Outros 0,25% da dívida referem-se à parcela de saldo devedor junto à Eletra, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas no INPC e juros de 6% ao ano. Já o montante contratado junto à CDSA remete a reembolsos pela execução de serviços e fornecimentos de materiais para construção de ativos de interligação destas empresas à rede da Controlada Celg GT. Por fim, nota-se que 12,97% do recurso capitado se deu pelo mercado de capitais, via emissão de debêntures pela Controlada Celg D, com vencimento em 2019.

A tomada de recursos para o efetivo financiamento de projetos corresponde a 0,38%, oriundo de um organismo que também não é regulamentado pela Resolução 2.827/2001, visto que a Eletrobrás não é do setor bancário.

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) é uma empresa mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais com 50,96% das ações ordinárias. Atua única e exclusivamente como *holding* com participações societárias em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Sendo assim, a companhia é abrangida pela Resolução 2.827/2001 do Bacen.

A composição da dívida financeira é retratada na TAB. 5.

TABELA 5 – Fontes de financiamento da Cemig

Contrato	Financiamento em R\$ mil	%
Financiamento Externo	39.337	0,29
Mercado de Capitais	10.340.381	76,55
BNDES	126.466	0,94
Eletrobrás	252.189	1,87
Finep	12.095	0,09
Bancos	2.730.990	20,22
Outros	7.280	0,05
TOTAL	13.508.738	100,00

FONTE: Cemig (2014)

Como mostrado anteriormente, a estratégia da Cemig foi a participação minoritária nas SPes que irão implantar os empreendimentos. Dessa forma, esses investimentos não estão sujeitos à Resolução 2.827/2001 e, portanto, não aparecem de forma consolidada no balanço patrimonial, sendo expostos somente por equivalência patrimonial.

A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e por companhias ligadas (Fazenda do Estado de São Paulo, Companhia do Metropolitano de São Paulo, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e Companhia Paulista de Parcerias) com 95,30% das ações ordinárias. Sendo assim, a companhia é abrangida pela Resolução 2827/2001 do Bacen.

A composição da dívida financeira é retratada na TAB. 6

TABELA 6 – Composição do endividamento da CESP (2014)

Contrato	Financiamento em R\$ mil	%
BNDES – Brady	710.737	30,71
Eletropaulo	1.292	0,06
Finame – Itaú/BBA	39.460	1,70
Bônus Série 8	978.205	42,27
Eletrobrás	25.370	1,10
Fidc IV	559.342	24,17
Total	2.314.406	100,00

FONTE: Cesp (2014)

Como se pode constatar, do total dos financiamentos e endividamentos da Cesp, em torno de 43% foi captado no mercado de capitais sob a forma de títulos fixados em reais (Bônus Série 8), corrigidos pelo IPCA, e 30,71% sob a forma de financiamento junto ao Governo Federal como integração da reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em abril de 1994 e liquidada pela Cesp em abril de 2014.

Do restante, 24,07% foi captado via Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (Fidc) para a liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia, 1,70% no BNDES via Finame (junto ao Itaú/BBA) para o reparo de quatro máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, 1,10% foi captado na Eletrobrás para o financiamento de obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto-Primavera e de aquisição de materiais e equipamentos, e 0,06% contratado com a Eletropaulo, porém, não há nota explicativa para esse contrato no demonstrativo, talvez pelo seu baixo valor.

Assim, percebe-se que 42,27% dos empréstimos estão alocados no mercado de capitais, utilizando exceções à Resolução 2.827/2001, visto que o mercado de capitais não é regulamentado pelo Bacen e há um dispositivo na lei permitindo a captação em bancos para rolagens de dívida (art. 9º, inciso VIII).

A tomada de recursos para o efetivo financiamento de projetos corresponde a 2,80%, oriundas de organismos que também não são regulamentados pela Resolução 2.827/2001, visto que a Eletrobrás e Finame não são do setor bancário.

Observa-se, então, que 1,70% do financiamento obtido junto ao BNDES e Itaú/BBA para repasse de recursos do BNDES estava sujeito à Resolução 2.827/2001, para os quais os bancos tiveram que se classificar no art. 9º, inciso X, ou no art. 7º, parágrafo 1º, que dispensa as operações contratadas por empresa de economia mista com garantia de duplicatas mercantis ou prestação de serviços.

Segundo as informações, o que pode se inferir é que a Cesp não está numa trajetória de investimentos, visto que estes estão restritos à pesquisa e desenvolvimento (P&D) exigidos pela Aneel em concessionárias de energia elétrica.

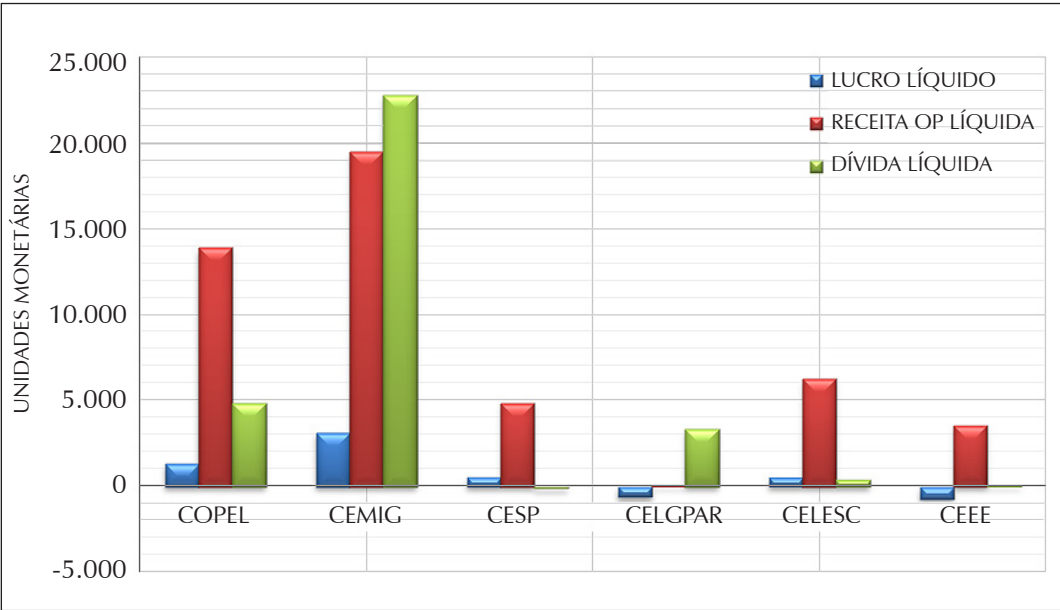
CONCLUSÃO

Retomando o objetivo inicial desta pesquisa, por meio da revisão de literatura feita pela pesquisa bibliográfica e do levantamento realizado a partir dos balanços e demonstrativos econômico-financeiros relativos ao exercício de 2014, foi possível determinar as principais fontes de financiamento empregadas pelas empresas estaduais de economia mista que atuam no setor de Energia Elétrica listadas na Bolsa de Valores BM&FBovespa (objeto desse estudo), no que tange à captação de recursos voltados à viabilização de seus investimentos recentes.

Analisando o GRÁF. 1 a seguir, percebe-se que nas empresas Copel e Cemig o nível de receita operacional líquida é alto, ou seja, deduzindo despesas da receita bruta, é possível vislumbrar a saúde financeira das companhias. Para a Copel, a receita líquida supera a dívida líquida em 287%, porém, para a Cemig, a receita líquida cobriria apenas 86% de sua dívida líquida.

Para a Cesp, Celesc e Ceee, a receita operacional líquida supera a dívida líquida. Já para a Celgpar, a dívida líquida é expressivamente maior do que a receita operacional líquida, o que explica o prejuízo apontado no ano de 2014.

GRÁFICO 1 – Comparativo do lucro líquido, receita operacional líquida e dívida líquida das empresas analisadas



FONTE: Os autores (2015)

Com base nos demonstrativos publicados em 2014, observa-se que os empréstimos e financiamentos das empresas estaduais de economia mista de energia elétrica no Brasil estavam distribuídos conforme a TAB. 7.

TABELA 7 – Empréstimos e financiamentos das empresas estaduais de energia elétrica por modalidade

COMPARATIVO	COPEL	CEMIG	CESP	CELGP	CELESC	CEEE
Financiamento externo	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	43,9%
Mercado de capitais	46,2%	76,5%	66,4%	13,0%	35,2%	12,5%
BNDES	26,5%	0,9%	32,4%	0,0%	4,0%	7,3%
Eletrobrás	2,1%	1,9%	1,1%	0,4%	15,8%	5,5%
Finep	0,5%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Bancos	24,7%	20,2%	0,0%	86,4%	44,9%	30,9%
Outros	0,0%	0,1%	0,1%	0,3%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Os autores (2015)

Nota-se que, no geral, a principal fonte de financiamento das empresas estaduais de energia elétrica é o mercado de capitais e o financiamento diretamente com instituições financeiras comerciais, provavelmente utilizando as exceções contidas na Resolução Bacen 2.827/2001. O BNDES figura somente como terceira fonte de financiamento.

A explicação emana do fato de que o mercado de capitais não é abrangido pela resolução que restringe o crédito ao setor público. Porém, projetos de infraestrutura visivelmente necessitam de financiamentos de prazos mais longos e taxas mais competitivas do que as que são ofertadas pelo mercado, visto que, conforme observado nas modelagens de leilões, consideram-se as taxas de TJLP ofertadas pelo BNDES.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 200

_____. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução 2.827**, de 30 de março de 2001, consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público. Brasília, DF, 30 de março de 2001. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2827_v1_o.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/lei-de-responsabilidade-fiscal>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF, 5 de dezembro de 1976. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em 20/06/2015.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA (CELESC). **Demonstrações financeiras consolidadas 2014**. Disponível em: <<http://celesc.firbweb.com.br/wp-content/uploads/2015/03/DFAC-2014-CELESC-H.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES (CELGP). **Demonstrações financeiras padronizadas – DFP 2014**. Disponível em: <<https://www.celg.com.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG). **Demonstrações financeiras padronizadas – DFP 2014**. Disponível em: <<http://cemig.infoinvest.com.br/ptb/s-17-ptb-2014.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP). **Demonstrações financeiras anuais completas 2014**. Disponível em: <<http://ri.cesp.com.br/informacoes-financeiras/demonstracoes-financeiras>>. Acesso em: 12 abr. 2015.>. Acesso em: 12 abr. 2015.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – RIO GRANDE DO SUL (Grupo CEEE). **Dados econômicos financeiros anuais 2014**. Disponível em: <<http://ri.ceee.com.br/Default.aspx?codPagina=283>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL). **Demonstrações financeiras anuais completas 2014**. Disponível em: <[http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2fri%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F86E5F19132081485032575A2004D460A](http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Fri%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F86E5F19132081485032575A2004D460A)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

DAMODARAN, A. **Finanças corporativas: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

A INFLUÊNCIA DOS FENÔMENOS *EL NIÑO* E *LA NIÑA* NA PRECIPITAÇÃO E NA OCORRÊNCIA DOS DESASTRES NATURAIS NA CIDADE DE CURITIBA-PR NOS ANOS DE 2004 A 2013

Amanda Marques Bitencourt¹

Adalberto Scortegagna²

RESUMO

Os desastres naturais podem ser caracterizados como fenômenos naturais que atingem áreas ou regiões habitadas. Tais fenômenos ocorrem de diferentes formas, em diversos lugares do planeta. No Brasil, por exemplo, os desastres naturais estão ligados diretamente ao clima, destacando-se inundações e movimentos de massa. Nesse contexto, esta pesquisa buscou analisar a influência dos fenômenos *El Niño* e *La Niña* na quantidade de chuva e ocorrência dos alagamentos e inundações repentinas na cidade de Curitiba, entre os anos de 2004 a 2013, pois, nessa cidade, em função de suas características de relevo, predominam alagamentos e inundações repentinas. O número desse tipo de ocorrência baseou-se nos dados existentes no banco de dados da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Curitiba (COMDEC), as precipitações mensais foram fornecidas pelo SIMEPAR e os dados referentes às temperaturas do Oceano Pacífico equatorial foram obtidos no National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA).

Os fenômenos *El Niño* e *La Niña* no período do estudo, manifestaram-se em diversas oportunidades. Constatou-se que, aparentemente, não há relação entre esses fenômenos com a maior ou menor precipitação no período em que ocorrem. Também pôde-se observar que o número de alagamentos/inundações repentinas não está vinculado apenas à quantidade de precipitação, mas também ao tipo de chuva. A pesquisa demonstrou, além disso, que entre 2004 a 2013 os fenômenos *El Niño* e *La Niña* ocorreram com baixa intensidade e que a presença deles não alterou, pelo menos de forma aparente, a quantidade de precipitação, nem de ocorrência de alagamentos na cidade de Curitiba.

Palavras-chave: *El Niño*. *La Niña*. Curitiba.

¹ Aluna do 4º ano de Engenharia Ambiental e Sanitária da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014/2015). Email: md.bitencourt@hotmail.com

² Doutor em Ciências pela Unicamp. Professor da FAE Centro Universitário. Email: adalbertogeo@bomjesus.br

INTRODUÇÃO

Os desastres naturais em áreas urbanas, devido à concentração populacional, causam maior risco à população. No Brasil, esses desastres são principalmente de origem climática, sendo predominantes as inundações, os alagamentos e os movimentos de massa. Na cidade de Curitiba, por exemplo, em função da configuração de relevo, os alagamentos e as inundações repentinas são os mais comuns e estão associados ao tipo de chuva, ao volume pluviométrico e às ações antrópicas, em especial, à ocupação de áreas de risco e à impermeabilização do solo.

Outro aspecto que pode influenciar na quantidade e intensidade dos desastres naturais de origem climática refere-se aos fenômenos *El Niño* e *La Niña*, que afetam o tempo atmosférico em diversas regiões do planeta.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou analisar a influência desses fenômenos na quantidade de chuva e na ocorrência dos desastres naturais na cidade de Curitiba, entre os anos de 2004 e 2013. Rebolho e Scortegagna (2010) realizaram um estudo levantando as principais áreas de ocorrência desses fenômenos no município de Curitiba, no ano de 2009, além dos meses em que eles mais se manifestaram.

Os autores utilizaram dados fornecidos pelo Corpo de Bombeiros do Paraná e pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Curitiba (COMDEC). A pesquisa pautou-se no levantamento dos principais desastres naturais que ocorrem na cidade (alagamentos, destelhamento e quedas de árvores), caracterizando-os e identificando as áreas de maior ocorrência e em quais meses se manifestam com maior frequência, relacionando-os com os dados meteorológicos do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR, 2014).

Rebolho e Scortegagna (2013) ampliaram a pesquisa ao analisar as ocorrências de alagamentos na cidade de Curitiba entre os anos de 2009 e 2011. Os autores observaram que poderia haver divergência de precipitação, e de registros de alagamentos, dependendo da ocorrência dos fenômenos *El Niño* e *La Niña*. Contudo, para eles, essa conclusão ainda carece de mais alguns anos de estudo para que se possa chegar a uma conclusão mais bem fundamentada.

Esta pesquisa gera perspectivas para a identificação de padrões de desastres naturais em função da ocorrência de um ou de outro fenômeno climático. Dessa forma, pode-se orientar o poder público e a sociedade nas ações que visem minimizar as consequências desses desastres naturais. Ações como limpeza de córregos, podas de árvores e armazenamento correto de lixo poderiam ser intensificadas em meses que antecedem as maiores ocorrências dos desastres em questão.

1 OBJETIVO GERAL

A pesquisa busca analisar os impactos dos fenômenos *El Niño* e *La Niña* entre os anos de 2004 e 2013, na precipitação e na ocorrência de alagamentos na cidade de Curitiba.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar os meses do ano em que se registra maior precipitação e ocorrência de alagamentos.
- b) Tabular e tratar os dados, analisando a possibilidade de desenvolvimento de um modelo de análise.

2 COLETA DE DADOS E METODOLOGIA

A presente pesquisa foi baseada em informações coletadas por Rebolho e Scortegagna (2013), além dos dados existentes no Banco de Dados da COMDEC.

A Defesa Civil fornece relatórios detalhados das ocorrências de desastres naturais na cidade de Curitiba. Foram utilizados apenas os casos de alagamentos no período de 2004 a 2013. Além dessas informações, utilizaram-se dados referentes às precipitações mensais do SIMEPAR entre os anos de 2004 e 2013 e os dados do National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) referentes às temperaturas do oceano Pacífico equatorial, destacando-se as ocorrências de *El Niño* e *La Niña*.

3 OS FENÔMENOS CLIMÁTICOS E OS DESASTRES NATURAIS NA CIDADE DE CURITIBA

3.1 OS DESASTRES NATURAIS

Quando os fenômenos naturais atingem áreas ou regiões habitadas pelo homem, causando-lhe danos, chama-se isso de **desastres naturais** (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009).

A Defesa Civil Nacional (apud CASTRO, 1999, p. 2) considera que o desastre é o “Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um

ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”.

Para a Defesa Civil Nacional (apud CASTRO, 1999, p. 2):

A intensidade de um desastre depende da interação entre

- a magnitude do evento adverso; e
- o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado [...]

As classificações de desastres normalmente são distintas a partir de sua origem e sua intensidade. Para Alcântara-Ayala (2002) e Marcelino (2008 apud TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009), o **desastre natural** é causado por fenômenos e desequilíbrios da natureza sem ação de terceiros; e o **desastre antropogênico** tem como agente causador o homem, por meio de suas ações ou omissões.

Portanto, além da preocupação já existente em relação aos desastres, deve-se relacioná-la à vulnerabilidade existente nas áreas urbanas, seja em função de seu aumento ou concentração populacional. Como afirmam Hayakawa e Ultramari (2008), toda a população não será afetada de mesma forma, o que instiga a necessidade de um planejamento mais holístico no que diz respeito aos desastres naturais, considerando-se também o aspecto social.

A combinação de fatores naturais e sociais é que definem o desastre, ou seja, se são as características físicas do evento que determinam a probabilidade de ocorrência do fenômeno, são as condições sociais de vulnerabilidade que determinam o grau de impacto. Os desastres são, pois, parte do contexto e se modificam quando algum elemento natural ou social é alterado. (HAYAKAWA; ULTRAMARI, 2008, p. 3).

No Brasil, os desastres naturais apresentam relação direta com o clima. O país encontra-se distante do contato das Placas Tectônicas e está, portanto, livre de terremotos de grande intensidade, que ocorrem em países como Chile e Japão.

Marcelino (2008), por meio dos dados do EM-DAT³, observa que no Brasil as inundações representam 59%, em média, dos desastres naturais, seguidos dos deslizamentos de encostas, que somam 14%. O autor também observa que mais de 80% dos desastres no país estão associados às questões climáticas, isto é, às instabilidades atmosféricas severas típicas de regiões tropicais e subtropicais.

O intenso processo de urbanização que vem se realizando com o decorrer do tempo acarretou no crescimento desordenado nas áreas de características geomorfológicas e geológicas impróprias à ocupação, além das condições de desmatamento, alterações de drenagem, lançamento de lixo e várias outras condições antrópicas que são realizadas nessas regiões sem uma infraestrutura adequada.

³ International Disaster Database (EM-DAT), 2007 – Dados de 1900-2006.

Maffra e Mazzola (2007) contribuem com essa ideia a partir da observação de que existe uma relação com o avanço da degradação ambiental, a intensidade do impacto dos desastres e também com o aumento da vulnerabilidade humana.

Outro aspecto a ressaltar na pesquisa de Marcelino (2008) é o fato de os desastres serem predominantes nas regiões Sul e Sudeste e atingirem, principalmente, as pessoas de baixa renda, devido às ocupações em áreas de risco (fundos de vales e encostas íngremes).

3.2 OS FENÔMENOS DE *EL NIÑO* E *LA NIÑA*

O fenômeno do *El Niño* é caracterizado pelo “aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico Tropical”, enquanto o efeito *La Niña* tem característica oposta à do *El Niño*, pois trata-se do “esfriamento anormal nas águas superficiais do Oceano Pacífico Tropical” (INPE, 2015). Segundo Suassuna (1998), “são fases totalmente distintas – quente e fria – de um movimento oscilatório resultante da interação entre o oceano e a atmosfera”.

Para que o fenômeno *El Niño* seja confirmado, a anomalia de temperatura da superfície do mar (TSM), na chamada região *Niño* 3.4 (Pacífico Central), deve estar acima de + 0,5 °C, e tal condição deve permanecer durante, no mínimo, três meses (HACKBART, 2012). No caso da *La Niña*, as temperaturas devem permanecer por, no mínimo, três meses inferiores a – 0,5 °C.

Segundo Oliveira (1999), os eventos dos fenômenos de *El Niño* e *La Niña* “têm uma tendência a se alternar a cada 3-7 anos”. Entretanto, de um evento ao próximo, o intervalo pode variar de 1 a 10 anos, se a intensidade variar muito em cada ocasião, com o impacto do clima dependente disto.

Existe também a chamada **condição normal ou neutra**, em que:

os ventos alísios [...] na região do equador carregam a água quente superficial para o lado oeste, fazendo com que o nível do mar se torne maior neste lado (cerca de 60 cm), e ocasionando uma grande diferença de temperatura entre as águas do Oceano Pacífico leste a oeste (ALMEIDA, 2014, p. 16).

No Brasil, a ocorrência do *El Niño* acarreta uma alteração no padrão do regime de chuva: na região Norte e Nordeste do país ocorre uma redução de chuva, enquanto no Sul e Sudeste há um aumento de precipitação volumétrica (SOARES et al., 2008).

De acordo com o CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos) (2015), o efeito *La Niña*, quando ocorre o resfriamento das águas do pacífico, traz consigo ventos alísios intensos. O efeito da *La Niña* é, quando comparado ao *El Niño*, mais

variável e seus efeitos no Brasil são diversos. Em se tratando das regiões Sul e Sudeste, o que ocorre é a passagem de rápidas frentes frias com diminuição de precipitação nos meses de setembro a fevereiro, e a ocorrência de temperaturas próximas da média meteorológica, ou pouco abaixo da média, durante o inverno. Quanto às regiões Norte e Nordeste, há ocorrência da chegada de frentes frias, maior tendência a chuvas abundantes na região da Amazônia e em regiões semiáridas.

Em anos de *El Niño*, tratando-se do município de Curitiba, ocorre um aumento expressivo no volume de chuva. Segundo Soares et al. (2008), o período de atuação do fenômeno compreende os meses de primavera e verão, no seu início, e no ano seguinte os meses de final de outubro a começo de inverno, sendo essas as épocas em que as chances de chuva acima do normal são maiores. Esse aumento significativo de precipitações por conta do fenômeno acarreta diversos problemas econômicos e sociais, gerando diversas perdas, danos materiais e altos riscos com grau de vulnerabilidade à defesa civil.

Para a agricultura na região Sul do país, o fenômeno não causa prejuízos, pelo contrário, as culturas de verão, como soja e milho, são beneficiadas por conta do aumento da precipitação pluviométrica. Ocorre também uma mudança de temperatura que resulta em um inverno mais ameno, diminuindo a incidência de geadas e, por consequência, a perda de plantações (SOARES et al., 2008).

Segundo Soares et al. (2008), o fenômeno *La Niña* afeta o Sul do país, gerando chuvas abaixo do normal e passagens rápidas de frentes frias. Na agricultura, mesmo com esse menor volume de chuva e temperaturas baixas, não ocorrem perdas na produção, pois o trigo e a cevada são os grandes favorecidos pela época de primavera seca. Essas condições climáticas favorecem também a menor incidência de pragas, reduzindo a utilização de agroquímicos e diminuindo, assim, os custos de produção. Entretanto, o fenômeno causa problemas nas culturas de verão, trazendo grandes prejuízos, ao contrário do efeito do fenômeno de *El Niño*, que agracia plantações da estação.

4 A ANÁLISE DOS DADOS

O conjunto de dados obtidos na pesquisa permitiu analisar as relações existentes entre os fenômenos *El Niño* e *La Niña* com maior ou menor precipitação na cidade de Curitiba, bem como a ocorrência de desastres naturais, em especial os alagamentos e inundações repentinas.

TABELA 1 – Anomalias por mês de 2004 a 2013

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2004	0,25	0,23	0,08	0,12	0,12	0,25	0,59	0,74	0,76	0,76	0,65	0,71
2005	0,64	0,34	0,31	0,23	0,39	0,3	0,18	0,19	-0,03	-0,07	-0,61	-0,88
2006	-1,01	-0,68	-0,52	-0,26	0,01	0,14	0,1	0,34	0,5	0,69	1,09	1,18
2007	0,72	0,16	-0,07	-0,25	-0,36	-0,15	-0,34	-0,64	-0,86	-1,04	-1,25	-1,3
2008	-1,58	-1,64	-1,16	-0,82	-0,71	-0,54	-0,27	-0,11	-0,13	-0,12	-0,41	-0,81
2009	-0,94	-0,74	-0,54	-0,16	0,24	0,43	0,53	0,61	0,7	0,99	1,53	1,78
2010	1,57	1,31	0,99	0,63	0,1	-0,46	-0,89	-1,29	-1,52	-1,53	-1,42	-1,4
2011	-1,59	-1,15	-0,95	-0,59	-0,25	-0,05	-0,19	-0,39	-0,66	-0,81	-1,04	-1,09
2012	-0,84	-0,66	-0,41	-0,27	-0,2	0	0,1	0,28	0,75	0,56	0,46	-0,46
2013	-0,78	-0,63	-0,45	0	-0,14	-0,3	-0,32	-0,37	-0,28	-0,14	-0,2	-0,49

FONTE: NOAA (2001, adaptado)

Ao analisar a TAB. 1, constata-se que os fenômenos *El Niño* e *La Niña*, no período do estudo, manifestaram-se em diversas oportunidades, apresentando baixa intensidade no período de 2004 a 2013. As anomalias de temperatura chegaram ao máximo de 1,78 °C (dezembro/2009) para *El Niño* e -1,64 °C (fevereiro/2008) para *La Niña*.

TABELA 2 – Precipitação (em mm) por mês de 2004 a 2013

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2004	144,6	59,6	152,4	87,4	134,6	58,4	117,8	11,6	52,6	152	92,2	128
2005	164,6	64,8	72,8	114,4	104,8	66,2	91,2	158,8	195	168,2	78,4	54
2006	114,2	143,6	129,6	17	20	28,8	37,8	42,6	115,8	41,2	168	74,2
2007	196	134,8	131,4	92,2	187,4	2	100	8,6	86,4	119,4	116,8	77,6
2008	154,2	137,2	165,2	141	46,4	97,8	26,6	109,8	31,4	194,8	51,6	42,6
2009	146,8	114,4	102,6	48,4	75,4	61,8	221,8	80,4	307,4	145,8	194,8	165
2010	361,4	122,6	159,2	157,6	77,4	83,6	132,4	47	49,4	154,4	103,8	328
2011	328,4	293	72	109,6	30,4	120	203,8	231	61,4	197,4	88,2	123,2
2012	114,2	199,6	46	183,6	77	202	106	31,2	60	162,4	53,2	248,6
2013	71,4	189,6	125	50,6	65,6	338,4	154,8	33,8	170	95,6	89,4	43,4
M.H.	181,1	144,3	136,2	91,6	72,8	108,0	108,4	80,6	140,4	140,2	106,7	126,7

FONTE: Simepar (2015, adaptado)

MH – Média Histórica. Estação: 25264916. Início da operação: 1997-06-01. SIMEPAR

Na TAB. 2, observam-se as precipitações mensais do período analisado e se constata que, aparentemente, não há relação entre os fenômenos *El Niño* e *La Niña* e a maior ou menor precipitação no período em que ocorrem. Verificam-se valores acima e abaixo das médias históricas, tanto em época de *El Niño* e *La Niña* quanto em meses sem ocorrência desses fenômenos. Os dados indicam que pode haver outros fatores que interferem na quantidade de chuva na região de Curitiba, entre eles o relevo, o clima,

os tipos de chuva e as ações antrópicas que modificam a paisagem urbana e influenciam na dinâmica atmosférica.

TABELA 3 – Ocorrência de alagamentos por mês

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2004	53	18	67	12	2	9	5	1	4	5	6	66
2005	80	10	37	46	29	2	35	35	7	35	5	0
2006	26	164	72	0	0	4	1	2	31	6	215	77
2007	46	119	231	19	3	6	8	0	9	64	14	125
2008	70	47	42	37	0	12	0	5	0	51	1	0
2009	80	11	6	4	7	2	25	8	118	7	153	106
2010	89	11	12	81	4	5	7	0	15	11	13	68
2011	234	190	1	60	0	1	12	21	0	22	8	23
2012	2	58	4	26	0	9	3	0	1	16	4	44
2013	4	25	7	0	1	39	1	0	9	3	3	1

FONTE: COMDEC (2015)

A análise da TAB. 3 permite concluir que o número de ocorrências de alagamentos e inundações repentinas não está vinculado apenas à quantidade de precipitação, mas também ao tipo de chuva. Na primavera e no verão, as **chuvas convectivas** caracterizam-se por precipitação abundante em um curto período de tempo, contribuindo significativamente para a ocorrência de alagamentos. Já no outono e inverno, as **chuvas frontais** se caracterizam por ocorrerem de forma mais gradual e prolongada, permitindo a infiltração e o escoamento da água.

Ao observar as TAB. 2 e 3, percebe-se que mesmo grandes quantidades de precipitação nos meses de maio a agosto não causam tantos registros de alagamentos, se comparados aos meses de novembro a fevereiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que entre os anos de 2004 e 2013 os fenômenos *El Niño* e *La Niña* ocorreram com baixa intensidade e que, para a cidade de Curitiba, a presença deles não alterou, pelo menos de forma aparente, a quantidade de precipitação, nem a ocorrência de alagamentos. Alguns aspectos devem ser considerados, dentre eles os diferentes tipos de chuva que ocorrem ao longo do ano. Se no outono ou inverno

predomina a **chuva frontal**, caracterizada pela dinâmica da Massa Polar Atlântica, na primavera ou no verão a **chuva convectiva** apresenta características próprias, vinculadas às altas temperaturas, podendo ser intensificada pelo fenômeno das **ilhas de calor**, típico das grandes metrópoles.

Nesse contexto, pode-se concluir, em um primeiro momento, que fenômenos globais como *El Niño* e *La Niña* podem se manifestar de diferentes formas nas regiões onde atuam e, associados a fenômenos locais, muitas vezes próprios de grandes cidades, podem apresentar consequências distintas. No caso de Curitiba, deve-se também considerar os aspectos naturais (relevo, clima, fenômenos climáticos) e os aspectos antrópicos (urbanização) na análise dos desastres naturais que atingem a cidade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA-AYALA, I. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries. **Geomorphology**, Amsterdam, v. 47, n. 2-4, p. 107-124, 2002. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169555X02000831>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

ALMEIDA, A. T. **Impactos do fenômeno El Niño Oscilação sul na variabilidade climática e seus efeitos na produtividade da cultura de cana-de-açúcar em diferentes regiões brasileiras**. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Manual de desastres: desastres naturais**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003. v.1.

CASTRO, A. L. C. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Departamento de Defesa Civil. 1999. v. 1. Disponível em: <<http://www.defesacivil.mg.gov.br/conteudo/arquivos/manuais/Manuais-de-Defesa-Civil/Manual-PLANEJAMENTO-1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

CENTRO DE PREVISÃO DE TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (CPTEC). Disponível em: <<http://enos.cptec.inpe.br>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

CLIMATEMPO. Disponível em: <<http://www.climatepo.com.br/noticias/268536/nao-tem-mais-el-nino-este-ano-e-agora-brasil>>. Acesso em: 24 ago 2015.

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE CURITIBA (COMDEC). Disponível em: <<http://www.defesacivil.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2015.

DINIZ, F. A. El Niño e sua influência no período de inverno de 1997 em algumas regiões do Brasil. **Bulletin Institute Français d’Études Andines**, Lima, v. 27, n. 3, p. 771-778, 1998. Disponível em: <<http://www.ifeanet.org/publicaciones/boletines/27%283%29/771.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

HACKBART, E. **El niño**: condições oceânicas do fenômeno são alcançadas, 27 jun. 2012. Disponível em: <http://www.metsul.com/blog2012/Home/home/83/El_Ni%C3%B1o_-_Condi%C3%A7%C3%B5es_oce%C3%A2nicas_do_fen%C3%B4meno_s%C3%A3o_alcan%C3%A7adas>. Acesso em: 10 jul. 2015.

HAYAKAWA, I. F.; ULTRAMARI, C. Situações de risco como definidoras de inflexões no planejamento e na gestão urbana: um estudo em Curitiba. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2008. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1248.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Fenômeno El Niño atua com atividade moderada no Oceano Pacífico Equatorial**, 2015. Disponível em: <<http://enos.cptec.inpe.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Aquecimento global, mudanças climáticas e impactos no Brasil**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UloQopKA51gl:mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/apresentacoes/1_Apresentacao_CamaraDeputadosBrasilia.pdf+aumento+de+chuvas+%C3%BAltimos+anos&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22 jul. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). Disponível em: <www.ippuc.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2014.

KOBIYAMA, M. et al. **Prevenção de desastres naturais**: conceitos básicos. Curitiba: Organic Trading, 2006. Disponível em: <<http://www.labhidro.ufsc.br/Artigos/Livro%20%28Prevencao%20de%20Desastres%20Naturais%29.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

MAFFRA, C. Q. T.; MAZZOLA, N. As razões dos desastres em território brasileiro. In: SANTOS, R. F. dos (Org.) **Vulnerabilidade Ambiental**: desastres naturais ou fenômenos induzidos? Brasília: MMA, 2007.

MARCELINO, E. V. Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos. **Caderno Didático**, Santa Maria, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://mtc-m18.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2008/07.02.16.22/doc/publicacao.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MARENGO, J. A. **Aquecimento global, mudanças climáticas e impactos no Brasil**. 27 p. Apresentação para a Câmara dos Deputados, Brasília, 2009. Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/apresentacoes/1_Apresentacao_CamaraDeputadosBrasilia.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2016.

MARENGO, J. A.; OLIVEIRA, G. Impactos do fenômeno La Niña no tempo e clima do Brasil: desenvolvimento e intensificação do La Niña 1998/99. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 10., 1998, Brasília. **Anais...** Brasília: SBMET, 1998. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/228488918_Impactos_do_fenmeno_La_Nia_no_tempo_e_clima_do_Brasil_desenvolvimento_e_intensificao_do_La_Nia_19981999/links/09e41507da03d8ccc0000000>. Acesso em: 8 nov. 2014.

NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION (NOAA). Disponível em: <<http://www.cpc.ncep.noaa.gov/data/indices/ersst4.nino.mth.81-10.ascii>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

OLIVEIRA, G. S. **El Niño e você**: o fenômeno climático. Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), 1999. Disponível em: <http://enos.cptec.inpe.br/saiba/Oque_el-nino.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PAMPUCH, L. A.; MARCELINO, I. P. V. O. Desastres naturais no município de Santa Maria - RS: análise das causas e consequências. In: ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CEFET-SC, 2007. 11p. (CD-ROM).

PARANÁ. Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros do Paraná. Disponível em: <www.bombeiros.pr.gov.br>. Acesso em: 9 mai. 2014.

REBOLHO, B. C. S.; SCORTEGAGNA, A. Mapeamento das principais áreas de risco de alagamentos no município de Curitiba/PR no ano de 2010. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE ESTUDOS CLIMÁTICOS; SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL, 28., 2012, Londrina, PR. **Anais...** Londrina UEL, 2012.

_____. Principais áreas de risco para alagamentos na cidade de Curitiba/PR, no período de 2009 a 2011. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA AMBIENTAL; SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS, 14., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013.

REBOLHO, B. C. S.; SCORTEGAGNA, A. Principais áreas de risco para desastres naturais na cidade de Curitiba-PR no ano de 2009. In: SEMINÁRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE: ARTIGOS SELECIONADOS, 6., 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba: CRV, 2012.

REBOLHO, B. C. S.; SCORTEGAGNA, A. Principais áreas de risco para desastres naturais na cidade de Curitiba-PR no ano de 2009. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 192-208, jul./dez. 2013.

SALINI, M. F. A **Influência do Fenômeno El Niño Oscilação Sul – ENOS (La Niña e El Niño) na ocorrência de inundações no vale do Taquari-RS**. 2011. 57 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Engenharia Ambiental) – Centro Universitário Univates, Lageado, 2011. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/264/1/MichelineFinattoSalini.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ (SIMEPAR). Disponível em: <www.simepar.br>. Acesso em: 15 jun. 2014.

SOARES, S. et al. **Efeitos do El Niño e da La Niña na Agricultura Brasileira**. São Paulo: INPE, 2008. Disponível em: <<http://baixarosmelhoresseriados.blogspot.com.br/2013/10/efeitos-do-el-nino-e-da-la-nina-na.html>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

SUASSUNA, J. El Niño e La Niña: Instabilidade dos fenômenos cria dificuldades nas previsões meteorológicas. **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, dez. 1998. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=732&Itemid=376>. Acesso em: 10 jul. 2015.

TOMINAGA L. K.; SANTORO, J.; AMARAL R. (Org.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

ULTRAMARI, C.; HUMMELL, B. M. L. Espacializações das vulnerabilidades socioambientais no sul brasileiro. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 5-31, jan./abr. 2010.

ATIVIDADES EMPRESARIAIS REGULADAS PELOS ASPECTOS CONSUMERISTAS E AMBIENTAIS: UMA DISCUSSÃO SOB O ENFOQUE DA SUSTENTABILIDADE

Diego Arthur Igarashi Sanchez¹

Amanda Sawaya Novak²

RESUMO

A sociedade contemporânea acaba sofrendo os impactos da gestão das atividades humanas que decorreram durante toda sua história. Nessas atividades, utilizaram-se de recursos naturais sem a devida cautela, de modo que atualmente uma das maiores preocupações sociais está vinculada ao crescimento econômico de forma sustentável. Diante de tal cenário, ganhou força mundial a ideia da posituação de direitos fundamentais difusos que visam tutelar o desenvolvimento econômico, bem como a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, vislumbra-se justamente a essência de um agir sustentável. Desse modo, fica demonstrado que na efetivação de algum dos direitos fundamentais supramencionados, em sede de tutela jurisdicional, observa-se a existência de colisão, de modo que cabe ao julgador em cada caso concreto, a missão de sopesar tais direitos com o desígnio da eficácia do equilíbrio social.

Palavras-chave: Sociedade. Sustentabilidade. Direitos Fundamentais.

¹ Aluno do 6º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: diego.igarashi@hotmail.com

² Mestra em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: amanda.novak@pnsa.adv.br

INTRODUÇÃO

Ainda sem um marco regulatório definido, a sustentabilidade é abordada pelo direito em diferentes campos. Foco de um primeiro ciclo de estudos, o papel do direito na construção de práticas de sustentabilidade por empresas de São José dos Pinhais foi explorado no Programa de Apoio à Iniciação Científica da FAE, em 2013/2014.

No delineamento dos eixos de estudo desse período, restaram evidenciadas a amplitude do tema e a necessidade de aprofundamento nas dimensões da sustentabilidade mais presentes no cotidiano do público escolhido (meio ambiente e consumo/viés econômico). A opção por este recorte técnico impõe um novo olhar para a questão da sustentabilidade: a tutela dos direitos difusos e as práticas públicas e privadas para sua proteção.

Considerando que, por definição, a preservação destes direitos é de papel do Estado e da sociedade (incluindo setores produtivos e consumidores), o estudo pretende considerar o papel desses três atores.

1 OBJETIVO GERAL

Aprofundar o estudo sobre o estado da arte do impacto da legislação vigente, no que tange a sustentabilidade em seus impactos diretos e indiretos na gestão sustentável referente às atividades empresariais e consumeristas (mercado imobiliário) em São José dos Pinhais/PR, voltando-se a um possível conflito entre direitos difusos (ambiental e consumidor).

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear a legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal que impacte diretamente na gestão da sustentabilidade em seus mais diferentes eixos.
- Identificar as políticas públicas incidentes no campo do meio ambiente urbano e no direito do consumidor, com vistas a atender ao disposto na legislação vigente.
- Identificar eventual conflito axiológico e material entre os direitos difusos entre o direito ambiental e o do consumidor, apontando possíveis equalizações.

2 METODOLOGIA

O trabalho se dividiu em duas etapas. A primeira abrangeu pesquisas de direito material e doutrinário, no âmbito ambiental, urbano e consumidor, com alusão à sustentabilidade e a aplicabilidade desta diante da(o) possível colisão/conflito dos direitos difusos no caso concreto. Na segunda etapa, realizou-se uma pesquisa documental, analisando processos que estejam tramitando ou que já tramitaram na Comarca de São José dos Pinhais que envolvem de forma (in)direta direitos difusos, de modo que terá como objetivo perceber quais são as medidas legais sustentáveis tomadas pelos atores privados ou públicos.

3 SUSTENTABILIDADE

De início, cumpre destacar a grande problemática que segue a sociedade moderna, no que tange às condutas sociais que se relacionam direta e indiretamente com os direitos – fundamentais – e a sustentabilidade.

Acerca deste último tema, pode-se dizer, *a priori*, que a sustentabilidade seria a base para garantir a efetividade de uma boa gestão ambiental. Assim a define Milaré (2013, p. 66): “ela o é, igualmente, para a aplicação de normas legais destinadas a proteger ou preservar os ecossistemas com seus recursos – em benefício do Planeta e da família humana”. Neste diapasão, conceitua-se a sustentabilidade como um atributo referente aos recursos ambientais, que se estende como um conceito ecológico que abrange a capacidade de um ecossistema de atender as necessidades da população que vive em determinado local em detrimento de ações empreendedoras. No que tange ao conceito político, visualiza-se a limitação do crescimento da sociedade em análise aos recursos naturais, haja vista o desígnio de efetivação do bem-estar coletivo. O autor complementa que, sem a aplicação desta noção de sustentabilidade, haveria o comprometimento da biodiversidade, culminando em riscos ao próprio ecossistema. Desta feita, resta evidenciado o quão importante é a necessidade de aplicações práticas efetivas no que tange à ideia de que se viva de forma sustentável (MILARÉ, 2013).

Sob este prisma, percebe-se que boa parte da doutrina se refere à sustentabilidade como dinâmica, conforme disserta Sachs (2002, p. 29), “constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão”. Desse modo, nota-se unânime a ideia de que a sustentabilidade apresenta natureza Multidimensional, da qual se adotará a que possui cinco dimensões.

3.1 DIMENSÃO SOCIAL DE SUSTENTABILIDADE

Nesta primeira dimensão, há, de fato, a correlação com os direitos fundamentais (sociais), pois, na ideia de Freitas (2012, p. 55), “nada serve cogitar da sobrevivência de poucos ou do estilo oligárquico relapso e indiferente, que nega a conexão de todos os seres e a ligação de tudo e, desse modo, a própria natureza imaterial do desenvolvimento”.

Tal ideia remete a uma isonomia social no que tange às imposições estatais, de modo a inexistir benefícios em prol de determinada(s) categoria(s) de pessoa(s) e, em desfavor de outra(s).

Sob este prisma, Sarlet (2010), em referência a outra obra conhecida como *Sociedade de Risco*, menciona que Ulrich Beck³³ identifica situações inerentes à natureza socioambiental e, conseqüentemente, aos riscos ecológicos que acarretam situações notórias de caráter antidemocráticas. Destarte, é notório que, mesmo no plano do meio ambiente, ainda imperam desigualdades sociais.

3.2 DIMENSÃO ÉTICA DE SUSTENTABILIDADE

A dimensão ora em análise é de suma importância para que exista um agir sustentável, sendo que o entendimento do doutrinador Freitas (2012, p. 57) é “No sentido de que todos os seres possuem uma ligação intersubjetiva e natural, donde segue a empática solidariedade como dever-prazer universalizável”.

Deste modo, o cotejo entre ética e sustentabilidade transparece como uma possível solução para que se trabalhem, dentro da sociedade, situações sustentáveis, tendo em vista a concepção de que se uma pessoa é consciente e ética, não possui a intenção causar dano injusto algum para outrem (FREITAS, 2012). Tal agir ético traz a ideia de união entre o bem-estar íntimo e social, que deve preponderar sobre aspectos meramente econômicos.

3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL DE SUSTENTABILIDADE

A presente dimensão refere-se à necessidade de um ambiente saudável e vivível para todos. Desta feita, resta demonstrada a essencialidade de que os atores – público e privado – hajam de maneira sustentável. Desse modo, como a degradação ambiental pode inviabilizar a vida humana (e já inviabilizou civilizações), é incontornável o seu enfrentamento hábil e tempestivo (FREITAS, 2012).

³ Ulrich Beck (1944-2015) foi um sociólogo alemão que lecionou na Universidade de Munique.

3.4 DIMENSÃO ECONÔMICA DE SUSTENTABILIDADE

No que tange ao tema em comento, e da mesma maneira em que se analisa a dimensão ambiental da sustentabilidade, nota-se a necessidade de que os atores – público e privado – atuem de forma uniforme numa reestruturação ética de pensar. A presente dimensão da sustentabilidade traz à baila a conexão existente entre práticas econômicas realizadas em uma sociedade que possui valores, no sentido axiológico, extremamente pecuniários em face de condutas que visam minimamente uma sociedade sustentável (FREITAS, 2012).

3.5 DIMENSÃO JURÍDICO-POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

Segundo Freitas (2012), a dimensão jurídico-política refere-se à sustentabilidade como direito do cidadão e efetivação do bem-estar atual e futuro das novas gerações. Tal ideia remete à norma constitucional relativa ao meio ambiente sustentável, disposta no art. 225 da Constituição Federal.

Resta demonstrado que o direito ao meio ambiente tem como destinatária a sociedade como um todo, inclusive, pode-se dizer que possui como destinatário o próprio gênero humano, sendo que tal premissa encontra fundamento na fraternidade e solidariedade (CANOTILHO et al., 2014).

4 LEGISLAÇÃO PARA PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NO QUE TANGE ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS – EMPRESARIAIS E CONSUMERISTAS

No que atine à legislação pertinente à aplicação de práticas de políticas públicas na efetivação da sustentabilidade em seu sentido amplo, verifica-se a existência de que concomitantemente se comuniquem os órgãos competentes relativos ao tema, isso se nota no art. 23 da Carta Magna, que define a competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, especialmente nos incisos III ao X (abrangendo o combate à pobreza, desenvolvimento urbano e econômico e também o bem-estar de todos).

Almeida (2014, p. 749) afirma que a proteção ambiental não se trata meramente de um modismo ecológico, mas de uma preocupação de repercussão mundial, tendo em vista sua ligação direta com a qualidade de vida humana no planeta. Ademais, Figueiredo (2013, p. 88) destaca a relevância da atribuição de competência aos municípios na legislação de interesses locais de modo a complementar a legislação estadual e federal no que couber, na forma do art. 30 da Lei Maior.

O professor Fiorillo (2013, p. 223) assevera que é no Município que se reúnem condições favoráveis a atender de pronto as necessidades relativas aos cidadãos que residem em determinado local, mas que as decisões podem ter repercussão em todo território nacional.

5 DIREITOS FUNDAMENTAIS

De toda sorte, se verifica a necessidade de se fazer uma correlação do tema ora discutido (sustentabilidade) com os direitos fundamentais, principalmente no que tange aos direitos difusos, pois estão diretamente ligados à estrutura da presente pesquisa.

No que tange ao tema em comento, Silva⁴ (2005) define os direitos fundamentais como princípios que implicam na ideologia política do ordenamento jurídico, para a garantia da dignidade, igualdade e liberdade.

Neste diapasão, Abboud (2011) menciona que os direitos fundamentais possuem absoluta normatividade devendo ser aplicados imediatamente.

Destarte, são atribuídas certas características pertinentes aos direitos fundamentais conforme restará demonstrado. Preliminarmente, existe a historicidade, ou seja, nascem e modificam-se e, sob este prisma, o autor confirma a ideia de que os direitos fundamentais são frutos do desenvolvimento histórico cultural de cada sociedade e assim, revelam-se como sendo cumulativos (ABBOUD, 2011). Outras características dos Direitos Fundamentais é que eles são inalienáveis, intransferíveis e inegociáveis, este último, por não se tratarem de direitos de conteúdo econômico.

Os direitos fundamentais também são imprescritíveis. Isso quer dizer que em momento algum deixam de ser exigíveis jurisdicionalmente (MORAES, 2005). Ainda sob este prisma, segundo Wolkmer (2013), vislumbrou-se a existência de que o homem possui direitos naturais muito antes da sociedade política. E, sobre o tema, Abboud (2011) vislumbra que os direitos fundamentais (*Grundrechte*) constituem na atualidade o conceito que engloba os direitos humanos universais e os direitos nacionais dos cidadãos.

5.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS TRANSINDIVIDUAIS

Segundo Wolkmer (2013), os direitos difusos podem ser definidos como sendo de ordem física e genérica, que tem como escopo a satisfação comum a todos, de modo

⁴ José Afonso da Silva é especialista em Direito Constitucional e teve grande influência na criação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

que não existe um número de pessoas determinado para se atingir e, além de serem indivisíveis, constata-se que a cessão ao direito de um único interessado importará em lesão a todos os demais.

A titularidade desses direitos, na maior parte das vezes, é indeterminada. É impossível identificar com precisão todos os titulares do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, do direito de ingressar no serviço público mediante concurso público ou do direito a informações idôneas nas relações de consumo (FIGUEIREDO, 2013, p. 45).

Por fim, Barroso (2007) ainda traz a conceituação de Direitos individuais homogêneos que, em sua concepção, seria espécie de direitos transindividuais, que por sua vez, possuem uma origem comum de direitos divisíveis com titulares certos e homogeneidade. Origem comum se refere ao fundamento da pretensão e, por homogeneidade, entende-se a proximidade das pessoas que integram uma classe.

5.1.1 Direito ao Meio Ambiente

Possui relação direta com a ideia da sustentabilidade, Silva (2010, p. 18) conceitua da seguinte forma: “o meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais, e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”.

Ademais, encontra-se o conceito legal para meio ambiente no art. 3º, I, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Neste contexto, Bessa (2014) define o Direito Ambiental como a norma que estabelece mecanismos que disciplinam as condutas humanas em detrimento do meio ambiente, com desígnio de que haja um equilíbrio preponderante.

Destarte, nota-se que o direito fundamental ao meio ambiente saudável teve como marco regulatório inicial a Conferência das Nações Unidas, realizada em Estocolmo, capital da Suécia, em junho de 1972. Tal encontro ficou conhecido como *Declaração do Meio Ambiente*⁵, sendo que foram reconhecidos e positivados 26 princípios fundamentais concernentes à proteção ambiental.

Ademais, conforme menciona Silva (2010), o meio ambiente (natural e artificial) equilibrado, é essencial para o bem-estar da pessoa humana, consequentemente,

⁵ *Texto constitucional la salvaguardia del medio ambiente*, Revista de Derecho urbanístico 58/98. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972.*

também essencial para a efetivação de outros direitos fundamentais, inclusive o direito à vida. No direito nacional, verifica-se que o Direito Ambiental ganhou força constitucional, no art. 225 da Carta Magna em 1988.

5.1.1.1 Licenciamento ambiental

Bessa (2014) preleciona que o licenciamento ambiental refere-se à principal manifestação do poder de polícia de ações do Estado no que concerne a atividades que se utilizam de recursos ambientais. É obrigatório na forma do art. 10, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Segundo Milaré (2013), é prática do poder de polícia administrativa e não deve ser considerado como obstáculo teimoso ao desenvolvimento.

Figueiredo (2013) faz uma análise no sentido de que inexistente atividade humana que não altere, mesmo que minimamente, o meio ambiente. Desta feita, se exigiria o licenciamento para qualquer atividade humana que, em tese, devesse haver intervenção ambiental, sendo que tal pensamento trata-se de um preciosismo que, se colocado em prática, ensejaria numa ineficácia do referido instituto jurídico.

5.1.2 Direito do Consumidor/Consumo

Marinoni (2004) cita que o legislador constituinte resolveu introduzir o direito do consumidor no bojo dos direitos fundamentais, em razão disso e em consonância com o art. 48 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), editou-se o Código de Defesa do Consumidor. As regras, a primeiro modo, possuem como escopo a proteção dos consumidores, contudo, não se limitam a isso.

Moraes (2006, p. 721) disserta no seguinte sentido:

A ordem econômica constitucional (CF, arts. 170 a 181), fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos expressamente previstos em lei. E tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios previstos no art. 170.

Em complemento à ideia de Moraes (2006), verifica-se no art. 170 da Carta Constitucional:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego; [...]

Sob este prisma, preceitua Figueiredo (2013, p. 120) que “o elo entre o Direito Ambiental e o Direito Econômico é tão forte que a Constituição Federal consagra a defesa do meio ambiente como um dos nove grandes princípios gerais da atividade econômica (art. 170, VI)”.

Ainda, menciona da notória presença do Direito Ambiental no contexto econômico, principalmente no que tange a políticas públicas relacionadas à sustentabilidade, tal ideia se verifica na concessão de licenças ambientais para que se possam desenvolver atividades econômicas sustentáveis.

5.2 COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Tendo em vista que o direito consumerista está diretamente ligado à ideia de desenvolvimento econômico, por meio de atividades de atores públicos ou privados, é evidente que acaba interferindo de forma direta em situações relativas à sustentabilidade e impactos ao meio ambiente, *lato sensu*, bem como em atividades por muitas vezes não sustentáveis, haja vista a grande valoração axiológica que a moeda possui dentro do seio social.

Assim, observar-se-á uma possível colisão de direitos fundamentais. Acerca do tema, Avanci (2010) ressalva a importância de se analisar a diferença entre conflito e colisão de direitos. O **conflito** se refere a normas distintas e é resolvido pela aplicação de princípios. Já na **colisão**, aplica-se a regra da física de que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo.

Neste diapasão, a ideia de Canotilho (1992) é justamente que a colisão de direitos fundamentais ocorre quando o titular de um direito, ao exercê-lo, acaba por colidir com o direito exercido por outro titular diferente.

Levando em consideração que não existe hierarquia entre as normas constitucionais com enfoque nos direitos fundamentais, nota-se que inexistem algum tipo de conflito. Todavia, é cristalina a evidência da existência da colisão de direitos fundamentais, tendo em vista que, mormente, quando há um confronto no plano fático, o exercício de um direito fundamental, acaba excluindo o outro. No presente trabalho, como sendo objeto de estudos dois direitos fundamentais difusos, tais como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito do consumidor (*lato sensu*), torna-se indubitável a existência de colisão entre ambos, tendo em vista a proteção da norma constitucional dos referidos direitos fundamentais, de modo que, no plano fático, percebe-se contradição em sua efetivação.

Segundo Avanci (2010), no Brasil normalmente há algum choque entre dois – ou mais – direitos fundamentais no caso concreto. Surge aí o grande problema da aplicação da “melhor” norma.

Sobre o tema, Alexy (2001 apud ARAGÃO, 2011, p. 295), que foi influenciado por Dworkin, defende a ideia de que o choque entre direitos fundamentais deve ser resolvido por meio de valoração, ou seja, haverá a escolha por determinado direito conforme as ponderações que estiverem envolvidas no conflito. Deste modo, no caso concreto, tendo em vista que os direitos fundamentais são equivalentes no plano abstrato, o que tiver maior peso prevalecerá em determinadas circunstâncias.

5.2.1 Possível Equalização entre a Colisão de Direitos Fundamentais em Prol de Melhorias Sustentáveis de Acordo com a Teoria da Sociedade de Risco

Insta mencionar a existência de muitos malefícios dentro da sociedade, principalmente na atividade de produção de bens, e isso não ocorre apenas na geração atual, pois acarretará em consequências também para gerações futuras. É evidente que boa parte dos danos ambientais são causados principalmente por quem detém os meios de produção e consequentemente por seus consumidores, e o que causa bastante preocupação é que os referidos danos não ocorrem em apenas um setor, mas sim, de forma ampla.

Existe um apelo ético, no plano local e global, por uma necessária e urgente mudança de valores, padrões e posturas mais sustentáveis, tanto para as gerações presentes como para as futuras. A chamada ética ambiental passou a ser uma medição fundamental para que haja uma mudança nos hábitos social e ecologicamente injustos e incorretos, com o objetivo de construir novos costumes, que sejam mais adequados às mudanças ambientais que estão ocorrendo e que, certamente, se agravarão num futuro próximo. (BERTONCINI; PILOTTO, 2013, p. 7)

Destarte, conforme prelecionam Bertoncini e Pilotto (2013), a nova ética exerce um papel fundamental diante da crise ambiental, principalmente nos costumes sociais referentes à sustentabilidade social, ambiental e planetária, de modo a impor limites no uso de recursos naturais no trabalho e produção, assim, não colocando em perigo a própria espécie humana.

6 PESQUISA DOCUMENTAL EM CASOS CONCRETOS NA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Diante da pesquisa bibliográfica realizada e feita breve introdução aos temas necessários para posterior abordagem, foi realizado um estudo documental, do qual se fará uma correlação da aplicação prática concernente às atribuições doutrinárias e legislações referentes aos direitos difusos do meio ambiente ecologicamente equilibrado e consumidor, com escopo de se verificar as posições jurisdicionais diante de tais relações nos limítrofes do Município de São José dos Pinhais.

Desta feita, diante de tal recorte metodológico, buscou-se no primeiro distribuidor de São José dos Pinhais situações em que envolvessem concretamente a colisão de direitos fundamentais em sede de juízo de primeiro grau, verificados por meio do sistema do Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná (Projudi). Foram constatados 97 processos, dos quais foram escolhidos cinco para análise no caso concreto, considerando os seguintes critérios: a) disponibilidade de acesso às informações via Projudi e consulta aos processos em Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR); b) andamento processual (ao menos com lide regularmente constituída); c) critério geográfico: processos autuados em São José dos Pinhais, local com grande concentração de áreas de proteção ambiental, grandes empreendimentos imobiliários (com alto impacto econômico e consumerista) em áreas ambientais protegidas pelos entes federados.

Em todos os processos, o posicionamento do Judiciário foi pela proteção do Meio Ambiente e da tutela dos direitos difusos consumeristas, em face do caráter econômico e do desenvolvimento urbano.

6.1 CASO CONCRETO NÚMERO 1

O primeiro feito a ser analisado, em que foi provocada a tutela jurisdicional para decisão numa relação que resta clarividente o envolvimento de dois direitos fundamentais, possui a seguinte autuação: 002*****-*****.0035.

A demanda em análise tem como objeto principal a rescisão de um contrato de promessa de compra e venda de imóvel vendido na planta, pagamento de valores em favor do negócio realizado. Verificou-se que o empreendimento possuía centenas de apartamentos que foram vendidos quase em sua totalidade. Porém, a obra sequer foi iniciada pela construtora, visto que a comercialização do bem imóvel ocorreu sem que houvesse autorização do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e da Prefeitura de São José dos Pinhais. Inclusive, um dos motivos para a propositura da ação em comento foi em virtude da demora para começar as obras, mas principalmente após a descoberta de que a área em que, em tese, seria construído o empreendimento imobiliário, é área de manancial⁶ de abastecimento público e proteção ambiental.

Após a instrução probatória, o juiz *a quo* reconheceu em sentença a relação de consumo entre as partes aplicando a lei consumerista mencionada anteriormente, condenando a ré ao ressarcimento dos valores pagos.

Nas razões de apelação, o apelante alegou que antes de formular o pedido de licença ambiental no IAP, o projeto já havia sido aprovado pela prefeitura de São José dos Pinhais, diz ainda que cumpriu todas as condicionantes impostas pelo Conselho Municipal de Urbanismo e somente realizou a comercialização dos imóveis diante da aprovação do projeto, alegando inexistir ato ilícito. O recurso ainda não foi apreciado. A lide encontra-se na 17ª câmara cível do TJPR, onde aguarda decisão em segundo grau. Desta feita, impossibilitada assim a análise da fundamentação do voto do Relator e demais desembargadores competentes para julgar o recurso.

6.2 CASO CONCRETO NÚMERO 2

O processo em análise foi autuado sob o número 0025*****.0035 e tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais e também versa sobre compra de imóvel de grande empreendimento imobiliário em área ambiental. Neste caso, destaca-se que, dentre outros argumentos, a requerida alegou ilegitimidade passiva ao dizer que o insucesso do empreendimento ocorreu em virtude do erro causado pelo Município de São José dos Pinhais, devendo este figurar no polo passivo da demanda, e que gera expressiva atividade econômica, gerando empregos e renda. No feito em debate, ainda não houve sentença, mas resta evidenciada a existência de colisão entre dois direitos fundamentais difusos referentes ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e atividade econômica, ou consumo, *lato sensu*.

⁶ Considera-se o conceito de manancial fornecido pelo Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/aguas-urbanas/mananciais>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

6.3 CASO CONCRETO NÚMERO 3

O presente caso em apreço refere-se à ação de indenização por danos morais tramitando na 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais, autuado sob o número 0023*****.0035.

O autor relata que a requerida nunca teve licenciamento ambiental concedido pelo IAP para efetivação do referido empreendimento, e mesmo assim disponibilizou a venda de imóveis. Em sede de contestação, a requerida continua a tese de que antes de formular o pedido de licença ambiental no IAP, já possuía o projeto aprovado pela prefeitura de São José dos Pinhais, gerando expectativa para que houvesse efetivamente a construção do empreendimento. Alega, inclusive, que, para a comercialização dos imóveis, não há a necessidade de prévia licença ambiental, tendo em vista que, segundo a defesa, seria o suficiente para as vendas, a simples aprovação do projeto. A sentença do referido caso concreto foi proferida em 24 de setembro de 2014, na qual foi decidido o quantum indenizatório de R\$ 10.000,00 em desfavor da construtora, tendo em vista que a promessa de compra e venda ocorreu mesmo mediante indeferimento de construção pelo IAP. Em sede de Tribunal, a apelação foi autuada sob o número 13*****-3 e sua tramitação está ocorrendo na 3ª Câmara Cível do TJPR, ainda sem decisão definitiva. Portanto, restando prejudicada qualquer análise de acórdão ou decisão liminar que se envolvesse direitos fundamentais difusos.

6.4 CASO CONCRETO NÚMERO 4

O quarto caso para análise refere-se aos autos de número 0020*****35, que tramita na Comarca de São José dos Pinhais por meio de rito ordinário, na 3ª Vara Cível em ação de Rescisão Contratual c/c Indenização por Danos Morais e Materiais. Em síntese, o requerente alega que celebrou contrato de promessa de compra e venda de imóvel em fevereiro de 2012, porém a requerida não possuía liberação ambiental e, inclusive, junta laudo emitido pelo IAP, no qual se revela haver bacia de manancial que abastece a população de São José dos Pinhais. Alega ainda a inexistência de autorização da prefeitura para a construção do empreendimento.

Na contestação, a requerida diz que em momento algum negligenciou na negociação referente ao empreendimento e que foi tão prejudicada quanto o requerido, tendo em vista que se criou expectativa para a construção do empreendimento diante da aprovação do projeto de incorporação junto ao município. Assume do indeferimento do IAP, haja vista que o terreno a ser construído é de preservação ambiental e que este seria o único impasse para que a obra não fosse adiante.

Em sede de impugnação à contestação (réplica), o autor defende ainda que além do terreno se localizar em área de manancial de abastecimento público, estão localizados em área de segurança aeroportuária, demonstrando-se assim outro empecilho para que a obra se desenvolvesse.

O processo em análise teve sentença proferida em 8 de setembro de 2014, na qual foi decidido que a requerida deverá pagar a título de danos morais o valor de R\$ 20.000,00, corrigidos, e que sejam devolvidos os valores pagos pelo requerente à requerida, além de ser suspensa a exigibilidade da obrigação frente a requerente.

Em segundo grau, a apelação foi autuada sob o número 13****-2, mas as partes transacionaram acordo, o que resultou na perda do objeto, e, diante disso, foi negado provimento ao recurso com fulcro no art. 557, *caput* do Código de Processo Civil. Desta feita ficando impossibilitada análise de fundamentação em sede de Tribunal concernente aos direitos fundamentais.

6.5 CASO CONCRETO NÚMERO 5

A quinta demanda a ser analisada foi autuada sob o número 0020*****0035 e tramita na 2ª Vara Cível de São José dos Pinhais.

Neste caso, o empreendimento foi comercializado em área de bacia de manancial que abastece a população de São José dos Pinhais.

Na contestação, a requerida sustentou que não houve má-fé de sua parte tendo em vista que houve aprovação do projeto para a construção do condomínio pela prefeitura de São José dos Pinhais, mas que não ocorreu o deferimento com relação ao requerimento no IAP, devido à área do empreendimento ser de preservação ambiental.

Também alega que, na condição de sociedade empresária, contribui com o desenvolvimento econômico e geração de empregos, além disso, com o pagamento de impostos e circulação de riquezas, exercendo, assim, sua função social no que tange ao consumo de massa. Houve transação (acordo), no qual foi demonstrado que o requerido efetuará o pagamento de R\$ 18.184,89 para o requerente, de modo que tal transação foi homologada pelo juiz e posteriormente o feito transitou em julgado, restando prejudicado análise da fundamentação do juízo com relação aos direitos fundamentais.

7 INDEFERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL PROFERIDA PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)

Tendo em vista que todas as ações anteriormente debatidas mencionam a concessão da autorização ambiental para que se procedesse com a construção do referido empreendimento, se analisará a fundamentação legal da decisão indeferida. Cumpre destacar que o IAP é uma autarquia instituída pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992, criada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), e tem como missão a proteção, preservação, conservação, controle, e recuperação de patrimônio ambiental, visando melhor qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

De todo modo, a motivação dos indeferimentos basearam-se no Decreto Estadual nº 3.411, de 10 de setembro de 2008 (áreas de manancial), Decreto Federal nº 83.399, de 3 de maio de 1979 (área de segurança aeroportuária consoante Lei Federal nº 7.566, de 19 de dezembro de 1986, demonstrando a preocupação com a sustentabilidade urbana e espacial).

Ademais, os arts. 9º, 10 e 11 do Decreto Estadual nº 6.390, de 29 de março de 2006, instituem que a Comec deve se manifestar em processos administrativos de licenciamento ambiental de forma prévia, julgando conclusivamente se favorável.

No que tange ao conceito de manancial, verifica-se a existência de definição legal conforme se nota na Lei Estadual nº 8.935, de 7 de março de 1989. Em complemento aos preceitos normativos supramencionados, a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts. 207 e 210, estabelece a prevalência da preservação ambiental em face do crescimento urbano desenfreado.

CONCLUSÃO

De início, cumpre destacar que a sociedade fulcra-se no primado de que o desenvolvimento econômico é um direito fundamental apoiado pelos atores públicos e privados. Por outro lado, como já demonstrado, a sustentabilidade visa proteger ecossistemas e seus recursos em prol do Planeta e da família humana. Assim, o crescimento populacional, o aglomeramento nas grandes cidades e a necessidade de impulso econômico são alicerces para o estímulo ao consumo. O equilíbrio entre tais direitos fundamentais – que integram todas as faces da sustentabilidade – é realizado pelo Poder Judiciário, quando invocado.

Nos casos concretos analisados, evidencia-se a contraposição dentre tais direitos (desenvolvimento econômico, consumo e meio ambiente), indicando a questão ambiental como entrave principal.

Sob esse prisma, restou demonstrado que, de fato, há colisão de direitos fundamentais e isso se percebe ao analisar os casos concretos. Tendo em vista que, quando efetivado um direito fundamental no caso concreto, existe a necessidade de que não se aplique outro que estiver em choque. De toda sorte, verificou-se que há o respeito às legislações existentes que efetivam uma gestão ambiental sustentável, pois, até o presente momento, não ocorreu liberação para a execução da obra que, em tese, seria realizada em área de manancial. Nesse diapasão, resta clarividente também que os entes da administração pública, pelo menos nos casos em análise, trabalham de forma harmoniosa, levando em consideração o bem comum. Assim, a equalização entre tais direitos fundamentais é precedida por uma discussão de cunho ético, do estabelecimento e prevalência do agir ético planetário e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABBOUD, G. **Jurisdição constitucional e direitos fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ALMEIDA, F. D. M. de. Art. 23, VI – Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. In: CANOTILHO, J. J. G. et al. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- ARAGÃO, J. C. M. Choque entre direitos fundamentais: Consenso ou controvérsia? **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 48, n. 189, p. 259-268, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242874/000910807.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- AVANCI, T. F. S. **A colisão de direitos fundamentais**: há colisão de Direitos fundamentais? 2010. Disponível em: <[http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-16/RBDC-16-193-Artigo_Thiago_Felipe_S._Avanci_\(A_Colisao_de_Direitos_Fundamentais\).pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-16/RBDC-16-193-Artigo_Thiago_Felipe_S._Avanci_(A_Colisao_de_Direitos_Fundamentais).pdf)>. Acesso em: 17 maio 2015.
- BARROSO, L. R. A proteção coletiva dos direitos no Brasil e alguns aspectos da Class Action norte americana. **De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 8, p. 34-55, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/211/prote%C3%A7%C3%A3o%20coletiva%20direitos_Barroso.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Trad. Jorge Navarro, Daniel Jimenez e Maria Rosa Borrás. Barcelona: Paidós, 2001.
- BERTONCINI, M. E. S. N.; PILOTTO, M. A. **Dano ambiental na sociedade de risco**: aspectos constitucionais e a atuação do Estado, 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=359f449e012b58f3>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- BESSA, A. **Direito Ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Título VIII – Da Ordem Social – Capítulo VI – Do Meio Ambiente. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5. set. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_225_.asp>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- _____. Lei n. 7.566, de 19 de dezembro de 1986. Autoriza a criação do Fundo para Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Doce. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L7566.htm>. Acesso em: 22 dez. 2015.

BRASIL. Decreto n. 83.399, de 3 de maio de 1979. Regulamenta o Capítulo III do Título IV do Código Brasileiro do Ar (das zonas de proteção de aeródromos, de helipontos e de auxílios à navegação aérea). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83399-3-maio-1979-432723-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1992.

CANOTILHO, J. J. et al. **Comentários à constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

FIGUEIREDO, G. J. P. de. **Curso de Direito Ambiental**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GRINOVER, A. P. O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, out. 2008.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 99-119, jul./dez. 2003.

MARINONI, L. G. A tutela específica do consumidor. **Revista Jurídica**, São Paulo, v. 52, n. 315, p. 4-48, 2004. Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Luiz%20G.%20Marinoni%20-%20formatado.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

MARQUES, C. I. L. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MENDES, G. F. E. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2005.

PARANÁ. Decreto n. 3.411, de 10 de setembro de 2008. Declara as áreas de interesse de mananciais de abastecimento público da região metropolitana de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 11. set. 2008. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=48466>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. Decreto 6.390, de 29 de março de 2006. Declara as áreas de interesse de Mananciais de Abastecimento Público da Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/decretoe6390-06.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

PARANÁ. Lei Estadual n. 8.935, de 7 de março de 1989. Dispõe sobre requisitos mínimos para as águas provenientes de bacias mananciais destinadas a abastecimento público e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 8 mar. 1992. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=6223&codLte=Ato=45918>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. Lei Estadual n. 10.066, de 27 de julho de 1992. Cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, a entidade autárquica Instituto Ambiental do Paraná – IAP e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, jul. 1992. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/LEIS/LEI_ESTADUAL_10066_1992.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015.

PORTANOVA, R. S. Direitos humanos e meio ambiente: uma revolução de paradigma para o século XXI. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2, p. 56-72, 2005.

REFINETTI, M. L. **Política urbana, política ambiental e direito à cidade**. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento, incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SARLET, I. W. **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2010.

SARMENTO, D. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SILVA, C. L. da (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico, integrado e adaptativo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. **Direito Ambiental Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1995.

WOLKMER, A. C. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 2, n. 31, p. 121-148, 2013.

WCED – World Commission on Environment and Development. **Our common future**. Oxford : Oxford University , 1987.

DESENVOLVIMENTO DE UM ENCARTE DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM GRANDES EVENTOS – ESTUDO DE CASO: COPA DO MUNDO FIFA 2014™

Nicolas Nastas¹

Rodrigo de Almeida²

RESUMO

O gerenciamento dos resíduos sólidos gerados em grandes eventos requer uma gestão ambientalmente adequada, sendo de responsabilidade dos geradores diretos e indiretos atentar-se às questões de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação e disposição final em acordo com o previsto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Para a elaboração desta pesquisa foi adotada a metodologia estudo de caso. No presente trabalho foram levantadas as medidas relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos, utilizadas nos eventos e jogos da Copa do Mundo FIFA 2014™ realizados nas cidades-sede de Curitiba e Salvador. O estudo teve como objetivo apresentar as práticas na gestão de resíduos sólidos destes eventos, no intuito de elaborar um encarte de boas práticas na gestão de resíduos sólidos que possa ser utilizado no planejamento de futuros grandes eventos.

A partir da análise das medidas adotadas para o gerenciamento de resíduos sólidos em eventos e jogos oficiais da Copa do Mundo FIFA 2014™, identificou-se que as medidas adotadas estavam em conformidade com a legislação nacional e atingiram as metas estabelecidas pela PNRS. As principais medidas levantadas nas cidades-sede envolveram treinamento dos catadores de papel para realização da coleta seletiva no entorno do estádio, no interior do estádio e em demais eventos oficiais e destinação adequada dos resíduos recicláveis gerados nos eventos oficiais.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos, Gestão Integrada, Boas Práticas.

¹ Aluno do 5º ano do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail:* nicolasnastas@gmail.com

² Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade Positivo. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail:* rodrigo.almeida@fae.edu

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, determina o gerenciamento dos resíduos sólidos, o qual envolve um conjunto de ações na coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe, 2014), a geração de resíduos aumenta ano a ano, tanto em termos absolutos quanto *per capita*.

Em grandes eventos, em função do grande volume gerado de resíduos associado ao curto espaço de tempo, surge o desafio da realização de um manejo eficiente. Em geral, confronta-se um público numeroso e diversificado com uma gestão de resíduos incompatível com o planejamento, execução, monitoramento, contingência e comunicação. Isso resulta em um cenário em que os resíduos protagonizam as críticas da sociedade, alto impacto ambiental, insalubridade, poluição visual e disposição em aterro sanitário, sem prevalecer o reaproveitamento, a reciclagem e a inclusão social (PNUD, 2013).

O presente estudo foi baseado em pesquisa e levantamento de dados referentes aos resíduos sólidos gerados em grandes eventos durante a Copa do Mundo FIFA 2014™, que ocorreu no Brasil. Foram levantadas as medidas mitigadoras referentes à geração e destinação dos resíduos sólidos gerados nos estádios, em dias de jogos e durante os eventos *Fan Fest*. Por meio desses dados, foram avaliadas as medidas mais efetivas a fim de se chegar à elaboração de um encarte de boas práticas em grandes eventos, visando diminuir a geração e garantindo a destinação final adequada dos resíduos sólidos gerados, que poderá ser aplicado a feiras, shows, conferências, congressos etc.

O objetivo geral do estudo é elaborar um encarte de boas práticas na gestão de resíduos sólidos em grandes eventos, com base nas medidas adotadas nos eventos oficiais da Copa do Mundo FIFA 2014™. Pretende-se também identificar a composição dos resíduos gerados nos eventos da Copa do Mundo FIFA 2014™; realizar o diagnóstico das ações implementadas nesses eventos; e levantar as boas práticas adotadas no gerenciamento de resíduos sólidos.

1 METODOLOGIA

Para a elaboração da pesquisa foi adotada a metodologia estudo de caso, a qual consiste em explorar múltiplos casos por meio da coleta de dados de diferentes fontes de informação, a fim de garantir um aprofundamento maior no assunto (CRESWELL,

1998). Um estudo de caso gera a possibilidade de realizar previsões futuras analisando ocorrências passadas em casos similares (ELLRAM, 1996).

Araújo (2008) define estudo de caso como uma investigação sobre uma situação específica, que busca identificar o que há de característico, contribuindo para a compreensão global de um fenômeno de interesse.

Dessa forma, a elaboração deste relatório de pesquisa ocorreu com o desenvolvimento de atividades distribuídas nas etapas necessárias para o desenvolvimento de um estudo de caso.

As atividades foram desenvolvidas de acordo com as seguintes etapas:

- **Planejamento:** delimitação do tema; definição dos limites do estudo de caso e definição da estrutura do relatório de pesquisa.
- **Desenvolvimento:** levantamento da fundamentação teórica pertinente ao estudo da pesquisa científica; coleta de dados; análise dos dados; e tabulação de resultados.
- **Encerramento:** elaboração das considerações finais; revisão final do relatório; revisão da formatação do relatório; elaboração do artigo científico.

Durante a fase de planejamento o tema foi definido em conjunto com a definição dos limites do estudo de caso. As cidades-sede foco desse estudo, Curitiba e Salvador, foram selecionadas durante a etapa inicial.

Após a apresentação e aprovação do pré-projeto de pesquisa, iniciou-se a atividade de levantamento da fundamentação teórica relacionada aos resíduos sólidos e seu gerenciamento adequado. Nessa etapa foi abordada a legislação que rege o gerenciamento de resíduos e aprofundados os conceitos quanto à geração, transporte, destinação e disposição final dos resíduos sólidos no Brasil, e apresentação dos princípios da gestão de resíduos sólidos em grandes eventos.

Concluída a elaboração da fundamentação teórica, deu-se início à coleta de dados quanto às medidas de gerenciamento de resíduos sólidos adotadas pelos estádios na Copa do Mundo FIFA 2014™. As medidas foram analisadas e tabuladas a fim de se obter comparativos entre as duas cidades-sede.

A etapa final, denominada **encerramento do projeto de pesquisa**, envolve atividades de revisão final de relatório, revisão de formatação do relatório e elaboração do artigo científico.

2 RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

Apresentaremos a seguir o levantamento relacionado à legislação brasileira no que tange a gestão dos resíduos sólidos gerados em centros urbanos. São apresentadas ainda as definições, as diferentes formas de classificação, bem como as características dos resíduos sólidos gerados em grandes eventos.

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a PNRS, define os resíduos sólidos como qualquer “material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade”.

A norma da ABNT 10004 (2004, p. 1) vai além, definindo-os como:

Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor técnica disponível.

O gerenciamento dos resíduos sólidos engloba as etapas de coleta, transporte e principalmente a destinação final ambientalmente adequada, “que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético” antes que ocorra sua disposição final em aterros sanitários (BRASIL, 2010).

Os resíduos sólidos gerados em grandes eventos são classificados em acordo com a PNRS, sendo aqueles gerados em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, que mesmo caracterizados como não perigosos são passíveis de elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) devido à sua natureza, composição e volume. Ressalta-se que o PGRS é requerido para concessão do licenciamento ambiental por órgão competente (BRASIL, 2010).

É de responsabilidade do gerador de resíduos sólidos implementar um gerenciamento integrado do PGRS, assim como a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte e destinação final não isenta a responsabilidade do gerador dos resíduos em suas atividades (BRASIL, 2010).

A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto prevê que o manejo dos resíduos sólidos aconteça de forma conjunta entre fabricantes, comerciantes

e consumidores. Deve ainda, sempre que possível, reaproveitar os resíduos, reduzir a geração, utilizar insumos menos danosos ao meio ambiente, estimular uso de materiais recicláveis e incentivar práticas de responsabilidade social (BRASIL, 2010).

2.2 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Os resíduos sólidos são classificados pelo o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT/CEMPRE, 2000) de acordo com sua:

- classificação física: secos ou molhados;
- composição química: orgânicos ou inorgânicos;
- origem: domiciliar, comercial, de serviços de saúde, público, agrícola, nuclear e da construção civil.

A partir dessa classificação, os resíduos sólidos gerados em grandes eventos podem ser classificados como secos ou molhados, orgânicos ou inorgânicos e de origem comercial.

2.3 RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS EM GRANDES EVENTOS

É característico que em grandes eventos ocorra o consumo de alimentos e bebidas, gerando um grande número de embalagens descartáveis de materiais distintos, como papel, plástico, vidro, aço e alumínio, sendo que muitas dessas embalagens são recicláveis (LIMA, 2010).

A responsabilidade compartilhada pela gestão adequada dos resíduos sólidos abrange a sociedade como um todo – cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada. Os indivíduos são responsáveis pela disposição correta dos resíduos que geram, levando o setor privado a se responsabilizar pelo gerenciamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos e pela sua reincorporação na cadeia produtiva sempre que possível. Cabe então aos grandes geradores a elaboração e implementação dos planos de gestão de resíduos sólidos, assim como dos demais instrumentos previstos na PNRS (SMMA, 2010).

Sendo assim, pode ser considerada uma boa prática na gestão de resíduos sólidos as ações que englobam as esferas econômica, ambiental e social. Os seguintes critérios atingem essas esferas (SMMA, 2014):

- catadores de materiais recicláveis;
- coleta seletiva;
- logística reversa;
- elaboração de um PGRS.

3 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA COPA DO MUNDO FIFA 2014™

O presente estudo levantou as legislações relacionadas à gestão de resíduos sólidos brasileira com foco nos grandes geradores. A principal Lei identificada foi a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a PNRS e determina a elaboração de um Programa de Gerenciamento de Resíduos sólidos como ferramenta para realizar uma gestão adequada dos resíduos sólidos. A partir dessa premissa, observou-se que os estádios elaboraram um PGRS de acordo com a legislação nacional, envolvendo ações de coleta seletiva, inclusão social e redução nos impactos ambientais.

3.1 PRINCÍPIOS DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS

Durante os meses de junho e julho de 2014, o Brasil sediou o evento Copa do Mundo FIFA 2014™. Com a participação de 32 países e jogos distribuídos por oito capitais brasileiras, foi proposto o seguinte desafio: promover a **Copa Verde**, observando a ocorrência de impactos ambientais e buscando soluções a fim de mitigar esses impactos.

Teve-se como missão a organizar e implementar um evento sustentável, promovendo a mitigação dos impactos negativos e a potencialização dos impactos positivos sobre a sociedade e o meio ambiente (FIFA, 2012).

Segundo o PNUD (2012), os tópicos a seguir são diretrizes que caracterizam uma gestão integrada de resíduos sólidos:

- aproveitamento máximo dos resíduos antes do envio para a disposição final no aterro sanitário;
- adoção da hierarquia da gestão: não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento e disposição final adequados;
- avaliação de outros grandes eventos para entender as lições aprendidas e os desafios colocados na gestão dos resíduos sólidos;
- avaliação das possíveis soluções considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural, tecnológica e social;
- foco nas ações para o alcance dos objetivos específicos.

No QUADRO 1 estão destacadas as medidas de mitigação mais apropriadas para uma correta gestão de resíduos em eventos de grande magnitude:

QUADRO 1 – Medidas e ações para gestão de resíduos sólidos

MEDIDAS	AÇÕES ENVOLVIDAS
PGRS	Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos seguindo as orientações da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Evitar e reduzir	• Disponibilizar pontos de fornecimento de água de forma que visitantes e funcionários possam repor as garrafas d'água em vez de comprar novas; • desencorajar o uso de sacolas plásticas; • alugar ao invés de comprar materiais de estrutura temporária; • utilizar guardanapos em substituição às caixas de papel para servir os alimentos rápidos; • otimizar o projeto de minimização de uso de materiais; • utilizar materiais recicláveis na produção de embalagens e outros produtos.
Reutilização e reciclagem	• Uso de materiais, como alumínio ou papel, que possam ser facilmente reciclados; • implementação de campanhas de comunicação e sinalização para incentivar o público em geral a minimizar o desperdício, segregando os resíduos; • fornecimento suficiente de lixeiras de segregação de resíduos em locais apropriados; • emprego de coletores de resíduos e “pontos de recepção de materiais recicláveis”; • fornecimento de espaços para processamento e armazenamento de resíduos.
Recuperação	Aproveitamento do biogás de aterros em projetos de geração de energia elétrica.
Publicidade	• Promoção de materiais de origem local e produtos fabricados localmente; • escolhas de materiais sustentáveis; • previsão cuidadosa de quantidades para evitar o excesso de pedidos e desperdício; • contratação de fabricantes que apresentam ações para reduzir o consumo de energia/emissões de carbono; • utilização de “brindes” ao invés de itens rapidamente descartáveis; • emprego de uma produção ética; • promoção do uso de tecidos naturais; • uso de algodão orgânico.
Alimentos e bebidas	• Maximizar o uso de produtos locais e sazonais de agricultura ambientalmente sustentável; • otimizar a distribuição e armazenamento de alimentos; • maximizar a eficiência no consumo de água e energia nos equipamentos de alimentação; • encorajar fornecedores a usar óleo de palma apenas de fontes comprovadamente sustentáveis, ou buscar alternativas para esse ingrediente; • promover alimentos de origem vegetal; • reduzir o consumo de energia e a emissão de carbono nas fábricas; • prever cuidadosamente as quantidades para evitar excesso de pedidos e desperdício; • fornecer alimentos orgânicos.
Embalagens	• Redução de embalagens; • uso de embalagens que são feitas de materiais recicláveis; • produção de embalagens de materiais que possam ser recicláveis nas cidades-sede; • uso de embalagens biodegradáveis.

FONTE: PNUD (2014, adaptado)

O QUADRO 1 apresenta medidas que atendem aos requisitos estatutários nacionais exigidos pela Lei Federal nº 12.305/2010. A lista de ações para cada medida e o meio para que os geradores possam realizar uma gestão adequada de seus resíduos gerados. As medidas abrangem ainda todo o ciclo do resíduo, desde a redução de sua geração inicial até sua destinação final.

3.2 AÇÕES EM CURITIBA

Dentre as medidas de mitigação relacionadas aos resíduos sólidos na cidade-sede de Curitiba, destaca-se o plano de coleta seletiva nos espaços oficiais dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014™. A ação foi planejada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), por meio do Departamento de Limpeza Pública.

Para implantação dessa ação, inicialmente foi elaborado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Públicos COPA 2014, visando a geração mínima de resíduos no evento; feita a implementação de coleta seletiva de resíduos nos espaços mais utilizados no decorrer da Copa; e realizado o incentivo à prática da reciclagem de resíduos por meio de ações de sensibilização (PNUD, 2010).

A meta dessa ação era destinar 100% dos resíduos recicláveis gerados nos espaços oficiais (FIFA Fan Fest e eventos jogos) à reciclagem. A projeção de geração de resíduos recicláveis para os espaços oficiais era de 102,00 toneladas (PNUD, 2014). A ação ocorreu no entorno do Estádio Joaquim Américo, também conhecido como Arena da Baixada, localizado no Bairro Água Verde em Curitiba – PR, e na FIFA Fan Fest, realizada na Pedreira Paulo Leminski, localizada no bairro Pilarzinho. Os materiais recicláveis coletados foram destinados à reciclagem pela própria prefeitura. Segundo dados informados pela SMMA (2014), foram coletadas e encaminhadas para a reciclagem 16,0 toneladas de resíduos na Fan Fest e entorno da Arena da Baixada, conforme o quantitativo apresentado:

- resíduos recicláveis coletados no entorno do estádio: 12,0 t;
- resíduos recicláveis coletados na FIFA Fan Fest: 4,0 t.

A ação inicialmente envolveu a capacitação da equipe de catadores, que atuou na coleta dos resíduos durante os jogos. Esses profissionais foram treinados para a realização correta da Gestão de Resíduos nos Estádios da Copa do Mundo FIFA 2014™.

A meta estabelecida visava destinar 100% dos resíduos recicláveis gerados na Arena da Baixada à reciclagem, considerando-se uma projeção de geração de resíduos recicláveis de 19,90 toneladas para a Arena da Baixada (PNUD, 2014).

Os resíduos recicláveis ficaram sob a gestão da equipe de Sustentabilidade da Coca-Cola Brasil para a Copa do Mundo FIFA 2014™, que possuía um contrato com a FIFA/COL. Para capacitar a equipe de catadores que atuou na coleta dos resíduos durante os jogos, foi realizado o Treinamento para Gestão de Resíduos nos Estádios da Copa do Mundo da FIFA™, em 29 de abril de 2014 (PNUD, 2014). Especificamente para os jogos em Curitiba, foi registrado um total de 13,14 toneladas de resíduos recicláveis coletados na Arena da Baixada (CATASIG, 2014).

Nota-se que o valor total de resíduos recicláveis coletados ao final do evento foi aproximadamente 34% menor, se comparado ao valor de geração previsto para o evento.

Além da ação de coleta seletiva no entorno do estádio, a Prefeitura Municipal de Curitiba também realizou um Plano de coleta seletiva dentro do estádio. O gerenciamento de resíduos sólidos da Copa do Mundo FIFA 2014™ foi realizado pela Coca-Cola Brasil, em parceria com a FIFA. No entanto, é de responsabilidade dos grandes geradores a destinação correta dos resíduos gerados.

Observou-se que a coleta dos resíduos gerados durante os jogos oficiais e demais eventos oficiais foi realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Esse fato contradiz o estabelecido no art. 20 da PNRS, que determina:

Art. 20. [...] Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos: os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que [...] gerem resíduos que, mesmo não caracterizados como perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal [...] (BRASIL, 2010).

Percebe-se o envolvimento de empresas públicas, responsáveis pela limpeza do município, na coleta dos resíduos recicláveis.

3.3 AÇÕES EM SALVADOR

Similarmente à cidade de Curitiba, Salvador também adotou ações relacionadas à coleta seletiva no entorno do estádio e no seu interior em dias de jogo e nos eventos sociais, porém com projeções diferentes devido a maior capacidade no estádio Arena Fonte Nova.

O sistema de gestão ambiental desenvolvido no Complexo Esportivo Cultural Octávio Mangabeira, também conhecido como Arena Fonte Nova, localizado no bairro Nazaré, em Salvador – BA, contemplou aspectos relacionados à minimização na geração, segregação, acondicionamento, identificação, coleta e transporte interno,

armazenamento temporário, tratamento interno, armazenamento externo, coleta e transporte externo, e disposição final dos resíduos gerados (PNUD, 2014).

Os resíduos recicláveis/reutilizáveis, tais como papel, papelão, plástico e outros, foram destinados a empresas recicladoras. Os resíduos sólidos não recicláveis (classe IIA e IIB) foram destinados para o Aterro Metropolitano Centro, em Salvador (PNUD, 2014).

A meta estabelecida foi a destinação de 100% dos resíduos recicláveis gerados na Arena Fonte Nova à reciclagem, com uma projeção de geração de resíduos recicláveis de 20,58 toneladas (PNUD, 2014).

Após o término do evento, foi calculado um total de 17,216 toneladas de resíduos recicláveis coletados nos jogos realizados em Salvador (CATASIG, 2014). Esse valor é aproximadamente 16% menor se comparado ao total de resíduos previstos na projeção feita antes do evento.

Para os resíduos gerados em eventos oficiais, estabeleceu-se ainda uma meta de destinar 100% dos resíduos recicláveis gerados nos espaços oficiais à reciclagem, com uma projeção de geração de resíduos recicláveis de 471,24 toneladas (PNUD, 2014). Essas projeções estão acima das gerações nos estádios, sendo que o local dos eventos oficiais possuía uma capacidade de público superior à da Arena Fonte Nova.

Para a viabilização da ação, foram estabelecidas parcerias entre a Secretaria Cidade Sustentável (SECIS), a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB), Ambev, Revita e Humanizar (PNUD, 2014).

Nota-se, mais uma vez, o envolvimento das empresas públicas, responsáveis pela limpeza pública do município, que realizaram a coleta dos resíduos gerados por particulares. Os custos das atividades de coleta deveriam ser onerados aos geradores, porém, quando realizadas por órgão público, são oneradas pelo contribuinte.

3.4 DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS

Um dos patrocinadores do evento, a Coca-Cola, realizou em ambas as cidades-sede treinamentos para que os catadores de resíduos pudessem realizar uma triagem adequada dos resíduos antes de sua destinação.

O patrocinador oficial apoiou também o controle de coleta dos recicláveis, realizado através da pesagem separada dos resíduos recicláveis gerados durante os eventos da Copa do Mundo FIFA 2014TM.

Os dados foram divulgados por meio do *site* www.catasigacopa.com.br, apresentando o peso dos diferentes tipos de resíduos recicláveis gerados por jogo. A

seguir, o QUADRO 2 apresenta a tabulação de dados para os jogos que aconteceram na cidade-sede de Curitiba.

QUADRO 2 – Resíduos recicláveis coletados em Curitiba (Estádio Arena da Baixada)

Jogos	Tipo	Peso (kg)	Total (kg)	Público Total	Geração <i>per capita</i> (kg/pessoa)
Irã x Nigéria	Papel	2013	3714,5	39.081	0,095
	Plástico	1121			
	Metal	580,5			
Honduras x Equador	Papel	1230	2955	39.224	0,075
	Plástico	885			
	Metal	840			
Austrália x Espanha	Papel	1394	2490,5	39.375	0,063
	Plástico	466,5			
	Metal	630			
Argélia x Rússia	Papel	889	3980	39.311	0,101
	Plástico	1965			
	Metal	1126			

FONTE: Placar de Reciclagem CATASig (2014, adaptado)

Se compararmos o maior índice de geração per capita, jogo Argélia x Rússia (101 gramas por indivíduo), com o menor índice, jogo Austrália x Espanha (63 gramas por indivíduo), observaremos uma variação de aproximadamente 37% de resíduos gerados por indivíduos nesses dois jogos.

Para esses dois jogos, as mesmas medidas relativas à gestão de resíduos sólidos foram adotadas. Por se tratar de jogos entre países distintos, essa variação pode estar relacionada às diferenças culturais do público presente no estádio nessas duas datas.

A seguir, o QUADRO 3 apresenta a quantidade de resíduos recicláveis coletados na cidade-sede de Salvador.

QUADRO 3 – Resíduos recicláveis coletados em Salvador (Estádio Arena Fonte Nova)

Jogos	Tipo	Peso (kg)	Total (kg)	Público Total	Geração <i>per capita</i> (kg/pessoa)
Espanha x Holanda	Papel	1789	4166	48.173	0,086
	Plástico	1229			
	Metal	1148			
Alemanha x Portugal	Papel	1844	5246	51.081	0,102
	Plástico	1737			
	Metal	1665			
Suíça x França	Papel	892	3832	51.003	0,075
	Plástico	1689			
	Metal	1251			
Bósnia e Herzegovina x Irã	Papel	1348	3972	48.011	0,082
	Plástico	1784			
	Metal	876			

FONTE: CATASig (2014, adaptado)

Na cidade-sede de Salvador o percentual de diferença entre o maior e menor índice foi inferior ao percentual encontrado para Curitiba. Calculou-se um percentual de diferença de aproximadamente 16%, representando menos do que a metade do valor encontrado para Curitiba.

Observou-se, ainda, através de comparativo entre os quadros 2 e 3, que as duas cidades-sede possuem valores similares de geração de resíduos por indivíduo. Salvador possui um estádio com maior capacidade de público e, conseqüentemente, gera mais resíduos recicláveis. O menor valor encontrado foi no jogo Austrália x Espanha, em que cada indivíduo gerou em média 63 gramas de resíduos recicláveis. Já o maior valor encontrado foi no jogo Alemanha x Portugal, com uma geração de 102 gramas por indivíduo.

No levantamento dos dados de coleta dos resíduos gerados durante os eventos oficiais e jogos da Copa não foram encontrados valores relacionados à geração, coleta e destinação dos resíduos orgânicos.

3.5 ENCARTE DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A identificação de medidas utilizadas em eventos/jogos da Copa do Mundo FIFA 2014™ possibilitou a elaboração de um encarte de boas práticas na gestão de resíduos. O encarte de boas práticas apresenta as medidas bem-sucedidas que foram planejadas e executadas para realizar uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados em grandes eventos com grande público e alto volume de resíduos sólidos gerados.

Segundo o PNUD (2014), a medida de coleta seletiva envolveu o treinamento da equipe de apoio com a inclusão social dos catadores de papel da região. Nos estádios, a geração de resíduos recicláveis ficou aproximadamente entre três e cinco toneladas por jogo. Sendo assim, as medidas tomadas nos estádios foram satisfatórias, pois atendem a legislação nacional, mitigam impactos ambientais e diminuem a destinação destes resíduos para os aterros sanitários. Estimou-se que 48% dos resíduos gerados foram destinados à reciclagem.

Foi identificada uma medida tomada pelos patrocinadores do evento, com foco no marketing, que contribuiu com a não geração de resíduos sólidos, isto é, o uso de copos de material plástico mais resistente, utilizados na distribuição de bebidas. Esta prática representa um papel de divulgação da marca, mas poderia ter sido citada como sendo também uma medida de redução na geração de resíduos sólidos.

O encarte apresenta as medidas para uma realização adequada da gestão de resíduos sólidos em grandes eventos. A abordagem das medidas adotadas por órgãos públicos e privados se mostraram favoráveis no gerenciamento dos resíduos. Além

disso, o encarte engloba as ações que, apesar de simples, impactaram positivamente no gerenciamento dos resíduos em grandes eventos. O levantamento realizado, porém, não identificou medidas relacionadas à destinação dos resíduos orgânicos gerados durante os jogos e demais eventos oficiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que ao se realizar uma gestão integrada dos resíduos sólidos é dada atenção aos processos de geração, coleta, transporte e destinação final dos resíduos. A gestão deve ainda adotar medidas que mitiguem impactos causados nas esferas econômica, social e ambiental.

A coleta seletiva realizada nos dois estádios teve um importante papel social, ao incluir catadores de lixo no processo de triagem do material coletado nas lixeiras e contribuiu para minimizar as externalidades ambientais, uma vez que os resíduos coletados foram destinados para reciclagem, provocando uma diminuição de resíduos destinados aos aterros sanitários.

O principal instrumento utilizado para realização de uma gestão integrada foi o PGRS, o qual é obrigatório desde a divulgação da Lei Federal nº 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O presente estudo demonstrou que as medidas adotadas nas duas cidades-sede demonstraram-se satisfatórias, pois atendem as exigências legais e minimizam os impactos ambientais. Entretanto, levantaram-se questões relevantes quanto à incoerência no envolvimento de órgão públicos na coleta de grandes volumes de resíduos, sendo que a Lei Federal nº 12.305/2010, PNRS, obriga os geradores privados a realizarem a gestão de seus resíduos em todas as etapas.

Os dados utilizados no estudo são de resíduos recicláveis e as medidas adotadas por estas cidades envolvem, principalmente, sensibilização da equipe de apoio e a disposição correta dos resíduos, envolvendo catadores de papel na coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos. O estudo, porém, não abrange dados relacionados à destinação dos resíduos orgânicos gerados durante os jogos e demais eventos oficiais. A adoção de práticas de compostagem para destinação dos resíduos orgânicos é considerada favorável, pois, além de reduzir a destinação aos aterros sanitários, pode gerar energia com a canalização e queima do gás metano, que é gerado no processo de compostagem de resíduos orgânicos.

Outro fator relevante foi os copos utilizados por patrocinadores do evento. As bebidas eram vendidas em largos copos, feitos de material plástico mais resistente que os convencionais. Isso permitia que o consumidor levasse o copo para sua residência. Esta prática representa um papel de divulgação da marca, mas também pode ser citada como uma prática na gestão de resíduos sólidos, uma vez que o copo reaproveitável previne a geração de resíduos sólidos.

Não foram identificadas ações relacionadas ao retorno econômico para os geradores. Os resíduos recicláveis poderiam ser revertidos em recursos para os geradores, um exemplo disso são os equipamentos que devolvem pequenas quantidades de valores aos usuários que destinam corretamente seus resíduos recicláveis. Dessa forma, pode-se concluir que as práticas adotadas pelos estádios minimizaram os impactos ambientais e realizaram inclusão social, porém foram pouco significativas em relação ao valor econômico que uma medida poderia representar, sendo que não foi divulgada a renda que os resíduos recicláveis geraram para os estádios.

As medidas adotadas pelos estádios durante o evento Copa do Mundo FIFA 2014TM poderão ser utilizadas para outros eventos similares, como feiras, shows, conferências, congressos e inclusive para as Olimpíadas 2016, que irão acontecer no Brasil, pois esses eventos possuem características semelhantes quanto ao volume de geração e os tipos de resíduos gerados. A partir desse estudo, recomenda-se a realização de pesquisas relacionadas à busca de ações inovadoras, que vão além das relacionadas nesse estudo. Novas pesquisas, abrangendo questões econômicas relacionadas à gestão dos resíduos sólidos, podem ser desenvolvidas a fim de complementar este estudo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. et al. **Estudo de caso: métodos de investigação em educação**. Minho: Universidade do Minho (Instituto de Educação e Psicologia), 2008. Disponível em: <http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 18 de maio 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. (ABRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 10004 - Resíduos sólidos: coletânea de normas**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR ISO 20121:2012 – Sistemas de gestão para sustentabilidade de eventos**. São Paulo: ABNT, 2012.

BRADACZ, D. C. **Modelo de gestão da qualidade para unidade para o controle de desperdício de alimentos em unidades de alimentação e nutrição**. 2003. 173 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Alimentos) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85188/225881.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

_____. Lei Federal nº 12.663, de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013, à Copa do Mundo Fifa 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013 que serão realizadas no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL. **Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf> Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Resíduos sólidos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos>> Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Guia para elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_arquivos/guia_elaborao_plano_de_gesto_de_resduos_rev_29nov11_125.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA). **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Curitiba**. Curitiba: SMMA, 2010. Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2010/00084142.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

ELLRAM, L. The use of the case study method in logistics research. **Journal of Business Logistics**. Oak Brook, Ill, v. 17, n. 2, 1996. Disponível em: <<https://wiki.state.ma.us/confluence/download/attachments/52494646/Case+Study+Method.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIADO (FIFA). **Copa do Mundo FIFA 2014™**: estratégia de sustentabilidade – conceito. Versão 2. Maio de 2012. Disponível em: <[http://img.fifa.com/mm/document/tournament/loc/01/65/19/25/sustainability_strategy_p_web\[1\].pdf](http://img.fifa.com/mm/document/tournament/loc/01/65/19/25/sustainability_strategy_p_web[1].pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2015.

LIMA, D. R. de.; MOTA, J. A. A gestão integrada de resíduos sólidos urbanos nos grandes eventos esportivos: o desafio da inclusão social dos catadores. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília: IPEA, n. 7, p. 69-74, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/131127_boletimregional7_cap7.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MIGUEL, P. A. C. Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução. **Revista Produção**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 216-229, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/prod/v17n1/14.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

NERY, C. H. C. et al. **Geração de resíduos sólidos no Festival Gastronômico de Carlos Barbosa**: Festiqueijo. 2008. 173 p. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008. Disponível em: <http://tede.uces.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=318>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL (PNUD). **Plano de gestão de resíduos**: Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha: Copa das Confederações 2013, Brasília/DF. Projeto Copa das Confederações, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/plano-gestao-residuos.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. **Produto 07**: Relatório técnico sobre a implementação do plano de mitigação para a Copa do Mundo FIFA 2014™ com identificação e sistematização de melhores práticas e desafios e identificação das ações de mitigação com seu potencial de abatimento, 15 set. 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/plano-gestao-residuos.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

_____. **Produto 09**: Relatório compilando os inventários de emissões de GEE ex post dos Estados/cidades-sede da Copa do Mundo passível de verificação por terceira parte, considerando a copa das Confederações e contendo as medidas de mitigação. 12 out. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80108/Produto%209%20Ex%20post%202014%20V4.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

SILVA, F. N. M. C. et. al. Gestão de resíduos sólidos em grandes eventos no Brasil: Rio+20 e Copa das confederações 2013 em Brasília. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 11., 2013. **Anais...** Brasília: ABES, 2013. Disponível em: <http://www.abes-df.org.br/upload/estudo/2014_10_01/i-066.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E GEOGRÁFICAS (CATASIG). **Placar de Reciclagem na Copa 2014**. Disponível em: <<http://www.catasigcopa.com.br/coparesig/index.php>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DA COMPRESSÃO ADIABÁTICA DO AR COMPRIMIDO

Eduardo Henrique dos Santos Rosa¹

Matheus Madalozo²

Wilson José da Silva³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo otimizar uma tecnologia já existente, mas não comumente utilizada, a fim de gerar energia elétrica de forma mais limpa que as atualmente utilizadas no cotidiano (termoelétricas, hidroelétricas, dentre outras). Trata-se do uso do ar comprimido. Também buscamos aprimorar o rendimento de nossa turbina, que é parte fundamental do sistema para a geração de energia elétrica.

Palavras-chave: Adiabático. Indução Eletromagnética. Energia Elétrica. Ar Comprimido.

¹ Aluno do 6º período do curso de Engenharia Mecânica da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *Email:* eduardo-hdos@hotmail.com

² Aluno do 7º período do curso de Engenharia Mecânica da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *Email:* madalozo893@gmail.com

³ Phd em Engenharia Elétrica e Informática Industrial pela UTFPR. Professor na FAE Centro Universitário. *Email:* wilson.silva@fae.edu

INTRODUÇÃO

A civilização aos poucos vem se dando conta de que a saúde do planeta, bem como a degradação dele, são processos irreversíveis, e o alerta já foi dado por meio dos principais indicadores no mundo (BORÉM, 2005). Por essa ótica, faz-se necessário desenvolver estudos voltados à tecnologia limpa, contribuindo para uma atmosfera favorável para os seres humanos e, por que não, de uma forma mais global, para os seres vivos (BORÉM, 2005).

Buscamos, por meio de intenso estudo teórico e criação e análise de um protótipo, melhorar a tecnologia de armazenamento de ar comprimido e o rendimento de nossa turbina, podendo assim gerar mais energia limpa e renovável.

A busca por produção de energia elétrica alternativa sem dúvidas é uma opção memorável, não agride o ambiente e já é economicamente viável. Quanto antes a ciência e tecnologia estudarem a temática envolvendo a possível futura crise energética mundial, com certeza será possível diminuir os agravantes ou até mesmo anulá-los de forma que as futuras gerações possam ter acesso à eletrecidade sem dificuldades (JANUZZI, 2001).

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 PROCESSO ADIABÁTICO

Por definição, um processo adiabático não envolve nenhum fluxo de calor, ou seja, não ocorre troca de energia por radiação, condução e nem por convecção.

Para representarmos essa ausência de troca de calor com o meio, usamos a notação:

$$\sigma Q = 0 \quad (1)$$

A partir daí podemos afirmar, pelo princípio da conservação de energia, que:

$$dU = \sigma Q - \sigma W \quad (2)$$

Sendo $\sigma Q = 0$, asseveramos que:

$$dU = - \sigma W \quad (3)$$

Em que dU representa a Energia Interna do sistema e σW o trabalho realizado. Ou seja, a energia interna é modificada apenas pelo trabalho realizado. Com a perda de energia interna, há a realização do trabalho (aumento de volume) pelo gás e a diminuição de temperatura dele.

Para certos processos, incluindo todos os reversíveis, as diferenciais do segundo membro da Equação (2) são definidas por:

$$\sigma Q = TdS \text{ e } \sigma W = - \sum_{j=1}^m \Phi^j d\Psi^j \quad (4), (5)$$

Em que T e S são, respectivamente, a temperatura e a entropia do sistema, Φ^j e Ψ^j são, respectivamente, as variáveis forças e deslocamentos generalizados do sistema e m é o número total de variáveis necessárias para caracterizar o sistema. Desse modo, a Equação (2) pode ser escrita como:

$$dU = TdS - \sum_{j=1}^m \Phi^j d\Psi^j \quad (6)$$

Este tema é amplamente estudado no mundo, pois até hoje não foi possível criar algo perfeitamente adiabático.

Teoricamente, a eficiência do armazenamento adiabático seria de 100%, mas na prática não tem esta eficácia. O armazenamento adiabático é uma idealização e alcançá-lo seria um grande avanço para a tecnologia mundial.

Para conseguirmos atingir o objetivo do projeto, precisamos buscar uma forma de chegarmos o mais perto possível do equilíbrio termodinâmico dentro do nosso sistema. O equilíbrio termodinâmico ocorre quando o sistema não está sujeito a interações com o meio externo (WYLEN, 1995).

Na teoria teríamos que atingir o equilíbrio termodinâmico para podermos estudar nosso sistema de uma melhor maneira. Novamente isso seria apenas de forma teórica, pela mesma razão do processo adiabático. No entanto, podemos buscar chegar mais perto disso.

Para ficar compreendido este estudo, devemos primeiramente entender que um sistema termodinâmico é uma região definida por limites preestabelecidos com o intuito de estudar a sua energia e as suas transformações (KUBO, 1968).

Para podermos chegar o mais perto possível do equilíbrio termodinâmico, precisamos ter conhecimento prévio da teoria de como se chega nesse equilíbrio, quais fatores influenciam negativamente e positivamente no nosso sistema, além das condições de equilíbrio.

1.2 EQUILÍBRIO TERMODINÂMICO

Os sistemas macroscópicos tendem a evoluir para estados nos quais as propriedades são determinadas por fatores intrínsecos do sistema, não por influências externas anteriormente aplicadas. Esses estados terminais são independentes do tempo e são chamados **estados de equilíbrio termodinâmico**. Neles, o potencial termodinâmico é minimizado e a entropia (S) é maximizada com base nas condições específicas do sistema.

A termodinâmica busca descrever esses estados de equilíbrio termodinâmico para os quais os sistemas eventualmente evoluem (ESTUDO DIRIGIDO, 2000).

Para se obter o equilíbrio termodinâmico, precisamos aumentar a sua entropia (S) para que cheguemos no seu “estado final”. Por definição, entropia é uma grandeza termodinâmica que mede o grau de irreversibilidade de um sistema ou desordem de um sistema.

De acordo com Rudolf Clausius (1865), físico que propôs o conceito de entropia, a variação da entropia de um sistema é obtida pela fórmula:

$$\Delta S = \frac{Q}{T} \quad (7)$$

Em que Q representa a quantidade de calor do sistema e T a temperatura absoluta na escala Kelvin.

1.3 SISTEMA REVERSÍVEL

Segundo Kubo (1968), um processo é reversível quando pode reverter cada etapa, passo a passo, por mudanças infinitesimais da condição do ambiente.

Exemplo:

Quando um fluido (água) muda do estado α (líquido) para α' (sólido), e seu ambiente muda de β para β' , ele será reversível apenas se seu estado voltar de α' para α ao mesmo tempo em que o ambiente muda de β' para β .

Simplificando:

$(\alpha, \beta) \rightarrow (\alpha', \beta')$ é considerado reversível.⁴

⁴ O processo reversível é uma idealização.

1.4 SISTEMA IRREVERSÍVEL

De acordo com a segunda lei da termodinâmica, em um processo reversível (isentrópico) podemos utilizar:

$$Q = T\Delta S, \text{ sendo } \Delta S = 0 \text{ (não varia a entropia).}$$

Em um processo irreversível utilizamos:

$$Q < T\Delta S$$

A entropia aumenta, tornando necessária a eliminação do calor no sistema.

1.5 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (PRIMEIRA LEI DA TERMODINÂMICA)

Como foi dito anteriormente, o princípio de conservação de energia pode ser expresso matematicamente pela equação 2:

$$dU = -\sigma W + \sigma Q$$

A primeira lei da termodinâmica se baseia neste princípio e diz que o trabalho produzido é proporcional à energia utilizada para gerar esse trabalho.

Este postulado pode ser descrito como:

$$\frac{dU}{dt} = -\sigma W_{dot} + \sigma Q_{dot} + \sum M_{e dot} \left(h_e + \frac{W_e^2}{2} + gZ_e \right) - \sum M_{s dot} \left(h_s + \frac{W_s^2}{2} + gZ_s \right) \quad (8)$$

Observe que foram adicionados dois novos membros na equação

$$\sum M_{e dot} \left(h_e + \frac{W_e^2}{2} + gZ_e \right) - \sum M_{s dot} \left(h_s + \frac{W_s^2}{2} + gZ_s \right)$$

São eles, respectivamente: o somatório das energias cinética e potencial de entrada e de saída do sistema. É importante utilizarmos essa equação, pois ela expressa as variáveis existentes que influenciarão na eficiência do nosso sistema (SHAPIRO, 2009).

1.6 LEIS DE FICK

A Lei de Fick é uma lei quantitativa em forma diferencial, criada por Adolf Eugen Fick em 1855. Ela descreve o fenômeno da difusão, em que existe a movimentação de partículas (átomos) ou energia de uma região de alta concentração para uma região de baixa concentração – a matéria é transportada pela própria matéria. Para facilitar o entendimento, podemos considerar que a Lei de Fick estuda o comportamento da movimentação da matéria, seja ela sólida, líquida ou gasosa, podendo ser ela de átomos diferentes (interdifusão) ou átomos iguais (autodifusão). Os processos de difusão são irreversíveis, consequentemente aumentando a entropia (CALLISTER, 2008).

Para compreendermos melhor os fenômenos que ocorrem dentro de um sistema, precisamos primeiro definir os tipos de regimes (estados) que regem o sistema.

1.6.1 Estado Estacionário (Regime Permanente) – 1ª Lei de Fick

Neste estado a velocidade e a pressão não variam com o tempo, ou seja, terão o mesmo valor em cada ponto móvel do espaço e em qualquer tempo determinado. É um fluxo estável (MARTIN; SALCDO; FONT, 2011).

Primeiramente devemos entender alguns conceitos como o Fluxo de Difusão (J), que determina a rapidez com que ocorre o processo de difusão. É definido pela massa difundida por unidade de tempo em uma área unitária perpendicular à direção do movimento:

$$J_{dot} = \frac{M}{At} \quad (9)$$

Forma diferencial:

$$J_{dot} = \frac{dM}{A dt} \quad (10)$$

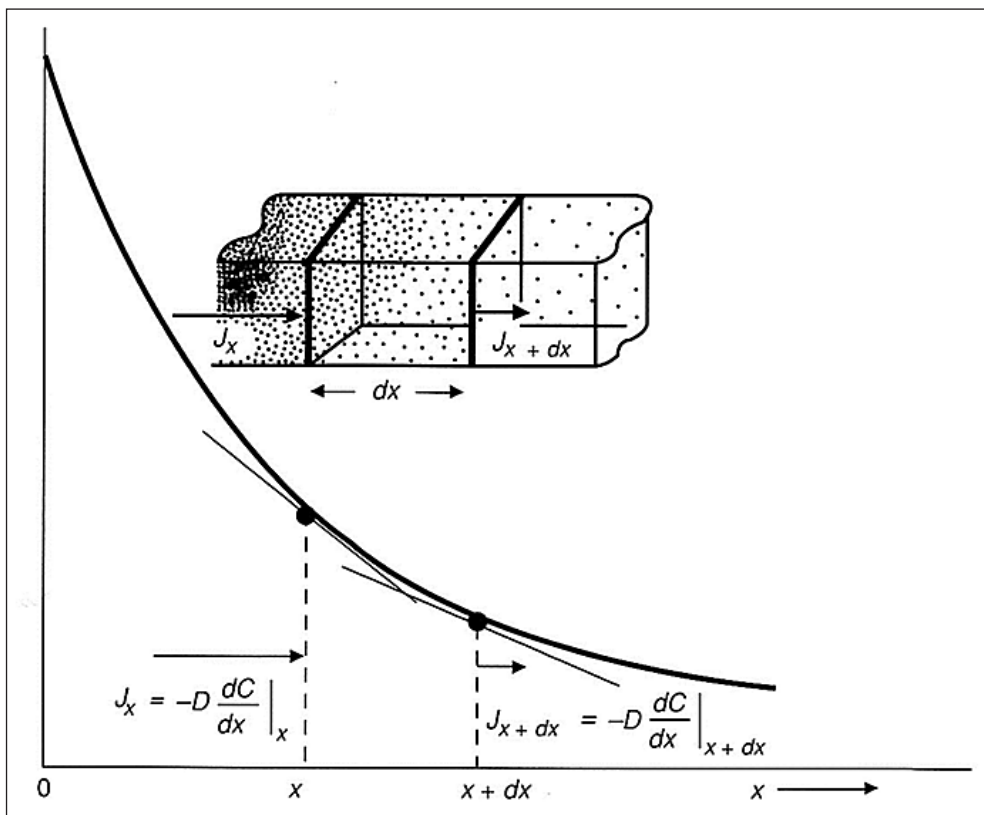
Outro conceito importante que ocorre no caso de uma difusão unidimensional é a Concentração dos átomos (C). Essa concentração, descrita a seguir, é função da posição (x) e do tempo (t):

$$C = f(x, t)$$

É por meio da curva desta função que encontramos o Perfil de Concentração e o Fluxo de Difusão para qualquer ponto no tempo, já que o fluxo num ponto determinado é proporcional ao valor do gradiente. Assim obtemos:

$$J_x = -D \frac{dC}{dx} \Big|_x \quad (11)$$

FIGURA 1 – Função da difusão para determinada posição



FONTE: Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Escola Politécnica da USP
(<<http://www.pmt.usp.br/pmt5783/Difus%C3%A3o.pdf>>)

Quando J não varia em relação ao tempo, C também não varia. Entretanto, para que isso ocorra, J também não pode variar com a posição. Assim obtemos:

$$\frac{dC}{dx} = \text{cte} \quad \text{é função linear de } x$$

$$\frac{dC}{dx} = \frac{\Delta C}{\Delta X} = \frac{C_A - C_B}{x_A - x_B} \quad (12)$$

Com esses conceitos, podemos analisar de forma plena o comportamento da difusão no estado estacionário. Chamamos de 1ª Lei de Fick a equação que correlaciona o Fluxo de Difusão com o Gradiente de Concentração.

$$J_x = -D \frac{dC}{dX} \quad (13)$$

Utilizamos o sinal negativo em D para indicar que o fluxo ocorre na direção oposta do Gradiente de Concentração.

1.6.2 Estado não Estacionário (Regime não Permanente) – 2ª Lei De Fick

Neste regime ou estado, a velocidade e a pressão variam com o tempo e também de um ponto a outro. É um fluxo variável ou transitório. É uma função que depende do tempo, um fluxo transitório (CALLISTER, 2008).

A difusão, na prática, acontece maiormente em condições transitórias. Nesse estado não estacionário o fluxo e a concentração da difusão variam com o tempo. Para deduzirmos a fórmula utilizada na 2ª Lei, começaremos pelo Gradiente de Concentração numa determinada situação:

$$\delta C_B = \frac{(J_1 - J_2)A\delta t}{A\delta t} \quad (14)$$

Como a variação da posição δx é pequena, temos:

$$J_2 = J_1 + \frac{\partial J}{\partial x} \delta x \quad (15)$$

Como Gradiente e o Fluxo variam com o tempo ($\delta t \rightarrow 0$, para obter uma precisão maior):

$$\frac{\partial C_B}{\partial t} = -\frac{\partial J_B}{\partial x} \quad (16)$$

Substituindo a primeira Lei na segunda, obtemos a equação da 2ª Lei de Fick:

$$\frac{\partial C_B}{\partial t} = \frac{\partial}{\partial x} \left(D_B \frac{\partial C_B}{\partial x} \right) \quad (17)$$

Se o Coeficiente de Difusão não depende da posição, obtemos:

$$\frac{\partial C_B}{\partial t} = (D_B \frac{\partial^2 C_B}{\partial X^2}) \quad (18)$$

Após entender como o fluido se difunde em um sistema, precisamos entender como funciona a autodifusão (fluido que se difunde) que ocorre por meio da difusão substitucional. Seu coeficiente é dado por:

$$D_{A*} = D_A = \frac{1}{6} \propto r^2 \quad (19)$$

1.7 ESCOAMENTO COMPRESSÍVEL

Existem dois tipos de escoamento, o viscoso (laminar ou turbulento) e o não viscoso, que se subdividem também em compressível, incompressível, interno e externo.

Como o fluido que alimenta nosso projeto é o ar comprimido, utilizamos o conceito de escoamento compressível, pois este ocorre apenas nos gases, que é o caso do ar. Mas, pela definição, nem todo escoamento gasoso é considerado compressível, pois isso ocorre apenas quando a perda de pressão no fluido é suficiente para determinar uma variação acima de 10% da densidade⁵ (MARTIN; SALCDO; FONT, 2011).

Para podermos estudar o comportamento da compressão, vamos deduzir a partir da equação do momento a fórmula a ser utilizada (MARTIN; SALCDO; FONT, 2011):

$$\oint_S [\rho \cdot (\vec{V}, d\vec{S})] \cdot \vec{V} + \iiint_V \frac{\partial(\rho \vec{V})}{\partial t} dV = \iiint_V \rho \cdot \vec{f} \cdot dV - \oint_S p \cdot d\vec{S} \quad (20)$$

$$\oint_S [\rho \cdot (\vec{V}, d\vec{S})] \cdot \vec{V} = - \oint_S p \cdot d\vec{S} \quad (21)$$

$$\oint_S [[\rho \cdot (\vec{V}), d\vec{S}]] \cdot u = - \oint_S (p \cdot dS)_x \quad (22)$$

⁵ Precisamos levar em consideração que ao trabalhar com gases, a densidade e, consequentemente, a velocidade podem variar ao longo do sistema.

Integrando, obtemos:

$$\rho_1 \cdot (-u_1 \cdot A) \cdot u_1 + \rho_2 \cdot (u_2 \cdot A) \cdot u_2 = -(p_1 \cdot A + p_2 \cdot A) \quad (23)$$

$$p_1 + \rho_1 \cdot u_1^2 = p_2 + \rho_2 \cdot u_2^2 \quad (24)$$

1.8 INDUÇÃO ELETROMAGNÉTICA

A indução eletromagnética, que trata do fato dos campos magnéticos variáveis induzirem corrente, foi descoberta no início da década de 1830, simultaneamente, por Michael Faraday e por Joseph Henry (TIPLER, 1990).

Conhecida como Lei de Faraday-Neumann-Lenz, a indução eletromagnética faz parte de um conjunto de equações chamadas Equações de Maxwell. Essas equações guiam os estudos sobre o eletromagnetismo clássico e são de grande importância para entender como nosso sistema gerará energia elétrica.

De acordo com a Lei de Faraday-Neumann-Lenz, campos magnéticos em movimento geram uma força eletromotriz (FEM), que é a propriedade de algo gerar corrente elétrica. Para representar a FEM, usa-se a notação:

$$\mathcal{E}$$

Matematicamente, a FEM é descrita como (TIPLER, 1990):

$$\varepsilon = \oint \vec{E} \cdot d\vec{l} \quad (25)$$

Quando a distribuição de cargas varia com o tempo, a Lei de Faraday-Neumann-Lenz deve ser descrita como:

$$\varepsilon = \oint \vec{E} \cdot d\vec{l} = \frac{-d}{dt} \int \vec{B} \cdot d\vec{S} \quad (26)$$

O lado direito da Lei de Faraday-Neumann-Lenz é a taxa de variação temporal do fluxo magnético (CLAYTON, 2006).

É importante salientar que a distribuição de cargas no sistema que está sendo proposto por nós variará com o tempo, pois existe um limite de ar comprimido que será lançado na turbina até ele se esgotar, o que gerará uma oscilação na rede.

Uma maneira alternativa de se representar a Lei de Faraday-Neumann-Lenz seria aplicando o Teorema de Stokes, assim, a lei de Faraday-Neumann-Lenz ficaria:

$$\nabla \times E = \frac{-\partial B}{\partial t} \quad (27)$$

1.9 ESTUDO DOS ISOLANTES

Para que tenhamos um melhor rendimento, o uso de um isolante térmico no interior do tanque de armazenamento seria ideal. Dentre os isolantes destacamos os que melhor poderiam nos proporcionar esse rendimento favorável. São eles:

- isopor;
- lã de vidro;
- amianto;
- espuma elastomérica;
- poliestireno de alta densidade.

1.9.1 Armazenamento

Existem sistemas de armazenamento de energia comumente usados e que possuem qualidades específicas. Um exemplo é uma caverna subterrânea, que possui um grande volume disponível, causando uma elevada quantidade de energia, pouca variação na temperatura e perda de calor.

O nosso objetivo é projetar um sistema de armazenamento de energia que possa, da melhor maneira possível, se igualar ao de uma caverna. Assim, quanto menor a variação, maior será a eficiência do sistema.

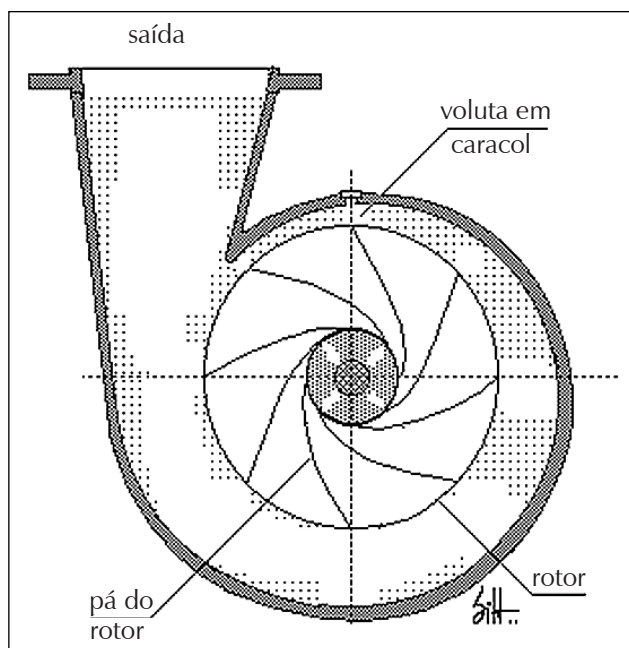
1.9.2 Materiais a serem utilizados

Além do ar comprimido, utilizaremos outras tecnologias para montarmos nosso sistema. São elas:

- tanque para o armazenamento do ar comprimido;
- ar comprimido;

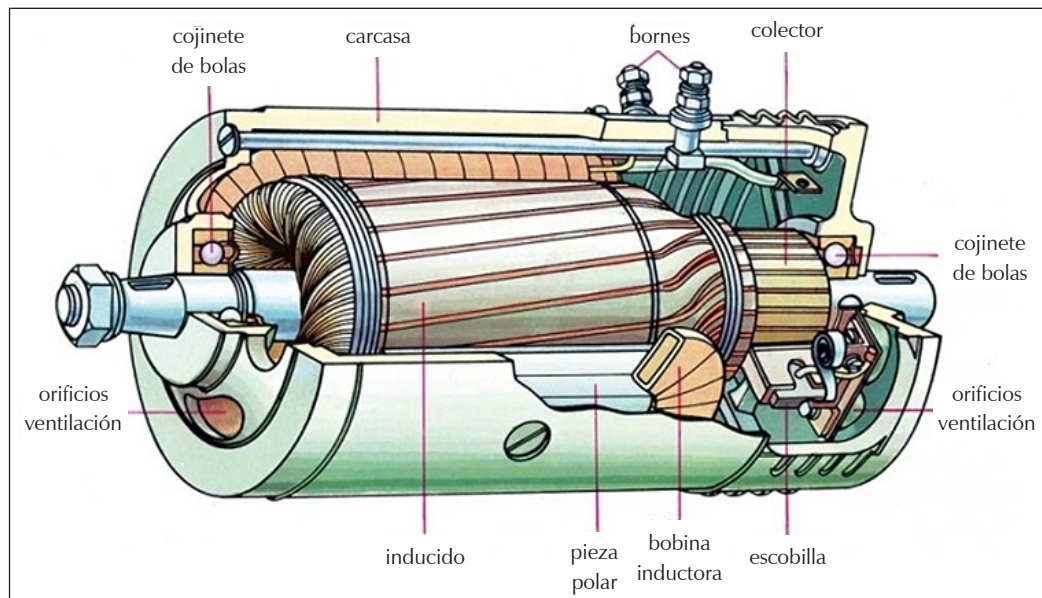
- turbina (FIG. 2);
- dínamo para a geração de energia elétrica (FIG. 3).

FIGURA 2 – Turbina



FONTE: <http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/Image160.gif>

FIGURA 3 – Dínamo



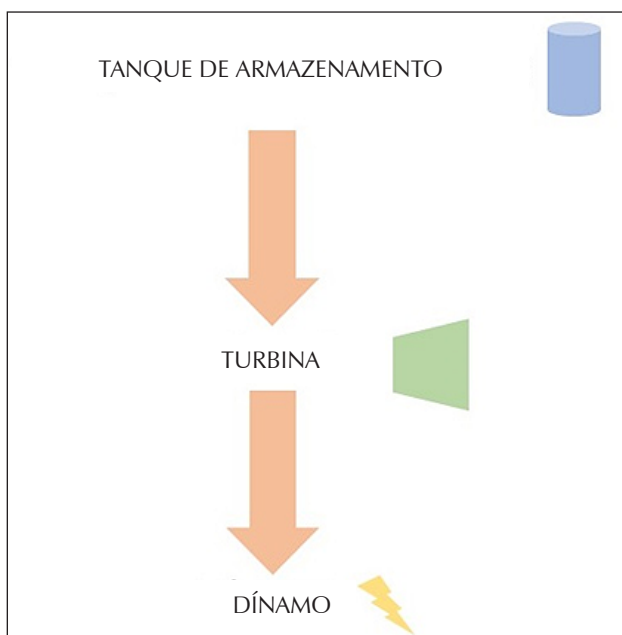
FONTE: <http://www.cobaltus.com/fh/dinamo.jpg>

Para o funcionamento prático deste projeto serão utilizados todos os componentes descritos.

2 FUNCIONAMENTO DO PROTÓTIPO

Primeiramente, o ar será comprimido e armazenado no tanque de armazenamento. Logo depois o ar comprimido será lançado na turbina, que estará conectada, através de um rotor, no dínamo. O ar em contato com a turbina faz com que ela gire, o que consequentemente fará o rotor do dínamo girar, que pelo processo de indução eletromagnética gerará energia elétrica.

FIGURA 4 – Esquema representativo do funcionamento do sistema



FONTE: Os autores (2015)

2.1 CONSTRUÇÃO DA MICROTURBINA

Para a construção da microturbina, reunimos os materiais que dispúnhamos e adquirimos os que faltavam a fim de elaborar um protótipo em tamanho reduzido, porém houve certa dificuldade em juntar alguns materiais (rolamento, eixo e carcaça), o que nos levou a adaptar e fabricar algumas peças para a montagem inicial:

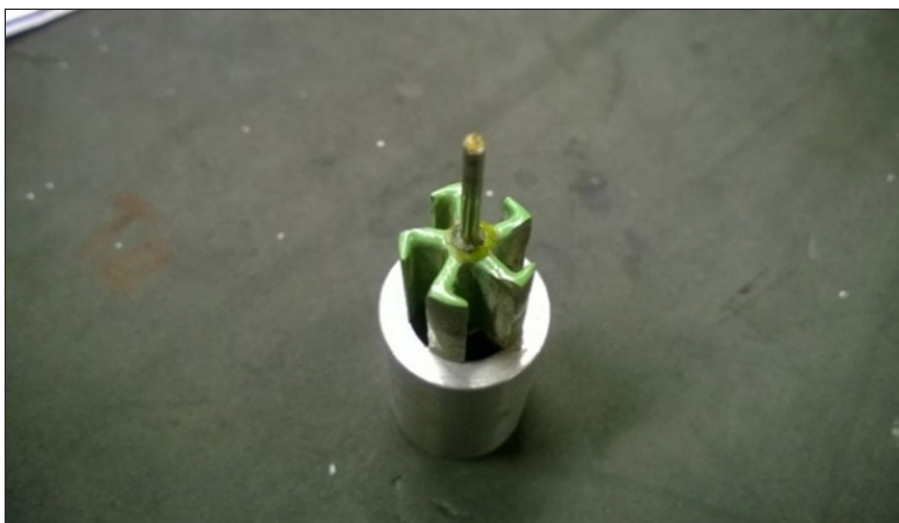
1. Retiramos o rotor de um motor elétrico pequeno para utilizar como a roda da turbina;

2. Com uma minirretífica modificamos o rotor para criar a turbina;
3. Fabricamos uma carcaça sob medida para abrigar esta roda;
4. Não encontramos os rolamentos ideais, por isso tivemos que modificar o projeto inicial;
5. Efetuamos dois furos na carcaça da turbina, um para a entrada e outro para a saída de ar;
6. Como o rolamento não era ideal para o eixo do rotor, fabricamos um eixo para a montagem;
7. Logo após a montagem da turbina, fizemos alguns testes e percebemos que os rolamentos estavam com alguns problemas, pois não cumpriam sua função satisfatoriamente;
8. Constatamos erros de fabricação no eixo, pois o rolamento estava folgado, fazendo com que o eixo girasse em falso;
9. Desmontamos a turbina para avaliar peça a peça e encontramos defeitos nos rolamentos.

Logo após o levantamento dos defeitos e erros constatados na construção deste primeiro protótipo recomeçamos a construção da turbina.

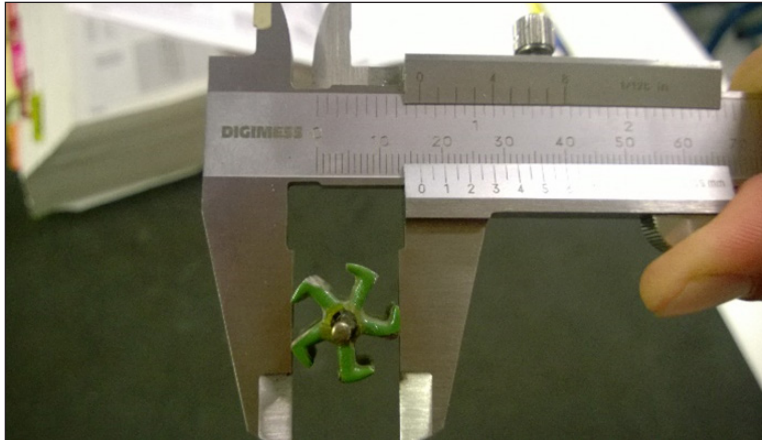
A seguir são apresentadas algumas imagens do processo de fabricação da turbina.

FIGURA 5 – Montagem da turbina



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 6 – Medida do rotor



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 7 – Polimento



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 8 – Usinagem turbina



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 9 – Estabelecendo a entrada e a saída de ar



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 10 – Montagem: turbina e dínamo



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 11 – Turbina montada (vista lateral I)



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 12 – Turbina montada – superior



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 13 – Turbina montada – inferior



FONTE: Os autores (2015)

3 CÁLCULOS E SIMULAÇÕES

Para fins de cálculo, foi idealizada uma turbina teórica que é operada em regime permanente.

A) Definição da pressão do tanque de ar comprimido.

Fez-se o uso da pressão de 1Mpa (10 bar), que é a pressão de um extintor de incêndio simples, para o uso do tanque de armazenamento.

Recorrendo à tabela termodinâmica do Ar, foi realizada a seguinte interpolação, em que o valor achado em Kelvin para a pressão de 10 bar foi de 524,606 K, assim como a entalpia e entropia de entrada na turbina.

TABELA 1 – Tabela de interpolação entre pressão e temperatura

Temperatura (K)	Pressão (bar)
520	9.684
524.606	10
530	10.37

FONTE: Os autores (2015)

TABELA 2 – Entalpia de entrada: Tabela de interpolação entre entalpia e temperatura

Temperatura (K)	Entalpia (KJ/kg)
520	523.63
524.606	528.42(h1)
530	533.98

FONTE: Os autores (2015)

TABELA 3 – Entalpia de entrada: Tabela de interpolação entre entropia e temperatura

Temperatura (K)	Entropia (kJ/kg K)
520	2.25997
524.606	2.26909
530	2.27967

FONTE: Os autores (2015)

Vazão volumétrica:

A vazão volumétrica foi calculada a partir do volume do extintor e do seu tempo de descarga completo.⁶

Volume = 4 litros

Tempo de descarga total = 16 segundos

$$Vdot = \frac{V}{t} = \frac{4l}{16s} = 0.25 \frac{l}{s} = \frac{0.00025m^3}{s}$$

⁶ Dados obtidos a partir de um boletim técnico de extintores (BOLETIM TÉCNICO).

B) Velocidade de entrada do ar comprimido na turbina:

A partir dos dados de diâmetro da saída do ar do tanque (3mm) e da vazão volumétrica encontrada (0,00025m³/s), foi possível definir a velocidade de entrada do ar do tanque de armazenamento.

$$w_e = \frac{V_{dot}}{A} = \frac{0.00025m^3/s}{(0.0015m)^2 \cdot \pi} = \mathbf{35.3677m/s}$$

C) Velocidade de saída do ar comprimido na turbina:

A partir dos dados de diâmetro da saída do ar do tanque (5mm) e da vazão volumétrica encontrada, foi feito o cálculo da velocidade de saída do ar que passa pela turbina.

$$w_s = \frac{V_{dot}}{A} = \frac{0,00025m^3/s}{(0,0025m)^2 \cdot \pi} = \mathbf{12.7323m/s}$$

D) Vazão mássica de entrada:

$$M_{dot} = \rho \cdot w_e \cdot A$$

↓

$$M_{dot} = 1.2754 \frac{Kg}{m^3} \cdot 35.3677 \frac{m}{s} \cdot 7.0685 \cdot 10^{-6} m^2$$

↓

$$M_{dot} = 3,1885 \cdot \frac{10^{-4} Kg}{s}$$

E) Vazão mássica de saída:

$$M_{dot} = \rho \cdot w_s \cdot A$$

↓

$$M_{dot} = 1.2754 \frac{Kg}{m^3} \cdot \frac{12.7323m}{s} \cdot 1.9635 \cdot 10^{-5} m^2$$

↓

$$M_{dot} = 3,1885 \cdot \frac{10^{-4} Kg}{s}$$

F) Pressão de saída:

$$\Delta w_{dot} = a \cdot t \rightarrow \frac{12.7323m}{s} - \frac{35.3677m}{s} = a \cdot 1s$$

↓

$$a = -22.6354m/s^2$$

$$F = m \cdot a = 3,1885 \cdot 10^{-4} Kg \cdot -22.6354m/s^2$$

↓

$$F = -72.1729 N$$

$$P = \frac{F}{A} \rightarrow \frac{-72.1729 N}{(0.0025m)^2 \cdot \pi} = -367.5739 Pa = |367.5739 Pa|$$

G) Entalpia de saída

Como está sendo considerado um sistema ideal, diz-se que ele está em regime permanente, o que implica na conservação da energia. Sendo assim, recorrendo novamente à tabela termodinâmica do ar e fazendo a interpolação necessária, acha-se o valor de **377.81kJ/kg** para a energia interna.

TABELA 4 – Tabela de interpolação entre energia interna e temperatura

Temperatura (K)	Energia interna (kJ/kg)
520	374.36
524.606	377.81
530	381.84

FONTE: Os autores (2015)

$$h = u + pv$$

↓

$$h_2 = u + pv$$

↓

$$h_2 = 377.81 \frac{kJ}{kg} + 367.5739 Pa \cdot 0.00025m^3$$

↓

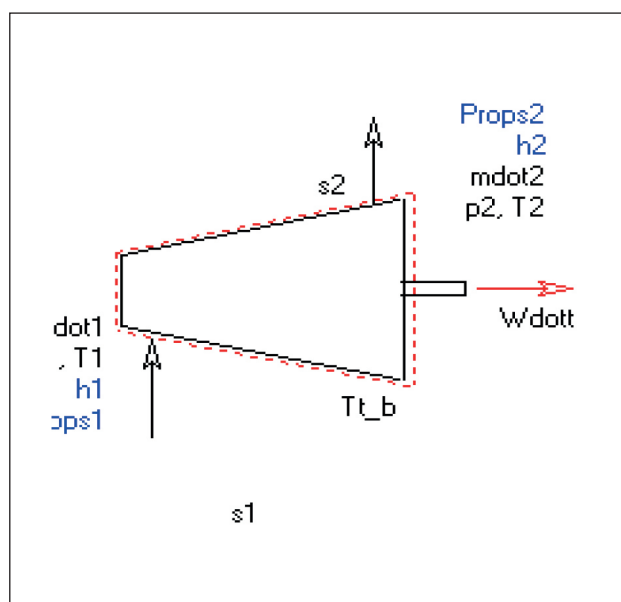
$$h_2 = 377.901 \frac{kJ}{kg}$$

H) Trabalho realizado pela turbina:

$$\begin{aligned}
 W &= \dot{m} \cdot (h_1 - h_2) \\
 &\downarrow \\
 W &= 3,1885 \cdot \frac{10^{-4} \text{ Kg}}{\text{s}} \cdot \left(528.42 \frac{\text{kJ}}{\text{kg}} - 377.901 \frac{\text{kJ}}{\text{kg}} \right) \\
 &\downarrow \\
 \mathbf{W} &= \mathbf{0.04799 \text{ kW} \approx 0.05 \text{ kW}}
 \end{aligned}$$

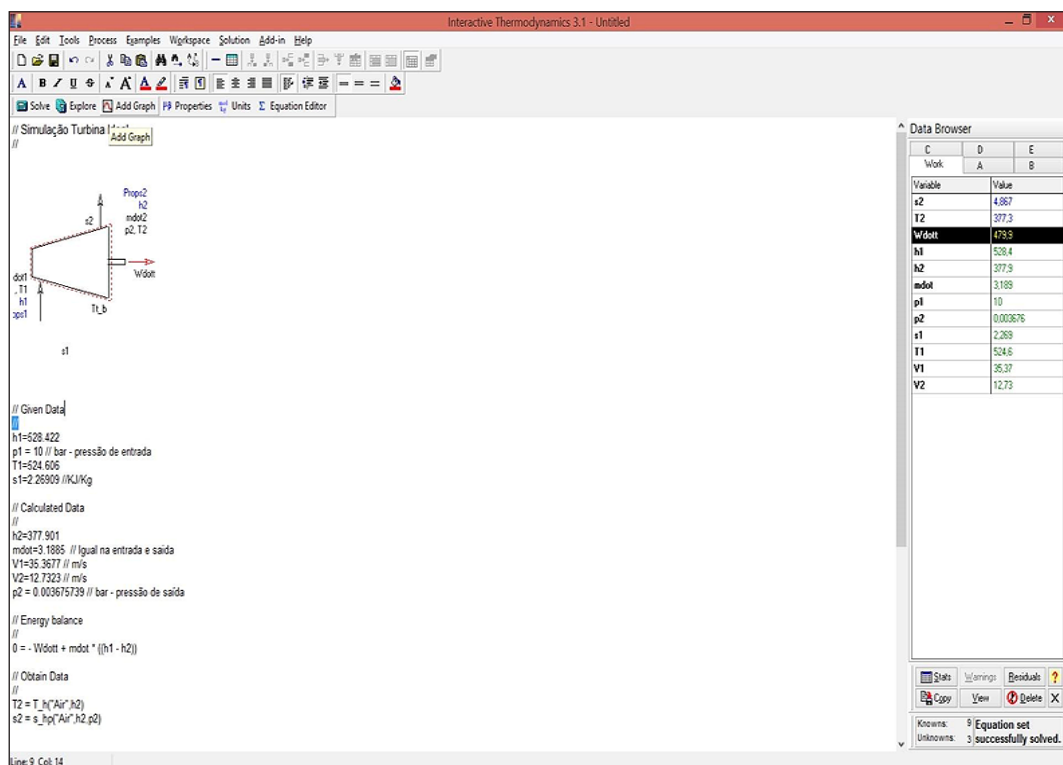
A partir deste ponto foi feito o uso do *software* Interactive Thermodynamics, em que foram inseridos os dados de pressão, entalpia, entropia e temperatura, tanto para a entrada quanto para a saída da turbina. Desse modo, o *software* nos auxiliou nos cálculos referentes às propriedades da turbina.

FIGURA 14 – Turbina idealizada no *software*



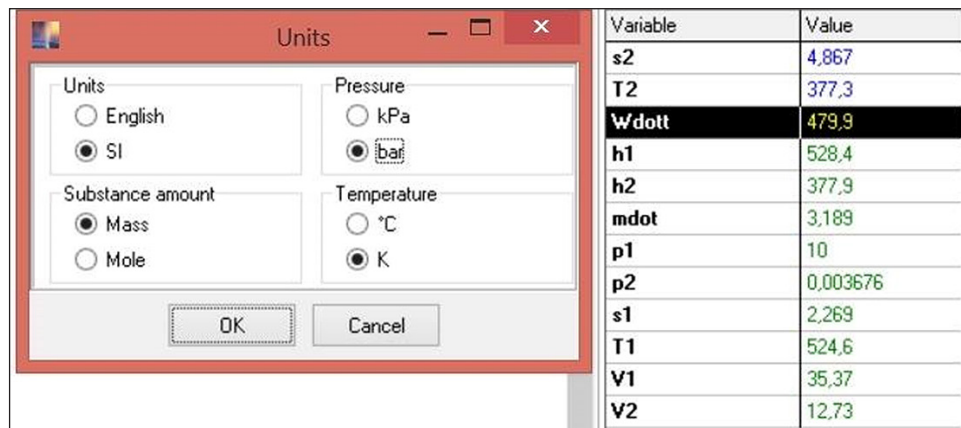
FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 16 – Panorama geral do simulador com os dados da turbina idealizada



FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 17 – Unidades utilizadas no simulador



FONTE: Os autores (2015)

I) Programação utilizada no Interactive Thermodynamics:

```
// Given Data
//
h1=528.422
p1 = 10 // bar - pressão de entrada
T1=524.606
s1=2.26909
// Calculated Data
//
h2=377.901
mdot=3.1885 // Igual na entrada e saída
V1=35.3677
V2=12.7323
p2 = 0.003675739 // bar - pressão de saída

// Obtain Data
//
T2 = T_h("Air",h2)
s2 = s_hp("Air",h2,p2)

// Energy balance
//
0 = - Wdott + mdot * ((h1 - h2))
```

CONCLUSÃO

É de nosso conhecimento que a tecnologia está sempre em constante transformação, adaptando-se à realidade e à necessidade do ser humano, que hoje em dia percebe a escassez dos recursos naturais que utiliza. Com isso em mente, muitos pesquisadores estudam maneiras alternativas de gerar energia elétrica com o intuito de denegrir menos o meio ambiente e até mesmo cessar essa degradação que hoje é um fato inerente. Estudos voltados para essa área certamente contribuem para que o meio científico possa atingir seu objetivo quanto à geração alternativa de energia elétrica.

REFERÊNCIAS

- BORÉM, A. O maior desafio é a conservação da megadiversidade existente no território nacional. **Revista Biotecnologia, Ciência e desenvolvimento**, Minas Gerais, n. 34, v. 71-7, jun. 2005.
- CALLISTER, W. **Ciência e engenharia de materiais**: uma introdução. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.
- CLAYTON, P. **Eletromagnetismo para engenheiros**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
- FUNDAMENTOS de termodinâmica: estudo dirigido, capítulo 22, 2000. Disponível em: <http://www.fisica.ufmg.br/ftermodinamica/eds/ed01_r5.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- JANNUZZI, G. de M. Planejando a crise de energia elétrica. **Newsletter AmbienteBrasil**, n.20, maio 2001. Disponível em: <<http://www.fem.unicamp.br/~jannuzzi/documents/planejandoacrisedeenergia.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- KUBO, R. **Thermodynamics**: an advanced course. Amsterdam: an advanced course, with problems and solutions. Amsterdam: North-Holland, 1968.
- MARTIN, I.; SALCDO, R.; FONT, R. **Mecânica de fluidos**: Tema 1. Flujo interno de fluidos incompresibles y compresibles. Alicante: Universitat d'Alicant, 2011. Disponível em: <http://ua.es/dspace/bitstream/10045/20299/1/tema1_Flujo%20interno.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- SEITO, A. I.; Silva, S. B. Extintor Portátil de Incêndio. **Boletim técnico**, v. 1, n. 1, set. 2005. Disponível em: <www.lmc.ep.usp.br/grupos/gsi/wp-content/boletim/1-1.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016.
- SHAPIRO, H.; MORAN, M. **Princípios de termodinâmica para engenharia**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2009.
- TIPLER, P. A. **Física**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1990. v. 2A.
- WYLEN, G. J.; SONNTAG, R. van; BORGNACKE, C. **Fundamentos da termodinâmica clássica**. 4. ed. São Paulo: E. Blucher, 1995.

ANEXO

TABELA DE GRANDEZAS

GRANDEZA	NOME	UNIDADE
Q	Quantidade de calor	Caloria (Cal) ou Joule (J)
ΔU	Varição de energia	Joule (J)
W	Trabalho	Joule (J)
ΔS	Varição de entropia	Joule por Kelvin (J/K)
T	Temperatura	Kelvin (K)
$\frac{dU}{dt}$	Taxa de variação da energia no volume de controle com o tempo	Joule por segundo (J/s)
$-\sigma W \dot{}$	Taxa de Trabalho/Potência	Joule (J)
$\sigma Q \dot{}$	Taxa de transferência de calor	Joule (J)
h_e	Entalpia de entrada	Quilo Joule por Quilograma (KJ/Kg)
h_s	Entalpia de saída	Quilo Joule por Quilograma (KJ/Kg)
W_s	Velocidade de saída	Metro por segundo (m/s)
W_e	Velocidade de entrada	Metro por segundo (m/s)
g	Gravidade	Metro por segundo ao quadrado (m/s²)
Z	Altura	Metro (m)
$\vec{E}$	Vetor Campo Elétrico	Newton por Coulomb (N/C)
Φ^j	Força	Newton (N)
Ψ^j	Deslocamento	Metro (m)
S	Entropia	Joule por Kelvin (J/K)
$M \dot{e}$	Fluxo de massa de entrada	Quilograma por segundo (Kg/s)
$M \dot{s}$	Fluxo de massa de saída	Quilograma por segundo (Kg/s)
ϵ	Força Eletromotriz (FEM)	Joule por Coulomb (J/C)
$\vec{B}$	Campo Magnético	Ampère por metro (A/m)

GRANDEZA	NOME	UNIDADE
$\dot{J}$	Fluxo de Difusão	Quilograma por metro quadrado segundo (Kg/m ² s)
M	Massa	Quilograma (Kg)
A	Área	Metro quadrado (m ²)
D	Constante de proporcionalidade	Metro quadrado por segundo (m ² /s)
J_x	Fluxo de difusão (J) em determinado ponto x	Quilograma por metro quadrado segundo (Kg/m ² s)
r	Frequência de pulos	Metros por segundo (m/s)
A^*	Átomos radioativos de A	-

POBREZA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PROUNI E A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU

Thaynara Luania Olba¹

Ana Maria Pereira Coelho Mendes²

RESUMO

O objeto de estudo deste artigo relaciona as condições sociais do egresso do Programa Universidade para Todos (Prouni) com aspectos da teoria da reprodução social de Pierre Bourdieu. O foco no programa é justificado pela necessidade de acompanhamento pela sociedade que o mantém. O objetivo geral é analisar os impactos do programa na inclusão social após a conclusão do curso de graduação do aluno Prouni, considerando as influências de seu *habitus* de origem na gestão de sua vida profissional e pessoal, segundo a teoria da reprodução social, comportamento que é determinado pela sociedade a sua volta. Para tanto, as ações de pesquisa partiram da necessidade de levantar as condições de acesso ao mercado de trabalho, identificar suas transformações sociais, traçar um perfil a partir dos dados coletados e correlacioná-los. O caminho metodológico percorrido na fase exploratória se iniciou com pesquisas bibliográficas e documentais, a partir dos dados consolidados na primeira fase da pesquisa na edição anterior. Além de outros artigos, a coleta de dados em campo ocorreu com a realização de quatro entrevistas de profundidade, em amostra intencional de egressos, e da pesquisa de levantamento, em uma população de 360 discentes do programa. O roteiro da entrevista abordou dimensões que deram base para elaboração das questões da pesquisa de levantamento. Assim, conclui-se, à luz de uma nova ideia a respeito, que o programa de inclusão coloca o sujeito na direção do mesmo contexto que o antecede e o acompanha, mas em condições de transformação e modificação, enquanto opção de escolha intrínseca ao indivíduo influenciada por suas velhas e novas experiências.

Palavras-chave: Egresso Prouni. Reprodução Social. *Habitus*.

¹ Aluna do 2º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: thaynaraolba@gmail.com

² Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: ana.mendes@fae.edu

INTRODUÇÃO

Este estudo visa explicar e dar continuidade ao desenvolvimento da pesquisa iniciada na Fase 1 do programa de iniciação científica “Pobreza, Inclusão e Educação Superior: Prouni” (COSTA JR.; MENDES, 2014; GALETTO; MENDES, 2014). Para tanto, enfatiza a inclusão social do aluno egresso no programa relacionado ao acesso no mercado de trabalho, bem como a percepção após esse novo contexto. Leva-se em conta a atuação dele como cidadão no meio social do qual passa a estar inserido, bem como seu meio de origem.

O objeto de estudo é o egresso do Programa Universidade para Todos (Prouni), interesse justificado pela necessidade de a sociedade que mantém este programa possa acompanhá-lo em suas diversas interações na realidade.

A questão de pesquisa que os estudos sobre os egressos do Prouni aborda é quais impactos que o programa tem na inclusão social, após a conclusão do curso de graduação e quais as influências de seu *habitus* de origem na gestão de sua vida profissional e pessoal? As etapas operacionais do estudo pretendem: (a) identificar as transformações sociais relacionadas aos egressos do programa com característica de condições de inclusão (trabalho, educação continuada, família); (b) traçar o perfil do *habitus* de origem do aluno Prouni; (c) correlacionar o *habitus* e origem com a condição profissional e pessoal após a participação no programa, ou seja, sua condição de egresso.

A partir das mudanças que o programa causa na vida profissional do egresso, os impactos ocorridos nas estruturas sociais e culturais, há o interesse de mapear as dimensões tanto pessoais, quanto sociais, identificando a relação da Reprodução, segundo Bourdieu (SETTON, 2002) na realidade dele, demonstrando quais os impactos existentes desta possível reprodução.

Por fim, como ocorre a inclusão relacionada as condições de acesso ao mercado de trabalho, deve-se considerar que os egressos já estão no mercado de trabalho.

1 O PROUNI E A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

O Prouni é um programa do Ministério da Educação (MEC) criado pelo Governo Federal em 2004 por meio da Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como objetivo conceder bolsas de estudos parciais e integrais em instituições de ensino superior privadas, voltadas à graduação e à especialização, aos que atendam os requisitos solicitados pelo programa, como baixa condição econômica.

O *habitus* é um conceito desenvolvido por Bourdieu (2001) que diz respeito a sistemas de disposições, ou seja, de condição e colocação no espaço social.

O indivíduo passa a ser um agente real enquanto *habitus*, com sua história, suas propriedades incorporadas, princípio de “coletivização”. Onde Hegel diz que como o indivíduo tem a propriedade (biológica) de estar aberto e exposto ao mundo que é suscetível de ser por ele condicionado, moldado pelas condições materiais e culturais de existência nas quais ele está colocado desde a origem, estando sujeito à socialização onde o produto é a distinção de outros indivíduos, singularidade do “eu” moldada pelas relações sociais (BOURDIEU, 2001, p. 163).

De acordo com Bourdieu (2001), este *habitus* se refere a uma inclusão material que não é percebida, porém tudo dela flui como sendo uma incorporação da estrutura social sob a forma de estruturas de disposições, chances objetivas – realidades de normas gerais – que acarretam conhecimento e domínio prático do espaço levando a entender o que depende e o que não depende do indivíduo. Essa compreensão somente se dá com o entendimento, gera oposição em relação à compreensão consciente, como condições ligadas a posições no espaço social, este referido como o lugar de coexistência de posições sociais, um espaço físico capaz de assumir arranjo de agentes e propriedades, pelo qual todos são caracterizados pelo lugar onde estão.

Conforme Bourdieu (2001), os agentes sociais são dotados de *habitus*, entalhados pelas experiências passadas que, por meio da percepção, geram sistemas no quais permite-se mapear e reconhecer os estímulos condicionados. Assim, os agentes são dispostos a reagirem, bem como a gerarem estratégias estruturais de algo que os defina.

O “eu” que compreende praticamente o espaço físico e o social, onde o sujeito não é necessariamente um “sujeito” mas sim um *habitus*, um sistema de disposições que no espaço ocupa uma posição do qual terá que, empiricamente, de forma regular realizar tomadas de posição seja em opinião, representação [...]. Isso gera um paradoxo de dupla inclusão onde o indivíduo vive em um meio já estabelecido/determinado, e tem também em suas mãos o mesmo meio, porém de forma consciente, é totalmente livre para realizar suas próprias determinações (BOURDIEU, 2001, p. 159).

Para Bourdieu (2011), este *habitus* cria práticas (princípio da própria escolha), constrói um mundo para poder, de certa forma, orientar-se nele e obter atenção construtiva para um futuro imediato.

De acordo com Setton (2002), o conceito de *habitus* está relacionado ao condicionamento social exterior e à ideia de sujeito. Criado no passado e orientado para ação presente, o *habitus* figura-se em uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas e constituir identidades sociais no mundo contemporâneo.

A partir das pesquisas realizadas por Bourdieu, na Argélia, entre camponeses da região francesa de Béarn, o conceito de *habitus* surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais (SETTON, 2002).

Assim, o *habitus* é descrito como:

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações- e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU apud SETTON, 2002, p. 62).

O *habitus*, composição social do indivíduo de onde surgem as características pessoais, pode ser entendido como um elemento que atua em referências diferenciadas, acionadas pelo contexto de produção e realização. Este *habitus* apresenta-se em diversas camadas, como *habitus* social e *habitus* de grupo, tendo também o *habitus* híbrido, que consiste em não ter expressão em apenas um sentido prático, mas em ação de construção.

A interação social gera um novo *habitus* social. Constitui-se uma identidade social em construção num processo de socialização de identidades individuais, assim, permeia-se a reflexividade ligada à ação, à prática e à consciência, em um meio pelo qual as novas relações com o mundo exterior são ocasionadas pela falta de um eixo estruturador.

Sendo a reprodução, de modo geral, a renovação da cultura das relações – cultural e social – sem que haja uma modificação de fato, o *habitus* atua como elemento fundamental por ser o modelo de conduta, de percepção e de pensamento que rege essa cultura das relações. Sua formação e manutenção são fundamentais no processo de reprodução.

Com relação ao público-alvo desde estudo – egressos do programa Prouni e discentes do programa –, percebe-se a aplicação de toda uma reprodução em relação ao seu passado no meio social e familiar, do qual quase automaticamente ou mecanicamente, e de forma subjetiva este está sob a condição de prosseguir repetindo aquilo que lhe é vivenciado no seu espaço social. Porém, enquanto o *habitus* do indivíduo é moldado pelas condições materiais e culturais sujeitas à socialização e às relações decorrentes, traz-lhe a capacidade de compreensão dos sistemas de condições, formando assim pensamento próprio em relação as suas escolhas. A reprodução é constante, mas promove mudança e renovação de sua cultura.

2 SÍNTESE DA METODOLOGIA

A metodologia adotada consiste em pesquisas exploratória documental, bibliográfica e de levantamento. As fontes de dados foram *sítios* eletrônicos oficiais, artigos relacionados ao tema, bem como egressos e discentes do Prouni selecionados em amostra intencional e por conveniência.

Os estudos realizados no marco conceitual sociológico de Pierre Bourdieu (SETTON, 2002) e a pesquisa documental e bibliográfica nos artigos elaborados na Fase 1 do estudo, permitiram criar dimensões de análise que serviram de base para o protocolo da entrevista e do formulário da pesquisa de levantamento.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com quatro egressos do Prouni, permitindo a análise qualitativa das dimensões consideradas. O questionário elaborado foi enviado para uma população de 360 discentes do programa. O instrumento de coleta de dados foi enviado por *e-mail* e disponibilizado em ambientes virtuais a fim de aumentar a possibilidade de respostas. O período de coleta foi de três semanas. O número de respondentes que compôs a amostra por adesão foi de 83.

3 A PESQUISA

As seguintes dimensões para a entrevista foram consideradas:

1. **Idade:** confirmação de dados anteriores na Fase 1, apresentadas na base documental.
2. **Tipo de bolsa:** integral ou parcial, aprofundamento do conhecimento do objeto estudado.
3. **Histórico familiar e do egresso propriamente:** mercado de trabalho; com quem morava; número de irmãos – já formados, não formados; formação dos pais.
4. **Adaptação:** o que proporcionou no mercado de trabalho em relação às relações tanto pessoais como profissionais.
5. **Perspectivas:** mudança pessoal (profissional/financeira).
6. **Construção de escolhas, estratégias, orientação de práticas:** como ocorreram; se houve influência anterior pela estrutura familiar.
7. **Oportunidades:** como foram percebidas.
8. **Relacionamento social pré e pós-programa:** se houve mudança, que tipo de mudança (positiva/negativa; negativa/positiva; negativa/negativa; positiva/positiva).

- 9. Realidade familiar:** pós; egresso Prouni, o que mudou o que permanecem, quais são as novas perspectivas.
- 10. Perspectivas futuras:** anterior *versus* adquirida; adquirida *versus* construída; anterior *versus* adquirida *versus* construída.
- 11. Condições de acesso ao mercado de trabalho:** confirmação dos dados coletados em pesquisa documental e propriamente coleta do objeto estudado: Já trabalhava? Começou a trabalhar durante ou após?
- 12. Transformações sociais:** dimensão pessoal *versus* dimensão profissional.
- 13. Condição financeira:** se materialmente melhorou; quais as perspectivas em relação a este ponto considerando: dimensão pessoal *versus* dimensão profissional.

3.1 ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Os quadros a seguir apresentam as entrevistas realizadas, apresentando as dimensões trabalhadas e os respectivos conceitos teóricos que embasam a leitura qualitativa realizada nos dados coletados.

A seguir, QUADRO 1 mostra a relação da história familiar ao traçar a cultura primária de vida dos entrevistados.

QUADRO 1 – Entrevistas em profundidade: dimensão do Histórico Familiar – 2015

Continua...

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Idade	25	24	28	28
Tipo de bolsa	Integral	Integral	Integral*	Integral
Histórico profissional	Desde os 15 anos de idade estava inserido no mercado de trabalho, inicialmente informal e posteriormente formal. Após ingressar no Prouni, levou dois anos para então estagiar durante seis meses e então empregar-se efetivamente. Não necessitou de competências desenvolvidas proporcionadas pela graduação.	Estava inserido no mercado de trabalho antes de adquirir a bolsa Prouni, porém mudou de foco para melhora de salário.	Estava inserido no mercado de trabalho antes do Prouni, em ambiente relacionado ao que atua hoje. Houve tentativas de mudança de emprego, mas por questões salariais permaneceu no emprego em que estava.	Já trabalhava antes do Prouni, mas deixou durante três meses.

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Histórico familiar	Os pais trabalhavam no meio informal. Morava com os pais e dois irmãos mais novos.	Morava com a mãe, o padrasto e um irmão mais novo, ambos os três com Ensino Fundamental incompleto.	Morava com dois irmãos mais novos e a mãe, esta com Ensino Fundamental completo. O pai era formado no Ensino Médio e após o entrevistado ser beneficiado pelo Prouni se formou em uma graduação.	Morava com o pai, que tinha Graduação e Pós-graduação antes desta ser beneficiada pelo programa. Sua mãe é formada no Ensino Médio. Não têm irmãos.

ANÁLISE DOS DADOS

Com os impactos percebidos empiricamente que ocorrem nas estruturas sociais e culturais dos egressos do Prouni, por conta da constante interação da sociedade, é percebido que o programa o impacto na vida profissional do egresso envolve tanto dimensões pessoais quanto sociais. Todos modificam a estrutura familiar. O ponto comum entre os respondentes é que todos trabalhavam antes do ingresso no Prouni e moravam com a família. A formação dos pais é de Graduação somente em um caso, antes do egresso ter sido participante do programa.

De acordo com Bourdieu (2001), o *habitus* refere-se aqui em uma inclusão material que não é percebida, porém tudo dela flui como sendo uma incorporação da estrutura social sob a forma de estruturas de disposições, chances objetivas – realidades de normas gerais – que acarretam conhecimento e domínio prático do espaço. A partir disso, refere-se que todos são caracterizados pelo lugar onde estão, entalhados com as experiências deste passado do egresso, assim, no decorrer das análises – que leva em conta o antes, durante e depois – essas experiências tendem a gerar sistemas para o indivíduo mapear e reconhecer o mundo que se abre a sua volta.

FONTE: As autoras (2015)

* Nota: No último ano o entrevistado pagou o curso

A seguir, o QUADRO 2 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão da adaptação.

QUADRO 2 – Entrevistas em profundidade: dimensão Adaptação – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Adaptação	Com a inserção formal do mercado de trabalho e dentro da realidade da graduação, conseguiu perceber mais tranquilidade e obter mais tempo em seu dia a dia.	O entrevistado destacou a adaptação no eixo do mercado de trabalho como sendo por opção, pois essa inserção ofereceria valorização. Em questões sociais e pessoais, houve diversificação e percepção de realidades diferentes, porém em nível adaptável. É importante destacar que este havia iniciado outro curso, por intermédio do Prouni cuja bolsa também foi integral, após, migrou para o curso atual, no qual está em fase de conclusão.	De forma pessoal, houve perda de relação social por conta dos estudos, principalmente com relação ao meio do qual fazia parte. Em questões salariais, houve planejamento a fim de poder engajar a nova rotina à acadêmica. O egresso precisou comprar um carro. Organizou seus estudos por conta da pouca base que tinha em sua bagagem advinda do ensino adquirido anteriormente, por consequência, adaptou seu tempo e horários. O entrevistado havia tido um primeiro contato com o Prouni quando realizou um semestre de outro curso (Engenharia Elétrica), porém viu que não era o que queria, assim, no semestre seguinte interrompeu o curso, continuou se preparando e depois iniciou o curso no qual é formado.	Não encontrou dificuldade. Antes da graduação realizou um curso técnico, e durante efetuou somente um estágio – de início foi se adaptando – e se dedicou aos estudos. Já tinha um mestrado em sua bagagem acadêmica.

ANÁLISE DOS DADOS

Percebe-se aqui nesta análise os pontos sobressaltados nas respostas dos entrevistados, ambos apontam o aspecto pessoal, profissional, social e acadêmico/intelectual, ainda há a presença de aspectos pessoais inseridos dentro dos aspectos profissionais, no caso da percepção de tempo e tranquilidade no dia a dia – aspecto pessoal – por meio da inserção mercado de trabalho – aspecto profissional.

Como já destacado, segundo Setton (2002), o conceito de habitus está relacionado ao condicionamento social exterior e à ideia de sujeito, criados no passado e orientados para ação presente. O habitus figura-se em uma matriz cultural que predis põe os indivíduos a fazerem suas escolhas e constituir identidades sociais no mundo contemporâneo.

Assim, os entrevistados propriamente geraram, no decorrer de sua trajetória com sua inserção em uma nova realidade, estratégias e reação para os determinados acontecimentos, como no caso em que o entrevistado precisou comprar um carro a fim de se ajustar ao novo estímulo condicionado.

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 3 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão da perspectiva:

QUADRO 3 – Entrevistas em profundidade: dimensão Perspectivas – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Perspectivas	Suas perspectivas mudaram, agregando novas realidades, tanto social como cultural. Financeiramente, as perspectivas foram de melhora.	Inicialmente sua perspectiva estava voltada ao primeiro curso, a fim de agregar conhecimento e proporcionar descanso. Com relação ao curso atual, comprovou que era o que realmente queria.	Como disse o entrevistado – “mudaram o nível de foco”, ou seja, este expôs o momento pelo qual teve que ponderar a questão salarial <i>versus</i> o que almejava.	Havia a preocupação em conseguir um emprego mais tarde – após formação. O estágio realizado durante o percurso da graduação lhe “abriu leques”. Antes do estágio não via perspectivas futuras. Depois, inserida no meio profissional, a entrevistada afirma que houve mudanças, primeiramente neste aspecto e somente após conseguiu perceber uma mudança pessoal – tudo relacionado as suas perspectivas.

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta análise, a questão de mudança lado pessoal *versus* lado profissional se destaca em alguns casos mais para o lado pessoal, em outros mais para o lado profissional.

Para Bourdieu (2001), o *habitus* cria práticas, princípios da própria escolha, constrói um mundo para poder, de certa forma, orientar-se nele e obter atenção construtiva para um futuro imediato. Assim, essas mudanças das práticas que vão sendo criadas, ilustradas nos dados acima, tiveram que se basear na própria escolha do indivíduo, justamente por somente este saber o ponto de ajuste necessário para se orientar e chegar ao seu futuro imediato constante.

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 4 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão da Construção de escolhas, estratégias e orientação de práticas.

QUADRO 4 – Entrevistas em profundidade: dimensão Construção de escolhas, estratégias, orientação de práticas – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Construção de escolhas e estratégias, bem como orientação de práticas	Basearam-se em persistência, foco e empenho, algo já formado no meio familiar, não proporcionadas pelo acesso e conclusão ao Prouni. Houve junção de estratégias a serem alcançadas e novas oportunidades, como mudança de emprego para estágio com direcionamento e encaminhamento à graduação.	Escolhas construídas e vistas como desafio e opção. A determinação atuou como elo fundamental para suas estratégias de vida, como plano de carreira que proporcionasse formação mais rápida – questão de opção, poder de escolha entre os desafios. Suas práticas foram orientadas pela diferença salarial percebida na questão de ter uma formação.	O pai do egresso tinha um sítio, desse modo, de certa forma, foi estimulado na construção de sua escolha, com o intuito de também ajudar a família a melhorar. Precisou optar entre o que gostava (ambas as escolhas relacionadas ao meio em que fora criado – o sítio): Veterinária, ideia inicial do entrevistado, e Biologia: o grande estímulo e formação atual do egresso. Não se sentiu pressionado em momento algum.	Escolhas totalmente pessoais apesar de sofrer influências familiares: via o pai como exemplo de formação e a mãe como influência por meio do incentivo.

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta análise, os elementos apresentados pelos próprios participantes remetem à questão da bagagem familiar e pessoal do próprio indivíduo; construção de suas escolhas baseadas na razão e racionalidade sempre referenciadas à vivência anterior – experiências passadas.

O indivíduo tem a propriedade (biológica) de estar aberto e exposto ao mundo que é suscetível de ser por ele condicionado, moldado pelas condições materiais e culturais de existência nas quais ele está colocado desde a origem, estando sujeito à socialização onde o produto é a distinção de outros indivíduos, singularidade do “eu” moldada pelas relações sociais (BOURDIEU, 2001, p. 163).

Assim, por certo, as escolhas são construídas e as estratégias são orientadas por práticas criadas conforme o ajuste feito à realidade do indivíduo, sem deixar de levar em conta as relações sociais deste, partindo da singularidade de todos e suas condições materiais e culturais advindas de uma existência de origem.

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 5 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão da Oportunidade:

QUADRO 5 – Entrevistas em profundidade: dimensão Oportunidades – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Oportunidades	Vistas como novas experiências, formas de pensar.	O entrevistado argumentou que não via o programa como uma oportunidade, e sim como uma escolha que teve em sua trajetória, pois, segundo ele, “as oportunidades são únicas e não podem ser remodeladas, já as escolhas envolvem o agora ou o depois”.	O Prouni foi o gatilho, um impulso inicial, uma oportunidade para o mercado de trabalho e para a questão socioeconômica. Conseguiu bons estágio e direcionamento para a pesquisa – sua área de interesse – tanto durante como após a formação.	Destacada pela entrevistada como oportunidade a partir do programa de acesso, a respeito da questão de relacionamento social, a ideia de poder dar mais de si, a possibilidade de contatos, o relacionamento com chefe/orientadora. Assim, aspectos negativos também foram destacados como: “medo” de discriminação – acreditava que era diferente, em razão da condição de bolsista. Mais tarde isso se dissipou e o relacionamento social e perceptivo transformou-se num modelo positivo e de acesso, “abertura de leques”.

ANÁLISE DOS DADOS

Os entrevistados demonstram, nesta dimensão, a questão de novas experiências adquiridas e deixam transparecer o aspecto pessoal, tanto como interno e externo nas suas relações.

Parte-se da teoria:

É construído um mundo para poder, de certa forma, se orientar nele e obter atenção construtiva para um futuro imediato. [...] O “eu” compreende o espaço físico e o social, onde o sujeito não é necessariamente um “sujeito” mais sim um *habitus*, um sistema de disposições que no espaço ocupa uma posição do qual terá que, empiricamente, de forma regular realizar tomadas de posição seja em opinião, representação. (BOURDIEU, 2001, p. 159)

As oportunidades têm a ver com este futuro imediato do indivíduo, a conveniência e a ocasião, bem como com suas perspectivas.

Um dos entrevistados apresenta sua percepção para com a dimensão trabalhada como questão de escolha e não de oportunidade, porém esta, em seu ponto de vista, se encaixa no seu “modus operandi” por representar suas ações pautadas por opção, preferência e seleção das suas ações no meio social, que o levará da mesma forma que por oportunidade à seu futuro imediato.

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 6 revela as características dos entrevistados quanto à dimensão do relacionamento social pré e pós-programa.

QUADRO 6 – Entrevistas em profundidade: dimensão Relacionamento social pré e pós-programa (2015)

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
Relacionamento social pré e pós-programa	Sempre estudou em colégio público, foi o único bolsista na turma. Percebia diferença tanto econômica quanto cultural, mas agregou nitidamente a questão cultural das relações de forma positiva. O entrevistado se sentia bem em relação a seu meio e continuou melhor após. Pretende voltar à realidade familiar, a qual mudou para melhor. Entretanto, os valores pessoais permanecem como legado. A realidade financeira também melhorou, mas a questão de valores relacionados ao cunho ético e moral é ressaltada. O grande aprendizado foi o ensinar aquilo que adquiriu.	Não sentiu diferença, apesar de afirmar que houve mais vínculos.	Antes havia: relações boas e restritas e também mais abertura com as pessoas. Após e durante, obteve mais facilidade de obter mais contatos, porém mais restritos, ou seja: antes a relação social era mais restrita e com pessoas mais próximas, das quais o entrevistado tinha mais abertura em suas abordagens. Após e durante sua formação acadêmica, obteve maior número de contatos em seu relacionamento social, mas sua convivência mais aberta, e próxima decaiu comparada ao primeiro momento.	Antes as ideias eram diferentes com relação ao seu meio social, sentia-se deslocada em conversas e também como mera ouvinte. Após, houve a compatibilidade de ideias, conseguia estabelecer conversa e diálogo aberto – “mais pessoas que pensam como eu” – afirma.
ANÁLISE DOS DADOS Percebe-se, nesta análise: a questão da diferença entre as experiências anteriores e as do presente; as melhorias; mais transmissão e trocas entre os indivíduos e os espaços onde se encontram; os valores e o relacionamento social. À luz da teoria, o <i>habitus</i> contextualizado aqui se apresenta em diversas camadas, como <i>habitus</i> social e <i>habitus</i> de grupo, por exemplo, tendo também o <i>habitus</i> híbrido que consiste em não ter expressão em apenas um sentido prático, mas em ação de construção. Conforme Setton (2002), a interação social gera um novo <i>habitus</i> social, constitui uma identidade social em construção num processo de socialização de identidades individuais, assim, permeia-se a reflexividade ligada à ação, prática e consciência num meio. Este relacionamento pré e pós-programa demonstra a interação com várias camadas das relações dos indivíduos ligadas ao <i>habitus</i>. O indivíduo se inclui materialmente, porém a materialidade, ou <i>habitus</i>, flui sem ser percebida, há a separação e inserção em novos meios práticos.				

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 7 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão da Realidade familiar.

QUADRO 7 – Entrevistas em profundidade: dimensão Realidade familiar – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Realidade familiar	Houve mudanças. A mãe do entrevistado continuou os estudos por intermédio de um curso a distância, a irmã mais nova tem a possibilidade de cursar uma graduação. Há mais acesso, o pai permanece como anteriormente à realidade do egresso. Atualmente, o egresso mora com os pais e a irmã mais nova (tem, ainda, dois irmãos mais novos).	Ainda mora com a mãe e o padrasto, cuja formação educacional permanece a mesma, trabalham em meio informal. Seu irmão mais novo não mora mais junto.	Atualmente sua irmã não mora mais junto, como inicialmente. As perspectivas mudaram, agregando-se novas. Consegue dar melhor suporte à família, economicamente proporcionou mais acesso. Hoje, consegue ajudar e dar um suporte pedagógico ao irmão mais novo, que está em fase colegial. De forma geral, houve desenvolvimento na troca de ideias no meio familiar. O entrevistado consegue agregar e compartilhar novos conhecimentos e aprendizados de forma diferenciada. Comparado ao passado, consegue perceber o estímulo dos irmãos. Negativamente, foi destacada a restrição de tempo de convívio e acompanhamento na família e suas ações.	Atualmente mora com a mãe, que trabalha, e com o pai. Encontra-se fora por ter passado em um concurso quando estava terminando sua graduação.

ANÁLISE DOS DADOS

Baseada em mudanças, possibilidades, acesso, suporte e desenvolvimento esta dimensão é a apresentada no QUADRO 2 do histórico familiar, onde este representa o presente da ação questionada quando em seu passado.

De acordo com Bourdieu (2001), este *habitus* refere-se a uma inclusão material que não é percebida, porém tudo dela flui como sendo uma incorporação da estrutura social sob a forma de estruturas de disposições, chances objetivas – realidades de normas gerais – que acarretam conhecimento e domínio prático do espaço. Assim, percebe-se que todos modificam sua estrutura familiar por conta das incorporações da estrutura social e suas disposições, resalto aqui quanto da inclusão material sempre presente que faz fluir as ações, mas que não é percebida. As mudanças na estrutura familiar são resultado do curso natural da criação de práticas, escolha e construção de mundo da singularidade dos indivíduos – de cada indivíduo, *habitus* individual dentro da estrutura familiar como um todo.

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 8 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão de Perspectivas Futuras.

QUADRO 8 – Entrevistas em profundidade: dimensão Perspectivas futuras – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Perspectivas futuras	A junção das perspectivas anteriores com as adquiridas formou a criação de uma nova visão que será transmitida aos descendentes do entrevistado, de forma a conduzir o que foi adquirido e transformado. Com as experiências e forma de pensar, a questão econômica era vista como uma barreira. Com relação ao horizonte e aos projetos, estes eram anteriores à graduação, porém eram abertos (sonhos). O entrevistado pretende continuar os estudos na carreira acadêmica.	A pretensão é agregar mestrado e doutorado, aqui se ressaltando essa questão como oportunidade.	Separadas em uma linha composta pelas perspectivas que carregava consigo – anteriores ao Prouni – durante, quando pode fomentar seu foco com base nas necessidades e melhora no “leque” de oportunidades; bem como após o programa, do qual foi embasado pela necessidade e incentivo de especialização. Materialmente e economicamente houve perspectivas somente após o ingresso na área. Há pretensão de dar continuidade aos estudos – a um mestrado para atuação profissional, bem como construção de seus objetivos pessoais – construir casa e constituir família.	Está em processo de construção e adequação. Visa tanto o mercado de trabalho como a continuidade nos estudos. Por hora realiza Pós-graduação/ Especialização. Com relação ao projeto de vida, afirma que não foi o foco e sim que as decisões foram sendo tomadas no caminho.

ANÁLISE DOS DADOS

Houve a junção e a criação de novas perspectivas, ou seja, houve transformação das perspectivas. Uma característica dessa transformação é a pretensão de continuidade acadêmica.

Está presente nesta análise a questão do *habitus* que cria práticas no princípio da própria escolha, constrói um mundo para poder de certa forma se orientar nele e obter atenção construtiva para um futuro imediato. Trás para si a questão da inclusão material não percebida que incorpora toda a estrutura social, esta dimensão de perspectivas futuras é entalhada pelas experiências passadas que, por meio da própria percepção, gera sistemas nos quais permite mapear e reconhecer os estímulos condicionados. Desse modo, os agentes são dispostos a reagir, bem como gerar estratégias estruturais de algo que os defina. Segundo Bordieu (2001, p. 59), “Isso gera um paradoxo de dupla inclusão onde o indivíduo vive em um meio já estabelecido/ determinado, e tem também em suas mãos o mesmo meio, porém de forma consciente, é totalmente livre para realizar suas próprias determinações.”

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 9 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão Condições de acesso ao mercado de trabalho.

QUADRO 9 – Entrevistas em profundidade: dimensão Condições de acesso ao mercado de trabalho – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Condições de acesso ao mercado de trabalho	Já trabalhava em área diferente da graduação que cursava, porém mudou de emprego por conta da necessidade de aproximação e direcionamento em relação a seu curso. Não via garantia no mercado de trabalho.	Para o entrevistado, são embasadas por busca constante, pautadas tanto pela valorização quanto melhora de condição financeira.	Consideradas difíceis por conta da área de pretensão, pois a licenciatura necessitava de experiência; outros fatores limitantes são a questão salarial e a área de pesquisa, por ser mais difícil.	Foram acessíveis por conta de indicações de emprego – “não precisei correr atrás” – diz a entrevistada. Também houve facilidade por ser concursada.

ANÁLISE DOS DADOS

Constituem, por meio da análise geral deste item, em difíceis, por não ver garantia, e acessíveis, por conta de indicação e concurso; necessárias, por conta de direcionamento, experiência e questão salarial; uma busca individual, para valorização e melhora financeira.

Como já destacado, Bourdieu (2001) expõe que todos agentes são dotados de *habitus*, entalhados pelas experiências passadas que por meio da percepção geram sistemas no qual permite mapear e reconhecer os estímulos condicionados, assim, os agentes são dispostos a reagirem, bem como gerarem estratégias estruturais de algo que os defina. Fica perceptível nesta condição de acesso que sejam “positivas” ou “negativas”, de certa forma, foram entalhadas pelas experiências passadas, do qual o indivíduo começa a ter atuação nesse meio e a partir de então renova, transforma e modifica, aprimora e agrega conhecimento, valorização e realização material e pessoal.

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 10 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão das Transformações Sociais.

QUADRO 10 – Entrevistas em profundidade: dimensão Transformações sociais – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Transformações sociais	Tanto o lado pessoal como o profissional mudaram e agregaram de forma relevante aspectos positivos.	O que foi destacado consiste na ampliação do campo de trabalho.	Acesso prático. Pelo lado pessoal, houve transformações na família, contatos com mais pessoas, ideias diferentes, conhecimentos diferentes, possibilidade de interferir mais no meio a sua volta e em todos os ambientes sociais para interação. Pelo lado profissional, como docente, há pretensão de tentar promoções, e de forma significativa a necessidade de interferir positivamente no meio do qual participou em seu passado como aluno, podendo transmitir o contrário dos aspectos negativos tomados de falhas que foram recebidos por experiência própria anteriormente.	De forma pessoal, as transformações ocorreram agregando amadurecimento de posicionamento e de argumento. Socialmente as relações sociais adquiridas na graduação (amigos) perduram até os dias atuais, ocorrem entre eles trocas de informações.

ANÁLISE DOS DADOS

Pautada em agregar acesso e transformação tanto lado pessoal como profissional (campo de trabalho) e social (no que tange as relações interpessoais).

Como já abordado por Setton (2002), relacionado ao condicionamento social exterior e à ideia de sujeito. Criado no passado e orientado para ação presente, o *habitus* figura-se em uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas e constituir identidades sociais no mundo contemporâneo, necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais.

Assim, suas transformações percebidas estiveram condicionadas ao social exterior do entrevistado, fizeram suas escolhas a partir de seu mundo contemporâneo apreendido sua devida relação de afinidade no comportamento dos agentes, estruturas e condicionamentos sociais.

FONTE: As autoras (2015)

O QUADRO 11 mostra as características dos entrevistados quanto à dimensão das condições financeiras.

QUADRO 11 – Entrevistas em profundidade: dimensão Condição financeira – 2015

Dimensão trabalhada	Entrevistados			
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistada 4
Condição financeira	De forma profissional e material, o entrevistado sentiu uma melhora na condição financeira. Pelo lado pessoal, houve mais a questão de autorrealização, já que seu irmão consegue quase a mesma condição financeira sem ter feito curso superior.	Mudança positiva.	Melhora totalmente relevante. Pessoalmente agora pode ajudar a família. Profissionalmente melhorou e ainda tem a melhorar. Consegue melhor estrutura, dar suporte aos estudos, fazer mais coisas (como cursos) e, além disso, tem acesso a mais equipamentos relacionados a sua área.	Durante a faculdade não foi tão impactante, demorou um pouco para se perceber uma melhora financeira. Logo após a graduação essa diferença foi percebida. De forma pessoal, durante a formação acadêmica, direcionou seu foco no lado profissional e via o estágio realizado como motivação para continuar e algo a mais para ter no currículo, não tanto pela questão salarial.

ANÁLISE DOS DADOS

Aqui se percebe, em âmbito geral dos entrevistados, mudança positiva e melhora de forma material e profissional. De forma pessoal, são demonstrados autorrealização, motivação e reconhecimento.

O indivíduo passa a ser um agente real enquanto *habitus*, com sua história, suas propriedades incorporadas, princípio de “coletivização”. [...] está aberto e exposto ao mundo que é suscetível de ser por ele condicionado, moldado pelas condições materiais e culturais de existência nas quais ele está colocado desde a origem, estando sujeito à socialização onde o produto é a distinção de outros indivíduos, singularidade do “eu” moldada pelas relações sociais (BOURDIEU, 2001, p. 163).

A condição financeira pertence à história do indivíduo, tem a ver com propriedades incorporadas na coletivização que, de certa forma, moldam – aqui ressaltado o aspecto material/financeiro de existência – uma forma de relação social.

É importante enfatizar que, muito além da condição material explicitada, o aspecto de autorrealização, motivação e reconhecimento foi ressaltado, ou seja, o lado material pode ter mudado de forma positiva, porém, por questões dos valores pessoais, advindos da estrutura familiar e do passado do indivíduo, a questão passa a ter um caráter que vai muito além do preconcebido (foco somente no dinheiro), que corresponde ao que esse meio material pode de forma pessoal agregar. A questão possibilita uma forma de pensar e uma visão de identidade nova e, com relação ao *habitus*, uma visão mais humana e menos pautada por questões somente materiais.

FONTE: As autoras (2015)

3.2 PESQUISA DE LEVANTAMENTO – DADOS E ANÁLISE

Os dados e análise a seguir são relativos aos questionários respondidos pelos alunos Prouni que receberam o formulário anonimamente e responderam por adesão. O questionário foi elaborado no Google Drive, por ser um gerenciador de banco de dados que facilita a tabulação e análises, permitindo que o pesquisador estabeleça o corte na coleta de dados quando julgar que eles já apontam indícios de interesse do estudo.

A primeira questão abordada refere-se à idade, de 19 a 47 anos, o que permite a constatação de dados realizados na pesquisa da Fase 1, porém com o acréscimo no nível de idade.

O segundo item questionou o tipo de bolsa: 43 dos respondentes têm bolsa parcial, os outros 40 têm bolsa integral. Assim, neste item, com a pouca diferença com relação ao tipo de bolsa, as respostas não estarão suscetíveis somente (ou em grande parte) ao discente com bolsa parcial, ou somente (e em grande parte) ao que possui bolsa integral, pois há certo equilíbrio neste aspecto.

No terceiro item, a intenção é detectar o que ocorreu na vida do respondente com relação ao mercado de trabalho. As respostas mais relevantes foram que o discente: já trabalhava antes de ingressar no Prouni (52 respostas); realizou estágio (24 respostas); mudou de emprego durante o curso (22 respostas). As alternativas que apresentaram menos relevância são as que apresentam menos percentual de respostas, como os que afirmam ter começado a trabalhar durante o curso.

Aqui, nota-se que a maior parte do público pesquisado já estava envolvida com o mercado de trabalho antes de ser aluno pertencente ao Prouni, dado este demonstrado anteriormente por pesquisadores da Fase 1 do projeto, em seu trabalho ambos constatarem este aspecto dominante do perfil do discente Prouni.

No quarto item procura-se saber se os pais iniciaram os estudos após este começar a graduação por intermédio do Prouni. Como questão direta, 75 respostas foram “não”, comparado a apenas oito respostas ditas “sim”. Este dado revela, de acordo com a teoria, o início do traço da modificação da estrutura familiar, mesmo que em percentual de pouca relevância e significado numérico, aborda, também, o ponto da inclusão material que não é percebida, mas que dela tudo passa a fluir e incorpora a estrutura social nas realidades – o *habitus*.

No quinto item elaborado, é questionado se irmãos ou outros do meio familiar veem no aluno Prouni uma influência a ser seguida. Dentre as respostas, 42 afirmam que sim para os que possuem irmãos e 30 afirmam que outros no meio familiar se sentem influenciados/instigados.

Em sequência, no sexto item, pode-se dizer que se aproxima do anterior, mas com mudança de foco, aqui é questionado se o discente se sentiu influenciado pela família na construção de sua escolha na graduação ao aderir ao Prouni, também como pergunta de resposta fechada houve a seguinte apreciação: 46 respondentes responderam “não” e 37 responderam “sim”. Com número de respostas próximas em quantidade, a maioria afirma que não se sentiu influenciado pelo meio familiar na escolha, porém, aqui há um ponto a ser levado em consideração, a metade dos indivíduos entrevistados pessoalmente³, egressos do Prouni, contradizem-se em certos momentos quando abordados a respeito deste item. Mesmo afirmando não sofrer influência, acabavam em seguida demonstrando algum ponto que ligava, de forma direta ou indireta, a certa influência. O ponto-chave consiste em que mesmo com a maior parte de respostas ditas “não” podem estar envolvidos graus de influência externa despercebida até mesmo para o respondente, aqui entraria o que fora discutido na presente pesquisa: o *habitus*, no que tange questões não determinadas e sim flexíveis – o indivíduo se adapta e até mesmo improvisa, dentro de certos limites, a cada nova situação.

No sétimo item, questiona-se se foram percebidas oportunidades com o ensino superior. Nas alternativas dispostas, 68 respondentes apontaram que houve oportunidades de novas experiências; 66 perceberam-nas no relacionamento profissional e 57 no relacionamento social. Com relação às alternativas de melhora econômica, não viram como oportunidade. Já receio e outros sentimentos tiveram menor significância no resultado entre as alternativas escolhidas.

No oitavo item, apresenta-se o questionamento quanto à mudança no relacionamento social antes e durante o Prouni. O resultado foi que 54 respondentes detêm um relacionamento bom e que agora – com o programa – melhorou; 24 que não perceberam mudança em seu relacionamento. Alguns também tinham um relacionamento ruim e que melhorou, porém, destes, apenas 5 respostas; nenhum escolheu a opção de que as mudanças foram negativas.

O nono item trata da visão de futuro dos participantes. Eles ressaltaram: em maior parte, que ainda estão construindo uma visão de futuro – 41 respondentes; que a visão anterior ao programa mudou – 32 respondentes; houve, ainda, 10 respostas afirmando não pensar sobre isso e cumprir uma etapa de cada vez. Estes dados se enquadram de forma plausível na dimensão da entrevista com os egressos a respeito das perspectivas futuras, em que apresentam ideias de construção de perspectivas; mudanças e junções, bem como adequação com as etapas vividas.

³ É permitida a aproximação de egressos em entrevistas em profundidade com os discentes na pesquisa de levantamento, pois a primeira deu origem à base de perguntas do questionário.

O décimo item detém o questionamento a respeito da mudança e transformação social nos âmbitos pessoal e profissional. As cinquenta e sete respostas apontam que houve mudança no aspecto pessoal e profissional.

No décimo primeiro item, referente à melhora da condição financeira, opção de resposta fechada, a maior parte dos respondeu que sim.

Por fim, no décimo segundo item abordado, se o discente pretende dar continuidade aos estudos quando na condição de egresso, 80 respondentes afirmaram que sim, enquanto apenas três que não pretendem. Este dado é confirmado na realidade prática quando confrontado ao resultado obtido na entrevista. Na dimensão “Perspectivas Futuras”, em que os indivíduos, na condição de egressos, deram continuidade aos estudos e ainda pretendem permanecer nesse meio acadêmico. Isso prova que os dados obtidos com os discentes se concretizam no futuro do egresso – todos modificaram a estrutura familiar ou estão em fase de modificação. A inclusão material continua sendo incorporada na estrutura social como um todo em disposições, acarretam conhecimento e domínio prático do espaço. Dentre os que não pretendem dar continuidade ocorre uma reprodução parcial, em que o indivíduo renova suas relações até certo ponto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse panorama, o resultado consiste no mapeamento do objetivo geral por meio da construção do referencial teórico e a realização de cruzamento de dados, pelos objetivos específicos, bem como o delineamento e a relação da teoria com a realidade, ou seja, os egressos do Prouni e suas transformações, condições e impactos. Este cenário envolto não considerou a inclusão social em relação à reprodução, *habitus*, mercado de trabalho, estrutura familiar.

Com as aproximações obtidas nas pesquisas realizadas na Fase 1 “Pobreza, Inclusão e Educação Superior: Prouni”, obteve-se, de modo geral, aspectos das condições de desempenho dos alunos participantes do Prouni e seu impacto na vida do ingressante com a participação da instituição.

Os resultados expõem os impactos que o programa tem na inclusão social após a conclusão do curso de graduação, por meio de pesquisas e análises do contexto do indivíduo e da sociedade.

Tanto as entrevistas como a síntese do questionário demonstram a abrangência da teoria da reprodução social na relação do egresso e do discente.

As primeiras descobertas, no início e na finalização do estudo, permitiram, sob os mesmos aspectos, concluir que:

1. **o *habitus* e a reprodução**, de fato, estão presentes na realidade do egresso Prouni bem como na dos discentes;
2. a **trajetória profissional preexiste** ao egresso;
3. a inclusão vai muito além do egresso, o acesso ao mercado de trabalho inicia na reprodução e ocorre no seu *habitus*, este **acesso**, na verdade, é uma **continuidade**, porém caracterizada com **mudanças e transformações**.
4. Aplicado puramente à teoria, o programa não promove diretamente a inclusão e sim oferece a oportunidade de escolha em uma nova realidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. S. Pierre Bourdieu: A transformação social no contexto de “A reprodução”. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 139-155, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1291/1343>>. Acesso em: 4 fev. 2015.
- BARDUCHI, A. L. J. et al. **Empregabilidade: competências pessoais e profissionais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- BENEDITO, S. et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. **Meditações Pascalinas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **O senso prático**. Trad. Maria Ferreira; Revisão da tradução: Odaci Luiz Coradini. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Prouni: Universidade para Todos**. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- COSTA JR., J. A. da; MENDES, A. M. C. P. Pobreza, inclusão e educação superior: Prouni. **Caderno de Iniciação Científica**, Curitiba, n.1, p.127-132, 2014.
- GALETTO, A. A. K.; MENDES, A. M. C. P. Pobreza, inclusão e educação superior: Prouni. **Caderno de Iniciação Científica**, Curitiba, n.1, p.121-126, 2014.
- MELLO NETO, R. de D.; MEDEIROS, H. A. V. de.; CATANI, A. M. Percepções de bolsistas Prouni acerca do pertencimento ao ensino superior. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 20, n. 43, p. 583-603, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/12653/8830>> Acesso em: 10 mar. 2015.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Pensadores & Educação, v. 4).
- SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2015.
- VASCONCELOS, M. D. A Herança Sociológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 77-87, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200006>. Acesso em: 4 fev. 2015.
- WERTHEIN, J.; CUNHA, C. da. **Fundamentos para uma nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000. (Cadernos UNESCO. Série Educação, v. 5).

O USO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PELOS DOCENTES NA FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO

Mauricio Soares¹

Silvia Iuan Lozza ²

RESUMO

A presente pesquisa aborda o uso das tecnologias educacionais pelos docentes do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Levando em consideração que para ocorrer o ensino e a aprendizagem, além de ter o discente como centro do processo, o docente deve utilizar várias estratégias pedagógicas, fazendo também o uso dos recursos tecnológicos. Naturalmente os professores que agora estão em sala de aula pertencem a outras gerações intituladas e rotuladas por entender as evoluções como inimigas do processo pedagógico. Foi eleito como objetivo geral levantar dados junto aos docentes da FAE, tendo-se os seguintes objetivos específicos: analisar a evolução da tecnologia e seus reflexos na educação; investigar de que forma os professores da FAE Centro Universitário do curso de Pedagogia utilizam a tecnologia em suas aulas; e identificar o perfil pedagógico do professor que faz uso da tecnologia. Como metodologia foram usadas as pesquisas bibliográfica e de campo. Constata-se que os pesquisados, em sua maioria, utilizam a tecnologia disponível na instituição, mantendo posturas tradicionais e tendo no professor o principal detentor do conhecimento. Sendo assim, o uso da tecnologia não mudou o processo pedagógico em sua essência, não alterando os elementos de ensinar e aprender da forma tradicional.

Palavras-chave: Gerações. Processo Pedagógico. Tecnologia Educacional.

¹ Aluno do 7º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: mcsoarescw@gmail.com

² Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. Coordenadora e professora do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. E-mail: silvial@fae.edu

INTRODUÇÃO

Para que ocorram o ensino e a aprendizagem, além de ter o discente como centro do processo, o docente deve utilizar várias estratégias pedagógicas, fazendo também o uso dos recursos tecnológicos. Naturalmente os professores que agora estão em sala de aula pertencem a outras gerações, intituladas *Tradicionais*, *Baby-boomers* e *Geração X*, rotuladas por entender as evoluções como inimigas do processo pedagógico, estando em desacordo com a evolução social.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão inseridas no dia a dia das pessoas de muitas formas, através dos computadores, smartphones, *tablets*, eletroeletrônicos e afins, possibilitando a partilha de ideias, informações, opiniões e, principalmente, gerando uma nova forma de organização da sociedade.

Entende-se que o ensino significativo é voltado para a formação integral do ser humano em busca do conhecimento, tendo como paradigma os alunos inseridos em uma sociedade na qual os problemas não são fragmentados e sim transversais. O uso da tecnologia pode facilitar a conversão de várias áreas do conhecimento com mediação/orientação do professor para chegar ao objetivo.

Portanto, cabe ao professor ser o mediador/orientador desse processo, transformando essa gama de informações em conhecimentos.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral delimitado para a pesquisa foi o de levantar dados junto aos docentes da FAE sobre o uso das novas tecnologias voltadas para educação. Para tanto, a fim de responder a problematização “de que forma a tecnologia é usada pelo corpo docente do curso Pedagogia da FAE Centro Universitário?”, “foram definidos os seguintes objetivos

- Analisar a evolução da tecnologia e seus reflexos na educação.
- Investigar de que forma os professores da FAE Centro Universitário do curso de Pedagogia utilizam a tecnologia em suas aulas.
- Identificar o perfil do professor que faz uso da tecnologia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É inviável educar a nova geração apenas com estratégias antigas. Negar o mundo atual (tecnológico) como se não fosse atávico à evolução humana não é um processo natural. Como destaca Lévy (2010, p. 21):

As técnicas viriam de outro planeta, do mundo das máquinas, frio, sem emoção, estranho a toda significação e qualquer valor humano, como certa tradição de pensamento tende a sugerir? Parece-me, pelo contrário, que não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal (junto com a linguagem e as instituições sociais complexas). É o mesmo homem que fala, enterra seus mortos e talha o sílex. Propagando-se até nós, o fogo de Prometeu cozinha os alimentos, endurece a argila, funde os metais, alimenta a máquina a vapor, corre nos cabos de alta tensão, queima nas centrais nucleares, explode nas armas e engenhos de destruição. Como a arquitetura que o abriga, reúne e inscreve sobre a Terra; com a roda e a navegação que abriram seus horizontes; como a escrita, o telefone e o cinema que o infiltram de signos; com o texto e o têxtil que, entretecendo a variedade das matérias, das cores e dos sentidos, desenrolam ao infinito as superfícies onduladas, luxuosamente redobradas, de suas intrigas, seus tecidos e seus véus, o mundo humano é, ao mesmo tempo, técnico.

Por outro prisma, quando se olha para as instituições de ensino atuais, parece que elas estão aquém desta realidade. Essa distância é tão grande que, segundo Perrenoud (2002, p.190):

Um observador que voltasse à vida depois de um século de hibernação notaria mudanças consideráveis na cidade, na indústria, nos transportes, na alimentação, na agricultura, nas comunicações de massa, nos costumes, na medicina e nas atividades domésticas. Se, por acaso, entrasse em uma escola, encontraria uma sala de aula, uma lousa e um professor dirigindo-se a um grupo de alunos. Sem dúvida, o professor não estaria mais usando uma longa capa, nem o professor de ensino fundamental usaria uma túnica.

[...] O professor teria descido de sua cátedra, e o visitante acharia os alunos muito impertinentes. Durante a aula, talvez percebesse alguns vestígios de uma pedagogia mais interativa e construtivista, de uma relação mais afetiva ou igualitária que a existente em sua época. No entanto, em momento algum duvidaria que se encontrava em uma escola.

Talvez houvesse um computador na sala de aula, conectado a uma rede. Porém, o visitante observaria que ele é utilizado para propor exercícios em tela e para preparar aulas “navegando” pela web. O triângulo didático continuaria o mesmo, imutável, e os saberes acadêmicos teriam se modernizado muito pouco, como a matemática dos conjuntos ou a nova gramática, por exemplo.

Toda mudança de paradigmas requer atualizações de informações, muitas vezes reciclando estratégias por meio da tecnologia. Para Lévy (1996, p. 58):

A atualização não é, portanto, uma destruição, mas, ao contrário, uma produção inventiva, um ato de criação. Quando utilizo a informação, ou seja, quando a interpreto, ligo-a a outras informações para fazer sentido ou, quando me sirvo dela para tomar uma decisão, atualizo-a. Efetuo, portanto, um ato criativo, produtivo. O conhecimento, por sua vez, é o fruto de uma aprendizagem, ou seja, o resultado de uma virtualização da experiência imediata. Em sentido inverso, este conhecimento pode ser aplicado, ou melhor, ser atualizado em situações diferentes daquelas da aprendizagem inicial. Toda aplicação efetiva de um saber é uma resolução de um problema, uma pequena criação.

As tecnologias sempre estiveram presentes na educação, muitas vezes criando inúmeras expectativas, como no caso dos filmes educativos, do rádio e da própria televisão. Thomas Edison, na década de 1920, acreditou que os filmes educativos iriam substituir os livros didáticos. Logo após, esperava-se com o uso do rádio educativo atingir um número maior de educandos, chegando a regiões inacessíveis.

No Brasil, há muito se discute o uso da tecnologia. Conforme o *Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova* (1932 apud MOTA; SCOTT, 2014, p. 52):

A escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio, com que a ciência, multiplicando-lhe a eficácia, acudiu à obra de educação e cultura e que assumem, em face das condições geográficas e da extensão territorial do país, uma importância capital.

Apesar dos muitos chamados para a renovação das estratégias pedagógicas, a imagem medieval de um professor em um púlpito, repassando seus conhecimentos, ainda se faz presente nas salas de aula. No entanto, os alunos não são os mesmos, pois pertencem a uma geração que acessa informações através de um clique, o que possibilita a resolução de problemas cotidianos de forma interdisciplinar. Para Morin (2001, p. 13):

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre as disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários.

Os recursos tecnológicos possibilitam que o docente possa lecionar de forma transversal e interdisciplinar. Morin (2001, p. 15) pontua que:

A escola primária nos ensina a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações) e a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o

que está ligado; a decompor, e não a recompor; a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento.

Em tais condições, as mentes jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos.

Ora, o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto pela sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar.

Os métodos pedagógicos precisam de um novo paradigma, voltado para um novo modelo de homem que se apresenta. Para Mota e Scott (2014, p. 37):

Resultante da importância progressiva conferida à inovação na sociedade contemporânea e da disponibilização crescente de novas tecnologias educacionais, nós estamos ingressando na terceira revolução educacional, que deverá resultar em novas maneiras de ensinar e de aprender, bem como em novas abordagens no que diz respeito à produção e transferência do conhecimento.

Abordagens tradicionais de ensino e aprendizagem associadas com a primeira e a segunda revolução (o surgimento da escola e a invenção da imprensa com a consequente produção do livro moderno) estão rapidamente se transformando em instrumentos redundantes ou insuficientes à medida que a revolução digital avança, impregnando todos os setores sociais. Tais transformações sugerem que as abordagens tradicionais de aprendizagem (por exemplo, observação, orientação, definição de objetivos, tutoria, aprendizagem com os pares, instrução, simulação, formação de conceitos, reflexão, aprendizagem metacognitiva e metodologia de solução de problemas) precisam ser reexaminadas e desenvolvidas assumindo as novas tecnologias digitais como parte integrante dos processos, resultando que tais abordagens clássicas precisam ser profundamente reanalisadas e, em parte, reconstruídas.

A tecnologia digital veio de encontro a um novo paradigma pedagógico, à queda do professor tradicional, meramente transmissor do seu conhecimento, para o professor mediador que usa a tecnologia, aproveitando a convergência de todas as mídias para, através da interatividade e pesquisa, construir o conhecimento.

Para o bom uso da ferramenta da tecnologia, é indispensável criticidade, a fim de que se possa selecionar entre as várias vertentes de informações a que possa ser melhor utilizada, transformando o educando em um questionador crítico e, conseqüentemente, em um pesquisador nato em busca do conhecimento.

Dale (2004 apud VALLE; MATTOS, 2015, p. 242) indaga o seguinte:

[...] a quem é ensinado o quê, como, por quem e em que circunstâncias; como, por quem e através de que estruturas, instituições e processos são definidas estas coisas, como é que são governadas, organizadas e geridas; quais são as conseqüências sociais e individuais destas estruturas e processos?

O grande problema atualmente é a falta de sintonia entre os professores e os alunos. Para Ian Jukes e Anita Dosaj (2003 apud VERAS, 2011, p. 1):

A desconexão entre a forma como os estudantes aprendem e a forma como os professores ensinam é fácil de compreender quando consideramos o que o sistema educacional atual foi projetado para um mundo agrário e de manufatura. Entretanto, o mundo mudou e continua a mudar rapidamente. Os alunos multitarefa de hoje estão melhores equipados para esta mudança do que muitos adultos [...]

Para Marc Prensky (2004 apud VERAS, 2011, p. 1),

[...] agora nós temos uma geração que absorve informação melhor e que toma decisões mais rapidamente, são multitarefa e processam informações em paralelo; uma geração que pensa graficamente ao invés de textualmente, assume a conectividade e está acostumada a ver o mundo através das lentes dos jogos e da diversão.

Surge, então, a necessidade imediata de a educação rever suas práticas de ensino, aproveitando a fluidez com que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se inserem na sociedade, tendo em mente que o público-alvo (isto é, os estudantes) cresce em um mundo tecnológico e possui um processo cognitivo de acordo com essa realidade.

Os jovens que estão nos bancos das universidades fazem parte da Geração Y – nascidos entre 1984 e 1999. São filhos desejados, criados em um ambiente em que há preocupação com a segurança, em que o acesso à tecnologia substituiu a brincadeira de rua com os amigos. Por várias questões que vão do mercado ao avanço por meio de pesquisas, a tecnologia está em constante atualização; assim, essa geração tem a característica de absorver mudanças como um processo corriqueiro e uma relação particular com o tempo. Todavia, não passou por uma transição de sistema de governo, não precisou lutar contra a ditadura, nasceu em um país que já era democrático. Utiliza de forma livre e democrática as mídias virtuais para dar voz aos seus anseios de mudança. Esses jovens vieram ao mundo em um clima de transformação e insatisfação com o *status quo* da administração pela máquina pública. A luta não é contra o regime, mas voltada para a garantia de direitos. Segundo a linha de pensamento de Veras (2011), é uma geração de resultado e não de processos. É a geração que mobilizou o Brasil através das mídias sociais, saindo às ruas por causa de 20 centavos da taxa de transporte.

Sua formação, principalmente nos centros urbanos, ocorreu além da forma textual comumente trabalhada nas escolas, mas também através de outras linguagens – oral, visual e iconográfica, por exemplo. Dessa forma, preferindo o jornal televisivo ao impresso; a novela ao invés da leitura de um romance; a música à poesia, essa geração busca a informação que precisa de forma objetiva, rápida e, algumas vezes, superficial.

Já sobre o tablado, têm-se os professores, segundo Veras (2011), da Geração X, nascidos entre 1965 a 1984. Em contraponto com a geração Y, viveram em momentos relevantes na política mundial: Guerra Fria, Perestroika, queda do muro de Berlim e principalmente, no Brasil, as Diretas Já. Muitos passaram pela ditadura, período em que não era permitido, da forma que vemos hoje, falar, posicionar-se e muito menos criticar, pois a população era induzida a seguir o estabelecido sem reflexões. Sua formação foi textual e preserva o hábito de ler, gerando o aprofundamento teórico e valorização da estabilidade.

Comparativamente, vale traçar um paralelo entre as Diretas Já e a mobilização dos 20 centavos, ficando clara a diferença entre as duas gerações. A primeira, apesar de os caras pintadas terem saído às ruas, o movimento partiu da União Nacional dos Estudantes (UNE), enquanto a mobilização dos 20 centavos teve vários mentores, pulverizada por vários lugares. Nota-se que no decorrer das manifestações foram se agregando outras causas nos protestos, justamente por não possuir um único mentor, como foi o caso da UNE para os caras pintadas. A tecnologia teve um papel de suma importância na construção da última mobilização. Não apenas pelo fato das TICs permitirem a todos os cidadãos, independentemente da classe social, entrarem em contato com informações antes restritas à classe dominante, mas por elas potencializarem a divulgação de correntes ideológicas, por meio de uma rede complexa, marcada pela fluidez e mobilidade, que funciona paralelamente às redes de massa como a televisão e o rádio.

Muitas foram as teorias que focaram no conhecimento prévio do aluno, o ponto de partida para a construção do conhecimento, como as de Jean Piaget, Lev Vygotsky e David Ausubel. O professor que incorpora a tecnologia no planejamento de suas aulas deve entender esse conhecimento como algo único e não dividido em áreas do conhecimento.

A construção do conhecimento deve partir da realidade do educando, de situações corriqueiras do dia a dia, sendo encarado de forma interdisciplinar, como bem descreve Morin (2001, p. 14):

Efetivamente, a inteligência que só sabe separar/fragmentar o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo. Sua insuficiência para tratar nossos problemas mais graves constitui um dos mais graves problemas que enfrentamos. De modo que, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quando a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; quanto mais planetários tornam-se os problemas, mais impensáveis eles se tornam. Uma inteligência incapaz de perceber o contexto planetário fica cega, inconsciente e irresponsável.

[...] o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar. Assim, a ciência econômica é a ciência humana mais sofisticada e mais formalizada.

Hoje, para obter êxito em sala de aula, o professor deve aproveitar a fase questionadora do jovem, fazendo mesclas conflituosas, resultado de processos dialógicos, captando interesses diversificados ao acessar o conhecimento disponível na rede.

O professor deve ser mediador das informações, reconhecendo e direcionando as necessidades e objetivos, dando liberdade a novas formas de criação para se chegar ao resultado esperado.

Ao aproveitar o recurso tecnológico, o professor pode induzir a pesquisa em busca do conhecimento fora dos espaços pedagógicos tradicionais, fazendo a busca do saber ultrapassar os muros das instituições de ensino, utilizando a possibilidade do *on-line*.

O desenvolvimento das TICs tem modificado as diferentes esferas da sociedade, sua maneira de se desenvolver, de aprender, bem como de produzir conhecimentos, saberes e valores. Consequentemente, o cenário dos ambientes escolares também se modifica com a implantação de laboratórios de informática, o acesso à internet, o uso de *tablets* etc. Fazer parte dessas mudanças tem sido um desafio para os professores, que buscam fazer uso efetivo desses recursos. Entretanto, muitos deles ainda se sentem inseguros, com medo de usá-los em sua prática pedagógica. Esse fato se deve à falta de familiaridade com as tecnologias, já que muitos professores ainda não tiveram instrução de como usar essas ferramentas, e estas não fazem ou não faziam parte de seu cotidiano.

No contexto universitário, entre outros aspectos derivados das condições propiciadas pelas tecnologias do acesso e da conexão contínua, notáveis são aqueles que afetam diretamente as formas de educar e de aprender. Santaella (2013) utiliza o termo **aprendizagem ubíqua** às novas formas de aprendizagem mediadas pelos dispositivos móveis. A aprendizagem ubíqua tem seu início com o surgimento da internet, com as vantagens que oferece em termos de flexibilidade, velocidade, adaptabilidade e acesso à informação. Com o advento da *Web* colaborativa, surgiram as Wikis, as redes sociais e o Google.

Nessa época, surgiram os novos processos de aprendizagem abertos, possibilitando o compartilhamento de problemas e a resolução de forma colaborativa, ou seja, processos espontâneos, assistemáticos e atualizados conforme as circunstâncias. O surgimento dos dispositivos móveis acelerou esses processos, pois, a partir daí, o acesso à informação tornou-se livre e contínuo em qualquer momento. Os *palms*, *laptops*, *iPads* e até mesmo

os mp3 e os celulares multifuncionais, como *smartphones*, são dispositivos móveis que podem ser incorporados à prática dos professores em todos os níveis.

Por meio desses dispositivos, que cabem na palma de nossas mãos, a continuidade do tempo se soma à continuidade do espaço: a informação é acessível de qualquer lugar. Os artefatos móveis evoluíram nessa direção, tornando absolutamente ubíquos ao acesso à informação a comunicação e a aquisição de conhecimento. Esses dispositivos devem ser incorporados à prática pedagógica, uma vez que são utilizados no dia a dia pelos alunos.

Cabe ao educador propor a construção coletiva do conhecimento, ou seja, uma construção vinda de cada aluno, mobilizando as competências deles em prol de um interesse comum, contrariando o modelo antigo (centrado apenas no professor), colocando o conjunto de indivíduos em ação.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada a pesquisa bibliográfica, a fim de apresentar as novas tecnologias, e, logo após, uma pesquisa de campo junto aos docentes do curso de Pedagogia da FAE, a fim de retratar a realidade do processo de ensino por meio de um questionário contendo 12 questões.

Marconi e Lakatos (1992. p. 22) afirmam que a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais.

Utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica para adentrar o referencial teórico que discute sobre as novas tecnologias.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De um total de 19 docentes do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário, 18 responderam ao questionário, sendo 28% do sexo masculino e 72% do sexo feminino. Destes, 83% nasceram entre 1965 e 1984. Conforme a pesquisa revelou, 28% dos entrevistados não tiveram acesso ao ambiente virtual em sua formação e 72% tiveram.

Observa-se que estes 72% tiveram uma relação tímida com o ambiente virtual, pois foram os pioneiros ao receber essa tecnologia. Refletindo na manutenção da posição do professor tradicional, “detentor do saber”, que usa a tecnologia para repassar e

não para democratizar o conhecimento, observa-se não um diálogo com o educando, e sim um monólogo. Em contrapartida, 66% reconhecem que a tecnologia auxilia o processo e 61% acreditam que cria um novo paradigma na relação da construção do conhecimento em sala de aula.

Ao destacar os pontos positivos, os entrevistados revelaram que entendem a tecnologia como um apoio pedagógico e didático que possibilita novas abordagens do conteúdo trabalhado. Acreditam que ela possibilita o acesso a informações diversificadas, por meio de vídeos, pesquisas e outras linguagens, podendo aliar a teoria à prática. Apenas um entrevistado destacou a interatividade e outro destacou a autonomia.

Em contrapartida, os aspectos negativos evidenciam que o acesso rápido gera superficialidade, aulas cansativas, acomodação, bem como substitui a necessidade de estudar e aprender e, além disso, deixa o educando em uma zona de conforto. A tecnologia não possibilita a capacidade de concentração e esforço intelectual, que, segundo os professores, vem de leituras de livros, periódicos e jornais, além de inviabilizar debates por não abrir espaço para troca de ideias.

CONCLUSÃO

O convívio em sala de aula na FAE Centro Universitário no curso de Pedagogia é marcadamente acentuado pelo choque de gerações.

Constata-se que os pesquisados, em sua maioria, utilizam a tecnologia disponível na instituição, mas mantendo posturas tradicionais, tendo no professor o principal detentor do conhecimento. Assim, o uso da tecnologia não mudou o processo pedagógico em sua essência, não alterando os elementos de ensinar e aprender da forma tradicional.

O grande desafio a ser enfrentado pelos professores não é apenas assimilar a tecnologia em sala de aula, mas transformar-se em um mediador-orientador, repensando os modelos pedagógicos, entendendo como esta geração de alunos aprende, como os recursos disponíveis tecnológicos podem aperfeiçoar o processo de ensino e de aprendizagem, se voltado para a democratização da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. **Educação a distância na internet**: abordagem e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2003.
- DEMO, P. **O porvir**: desafios da linguagem do século XXI. 20. ed. Curitiba: IBPEX, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- _____. **O que é o virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.
- KENSKI, M. K. **Tecnologia e tempo docente**. São Paulo: Papirus, 2013.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MOTA, R.; SCOTT, D. **Educando para inovação e aprendizagem independente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão pedagógica. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PIVA JR., D. **Sala de aula digital**: uma introdução à cultura digital para educadores. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SANTAELLA, L. Desafios da ubiquidade para a educação. **Revista Ensino Superior**, Campinas, 4 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-da-ubiquidade-para-a-educacao>>. Acesso em: 13 fev. 2015.
- VALLE, L. E. L. R.; MATTOS, M. J. V. R.; PARENTES, C. M. D. **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas**. São Paulo: Penso, 2015.
- VERAS, M. **Inovação e métodos de ensino para nativos digitais**. São Paulo: Atlas, 2011.

EVENTOS ESCOLARES: PERFIL E CONHECIMENTOS TÉCNICOS DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS – FASE 2 RELATÓRIO FINAL

Franciele R. Camargo Dalmolin¹

Fabiana Kadota²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os profissionais envolvidos em eventos escolares, bem como seu perfil e conhecimentos técnicos nas escolas municipais de Curitiba. A pesquisa desenvolvida pautou-se pelo levantamento bibliográfico como parte da fundamentação teórica e pela pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com os profissionais envolvidos com eventos nas escolas pesquisadas. Dentre os entrevistados, buscou-se ouvir os representantes que organizam os eventos nas escolas.

A atuação de professores em eventos escolares suscita questionamentos sobre a satisfação desse profissional, o conhecimento necessário para tal função e o que de relevante essa atuação pode contribuir para a escola, enquanto fomentadora de atividades multidisciplinares. Como resultado, esta pesquisa pôde verificar que a maioria dos profissionais tem vasta experiência na execução dos eventos; tem idade mais elevada bem como; entende os eventos mais próximos das datas comemorativas com finalidades relacionadas à cultura da comunidade ou à organização dentro da escola.

Os profissionais encarregados, em sua maioria, fazem com satisfação e consideram os eventos como uma possibilidade de aproximar a família da escola, reforço de caixa e promoção da integração entre os alunos e os professores – fatores preponderantes para que eventos os sejam sempre idealizados e façam parte do currículo escolar.

Palavras-chave: Escola. Perfil. Eventos.

¹ Aluna do 3º ano do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: franciele.rc@hotmail.com

² Especialista em Recreação, Lazer e Animação Sociocultural pela UEL. Especialista em Ecoturismo pela UNINTER. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: fabianapereira@fae.edu

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o profissional envolvido, seu perfil e conhecimento técnico em eventos escolares nas escolas públicas de Ensino Fundamental do município de Curitiba.

O intuito deste trabalho é entender quem é esse profissional que atua na realização dos eventos na escola, caracterizar as demandas de conhecimento e aptidões que devem estar presentes na formação dos docentes responsáveis por essa organização.

A relevância deste trabalho surgiu a partir da observação de que as pesquisas destinadas a esse tema são escassas, além do desconhecimento teórico e prático dentro da formação acadêmica em Pedagogia. Tudo isso suscitou o interesse em se aprofundar no entendimento de como atua esse profissional que já está na área e se é preciso capacitação para organizar tais eventos.

Este estudo pretende caracterizar uma nova concepção de pensamento em relação à importância da formação teórico/prática dos profissionais responsáveis pela realização dos eventos no contexto escolar.

1 CONCEITO E EXPRESSÃO DE UM EVENTO

Temos contato com eventos todos os dias: nos estudos, no trabalho, na família e em várias outras situações. Provavelmente nenhuma pessoa tenha passado sua vida sem participar de um, porém uma definição do que é um evento, para quem não trabalha na área, pode ser difícil de ser formulada. Desse modo, é preciso se aprofundar a fim de apresentar uma definição plausível para **evento**. Muitos autores o definem e explanam de forma concreta o seu significado.

Na visão de Meirelles (1999, p. 21), o evento:

É um instrumento institucional e promocional, utilizado na comunicação dirigida, com a finalidade de criar conceito e estabelecer a imagem de organizações, produtos, serviços, ideias, pessoas, por meio de um acontecimento previamente planejado a ocorrer em um único espaço de tempo com a aproximação entre os participantes, quer seja física, quer seja por meio de recursos de tecnologia.

Os profissionais que organizam o evento precisam ter em foco o trabalho e a organização, objetivando sempre resultados positivos.

Pode-se considerar o evento na escola como um recurso educativo e didático que traz muitos benefícios, a partir do momento que contribui para os alunos se relacionarem com o meio, a comunidade e os outros espaços, ampliando sua visão de mundo.

1.1 O EVENTO COMO PRODUTO

O mercado está cada vez mais competitivo, fazendo com que se busquem alternativas viáveis para uma concorrência que se caracteriza cada vez mais agressiva. Para isso, é preciso desenvolver estratégias para que se obtenha o valor legal dentro de uma margem mercadológica aceitável. O evento cumpre bem este papel, pois aproxima o cliente (alunos, pais, comunidade) do produto (eventos elaborados pela escola), trazendo essa relação direta para um plano real, palpável. Dentre as características do consumidor atual, pode-se dizer que, da passividade de outrem, temos um perfil ativo que exige e se faz ouvir.

Diante de tais condições deste consumidor, é preciso que se compreenda esse produto para que se atenda às expectativas e se torne clara e objetiva sua viabilização.

O evento como produto sintetiza na sua essência os valores econômicos e sociais necessários para uma composição de sucesso. Para Andrade (2007, p. 238), “Qualquer evento, sustentado por uma adequada avaliação de seu objetivo, constitui-se em um produto cuja venda (realização) deve gerar movimentação econômica e lucro, o que resultará em benefícios sociais consideráveis”.

O evento como produto deverá servir a uma classificação de público, suprir as necessidades emergentes naquele momento e fazer parte de uma estratégia de marketing que caminhe para o sucesso na realização.

1.2 O EVENTO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA, DE SOCIALIZAÇÃO E REFORÇO DE CAIXA DA ESCOLA

Segundo o art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

E para que a lei se cumpra é preciso construir uma educação para o social, para vivências que extrapolem os muros da escola, tragam significações preponderantes na aprendizagem pedagógica e também estabeleçam vínculos entre escola, família e sociedade.

O evento como produto estratégico dentro da escola é mais um aliado para a contribuição da disseminação da cultura, para o emparelhamento social e para as estratégias de arrecadação financeira, tornando-o, assim, preponderante perante outros artifícios usados pela escola para esta aproximação com seu público.

1.2.1 Fases do Processo de Planejamento e Organização de Eventos

Quando se pensa em eventos tem-se a noção de que cada um tem sua peculiaridade, mas o consenso está justamente no fato de que a organização é a parte mais complexa – vários processos são necessários para sua preparação e montagem, sendo que toda a condução das etapas depende do profissional responsável.

Matias (2010, p. 145) classifica as fases do processo de planejamento e organização de eventos como: concepção, pré-evento, per ou transevento e pós-evento.

No que se refere critérios que classificam eventos, quanto à frequência, podem ser permanentes, esporádicos, únicos, de oportunidade, dialogais, sociais, competitivos, de premiação; à localização; à forma de participação; ao alcance do público; à dimensão; ao objetivo; à área de interesse; ao escopo geográfico; e à tipologia.

A definição dos vários tipos de eventos pode ser elencada como: assembleia, campeonato, concílio, conclave, conferência, congresso, convenção, concurso, debate, desfile, encontro, entrevista coletiva, exposição, excursão, feira, festival, festa, fórum, *happy hour*, inauguração, jornada, lançamento de pedra fundamental, lançamento de livro, leilão, mesa-redonda, mostra, oficina, olimpíada, painel, palestra, *road show*, roda de negócios, salão, semana, seminário, *show*, *showcasing*, simpósio, teleconferência ou videoconferência, torneio, *vernissage*, visita, *workshop*.

Para que um evento obtenha sucesso, é imprescindível que quem o elabora tenha consciência de que alguns processos precisam ser seguidos para que a realização aconteça de maneira tranquila e organizada.

1.2.2 Perfil do Organizador de Evento Escolar

Conforme o art. 13, inciso VI da LDB (Lei nº 9.3494/1996), os docentes incumbir-se-ão de colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Tenan (2002, p. 75) menciona que “O organizador pode ser o membro da associação que trouxe o evento para sua cidade, a secretária da empresa que vai promovê-lo, ou alguém que se dedica profissionalmente a organizar eventos”.

O organizador de eventos na escola deverá ter características pessoais que o destaquem para a função. Para isso, é preciso que tenha disponibilidade para se aprimorar e buscar sempre o melhor, priorizando assim a busca pela perfeição para que se obtenha o sucesso desejado com o evento.

Para atuar com sucesso nesse ambiente tão complexo, que é planejamento, a organização e a realização de eventos, é desejável que esse profissional revista-se de características pessoais muito especiais, entre elas: paciência, organização, senso de humor, habilidade para comunicar-se, flexibilidade, muita energia mental e física, conhecimento de boa cozinha, orientação para pessoas, diplomacia, educação, energia, “nervos de aço”, atenção para os detalhes, capacidade de ver o todo e paixão pela excelência. (TENAN, 2002, p. 76)

O perfil do organizador de evento escolar deverá estar relacionado a uma proposta de contribuir ativamente para que a forma de condução dessa atividade se relacione com o ambiente da escola e com a vivência dos alunos. Uma pessoa que sente satisfação em realizá-lo, que se aprimora, que observa e cresce com o erro, tem condições de proporcionar o melhor de si.

O prazer em agregar algo a alguém também é um dos ingredientes essenciais para que se construa um profissional que faz não só porque há uma demanda, mas que faz porque também enxerga um bem maior e, além disso, quer contribuir não só com um grupo, mas com a formação de uma sociedade.

1.2.3 Outros Modelos de Eventos na Educação: O Caso Japonês

A escola no Japão tem uma organização escolar que contempla eventos em sua grade curricular, e serve de parâmetro para o referente estudo. A escola japonesa também tem eventos e conta com a participação da família e da comunidade para que se realizem. Está focada, como nas escolas municipais de Curitiba, em eventos relacionados à cultura do país e também no fortalecimento das relações entre os alunos e a escola. O intuito dessa relação “escola e atividades extracurriculares” é fazer com que os alunos aprendam os mecanismos da sociedade. Por isso, no Japão, os alunos visitam fábricas e instituições próximas à escola para se apropriarem de valores referentes à sua comunidade.

Entre diferenças e igualdades, nas duas concepções de sociedades, a escola tem um papel fundamental e credita ao evento uma forma singular de se adquirir conhecimento. O evento é uma aula aberta onde professores e alunos constroem juntos saberes que dentro de sala de aula, muitas vezes, seriam impossíveis ou não surtiriam o mesmo efeito.

2 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, realizado nas escolas municipais de Curitiba.

A pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando o método do estudo de caso de corte transversal, realizado no período de setembro de 2014 a maio de 2015. Foi adotada a revisão bibliográfica sobre o tema, análise documental e entrevista semiestruturada com os profissionais da educação envolvidos na elaboração dos eventos escolares.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado com 12 perguntas que mesclavam-se em objetivas e dissertativas. Cada um teve que responder de forma a contemplar todas as perguntas. Com isso, a pesquisa ficou mais direcionada aos aspectos que se desejava pesquisar, otimizando o trabalho.

O estudo de caso realizado foi iniciado com a ida até as escolas optou-se por não enviá-lo por *e-mail* ou pelo correio, em razão de, nesses casos, a resposta não ser imediata ou até mesmo não haver resposta do questionário; com isso, agilizou-se a pesquisa e o retorno foi maior.

Findada essa fase da pesquisa, os dados foram organizados em gráficos para uma melhor apreciação dos resultados. Cada resultado foi devidamente analisado e justificado dentro da pesquisa.

A pretensão com este estudo era analisar os profissionais que atuam na área de eventos nas escolas pesquisadas, verificar a sua formação, perfil e conhecimento técnico o que se fez possível através da pesquisa de caso.

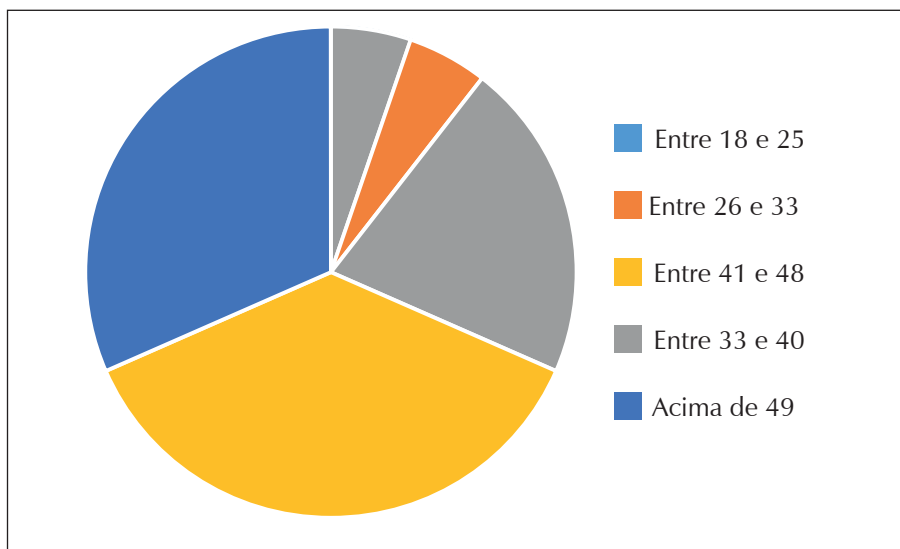
Os dados coletados nas entrevistas foram sintetizados e agrupados em categorias, com o intuito de atender aos objetivos desse trabalho.

3 RESULTADOS

Para identificar o conhecimento e o perfil dos organizadores de eventos nas escolas municipais de Curitiba, realizou-se uma pesquisa com os profissionais que atuam na elaboração destes eventos.

O número de respostas das perguntas do questionário foi convertido em gráficos, os quais podem ser visualizados na sequência. De acordo com os questionários respondidos, pode-se chegar às seguintes conclusões:

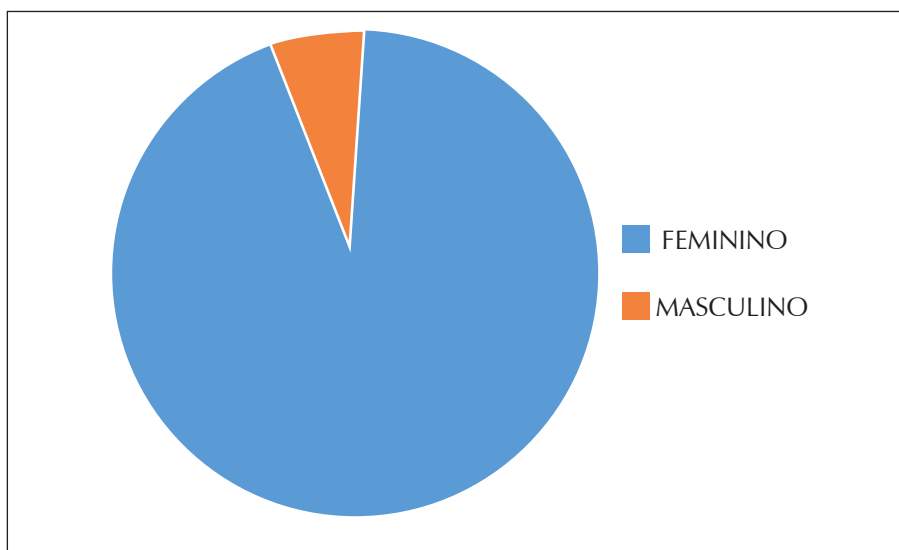
GRÁFICO 1 – Qual a sua idade?



FONTE: As autoras (2015)

Na pergunta referente à idade do profissional envolvido (GRÁF. 1), pode-se observar que a maioria tem entre 41 e 48 anos, o que demonstra a maturidade do responsável, justamente por serem professores mais experientes e que têm funções estratégicas dentro da escola.

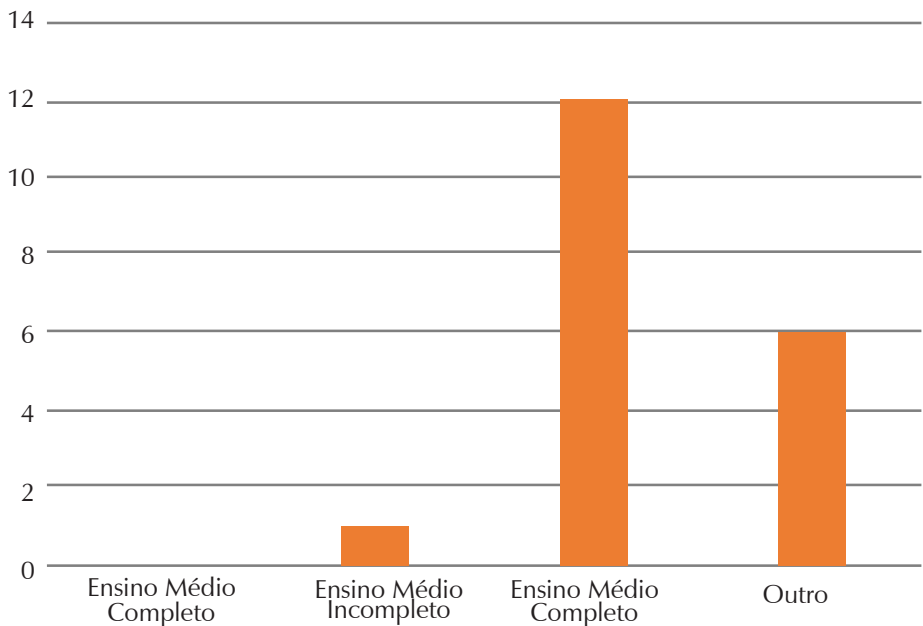
GRÁFICO 2 – Qual o seu gênero?



FONTE: As autoras (2015)

Conforme verificamos no GRÁF. 2, o gênero ficou mais restrito ao feminino em comparação ao masculino. A formação de funcionários nas escolas tem em sua composição um número maior de mulheres, isso justifica o número expressivo nesta avaliação.

GRÁFICO 3 – Qual sua formação acadêmica?

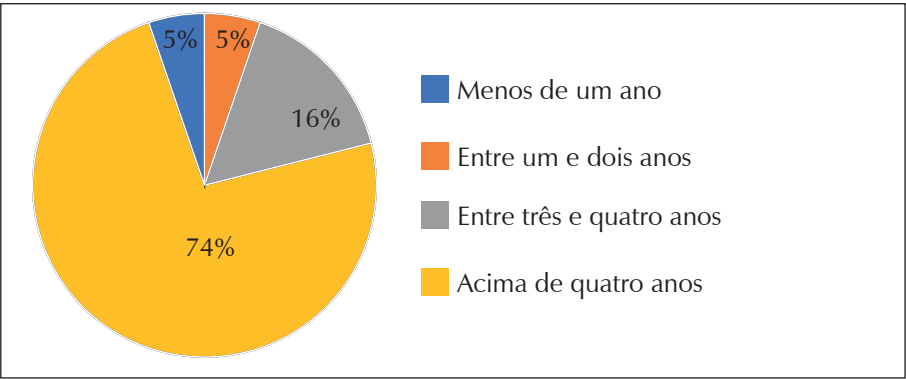


FONTE: As autoras (2015)

A formação acadêmica (GRÁF. 3), em sua maioria, é composta por pessoas que concluíram o ensino superior, seguido por aqueles que têm uma especialização.

A maioria dos entrevistados está na função há mais de quatro anos (GRÁF. 4)– o que indica ser imprescindível ter experiência na função docente.

GRÁFICO 4 – Tempo na função

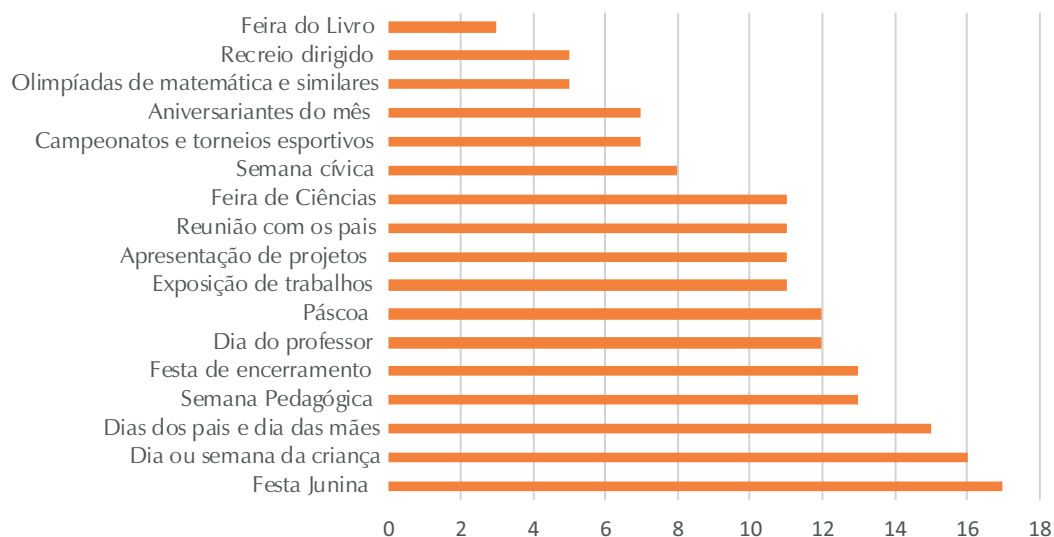


FONTE: As autoras (2015)

NOTA: Todos os entrevistados responderam

O GRÁF. 4, “Tempo na função”, revela que 74% dos profissionais que responderam o questionário está há bastante tempo na função, o que indica uma preferência por alguém mais experiente. O segundo mais votado, com 16%, tem uma média boa de tempo executando eventos em comparação aos demais, sinalizando o quanto esse posto nas escolas está atribuído ao tempo de docência e consequentemente à experiência que se adquire no decorrer dos anos.

GRÁFICO 5 – O que você considera evento?



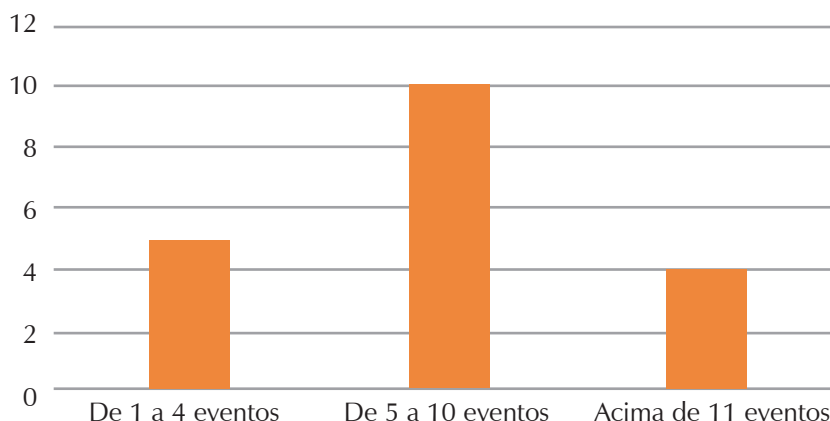
FONTE: As autoras (2015)

Quanto àquilo que o profissional considera evento³ (GRÁF. 4), a data mais relevante, segundo os entrevistados, é a festa junina por ser uma data atrelada ao reforço de caixa nas escolas. Na sequência, as datas referentes ao dia das crianças, dia das mães e dos pais e páscoa, que são datas nacionais, ligadas à família ou à religião – o que reforça o uso de datas comemorativas dentro do currículo das escolas.

Os eventos que se relacionam, por exemplo, a reuniões, entrega de projetos e feiras de livros, olimpíadas de matemática estão mais atrelados a deveres da escola e não são vistos como eventos. Pois, por não reunirem grande quantidade de pessoas, para os entrevistados, descaracterizam a definição de evento.

³ Todos os entrevistados classificaram apenas alguns itens como eventos, nenhum classificou a lista toda. Na relação disposta, todos são eventos – o que demonstra uma relação errônea ao classificar apenas os itens mais relacionados a contextos de datas especiais.

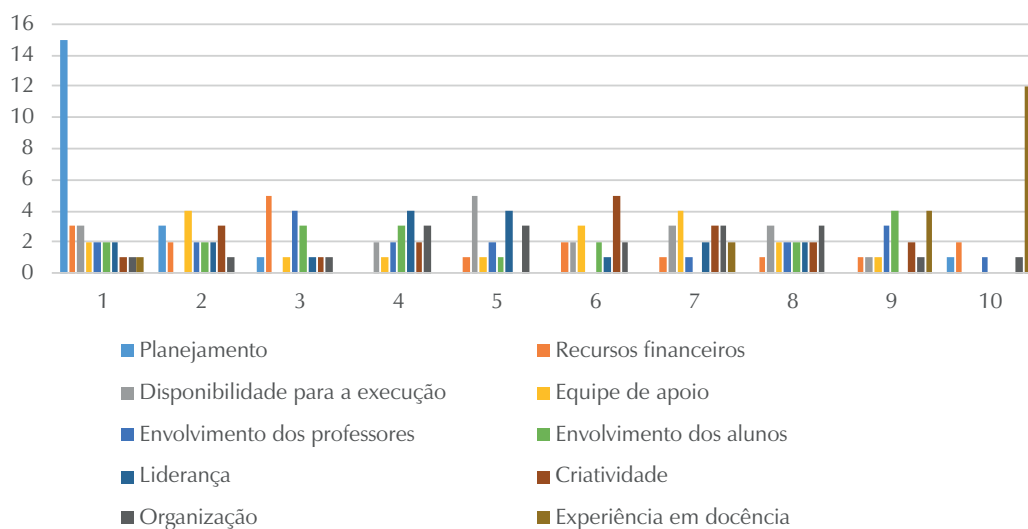
GRÁFICO 6 – Na escola em que você atua, quantos eventos você realiza no ano letivo?



FONTE: As autoras (2015)

Quando se perguntou quantos eventos são realizados no decorrer do ano letivo, a grande maioria respondeu “de 5 a 10 eventos”, poucos responderam “de 1 e 4” e uma minoria, “acima de 11 eventos”. As grades curriculares das escolas são planejadas para contemplar esses eventos; em muitas delas, usa-se esse artifício educativo de maneira mais ampla, o que indica a importância desses eventos dentro da escola.

GRÁFICO 7 – O que você considera importante na realização de um evento de pequeno, médio ou grande porte?

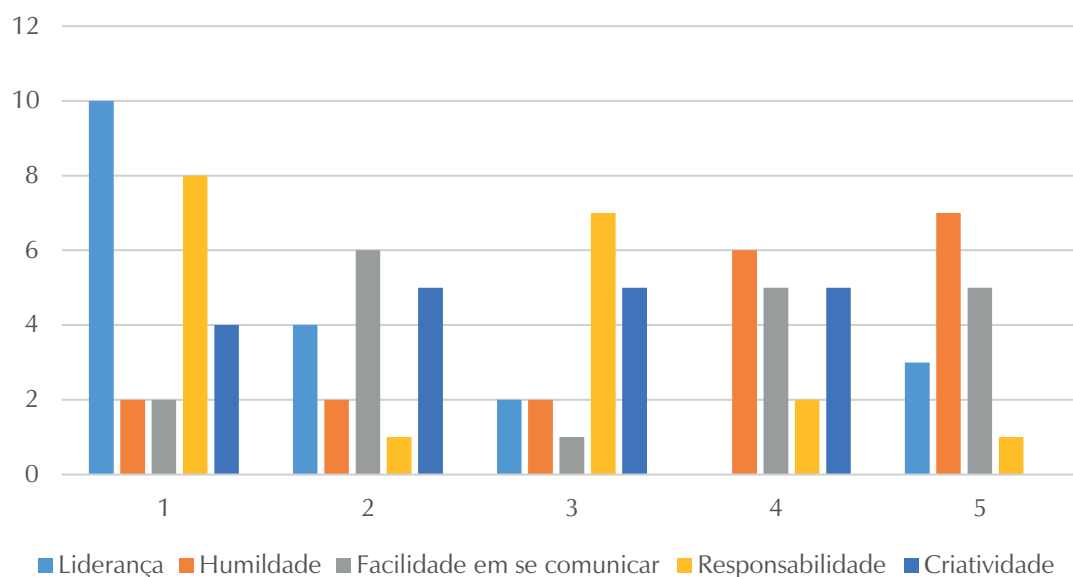


FONTE: As autoras (2015)

NOTA: Foi utilizada uma escala de importância de 1 a 10

No questionamento “O que você considera importante na realização de um evento de pequeno médio ou grande porte?” (GRÁF. 7), os entrevistados mencionaram o planejamento como o principal item dentro da organização do evento, seguido dos recursos financeiros, disponibilidade para a execução, equipe de apoio, envolvimento dos professores, envolvimento dos alunos, liderança, criatividade, organização e, por último, a experiência em docência. Este último demonstra um contrassenso dos entrevistados, pois a maioria dos profissionais envolvidos com os eventos tem a experiência docente como ponto forte no desempenho da função.

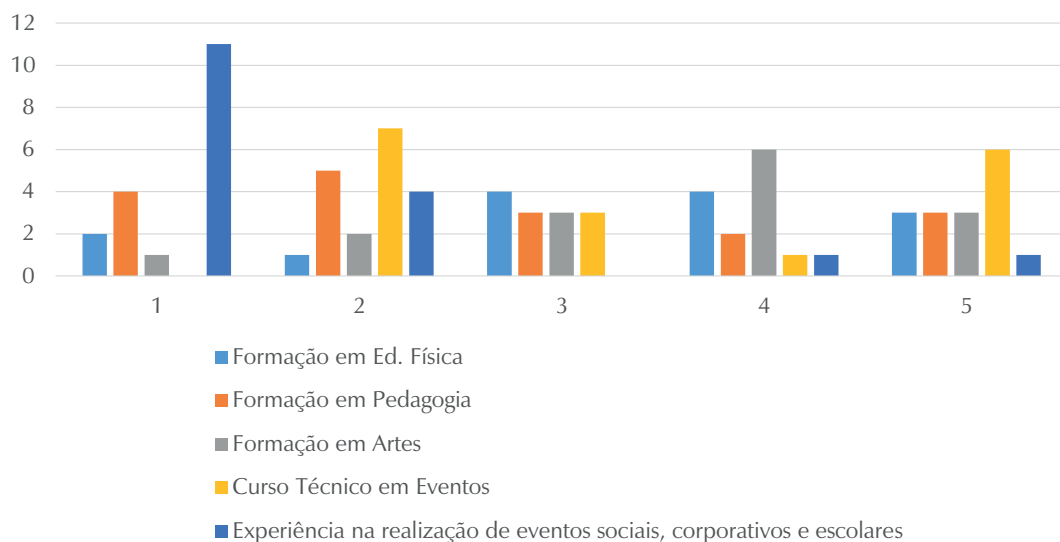
GRÁFICO 8 – Características comportamentais



FONTE: As autoras (2015)

No que tange às características comportamentais (GRÁF. 8), ser um líder é fator preponderante, facilidade de comunicação, criatividade, humildade e responsabilidade seguem como características subsequentes à característica básica do organizador de eventos.

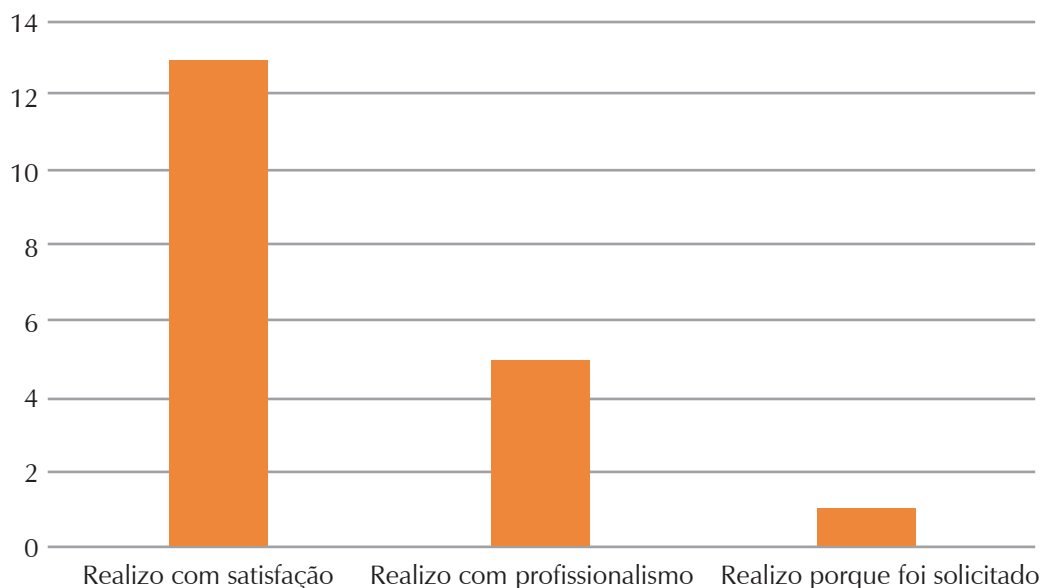
GRÁFICO 9 – Características técnicas



FONTE: As autoras (2015)

Para os entrevistados, as características técnicas do organizador de eventos nas escolas (GRÁF. 9) deverão, dentre os critérios analisados, ter em primeiro lugar experiência na realização de eventos sociais, corporativos e escolares. A formação em Educação Física, Pedagogia, Artes ou Curso Técnico em Eventos são menos relevantes.

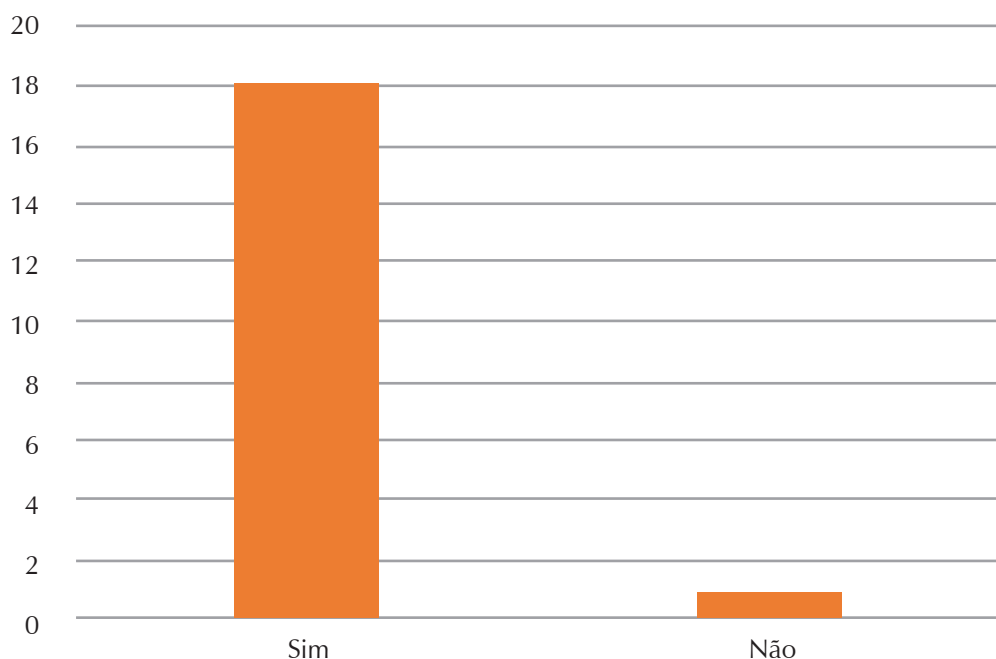
GRÁFICO 10 – Qual o seu interesse e satisfação na realização de eventos?



FONTE: As autoras (2015)

Na pergunta referente ao interesse e satisfação na realização de eventos (GRÁF. 10), a maioria respondeu ter satisfação em realizar, alguns, que realizam com profissionalismo e uma minoria realiza porque foi solicitado. Nessas circunstâncias de análise, pode-se dizer que participar destas atividades não é um fardo para o profissional responsável, apesar de muitas vezes esses eventos estarem além das suas responsabilidades dentro da escola.

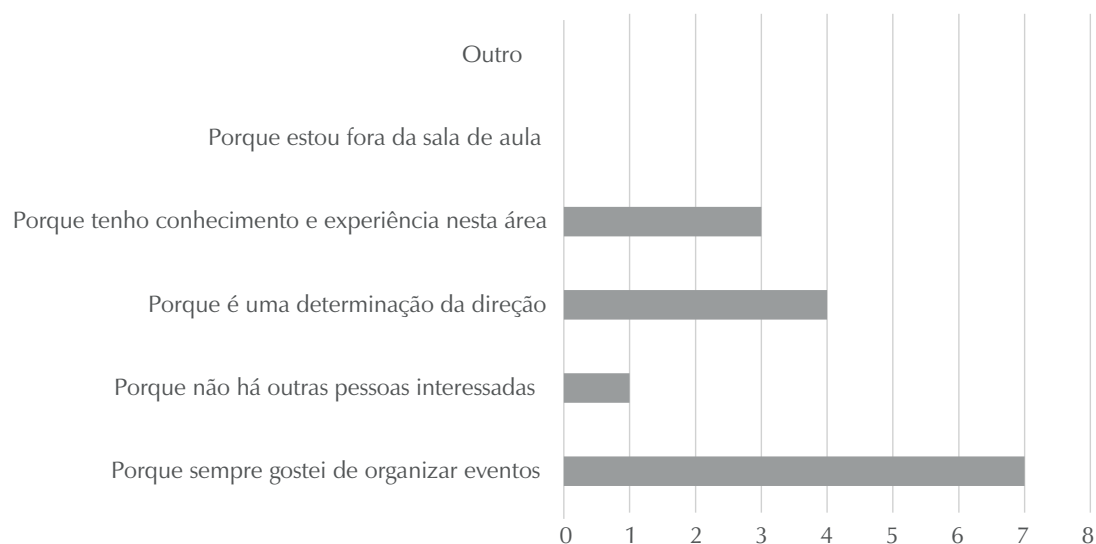
GRÁFICO 11 – Você se considera preparado(a) para realizar eventos na escola?



FONTE: As autoras (2015)

A maioria dos entrevistados se considera preparado para realizar eventos na escola, de acordo com o GRÁF. 10, o que faz pensar que, para esses profissionais, a experiência de se fazer todos os anos alguns tipos de eventos os habilita a compreender todo processo sem precisar ter um aprofundamento sobre a execução, organização e planejamento de um evento.

GRÁFICO 12 – Por que você é responsável pelos eventos da escola?

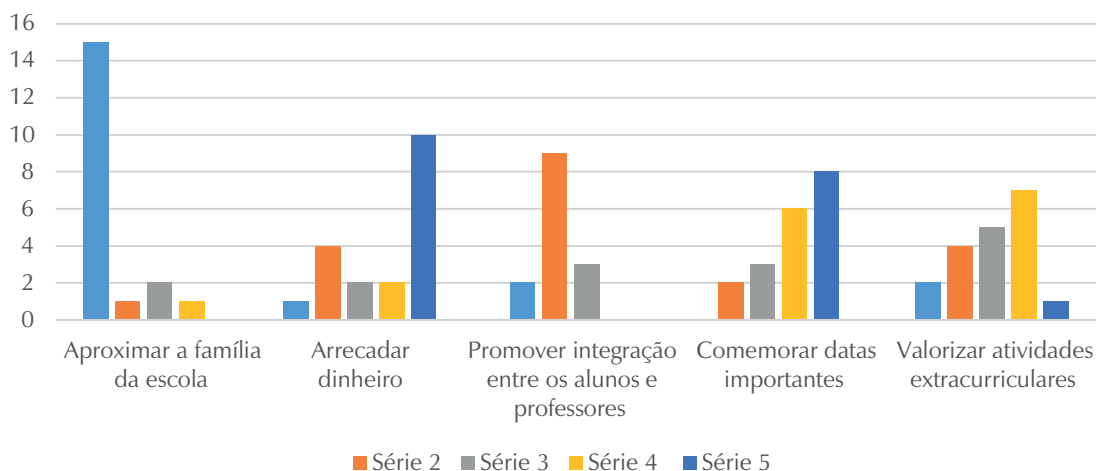


FONTE: As autoras (2015)

No GRÁF. 12, a pergunta “por que você é responsável pelos eventos da escola” fornece uma dimensão do perfil deste profissional que, em sua grande maioria, realiza porque gosta de organizar, mas também há profissionais que o fazem porque são designados pela direção e poucos que se ocupam dessa função porque não há quem os substitua.

O responsável que se dispõe a organizar os eventos tem iniciativa e gosta do que faz, porque vê sentido nesse recurso que a escola tem.

GRÁFICO 13 – A realização de eventos na escola pode atender diferentes objetivos



FONTE: As autoras (2015)

Para finalizar o questionário, a pergunta dirigida aos profissionais foi: “A realização de eventos na escola pode atender diferentes objetivos?”. Foram elencadas várias alternativas que correspondessem a esses objetivos. O objetivo mais votado foi o que se referia à aproximação da escola com a família. Isso traz uma visão importante na relação que a escola estipula através dos eventos que promove.

A arrecadação de dinheiro também teve votação expressiva, justificada pelo reforço de caixa que cada escola tem para manter pequenos gastos. A integração entre alunos e professores, a comemoração de datas importantes e a valorização das atividades extracurriculares foram menos relevantes para os entrevistados – o que caracteriza maior importância dada a certos objetivos e menor a outros (principalmente se esse objetivo for mais focado no financeiro do que no curricular).

Quando perguntado se o profissional se considerava preparado para realizar eventos na escola, as respostas estiveram dentro do alcance do entendimento do conceito pré-estabelecido por cada entrevistado.

Os professores elencaram da seguinte forma suas considerações:

“Sempre há aprendizado... apesar de ter participado de alguns, busco respaldo e considero como se fosse a primeira vez... porém aprecio!”

“Porque faz parte das funções às quais fui contratado e gosto de realizar.”

“Porque todos os anos, nas datas cívicas, nós professores somos convocados a fazer algum tipo de evento aos pais e alunos.”

“Porque além de gostar de realizar eventos, na escola que trabalho fazemos reuniões com a equipe de liderança no qual [sic] estudamos como vamos preparar o evento, o objetivo do evento, qual é o público, horários até a própria organização do estacionamento. [Em] Cada evento realizado adquiro um novo aprendizado e experiência para melhorar o próximo evento.”

“Gosto de trabalhar com público e de ver as pessoas felizes.”

“Porque isso faz parte do meu dia a dia. Aprendi praticando, demonstrando interesse. Não tive preparação específica, mas busquei repertório.”

“Traçamos objetivos, cumprimos com nosso dever quando repassamos cultura.”

“Tenho conhecimento e parceria com os profissionais e comunidade.”

“Pois procuro elaborar tudo com antecedência, procurando fazer o melhor possível e contemplando a todos os estudantes.”

“Pelo tempo que estou na função, vamos adquirindo mais experiências.”

“Porque além de gostar muito de organizar, também é de minha responsabilidade.”

“Porque realizo há mais de sete anos e gosto de fazer.”

“Porque o evento na escola deve ter como objetivo maior a integração entre a família e a escola.”

“Sendo pedagoga tenho conhecimento geral de organização da escola.”

“Porque consigo pensar e organizar os detalhes do evento. Fiz um curso técnico e consigo organizar bem.”

“Experiência, porque gosto e sinto-me à vontade em participar.”

“Sim, sou extremamente participativa, além de possuir outras características como dinamismo, criatividade e acolhimento das pessoas em todo o processo.”

“Cada evento realizado é um aprendizado para melhorar os próximos. Gosto de fazer e sempre termino o que me proponho desenvolver.”

“Porque me preocupo e estou sempre buscando inovar as apresentações cívicas no decorrer do ano letivo. Gosto de organizar eventos através do calendário cívico. As crianças aprendem mais e sentem-se motivadas. Acredito no valor dos eventos no crescimento cognitivo e no desenvolvimento dos alunos.”

Estas são respostas atribuídas à autoavaliação do profissional que organiza os eventos nas escolas em que foram aplicados os questionários.

O que se pode observar é que a grande maioria dos profissionais executa com satisfação. Apesar de haver todo um calendário a ser vencido no ano letivo, eles se dispõem a realizar esses eventos com a escola.

Alguns elencaram que aprenderam com os erros, o que significa que tiveram experiências ruins em eventos e sentiram a necessidade de melhorar a logística e aprofundar seus conhecimentos para trazer um evento ajustado àquela comunidade e àqueles alunos.

Os profissionais tentam, dessa maneira, aproximar a família da escola – fator que motiva a organização de certos eventos.

Todavia, muitos ainda estão presos a datas cívicas, o que não descaracteriza valor, mas deverá sempre ser pensado de forma contemporânea para não cair na rotina de um calendário.

Muitos profissionais têm características de liderança e perfil específico para desenvolver a organização, por isso são convocados a participar.

A grande maioria dos profissionais que preencheram os questionários é formada em Pedagogia e está em funções de coordenação e direção – isso facilita a articulação com os professores de área, pois esses profissionais já têm conhecimento prévio da sua equipe, o que faz com que se organizem mais facilmente para a realização de um evento na escola.

O que é preponderante nesta pesquisa de campo se refere ao quanto os profissionais precisam de uma capacitação específica na área de eventos. Ter um curso voltado a esta área traria uma melhora significativa na elaboração e execução, diminuindo o estresse ocasionado pela inadequação de um evento mal-organizado.

Estar apto significa ser capaz, ter habilidades para a realização, e é isso que deve ser pensado quando se executa um evento, o profissional deverá ter em mente essas definições e propiciar ao seu público qualidade em serviços prestados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi responder o problema da pesquisa: “Qual conhecimento técnico, perfil e quem são os profissionais que se envolvem na elaboração dos eventos dentro das escolas de Ensino Fundamental dos anos iniciais do Município de Curitiba?”. Esta foi uma tarefa difícil, pois houve grande dificuldade em conseguir escolas que respondessem o questionário.

Ainda existe muito amadorismo e pouca preocupação de se seguir roteiros de procedimentos, isso implica também nos profissionais que fazem com satisfação.

O que pode ser um diagnóstico de que os profissionais responsáveis pelos eventos deveriam ter, em sua capacitação, cursos voltados para a área de eventos. Essa ajuda técnica propiciaria um maior entendimento na organização, no produto que ele representa, no marketing necessário para que obtenha sucesso e alcance o almejado pela escola. Verificou-se que os profissionais envolvidos necessitam de ajuda técnica para que consigam sair do amadorismo, ampliem a visão e entendam que um evento bem elaborado trará uma visão positiva para a escola.

Pensar em um evento sem considerar seu público é acreditar que por si só ele se sustenta, o que não é verdade. É preciso muito empenho, responsabilidade e respeito pelo tempo daqueles que se dispõem a sair de casa para participar. Por isso, o embasamento se faz necessário.

O evento na escola só poderá ser um artifício educativo se bem elaborado, contemplando as diferentes culturas e respeitando as diversidades tanto religiosa como social do seu público.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. B. **Manual de eventos**. 3. ed. ampl. Caxias do Sul: Educus, 2007.
- ARRIBAS, T. L. A. et al. **Educação infantil**: desenvolvimento, currículo e organização escolar. Trad. Fátima Murad. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Trad. Cássia Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/midia/arquivos/2013/abr/proavi---lei-n-93941996.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.
- GIACAGLIA, M. C. **Gestão estratégica de eventos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOYLE JUNIOR, L. H. **Marketing de eventos**: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e exposições. Trad. Ailton Bomfim Brandão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- LIMA, E. S. **Currículo, cultura e conhecimento**. São Paulo: Sobradinho, 2005.
- MATIAS, M. **Organização de eventos**: procedimentos e técnicas. 5. ed. Barueri: Manole, 2010.
- MEIRELLES, G. F. **Tudo sobre eventos**. São Paulo: STS Publicações e Serviços, 1999.
- MORAN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.
- PARANÁ. Secretaria da Educação. **APMF – O que é?** Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=361>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PORTAL MIE, 2015. **Veja como é a escola japonesa!** Disponível em: <<http://portalmie.com/atualidade/2009/04/22/veja-como-e-a-escola-japones>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- PREDEBON, J. **Criatividade**: abrindo o lado inovador da mente: um caminho para o exercício prático dessa potencialidade, esquecida ou reprimida quando deixamos de ser crianças. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- REVISTA ELETRÔNICA PRO-DOCÊNCIA, Londrina, v. 1, n. 4, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>>. Acesso em: 16 maio 2015.
- TENAN, I. P. S. **Eventos**. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).
- ZANELLA, L. C. **Manual de organização de eventos**: planejamento e operacionalização. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE EM AMBIENTE HOSPITALAR: A EXPERIÊNCIA DO HOSPITAL DO TRABALHADOR

Anielly Aparecida Kops Galetto¹

Cinthya Vernizi Adachi de Menezes²

RESUMO

Educação é um direito de todo cidadão, bem como tê-la com qualidade em qualquer circunstância, até mesmo em hospitais. Para que isso aconteça, no Paraná ocorre o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), inicialmente fundamentado nas pesquisas realizadas por Menezes (2004), implantado em 2007 e amparado legalmente para os educandos que se encontram fora da escola por motivos de saúde. Partindo do pressuposto de que as condições do trabalho docente estão diretamente relacionadas à garantia do direito à educação de qualidade do educando hospitalizado, objetiva-se com esta pesquisa analisar as políticas educacionais vigentes, bem como a garantia das condições profissionais para a atuação docente no Hospital do Trabalhador, em Curitiba. A pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, e utilizou o método do estudo de caso. Adotou-se a revisão bibliográfica sobre o tema, a análise documental e a entrevista semiestruturada com os profissionais da educação envolvidos no atendimento pedagógico no referido hospital. Sendo assim, esta investigação busca identificar como as políticas educacionais se relacionam com as condições de trabalho docente da equipe que atua no SAREH no Hospital do Trabalhador. Dessa forma, o conhecimento científico produzido vem ao encontro da discussão sobre o atendimento escolar hospitalar – parte integrante do processo de ensino-aprendizagem – e a importância da ação pedagógica com vistas à garantia dos direitos da criança hospitalizada.

Palavras-chave: Educação. Escolarização Hospitalar. Políticas Educacionais. Atuação Docente.

¹ Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014/2015). E-mail: aniellyk@hotmail.com

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: cinthyavam@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todo cidadão, assim como tê-la com qualidade em qualquer circunstância. Sendo assim, a educação deve ser garantida a todos os educandos, até mesmo àqueles que se encontram em tratamento de saúde, para que possam dar continuidade no processo de ensino-aprendizagem, mesmo estando fora da escola de origem. Conforme afirmam Matos e Mugiatti (2011, p. 46):

Se a educação, como *autotarefa orientada*, diz respeito a todas as pessoas e durante toda a vida, não será legítima a exceção para com a pessoa enferma. Nessa perspectiva, a Pedagogia Hospitalar propõe-se a uma ajuda eficaz – a pedagógica – que pode ser dirigida ao enfermo, isto é, se as suas condições de enfermidade o permitirem, mesmo que em um ambiente diferenciado, o que se constitui em motivação para a continuidade de sua vida na sociedade.

Para que isso aconteça, no Paraná ocorre o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), inicialmente fundamentado nas pesquisas realizadas por Menezes (2004), implantado em 2007, e amparado legalmente para os educandos que se encontram fora da escola por motivo de saúde.

Buscando dar continuidade aos trabalhos anteriormente realizados nesse contexto sobre o programa, esta pesquisa visa analisar em que condições se realiza o trabalho docente para o atendimento escolar hospitalar, quais políticas o amparam legalmente e como estas se relacionam no dia a dia em seu funcionamento.

Tendo em vista a temática abordada, faz-se necessária a reflexão sobre alguns questionamentos, como: “quais são as condições pedagógicas, físicas e organizacionais que permeiam o trabalho docente em ambiente hospitalar?” e “de que forma as políticas existentes garantem a efetivação da prática docente?”.

Dessa forma, esta investigação busca contribuir para avanços no atendimento escolar em ambiente hospitalar, respeitando a diversidade e realizando a inclusão dos alunos que estão impossibilitados de frequentar a escola regular.

Partindo do pressuposto de que as condições do trabalho docente estão diretamente relacionadas à garantia do direito à educação de qualidade do educando hospitalizado, objetiva-se com esta pesquisa analisar as políticas educacionais vigentes, bem como a garantia das condições profissionais para a atuação docente no Hospital do Trabalhador em Curitiba.

Para tanto, é necessário definir alguns objetivos específicos para se atingir o objetivo geral desta pesquisa, sendo eles: realizar um levantamento legal sobre as condições do trabalho docente para os profissionais que atuam no atendimento

educacional hospitalar no Brasil e no estado do Paraná; identificar em que condições pedagógicas, físicas e organizacionais ocorre o trabalho docente no SAREH do Hospital do Trabalhador e como este se relaciona com a legislação vigente sobre o assunto; indicar a efetividade ou não entre as políticas educacionais para a docência em ambiente hospitalar e as condições concretas do trabalho docente no Hospital do Trabalhador.

O presente projeto de pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, realizado no Hospital do Trabalhador de Curitiba.

A pesquisa proposta possui natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo e utiliza o método do estudo de caso. Adotou-se revisão bibliográfica sobre o tema, análise documental e entrevista semiestruturada com os profissionais da educação envolvidos no atendimento pedagógico no referido hospital.

As condições nas quais se realiza o trabalho docente e as relações estabelecidas com as políticas educacionais vigentes apresentam dados capazes de subsidiar a indicação de estratégias e ações efetivas que garantam o processo ensino-aprendizagem dos alunos, atendendo às necessidades específicas deles, percebendo também a equivalência de frequência e de aproveitamento escolar.

Sendo assim, esta pesquisa busca identificar como as políticas educacionais se relacionam com as condições de trabalho docente da equipe que atua no SAREH no Hospital do Trabalhador.

Dessa forma, o conhecimento científico produzido vem ao encontro de discutir o atendimento escolar hospitalar como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e a importância da ação pedagógica com vistas à garantia dos direitos da criança hospitalizada.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

A política pública teve início como uma disciplina acadêmica nos Estados Unidos, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública surgiu como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo –, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos Estados Unidos, ao contrário, a área surgiu no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 22).

Não existe uma única definição para o termo “política”, mas este pode ser caracterizado como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26).

“Política”, em seu significado etimológico, vem de *polis*. O termo surgiu na Grécia Antiga e se refere à cidade, ao que é urbano, civil, público, social, enfim, é um termo clássico que se refere à “arte ou ciência do governo” (OLIVIERI, 2005).

Com esses apontamentos de significados sobre políticas públicas, é preciso destacar que elas têm um objetivo, ou seja, uma finalidade mínima a ser alcançada, que é “a ordem pública nas relações internas do país e a defesa da integridade nacional nas relações exteriores, de um Estado com os outros Estados” (OLIVIERI, 2005). E por meio dessa finalidade estabelecida é que se pode obter os fins para o bem estar da população, como a garantia econômica na segurança, na saúde e também na educação. Assim, busca-se compreender de que forma são estabelecidas as políticas no campo da educação, intituladas políticas públicas educacionais.

As políticas públicas educacionais servem para “mostrar como são operadas as relações entre o Estado e a Sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito, nos desafios da sua oferta e organização e nos conflitos decorrentes da busca por qualidade” (SOUZA, 2013, p. 20).

O marco histórico da política pública educacional data de 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, servindo de base e inspiração para o surgimento das leis que regem a educação no País, sendo hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). No decorrer dos anos sofreu reformulações, tendo sido implantada pela primeira vez em 1961, alterada em 1971 e depois em 1996, que é vigente até os dias atuais (MARINHO, 2015).

Por meio dessa política educacional estabelecida, todo cidadão tem direito à educação, incluindo a garantia do atendimento escolar no hospital. Mas, para que isso ocorra, são necessárias condições de recursos humanos, materiais e estrutura.

2 A ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR E SUAS ESPECIFICIDADES

Conceituando-se no Brasil, a ação educativa hospitalar, como inicialmente foi chamada, teve início em 1950, no Estado do Rio de Janeiro, no Hospital Municipal Jesus. A maior parte das pessoas que ficavam internadas eram crianças, e grande parte das

internações era devido à poliomielite. Como essa ação cresceu, buscou-se regulamentar esse serviço na Secretaria de Educação e, a partir de então, ele passou a ser chamado de Classe Hospitalar (AROSA; SCHILKE, 2008, p. 35).

No Paraná, a escolarização hospitalar começou em 1988, com a iniciativa de Margarida M. Teixeira de Freitas Mugiatti, por meio de um projeto desenvolvido no Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, baseado em sua dissertação de mestrado, intitulada “Hospitalização Escolarizada”. A referida autora da proposta era Assistente Social e ocupava um cargo de chefia do mesmo setor no hospital supracitado. O projeto foi criado pela existência de um problema social, no qual a própria comunidade já vinha a questionar, sobre a frequência escolar quando se tinha que ficar hospitalizado. Mugiatti descreve a situação (2012, p. 50): “transparecia o dilema concentrado na contradição: ou o tratamento, ou a escola”. A escolarização hospitalar teve início com a participação da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

É importante salientar que, entendendo que o processo de escolarização deve ser realizado por professores e pedagogos, o presente estudo utiliza o termo “escolarização hospitalar”, incluindo os conceitos trazidos nas legislações vigentes.

Nesta perspectiva, reafirma-se que a educação está presente em todos os lugares e pode ser realizada em ambientes denominados “não escolares”, dentre eles o hospital, que, além de ser um ambiente de assistência médica, acaba se tornando um espaço onde ocorre a educação.

Além das classes hospitalares, há também o atendimento pedagógico domiciliar, realizado quando o educando está incapaz de frequentar a escola ou qualquer outro espaço educacional em decorrência de seu problema de saúde (BRASIL, 2002, p. 16).

O professor deve estar preparado para identificar a situação na qual se encontra o aluno hospitalizado, ajudá-lo nas dificuldades e possibilitar momentos de aprendizagem e condições que atendam às suas necessidades.

Para Lucon (2011, p. 94), o trabalho que o professor faz no ambiente hospitalar consegue levar a escola a outro ambiente, da mesma forma, “fazer uma pedagogia socializadora é reconhecer o potencial humano de todos os indivíduos, sem que as diferenças e fragilidades sejam consideradas”.

O professor é a peça fundamental para que essa escolarização aconteça, é necessário que esteja preparado e apto a trabalhar nesse ambiente, requerendo muita dedicação, pois é uma atividade que exige constantes mudanças nas diversas situações. Trabalhando na equipe educacional, o pedagogo exerce uma função primordial no processo de escolarização do educando hospitalizado: a organização do trabalho

pedagógico, desenvolvido e amparado nas legislações vigentes, buscando a garantia do direito à educação.

3 APORTE LEGAL SOBRE O ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR NO BRASIL

Quando se aborda o tema educação, inicialmente o destaque é sobre o direito e dever que cada cidadão possui, principalmente por ser um fator promissor para sua vida. Sendo assim, a Constituição Federal de 1988, no art. 205, afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Além da Constituição Federal, outros dispositivos legais reforçam a necessidade do cumprimento da oferta à educação.

Em uma sequência histórica, o Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, traz em seu texto a preocupação em possibilitar a escolarização para aqueles impossibilitados de frequentar a escola regular, garantindo o tratamento excepcional para crianças portadoras de afecções.

Em 1975, pela Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, foi garantida às alunas gestantes o exercício domiciliar a partir do seu 8º mês gestacional, ficando asseguradas durante três meses.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado por meio da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, aponta a educação frente aos direitos proporcionados às crianças e adolescentes.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), com a publicação no Diário Oficial da União, garante direitos à criança e ao adolescente hospitalizado.

Ainda na década de 1990, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – de 20 de dezembro de 1996 – sob o número 9.394.

Em 2001, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro, instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, podendo-se caracterizar a forma de atendimento que deve ser oferecida a essas crianças que apresentam, mesmo que de maneira temporária, uma necessidade especial.

O Ministério da Educação lançou, em 2002, um documento intitulado “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações” (BRASIL, 2002), indicando os seguintes profissionais para formar a equipe: professor-coordenador; professor; e profissional de apoio.

Em 21 de março de 2005, foi criada uma nova lei: a Lei nº 11.104, dispendo sobre a obrigatoriedade de haver brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação, servindo para uma melhoria no atendimento à criança hospitalizada e também proporcionando a ela e à sua família, momentos de ludicidade, durante o internamento. Apesar de não haver vínculo com a escolarização, há necessidade também de um profissional para atendimento específico nesse trabalho.

O Decreto nº 6.751, de 17 de setembro de 2008, revogado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre o **Atendimento Educacional Especializado**, que é definido como “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008).

Apontando amparo sobre a educação especial, o Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, destaca a meta 4, que se volta à universalização para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Aqui não se percebe a especificidade do público-alvo das classes hospitalares e do atendimento pedagógico domiciliar.

A partir desses levantamentos, demonstraram-se as bases legais que asseguram atendimento escolar aos educandos em tratamento de saúde em nosso país, subsidiando políticas voltadas para a garantia do direito à educação.

4 O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À REDE DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR (SAREH)

As reflexões sobre o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH) iniciaram-se em 2005, por meio da Resolução Secretarial nº 2.090/2005, apoiadas nos estudos fundamentados por Menezes, que “discute a importância do papel do pedagogo em ambiente hospitalar e suas implicações no desenvolvimento cognitivo das crianças, adolescentes, jovens e adultos afastados da escola por motivo de tratamento de saúde” (PARANÁ, 2010, p. 16).

Após o período de discussão e elaboração, o serviço foi instituído por meio da Resolução SEED nº 2.527, em 25 de maio de 2007, na qual a oferta estava prevista para instituições de saúde que mantivessem termo de convênio, acolhendo professores e pedagogos para atuarem nas referidas instituições, sendo seis em Curitiba (Associação Hospitalar de Proteção à Infância Doutor Raul Carneiro/Hospital Pequeno Príncipe, Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia – APACN, Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, Hospital do Trabalhador, Hospital Erasto Gaertner e Hospital Universitário Evangélico), uma em Maringá (Hospital Universitário Regional) e uma em Londrina (Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná) (PARANÁ, 2010, p. 19).

O SAREH atende alunos pertencentes à Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio e suas modalidades), oriundos ou não da escola pública, não havendo distinção entre os advindos das escolas particulares e localidades de residência. Os atendimentos são realizados por professores divididos por áreas do conhecimento e acontecem individualmente ou em grupos, nos próprios leitos ou nas salas específicas para a escolarização hospitalar (PARANÁ, 2010, p. 26).

De forma mais específica, para regulamentar o atendimento a esse educando que necessita de apoio e continuidade em sua escolarização, e também buscando maior garantia e qualidade no atendimento ofertado, a SEED elaborou as instruções normativas nº 006/2008 e 16/2012, as quais estabelecem procedimentos para a implantação e funcionamento do serviço.

5 O SAREH NO HOSPITAL DO TRABALHADOR

O SAREH está implantado no Hospital do Trabalhador desde junho de 2007 e conta com uma equipe de quatro profissionais: uma pedagoga e três professores que atuam pelas seguintes áreas: ciências exatas (disciplinas de Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia), linguagens (disciplinas de Língua Portuguesa, Artes, Língua Estrangeira e Educação Física) e ciências humanas (disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso).

De julho de 2007 a julho 2013, o SAREH-HT atendeu em média 1.200 crianças. Não está computado neste quantitativo o número de atendimentos diários de orientação para as mães que são menores de idade sobre os direitos que possuem relacionados à escola (HOSPITAL DO TRABALHADOR, 2015).

É importante destacar que “todo atendimento é individualizado, o que proporciona um bom aproveitamento para as crianças e adolescentes hospitalizados” (PARANÁ, 2015).

Com o objetivo de pesquisar sobre o desenvolvimento do trabalho do SAREH-HT atualmente, a pesquisa de campo abrange a verificação das atribuições dos envolvidos e a efetividade do serviço, conforme a Instrução Normativa nº 16, de 21 de junho de 2012.

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, realizado no Hospital do Trabalhador de Curitiba, para investigar se as condições reais de trabalho desenvolvidas pelo SAREH na unidade são atendidas conforme as legislações estabelecidas.

O estudo de caso requer pesquisa direta com o objeto de estudo e é uma modalidade de pesquisa muito utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Sendo assim, ele possui diferentes propósitos, conforme afirma Gil (2009, p. 54):

- a) Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

A pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, na qual essas pesquisas envolvem “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que facilitem a compreensão” (GIL, 2009, p. 41).

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre as políticas públicas existentes para amparo legal do atendimento escolar hospitalar, traçando uma linha histórica do trabalho desenvolvido na área no Brasil e, mais especificamente, no estado do Paraná.

Em seguida, foi realizada uma entrevista com a Pedagoga, fazendo um levantamento de como está sendo realizado o trabalho hoje no hospital e quais as condições e dificuldades apresentadas. Além desta, realizou-se também entrevistas com os professores, a fim de verificar o cumprimento das atribuições que lhes foram designadas, bem como a atuação deles no SAREH, fazendo uma análise sobre a efetividade entre o que está documentado legalmente e o que realmente ocorre no dia a dia dentro do hospital, com toda a equipe ali inserida.

7 RESULTADOS

Para responder ao problema deste projeto de pesquisa, foram realizadas entrevistas com a pedagoga e os professores Hospital do Trabalhador de Curitiba, por meio de questionários (com cerca de 10 questões) elaborados a fim de compreender como se relacionam as políticas educacionais com as condições profissionais para a atuação docente no atendimento escolar hospitalar do SAREH.

Primeiramente, foi efetuada a entrevista com a pedagoga do Hospital, identificada como “Pd”, e, logo após, com os três professores que fazem parte da equipe, denominados como “Pf1”, “Pf2” e “Pf3”. Em algumas questões, cada um expôs sua opinião pessoal, em outras, responderam coletivamente.

Portanto, os resultados contemplam duas categorias de análise: as condições profissionais para a atuação docente no atendimento escolar hospitalar para a pedagoga e as condições profissionais para a atuação docente no atendimento escolar hospitalar para os professores.

7.1 AS CONDIÇÕES PROFISSIONAIS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NO ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR PARA A PEDAGOGA

O questionário apresentado e respondido pela pedagoga que atua no SAREH do Hospital do Trabalhador buscou identificar se as condições apresentadas legalmente pela Instrução Normativa da SEED/PR nº 16/2012 são implantadas no referido hospital, conforme previsto, entendendo que o trabalho pedagógico a ser exercido de forma adequada se relaciona com as condições que são propostas.

A entrevista foi realizada pessoalmente no dia 30 de abril, no Hospital do Trabalhador, na sala do SAREH.

As duas primeiras questões focavam formação profissional e o tempo de atuação. A entrevistada licenciada em Biologia, por meio dessa formação, atuou como professora. Mais tarde, interessou-se em atuar na educação infantil e no anos iniciais do ensino fundamental, dessa forma, decidiu cursar Pedagogia, formando-se em 1995. Em relação à sua atuação, há seis anos trabalha no SAREH, mas sua experiência como pedagoga ultrapassa 14 anos.

Em seguida, foi questionado se a pedagoga tinha conhecimento e o que sabia sobre as políticas de atendimento escolar hospitalar para o estado do Paraná, ela respondeu que as conhece, mas as identifica como “uma política muito frágil, acredito que existe um programa, e, dependendo do governo, ele pode acabar com isso” (Pd).

As próximas questões objetivaram destacar suas funções diárias realizadas como pedagoga do SAREH no Hospital do Trabalhador. A principal função é a organização do trabalho pedagógico do SAREH na unidade, entre outras, a saber: auxiliar os professores; cuidar do ponto e da carga horária; conversar com os alunos que estão internados; fazer contato com a escola se necessário; reportar-se à Secretaria de Educação; fazer mensalmente a coleta de dados dos atendimentos, enfim, afirmou ser responsável por todas as tarefas desenvolvidas pelo SAREH dentro da unidade.

Como foram apresentadas suas funções, era necessário identificar quais as principais dificuldades encontradas no dia a dia na realização do exercício da sua profissão e se teria sugestões para a melhoria do trabalho pedagógico. Segundo a pedagoga, as principais dificuldades são em relação à escola de origem do aluno, ao tempo de retorno da escola de origem para passar o conteúdo necessário a ser trabalhado e às informações da situação escolar do aluno, a fim de dar continuidade ao processo. No entanto, nesses casos, não apontou sugestões.

As questões de 5 a 10 abordaram as competências estabelecidas pela Instrução Normativa nº 16/2012, cabíveis ao DEEIN/SAREH, às entidades conveniadas, ao Núcleo Regional de Educação, à pedagoga, aos professores e à instituição de origem dos educandos atendidos pelo programa. Assim, as competências foram apresentadas em forma de pergunta fechada, tendo como opções de respostas: “sim”, “não” ou “em parte”, a fim de verificar se realmente o que fora definido na legislação acontece de fato.

Apresenta-se a seguir as competências de cada órgão, conforme a Instrução Normativa nº 16/2012, relacionando-as com as respostas fornecidas pela entrevistada.

Sobre as competências estabelecidas ao DEEIN/SAREH, cabe a esse órgão:

- a) acompanhar, supervisionar e avaliar a implantação e funcionamento do SAREH; b) assegurar que 01 (um) representante de cada Núcleo Regional de Educação – NRE seja o responsável pelo SAREH em sua região; c) encaminhar à SEED/DEEIN processo de abertura de demanda específica de profissionais que atuarão na Equipe Pedagógica do NRE, em cujas regiões encontram-se entidades conveniadas com a SEED/SAREH; d) elaborar, conforme a necessidade, Edital de seleção de professores e pedagogos integrantes do Quadro Próprio do Magistério para o exercício de docência nas entidades conveniadas; e) promover cursos de formação continuada para pedagogos, professores e demais profissionais da educação vinculados ao Programa SAREH; f) elaborar material de orientação pedagógica para o SAREH de acordo com os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo Serviço; g) prover material de expediente e material pedagógico básico para o desenvolvimento das atividades; h) disponibilizar equipamentos de informática para o atendimento das necessidades especiais dos educandos atendidos pelo SAREH; i) garantir a criação de banco de dados sobre o SAREH, contendo informações pedagógicas e estatísticas; j) assegurar a atualização de informações da página do SAREH no Portal Educacional; k) solicitar aos NRE o

encaminhamento à Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional/DIMS, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência/SEAP, dos professores e pedagogos que prestarão serviço nas entidades conveniadas, para se submeterem, anualmente, à perícia médica, a fim de apresentarem o laudo que comprove não haver restrição ao exercício da função; l) orientar a elaboração do Plano de Ação Pedagógico-Hospitalar do SAREH; m) acompanhar o cumprimento dos Termos de Cooperação Técnica junto às entidades conveniadas à SEED (PARANÁ, 2012).

Dentre as competências estabelecidas, verificou-se na entrevista que uma delas não vem sendo realizada, isso em relação ao material de orientação pedagógica. Foi relatado que já se teve tal material, porém há muitos anos; e que algumas competências vêm ocorrendo parcialmente, como, a promoção de cursos de formação, a qual não ocorre há cerca de dois anos. Com relação ao material de expediente, às vezes falta reposição, e sobre a página do Portal Educacional, não é sempre que está atualizada. Percebe-se, portanto, que há descumprimento de algumas responsabilidades da mantenedora.

As competências estabelecidas para as entidades conveniadas são:

a comunicação ao pedagogo sobre a liberação médica para que o aluno possa receber o atendimento pedagógico; divulgação do SAREH; prestação de esclarecimentos à Secretaria de Educação sobre o andamento do SAREH; concessão de espaço físico, mobiliário e linha telefônica; indicação de profissional da entidade para trabalhar na articulação junto ao pedagogo no desenvolvimento do SAREH; indicação de profissionais da entidade para participar das capacitações quando solicitado, promovidos pela Secretaria de Educação; prestação de informações em relação ao educando internado para o pedagogo (PARANÁ, 2012).

Dessa forma, a pedagoga destaca que o Hospital do Trabalhador cumpre suas funções, pois todas as respostas foram positivas quanto às competências estabelecidas para o funcionamento do SAREH. Durante a entrevista, a Pd informou que o hospital tem feito um ótimo trabalho em parceria, que há divulgação do programa internamente e que não há motivos para reclamações.

A Instrução Normativa 16/2012 estabelece ao NRE as seguintes funções:

a) acompanhar e supervisionar a implantação e funcionamento do SAREH nas entidades conveniadas de sua região; b) promover reuniões periódicas entre os pedagogos e professores que atuam nas entidades conveniadas para troca de experiências, subsidiando novas ações; c) coordenar a elaboração do Plano de Ação Pedagógico-Hospitalar nas entidades conveniadas; d) participar da elaboração de material de orientação pedagógica para o trabalho em ambiente hospitalar; e) encaminhar a Ficha Individual do SAREH ao estabelecimento de ensino de origem do aluno, nos casos em que os pais ou responsáveis não a tenham retirado com o pedagogo na entidade conveniada; f) articular ações e informações entre o DEEIN, os pedagogos

que atuam nas entidades conveniadas e as instituições de ensino, através do SAREH; g) intermediar, junto ao Setor do Grupo de Recursos Humanos Setorial do NRE, as questões pertinentes à situação funcional dos pedagogos e professores; h) atualizar periodicamente o banco de dados sobre o SAREH (PARANÁ, 2012).

Em seguida, questionou-se sobre as competências estabelecidas ao Núcleo Regional de Educação, indicando-se que, de seis atribuições questionadas, apenas cinco são cumpridas, percebendo-se, portanto, diferenças entre o que fora proposto e a realidade. Apenas quanto ao encaminhamento da ficha individual do SAREH ao estabelecimento de ensino de origem do aluno, ocorre o atendimento.

A seguir, o documento apresenta as atribuições do Pedagogo:

a) coordenar, acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico, bem como organizar os materiais e equipamentos do SAREH; b) observar a recomendação médica para liberação dos alunos, para que recebam atendimento pedagógico; c) manter contato com a família, com o responsável pelo SAREH no NRE e com a escola de origem do educando, repassando todas as informações e trâmites pertinentes; d) elaborar, em conjunto com os professores e profissionais da entidade conveniada, o Plano de Ação Pedagógico-Hospitalar; e) articular ações com os profissionais da entidade conveniada, para o desenvolvimento do SAREH; f) participar de encontros e reuniões promovidos pelo Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional e pelo Núcleo Regional de Educação; g) organizar e garantir o cumprimento da hora-atividade dos professores de acordo com as normas vigentes; h) entregar aos pais ou responsáveis pelo aluno a Ficha Individual do SAREH, anexando as atividades realizadas, a ser entregue na instituição de ensino em que o educando encontra-se matriculado; i) arquivar cópia da Ficha Individual do SAREH na entidade conveniada; j) fornecer ao responsável pelo SAREH no NRE informações referentes aos alunos, para fins de atualização do banco de dados; k) organizar o Livro Ponto dos professores, encaminhando mensalmente e no prazo determinado, ao responsável pelo SAREH no NRE, o relatório de frequência e outras informações referentes a vida funcional dos professores; l) cumprir carga horária previamente definida; m) submeter-se aos exames médicos e psicológicos, conforme determinação da SEED (PARANÁ, 2012, s/p).

Dentre todas as atribuições desse profissional, a pedagoga afirmou estar realizando seu trabalho, conforme o estabelecido, da melhor forma possível. Assim, recorre-se a Souza, Avanzini e Szenczuk (2009, p. 11.198) ao apresentarem a importância do pedagogo e seu papel na unidade de saúde:

[...] Torna-se o responsável em definir os caminhos do trabalho a ser desenvolvido pelos professores em sua unidade, porém, para tanto é necessário um documento orientador de suas ações, no qual explicita a necessidade de formação de um sujeito crítico da realidade histórico-social na qual está inserido e ao mesmo tempo atenda aos princípios propostos na legislação às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais.

Sobre as atribuições dos professores, segundo a pedagoga, eles também exercem corretamente suas funções, que são:

a) desenvolver e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos; b) participar de encontros, reuniões, cursos de formação continuada, eventos e demais atividades propostas no âmbito do SAREH, promovidos pelo DEEIN e pelo NRE; c) participar dos cursos de formação continuada ofertados pelo DEEIN; d) definir com o pedagogo a metodologia de trabalho; e) participar da elaboração do Plano de Ação Pedagógico-Hospitalar; f) registrar a organização e encaminhamento dos trabalhos, conteúdos e demais informações necessárias na Ficha Individual do SAREH; g) produzir materiais e recursos pedagógicos que promovam a interação do aluno no processo ensino-aprendizagem; h) cumprir a carga horária previamente definida; i) submeter-se a exames médicos e psicológicos, conforme determinação da SEED (PARANÁ, 2012).

A Instrução contempla também as instituições de ensino de origem dos educandos atendidos pelo SAREH, que devem fornecer informações ao responsável pelo SAREH no NRE e ao pedagogo que presta serviço na entidade conveniada, sempre que solicitado.

Na entrevista, foi questionado à pedagoga de que forma se desenvolve esse processo de articulação. Ela respondeu que o mesmo ocorre por telefone e que ela sempre entra em contato. Esclareceu que, como a passagem dos alunos dura em média de 4 a 5 dias no HT, esse contato deve ser muito rápido.

Para finalizar o questionário, após obter informações sobre o que está disposto legalmente, buscou-se identificar a opinião da pedagoga a respeito da efetividade ou não das políticas de atendimento escolar hospitalar no Estado do Paraná no que se refere às condições pedagógicas, físicas e organizacionais.

Destacou-se como efetiva a proximidade ao Núcleo e à Secretaria de Educação no que se refere à planilha de atendimento da unidade, a qual deve ser mantida sempre atualizada para entrega nas referidas datas, solicitadas pelo Núcleo. A falta de cumprimento ocorre em relação ao reconhecimento e valorização do trabalho, porque “de uma hora para outra, o programa pode acabar” (Pd).

7.2 AS CONDIÇÕES PROFISSIONAIS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NO ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR PARA OS PROFESSORES

Para se atingir o objetivo da pesquisa, buscou-se informações dadas pelos professores, pois estes compõem a equipe SAREH no hospital. Na entrevista com os professores, utilizou-se o mesmo instrumento de pesquisa, contendo as mesmas questões.

A equipe de professores é composta por três profissionais, divididos por áreas de formação. Iniciando pela formação e ano de conclusão, o Pf1 é formado em História

desde 2001, o Pf2 é formado em Química desde 1997 e o Pf3 formado em Letras/Espanhol, desde 2004.

Em relação ao tempo de atuação como professor do SAREH, o Pf1 atua há 8 anos, o Pf2 há 6 anos e meio e o Pf3 há 3 anos.

Na terceira questão, sobre as políticas de atendimento escolar hospitalar no Estado do Paraná, os três professores foram questionados se as conheciam e responderam afirmativamente.

Quanto às funções diárias dos professores no HT, foram destacadas coletivamente: atender os alunos da Educação Básica pertencentes aos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio em todas as disciplinas, seguindo o planejamento do professor da escola de origem do aluno; realizar a hora-atividade para a preparação de atividades, leitura de textos e elaboração de pareceres.

E em relação a essas funções, os professores foram questionados quanto às principais dificuldades encontradas para exercer a profissão e se tinham sugestões de encaminhamentos. O Pf1 afirmou que “quando a escola de origem não envia o planejamento ou as atividades a serem realizadas no hospital, minha sugestão é que o trabalho do SAREH seja melhor divulgado e respeitado nas escolas”. Os Pf2 e Pf3 citaram que quando o aluno internado não quer atendimento do SAREH, seria interessante estabelecer uma conscientização dele e de sua família sobre o trabalho educacional.

As questões de 5 a 9 são as mesmas apresentadas para a pedagoga, em relação às competências estabelecidas pela Instrução para cada órgão que compõe o programa. Sendo assim, como já foram referenciadas anteriormente, serão analisadas de acordo com que está disposto na Instrução Normativa nº 16/2012, destacando o que não está sendo cumprido ou está sendo realizado parcialmente.

Em relação ao órgão DEEIN/SAREH, quanto à promoção de cursos de formação continuada, à oferta de equipamentos de informática para o atendimento das necessidades especiais dos educandos e à orientação na elaboração do Plano de Ação Pedagógico-Hospitalar do SAREH, é unânime a informação que ocorrem em parte.

Quanto às atribuições das entidades conveniadas-nesse caso o Hospital do Trabalhador-todos responderam que as competências são cumpridas diariamente, da melhor forma possível.

Em seguida, sobre o Núcleo Regional de Educação, os professores responderam que o Núcleo acompanha e supervisiona a implantação e funcionamento do SAREH, bem como promove reuniões periódicas entre os pedagogos e professores que atuam nas entidades conveniadas para a troca de experiências e coordena a elaboração do Plano de Ação Pedagógico-Hospitalar em parte. No que se refere à participação da

elaboração de material de orientação pedagógica para o trabalho em ambiente hospitalar, a resposta foi negativa.

Sobre as atribuições da pedagoga e as dos próprios professores, todas as competências vêm sendo realizadas corretamente em consonância com a legislação imposta.

Aqui cabe caracterizar a importância do professor, bem como de suas funções:

Na escola hospitalar, cabe ao professor criar estratégias que favoreçam o processo ensino-aprendizagem, contextualizando-o com o desenvolvimento e experiências daqueles que o vivenciam. Mas, para uma atuação adequada, o professor precisa estar capacitado para lidar com as referências subjetivas das crianças, e deve ter destreza e discernimento para atuar com planos e programas abertos, móveis, mutantes, constantemente reorientados pela situação especial e individual de cada criança, ou seja, o aluno da escola hospitalar (FONSECA, 2008, p. 31).

Por meio da última questão, apontam-se as principais relações de efetividade das políticas de atendimento escolar hospitalar, no Estado do Paraná, no que se refere às condições pedagógicas, físicas e organizacionais, nas quais ocorre o trabalho docente no SAREH do Hospital do Trabalhador.

Sendo as principais citadas, conforme segue: “Seguimos o currículo básico das escolas e do Estado do Paraná”. Para o Pf2, “cumprimos rigorosamente o calendário escolar”. E, para o Pf3, “o reconhecimento da escola de origem à avaliação realizada pelo SAREH/HT”.

Em relação problemas apontados, para o Pf1 “atendemos alunos das séries iniciais do ensino fundamental mesmo sem a exigência da formação específica para este atendimento” para o Pf2, “participamos de eventos educativos promovidos pelo HT sem que esta função conste no item 8.5 da Instrução Normativa” e, para o Pf3, o problema é o “atendimento de orientação das gestantes na maternidade e de conhecimento da EJA (Educação de Jovens e Adultos)”.

Sendo assim, todas as respostas puderam ser contempladas de modo a criar um paralelo com a legislação, que é o foco desta pesquisa, constatando-se que há divergências entre o disposto e o realizado pelo SAREH.

As principais contradições encontram-se nas responsabilidades do órgão gestor, deixando que a equipe, muitas vezes, realize o trabalho de forma isolada e sem apoio. A principal questão apontada refere-se ao incentivo das ações de formação continuada. O pedagogo e os professores necessitam construir sua prática pedagógica cotidianamente e, para que isto ocorra com qualidade, a ausência de propostas de cursos contribui para as fragilidades no desenvolvimento do trabalho.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou contemplar o objetivo proposto, analisando como as políticas vigentes para a educação hospitalar vêm se relacionando com a atuação da equipe docente que faz parte do SAREH no Hospital do Trabalhador de Curitiba/PR, por meio do estudo de caso.

A educação é parte integrante de formação de todo cidadão, assim, a escolarização hospitalar deve ser incluída nesta premissa, proporcionando àquele que está fora da escola por motivo de saúde a continuidade em seu processo de ensino-aprendizagem, a fim de que isso não comprometa futuramente o seu desenvolvimento na sociedade e o exercício do seu papel como cidadão.

Desse modo, inicialmente realizou-se um marco conceitual sobre políticas públicas, em seguida caracterizou-se o surgimento da escolarização hospitalar até os dias atuais. E, como o foco desta pesquisa baseia-se nas legislações, levantou-se um histórico de todo o aporte legal que ampara a educação hospitalar no Brasil e também no Paraná, com o surgimento do SAREH, descrevendo seu funcionamento e o objetivo.

Foi possível analisar quais são as leis existentes para que se possa exercer a escolarização hospitalar, verificar quais as funções do pedagogo e professores, bem como sua importância nesta atuação.

No Paraná, o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH tem como política principal a Instrução Normativa nº 16/2012, que estabelece algumas atribuições a serem realizadas por cada órgão competente que compõe o programa, sendo: o DEEIN/SAREH, as entidades conveniadas, o Núcleo Regional de Educação, o pedagogo, os professores e as instituições de ensino de origem dos educandos.

Esta pesquisa deu continuidade a trabalhos desenvolvidos anteriormente pelo PAIC, nos anos de 2012/2013 e 2013/2014, os quais já vinham realizando um estudo de caso no Hospital do Trabalhador, com objetivos distintos, mas sempre focando as demandas da escolarização hospitalar.

Com o desenvolvimento deste trabalho, pôde-se concluir que mesmo com um rol de legislações amparando o que deve acontecer, há falhas. Mas com a iniciativa da equipe (pedagoga e professores), do esforço e da dedicação, a escolarização hospitalar vem acontecendo de forma a proporcionar a educação àqueles educandos internados no Hospital do Trabalhador, sem que haja distinção e sem prejudicar sua vida escolar.

REFERÊNCIAS

AROSA, A. C.; SCHILKE, A. L. **Quando a escola é no hospital**. Niterói: Intertexto, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Coordenação de Assistência Médica e Hospitalar. **Conceitos e definições de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1977. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0117conceitos.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21/10/1969, e dá outras providências. Brasília, 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 abr. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 jan. 2015.

_____. Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 mar. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/L11104.htm>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/L13005.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CONANDA. Resolução nº 41, de 17 de outubro de 1995. Dispõe sobre os Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção I, p. 16319-16320, 17 out. 1995. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id2178.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

FONSECA, E. S. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar**. São Paulo: Memnon, 2003.

_____. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

HOSPITAL DO TRABALHADOR. **Informações institucionais**. 2015. Disponível em: <<http://www.hospitaldotrabalhador.saude.pr.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

LUCON, C. B. O adolescente hospitalizado com câncer: a importância do trabalho do professor de classe hospitalar para esse alunado. In: MATOS, E. L. M.; TORRES, P. L. (Org.). **Teoria e prática na pedagogia hospitalar: novos cenários, novos desafios**. Curitiba: Champagnat, 2011.

MARINHO, I. da C. **Manifesto dos pioneiros da educação nova**. 2015. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

MATOS, E. L. M.; MUGIATTI, M. M. T. de F. **Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENEZES, C. V. A. de. **A necessidade da formação de pedagogo para atuar em ambiente hospitalar: um estudo de caso em enfermarias pediátricas do Hospital de Clínicas da UFPR**. 2004, 131 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MENEZES, C. V. A. de.; CHAGAS, C. C. **Os processos de formação continuada para educadores do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar do Hospital do Trabalhador**. Curitiba: FAE, 2014.

MENEZES, C. V. A. de.; SANTOS, M. de O. dos. **A organização do trabalho pedagógico em ambientes hospitalares: um estudo de caso com educadores do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH do Hospital do Trabalhador**. Curitiba: FAE, 2013.

MUGIATTI, M. M. T. de F. **Projeto mirim de hospitalização escolarizada: uma nova alternativa para o escolar doente**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

_____. **Serviço Social: relatos autobiográficos e memorialísticos de uma assistente social**. Curitiba: Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, 2012.

OLIVIERI, A. C. **Política: a arte ou ciência de governar**. 2005. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/politica-a-arte-ou-ciencia-de-governar.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº. 02/2003**. Fixa Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba, 2 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/pontagrossa/arquivos/File/Documentacao/Del0203.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. **Instrução nº 16/2012 – SUED/SEED**. Estabelece procedimentos para a implantação e funcionamento do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar. Curitiba, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes%202012%20sued%20seed/instrucao162012.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Educação. **Caderno temático: serviço de atendimento à rede de escolarização hospitalar (SAREH)**. Curitiba: SEED-PR, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 2.527/2007**. Institui o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH). Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/resolucoes/resolucao25272007.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Educação. Superintendência da Educação. **Instrução Normativa nº 006/2008**. Estabelece procedimentos para a implantação e funcionamento do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar. Curitiba, 20 maio 2008. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao062008.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

POLÍTICA: significado. In: DÍCIO, dicionário online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/politica>>. Acesso em: 14 maio 2015.

SIMANCAS, J. L. G.; LORENTE, A. P. **Pedagogía Hospitalar**: actividad educativa en ambientes clínicos. Madrid: Narcea, 1990.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **SciELO**, Porto Alegre, n. 16, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2>. Acesso em: 24 jun. 2015.

SOUZA, L. do R. de S. de; AVANZINI, C. M. V.; SZENCZUK, D. P. O Pedagogo frente aos desafios da educação hospitalar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., Curitiba, 2009. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/relatos_2.html>. Acesso em: 24 jun. 2015.

A EXPRESSÃO GRÁFICA NO ENSINO DE MATEMÁTICA DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Hemilee Pietchaki da Silva¹

Silvia Iuan Lozza²

Heliza Colaço Góes³

RESUMO

O objetivo deste projeto é apresentar uma nova metodologia para o efetivo ensino de matemática, algo tão necessário, mas que ainda parece ser um tabu para a sociedade. Muitos questionamentos são levantados quando este é o assunto. No cenário educacional no qual nos encontramos, a ludicidade é uma importante ferramenta para o ensino. Nesse contexto encontramos a Expressão Gráfica, cujo conceito será abordado ao longo deste artigo. Junto às novas metodologias, existem temas já relacionados, como a interdisciplinaridade. Este trabalho também tem como objetivo apresentar esses novos conceitos de metodologia para o ensino de matemática, bem como apoiar a ideia do trabalho interdisciplinar no ensino de determinadas matérias, como trabalhar artes e matemática conjuntamente. Para tanto, antes é preciso entender os motivos pelos quais somos levados a trabalhar sobre o tema.

Palavras-chave: Metodologia de Ensino. Matemática. Expressão Gráfica. Ludicidade. Interdisciplinaridade.

¹ Aluna do 3º ano do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail:* hemilee@hotmail.com

² Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. Coordenadora e professora do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail:* silvial@fae.edu

³ Mestre em Educação em Ciências e em Matemática pela UFPR. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail:* helizacol@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma era em que o conhecimento é a energia do mundo; em que os saberes devem ser bem fundamentados e formação continuada é quase obrigação. A necessidade de uma boa formação é explícita, o que justifica o fato de que, em países desenvolvidos, professores e alunos têm prioridade de atendimento da parte dos governos, pois os professores sabem o que ensinam, e os alunos de fato aprendem. Esses alunos levam adiante a cultura de ser e saber. Conquistam os melhores lugares, chegam mais longe e entendem o que acontece ao seu redor. São de fato escritores da própria história.

Em contraste com isso, a educação no nosso país pede socorro. Muitas vezes, nossos alunos não têm acesso a uma educação de qualidade, tanto na rede particular como na rede pública de ensino. Não compreendem o emaranhado de palavras e a guerra dos números. Os docentes, por sua vez, não sabem onde está o problema, e por isso não conseguem solucioná-lo. Eles também estão perdidos.

Os conhecimentos mais afetados são os básicos: língua portuguesa e matemática. Essa última, objeto de nosso trabalho, tem mostrado resultados alarmantes. Como mudar uma cultura onde largar a escola para trabalhar é necessidade e a educação superior é privilégio de poucos? Como conduzir os alunos à plena e efetiva compreensão? Como mudar o tabu da “matemática difícil”? É a partir dessas questões que a presente pesquisa se desenvolve.

Para tanto, faz-se necessário destacar a escolha da pesquisa bibliográfica e a revisão bibliográfica, bem como a pesquisa qualitativa, como método para se atingir os objetivos específicos do tema estudado.

1 O QUE É MATEMÁTICA?

O que se entende por **matemática**? Esse termo é usualmente aplicado às ciências exatas, à disciplina escolar, à ciência do raciocínio lógico e abstrato. Está presente no cotidiano de qualquer ser humano e é extremamente necessária para a sobrevivência. O estudo dessa ciência acontece desde cedo. Já na escola, parte-se para os conceitos mais complexos, mas ainda não menos necessários.

O início do ensino da matemática, propriamente dito, deu-se no século XVIII, quando atividades bancárias passaram a ter mais destaque na economia. Com os avanços da tecnologia e a Revolução Industrial, que abriu portas para muitos na educação, a necessidade do aprendizado de matemática tornou-se ainda maior.

Na década de 1970, estudiosos da área passaram a vincular o aprendizado da matemática com a realidade vivida por seus aprendizes, já que até então o conteúdo e a metodologia aplicados na época não atingiam nem de longe seus objetivos.

Esse movimento chegou ao Brasil, em 1997, com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Esse documento passou a indicar a obrigatoriedade do ensino desta disciplina, devendo possibilitar ao aluno (BRASIL, 1999):

- Compreender os conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas que permitam a ele desenvolver estudos posteriores e adquirir uma formação científica geral;
- Aplicar seus conhecimentos matemáticos a situações diversas, utilizando-os na interpretação da ciência, na atividade tecnológica e nas atividades cotidianas;
- Analisar e valorizar informações provenientes de diferentes fontes, utilizando ferramentas matemáticas para formar uma opinião própria que lhe permita expressar-se criticamente sobre problemas da matemática, das outras áreas do conhecimento e da atualidade;
- Desenvolver as capacidades de raciocínio e resolução de problemas, de comunicação, bem como o espírito crítico e criativo;
- Utilizar com confiança procedimentos de resolução de problemas para desenvolver a compreensão dos conceitos matemáticos;
- Expressar-se oral, escrita e graficamente em situações matemáticas e valorizar a precisão da linguagem e as demonstrações em matemática;
- Estabelecer conexões entre diferentes temas matemáticos e entre esses temas e o conhecimento de outras áreas do currículo;
- Reconhecer representações equivalentes de um mesmo conceito, relacionando procedimentos associados às diferentes representações;
- Promover a realização pessoal mediante o sentimento de segurança em relação às suas capacidades matemáticas, o desenvolvimento de atitudes de autonomia e cooperação.

Segundo uma pesquisa realizada pelo TPE (Todos Pela Educação), os resultados foram insuficientes e alarmantes, conforme noticiado pelo portal do programa:

Somente 9,3% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio aprenderam o considerado adequado pelo movimento em Matemática, e 27,2% em Português. Os números são menores do que os verificados em 2011, respectivamente 10,3% e 29,2%. Os dados fazem parte do monitoramento da Meta 3 do Todos Pela Educação – Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano. Em ambas as disciplinas o país ficou abaixo da meta intermediária definida pelo TPE para o ano de 2013, que era de 28,3% em Matemática e 39% em Português (BRASIL, 2014).

Diante da necessidade de aprender e da defasagem no ensino, busca-se a raiz do problema. Mas onde ela estaria? Seria fruto de alunos desinteressados ou de uma metodologia ineficaz? A respeito do tema, Silva (2005, p. 3), licenciado em Matemática, diz:

Para atender a esses objetivos [definidos pelo PCN], a Matemática escolar deve possuir uma linguagem que busque possibilitar a compreensão de aspectos concretos do cotidiano

dos alunos, sem deixar de ser um instrumento formal de expressão e comunicação para diversas ciências. Os principais objetivos são desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de abstrair, generalizar, projetar, etc. Devido a todas essas capacidades que a escola precisa ou necessita desenvolver nos seus alunos é que se atribui tanto valor à matemática, inclusive como elemento selecionador para escolas e concursos públicos.

2 O BICHO DE SETE CABEÇAS

Estudos revelam que a matemática tem sido alvo de duras críticas por parte de alunos e muitos professores. Silveira (2002) revela que muitos têm um conceito pré-formado da matemática, o que dificulta ainda mais o aprendizado pleno dessa disciplina. O fato de iniciarem o estudo com esse conceito em mente cria em si uma barreira que dificulta a assimilação dos conteúdos. Juntando isso com o pessimismo encontrado nas falas de professores, o resultado pode ser catastrófico. A “culpa” pela defasagem na matéria é geralmente jogada nos professores das séries iniciais. Quando isso ocorre, eleva-se o grau de dificuldade do ensino de matemática, pois se supõe que apenas professores capacitados podem ensinar de modo pleno, e que esses professores são poucos.

Esse conceito pré-estabelecido é aderido pelos alunos como uma verdade absoluta, o que os leva a diminuir sua dedicação ao estudo, pois acreditam ser “perda de tempo”, já que “irão mal” do mesmo jeito. Teorias como essa destroem o conteúdo antes mesmo de ele ser estudado, tornando-o para o aluno um “monstro”. Esse conceito afeta também os professores, que limitam seus esforços de mudar a teoria de complexidade.

Para os professores da disciplina, a matemática precisa se tornar fácil, o que pressupõe que ela seja difícil. Estes identificam na voz do aluno que ela é considerada chata e misteriosa, que assusta e causa pavor, e, por consequência, o aluno sente medo da sua dificuldade e vergonha por não aprendê-la. Como resultado de tantos sentimentos ruins que esta disciplina proporciona ao aluno, somado ao bloqueio em não dominar sua linguagem e não ter acesso ao seu conhecimento, vem o sentimento de ódio pela matemática. Ódio, porque ela é difícil (SILVEIRA, 2002, p. 8).

Com base nesse fato, faz-se necessária, para o pleno entendimento, a quebra de mitos em relação à matemática – de que ela é difícil e incompreensível.

3 A NECESSIDADE DE MUDANÇAS

Essa tarefa tem sido alvo de discussões para muitos estudiosos. Uma vez que a matemática e sua plena aprendizagem são essenciais, essa matéria precisa se tornar prazerosa e compreensível para os estudantes. Nessa busca por soluções, é possível elencar três campos para melhora:

1. disposição das partes envolvidas (professores e alunos);
2. metodologia;
3. suporte pedagógico.

Estando esses três campos em consonância, a probabilidade de bons resultados será consideravelmente melhor.

Deve-se primeiro pensar na disposição dos envolvidos. Tanto o professor como o aluno devem estar abertos a novas aprendizagens. Desligar-se de preconceitos é um bom começo, já que, como destacado anteriormente, pensamentos errôneos distorcem a disposição para o ensino/aprendizado. É digno de nota que o aluno é reflexo do professor. Nesse caso, a responsabilidade maior é da parte do docente, pois a metodologia é de responsabilidade dele. Dentro da sala de aula, é o professor quem irá mediar conhecimento e aluno, e cabe a esse profissional decidir qual deve ser a melhor metodologia a ser aplicada. Suporte pedagógico também é essencial. É preciso que os professores tenham condições de manejar seu planejamento e tenham à mão o que for necessário, desde o material até a formação continuada.

Desses três pilares, reconhece-se que o professor é a chave, pois, tanto para conhecer seus alunos como para atualizar conhecimentos, o interesse parte dele. Pensando nesse ponto, é possível chegar à seguinte conclusão: a maior parte do problema está no fato de que a escola, em especial o professor, ignora os conhecimentos prévios, bem como a realidade de seus alunos, ao planejar suas atividades. A capacidade de extrair do aluno a bagagem carregada por ele faz parte das atividades de um professor. Em relação à expressão **ser professor**, Maciel e Neto (2004, p. 119) mencionam:

[...] professor é, na essência, pesquisador, ou seja, um profissional da reconstrução do conhecimento, tanto no horizonte da pesquisa como princípio científico quanto, sobretudo, no da pesquisa como princípio educativo. O aluno que queremos formar não é apenas um técnico, mas fundamentalmente um cidadão, que encontra na competência reconstrutiva de conhecimento seu perfil decisivo. Tem pela frente duplo desafio de fazer o conhecimento progredir, mas, mormente o de humanizá-lo.

No livro *Na vida dez; Na escola zero* (2014), de Teresinha Nunes Carraher, David William Carraher e Analúcia Dias Schliemann, esse problema é enfatizado. Os autores destacam que muitos alunos têm vivência matemática no seu contexto diário, mas que em sala de aula esse contexto é ignorado. Muitos alunos descartam o conhecimento recebido na escola, já que estes não são “aproveitáveis” no dia a dia, enquanto aquilo que aprendem fazendo é mais válido.

Esses alunos, não raramente, são tachados em sala de aula como tendo dificuldade de aprendizagem, porém, se testado em seu cotidiano, eles conseguem resolver problemas complexos com muita facilidade. Isso foi comprovado com a aplicação do Teste Informal e do Teste Formal. Os resultados desses testes podem ser verificados no capítulo *Os contextos culturais da aprendizagem da matemática*. Os dois testes foram aplicados aos alunos. No Teste Informal, em que os alunos estavam em seu contexto diário, eles foram levados a resolver problemas relacionados a compras (relação comerciante x freguês). Já no Teste Formal, os alunos tinham de resolver a questão no papel, igual a um teste escolar. Os resultados dos testes apontaram que os alunos tiveram um resultado muito mais proveitoso no TI, pois aplicaram aquilo que para eles era válido.

Dessa forma, é possível notar que um dos fatores que agravam a situação pode ser a metodologia do professor. É ele quem deve buscar atingir todos os alunos da turma, aproveitando o que já sabem, a fim de tornar o aprendizado mais significativo.

4 EM BUSCA DE NOVAS METODOLOGIAS: A EXPRESSÃO GRÁFICA

Existem as mais diversas metodologias: jogos, cenários diferenciados e linguagem simplificada são as estratégias mais utilizadas pelos bons professores. A respeito de materiais lúdicos, Moysés (2006, p. 47) diz:

Através do brinquedo a criança aprende a agir numa esfera de conhecimento, sendo livre para determinar suas próprias ações. Segundo ela, o brinquedo estimula a curiosidade e a autoconfiança, proporcionando desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção. Mas principalmente levando em conta o conhecimento que a criança já traz consigo nunca construindo em cima do que ainda não foi internalizado. No entanto, o educador não pode submeter sua metodologia de ensino a algum tipo de material apenas porque ele é atraente ou lúdico. Nenhum material é válido por si só.

Em meio a tantas metodologias, a Expressão Gráfica entra em cena. Para a sua utilização em sala de aula, é preciso primeiro entender o que ela é, para então partir para o planejamento de aula, tendo ela como ferramenta de trabalho. O uso dessa metodologia é totalmente novo e muito pouco aproveitado pelos docentes da área.

Heliza Colaço Góes é uma das pioneiras. Em seus estudos, a professora, mestra em Educação, em Ciência e em Matemática pela UFPR, buscou primeiro esboçar um conceito para **Expressão Gráfica**, em seu artigo *Um esboço de conceituação sobre expressão gráfica* (2013).

Para chegar a tal definição, a autora usou as comunicações publicadas no evento GRAPHICA dos anos de 2007, 2009 e 2011. Esse evento, realizado pela Associação Brasileira de Expressão Gráfica (ABEG) a cada dois anos, reúne professores, estudantes e profissionais interessados na área desde a década de 1950.

Em 2007, primeiro evento considerado pela autora, o tema central foi **Desafio da era digital: ensino e tecnologia**, cujo objetivo era difundir conhecimento produzido na área, bem como expandir a comunicação entre sociedade e comunidade científica. Foram apresentadas 166 comunicações no evento deste ano, divididas em dois subtemas: **Tecnologias e Expressão Gráfica**.

Em 2009, no segundo evento analisado, discutiu-se o papel de áreas como Design, Artes, Educação, Arquitetura e Informática nos diversos campos do conhecimento humano. Foram apresentadas 154 comunicações, organizadas em três subtemas: **Linguagens da Expressão Gráfica, Expressão Gráfica na formação docente e profissional, e Interfaces da comunicação Gráfica**.

O último evento estudado, ocorrido em 2011, teve como tema central **Expressão Gráfica: conexões entre ciência, arte e tecnologia**, e como objetivo central tornar visível a integração entre saber, imaginar e fazer. Outras 116 comunicações foram apresentadas, divididas em quatro subtemas: **Epistemologia e rumos da Expressão Gráfica, Expressão Gráfica na Educação, Tecnologias Gráficas e Aplicações Gráficas**.

Depois da análise dos eventos descritos, buscou-se organizar os dados como um conjunto de técnicas organizadas em três fases: Pré-análise, Exploração do Material e Tratamento dos Resultados.

Após uma série de dificuldades, como acesso ao material dos eventos estudados, a escritora preferiu ler integralmente os documentos de tais eventos. Seguindo ainda a trajetória de análise de Bardin, Góes começou pelos estudos dos materiais de 2011. Dessa análise foram destacados os seguintes elementos da Expressão Gráfica: desenho bidimensional, desenho tridimensional, modelos físicos, materiais manipuláveis, recursos computacionais, modelagem geométrica e imagens.

Ao final da análise desse evento, com as comunicações analisadas dos outros dois, chegou-se à definição de dez grupos: I) Expressão Gráfica como disciplina curricular; II) Concepções e metodologias de Expressão Gráfica; III) Tecnologias como apoio ao ensino de Expressão Gráfica; IV) Expressão Gráfica na formação profissional; V) Expressão Gráfica na formação docente; VI) Expressão Gráfica como recurso no processo de ensino e aprendizagem; VII) Aplicações Gráficas; VIII) Análise Gráfica; IX) Computação Gráfica como auxílio à Expressão Gráfica; X) Pesquisa histórica de elementos da Expressão Gráfica. Ao todo foram lidas 436 comunicações, que fazem parte dos três eventos analisados, para se chegar à definição dos dez grupos supracitados.

A conclusão que se teve desta pesquisa foi que, de fato, não é possível definir a Expressão Gráfica como algo pronto e acabado, pois esse campo está sujeito a alterações, já que está inteiramente ligado à tecnologia, que, por sua vez, está em constante mudança. A Expressão Gráfica está ligada à educação, principalmente à matemática, mas também às artes, às tecnologias e outras áreas de estudo.

A Expressão Gráfica é um campo de estudo que utiliza elementos de desenho, imagens, modelos, materiais manipuláveis e recursos computacionais aplicados às diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de apresentar, representar, exemplificar, aplicar, analisar, formalizar e visualizar conceitos. Dessa forma, a expressão gráfica pode auxiliar na solução de problemas, na transmissão de ideias, de concepções e de pontos de vista relacionados a tais conceitos (GÓES, 2012).

É possível afirmar também que estamos a todo tempo em contato com a Expressão Gráfica, desde a educação como ferramenta pedagógica até o comércio como ferramenta de marketing. Isso porque ela pode nos auxiliar na resolução de problemas, transmissão de ideias, concepções e pontos de vista. De fato, podemos concluir que tratamos aqui não de uma disciplina, mas sim de um campo de estudo, que utiliza elementos dos desenhos, gráficos, imagens, manipuláveis ou não, para representar, analisar, aplicar e formalizar ideias e conceitos.

5 A MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS

Os anos iniciais do ensino fundamental englobam do 1º ao 5º ano, compreendendo uma faixa etária de 6 a 10 anos de idade. Nesse período, são muitos os conteúdos abrangidos no ensino de matemática, e estes giram em torno de basicamente quatro eixos: 1) números e operações, 2) espaço e forma (geometria), 3) grandezas e medidas e 4) tratamento de informações (estatística).

Baseando-se no método de pesquisa qualitativa, buscou-se levantar informações sobre como o ensino desses conteúdos tem sido aplicado na rede municipal de ensino de uma escola específica da cidade de Curitiba. O objetivo central da pesquisa era fazer o levantamento do que os docentes das séries iniciais encaram como maior agravante para a defasagem de ensino de matemática, os eixos que apresentam maior dificuldade de aprendizagem por parte do aluno e as metodologias e recursos mais utilizados em sala, bem como se eles conhecem e fazem uso da Expressão Gráfica como recurso em sala de aula.

A pesquisa contou com a participação de 16 docentes (do sexo feminino) de várias faixas etárias. A maior parte das participantes (dez delas) possui especialização em alguma área da Pedagogia, cinco têm apenas a graduação e uma docente é mestre em Educação. As participantes alegaram que se sentem mais preparadas para ministrar as disciplinas de Educação Física e Língua Portuguesa, ficando assim a Matemática entre uma das menos votadas neste quesito. Esse dado revela que muitos professores ainda mostram aversão ao ensino da disciplina. É de conhecimento de todos que, em geral, as regentes de turmas ministram todas as disciplinas, deixando apenas as aulas especiais a cargo de outra professora. Isso faz com que, mesmo tendo aversão à matemática, as docentes sejam obrigadas a ministrar o conteúdo. Como consequência, é possível que isso influencie de modo negativo o processo de ensino/aprendizado dos conteúdos envolvidos.

Apesar da observação levantada anteriormente, nenhuma das participantes encarou a própria metodologia como uma dificuldade agravante no ensino de matemática. Entretanto, boa parte considera a falta de interesse dos próprios alunos como maior agravante para a defasagem do ensino da disciplina.

Quanto ao conteúdo, para as professoras, trabalhar com matérias norteadas pelo eixo de números e operações vem a ser o mais complicado para a assimilação por parte dos educandos.

Foi possível notar também, a partir da pesquisa, que a maior parte não conhece a Expressão Gráfica como campo de estudo e recurso para aplicação em sala. Porém, ao se apresentar o conceito, todas revelaram interesse de saber mais para poder utilizar em suas práticas pedagógicas posteriormente. Um fato digno de nota referente ao assunto é que muitas não detêm o conceito exato de Expressão Gráfica, porém, de forma indireta, já fazem uso de seus meios como metodologia em sala de aula. Esta observação é possível de ser feita ao se analisar as metodologias mais utilizadas em sala de aula, por exemplo, os materiais manipuláveis, como o material dourado.

A partir dos dados levantados sobre o estudo realizado, é possível notar que fatores em consonância levam à defasagem matemática. Alunos que não se interessam pela aula mostrarão ainda mais desinteresse em conteúdos como números e operações, já que é um dos conteúdos mais difíceis de serem assimilados, embora seja de suma importância para seu pleno desenvolvimento. Para reverter este quadro, é necessário mudar a maneira como o conteúdo vem sendo trabalhado, geralmente com livros didáticos e constante realização de operações matemáticas. Para tanto, é preciso primeiro que os professores se apropriem desse conhecimento, bem como das diferentes metodologias possíveis de serem utilizadas em sua prática.

6 A ARTE, A MATEMÁTICA E A EXPRESSÃO GRÁFICA: POR QUE UNIR OS TRÊS?

Depois que as pesquisas aplicadas aos docentes retornaram, um projeto com foco no eixo espaço e forma, tendo como conteúdo **figuras geométricas planas**, foi elaborado para ser aplicado nos 4º anos da mesma escola.

O projeto denominado **Apreciando cor e forma** levou para dentro das salas de aula o conteúdo a ser abordado e foi feito a partir de 18 obras da artista Tarsila do Amaral. O objetivo central da aplicação do projeto era a utilização da Expressão Gráfica como recurso para trabalhar o conteúdo.

Dessa forma, utilizou-se recursos de áudio e vídeo, imagens, materiais manipuláveis, jogos e materiais de artes nas aulas. Devido ao curto tempo liberado para aplicação, nem todas as atividades planejadas puderam ser aplicadas, sendo necessária a aplicação de atividades que envolvessem diretamente os recursos citados anteriormente.

Duas experiências podem ser relatadas a partir da pesquisa de campo aplicada, uma vez que duas turmas participaram do projeto. A primeira turma contava com 15 crianças. Foi possível notar a partir da primeira atividade, a saber, a apreciação das obras de Tarsila do Amaral, que muitos alunos reconheciam a utilização das várias formas geométricas nas pinturas. É válido ressaltar que as crianças não foram indagadas nem orientadas a notar esse detalhe, pois o objetivo (e o que foi solicitado a elas) era apenas que ressaltassem o que mais havia lhes chamado a atenção.

Uma vez percebido o domínio de conteúdo apresentado pelos alunos, não houve necessidade de trabalhar as denominações das figuras em si, mas uma pequena conversa sobre o assunto foi iniciada para sanar qualquer dúvida que pudesse existir. Seguida da discussão, apresentou-se às crianças o jogo Tangram, com o qual os alunos também já tinham contato. A atividade de montar as figuras geométricas conforme os comandos dados pela pesquisadora, usando as peças do jogo, foi tranquila e sem alvoroços. Esperava-se menos das crianças, portanto, houve necessidade de reajustes nos planos de modo que a atividade não ficasse monótona e agregasse algo à formação dos alunos. Ao se elevar o nível de dificuldade do jogo, muitos alunos passaram a participar mais e sem distrações.

Visto que a turma apresentava pleno domínio do conteúdo, o jogo Batalha com Tangram foi apresentado às crianças. Divididas em grupos, como prevê o projeto, deu-se início ao jogo. Contudo, o jogo não teve sucesso na sua aplicabilidade, pois muitos não entenderam o seu objetivo, e durante as “batalhas” houve muita rixa entre as equipes. Muitos motivos para este insucesso podem ser levantados. Um deles é o fato de que era a primeira vez que o jogo estava sendo aplicado. Além disso, a turma era naturalmente indisciplinada, o que piora quando há alguém diferente na sala. Houve também erros na orientação dada pela pesquisadora sobre o jogo aos alunos.

A partir dessa atividade, foi possível notar o desinteresse da parte dos alunos, considerado pelas docentes participantes da pesquisa como o pior agravante para a defasagem do ensino de matemática. Infelizmente, o desinteresse por parte dos discentes em relação à sua própria educação é uma triste realidade. O conceito de que eles estão na escola por obrigação, ou seja, a falta da ciência da necessidade dos estudos, impacta negativamente na sala de aula e, conseqüentemente, no andamento dos procedimentos pedagógicos.

Nota-se, com respeito ao fato, a importância de cativar os alunos e mostrar-lhes a aplicabilidade dos conteúdos apresentados em aula. Uma das características trabalhadas na sequência didática do projeto foi que, ao invés de apresentar o conteúdo formas geométricas, para então trabalhá-lo nas obras de Tarsila do Amaral, buscou-se apresentar a artista, suas características e obras, para, de forma indireta, introduzir o conteúdo a ser trabalhado. Geralmente a operação é inversa, ou seja, faz com que o artista venha por causa do conteúdo, o que pode tornar a atividade maciça e desinteressante para alguns alunos. Inverter a ordem das apresentações fez com que os alunos partissem do que mais lhes chamou a atenção para o conteúdo. É um fato notório que artes visuais, imagens e animações cativam os alunos. Esse recurso pode, e deve, ser explorado pelos professores para encaminhamento metodológico de qualquer conteúdo.

O mesmo projeto foi aplicado com a turma da tarde do 4º ano da mesma escola, porém, com a atividade final sendo uma obra de arte realizada pelos alunos, baseado nas experiências que acabavam de vivenciar.

Por não dominarem o conteúdo, diferentemente da turma da manhã, houve necessidade de um trabalho maior com as formas geométricas. Esse levantamento foi possível, já que, ao analisarem as obras da Tarsila, apenas uma dupla identificou as formas geométricas nas imagens. O trabalho com o Tangram limitou-se à montagem de figuras com apenas três peças do jogo, já que ainda estavam trabalhando a questão de espaço, forma e posicionamento. Nesta atividade houve inteira participação e atenção da turma, uma vez que era um conteúdo e jogo novo para a maioria.

A atividade final resultou na elaboração de uma obra de arte por parte dos alunos. A ideia central era que a atividade saísse da sala de aula e que tivesse, para os alunos, um porquê além do pedagógico/avaliativo. Assim, durante a aplicação do projeto, isso ocorreu nas duas turmas, pois houve intenso trabalho de reflexão acerca da mensagem que artistas como Tarsila do Amaral passam através de suas obras. O mesmo empenho e a dedicação são necessários da parte dos alunos, a fim de que produzam obras lógicas e significativas. Esse ponto foi atingido com sucesso, já que muitos alunos dedicaram suas obras aos seus pais, amigos ou professores, e outros ainda pintaram o mundo ao seu gosto.

Em geral, as principais atividades do projeto foram bem-sucedidas. Uma das regentes de turma apreciou o trabalho e salientou a importância de aguçar a curiosidade das crianças e permitir que todos participem nas aulas.

Quanto ao jogo elaborado com o Tangram, aplicado com a primeira turma, notou-se a necessidade de um trabalho maior com os alunos antes da apresentação do jogo para as crianças. A definição de regras e reelaboração das já existentes também é uma necessidade detectada. Sobre os jogos como metodologia de ensino de matemática, a Prof.^a Dr.^a Regina Célia Grando afirma:

Quando nos referimos à utilização de jogos nas aulas de matemática como um suporte metodológico, consideramos que tenha utilidade em todos os níveis de ensino. O importante é que os objetivos com o jogo estejam claros, a metodologia a ser utilizada seja adequada ao nível que se está trabalhando e, principalmente, que represente uma atividade desafiadora ao aluno para o desencadeamento do processo. É na ação do jogo que o sujeito, mesmo que venha a ser derrotado, pode conhecer-se, estabelecer o limite de sua competência enquanto jogador e reavaliar o que precisa ser trabalhado, desenvolvendo suas potencialidades, para evitar uma próxima derrota. Considera-se que o jogo, em seu aspecto pedagógico, se apresenta produtivo ao professor que busca nele um aspecto instrumentador, e, portanto, facilitador na aprendizagem de estruturas matemáticas, muitas vezes de difícil assimilação, e também produtivas ao aluno, que desenvolveria sua capacidade de pensar, refletir, analisar, compreender conceitos matemáticos, levantar hipóteses, testá-las e avaliá-las com autonomia e cooperação (GRANDO, 2001).

Um dos aspectos que podem ter influenciado para os resultados negativos, sem que esses sejam os únicos, apresentado na aplicação do jogo, pode ser o fato de que o jogo deve ser adaptado segundo as necessidades da turma. Visto que não houve observação prévia da classe antes da aplicação, por falta de tempo, tanto os alunos como a aplicadora entraram em contato pela primeira vez nas aulas direcionadas à pesquisa. Fica claro, dessa forma, a necessidade de adaptação do jogo à turma e às necessidades desta, bem como o preparo dos alunos para o jogo de forma que este realmente tenha resultados positivos.

É preciso enfatizar que um professor deve estar preparado para o inesperado dentro de sala de aula e ter a ciência de que nem sempre as coisas fluirão como o esperado. No que se refere às expectativas, pode-se ter melhores resultados em algo que se espera menos, assim como o contrário também acontece. O fato ocorrido com o jogo em si e a montagem de figuras com o Tangram é um exemplo claro disso. A expectativa era que o jogo agregasse mais aos alunos do que o quebra-cabeça em si. Contudo, foi exatamente o contrário que aconteceu, já que foi possível notar que os alunos tiraram muito mais proveito da montagem de figuras com o Tangram.

Nesse sentido, o projeto contribuiu para a análise da aplicação de recursos de Expressão Gráfica nas aulas de matemática. A conclusão a este respeito é de que, de forma indireta, muitas professoras já utilizam esse meio em sala de aula. No entanto, embora já o utilizem, não o fazem de maneira plena, já que é possível explorá-lo das mais variadas formas. A interação entre mais de uma disciplina em uma única aula também é utilizada pelos professores, porém pouco explorada. Em síntese, é possível fazer a interdisciplinaridade em todas as aulas, mas o professor deve estar preparado para fazer todos os questionamentos e intervenções pedagógicas possíveis, para que nada se perca ou fique pouco trabalhado. Parece um trabalho simples de ser feito, mas, ao contrário do que se pensa, a interdisciplinaridade exige muito mais planejamento do que o normal.

Assim, observou-se com a aplicação que a Expressão Gráfica em sala de aula torna o aprendizado e o ensino significativo. Professores e alunos tiram proveito dessa experiência, uma vez que as aulas tornam-se mais significativas. Isso, conseqüentemente, afetará de modo positivo o conceito que os alunos têm sobre a escola e possivelmente o interesse deles pelas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata de defasagem do ensino de matemática, há vários fatores que desencadeiam esse fim. Infelizmente, parece que a solução para esse problema está longe de acontecer. Vários fatores que contribuem para a formação desse problema não estão ligados somente ao professor, ao aluno, aos pais ou à sociedade, mas também ao governo, responsável por oferecer a todos uma educação igualitária e de qualidade. Contudo, se cada parte envolvida estiver ciente de sua própria responsabilidade para o avanço e melhoria, as coisas passarão a andar.

Aos professores cabe a responsabilidade primordial de exercer sua função de modo pleno, sem se desculpar pela falta de apoio dos demais envolvidos. Buscar novas metodologias de forma a aguçar o interesse dos alunos é tarefa exclusiva e intransferível do docente. Isso porque ele é peça-chave na educação de qualidade. Os alunos o têm como modelo a ser seguido. Então, como o professor pode cobrar interesse da parte dos alunos se ele próprio não se dedica ao que faz?

É bom salientar que aqui não se corrobora com a concepção de que o docente é responsável por tudo. Sabe-se que cada um tem seu papel, inclusive o próprio aluno, conforme mencionado anteriormente. Contudo, o professor faz toda diferença. Para entender melhor o seu papel, digamos, de forma simbólica, que se o professor corre, seus alunos andam; se o professor anda, os alunos param; se o professor para, seus alunos sentam; e se o professor senta, os alunos dormem. Assim, simbolicamente, é necessário que o professor continue a “correr” para que o desenvolvimento pleno de seus alunos continue progredindo.

Para tanto, o que o docente pode usar em sala de aula vem, primordialmente, de sua criatividade. As crianças precisam brincar. Esse brincar não pode continuar sendo encarado como prêmio. É comum quando alunos apresentam mau comportamento, ou não apresentam resultados satisfatórios, cortar toda ludicidade disponível a eles. Assim, ficam sem recreio, sem aulas especiais, sem jogos, sem brinquedos. Professores que assim o fazem, fazem mal. Levar a ludicidade para dentro de sala é essencial e dá início a grandes mudanças. Se elas preferem brincar, mas precisam aprender, que elas aprendam brincando pois, conforme afirma Fonseca (1998, p. 9):

[...] desde há muito que a atividade lúdica é reconhecida como um componente essencial da existência humana, fundamental para o crescimento e desenvolvimento. É um comportamento universal e um meio natural de proporcionar prazer. Promove todos os aspectos da aprendizagem emocional, social, cognitiva e física... É principalmente através da atividade lúdica que a criança aprende. (FONSECA, 1998, p. 9)

A Expressão Gráfica vem a ser uma ótima ferramenta para a inserção da ludicidade na metodologia de ensino da matemática. Esse campo de estudo que utiliza vários recursos visuais, de áudio e vídeo, manipuláveis ou não, pode aprimorar a metodologia que já vem sendo aplicada por muitos docentes da área. Aprimorar no sentido de que, em geral, recursos apresentados por esse campo de estudos são usados em sala de aula, porém, não em todos os conteúdos e, muitas vezes, não de modo pleno.

Para que o professor conheça e use diferentes metodologias é necessária a formação continuada, que deve ser buscada pelo próprio docente, mas deve também ser propiciada pela instituição e mantenedora de ensino.

Assim, as pesquisas, associadas ao projeto aplicado às turmas de 4º ano descrito neste trabalho, mostraram ser possível usar vários recursos, bem como unir duas disciplinas em uma única aula e ter um efetivo trabalho nas duas. Cabe ao professor utilizar os recursos disponíveis e aplicá-los em sua prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Programa Todos pela Educação. **Apenas 9,3% dos alunos do ensino médio aprenderam o adequado em matemática em 2013**. Reportagens. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/32325/apenas-93-dos-alunos-do-ensino-medio-aprenderam-o-adequado-em-matematica-em-2013>>. Acesso em: 23 dez. 2014.
- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMT, 1999.
- CARRAHER, D. W.; SCHLIEMANN, A. D.; NUNES, T. **Na vida dez na escola zero**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- FONSECA, V. da. **Aprender a aprender**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- GÓES, H. C. Um esboço de conceituação sobre expressão gráfica. **Educação gráfica**, Bauru, v. 17, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.educacaografica.inf.br/artigos/um-esboco-de-conceituacao-sobre-expressao-grafica>>. Acesso em: 11 fev. 2015.
- GRANDO, R. C. **O jogo na educação: aspectos didático-metodológicos do jogo na educação matemática**. Campinas: Unicamp, 2001.
- MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. (Org.). **Formação de professores: passado, presente e futuro**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MOYSÉS, L. **Aplicações de Vigotsky a educação matemática**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2006.
- SILVA, J. A. F. **Refletindo sobre as dificuldades de aprendizagem na matemática: algumas considerações**. 2005. Disponível em: <<https://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/22005/JoseAugustoFlorentinodaSilva.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015
- SILVEIRA, M. R. A. **Matemática é difícil: um sentido pré-constituído evidenciado na fala dos alunos**. 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/marisarosaniabreusilveirat19.rtf>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

A IDENTIDADE CULTURAL NAS ADAPTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DE “O GRANDE GATSBY”

Fabiana Passos de Melo¹

Verônica Daniel Kobs²

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a análise das adaptações cinematográficas de *O grande Gatsby* (FITZGERALD, 1925) feitas por Jack Clayton (1974) e por Baz Luhrmann (2013), a partir das especificidades das mídias literária e fílmica e do conceito de intermedialidade, no processo de transposição do texto escrito para a linguagem audiovisual. Por meio de análise comparativa, sob o enfoque da identidade cultural, os dados da narrativa escrita priorizados para a contextualização histórico-social do público dos filmes foram evidenciados. Assim, a adaptação de 1974, que estreou para um público que ainda vivia as consequências da Primeira Guerra Mundial e da crise econômica de 1929, habituado às questões do processo de autoinvenção (*self-made man*) e ao *American dream*, manteve a sequência dos fatos e dos diálogos, dando ênfase ao uso de bebidas alcoólicas e ao tabagismo como características da aristocracia. Já para o público de 2013, o contexto histórico foi mostrado com sequências de informações explícitas sobre a Lei Seca, a atuação dos gangsteres, o luxo e o materialismo dos aristocratas, bem como a participação dos negros na música, mesclando-se referências do jazz e do hip-hop. Além disso, há a inserção de um ator indiano no elenco para interpretar um personagem judeu, com o intuito de focalizar as questões norte-americanas da imigração e das relações comerciais nas duas épocas. Palavras-chave: Literatura. Cinema. Intermedialidade. Identidade Cultural.

¹ Aluna do 2º ano do curso de Letras Português – Inglês da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: fpmelo1964@hotmail.com

² Doutora em Estudos Literários pela UFPR. Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: veronica.kobs@fae.edu

INTRODUÇÃO

Neste estudo será avaliado como o romance *O grande Gatsby*, do escritor americano F. Scott Fitzgerald (1925), foi adaptado para o cinema por Jack Clayton (1974) e Baz Luhrmann (2013). O objeto da análise consiste no processo de transposição da linguagem escrita para a audiovisual, sob os aspectos de estilo, conteúdo, linguagem, público e contexto histórico.

A partir da pesquisa das características midiáticas de cada arte e dos mecanismos de que o cinema se vale para colocar em imagens o contexto da história do romance, será identificado como esses processos foram usados por Jack Clayton e por Baz Luhrmann, em 1974 e 2013, respectivamente, para mostrar as adaptações cinematográficas aos dois públicos, separados por décadas entre si, e em relação à narrativa escrita.

Para tanto, em um primeiro momento, será apresentada a fundamentação teórica acerca da relação entre literatura e cinema, no que diz respeito às especificidades de cada mídia e à relação de intermedialidade que entre elas se estabelece na adaptação do texto escrito para o cinema. Após isso, serão analisadas as duas produções cinematográficas, a partir de tais conceitos técnicos e de textos de crítica de cinema, oferecendo-se, ao final, a síntese dos resultados encontrados, visando solucionar a situação-problema que dá base a esta pesquisa.

1 ASPECTOS DA RELAÇÃO INTERMIDIÁTICA DA LITERATURA E DO CINEMA

Verificar a aproximação e o distanciamento entre os discursos literário e fílmico exige evidenciar, de início, as características de cada um, para, na sequência, ser possível perceber que em cada mídia há elementos que lhe são típicos. Ao tratar dos vínculos entre os dois, Marinyse Prates de Oliveira (s/d), em *Laços entre a tela e a página*, destaca que a relação entre as mídias é mais estreita do que se imagina, sendo que no romance as palavras estimulam os sentidos do leitor, formando uma imagem em sua mente, e no cinema o espectador decodifica as imagens em movimento que lhe são apresentadas.

A partir dessa ideia, é possível perceber que em ambos há uma representação imagética que se forma na mente do leitor ou espectador, ora oriunda das palavras, no caso da literatura, ora das imagens, quando se trata de cinema, circunstância que revela sempre, ainda que em variados graus, uma participação do público na compreensão do texto, literário ou fílmico. A diferença reside, primordialmente, na constatação de que na literatura a imagem se forma na mente do leitor diretamente, a partir da escrita, ao passo que no cinema há uma série de leitores intermediários, como o roteirista e o diretor, os quais, conforme suas leituras individuais da obra, apresentam ao espectador uma leitura conjunta, decorrente da tradução intersemiótica, e que o aproximará de uma realização material do texto que serviu de inspiração àqueles:

Na realidade, enquanto a literatura possibilita a projeção da imagem, do movimento e do som na mente do leitor, os meios tecnológicos facultam sua plena exteriorização, por meio da projeção de imagens em uma tela que se oferece à contemplação do olhar e à apreensão dos sentidos (OLIVEIRA, 2005).

Portanto, a análise concreta da relação entre uma adaptação cinematográfica e o texto-fonte, objeto específico deste artigo, pressupõe o conhecimento das singularidades da transposição da linguagem escrita para o cinema. Para tanto, passa-se à apresentação de conclusões a que chegaram alguns estudiosos do tema, as quais permitem traçar e executar um roteiro de análise das duas produções selecionadas.

Em *A adaptação literária para cinema e televisão*, Jorge Furtado (2005) elenca três diferenças, dentre as muitas existentes, entre a narrativa escrita e a fílmica – as quais, segundo o autor, merecem destaque. A primeira delas diz respeito à impossibilidade de acesso ao fluxo de consciência dos personagens na linguagem audiovisual, pois toda a informação deve ser visível ou audível, ou seja, o roteirista só pode escrever o que pode ser visto. A segunda se refere ao processo de formação da imagem na mente do público, uma vez que na literatura ela se forma a partir do conhecimento prévio da realidade que o leitor tem, e no cinema, ela é feita pelo roteirista e pelo diretor a partir do que é possível ser visto e não meramente imaginado. Sendo assim, no cinema a imagem é apresentada pronta ao espectador, razão pela qual às vezes uma sequência de quadros da obra literária precisa ser mostrada de uma só vez na linguagem imagética, prejudicando o efeito de surpresa presente no romance. A terceira diferença relaciona-se ao tempo de apreensão das informações, pois no cinema ele é definido exclusivamente pelo autor, enquanto que é o leitor que decide o ritmo de leitura de um texto escrito, podendo, inclusive, reler quando a compreensão lhe parecer deficiente.

Entretanto, ainda que no cinema haja a apontada necessidade de colocação de ideias sob a forma de imagens, o seu conteúdo não está adstrito àquilo que aos olhos humanos ordinariamente é possível ver, uma vez que a mídia permite alteração na ordem cronológica dos fatos, tanto quanto é cabível no romance, na forma de *flash* do pensamento, por exemplo, dando ao público acesso ao pensamento do personagem e à explicação de um fato do presente por meio de uma imagem do passado.

É exatamente isso que ocorre na adaptação de *O grande Gatsby* de Baz Luhrmann (2013). O filme começa mostrando Nick Carraway internado em uma clínica para tratamento de dependência de álcool, e toda a história de Jay Gatsby é revelada ao público pelas imagens de sua memória, pois, por recomendação médica, Nick escreve um livro sobre o assunto.

Outra questão importante e que se refere ao tempo diz respeito à decodificação da imagem. A rigor, o tempo de duração desse processo está limitado ao tempo do filme na tela. Isso até pode ser verdade em relação à projeção feita em uma sala de cinema, mas não se pode ignorar que atualmente os aparelhos domésticos de exibição, aí incluída a rede mundial de computadores, permitem ao espectador coordenar o tempo de codificação, pois tais veículos possibilitam avançar e retroceder as imagens.

Nesse passo, acredita-se que a transposição de uma mídia para outra esteja mais relacionada à escolha do conteúdo a ser mostrado e à respectiva sequência do que às limitações que teoricamente haveria em desfavor da linguagem cinematográfica. Para esclarecer a questão, citando as diretrizes indicadas por Linei Hirsch, Cristina Brandão (2005) apresenta os procedimentos técnicos que podem ser utilizados nessa tarefa:

Eliminação – seria a exclusão sumária de determinados elementos da estrutura da obra narrativa; Condensação – procedimento que realiza a diminuição, o resumo de determinados elementos da estrutura narrativa, especialmente os fatos; Estes primeiros procedimentos, em geral, segundo Hirsch, têm motivação no Ponto de Vista do dramaturgo e, especialmente, no caráter da Necessidade do gênero dramático; Ampliação – é um mecanismo oposto à condensação porque funciona como uma lente de aumento para focar determinado assunto ou personagem. Pode, ainda, como já comentamos acima, trazer ao universo dramático aspectos de outras obras do autor enfocado, que, de algum modo, têm relação com a obra de base; Fragmentação – procedimento que extrai da obra de base uma unidade, fraciona-a e redistribui-a pela obra dramática. Ao fracionar essa unidade, os elementos ficam, evidentemente, menores e, por essa razão são passíveis de ampliação posterior; Associação – é oposta à fragmentação. Tem por objetivo unir episódios que se encontram em capítulos diferentes, na obra de base e colocá-los em uma ordem sequencial na peça. Tal mecanismo permite ao dramaturgo alterar a Trama, sem com isso alterar a Fábula da obra de base.

Nas adaptações em estudo, duas situações podem ser mencionadas para ilustrar a utilização dos processos de eliminação e ampliação.

Como uso da ferramenta de eliminação, é pertinente a análise do personagem Henry C. Gatsby, pai de Jay Gatsby. No romance, ele aparece apenas após a morte de seu filho e, em uma breve conversa com Nick Carraway, ele esclarece que Jay desde jovem estava determinado a mudar de vida, a alcançar o sucesso econômico-social, seguindo uma organização ímpar, que incluía estudo e poupança. Por seus próprios méritos, desenvolveu-se intelectual e construiu fortuna. Aí estão a explicação do método de autoinvenção e a demonstração da realização do sonho americano, fenômenos sociais do pós-Primeira Guerra Mundial nos Estados Unidos.

Na adaptação de 1974, o personagem aparece e intervém exatamente como mostrado no livro, afinal o público ainda era bastante vinculado àquele momento histórico, supondo-se desnecessários outros elementos para contextualizar e desvendar a vida de Jay Gatsby. Em 2013, Baz Luhrmann optou por eliminar a aparição do personagem Henry C. Gatsby. Os aspectos da origem e trajetória sociais de Jay são aos poucos mostrados ao espectador (desacostumado com as questões sociais do começo do século XX) pelo próprio Jay ou em *flashes* de memória de Nick Carraway e Jordan Baker, como quando esta conta como Daisy e Jay se conheceram e se separaram – pela superveniência da Primeira Guerra Mundial e devido às condições econômicas inferiores deste último.

No que toca à ampliação, coteja-se a presença das flores no encontro de Jay e Daisy, na casa de Nick. Diz-se, no romance, que Jay enviou para a casa de Nick “verdadeira estufa com infinitos vasos” (FITZGERALD, 2011, p. 146). No filme de 1974, vê-se que há vários vasos com flores na sala, mas a imagem não causa espanto. Já no filme de 2013, há uma quantidade enorme de flores tanto na sala de estar de Nick quanto na área externa por onde passará Daisy. Ora, há evidente aumento da presença das flores para tornar explícitos ao público o poder econômico alcançado por Jay e sua tentativa de mostrar a Daisy que agora ele está em condições socioeconômicas de tê-la ao seu lado.

No que diz respeito ao fenômeno de transposição intermediática, Irina Rajewsky (2012) dissecou-o em três subcategorias: transposição midiática, combinação de mídias e referências intermediáticas. Na transposição midiática, ocorre o que a autora chama de “intermedialidade ‘genética’”, voltada para a produção na qual o texto literário é a fonte do novo produto de mídia, que se formará por meio de um processo de transformação obrigatoriamente intermediático. Já na combinação de mídias, o produto é resultado de uma mescla, e cada mídia contribui para a construção do significado do produto final. Por fim, quanto às referências intermediáticas, uma mídia se apropria de estruturas de outra para a formação de seu produto específico.

No diálogo entre obra literária e cinema, a autora considera haver elementos das três subcategorias mencionadas:

Em relação a essa divisão tripartida, é importante notar que uma única configuração midiática pode preencher os critérios de dois ou até de todas as três das categorias intermediáticas apresentadas acima. Como filmes, por exemplo, as adaptações cinematográficas podem ser classificadas na categoria de combinação de mídias; como adaptações de obras literárias, elas podem ser classificadas na categoria de transposições midiáticas; e, se fizerem referências específicas e concretas a um texto literário anterior, essas estratégias podem ser classificadas como referências intermediáticas. Pois é claro – e isto é de fato o que quase sempre acontece – o produto resultante de uma transposição midiática pode exibir referências à obra original, além e acima do próprio processo de transformação midiática, obrigatório em si. Assim, no caso da adaptação fílmica, o espectador “recebe” o texto literário original ao mesmo tempo em que vê o filme, recebendo especificamente o texto literário em sua diferença ou em sua equivalência à adaptação. Esta recepção ocorre não (apenas) devido a um conhecimento anterior ou à bagagem cultural que o espectador possa ter, mas por causa da própria constituição específica do filme. Abrem-se assim camadas adicionais de sentidos que são produzidos especificamente pelo ato de se referir, ou de relacionar, filme e texto. Em vez de ser simplesmente baseada numa obra literária original pré-existente, uma adaptação cinematográfica pode, então, constituir-se em relação à obra literária, caindo assim também na categoria de referências intermediáticas (RAJEWSKY, 2012).

Nota-se a transposição intermediática na adaptação de 2013, por exemplo, quando Jay Gatsby leva, em seu carro, Nick Carraway a Nova Iorque, pois as manobras do condutor são feitas em tempo acelerado, em descompasso com o movimento dos demais veículos. Nessa cena, Jay despeja sobre Nick uma série de informações a seu respeito, deixando o novo amigo um tanto quanto atordoado, sequência que parece estar no ritmo do veículo. Isso demonstra que o diretor combinou o ritmo do automóvel ao ritmo da fala de Nick, para dar ênfase à rapidez.

Outro momento de uso específico dos recursos imagéticos é o passado de Jay sendo revelado por meio das palavras de Jordan Baker, uma vez que ela conta a participação dele na Primeira Guerra Mundial enquanto cenas de guerra são mostradas ao espectador. Esse é um exemplo de imagem de pensamento que é possível apenas na mídia cinematográfica (quando comparada com a literária).

Além disso, impõe-se observar, como pondera Robert Stam (2006), que o cineasta promove mudanças de acordo com a ideologia e os discursos da época da produção, o que se faz por meio de uma atualização do romance:

Já que as adaptações fazem malabarismos entre múltiplas culturas e múltiplas temporalidades, elas se tornam um tipo de barômetro das tendências discursivas em voga no momento da produção. Cada recriação de um romance para o cinema desmascara facetas não apenas do romance e seu período e cultura de origem, mas também do momento e da cultura da adaptação (STAM, 2006, p. 48).

Como crítica àqueles que mencionam a relação de inferioridade do cinema em relação ao texto literário, Stam (2006) afirma que o filme faz uma releitura do texto escrito, a fim de adaptar a história à dinâmica cultural da época da produção fílmica, e que:

Ao adotar uma abordagem intertextual em oposição a uma abordagem que faz julgamentos baseados em suposições sobre a putativa superioridade da literatura, nós não abandonamos todas as noções de julgamento e avaliação. Mas nossa discussão será menos moralista, menos comprometida com hierarquias não admitidas. Nós podemos ainda falar em adaptações bem feitas ou mal feitas, mas desta vez orientados não por noções rudimentares de “fidelidade” mas sim, pela atenção à “transferência de energia criativa”, ou às respostas dialógicas específicas, a “leituras” e “críticas” e “interpretações” e “re-elaboração” do romance original, em análises que sempre levam em consideração a lacuna entre meios e materiais de expressão bem diferentes (STAM, 2006, p. 50).

Em 1974, o personagem Meyer Wolfsheim aparece demonstrando a participação dos judeus no mercado especulatório de Wall Street, e sua ligação com Jay não é explicitamente revelada, dando a entender que se trata de negócio envolvendo o comércio ilícito de bebidas alcoólicas, exatamente como é mencionado no romance. E não precisaria mais, pois o público de 1974 ainda vivia as consequências da crise econômica de 1929 e tinha conhecimento da participação da comunidade judaica no mercado norte-americano de capitais, sendo-lhe possível vincular o período referido no livro à Lei Seca. Por outro lado, em 2013, esses elementos implícitos não seriam suficientes para contextualizar o público. Sendo assim, nessa adaptação, o mesmo personagem é interpretado por Amitabh Bachchan, um ator indiano que representa essa etnia nas relações comerciais dos Estados Unidos na atualidade. São mostradas também cenas de engarrafamento de bebida alcoólica e de um estabelecimento que revela o gangsterismo, isto é, personalidades do mundo do comércio ilícito em contato com aristocratas e políticos. Isso tudo para levar o espectador do século XXI até a terceira década do século XX.

Assim, o roteirista e o diretor extraem determinada informação do romance, com base em seus conhecimentos prévios, selecionam os eventos a partir das técnicas de eliminação, condensação, ampliação etc. e os organizam na forma possível de ser mostrada na mídia cinematográfica, sempre sob a influência de suas concepções pessoais, da ideologia em evidência e de acordo com os elementos socioculturais pertinentes ao público consumidor, de maneira que, evidentemente, o produto do cinema será uma obra nova, fruto de uma interpretação, e que poderá guardar em relação ao texto literário maior ou menor grau de fidelidade, sem que se comprometa, por outro lado, a apreensão do assunto pelo espectador.

2 “O GRANDE GATSBY” NO CINEMA: IDENTIDADE CULTURAL E CONTEXTUALIZAÇÃO

F. Scott Fitzgerald publicou *O grande Gatsby* em 1925, período marcado pelas consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e conhecido como auge do sonho americano, que caracterizou o *american way of life*. Se na Europa a nobreza decadente encontrava dificuldades para se ajustar à nova realidade de mobilização das classes operárias, nos Estados Unidos da América o sistema capitalista de produção permitia a ascensão de trabalhadores a um patamar econômico equivalente ao das famílias mais tradicionais por meio de um processo de autoinvenção, o que não era visto com bons olhos pela aristocracia. É nesse cenário histórico-cultural que são revelados os personagens do romance. Como sintetizam Perini e Quianzala (2013, p. 88):

A narrativa gira em torno de nosso personagem central, Jay Gatsby, mas os percursos criados por nossa leitura nos revelam o retrato da vida na sociedade americana, bem como nos fazem viajar pela década de 20, através deste personagem que, na terra das oportunidades, atingiu poder aquisitivo (mito do American dream) e conseguiu ter um nome e adquirir bens através de esforço (self-made man), porém não atingiu a felicidade que almejava. Assim, Fitzgerald aborda, de forma concisa e relevante, o mito do self-made man e do American dream. Trata-se da história de uma obsessão fatal, do materialismo e da determinação de Gatsby em ser bem sucedido para ter de volta o coração da mulher que ama. A vida de Gatsby foi marcada por uma grande ilusão, já que não recuperou o amor e a companhia de Daisy, e acabou perdendo a vida em nome deste amor, ou melhor dizendo, deste ideal.

Como apresentar essa ideia a diferentes públicos? É preciso oferecer ao espectador elementos culturais contemporâneos à produção e que lhe permitam perceber o que a imagem está mostrando, algo que se faz por um processo de atualização.

Com roteiro de Francis Ford Coppola e direção de Jack Clayton, a adaptação que estreou em 1974 sofreu severas críticas. Com efeito, Roger Ebert, por exemplo, foi incisivo ao dizer:

I wonder what Fitzgerald, whose prose was so graceful, so elegantly controlled, would have made of it: of the willingness to spend so much time and energy on exterior effect while never penetrating to the souls of the characters³ (EBERT, 2015).

³ “Eu gostaria de saber o que Fitzgerald, cuja prosa era tão graciosa, tão elegantemente controlada, teria feito disso: do entusiasmo para gastar tanto tempo e energia com efeitos exteriores sem penetrar na alma dos personagens” (tradução nossa).

Entretanto, penetrar na alma dos personagens não é tarefa livre de polêmica, pois, afinal, quem poderia comprovar que determinada interpretação vai de encontro ao que é meramente fruto de imaginação? A imaginação é algo subjetivo. Cada leitor do romance constrói o que se poderia chamar de alma do personagem a partir de seu conhecimento prévio de mundo e de sua história particular. Da construção que se espera ver no cinema pode surgir alguma frustração, que será apenas pessoal e não leva a um rebaixamento do filme em relação ao romance. Inexiste no romance uma verdade a ser extraída e que se vincula ao conteúdo do filme. Para esclarecer a questão, cita-se outro trecho do mesmo crítico:

But we can't penetrate the mystery of Gatsby. Nor, to be honest, can we quite understand what's so special about Daisy Buchanan. Not as she's played by Mia Farrow, all squeaks and narcissism and empty sophistication. In the novel, Gatsby never understands that he is too good for Daisy. In the movie, we never understand why he thought she was good enough for him. And that's what's missing⁴ (EBERT, 2015).

Mais uma vez, o que se tem é uma interpretação. Observe que conclusão diametralmente oposta pode ser tirada sem maiores dificuldades. Tome-se, para análise, a cena do primeiro encontro de Nick Carraway com sua prima Daisy Buchanan. Nick é recebido por Tom, que o conduz até a sala em que se encontram Daisy e uma amiga. O romance descreve: “A brisa que entrava na sala agitava as cortinas de lá para cá, feito bandeiras pálidas, revirando-as em direção ao teto fosco [...]” (FITZGERALD, 2011, p. 72). A adaptação de 1974 mostra exatamente isso e, para aquele público, seria possível concluir que a sutileza no movimento das cortinas indicava um ambiente descontraído, livre de preocupações, próprio da aristocracia. Já para o público de 2013 a cena é, e isso também é apenas uma valoração subjetiva, mais agressiva. De fato, as cortinas são longas e o movimento decorrente da brisa faz com que invadam a sala de um lado a outro, tanto que Tom e Nick têm que se livrar delas com as mãos para ter acesso visual a Daisy. Então, pergunta-se: O espectador de 2013 acha um exagero ou isso a que se chama de exagero é para o público atual um elemento de identidade cultural que lhe permite aferir o nível socioeconômico daqueles personagens?

⁴ “Mas nós não podemos penetrar no mistério de Gatsby. Nem, para ser honesto, podemos nós entender o que é tão especial sobre Daisy Buchanan. Não como ela é interpretada por Mia Farrow, um todo de murmúrios, narcisismo e sofisticação vazia. Na novela, Gatsby nunca entende porque ele é muito bom para Daisy. No filme, nós nunca entendemos porque ele pensa que ela é boa o bastante para ele. E é isso que está faltando” (tradução nossa).

Ainda quanto ao aspecto de atualização cultural, verifica-se que o tabagismo aparece na produção de 1974 como determinante do padrão socioeconômico dos personagens. É notório que a década de 1970 foi significativa para a expansão da indústria do tabaco e o cinema, assim como os demais meios de comunicação de massa, além de refletir o que se passava na sociedade, era veículo de publicidade do hábito. Conforme acentua Luís Viviani (2015), o cinema americano divulgou, por meio de seus ídolos, a noção cultural daquele momento histórico: de que fumar era símbolo de charme e elegância. Para o espectador daquela época, o fato de os personagens fumarem permitia uma identificação com um signo de riqueza material e requinte pessoal, por conta de um elemento cultural do tempo da exibição, o qual tem ligação íntima com o tema do romance, na medida em que o casal Daisy e Tom Buchanan representava a aristocracia americana da década de 1920, cujo *status* social era almejado por Jay Gatsby e motivou sua empreitada de autoinvenção.

Em processo inverso, Baz Luhrmann valeu-se de elementos atuais para demonstrar a extravagância e a leviandade do estilo de vida dos aristocratas americanos descritos por F. Scott Fitzgerald. É o caso da cena em que Tom e sua amante dão uma festa no apartamento, em Nova Iorque, na companhia de Nick e outros conhecidos. No livro e no filme de 1974, Nick abusa do consumo de álcool e se embriaga. Na versão de 2013, além de ingerir bebida alcoólica, Nick recebe, de uma das mulheres presentes na festa, um comprimido, que sugere ser uma substância entorpecente ilícita que, apesar de atualmente proscria, é muito consumida. Trata-se de um elemento atual, que permite ao público de hoje tirar conclusões sobre o comportamento dos personagens, visto que esse público não se surpreenderia com o mero consumo de bebida alcoólica, ainda que tivesse o prévio conhecimento de que os americanos, na época, viviam sob a égide da Lei Seca. Isso porque, neste século, é o uso de substâncias entorpecentes que figura como alvo de repressão, estando o consumo de álcool relegado a um plano secundário, tanto que é permitido e aceito como hábito cultural. Apresentar o personagem Nick embriagado não seria suficiente para mostrar o desprezo da aristocracia pela legislação repressora. Foi preciso ir além, e isso se fez juntando-se o álcool a uma droga que hoje é proibida.

Passados 39 anos do lançamento da versão de 1974, chega ao público do século XXI, em 2013, a versão escrita por Baz Luhrmann e Craig Pearce, dirigida pelo primeiro. As técnicas de filmagem evoluíram e o 3D acentua cores e movimentos. Mais uma vez a crítica reclama da falta de sutileza da narrativa e condena imagens exageradas:

Além de transformar o filme em um ode à esperança e à superação, Luhrmann retira qualquer subtexto e sutileza, tudo é muito bem explicado pela narração em off de Nick Carraway, todos os sentimentos e pensamentos dos personagens. A mistura que Gatsby faz ente Daisy e o dinheiro que deseja, o choro de Daisy frente às “lindas camisas”, tudo isso é destrinchado para o espectador, não fica nenhum esforço de entendimento (SINAY, 2015).

Para Luiz Fernando Gallego (2015), o público foi tratado “[...] como infantilizado e incapaz de acompanhar uma trama com lacunas intencionais que só seriam preenchidas de modo mais contundente no final”, apontando, por exemplo, a desnecessidade de se ter mostrado o trágico acidente que causa a morte da amante de Tom Buchanan, evento que não é descrito no romance e que, na adaptação de 1974, aparece em forma de eclipse. O crítico também destaca a inadequação das interpretações:

A construção e dramaturgia cinematográficas se mostram pífias no que seria uma cena clímax entre os quatro personagens “da elite” em um quarto de hotel, totalmente sem ritmo ou pathos. E o desastre também atinge – para a surpresa de quem a admirou em outros filmes – a jovem Carey Mulligan, totalmente inexpressiva e sem a menor identificação com a personagem. Não é apenas a fala de Gatsby sobre sua voz que falta ao filme: a voz da atriz não sugere o “brilho” do ouro e sua presença se mostra apagada, jamais transmitindo a futilidade atraente com que Mia Farrow também surpreendeu – só que favoravelmente – os que a consideravam de antemão inadequada (GALLEGO, 2015).

Ocorre que, em se tratando de outra interpretação e de outra releitura do romance, a avaliação de uma atuação não pode ser feita sem se levar em conta que atores diferentes certamente interpretam segundo impressões diferenciadas. Para um público especializado em cinema, literatura e intermídia, existe uma construção personalíssima de expectativa em relação à adaptação, o que pode levar à frustração quando não se percebe no cinema a impressão extraída do romance. Contudo, para o público médio, às vezes não familiarizado com o livro, e muito menos com as técnicas de colocação de literatura em mídia imagética, a satisfação com o resultado advém mais da simpatia com o estilo pessoal de interpretação dos atores do que de uma identificação dessa interpretação com os traços dos personagens mostrados no texto escrito. De qualquer forma, a preferência por uma ou outra interpretação não conduz, por si só, à conclusão de que o romance não foi mostrado ao público do cinema. Ao contrário, o que se tem é apenas outra forma de apresentação da década de 1920 a um público que vive quase cem anos depois.

A rapidez e o excesso de cores são características das relações interpessoais atuais, nas quais tudo acontece ao mesmo tempo e uma demora ou espera pode representar distração do espectador e prejudicar a apreensão do significado do filme. O espectador do século XXI é capaz de ler um texto fílmico em que se mesclam imagens, música, vozes e narrativa parcialmente escrita, extraindo disso tudo o que lhe parece essencial. É um público que pede o acúmulo de informações e as rejeitaria caso essas lhe fossem passadas em sequência pausada, como foi feito na versão de 1974. Além disso, é importante destacar que a rapidez e o exagero são marcas do estilo de Baz Luhrmann, e, evidentemente, fazem parte da produção fílmica decorrente da leitura que ele, individualmente, fez do romance.

As cenas iniciais do filme de 2013 apresentam ao público a Nova Iorque do começo do século XX com uma sequência de imagens em diversos planos como numa montanha russa, em conjunto com a narrativa em *off*, de Nick. O espectador da era da internet e da imagem em 3D consegue ler o texto imagético porque essa mescla faz parte do seu contexto diário.

Há também, na versão de 2013, elementos culturais da década de 1920, os quais trazem muitas informações acerca do momento histórico vivido pelos americanos, quando o romance foi publicado. Ao analisar a presença negra no filme, Joshua L. Lazard (2015) menciona a pertinência do jazz e do hip-hop na trilha sonora como elementos que permitem ao público deste século perceber que a música de origem negra tinha destaque naquela época, o que contribui para a contextualização histórica. O cidadão médio do século XXI rejeita o preconceito racial e não discrimina a contribuição do negro americano na formação daquela sociedade, sendo-lhe possível perceber a presença desses estilos musicais como elemento cultural influente em seu estilo de vida.

Por outro lado, no livro e no filme de 1974 a questão racial aparece na cena em que Tom Buchanan faz uma referência ao livro que está lendo e que trata da aniquilação da raça branca por impérios de cor. Não se pode perder de vista que o romance foi escrito durante a vigência do regime de segregação racial nos Estados Unidos, que só acabou em 1964, com a Lei dos Direitos Civis. Nessa época, inclusive, houve intensa atuação do movimento social de ódio conhecido como Ku Klux Klan, além de que, na época da produção do filme de 1974, a segregação racial ainda era bastante presente no cenário mundial, como o *apartheid* sul-africano, que durou de 1948 a 1994.

Portanto, a atualização, feita por elementos de identidade cultural, é o que permite ao espectador de um filme entender o contexto histórico-social em que se desenvolveu a história narrada no romance, e as escolhas feitas por Jack Clayton e Baz Luhrmann foram fundamentadas, como se viu, em públicos bastante diferentes, motivo pelo qual os resultados foram igualmente distintos, sem que isso tenha afastado o espectador do conteúdo do livro.

CONCLUSÃO

Uma vez considerada a intermedialidade na adaptação de uma obra literária para o cinema como fenômeno inevitável no processo intersemiótico, foi possível analisar as adaptações de 1974 e de 2013 de *O grande Gatsby* a partir de um nível de equivalência estética entre literatura e cinema, sem mencionar a superioridade da primeira. Os filmes são releituras do livro, com todos os aspectos subjetivos resultantes de uma interpretação, e não simplesmente um exercício de exibição de um mesmo texto por meio de uma linguagem diferente.

Aplicados os conceitos teóricos aos dois filmes, verificou-se que o contexto histórico-social do romance foi mantido, e que, para revelá-lo ao público, os diretores cuidaram de introduzir elementos culturais da época das respectivas produções, a fim de permitir ao espectador interpretá-lo com base nos conhecimentos que tem da vida cotidiana de seu tempo.

Observou-se que a versão de 1974 tem um grau maior de aproximação com o romance, no que diz respeito ao conteúdo dos diálogos, à sequência dos eventos e, principalmente, à sutileza nas referências ao contexto histórico-social. Pode-se inferir que isso foi possível porque o público ainda tinha um conhecimento prévio a esse respeito, pois ainda vivia as consequências dos fatos que ocorreram nas primeiras décadas do século XX. Por exemplo, aquele público sabia que na vigência da Lei Seca houve intensa atividade de gangsteres no comércio ilegal de bebidas alcoólicas e que este tipo de atividade ajudou a construir novos ricos, como é o caso de Jay Gatsby.

Já na adaptação de 2013, houve a necessidade de dizer explicitamente ao público o que acontecia nos Estados Unidos na época em que se desenvolveu a história do romance, algo feito por meio de cenas que representam o proibido comércio de bebidas alcoólicas, a atividade de gangsteres, o luxo e a futilidade da vida dos aristocratas, tudo isso para mostrar que trajetórias como a de Jay Gatsby, de pobre a milionário, por mérito próprio, foi algo não só possível, mas também marcante naquela sociedade.

Nos dois filmes são mostrados ao público o contexto histórico-social que possibilitou o surgimento do *self-made man* e a realização do *American dream*, dados essenciais à interpretação do romance. Contudo, para mostrar isso a públicos diferentes, os realizadores priorizaram algumas informações e as representaram por intermédio de referências culturais contemporâneas a cada produção, pois é esse o recurso que permite ao espectador ligar-se ao contexto histórico que não é por ele vivido. Essas escolhas, como visto, não comprometem a proximidade do público do cinema com o romance; ao contrário, são elas que a permitem.

REFERÊNCIAS

- BACK, S. **Cinema e literatura**. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/online/arquivos/000574.html>>. Acesso em: 23 jul. 2005.
- BRANDÃO, C. **Algumas palavras sobre roteiro**. Disponível em: <<http://www.oclick.com.br/colunas/brandao63.html>>. Acesso em: 25 jun. 2005.
- CARDOSO, L. M. O. B. **Literatura e cinema: simbioses narratológicas**. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/forumedia/5/17.html>>. Acesso em: 23 jul. 2005.
- EBERT, R. **The great Gatsby movie review**. Disponível em: <<http://www.rogerebert.com/reviews/the-great-gatsby-1974>>. Acesso em: 01 jan. 2015.
- FITZGERALD, F. S. **O grande Gatsby**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FURTADO, J. **A adaptação literária para cinema e televisão**. Disponível em: <<http://www.casacinepoa.com.br/port/conexoes/adaptac.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2005.
- GALLEGO, L. F. **O grande Gatsby**. Disponível em: <<http://criticos.com.br/?p=3832>>. Acesso em: 4 jan. 2015.
- LAZARD, J. L. **The American blackness of The great Gatsby**. Disponível em: <<http://uppitynegronetwork.com/2013/06/04/the-american-blackness-of-the-great-gatsby/>>. Acesso em: 3 jan. 2015.
- O GRANDE Gatsby. Direção de Jack Clayton. USA: Newdon Productions & Paramount Pictures; Paramount Pictures, 1974. 1 DVD (138 min); son.
- O GRANDE Gatsby. Direção de Baz Luhrmann. USA: Baz Luhrmann; Warner Bros., 2013. 1 DVD (142 min); son.
- OLIVEIRA, M. P. **Laços entre a tela e a página**. Disponível em: <<http://www.joaogilbertonoll.com.br/estudos.html>>. Acesso em: 23 jul. 2005.
- PERINI, C. M.; QUIANZALA, G. M. C. Uma leitura do romance The great Gatsby de Franz Scott e os mitos que o constituem. **Revista Ícone**, Natal, n. 11, p. 81-90, jan. 2013.
- RAJEWSKY, I. O. Intermedialidade, intertextualidade e “remediação”: uma perspectiva literária sobre a intermedialidade. In: DINIZ, Thaís Flores Nogueira (Org.). **Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1, p.16-45.
- SINAY, I. **Crítica: O grande Gatsby e o exagero de Baz Luhrmann**. Disponível em: <<http://www.posfacio.com.br/2013/06/07/critica-o-grande-gatsby-e-o-exagero-de-baz-luhrmann>>. Acesso em: 1 jan. 2015.
- STAM, R. Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 51, p. 19-53, jul./ dez. 2006.
- VIVIANI, L. **É proibido fumar**. Disponível em: <<http://jpress.jornalismojunior.com.br/2013/10/proibido-fumar>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

RIR PARA NÃO CHORAR: O RETRATO CRÍTICO DA MULHER DE CLASSE MÉDIA NA CRÔNICA DE LUIS FERNANDO VERISSIMO

Daniele Gaio Hoffmann¹

Luiz Rogério Camargo²

RESUMO

Este artigo teve como objetivo fundamentar o pressuposto de que Luis Fernando Verissimo se utiliza do humor como instrumento de crítica social aos comportamentos e aos costumes da classe média brasileira. Para tanto, foram analisadas quatro crônicas do autor, inéditas em livro, que fazem parte da compilação *Amor Verissimo*. A figura feminina está presente em quase todas as crônicas da obra em questão. Sendo assim, tomamos como objeto de estudo e análise a figura feminina, casada e de classe média. Damos início à pesquisa com a fundamentação teórica sobre o gênero textual crônica e também sobre algumas perspectivas acerca da teorização do riso, conceitos que sustentam o recurso fundamental que Verissimo utiliza em suas constatações do dia a dia, ou seja, em suas crônicas literárias. Um dado verificado se sustenta no destaque dado à voz feminina indo ao encontro das inúmeras conquistas da mulher contemporânea, que ainda estão sendo construídas, mas que, na forma literária, já deixam de ser personagens títeres e representam, de alguma forma, a mulher com vontade própria, com escolhas bem definidas e papel social demarcado.

Palavras-chave: Crônica. Riso. Mulher. Classe Média.

¹ Aluna do 6º período do curso de Letras Português – Inglês da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: danielegh@gmail.com

² Doutorando em Literatura pela UFPR. Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: lrcamargo.roger@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Luis Fernando Verissimo nasceu em Porto Alegre no ano de 1936. Escreveu diversos livros e está entre os autores mais populares do Brasil; a partir do ano 2000, foi recordista de vendas no país, segundo dados da *Revista Veja*, matéria de capa *O autor que é uma paixão nacional* (GRAIEB, 2003, p. 75-80). Além disso, no *Jornal da Biblioteca Pública do Paraná – Cândido* – de fevereiro de 2013, lemos que Verissimo “é considerado um dos melhores cronistas brasileiros: ele decifra a comédia da vida privada e pública e tem leitores em todo o país” (SANTOS, 2013, p. 25).

As crônicas humorísticas de Verissimo tratam – geralmente – de temas descontraídos e pertinentes aos fatos sociais comuns à classe média. Longe de provocarem o riso gratuito, são construídas denotando, em geral, crítica aos costumes da referida camada social brasileira.

Verissimo é um escritor que se vale do humor em panoramas descontraídos do dia a dia, sendo a comicidade um dos principais traços de suas crônicas. Além disso, o cronista consegue usar poucas palavras e dizer muito de forma quase descompromissada, suscitando a comicidade “no” e “do” simples.

A obra *Amor Verissimo* foi publicada em 2013 pela editora Objetiva e inspirou a série, de mesmo nome, veiculada no canal televisivo GNT, dirigida por Arthur Fontes. Trata-se de um livro de crônicas que traduzem os encontros e desencontros dos mais diversos casais e tem entre seus temas as cantadas, a paixão, a possessividade, a fidelidade, a traição, a mentira e o sexo. O livro é composto por cinquenta crônicas, sendo 32 inéditas em livro.

O retrato dos relacionamentos delineados nas várias crônicas de *Amor Verissimo* já vem circunscrito no título, ou seja, aquilo que lemos nada mais é do que algo muito verdadeiro, real e, muitas vezes, exato. O sufixo *issimo*, além da brincadeira com o nome do autor, também denota a intensidade (e muitas vezes o exagero) com que o amor nos relacionamentos nasce e termina – e também sobrevive diariamente – deixando perceber que ele não é plano, mas tomado de reticências, entremeios, inseguranças e ironias. Nesse sentido, o humor pode ser uma ótima forma de encarar o amor.

Por ser considerado um dos expoentes cronistas da nossa contemporaneidade, a obra de Verissimo nos possibilita explorar variadas nuances literárias. Dada a tônica provocativa que o autor insere em suas crônicas e o fato de a figura da mulher estar inserida em quase todas as temáticas, nos propusemos aqui a discorrer sobre a construção do humor tangenciando a mulher casada e de classe média.

Segundo o relatório da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil (SAE, 2015), muito embora **classe média** seja um termo de uso comum, sua definição é desafiadora para os cientistas sociais, pois é arbitrária e tem pouca base teórica ou conceitual para sustentá-la. Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE, 2015, p. 13), “na verdade, o conceito de classe média é apenas um instrumento analítico capaz de organizar e hierarquizar a heterogeneidade das famílias brasileiras de tal forma a identificar o grupo no meio da pirâmide social”.

Nosso objetivo é, portanto, fundamentar o pressuposto de que Verissimo se utiliza do humor como instrumento de crítica social. Buscamos por meio da leitura analítica e reflexiva de crônicas inéditas e previamente selecionadas apreender e depreender o olhar humorístico e crítico desse autor. Além de oportunizar e despertar reflexões por meio da sua fluida narrativa cômica, Verissimo traça um desenho crítico da nossa sociedade, ou seja, delinea humoristicamente os fatos do cotidiano e também as atitudes e os comportamentos da classe média brasileira.

Esta pesquisa retrata esses aspectos e enfatiza a figura feminina, que assume as mais diversas imagens, muitas vezes estereotipadas, tratando, portanto, de domínios referenciais apoiados no humor. Para tanto, fundamentaremos brevemente o percurso do gênero textual crônica e, por conseguinte, abordaremos o riso.

Neste estudo analisamos quatro crônicas que evidenciam os estereótipos femininos, tendo como delimitação a descrição daquelas que são marcadamente casadas ou que o texto leve ao entendimento de o serem. Nosso recorte de pesquisa centralizou-se na figura feminina delineada por Verissimo em *Amor Verissimo*.

Esta pesquisa adotou o método exploratório/bibliográfico da obra de alguns autores que abordam o gênero textual crônica, além de livros que contemplam alguma fortuna crítica de teóricos do humor e da comicidade.

Além disso, foram utilizados livros, revistas científicas, jornais e artigos acadêmicos que exploram a proposta do projeto de pesquisa, procurando investigar e retomar as questões levantadas. A organização estrutural do artigo segue certa ordem na distribuição dos conteúdos, que se inicia a partir da introdução, contextualização do autor e sua relação com o gênero textual, e segue com seções dos tópicos analisados: a crônica, o riso e os resultados – as análises da figura feminina nas crônicas de Luís Fernando Verissimo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A CRÔNICA

A palavra crônica tem sua origem em *chronikós*, que em grego (*chrónos*) significa “tempo”. O termo designava, segundo Massaud Moisés (1983, p. 100), no início da era cristã, uma relação de acontecimentos ordenados segundo uma sequência cronológica.

Por sua vez, Paulo Cesar Konzen (2002) explica que com a tradução para o latim, de *chrónos* para *saturnus* (saturado dos anos), o termo passou a significar o registro dos fatos atuais, ficando assim as categorias tempo e espaço como os princípios interpretativos inspiradores, ou seja, a crônica assumia o registro dos fatos reais ao longo da sua evolução no tempo.

O objetivo da crônica, conforme pontua Antonio Candido (1992), era registrar, informar e comentar, o que a fez seguir atrelada ao jornalismo. Ao longo do percurso, a fórmula moderna passou também a divertir; a linguagem simples, sem rebuscamento, tornou-a descompromissada e o toque humorístico representou a ainda maior aproximação desse gênero literário ao nosso tempo. E não só isso: a brevidade e a graça peculiares divertem, inspiram e podem vir a provocar o leitor.

A crônica é, para Candido (1992), o gênero literário que se situa perto dos leitores e mantém o ar despreocupado e de leveza, retomando atos e sentimentos do homem e, muitas vezes, levando à crítica social. Portanto, o cronista é um observador agudo do cotidiano, é aquele que “fotografa” em palavras o cotidiano e ajusta à sua sensibilidade os acontecimentos que observa e, por meio da escrita coloquial, não só informa como diverte, revela e estimula reflexões.

Tal identificação se dá pelo caráter de proximidade, ou seja, pelas próprias características inerentes do gênero em relatar assuntos do cotidiano com naturalidade e leveza (e suposta despretensão), o que, por conseguinte, acaba recuperando a profundidade de significados, belezas e singularidades que colocam o gênero próximo à perfeição (CANDIDO, 1992).

Importa comentar a característica que permeia a alusão à crítica social, já que, por meio da crônica, Luis Fernando Verissimo constrói variadas denúncias ao seu tempo, com o ar despreocupado, leve e risível, que podem caracterizar profundos significados. A coloquialidade da linguagem empregada e a proximidade – dadas muitas vezes pela construção de estereótipos (algo que será abordado posteriormente) – que suas crônicas carregam acabam por implicar sugestões a serem exploradas pelo leitor e perpassam/carregam críticas à sociedade vigente.

O cronista é, para Candido (1992), o escritor, aquele que é inspirado nos acontecimentos e que, de modo singular, cruza a história de seu tempo e os fatos. Dada a etimologia da palavra **crônica**, que guarda a ideia de tempo, temos, segundo o autor, na crônica brasileira, um diálogo rápido e certo de tônica lírica, casual e irônica, o que, por sua vez, apresenta-se com o filtro subjetivo daquele que vê, sente, observa e então enriquece suas impressões e as compartilha com o leitor.

Já João Batista Ernesto de Moraes (1999) relata que a face contemporânea da crônica está ligada a um tempo curto, mínimo, o tempo do instante fugaz, de grandes e pequenas alegrias e tragédias cotidianas, ou seja, não há preocupação com os grandes períodos humanos.

A crônica é definida no Brasil como sendo um gênero híbrido, já que se enquadra tanto no gênero jornalístico quanto no literário. De acordo com Moisés (1983, p. 247): “A crônica oscila, pois, entre a reportagem e a literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial e a recriação do cotidiano por meio da fantasia”.

No que tange a crônica brasileira, Konzen (2002) a descreve como uma combinação de gêneros que engloba os conteúdos lírico, metafísico (reflexões de conteúdos filosóficos), narrativo, informativo, entre outros. Além disso, o autor cita o alaustamento do jornal, na segunda metade do século XIX, como o momento de abertura para publicação de textos curtos. Isso deu enfoque a esse gênero, além, é claro, de destacar o papel de alguns escritores brasileiros no trabalho de enlevamento da crônica à arte literária, como nos casos de José de Alencar, Machado de Assis, Lima Barreto, Raul Pompéia etc.

Konzen (2002) ainda relata que, embora a crônica tenha sido fruto do jornal, ou seja, tenha sido veiculada no e para o jornal, não se vale dos mesmos ares de objetividade comuns ao discurso jornalístico, caracterizando-se por uma fuga do simples registro dos acontecimentos por meio da instauração do lírico e do lúdico na necessidade da “verdade” jornalística. A crônica procura, assim, dar outra dimensão aos fatos e promover qualquer reflexão sobre a vida, os costumes, a política, os homens e situações cotidianas, o que dá à crônica a possibilidade de permanecer (KONZEN, 2002).

Candido (1992) diz que o cronista, uma vez amparado na verdade factual, pode desencadear o conhecimento ou reconhecimento do que o leitor está a fruir, ou ainda, por meio das impressões escritas pelo cronista, o leitor passa a ter conhecimento de determinado mote, o que nos leva ao dialogismo autor-texto-leitor.

Ademais, Moisés (1983) é o autor que vem explicar que existe poesia residindo nas crônicas literárias. Ele descreve a instância da poesia no interior dos acontecimentos cotidianos e na sensibilidade do cronista, e explica que o meio termo entre o acontecimento e o lirismo parece ser o lugar ideal da crônica.

Nesse sentido, Luiz Roncari (1985, p. 14) explica que:

O cronista é o sujeito que retrata o tempo, canta a imagem do turbilhão que remexe a ordem do mundo e não deixa nada fixo no lugar. Como o narrador do romance, vê o cotidiano com um olhar estranho, alguém capaz de observar e julgar o movimento, a mudança, e alertar para o que tem de extraordinário o que parece corriqueiro, sólido, estabelecido.

E é nesse percurso – bastante dialógico – que Jorge de Sá (1987) enfatiza que um cronista é, então, a antena de seu povo. Além disso, a aparência de simplicidade que compõe uma crônica denota sua riqueza estrutural e não desfaz ou mitiga o artístico e a fiel recriação circunstancial da realidade, já que a experiência passada à arte literária a torna mais intensa, concreta e assegura permanência a esse gênero. Trata-se, portanto, de recriar a realidade que une a pluralidade de retalhos circunstanciais, extremamente rápidos, que exigem agilidade e habilidade do cronista, já que o real não é copiado, mas recriado.

O mesmo autor relata que para que se possam acompanhar os acontecimentos da vida, que são muito rápidos, o cronista necessita de agilidade, o que leva a crônica a ter a característica de uma sintaxe mais solta, mais próxima de uma conversa informal entre dois amigos. Essa aproximação da oralidade não exclui a magicidade elaborativa e o trabalho do cronista, que elabora diálogos a partir de uma aparência simplória, gerando toda a dimensão do gênero. O equilíbrio literário e a economia da rica estrutura das crônicas refletem o espontâneo, a provocação de visões, o sensível, o cotidiano recriado e também a aproximação do leitor. Na visão de Sá (1987), quem narra uma crônica é o seu autor, pois tudo parece ter acontecido de fato, o que leva os leitores a se situarem como se estivessem diante de uma reportagem ou notícia.

Portanto, descobrir a significação da crônica que se lê é o trabalho que o leitor precisa fazer; uma vez sendo dialógica, ela parte do princípio de um construto interacional que necessita de leitura crítica após uma fruição inicial (SÁ, 1987).

2.2 A CRÔNICA E O JORNAL

Moisés (1983) relata que, no século XIX, a palavra crônica tinha um sentido estritamente literário, mas obteve ampla difusão através da imprensa. Foi por meio dos jornais que o gênero se beneficiou, resultando em um caráter ambíguo de ser no e para o jornal, mas, diferenciando-se, sobremaneira, das matérias jornalísticas por ter como inspiração o cotidiano, ou seja, não visava unicamente à informação, mas tinha intenção de transcender o dia a dia. Tal proposição acarreta, como diz o autor, em o cronista ser “o poeta do cotidiano”, que ajusta aos acontecimentos doses de fantasia e “reage de imediato ao acontecimento, sem deixar que o tempo lhe filtre as impurezas ou lhe confira a dimensão de mito” (MOISÉS, 1983, p. 247-248).

Nesse percurso, destacamos que Verissimo, nosso objeto de pesquisa, é um cronista que ficcionaliza o cotidiano, ou seja, não se vale necessariamente de verdades factuais, uma vez que, por meio da escrita literária, transcende os fatos puramente, passando-os assim para o efêmero. Pode-se assumir, portanto, que por meio da maneira como narra suas crônicas – no limite do factual e da ficção – vem atingir a atemporalidade.

Importa ressaltar, portanto, que as crônicas publicadas em jornais, de acordo com Moisés (1983), tendem ao esquecimento devido à proximidade com a reportagem, porém, quanto mais próxima da literatura, menos ela corre tal risco, pois maior será a chance de ser analisada criticamente. Além disso, é interessante destacar que o autor explica que, quando inseridas em livros, as crônicas passam a ser salvas do esquecimento a que estão comprometidos os escritos veiculados unicamente nos jornais, que se perdem na atividade diária desse veículo.

Para Davi Arrigucci Junior (1987), a crônica muitas vezes sai vitoriosa do duelo entre a eventualidade e sua primeira destinação – o jornal – quando, por mérito literário intrínseco, atinge a atemporalidade. Isso ocorre devido ao caminho percorrido desde a sua origem, o jornal, até sua edição em livro, que garante a sua permanência. Como sugere Eduardo Portella (1958), “o enriquecimento poético da crônica é a maneira mais eficaz de fazê-la transcender, de fugir ao seu destino de notícia para construir o seu destino de obra de arte literária” (PORTELLA, 1958, p. 86).

Enfatizando o caráter literário do gênero, Afonso Romano de Sant’Anna (2000) metaforiza o conceito de crônica ao enumerar o que alguns cronistas brasileiros também se propuseram a conceituar, ou seja, as reflexões metalinguísticas sobre o seu ofício:

Machado de Assis dizia que o cronista é uma espécie de colibri que beija um assunto aqui, outro ali. [...] Verissimo diz que o cronista é como uma galinha: bota seu ovo regularmente, e Carlos Eduardo Novaes define as crônicas como laranjas: podem ser doces ou azedas, e ser consumidas na poltrona da casa ou espremidas na sala de aula (SANT’ANNA, 2000, p. 201-205).

Conforme nos elucidava Afrânio Coutinho (1986), a fonte temática das obras dos ensaístas e cronistas de outrora era o espetáculo da vida e do mundo, que tematizavam ora se divertindo com ele, ora motejando e moralizando a seu respeito – onde interessava tudo que era atividade humana. Dessa perspectiva, ao longo do tempo, percebe-se que ainda é essa a atitude dos cronistas nos variados jornais brasileiros, em especial Luis Fernando Verissimo, cronista que de fato nos permite concordar com as observações de Coutinho.

2.3 O RISO

O riso é inerente ao comportamento humano, pois, como relata Henri Bergson (2007), “não há comicidade fora daquilo que é propriamente humano” (BERGSON, 2007, p. 4). Dessa forma, propomos aqui um brevíssimo delineamento das características do riso e, uma vez que o sentido humano deste nos é conhecido desde sempre, não trataremos o conceito de humor separadamente. Os tomaremos, portanto, como análogos, no amplo e genérico sentido.

Ressaltamos ainda que não tentaremos formular teorias sobre o riso, uma vez que há inúmeros autores que descrevem tal conceito, mas amparar-nos-emos em alguns autores que, desde Aristóteles, já conceituaram e estudaram o riso. Posto isso, pois não nos fogem os amplos estudos que caberiam a cada termo. Faremos, a seguir, um breve relato e algumas considerações acerca do riso.

Para Freud (apud D’ANGELI; PADUANO, 2007, p. 73), o riso surgiu como “consequência de um movimento agressivo que denota a presunção de superioridade de quem ri em relação ao objeto do riso”, ou seja, surge como a refutação da própria identificação com o outro. O exemplo que os autores utilizam é o da superioridade do adulto em relação à criança, já que suscita o riso pela identificação com a criança: “ele faz como eu fazia quando era criança” (D’ANGELI; PADUANO, 2007, p. 273).

Os autores supracitados explicam que ocorre no riso um movimento de identificação e de agressão com o outro, gerando, portanto, ambiguidade. Explica-se tal proposição na divisão dos ditos espirituosos e tendenciosos, nos quais os primeiros podem ser inocentes ou inofensivos, proporcionando prazer pelo jogo formal que oportunizam, e os segundos pelo disfarce que exprimem naquilo que é proibido exprimir. Além disso, a comicidade está relacionada à repressão, ou seja, no riso ocorre uma liberação do reprimido.

Nesse percurso, os autores explicam que os efeitos cômicos são produzidos atrelados à presença de três pessoas: a primeira produz o motivo do riso, a segunda é o objeto do riso e a terceira é a única que ri, sendo essa a que poupa o trabalho psíquico que equivale à força da inibição, da repressão ou da remoção da ideia, tendo seu prazer nessa economia, uma vez que se se exigir dispêndio mental dessa terceira pessoa, o motivo do riso se perde (D’ANGELI; PADUANO, 2007, p. 275).

Interessa notar que a terceira pessoa precisa estar em acordo psíquico com a primeira, tendo as mesmas inibições interiores que o esforço superou na primeira. A diferença entre a primeira e a terceira pessoa, a que não ri e a que ri, ou ainda, o autor do texto literário e o público, está no fato de que a primeira pessoa está integrada ao prazer da impressão suscitada por causar o riso (D’ANGELI; PADUANO, 2007, p. 275-276).

Aquilo que é cômico, para Bergson (2007), exige algo que anestesie o coração e, já que apresenta um viés puramente intelectual, “o riso não tem maior inimigo que a emoção” (BERGSON, 2007, p. 3). O autor sustenta que o riso surge quando os homens reunidos, a sociedade em si, volta sua atenção para um homem, calando a sensibilidade e valendo-se apenas da inteligência. Segundo Bergson (2007, p. 4), “Para compreender o riso, é preciso colocá-lo em seu ambiente natural, que é a sociedade; é preciso, sobretudo, determinar sua função útil, que é uma função social. O riso deve ter uma significação social”.

Bergson (2007, p. 4) magistralmente relata que não há, pois, como rir do cômico sem o outro:

Não desfrutaríamos o cômico se nos sentíssemos isolados. O riso parece precisar de eco. [...] O nosso riso é sempre o riso de um grupo. Ele talvez nos ocorra numa condução ou mesa de bar, ao ouvir pessoas contando casos que devem ser cômicos para elas, pois riem a valer. Teríamos rido também se estivéssemos naquele grupo. Não estando, não temos vontade alguma de rir.

Charles Baudelaire (apud MINOIS, 2003, p. 534) enfatiza que a força do riso não está no objeto do riso, mas em quem ri, pois nada é cômico em si mesmo, ou seja, o riso está na intenção do que ri do cômico. O que ri não é aquele que cai, a menos que este tenha adquirido a força de desdobrar-se rapidamente e apenas assistir como espectador desinteressado aos fenômenos do seu eu, o que é raro (BAUDELAIRE apud MINOIS, 2003, p. 534).

D’Angeli e Paduano (2007) dizem ainda que, em função das características do cômico, tem-se uma função moral precisa e bastante útil para a sociedade, que é o fato de que com o riso nós reagimos a qualquer rigidez individual do caráter, do espírito e do corpo. Essas características, que levam o riso a uma espécie de castigo, com o qual a sociedade reprova os defeitos de comportamento dos indivíduos e também os defeitos morais, colocam o cômico como conformista, exprimindo os costumes, as ideias e os preconceitos que prevalecem em sociedade (D’ANGELI; PADUANO, 2007, p. 277).

Ao diferenciar o cômico do humorismo, os autores supracitados apontam que todas as criações do sentimento humano podem ser materiais do humorismo, visto que este não é somente bondoso, mas nasce do despeito, do desdém e de modos de ver os fatos. Sendo assim, é uma luta onde a reflexão nulifica a ilusão. O humorista, portanto, desconstrói a ilusão para representar também seu lado doloroso, ou seja, ocorre uma desarticulação das formas e mecanismos, então prefixados, que norteiam a vida social rigidamente, que bloqueiam e obrigam os homens a usarem máscaras fixas, impedindo-os de se relacionarem autenticamente com as dimensões mais profundas da realidade e da psique humana. Assim, o humor mostra as antíteses que se escondem e, muitas vezes, o riso amargo culmina em conhecimento (D’ANGELI; PADUANO, 2007, p. 279-280).

Pode-se dizer, dado o que foi citado, que há em algumas crônicas literárias a função moralista levantada. Ou seja, por meio do riso podem-se suscitar questionamentos, reflexões, o que, por sua vez, pode vir a promover, talvez, a razão pelo processo de reflexão daquele que ri sobre o motivo, a causa do riso, algo como: “porque eu ri do que eu ri?” “há razão no que eu rio?” “o que me faz rir disso?”.

Konzen (2002) explica que foi Aristóteles quem formulou a teoria de que a causa do riso perpassa a percepção do ridículo, sendo esse elemento essencial na comédia.

Já Bergson (2007) afirma que para rirmos precisamos nos despir do sentimentalismo, atrelando o riso à inteligência. Por outro lado, Umberto Eco (2006) aponta o riso sério, o humor culto, que se revela pela ironia. Eco (2006, p. 81) cita que “não percebemos, mas rimos (ou sorrimos) de nós mesmos”.

Para Verissimo (apud KONZEN, 2002), a função primordial da comicidade “é manter viva uma ideia de irreverência [...] de que nada deve ser reverenciado, de que nada é sagrado, tudo pode ser questionado, criticado, e, sendo criticado, pode ser melhorado”.

Konzen (2002) explica que a construção dos discursos cômicos visa primordialmente quebrar as certezas da sociedade por meio do riso. Complementando essa ideia, Bergson (2007) aponta que o sentido do riso se relaciona aos costumes e valores próprios de cada época ou grupo social.

É, portanto, o humorista quem deve encarnar a atitude de demonstrar a impotência da condição humana, ou seja, destacar os contrastes entre o ser e o parecer, evidenciando as fissuras de comportamentos (KONZEN, 2002).

2.4 O OLHAR DO CRONISTA

Na apresentação do livro *O nariz & outras crônicas* (1996), Verissimo discorre sobre a conceituação do gênero crônica, lançando mão de metáforas e humor característicos, deixando visível a diversidade de leitores e de interesses temáticos:

A discussão sobre o que é, exatamente, crônica é quase tão antiga quanto aquela sobre a genealogia da galinha. Se um texto é crônica, conto ou outra coisa, isso interessa aos estudiosos da literatura, assim como se o que nasceu primeiro foi o ovo ou a galinha interessa aos zoólogos, geneticistas, historiadores e (suponho) ao galo, mas não deve preocupar nem o produtor nem o consumidor. Nem a mim nem a você. [...] Há uma diferença entre o cronista e a galinha, além das óbvias (a galinha é menor e mais nervosa). Por uma questão funcional, o ovo tem sempre o mesmo formato, coincidentemente oval. O cronista também precisa respeitar certas convenções e limites, mas está livre para produzir seus ovos em qualquer formato. Nesta coleção existem textos que são contos, outros que são paródias, outros que são puros exercícios de estilo ou simples anedotas e até alguns que se submetem ao conceito acadêmico de crônica. Ao contrário da galinha, podemos decidir se o ovo do dia será listado, fosforescente ou quadrado. Você, que é o consumidor do ovo e do texto, só tem que saboreá-lo e decidir se é bom ou ruim, não se é crônica ou não é. Os textos estão na mesa: fritos, estrelados, quentes, mexidos... Você só precisa de um bom apetite (VERISSIMO, 1996, p. 3-4).

Na crônica intitulada *Da ironia*, Verissimo discorre sobre o tema tão presente em seus textos:

Escrever com ironia é um pouco como escrever em código: a comunicação só funciona se na outra ponta houver um decodificador. Quem se mete a escrever irônica ou satiricamente precisa saber que nem todos têm o decodificador. Não se trata de o leitor ser mais ou menos perspicaz. Ele às vezes simplesmente não tem a informação que o emissor pressupõe que ele tem, ou não tem tempo nem saco para ficar decifrando mensagens crípticas que querem dizer o contrário. Ou – o que é mais comum – o emissor não soube transmitir bem a sua intenção (VERISSIMO, 2002).

Percorremos brevemente os conceitos teóricos da crônica e do cômico devido ao fato de a crônica, muito embora tenha se originado de publicações em folhetins e jornais, ter transcendido o tempo e ganhado viés literário. Nesse sentido, Luis Fernando Verissimo, que torna cômico e risível o cenário cotidiano, muitas vezes ironizando ou desvendando fraquezas, defeitos e possibilidades, imprime em suas crônicas os comportamentos cotidianos da sociedade com tamanha perspicácia que é, como dito anteriormente, um dos mais populares escritores brasileiros.

Dito isso, nos propomos aqui a analisar algumas crônicas selecionadas do livro *Amor Verissimo*, verificando a contextualização da figura da mulher. A partir disso, analisaremos os estereótipos traçados, o humor empregado, os conflitos construídos, a realidade que Verissimo traça e que em sua representação vem causar o riso.

3 RESULTADOS

Candido (1992, p. 14) explica que:

a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou singularidade insuspeitadas.

Por meio da análise reflexiva e discursiva pretendemos compreender os caminhos pelos quais Verissimo percorre, objetivando suscitar o humor nas abordagens do matrimônio, assim como delinear o perfil das mulheres retratadas, descrevendo algumas das marcas explícitas e implícitas nas atitudes abordadas, buscando, por fim, ler além do dito.

Como o propósito neste estudo é rastrear algumas representações da imagem feminina e a percepção feminina do casamento, foram selecionadas quatro crônicas do livro *Amor Verissimo*, a saber: *A vida não é uma comédia romântica*; *Intimidade*; *Corno lírico*; e *Tubarão mecânico*.

Não há muita diversidade quanto aos perfis femininos representados nas crônicas em *Amor Verissimo*. O autor dá tons a alguns estereótipos marcados de mulheres adultas, casadas e de classe média, que vão desde aquela que não esquece o ex-marido (VERISSIMO, 2013, p. 19) até aquela que é casada e se apaixona por outro homem no consultório médico, mas não se separa em nome da família (VERISSIMO, 2013, p. 11). Há até mesmo aquela que, idolatrando a tia, sente-se insegura ao perceber o súbito interesse de seu marido pela “fantástica” tia Amanda (VERISSIMO, 2013, p. 103).

Assim, Verissimo vai descrevendo os meandros femininos e, pela descrição, não raro minuciosa, provoca reconhecimentos, pois nos aponta atitudes e comportamentos bastante característicos do feminino. Nas crônicas analisadas, com linguagem coloquial e permeada de alusões cômicas, sarcásticas e não menos corriqueiras, o autor nos provoca o riso.

Todas as visões reflexivas apresentadas por meio das crônicas de Verissimo possibilitam maior entendimento sobre a sociedade em que vivemos e sobre o próprio indivíduo dessa e nessa sociedade. Falaremos agora sobre os perfis das mulheres e como esse autor retrata as múltiplas representações do casamento.

3.1 A MULHER, O CASAMENTO E O ESTEREÓTIPO

A figura feminina está inserida em quase todas as crônicas do livro *Amor Verissimo*, assumindo as mais diversas imagens, que vão desde a fantástica mulher do vizinho: “Sérgio abriu a porta e era a mulher do vizinho. A fantástica mulher do vizinho” (VERISSIMO, 2013, p. 55) até aquela casada há décadas e que se choca com perguntas aleatórias do marido: “Eu ouvi a pergunta. Só não estou acreditando. Há quarenta anos você vive com essa dúvida?” (VERISSIMO, 2013, p. 49).

O casamento é, em várias sociedades, um rito muito significativo, no qual se configura o compartilhamento de vidas. De acordo com Luciane Medeiro Machado (2007), estabelecemos relacionamentos durante a vida e somos constituídos por esses vínculos. A necessidade que sentimos em estar com o outro é algo típico do ser humano.

Conforme Jablonski (apud MACHADO, 2007, p. 24), “o casamento contemporâneo sofre influências de diversos fatores, tais como: amor, sexualidade, dupla jornada de trabalho feminina, divisão de tarefas dentro de casa, natureza e outros determinantes da satisfação conjugal” (MACHADO, 2007, p. 24). Essas e outras nuances se apresentam nas diversas crônicas do livro analisado, uma vez que Verissimo trabalha com personagens estereotipados.

Tal afirmativa decorre dos diversos delineamentos dados às personagens femininas, tais como: o estereótipo de corpos esculpidos, como o exemplo citado anteriormente sobre a “fantástica mulher do vizinho”, bem como o da mulher casada que trai o marido e é descrita como “a infiel se chamava Rosa” (VERISSIMO, 2013, p. 31).

Dylia Lysardo-Dias (2007, p. 26) nos aponta que as representações estereotipadas estabelecem aproximação e reconhecimento, uma vez que evocam o “domínio referencial marcado pela convencionalidade”. Na ótica da Análise do Discurso, Michel Pêcheux (1975) descreve que a noção de estereótipo é pré-construída, o que implica em dizer que há mobilização dos conhecimentos prévios, ou seja: essa noção de pré-construído pode ter a dimensão de saber sobre o que se apoia a asserção do enunciador, dimensão de pressuposição.

Para que haja a compreensão do ato enunciativo, toda uma evidência anterior precisa ter sido estabelecida. Por se tratar de um domínio referencial, Verissimo (2013) se apoia nos estereótipos para mobilizar o humor e, algumas vezes, a ironia. Essa última vem sempre sob o aspecto cotidiano, ou seja, não é necessário muito esforço para sua compreensão, visto que a ironia está calcada em nosso dia a dia, facilitando a percepção da duplicidade de sentido, inversão ou diferenças entre a mensagem enviada e a pretendida.

Nota-se que a função do cômico produzida por Verissimo ganha, por vezes, o viés de crítica aos costumes, quando este insere personagens estereotipados, e, além disso, perpassa toda a sua produção discursiva incorporando aquilo que é de interesse da sociedade. Em outras palavras, as crônicas não somente incorporam de forma cômica as tensões sociais no campo dos relacionamentos, como visto em: “todo mundo sabia que a mulher do Ferreira o enganava” (VERISSIMO, 2013), mas também escancaram as “baboseiras” que dizemos em início de namoro/relacionamento, como em a “carta toda escrita como se fosse de uma criança para seu ursinho de pelúcia” (VERISSIMO, 2013). Isso nos permite enxergar o texto cômico como aquele que possibilita a reflexão sobre a nossa cultura, tanto pelos seus anseios como pelas interdições impostas – aquilo que é coercitivo, proibido, “pecaminoso”.

A partir das tônicas consideradas, evidenciaremos agora alguns dos estereótipos femininos, nos limitando a descrever aqueles que são marcadamente de mulheres casadas ou que o texto leve ao entendimento de o serem. Nosso objeto de análise se limita a algumas das crônicas inéditas em livro.

3.2 ANÁLISE DAS CRÔNICAS – AMOR VERISSIMO

Em *A vida não é uma comédia romântica*, *Intimidade*, *Corno lírico* e *Tubarão mecânico*, têm-se alguns dos delineamentos feitos quanto ao casamento e o papel social da mulher, ou seja, não somente o papel feminino, mas também o papel da instituição familiar (o casamento e suas implicações). Advertimos que o exposto não se trata de regras, mas de uma análise generalizada sobre características e comportamentos, ou seja, estereótipos. Nas crônicas citadas são retratados estereótipos de mulheres adultas e casadas, com características que abrangem, por exemplo, a mulher grávida e sensível, a que é infiel e a ressentida.

Importa dizer ainda que não pretendemos lançar aqui uma análise extensa, nem delinear o percurso histórico da luta feminina, que retoma tempos de outrora. Sendo assim, buscaremos evidenciar na sequência as implicações do casamento e da figura feminina na contemporaneidade. Essas mulheres serão analisadas aqui tendo como fio condutor da pesquisa a Literatura, pois ao contrário da História, este campo avista o imaginário e as possibilidades, sem compromisso com “verdades oficiais”.

Embora muito se tenha evoluído nas configurações familiares, o papel da mulher é ainda bem marcado, pois na própria definição de casamento se tem implícitas várias características de formalidade. Maria de Fátima Araújo (2002) explica que a “união que associa amor, sexualidade e casamento é uma invenção da era burguesa”, e, portanto, o amor-paixão fundamentando o casamento é algo moderno. Instaura-se, com o casamento, um ideal de conjugalidade, repleto de expectativas e idealizações, como a ideia de que o casamento é lugar de felicidade.

Pode-se dizer que os ideais de amor romântico, de união única e eternizada, bem como da figura feminina fragilizada não ganham o mesmo espaço que já ganharam na literatura, mas contrastam bastante com aquelas personagens dos romances literários que se submetiam aos incontáveis silêncios, verdadeiros estereótipos da passividade feminina. Nas crônicas aqui analisadas, elas não são mais aqueles vultos femininos que não tinham voz, nem são aqueles meros apêndices do masculino e do próprio papel.

Por se tratar da obra de um autor contemporâneo, o que vemos são perfis femininos de mulheres autônomas, fortes e que assumem papéis que insistem em marcar diferenças. As mudanças de ideais, de comportamento e de atitudes ganham contornos diversos.

3.2.1 “Corno Lírico”

Rosa é uma mulher adorada por seu marido, mas é infiel, o que leva o marido a ser jocosamente apelidado de corno lírico pelos amigos. Ele, por sua vez, ainda escreve e recita poesias à esposa. Sobre isso poderíamos abordar diversas teorias, porém nos abstermos em destacar as práticas que ferem os ideais do matrimônio idealizado e que antes eram evidenciadas na literatura como uma prática quase exclusivamente masculina. Nesta crônica, há ainda a passagem “[...] o amante atual da Rosa, sabiam todos menos o Ferreira [...]” (VERISSIMO, 2013), em que se infere que a infidelidade toma proporções de casualidade ou que não traz muita novidade.

O uso do humor ameniza o exposto, ou seja, a estigmatização em torno da infidelidade devido às imposições culturais e sociais. Tal tema é fator de transgressão à exclusividade esperada no casamento. Essa estigmatização social ganha contornos no apelido que Ferreira ganhou de seus amigos, ou seja, “Corno Lírico”. Zygmunt Bauman (2004) explica que vivemos um momento de dissolução da solidez dos relacionamentos, em que os laços humanos se constituem de maneira frágil, flexível, pois se encontram em frenético e constante movimento. Isso evidencia, nesse percurso, que o amor e o casamento também passam a ser vivenciados de maneira insegura, de modo que a infidelidade conjugal é sempre um receio, além de, não raro, ser motivo de piada diante da sociedade.

Quando se pré-estabelecem condições morais e essas são rompidas por um ou outro, temos um tema não só complexo como polêmico, já que há repercussões diversas. Na crônica citada, Verissimo nos deixa manter a condição de corno lírico do personagem quando face a uma indagação feita à mulher, o marido apenas silencia, se distrai e procura uma rima para desgosto: “Os amigos estranharam. O Corno Lírico estava distraído. Quietos. [...] Dali a pouco, perguntou para a roda: – Qual a rima pra ‘desgosto’?” (VERISSIMO, 2013, p. 33). O que nos leva até mesmo a levantar o elemento de ousadia diante da tradição cultural que ainda hoje tem suas reverberações, ou seja, há na crônica um que de inversão de ordem, um valor de posse do protagonismo por parte da Rosa, a esposa infiel.

Neste percurso, a expectativa que a sociedade cria nos indivíduos, por colocar par a par o amor, a paixão e o casamento, acaba gerando expectativas, como essa que Verissimo retratou. Os desejos humanos ficam presos dentro de exigências que nem todos conseguem cumprir. É claro que a prática matrimonial varia entre cada indivíduo, assim como as expectativas e o contexto sociocultural. Porém, aqui evidenciamos que se retratou a infidelidade feminina com a mesma naturalidade até então atribuída somente à infidelidade masculina, ou seja, sem escândalos, exílio ou morte (podemos citar, por exemplo, as personagens Capitu, de *Dom Casmurro*, e Luísa, de *O primo Basílio*). Além disso, temos a noção do casamento contemporâneo influenciado por valores individuais, ou seja, a relação conjugal se constitui mais da autonomia e satisfação da personagem Rosa do que da relação entre os dois.

Essa crônica nos permite identificar que o riso também pode se render a punir os costumes, como descrito por Aristóteles, o que equivale a dizer que as situações cômicas também servem para apontar uma realidade abafada pelo riso.

3.2.2 “A Vida não é uma Comédia Romântica”

Em *A vida não é uma comédia romântica*, a personagem Maria Alice, grávida do primeiro filho, enquanto aguarda ser atendida no consultório médico, troca algumas palavras com um homem que, esperando a esposa sair da consulta, oferece à primeira uma revista e faz uma piada com o ano de publicação do exemplar. Do gracejo feito, acabam por rirem e se apaixonarem um devido ao outro pelo humor evidenciado e bastante corriqueiro, quase senso-comum, de em consultórios médicos as revistas serem sempre exemplares antigos, nada atuais. Essa aproximação despertou a paixão. O desenrolar revela o título dado à crônica, assim, novos encontros casuais entre os apaixonados ocorrem, evidenciando não somente as implicações da maternidade, mas as imposições advindas desta, além das culturais e sociais que se destacam e, de certa forma, dão a ideia de afugentar qualquer possibilidade de compromisso com a nova paixão.

Maria Alice, por se encaixar num modelo estereotipado, toma proporções de diversas mulheres que poderiam se encontrar no cotidiano descrito: uma mulher grávida que visita seu médico em um dia banal e, na explosão hormonal que a gravidez traz, deixa-se encantar por um homem que lhe dirige uma piada bastante inserida no senso comum.

Toda a representação do modo como decidiram não viver o romance delineia certa luta interior entre o imaginado, o sonhado e a limitação imposta pela vida real, pela concretude dos caminhos anteriores à paixão. Ressaltamos aqui a sutil comparação feita com os encontros em salas de espera e a constatação das eternas despedidas, pois o que o cronista fez foi destacar o lirismo inesgotável do cotidiano, marcando a paixão ocorrida num dia banal e norteador-a no dinamismo da vida dos personagens.

Esse retrato da paixão, normalmente frustrada, alimentada por meio das próprias dificuldades, retoma elementos românticos, tais como a impossibilidade, o amor platônico e a imaginação, e o “aquilo que poderia ter sido” se torna elemento da vontade. Em contrapartida, muito embora a mulher contemporânea tenha assumido todas as possibilidades e responsabilidades do seu novo lugar no século XXI, ou seja, não mais coadjuvante socialmente, o papel materno se desenha tão marcado como sempre fora.

Não raro as implicações advindas com a maternidade e a constituição familiar se tornam bastante importantes, algumas vezes sendo o papel principal da mulher. A relação conjugal é sempre relevante para o desenvolvimento emocional dos filhos, e na crônica analisada ficam apenas aspectos vagos de uma paixão, que nada traz de um querer genuíno por parte feminina.

Além disso, temos nessa crônica um delineamento outro de infidelidade, aquele que abrange o ato romântico e sexual com outro que não com seu cônjuge, uma vez que não há evidências de que Maria Alice tenha se envolvido efetivamente. A infidelidade, nesse caso, toma o viés definido por Adrian Blow Junior e Kelley Hartnett (2005) que descrevem que infidelidade abrange até mesmo o ato puramente emocional “cometido por uma pessoa que está numa relação de compromisso, onde tal ato ocorre fora da relação primária e constitui uma violação de confiança e/ou a violação de um acordo de normas (explícitas ou implícitas)” (BLOW; HARTNETT, 2005, p. 191-192).

Isso caracteriza, portanto, um vínculo afetivo, um encanto, sentimentos de paixão com atenções direcionadas a uma terceira pessoa que não aquela da relação primária, como lemos em: “E ela confessa que também pensou muito nele e no que poderia ter sido” (VERISSIMO, 2013, p. 12).

Fica assim apresentada a existência de tipos diferentes de infidelidade, ou seja, Verissimo retratou tanto a infidelidade sexual quanto a emocional, em casos distintos, e consideramos, superficialmente, que o impacto de cada uma varia em função do significado que atribuímos a sua natureza e consequências. Essa é uma questão que ganha contornos pessoais, pois sua importância se dá em valores individuais, do significado que é atribuído, e não nos cabe investigação desses valores.

Porém, cabe-nos evidenciar que cada pessoa tem uma história diferente e necessidades diversas e, por meio do riso suscitado, assim como da reflexão permitida, Verissimo nos aponta essa realidade encoberta – a de ter se apaixonado por outro – e expressa a inter-relação entre o mundo real e o dos sentimentos abafados pela consciência do papel familiar e do casamento, ou seja, aquilo tudo que vem escamoteado em nossa condição de seres socioculturais.

Pelo que temos estabelecido como pano de fundo em questão, ou seja, todo o contexto de ser mulher casada e com filho para cuidar, nos é permitido concluir que a mulher e o mundo em que ela se insere demarcam, enfim, o desfecho. Desfecho esse que pode ter sido utilizado sem o objetivo principal de causar o riso, já que a comicidade pode ter sido incorporada nos personagens, no narrador, nas situações cômicas e no tom irônico do desfecho que nos leva, talvez, mais à reflexão de condutas do que ao riso.

3.2.3 “Intimidade”

Em *Intimidade* lemos a diversidade de seres que expressam valores diferentes, habitam mundos diferentes e que por motivos diversos são sempre levados da divergência para a convergência. O riso proporcionado pela identificação das diferenças entre homem e mulher se dá aqui pelo efeito cômico atribuído aos costumes femininos e também à curiosidade que esses causam nos homens.

Há mais de 40 anos casados, surge a curiosidade repentina do marido em saber o motivo pelo qual a mulher pendura sua calcinha no boxe do banheiro. A escolha do cronista em se valer da oralidade, ou seja, do discurso direto entre os personagens, sem interrupção do narrador, proporciona características que nos remetem à conversação interpessoal face a face, o que marca a expressividade e a fluidez do texto, além de tornar mais real a conversa estabelecida.

O construto desse diálogo é bastante característico do gênero crônica, ou seja, é um tema puramente cotidiano, espontâneo e com tons de verossimilhança por se tratar de uma cena nada além de corriqueira, pois temos um casal que conversa trivialidades enquanto está deitado na cama. Nesse ponto, tanto a curiosidade dele quanto a não objetividade dela em responder uma questão banal, além da perplexidade recebida com a pergunta, proporcionam o riso e o reconhecimento dos costumes do cotidiano de casais (mesmo que esse reconhecimento se dê em um nível indireto, não vivenciado, mas lido, assistido etc.).

Além disso, é possível inferirmos que o desenrolar é algo bastante marcado do cotidiano de casais, dado a interferência do narrador ao concluir: “Ele já estava quase dormindo quando se deu conta. Ela não respondera à pergunta” (VERISSIMO, 2013, p. 50). Por conseguinte, inferimos que os homens costumam, diferentemente das mulheres, oferecer respostas lacônicas, nos levando ao cômico por identificar esses mundos tão divergentes. É um exercício de empatia, semelhança e proximidade.

O estereótipo da mulher, nesse caso, evidencia aquelas que, pelo saber popular, falam mais que os homens, divagam mais e não apresentam a mesma objetividade diante de indagações. Ítalo Calvino (1994, p. 121) descreve a multiplicidade da imagem quando discute a visualidade, na qual a produção cultural contemporânea é múltipla e impressa nas “redes de conexões entre os fatos, entre as pessoas, entre as coisas do mundo”. Nesse percurso, a trama de discursos constrói realidades plurais e emana de memórias coletivas, alcançando contornos do que nos é verossímil.

3.2.4 “Tubarão Mecânico”

Nessa crônica temos três casais e, portanto, o delineamento de três mulheres. Durante um jantar entre amigos surge, já no adiantado das horas, a sugestão de discorrerem sobre como os respectivos casais se conheceram e formaram. Dolores, a primeira a se pronunciar, é uma mulher casada há trinta anos, com três filhos e dois netos. Já Sibellis, embora casada há tanto tempo quanto Dolores, diz que seu casamento é fruto de um engano e acaba por interpelar o amigo e marido de Rosane, sua antiga paixão à primeira vista, este sequer sabia ou lembrava-se do incidente, passado há mais de 30 anos. Rosane, por sua vez, irrita-se com toda a repercussão da conversa e, em uma frase calcada no senso comum, diz que irá se entender com seu marido em casa, não o deixando falar nada.

Essa crônica, por sua vez, retrata o cotidiano de casais maduros, que mantêm relacionamentos duradouros e supostamente se encontram em estabilidade emocional. A quebra de linearidade ou expectativa, e mesmo o riso (abafado ou não), se dá pelo inesperado relato de algo íntimo diante de amigos de longa data, que, de maneira não menos impactante, envolve as pessoas do discurso.

A proporção inesperada que essa crônica ganha pode revelar questões acerca da satisfação pessoal de Sibellis sobre seu casamento. Além disso, é importante relatar o caráter polifônico situado pela inconclusibilidade a que os personagens são delineados, ou seja, o processo de evolução não é conclusivo, mas está em formação. No que tange às mulheres do discurso, temos o estereótipo das mulheres que relembram com mais facilidade fatos do relacionamento do que seus companheiros e a figura da mulher – Sibellis – que de um estado de mudez de sua consciência se torna sujeito de sua própria consciência, autorrevelando-se à custa do constrangimento dos demais.

Nesse caso, pode-se observar a retomada de si mesma, dos seus desejos não realizados, da sua voz abafada durante anos de casamento (enfim, do discurso), dessa mulher contemporânea que não mais se reprime diante do casamento e do homem, que outrora não costumava ter voz, passando então a se definir nos diálogos com outros sujeitos, revelando-se sujeito do seu próprio discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises referidas, fica evidente que Verissimo não utiliza a crônica apenas para constatar um fato atual ou para desenhar em letras o cotidiano. Acima disso, por meio de temas universais, como o amor e alguns de seus desdobramentos (o romance e o casamento, por exemplo), o autor dá contornos a personagens que não apenas protagonizam, mas reclamam reflexões críticas sobre nossa cultura, sobre nossa sociedade.

Conforme explica Sá (1985, p. 22), é na crônica que

nos deleitamos com a essência humana reencontrada, que nos chega através de um texto bem elaborado, artisticamente recriando um momento belo da nossa vulgaridade diária. Mas esse lado artístico exige um conhecimento técnico, um manejo adequado da linguagem, uma inspiração sempre ligada ao domínio das leis específicas de um gênero que precisa manter sua aparência de leveza sem perder a dignidade.

No que diz respeito ao objetivo dessa pesquisa, ficou bastante evidente que o olhar do cronista vai ao encontro do rico universo feminino, que inclui mulheres ousadas e multifacetadas, e que, diante de cenários cotidianos, explanam suas emoções, vontades e verdades.

A reflexão suscitada, ou ainda a provocação que o autor lança, é visualizada por meio da denúncia a certos padrões impostos socialmente, tais como os motes **infidelidade sexual** ou **emocional** (por parte da mulher), que muito embora a contemporaneidade lance um olhar menos fatalístico, ainda é motivo de escárnio social. Além disso, há as inúmeras renúncias a que a maternidade acaba por impor às mulheres, tal como a recusa de “Marias Alices” em aderir à paixão ao longo de suas vidas a fim de cumprir seu papel familiar-social. Claro que este último exemplo entra no campo do subentendido, já que a crônica é um relato rápido, sem pormenorizações, portanto, não nos cabe rotular ou tomar a conduta como regra.

Conforme visto em Bergson (2007, p. 5), “nosso riso é sempre riso de um grupo”, portanto, o riso demanda um convívio e pertencimento social, uma interação dialógica e sociolinguística, o que nos aproxima por inferirmos ou subentendermos, em um movimento de intuição empática, o outro.

Verissimo, por meio da linguagem informal e até do uso do discurso direto, não se distancia da realidade em que se inserem seus personagens e os dilemas destes. Ou seja, corroborando com Bergson (2007), as crônicas de Verissimo se tornam vias de riso e reflexão, uma vez que o riso provocado pela denúncia aos costumes não chega a ser exclusivamente negativo, pois, por meio da crítica aos costumes, pode-se buscar renovação social ou ainda a recuperação de um agir menos imposto socialmente.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. de F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 22, n. 2, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- ARRIGUCCI JR., D. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. **Enigma e comentário**: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-66.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BERGSON, H. **O riso**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BLOW JR., A.; HARTNETT, K. Infidelity in Committed Relationships I: A Methodological Review. **Journal of Marital and Family Therapy**, Washington, v. 31, n. 2, p. 183-216, Apr. 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1752-0606.2005.tb01555.x/pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Comissão para definição da classe média no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia-no-Brasil1.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANDIDO, A. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- COUTINHO, A. **A Literatura no Brasil**: relações e perspectivas. 3 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Niterói: EDUFF, 1986.
- D'ANGELI, C.; PADUANO, G. **O cômico**. Trad. Caetano Waldrigues Galindo. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- ECO, U. **Entre a mentira e a ironia**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- GRAIEB, C. O autor que é uma paixão nacional. **Veja**, São Paulo, n. 1793, p. 75-80, mar. 2003.
- KONZEN, P. C. **Ensaios sobre a arte da palavra**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- LYSARDO-DIAS, D. A construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. **Stockholm Review of Latin American Studies Issue**, v. 2, nov. 2007. Disponível em: <http://www.lai.su.se/polopoly_fs/1.135154.1368786310!/menu/standard/file/SRoLAS_No2_2007.pdf#page=26>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- MACHADO, L. M. **Satisfação e insatisfação no casamento**: os dois lados de uma mesma moeda? Uberlândia, 2007, 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**. Trad. Maria Helena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- MOISÉS, M. **A criação literária**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1983.
- _____. **A criação literária**: prosa II. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

- MORAES, J. B. E. **Um narrador irrequieto e o riso do crioulo doido**: uma análise das crônicas de Stanislaw Ponte Preta. Araraquara, 1999. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Araraquara, 1999.
- PÊCHEUX, M. **Les vérités de la Palice**: linguistique, sémantique, philosophie. Paris: Maspero, 1975.
- PERLIN, G. D. B. **Casamentos contemporâneos**: um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal. Brasília, 2006, 296 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- PORTELLA, E. A cidade e a letra. In: _____. **Dimensões I**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958. p. 111-117.
- RONCARI, L. **Literatura brasileira dos primeiros cronistas aos últimos românticos**. 2. ed. São Paulo: FTD, EDUSP, 1995.
- SÁ, J. **A Crônica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- SANT'ANNA, A. R. **A Sedução da palavra**. Brasília: Letraviva, 2000.
- SANTOS, M. R. dos. A crônica hoje. **Cândido**, n. 19, p. 21-25, fev. 2013.
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE). **Comissão para definição da classe média no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia-no-Brasil1.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- VERISSIMO, L. F. **Amor Veríssimo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- _____. Da ironia. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 out. 2002. Disponível em: <<http://www.old.pernambuco.com/diario/2002/10/19/verissimo.html>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- _____. **O nariz e outras crônicas**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RIR PARA NÃO CHORAR: O RETRATO CRÍTICO DA MORALIDADE DO HOMEM DE CLASSE MÉDIA NA CRÔNICA DE LUIS FERNANDO VERISSIMO

Alan Leal de Mattos¹
Luiz Rogério Camargo²

RESUMO

Atualmente, a crônica tem sido um instrumento de grande alcance no que toca a reflexão sobre a vida social. Dentre os vários autores se destaca Luis Fernando Verissimo, que, com um estilo humorístico, consegue refletir com profundidade sobre as questões cotidianas. Sendo assim, este artigo pretende tematizar, dentro da vasta gama de possibilidades, a moralidade do homem de classe média na obra *Amor Verissimo* (2013).

Nessa obra, Verissimo retrata vários homens, de distintas situações, mas que se encontram no mesmo dilema entre o dever e o querer. A crítica do autor ressalta a tendência da sociedade de se fixar em normas estabelecidas e universais, mas que acabam criando um hiato com a vida que se apresenta como contingente. Neste ponto, pode-se fazer um paralelo entre a crítica de Verissimo e a do filósofo Friedrich Nietzsche, o qual afirma que o homem não pode viver como um viajante que tem uma meta estabelecida, mas deve se entender como um andarilho errante, que encontra sua alegria na mudança e na passagem, em total abertura ao que a vida apresenta.

Palavras-chave: Humor. Crônica. Moralidade. Luis Fernando Verissimo. Friedrich Nietzsche.

¹ Aluno do 3º ano do curso de Filosofia da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: a.leal.mattos@gmail.com

² Doutorando em Literatura pela UFPR. Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: lrcamargo.roger@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada por grandes transformações em todos os âmbitos e aspectos da vida social. Tais mudanças ocorrem de modo acelerado e, no caso da literatura, afetam o modo como é produzida, de sorte que não mais atende aos modelos outrora consagrados em sua distinção absoluta, como poesia e prosa. A flexibilização e a interação, entre os estilos literários, tornam-se a grande linha mestra do momento em que se vive.

Dentre os variados estilos, a crônica tem alcançado um acentuado e gradual destaque no cenário literário atual. Isso se deve a sua própria origem, da fusão do folhetim francês com o ensaio inglês, ou seja, a crônica é um gênero híbrido em sua gênese.

Essa característica da crônica oferece uma vasta amplitude de assuntos que podem ser abordados, dentre eles, o presente artigo se propõe a abordar a crítica social, mais especificamente do homem de classe média em seus aspectos morais na obra *Amor Verissimo* (2013), de Luís Fernando Verissimo.

A escolha pelo autor se justifica pelo contraste entre a sua vasta produção, seja em colunas jornalística ou em livros, e a escassez de estudos acerca de sua obra, visando contribuir com uma visão ampla da sociedade, em particular da classe média.

O artigo aborda a função do humor na literatura, seus aspectos e funções em relação às atividades cotidianas. Esclarecida essa questão, passa-se à crônica humorística e como esta capta as situações cotidianas usando da comicidade como atrativo e, ao mesmo tempo, como crítica social. Segue-se então para a abordagem mais direta da obra de Verissimo, fazendo-se uma análise da crítica social por meio do humor e da ironia com foco nos aspectos morais da vida social do homem.

1 O HUMOR NA VIDA: O RESGATE DA AUTENTICIDADE

O humor é um fator diretamente relacionado à vida comum e à vida social das pessoas. Segundo Henri Bergson (2004), o riso encontra sua expressão em uma relação social, em que o acontecer, bem como os encontros e desencontros da vida, dão a significação e função da comicidade e do riso. Fora desse âmbito o riso se torna vazio de sentido e sem um propósito. Essa função do riso é compreensível, conforme o autor, a partir de “[...] seu meio natural, que é a sociedade; é preciso, sobretudo, determinar sua função útil, que é uma função social. [...] O riso deve ter uma significação social” (BERGSON, 2004, p. 6).

No entanto, aqui se apresentam as questões: Que função é essa a do riso? Qual o lugar dele no âmbito social? Segundo Paulo Cezar Konzen (2002), o riso tem uma função primordial de instrumento de crítica onde todo e qualquer discurso é removido de sua indubitabilidade e consequentemente suas supostas certezas perdem a estabilidade (KONZEN, 2002, p. 45). Na mesma esteira, Bergson (2004) atenta para essa funcionalidade do cômico atrelado ao riso, a qual mantém questões vivas no lugar de certezas mortas e rígidas.

A sociedade necessita desse instrumento para manter a vivacidade, ao invés de atrelar-se a certezas que muitas vezes estão ultrapassadas, congelando e mecanizando o corpo social (BERGSON, 2004, p. 15). Similar comentário faz Konzen (2002, p. 47), ressaltando que

[...] a condição primordial para a existência do riso reside na oposição estabelecida entre o mecânico e o vivo: tudo o que é rígido, enrijecido, estereotipado e automático entra em contradição com o que é elástico, movente, individual e irrepetível, provocando o riso.

Esse atrito entre o estabelecido socialmente e a contingência da vida não somente gera o riso enquanto condição de riso, mas demonstra a necessidade de se considerar a vida com a leveza, sem abandonar as regras, necessárias à vida cotidiana, contudo sem deixar a vida sufocada pela “burocracia social”.

O risco da seriedade exacerbada diante da vida e do agir mecânico sempre apontam para a problemática da racionalização extrema. No pensamento ocidental há um predomínio do *logos*, ou seja, da razão. Essa supremacia levou ao entendimento da essência do homem a partir da definição “animal racional” – aquilo que distingue todo e qualquer homem é a racionalidade.

Essa supremacia, porém, não se aplica às crianças, de modo que, o humor, quando relacionado à questão da razão, evoca a questão de “se” todas as nossas ações são conduzidas pela razão. Esse questionamento surge da observação de certas atitudes que nos remetem à infância. É a estranha sensação de estarmos observando em um adulto as atitudes de uma criança. E isso gera uma reação dupla no ser humano, pois, “[...] cada vez que ‘no outro redescubro a criança’, esta redescoberta marca simultaneamente a superioridade e a inveja adulta: saudade da liberdade e da riqueza infinitas que pertencem à infância” (D’ANGELLI; PADUANO, 2007, p. 9).

A razão perde então sua estabilidade diante dessa assombrosa riqueza que é a vida infantil. Muitas das vezes as atitudes de uma criança são categorizadas como “desajuizadas”. Em paralelo, os loucos são considerados pessoas sem uma reta razão capaz de estabelecer juízos coerentes. O riso diante do louco, portanto, não é nada mais que a afirmação da ideia de que a razão e seu reto uso habilitam as pessoas ao estabelecimento e gestão de regras e normas nos campos sociais, ético e morais. Há de se perguntar, porém, se a razão em toda a sua estruturação lógica, que lhe confere uma suposta superioridade, é capaz de empreender juízos sempre corretos e plenos sobre as situações reais. Essa questão se põe dado que:

Na ostentação da superioridade sobre o louco mascara-se o temor de que sua lógica igualmente estruturada e resistente constitua um grande risco para a presumível inquestionabilidade do pensamento atual: suas leis, dadas, sem verificação, por completamente confiáveis, quando colocadas sob a lente de um tal olhar estrangeirizador, revelam-se discutíveis e, portanto, incertas, e mergulham na dúvida todo o sistema lógico (D’ANGELLI; PADUANO, 2007, p. 19).

Esse “olhar estrangeirizador” aponta que a grande dificuldade de se ter uma atitude equilibrada e crítica acerca do que move a sociedade é que nunca se está realmente “dentro” do cenário do estabelecido para compreender com acuidade o porquê das normas, bem como nunca se está totalmente fora desse cenário. Pode-se fazer um paralelo com o que o escritor inglês Gilbert Keith Chesterton (2014, p. 9) aponta em relação ao modo de ser ver o Cristianismo: “[...] a melhor coisa com relação ao Cristianismo, tirando o estar realmente dentro dele, é estar realmente fora dele”.

Para apontar o discutível, em termos de normas sociais, é preciso colocar-se, de certo modo, “fora” da sociedade, afinal, as regras estabelecidas são postas antes de os indivíduos poderem escolhê-las, privando um acesso imediato aos porquês das normas. O riso, portanto, vem como instrumento para transportar o indivíduo para o âmbito do “olhar estrangeirizador”.

Num segundo momento, o cômico, isto é, a comédia tem a função de equilibrar a sociedade. É um modo de evitar os extremos, seja do relaxamento, seja da rigidez em relação aquilo que foi acordado entre os indivíduos. Assim se expressa Bergson (2004, p. 64-65) sobre essa função:

A comicidade é esse lado da pessoa pelo qual ela se assemelha a uma coisa, aspecto dos acontecimentos humanos que, em virtude de sua rigidez de um tipo particular, imita o mecanismo puro e simples, o automatismo, enfim o movimento sem a vida. Exprime, portanto, uma imperfeição individual ou coletiva que exige correção imediata. O riso é essa correção. O riso é certo gesto social que ressalta e reprime certa distração especial dos homens e dos acontecimentos.

Bergson (2004) trata de “movimento sem vida”, isto é, de um modo de agir mecânico, artificial típico da sociedade moderna e contemporânea. Esse aspecto técnico-científico em si não é desprezível, mas necessita de correção, de ser posto em seu devido lugar, dando o espaço da naturalidade advinda da vida.

Também se pode perceber que Bergson, ao refletir sobre a questão, apresenta “[...] uma distinção entre riso e cômico: este último representa os desvios dos valores positivos, que merece punição, enquanto o riso é a recuperação dos valores e do equilíbrio social” (D’ANGELLI; PADUANO, 2007, p. 276).

Bergson considera que o cômico evidencia os erros, os equívocos daquilo que está estabelecido dentro de uma sociedade. Ele teria o caráter daquele que, dado o seu estilo, revela a realidade tal como ela é. O riso viria como um complemento na via da correção, daquele que aponta o caminho para sanar a realidade exposta pelo cômico. O riso, portanto, na visão de Bergson (apud D’ANGELLI; PADUANO, 2007, p. 277):

[...] é uma espécie de castigo, com o qual a sociedade reprova não tanto os defeitos morais quanto os defeitos de comportamento dos indivíduos, isso acarreta que o cômico é conformista, exprime os costumes, as ideias e mesmo os preconceitos que prevalecem na sociedade.

Em suma, a questão que se apresenta é a de que o cômico e o riso comportam uma missão de dupla dimensão. Se por um lado o cômico apresenta a realidade tal como ela é, demonstrando os vícios dos indivíduos, o modo automático e artificial da sociedade em determinados momentos, a partir desta realidade ela, convoca a sociedade a abandonar os preconceitos que geram a hipocrisia advinda da perfeição que acarreta na perda da autenticidade diante da vida, isto é, do modo natural de se encarar a vida. Aquele que se dispõe a enveredar no campo do humor tem por tarefa primordial

[...] desarticular as formas e os mecanismos prefixados que, regulando rigidamente a vida social, acabam por bloqueá-la, e obrigam os homens a assumir máscaras fixas que impedem uma relação autêntica com as dimensões mais profundas da realidade e da psique humana (D’ANGELLI; PADUANO, 2007, p. 279-280).

Considerando essa proposta que a comicidade e o riso trazem, há vários meios e mecanismos segundo os quais estes instrumentos são veiculados e sobre os quais a presente pesquisa poderia se debruçar, mas o escopo reside particularmente na crônica e, mais especificamente, na crônica humorística, esta constitui o próximo tema.

2 O HUMOR NA CRÔNICA: A (RE)PRESENTAÇÃO DA VIDA

Considerado o papel social do humor e suas implicações na teia de relações humanas, o tema a seguir aborda um dos veículos associados ao humor: a crônica.

Considerando etimologicamente a palavra **crônica**, segundo Konzen (2002), encontra sua raiz na palavra grega *chronos*, que significa “tempo”. Desse modo, pode-se compreender que a crônica tem por função “o papel de registrar os fatos reais ao longo de sua evolução no tempo” (KONZEN, 2002, p. 24).

A análise etimológica, entretanto, não dá a noção mais profunda do que a crônica seja enquanto estilo literário, nem de sua função quando atrelada ao humor. Faz-se necessário um aprofundamento na própria formação deste estilo literário.

A crônica é um estilo desde sua gênese híbrido, pois nasceu da junção do folhetim francês e do ensaio inglês. Essas são as duas raízes que edificam a crônica como estilo literário.

A partir do ensaio, a crônica adota a noção de tentativa (“essay”), desprezando, em grande parte, os apelos do rigor acadêmico e levando a um tratamento mais informal dos assuntos abordados. Do folhetim absorve a dimensão “ficcional” dos eventos e temas descritos nesta forma literária (KONZEN, 2002, p. 25).

A crônica traz em si essa dualidade de gêneros, possibilitando uma flexibilidade frutuosa enquanto estilo literário. Ao mesmo tempo em que tem como fonte os fatos reais da vida, a crônica se abre à ficção. Se por vezes ela aparenta tratar de assuntos com certa seriedade, não abdica do humor e da ironia, surpreendendo seu leitor. Em suma, conforme Andréia Simoni Luiz Antonio (2006, p. 20), a crônica se apresenta

[...] como uma manifestação híbrida (jornalismo/literatura; realidade/ficção; literatura/história; circunstancial/perene; prosa/poesia; humor/seriedade, etc.), a crônica não é especificamente este ou aquele gênero, mas a mistura deles.

Dentro dessa teia de possibilidades à disposição da crônica, o humor adentra como instrumento de crítica, como uma janela que se abre, a partir do fato real, para “uma reflexão sobre as possibilidades de problematização da história pela representação literária” (KONZEN, 2002, p. 97).

Essa reflexão trazida pela crônica se apresenta, conforme a herança do ensaio, com uma linguagem por vezes informal, que aproxima, e, por vezes, transporta o leitor para dentro da crônica, tamanha a identificação entre a história e o leitor. Lançando um olhar diferente sobre a vida cotidiana, o humor auxilia o leitor na abertura de um espaço reflexivo sobre aquilo que muitas vezes sequer é pensado. Seguindo esse aspecto, Cândido (1992, p. 14) afirma: “Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas [...] sobretudo porque quase sempre utiliza o humor”.

O hibridismo da crônica, aliada ao humor, abre a possibilidade ao leitor de rir de si mesmo, das situações de sua vida que muitas vezes passam, sem que os indivíduos dêem a devida atenção ao que acontece ao seu redor.

Sobre a importância desse aspecto humorístico da crônica, atenta Antonio (2006, p. 75):

Fonte de motivação para a deflagração do riso, que se nutre dos “ridículos de cada dia”, e para a crônica, que concede uma dimensão nova ao cotidiano, a própria vida oferece material para a criação literária, tenha esta uma tendência psicológica, social ou humorística. Quanto ao humor, forma de conhecimento dos meandros sutis de nossa realidade e de nossa época, Ziraldo, por exemplo, comenta: “o humor é uma forma criativa de analisar criticamente, descobrir e revelar o homem e a vida”.

Para que se chegue a mais plena funcionalidade da crônica, passou-se a selecionar algumas crônicas impressas em jornais transformando-as em livros. Em consequência da natureza perecível do jornal e de suas notícias, a crônica necessita um novo pano de fundo que não o contexto limitado daquela edição do jornal. Nos dizeres de Jorge de Sá (1985, p. 83)

[...] na ultrapassagem do jornal para o livro, atenua-se o vínculo circunstancial e elimina-se a referência às demais matérias e à própria diagramação. Com isso, o texto adquire maior independência, e o leitor fica estimulado a buscar, no seu próprio imaginário, todas as associações possíveis.

No livro, o pano de fundo da crônica torna-se mais livre, de modo que cada leitor terá o seu fundo singular, trazendo para a crônica a sua vida numa leitura crítica. Nessa nova dimensão, o leitor se depara com uma “crônica [que] – apesar de toda a sua aparente simplicidade – só pode ser valorizada quando a lemos criticamente, descobrindo a sua significação” (SÁ, 1985, p. 79).

Segundo Sá (1985), abre-se a possibilidade de o leitor se descobrir na crônica, que mediante a linguagem poética, adentra na vida do leitor dando uma significação, por vezes nova, à própria vida. Se no jornal a crônica, na maior parte das vezes, tinha um objetivo definido relacionado ao contexto das notícias daquele dia, no livro ela se abre ao novo de cada leitor e de sua vida que se torna o contexto daquela crônica. Em suma, “a atitude diante do texto é que muda” (SÁ, 1985, p. 85).

Essa mudança de atitude é auxiliada pelo próprio estilo humorístico que busca criticamente desvelar, descobrir o homem e suas relações cotidianas. Um dos instrumentos do humor é a ironia.

Segundo o filósofo Soren Aabye Kierkegaard (2013), a ironia torna-se, por meio do humor, a reveladora daquilo que é de fato o objeto da mudança ou conservação, visto que por sua própria característica figurativa revela a essência de uma situação diante de sua própria existência:

[A] figura de linguagem irônica supera imediatamente a si mesma, na medida em que o orador pressupõe que os ouvintes o compreendem, e deste modo, através de uma negação do fenômeno imediato, a essência acaba identificando-se com o fenômeno (KIERKEGAARD, 2013, p. 247).

Para Kierkegaard (2013, p. 255), a ironia *sensu eminentiori*, ou seja, a de categoria mais elevada e própria do termo “não se dirige contra este ou aquele existente individual, ela se dirige contra toda a realidade em uma certa época e sob certas condições”.

O intuito dos cronistas ao usar o humor, a sátira e a ironia seria, por essa perspectiva, levar os leitores a considerar “num tom sério, o que, contudo, não é pensado seriamente” (KIERKEGAARD, 2014, p. 248). Lidar humoristicamente com os fatos, com os fenômenos correntes da vida conduz o leitor à atitude reflexiva sobre os problemas do cotidiano.

A crônica, portanto, tenta suscitar no leitor uma resposta ativa. Não é somente uma tentativa de trazer os fatos corriqueiros, cotidianos para dentro de uma ficção, mas convocar o leitor a adentrar na profundidade daquilo que é representado e, a partir disso compreender a vida, humoristicamente representada, de modo mais nítido. Acerca disso é exemplar a afirmação de Mikhail Bakhtin (2006, p. 271-272):

[...] toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta [...]. O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas dobre o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução.

Essa resposta que a obra suscita no leitor é que se vai procurar evidenciar na crônica humorística de Verissimo, em particular na obra intitulada “Amor Verissimo”, atentando em como o autor utiliza de humor, da ironia e etc. para abordar o homem de classe média³ e seus aspectos morais, traçando um retrato crítico deste.

³ Segundo a Comissão para Definição da Classe Média no Brasil, usando critérios absolutos de avaliação, todas as pessoas com renda *per capita* entre R\$ 310,00 e R\$ 1.096,00 por mês pertenceriam à classe média. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

3 HUMOR E MORALIDADE DO HOMEM EM VERISSIMO: A FÓRMULA DIANTE DA VIDA

As análises anteriores sobre o riso, o humor e a crônica foram necessárias para se chegar a uma compreensão mais ampla destes na obra analisada. Verissimo se utiliza amplamente do elemento humorístico para prender a atenção do leitor, assim como para conduzi-lo a uma reflexão acerca dos costumes, em particular da classe média.

Verifica-se que *Amor Verissimo* incorpora “recursos diversificados como a paródia, a ironia, o sarcasmo, a alegoria, o *nonsense*, a inversão de papéis, a transposição de situações, *et caetera*” (KONZEN, 2002, p. 96) e está convidando o leitor a buscar o que está por detrás da representação cômica.

O humor na obra, portanto, é em seu cerne “uma reflexão sobre as possibilidades de problematização da história pela representação literária” (KONZEN, 2002, p. 97), representação essa que busca demonstrar as contradições histórico-sociais. Vê-se, portanto, que na escrita de Verissimo:

A obra e o mundo nela representado penetram no mundo real enriquecendo-o, e o mundo real penetra na obra e no mundo representado, tanto no processo da sua criação como no processo subsequente da vida, numa constante renovação da obra e numa percepção criativa dos ouvintes-leitores. Esse processo de troca é sem dúvida cronotópico por si só: ele se realiza num mundo social que se desenvolve historicamente, mas também sem se separar do espaço histórico em mutação (BAKHTIN, 1990, p. 358).

Essa concepção de cronotopia, proposta por Bakhtin (1990), revela que o autor, o leitor e os personagens, apesar da distinção entre realidade e ficção, não estão separados, mas encontram-se em relação de troca a partir da própria obra criada.

Esse movimento entre a obra e o mundo, evidenciado por Bakhtin (1990), pode-se ver na crônica *Os seios da Maria Alice*, na qual Verissimo apresenta uma festa de casamento.

Na recepção, depois, a mãe da noiva dançou com o noivo, o pai do noivo dançou com a noiva, a mãe do noivo dançou com o pai da noiva, a nova mulher do pai da noiva dançou com o namorado da mãe do noivo, a terceira mulher do pai do noivo dançou com o Rosca e o padrasto da noiva, felizmente, estava com um problema na perna (VERISSIMO, 2013, p. 94).

A princípio pode-se tomar tal relato como uma situação isolada, como uma situação estritamente cronotópica, entretanto, o modo como Verissimo relata a situação traz, mediante o humor, a reflexão sobre a questão do casamento, de um compromisso, a princípio, “eterno”.

Ao iniciar com o relato usual de uma festa de casamento, e, aos poucos, inserir a realidade do divórcio, Verissimo demonstra a fragilidade e inconstância da vida, abrindo caminho para a “percepção criativa” de cada leitor que vê num relato que se apresenta como estático, situacional, a sua situação histórica em movimento, e aberta ao novo.

Para elucidar essa característica da produção literária de Verissimo referida ao escopo do trabalho, a saber, a moralidade do homem, dois exemplos de crônicas do livro *Amor Verissimo* trarão a reflexão de como o humor questiona, indaga algumas “certezas” não tão certas assim.

Na crônica *A vida não é uma comédia romântica*, Verissimo retrata o dilema de um homem casado que se apaixona à primeira vista por outra mulher. A história se desenrola com vários encontros entre Rogério e Maria Alice, ambos casados, ambos apaixonados um pelo outro. Rogério, em um de seus encontros, declara seu amor à Maria Alice e é correspondido. Em contrapartida, para sua esposa, Rogério não consegue abrir-se, e mesmo com sua esposa vendo um abraço entre ele e Maria Alice, usa da desculpa de “solidariedade humana” para se justificar.

Mas se encontram outra vez. Dois anos depois, na sala de espera de um pronto-socorro. Ele com a mulher, ela com o marido. Ele leva um susto ao vê-la. O que houve? É o Caquinho. O cretino conseguiu prender a língua numa lata de Coca. Ele se emociona. A mulher dele não entende. De onde o marido conhece aquele Caquinho? E aquela mulher? Ela está perguntando se aconteceu alguma coisa com a Gabriela. Não foi nada, Gabriela só bateu com a cabeça na borda da piscina e está levando alguns pontos. E nem a mulher dele nem o marido dela entendem por que, ao chegar a notícia de que o Caquinho só ficará com a língua um pouco inchada, os dois se abraçam daquela maneira, tão comovidos.

Depois, em casa, ele se explica:

— Solidariedade humana, pô (VERISSIMO, 2013, p.13).

Verissimo atenta para a contradição que pode ocorrer entre aquilo que um homem sente em oposição ao que ele assumiu como compromisso. No caso, qual é o limite da negação de seus sentimentos em face de um compromisso de âmbito social (pai de família)? De fato, a reflexão acerca do tema não é fácil. Não se trata de propor uma resposta simples, optando por uma ou outra face, estando de acordo ou não com a moral vigente. Acerca disso o filósofo Friedrich Nietzsche (1999, p. 198) faz uma acurada reflexão em *A Gaia Ciência*:

O erro habitual de sua pressuposição é afirmar algum consenso dos povos, pelo menos dos povos mansos, sobre certas proposições da moral, e disso concluir sua obrigatoriedade incondicional, também para ti e para mim; ou, inversamente, depois de se darem conta da verdade de que, em diferentes povos, as estimativas morais são necessariamente diferentes, concluir pela não obrigatoriedade de toda moral: duas coisas que são infantilidades igualmente grandes.

A negação de si em favor de uma moralidade e a negação de toda moralidade em favor de si e dos próprios desejos são atitudes “infantis”. A utilização da desculpa diante de sua esposa evidencia a fragilidade própria que o homem por vezes demonstra em não conseguir atuar com sinceridade diante de seus sentimentos, afinal um homem não pode demonstrar-se “sentimental”. Demonstrar sentimentos estaria em oposição à própria masculinidade que a sociedade burguesa estereotipa.

Essa incapacidade, muitas vezes conduzida pela própria moral da classe média, leva Rogério a um questionamento final, depois de tantos encontros e desencontros com Maria Alice: “[...] para onde foram as nossas vidas?” (VERISSIMO, 2013, p. 13).

Similar situação ocorre na crônica *Os seios da Maria Alice*, que demonstra como o noivo reage ao encontrar uma ex-namorada: “Quando Maria Alice e seu decote chegaram na frente do noivo ele, de olho no decote, perguntou ‘Como vão vocês?’” (VERISSIMO, 2013, p. 93) e o posterior diálogo entre os noivos:

— Você, quando viu a Maria Alice, não...

— Não!

— Jura?

— Juro (VERISSIMO, 2013, p. 94).

Novamente o grande dilema entre desejo e dever, entre vida e normas, entre instinto e instituições morais. A questão central é que, independentemente das escolhas morais de um homem, o importante é tomá-las com autenticidade, sabendo que a condição humana, representada magnificamente no final da crônica, é temporal:

E um dia ele leu no jornal que a Maria Alice faria uma palestra sobre Psicologia Motivacional. Tinha fotografia da doutora Maria Alice: óculos, papada, busto matronal. O tempo, pensou ele. O tempo é isso, o que transforma os seios da Maria Alice em busto matronal. A destruição de impérios e civilizações é só efeito colateral, e não nos diz respeito (VERISSIMO, 2013, p. 96).

A nossa condição temporal não nos permite falsear a vida por meio de ideais abstratos que, sujeitos ao tempo, perdem sua vitalidade. Não basta decidir segundo fórmulas, mas é preciso deixar a vida falar a partir dela mesma.

Também não se trata de colocar tudo em função da felicidade, numa negação que leva a total irresponsabilidade diante das escolhas, mas no encontro de um meio termo que conduza ao bom senso, à felicidade genuína, seja qual for a situação. Nesse caso, Verissimo conduz à reflexão sobre qual o lugar justo da moralidade dentro da vida a dois, focando principalmente nas atitudes do homem nessa relação de paixão e obrigação.

Em *As tentações de frei Antônio*, o autor traz o dilema de um monge que luta contra seus desejos sexuais, em paralelo a um casal e sua vida íntima. As duas cenas são antagônicas, mas o pano de fundo relativo à moral é particularmente o mesmo.

Frei Antônio é um monge que vive o dilema de seus desejos por uma mulher, e a condenação desses desejos, tendo o inferno como castigo. Em paralelo, cem anos depois, um casal, na mesma cela, tem suas intimidades.

A situação de frei Antônio revela como por muito tempo e, de certo modo, ainda hoje a moralidade ocidental, que é de influência cristã, desenvolveu a ideia “[...] de que o característico da ação moral reside na renúncia a si, na negação de si, no sacrifício de si mesmo” (NIETZSCHE, 1999, p. 198). Os desejos de frei Antônio deveriam ser negados, caso contrário ele seria punido com o inferno. Enfim, temos o aspecto antagônico entre um imperativo categórico “tu deves” *versus* o querer humano.

Uma frase evidencia e coloca esse aspecto moral em questão, quando Antônio acorda de seu sonho com o castigo infernal:

Mas castigo por que, se a porta nunca se abria, se a Lua não estava deitada ao seu lado? Ela só existe na minha imaginação. Eu a conjuro e ela não vem. Eu a amo e ela nunca virá. E eu arderei no Inferno só pelo que pensei (VERISSIMO, 2013, p. 148).

O dilema entre real e ideal, entre pensamento e realidade é posto e como a moralidade se projeta nele. Na verdade, o julgamento moral é feito em uma realidade ideal, no caso os pensamentos de frei Antônio e não na realidade dos fatos. Isso demonstra como a moral burguesa não consegue alcançar o âmago da vida.

Frei Antônio, mesmo sendo monge, continua sendo homem, com toda a funcionalidade de um homem não religioso, com desejos e sentimentos que todo homem tem. O fato de ele ser religioso não o faz imune à vida, não nega seus sentimentos e até mesmo sua funcionalidade biológica normal. Ele tenta ser um homem que, em última instância, não existe, ou seja, Frei Antônio tenta ser um homem ideal, mas se depara com suas limitações, com o homem real que é e do qual não pode escapar.

O paralelo entre o frei e o casal Luana e Túlio atenta para essa faceta que muitas vezes é negada. Um homem, independentemente da sua condição, seja ela religiosa ou não, não deixa de ter desejos.

A negação deste num estereótipo de religioso que nada sente diante dos acontecimentos da vida é uma formulação a partir da moralidade, em particular kantiana, que apregoa uma funcionalidade totalmente racional em detrimento de qualquer possibilidade patológica.⁴

Os desejos de Antônio e os de Túlio demonstram tanto a não diferença em relação à masculinidade de ambos e que somente uma sociedade hipócrita mascararia tal situação.

A crítica de Verissimo é sutil, porém precisa nos pontos em que a moralidade de um homem se transforma numa negação total daquilo que é a própria vida e atenta para o perigo de mascarar a realidade numa hipocrisia que somente revela a fragilidade do homem que se apoia em leis cristalizadas e sem sentido. Semelhante crítica faz Nietzsche (2000, p. 295) aos modelos uniformizantes:

Habitualmente nos empenhamos em alcançar, ante todas as situações e acontecimentos da vida, *uma* atitude mental, *uma* maneira de ver as coisas – sobretudo a isto se chama ter espírito filosófico. Para enriquecer o conhecimento, no entanto, pode ser de mais valor não se uniformizar desse modo, mas escutar a voz suave das diferentes situações da vida; elas trazem consigo suas próprias maneiras de ver. Assim participamos atentamente da vida e da natureza de muitos, não tratando a nós mesmos como um indivíduo fixo, constante, único.

A crítica de Verissimo e, em particular, na questão da moralidade do homem evidencia que “[...] a medida com que medimos, nosso próprio ser, não é uma grandeza imutável” (NIETZSCHE, 2000, p. 38), isto é, todas as nossas instituições que determinam as regras de comportamentos devem ser vistas a partir da visão não de um viajante que busca uma meta, mas de um andarilho que simplesmente caminha:

Quem alcançou em alguma medida a liberdade da razão, não pode se sentir mais que um andarilho sobre a Terra – e não um viajante que se dirige a uma meta final: pois esta não existe. Mas ele observará e terá olhos abertos para tudo quanto realmente sucede no mundo; por isso não pode atrelar o coração com muita firmeza a nada em particular; nele deve existir algo de errante, que tenha alegria na mudança e na passagem (NIETZSCHE, 2000, p. 306).

Essa metáfora de Nietzsche traz aquilo que todos os homens nas crônicas de Verissimo têm em comum: encontram-se na situação de viajantes com o dever da meta moral, mas desejam ardentemente ser peregrinos errantes, andarilhos com o coração livre para se alegrar com aquilo que a vida lhes oferece.

⁴ Kant, em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (2007), concebe que toda atitude moral deve ser posta pela razão pura segundo uma máxima que deve ser passível de universalidade. Para ser universal essa razão deve estar totalmente dissociada de qualquer tendência patológica, ou seja, os sentimentos que cada indivíduo possa ter não devem influenciar a ação, de modo que somente obedecendo ao que é ditado pela razão pura a partir de suas máximas é o que confere o adjetivo de moral a uma atitude.

Em suma, cada um deles age segundo as fórmulas sociais, expressas de modo cômico por Verissimo, mas a crítica do autor demonstra que a vida está “além” dessas fórmulas, ela é algo de maior complexidade do que uma simples aplicação de fórmulas. Enquanto se estiver pensando como o mundo e as pessoas devem ser, jamais se dará um passo, com um mínimo de autenticidade, em direção à vida. É o paradoxo da vida, do cotidiano que Verissimo busca retratar e que outros literatos, como Adélia Prado (2013, p. 37), também buscam um olhar, mesmo que opaco como no poema *A que não existe*:

Meus pais morreram,
posso conferir na lápide,
nome, data e a inscrição: SAUDADES!
Não me consolo dizendo
‘em minha lembrança permanecem vivos’,
é pouco, é fraco, frustrante como o cometa
que ninguém viu passar.
De qualquer língua, a elementar gramática
declina e conjuga o tempo,
nos serve a vida em fatias,
a eternidade em postas.
Daí acharmos que se findam as coisas,
os espessos cabelos, os quase verdes olhos.
O que chamamos morte
é a máscara do que não há.
Pois apenas repousa
O que não pulsa mais.

A moralidade pode ser essa “máscara do que não há”, máscara de uma vida que não é mais uma vida, que não tem mais um coração que pulse sangue, pois, como diz Nietzsche (2005, p. 45), “de todo o escrito só me agrada aquilo que uma pessoa escreveu com o **seu** sangue. Escreve com sangue e aprenderás que o sangue é espírito”. Verissimo, com sua crítica, tenta resgatar que cada um deve se colocar inteiro naquilo que faz, para pulsar nas veias das normas estabelecidas aquilo que diz “vida”!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida tem suas surpresas, isso talvez seja a grande pedra movente do ser humano. Ao se lançar um olhar humorístico, a intenção não se encerra somente em ridicularizar esta ou aquela situação cotidiana, mas em iniciar uma busca acerca do significado mais profundo que aquela situação traz em si.

Como diria Konzen (2002), mecanicidade e vivacidade estão num embate a cada situação por mais simplória que possa parecer. Em geral, a comodidade conduz a sociedade ao agir mecânico, artificial. A questão que se apresenta é se neste agir ainda resta algo que possa ser de fato uma ação que traga em si aquilo que se diz por vida.

A mecanicidade não abre a possibilidade do riso, dado que ela pressupõe uma única possibilidade, previamente traçada, planejada. No entanto, essa necessidade cria um hiato com a vida que é contingente. Nessa perspectiva, Thomas Morus⁵ colocava como bem-aventurança o rir de si mesmo como condição para se divertir. Divertir é verter-se para diversas direções, é um modo de conseguir perceber a diversidade que a vida é, de saber que o erro e o acerto fazem parte da vida e, o humor se torna, desse modo, um modo sadio de encarar a vida.

Cada situação da vida tem um “que” mais profundo que requer uma fuga da superficialidade mecânica daquilo que, simplesmente, apresenta-se como algo, a princípio, banal. A vida nos seus mínimos acontecimentos é grandiosa demais para ser banal. Na verdade, cada momento é, em certa medida, único, distinto e ao mesmo tempo pleno em si. Esta plenitude é o que a crônica humorística tenta captar ao retratar momentos cotidianos. Como afirma Bakhtin (1990): a crônica é uma representação de um dado momento da vida, porém sem se desligar da vida em sua totalidade. Por isso ela consegue comunicar os momentos corriqueiros, a princípio atrelados àquele momento e àquelas personagens e ainda assim transportar a vida do leitor para dentro da representação com uma peculiar vivacidade.

A crônica traz em si, portanto, a potencialidade de fazer com que o leitor se recrie na própria crônica, a partir de uma mudança de atitude não somente passiva diante da crônica, mas de leitura de si mesmo na crônica.

Nessa perspectiva, Luis Fernando Verissimo se destaca largamente por conseguir, com grande acuidade, transpor os fatos corriqueiros de modo magistral em sua crônica, atentando para os “ridículos de cada dia” que na verdade são os ridículos da sociedade como um todo.

⁵ Thomas Morus, além de filósofo, é um santo canonizado da Igreja Católica Apostólica Romana, a ele é atribuída uma versão das bem-aventuranças. Esse escrito pode ser encontrado no site da CNBB, no seguinte link: <<http://www.cnbb.org.br/outros/dom-luiz-demetro-valentini/16589-compartilhando-as-bem-aventurancas-da-alegria>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

Ridículos esses em que, no tocante à moralidade do homem, Verissimo se mostra mordaz e sutil, pois a maior parte dos homens age conforme o estabelecido pela sociedade. Entretanto, a crítica do autor levanta um questionamento primordial: Seria isto uma ação de fato ou um puro cumprimento segundo uma determinada fórmula, isto é, uma reação às regras?

A sociedade moderna traz em si a marca do imperativo categórico de Immanuel Kant encerrada na fórmula “tu deves”, entretanto, o homem não pode reduzir a vida a um dever. Isso se resumiria à negação da vida em seu acontecer. O dever conclama as premissas de necessidade e universalidade, porém o homem é um ser contingente, de modo que se está diante de uma contradição. Como pode o homem, em sua finitude, agir segundo normas absolutas?

A própria natureza da crônica rompe, em certa medida, com a compreensão por demais rígida da moralidade. Ao retratar fatos cotidianos, fugazes carregando em si a marca do ensaio inglês, isto é, da tentativa, Verissimo mostra de antemão o retrato da vida como ela é. Claro que este romper não prega a invalidade de toda e qualquer moralidade, mas questiona até que ponto o que está estabelecido responde à vida social em sua autenticidade.

Ao retratar homens em diversas situações que, porém se encontram no dilema do dever ante o querer, Verissimo retrata a grandeza da vida, que não se trata de focar a questão numa oposição entre a ortodoxia e a heterodoxia, mas de encontrar um modo de se colocar na vida diante de seu cerne paradoxal.

Esta tensão da vida é uma constante em todas as crônicas de Verissimo que, com humor refinado, dá a cada personagem a vivacidade do desejo de querer não somente sobreviver, mas de viver a vida no vigor que lhe é próprio, vigor esse que não se traduz em uma disposição para o cumprimento de máximas, mas de colocar-se na audiência da vida como ela se apresenta a cada momento.

A audácia da escrita de Verissimo, aliada ao estilo da crônica, traduz os anseios existenciais do homem, que não se contenta com a fria e calculada (re)produção de fórmulas, mas busca a vida no seu acontecer cotidiano, que não atende sempre aos padrões propostos pela sociedade. Diante disso, a questão que interpela cada homem é: “Como colocar-se de modo autêntico diante da vida?”. Muitas vezes a hipocrisia prevalece, mas cabe a cada um encontrar a cada dia o modo da autenticidade que o momento exige, não como viajantes que sabem aonde vão chegar, como disse Nietzsche (2000), mas como andarilhos na abertura e receptividade do que o momento tem a oferecer.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, G. C. C. M. de; BRIDI, M. V. **Luís Fernando Verissimo e o riso**. Universidade do Vale do Paraíba, 2006. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/08/EPG00000512-ok.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- ANTONIO, A. S. L. **Mosaicos da memória**: estudo da crônica humorística de Luís Fernando Verissimo. 2006. 387 p. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara, 2006. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030016P0/2006/antonio_asl_dr_arafcl.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora F. Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BERGSON, H. **O riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CÂNDIDO, A. et al. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. São Paulo: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CHESTERTON, G. K. **O Homem eterno**. Campinas: Ecclesiae, 2014.
- D'ANGELLI, C.; PADUANO, G. **O cômico**. Trad. Caetano Waldrigues Galindo. Curitiba: UFPR, 2007.
- KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- KIERKEGAARD, S. A. **O Conceito de Ironia constantemente referido a Sócrates**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Porto Alegre: Vozes, 1992.
- KONZEN, P. C. **Ensaio sobre a arte da palavra**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MORE, T. **Utopia**. Trad. Jefferson Luiz Camargo e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratrustra**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **Obras incompletas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores).
- PRADO, A. **Miserere**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SÁ, J. de. **A Crônica**. São Paulo: Ática, 1985.
- VERISSIMO, L. F. **Amor Verissimo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

RESUMO

A linguística de *corpus* tem muito para contribuir com os estudos da tradução e, especialmente, com os estudos terminológicos. Hoje, é difícil pensar na extração e análise dos termos sem associar ao processo tecnológico. Contudo, o fenômeno ainda é recente e em muitas áreas de especialidade existe a necessidade de estudos mais aprofundados. O objetivo deste artigo é apresentar uma metodologia baseada na linguística de *corpus* para a elaboração de um glossário bilíngue da área da informática. Os resultados apresentados por dados empíricos e autênticos da linguagem possibilitaram observações peculiares dos textos da área. Conclui-se que as ferramentas computacionais, aliadas à diversidade de *corpora* disponíveis na web, viabilizam ao pesquisador compilar seu próprio banco de dados e material de pesquisa.

Palavras-chave: Tradução. Terminologia. *Corpora*. Linguística. Ferramentas Computacionais.

¹ Doutora em Estudos da Tradução pela UFSC. Professora da FAE Centro Universitário.
E-mail: jane.marian@fae.edu

INTRODUÇÃO

Existe uma crescente demanda por traduções de textos científicos, manuais de instruções, livros, *web sites* etc., objetivando a divulgação e comercialização internacional. Segundo Krieger (2006), essa demanda por traduções de textos especializados ocorre devido ao acelerado desenvolvimento integrado e à necessidade da disseminação do conhecimento mundialmente.

Para Durão (2007), a tradução especializada constitui um dos maiores espaços do mercado de trabalho para os tradutores profissionais do mundo inteiro. A crescente globalização e exigências tradutórias estão, de certo modo, modificando o perfil do profissional de tradução, posto que requerem a compreensão de escritas em uma diversidade de contextos.

Os tradutores, por sua vez, encontram dificuldades tradutórias por falta de conhecimentos específicos da área, visto que geralmente o profissional traduz textos de diversos setores do conhecimento. No entanto, há uma crescente tendência do uso de ferramentas computacionais no auxílio da tradução. Atualmente, é possível encontrar vários *softwares* de Memória de Tradução (MT), por exemplo: SDL Trados, Déjà vu, Wordfast, Transit, OmegaT etc., e programas de Tradução Automática (TA), como: Google Translate, Bing Translate, Yahoo, Babel Fish e Systran. Também existem ferramentas computacionais de análises linguísticas, como o WordSmith Tools, AntConc, Lextutor, Word Neighbors, Care Concordancer for Academic Written English etc.

A MT auxilia o profissional que tem muita demanda por traduções de textos especializados. É um *software* que contém um banco de dados onde ficam armazenados “segmentos” traduzidos previamente. Essas unidades textuais, tanto as frases ou parágrafos originais quanto suas respectivas traduções, são armazenadas para utilização posterior. Nesse sentido, o profissional é responsável pela elaboração do seu próprio banco de dados: quanto mais traduzir, maior será seu repertório de combinações, podendo reutilizar as unidades textuais em traduções futuras.

Azzam (2004) afirma que devido às recentes exigências por traduções rápidas e preços competitivos, o profissional não consegue em tempo ágil e baixo custo traduzir um texto especializado com qualidade e uniformidade lexical sem boas ferramentas computacionais de auxílio. Segundo o autor, o “preço competitivo” e a “homogeneidade de vocabulário”, por si, já justificam, na área técnica, o uso das memórias de tradução e dos gerenciadores de terminologia.

A Tradução Automática² é um programa que traduz textos automaticamente, processando os dados de uma língua para a outra, pelo computador, sem interferência humana. O Google Translate é a ferramenta de tradução automática mais conhecida entre os usuários leigos. Para que o sistema operacional possa funcionar de forma eficaz, faz-se necessária uma enorme quantidade de dados, ou seja, de textos traduzidos. Quando alguém tenta traduzir um texto, esse banco de dados é consultado e estatisticamente o aplicativo seleciona o melhor equivalente tradutório. Essa escolha ocorre a partir de dados estatísticos de frequências colocados (ou padrões da linguagem) que são diretamente pesquisados nos *corpora*. Contudo, alguns problemas são: I) áreas especializadas, nem sempre há textos traduzidos, ou há poucos, o que interfere na tradução e; II) a interferência humana deve ocorrer, pois qualquer processo de tradução consiste em interpretação e análise dos elementos de um texto, ou seja, traduzir não é um mero processo de substituição de uma palavra por outra. Existem diversos fatores que interferem na escolha dos equivalentes tradutórios, por exemplo: culturais, gramaticais, sintáticos, semânticos etc.

Melby (1999 apud ARAÚJO, 2002) afirma que textos altamente técnicos não são bem traduzidos por programas de tradução automática. Para ele, essa limitação acontece em virtude da polissemia, ou seja, pelas diversas possibilidades de significados que as palavras assumem em decorrência do contexto. Sabe-se que a polissemia lexical pode conduzir o tradutor leigo a uma tradução equivocada.

No entanto, o tradutor automático não avalia a polissemia de cada palavra, e sim o contexto, constituindo-se por padrões (colocados) encontrados em um grande volume de textos. Desse modo, para que a ferramenta de tradução automática possa desempenhar uma tarefa eficiente, é fundamental que em seu banco de dados tenham várias traduções com colocados semelhantes ao texto a ser traduzido, pois o mecanismo de busca opera por meio de estatística.

Essa enorme coletânea de textos é chamada de *corpora* e a análise desses textos é realizada pela Linguística de *Corpus*, a qual percebe a linguagem sob perspectiva probabilística, ou seja, as ocorrências não surgem de forma aleatória, sendo possível evidenciar e quantificar padrões por meio de ferramentas estatísticas.

Essa área de estudo vem sendo muito pesquisada nos últimos anos e o computador é indispensável para o armazenamento dos dados, registro das informações, organização, processamento e análise do *corpus*. Os avanços na linguística foram possíveis devido à

² Para entender melhor como funciona a Tradução Automática do Google, foram criados um vídeo explicativo em inglês com legendas em português – disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_GdSC1Z1Kzs>. Acesso em: 16 jan. 2016 – e outro com áudio em português – disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=t3qNmrHB-RQ>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

incorporação de recursos da informática, possibilitando a análise e armazenamento de milhões de dados de forma qualitativa e quantitativa.

A tradução especializada está intimamente ligada à terminologia. Os maiores problemas de tradução ocorrem no campo específico onde o tradutor, de certa forma, precisa não somente do conhecimento linguístico, mas também do conhecimento específico da área de estudo. Para uma tradução adequada, o profissional precisa de dicionários e glossários especializados que apresentem exemplos de uso para tornar o contexto claro.

O trabalho da terminologia no Brasil vem ganhando destaque significativo. A alta produtividade de pesquisa em terminologia representa grande contribuição para a consolidação da pesquisa nessa área (KRIEGER; BEVILACQUA, 2005)³. Destacam-se alguns autores relevantes para o desenvolvimento da pesquisa de terminologia no país: Barros (2004), Carvalho (2007), Krieger e Finatto (2004), Lepre (2007), Portolan (2011), Fromm (2009), Marian (2010), Tagnin e Bevilacqua (2013), entre outros. Contudo, percebe-se que ainda há carência de bons dicionários especializados, baseados em *corpora*.

O objetivo deste projeto é, portanto, desenvolver um estudo da Linguística Computacional (LC) e a elaboração de uma amostra de glossário da área da informática com o propósito de auxiliar futuros tradutores a compilar seus próprios glossários terminológicos. Este estudo sustenta-se na metodologia da LC, que apresenta ferramentas computacionais para análise e extração dos candidatos a termo.

1 METODOLOGIA

Esta pesquisa está baseada na estrutura teórica e metodológica da Linguística de *Corpus*. A metodologia para desenvolvimento do projeto engloba as seguintes etapas: (I) projeto do *corpus*; (II) construção do *corpus*; (III) processamento do *corpus*; (IV) análise dos dados; (V) validação dos candidatos a termo; (VI) elaboração da ficha terminológica.

A primeira etapa, o projeto do *corpus*, constitui-se do desenho ou descrição dos *corpora*. O *corpus* de estudo é formado por textos escritos, que constituem os comparáveis em língua inglesa e em língua portuguesa. Os dados coletados são compostos por textos disponíveis, *online*, de manuais de computadores. Foram compilados 34 manuais no total, sendo 21 em língua inglesa e outros 13 em língua portuguesa, com aproximadamente 666 mil palavras em inglês e 258 mil palavras em português. Os dados coletados estavam disponíveis na *web* e eram compostos por manuais de empresas conceituadas na área da informática, a fim de garantir a confiabilidade e qualidade dos documentos.

³ Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/21287/12266>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

O *corpus* de referência em língua inglesa utilizado para comparar estatisticamente com os termos do *corpus* de estudo, bem como para extrair os candidatos a palavras-chave em língua inglesa, foi o British National Corpus (BNC), constituído por textos escritos e transcrições da fala, representando o inglês britânico. Esse *corpus* é composto por 100 milhões de palavras de revistas, jornais, periódicos, livros acadêmicos, artigos, cartas, memorandos etc.

Em língua portuguesa foi adotado como *corpus* de referência textos do Núcleo Institucional de Linguística Computacional (NILC). Os documentos são compostos por textos escritos e apresentam 40 milhões de palavras, considerado amplo para a comparação com o *corpus* de estudo.

O segundo passo, ou seja, a construção do *corpus*, é constituído pela compilação dos dados, formatação, preparação, organização e pelo alinhamento dos textos. A coleta, conforme descrito anteriormente, foi realizada por meio da *web*. Os dados correspondem a textos compilados de manuais de informática. Para processamento dos dados, os manuais foram convertidos do formato pdf para txt, alinhados no Notepad++ e organizados em pastas separadas.

A conversão desempenha papel relevante para que o programa WordSmith Tools (WST) consiga processar os dados. Após a conversão, realiza-se a organização dos textos. Os espaços entre linhas são suprimidos, caracteres estranhos são eliminados e falhas que ocorrem no momento da conversão, por exemplo, a troca da letra “L” por “?” ou por “1”, são corrigidos.

A terceira fase, isto é, o processamento do *corpus*, consiste na utilização da ferramenta computacional WordSmith Tools versão 5.0. Esta será utilizada no presente projeto por possuir três ferramentas importantes para análises linguísticas: (I) *wordlist*; (II) *keyword* e; (III) *concord*.

A ferramenta Wordlist extrai do *corpus* uma lista de palavras por ordem de frequência ou alfabética. O processamento da lista de palavras se torna essencial tanto para o *corpus* de estudo quanto para o *corpus* de referência para que se possa gerar uma lista de palavras-chave.

O programa Keyword gera uma lista de palavras-chave. Estas são resultados da comparação entre a lista de palavras do *corpus* de estudo com o *corpus* de referência. Para a palavra ser considerada relevante e forte candidata a termo é necessário que ela apareça com mais frequência no *corpus* de estudo do que no de referência.

O Concord é uma ferramenta computacional que reproduz linhas de concordância. A palavra de busca, nóculo, fica centralizada e o contexto ao redor. Com esse instrumento é possível analisar muitos dados de uma única ocorrência ao mesmo

tempo. Esta ferramenta será utilizada para a análise dos dados (observação dos colocados e comportamento do termo em seu contexto) de forma qualitativa.

O quarto momento da pesquisa fundamenta-se na validação dos candidatos a termos, que é realizada por meio da extração de dados e cruzamento dos *corpora* de língua inglesa e portuguesa. A etapa do cruzamento e validação dos candidatos a termos antecede o momento de análise dos dados no programa Concord do WST versão 5.0.

O último estágio do trabalho consiste na catalogação dos verbetes na ficha terminológica. Segundo Krieger e Finatto (2004), a classificação dos termos tem a finalidade de constituir um núcleo de informações acerca do item lexical. As fichas terminológicas são elaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa. O principal objetivo descrito nesta pesquisa é o tradutor, portanto, a ficha será representada por terminologia em inglês e respectivo correspondente tradutório em português, informação fonológica, gramatical, frases de exemplos em ambas as línguas, *clusters* (palavras que normalmente co-ocorrem com o termo, chamadas também de colocados), imagem e fonte de pesquisa.

2 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

O procedimento de análise dos dados e validação dos candidatos a termos são etapas essenciais para a composição do glossário. Cada termo aprovado foi encontrado em ambos os *corpora*. A seguir, no QUADRO 1, foram listados os trinta primeiros termos encontrados e adotados para compor essa amostra.

QUADRO 1 – Extração das terminologias para composição da amostra:

Frequência	Palavra-chave		Palavra-chave	Frequência
6873	<i>Computer</i>	à	Computador	2780
3343	<i>Drive</i>	à	Unidade	460
2071	<i>Cable</i>	à	Cabo	376
4466	<i>System</i>	à	Sistema	857
1649	<i>Battery</i>	à	Bateria	807
1789	<i>Memory</i>	à	Memória	480
1476	PC	à	PC	361
1809	<i>Model</i>	à	Modelo	134
1405	<i>Keyboard</i>	à	Teclado	423
1367	<i>Disk</i>	à	Disco	73
1494	<i>Display</i>	à	<i>Display</i>	92
1141	<i>Connector</i>	à	Conector	133
1126	<i>Setup</i>	à	<i>Setup</i>	155
1899	<i>Board</i>	à	Placa	385
1419	<i>Card</i>	à	<i>Card</i>	73

Continua

QUADRO 1 – Extração das terminologias para composição da amostra:

Conclusão

Frequência	Palavra-chave		Palavra-chave	Frequência
1079	<i>Module</i>	à	Módulo	123
1898	<i>Hard</i>	à	Rígido	299
1340	<i>Maintenance</i>	à	Manutenção	222
1096	<i>Device</i>	à	Dispositivo	199
973	LCD	à	LCD	73
927	<i>Processor</i>	à	Processador	164
1056	<i>Software</i>	à	<i>Software</i>	54
863	<i>Screen</i>	à	Tela	539
714	<i>Hardware</i>	à	<i>Hardware</i>	380
747	USB	à	USB	307
757	CD	à	CD	193
684	DVD	à	DVD	173
677	ROM	à	ROM	131
666	<i>Screw</i>	à	Parafuso	77
714	<i>Wireless</i>	à	<i>Wireless</i>	68

FONTE: *Corpora Comparável Inglês e Português dos Manuais de Computadores*

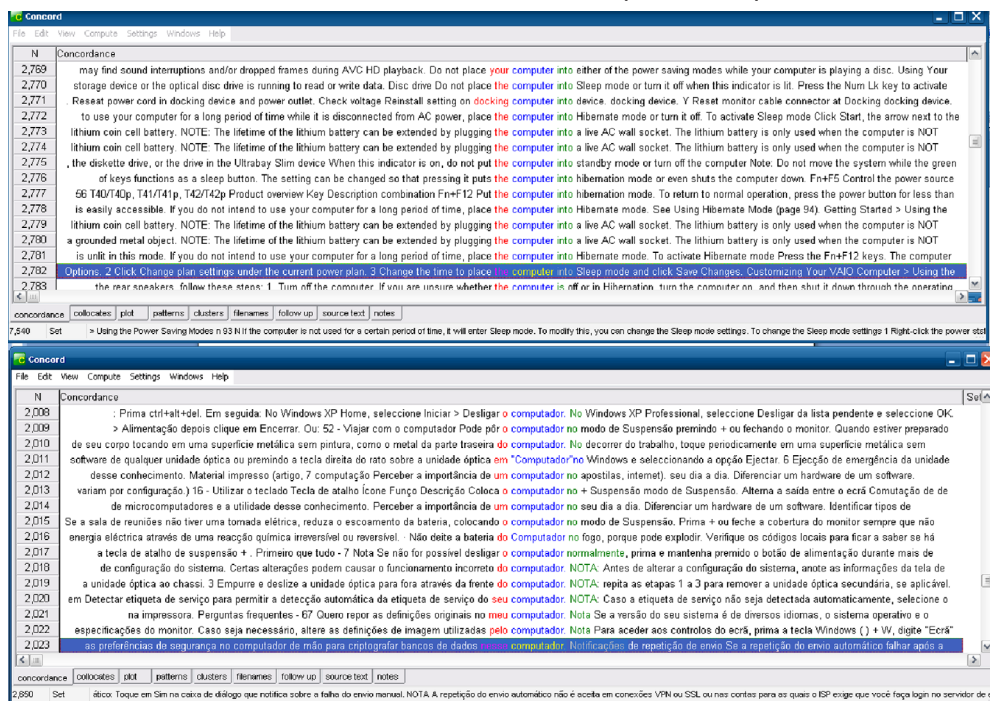
O QUADRO 1 apresenta a extração das palavras-chave e o cruzamento dos termos em ambos os *corpora* (inglês e português), uma coluna representa o termo e a outra a frequência das palavras dentro dos *corpora* de estudo.

Ao analisar os termos, percebe-se que na área da informática muitos são utilizados na sua essência original, ou seja, em inglês, por exemplo: *window* (janela), *display* (exibição), *setup* (configuração), *card* (cartão), *software* (programa), *hardware* (componentes físicos), *wireless* (sem fio), *bios* (sistema básico de entrada/saída) etc., ou na sua forma original abreviada, como: CD (*compact disk*), ROM (*read only memory*), DVD (*digital video disk*), USB (*Universal Serial Bus*), PC (*personal computer*) etc. Isso ocorre por serem tecnologias importadas e não haver um correspondente tradutório satisfatório. Desta forma, o profissional acaba utilizando em inglês e internalizando a definição e significado do termo.

Observando o QUADRO 1, é possível perceber que os termos apresentam frequências diferentes em ambos os *corpora*, por exemplo: a palavra **computador** em inglês aparece 6.873 e em português 2.780 vezes. Essas ocorrências poderiam ser explicadas pela diferença de tamanho do *corpus*, no entanto, existem outros fatores linguísticos que podem explicar tal fenômeno, mas não serão analisados no escopo desta pesquisa.

Além da definição de cada termo, o tradutor geralmente precisa identificar em qual contexto se emprega determinada expressão ou vocabulário. Para isso, o dicionário ou glossário deve apresentar exemplos reais de uso e seus colocados mais frequentes, conforme apresentado na FIG. 1 (amostra).

FIGURA 1 – Linha de concordância do termo *computer/computador*



FONTE: *Corpora de Manuais de Computadores em Inglês e Português*

Vários exemplos de uso são analisados em seu contexto antes de serem selecionados para compor a ficha terminológica. A análise dos dados no contexto e a seleção de exemplos para compor o glossário constituem uma das partes mais demoradas e fundamentais para a elaboração do glossário. A ferramenta Concord, além de apresentar listas com os contextos e a palavra de busca centralizada, também apresenta os *clusters*, que são os colocados mais frequentes da palavra pesquisada, por exemplo: *memory card, hard disk, system board, keyboard cable, display panel, power supply, menu bar* etc.

A seguir, no QUADRO 2, são apresentadas duas amostras da Ficha Terminológica que constitui a última etapa do processo da elaboração do glossário. A ficha é composta por termo, informação fonológica, gramatical, correspondente tradutório, exemplos de uso em língua inglesa e portuguesa, colocados (*clusters*) em inglês e português, imagem e fonte da pesquisa.

QUADRO 2 – Ficha Terminológica *computer*

→ Termo: COMPUTER	
Informação Fonológica (International Phonetic Alphabet – IPA)	[kuh m-pyoo-ter]
Informação Gramatical	s (substantivo)
Correspondente Tradutório	Computador
Exemplos EN	<i>Shut down the computer. If you are unsure whether the computer is off or in Hibernation, turn the computer on, and then shut it down through the operating system.</i> <i>Disconnect all external devices connected to the computer.</i> <i>To boot a computer in Safe Mode the user should turn on the computer and immediately start tapping the F8 key.</i> <i>The processor is the main “brain” of a computer system.</i>
Exemplos PT	Para evitar danos ao computador, certifique-se de que a superfície de trabalho seja plana e esteja limpa. A tomada utilizada deve estar localizada próxima ao computador e em lugar de fácil acesso. Atualizar computador: nesta opção todos os arquivos pessoais como fotos, músicas, vídeos e outros, serão mantidos. Um vírus de computador é um programa que prejudica, de alguma forma, o sistema e que se espalha facilmente pela internet.
Clusters EN	<i>Computer Models Equipped, PC Computer Models, From the Computer, Turn the Computer, Restart The Computer, The Computer Setup, Turn off the Computer, Shut down the Computer, Computer Modes, Computer Lab Manager, With Standard Computer, Computer Case, The Computer Boots, Computer is Plugged, Computer is Powered, The Computer Restarts.</i>
Clusters PT	Parte Interna do Computador, Manual do Utilizador do Computador, Remover a Tampa do Computador, Computador de Mesa, Uso do Computador, Versão do Computador, Desligar o Computador, Computador Portátil, Aplicativos do Computador, Dados do Computador, Preparação do Computador, Tela do Computador, Reinicialização do Computador, Memória do Computador, Segurança do Computador, Configuração do Computador, Funcionamento do Computador, Instalados no Computador, Conectar o Computador, Sistema Operacional do Computador, Reinicie o Computador, Bateria do Computador, Desliga o Computador, Painel Dianteiro do Computador.
IMAGEM	

FONTE: *Corpora* de manuais de informática em inglês e português

QUADRO 3 – Ficha Terminológica *drive*

→ Termo: <i>DRIVE</i>	
Informação Fonológica (International Phonetic Alphabet - IPA)	[drahyv]
Informação Gramatical	s (substantivo)
Correspondente Tradutório	Unidade
Exemplos EN	While handling a drive, avoid touching the connector. CAUTION: Drives are fragile components that must be handled with care. As the amount of free space on a hard drive decreases, typically the fragmentation increases. If the hard drive LED turns green, the power button is working correctly.
Exemplos PT	Evite expor a unidade ao contato com líquidos ou a temperaturas extremas. IMPORTANTE! O manuseamento incorreto do PC Portátil pode danificar a unidade de disco rígido. A velocidade de leitura e de gravação de uma unidade de CD poderá diferir dependendo da condição e do tipo de mídia. ATENÇÃO: Para impedir danos ao <i>notebook</i> ou a unidades e a perda de trabalho, proceda do seguinte modo: Manipule a unidade com cuidado. Não a deixe cair. Evite expor a unidade de disco rígido a dispositivos com campos magnéticos.
Clusters EN	<i>Hard Drive, Hard Disk Drive, CD Rom Drive, Optical Drive, Drive for Use, USB Flash Drive, Floppy Disk Drive, Drive Hardware Kit.</i>
Clusters PT	Unidade de Disco, Unidade de DVD, Unidade de CD, Unidade Óptica, Unidade Virtual, Remover a Unidade, Recolocar a Unidade, Selecione a Unidade, Unidade da Fonte, Unidade USB, Unidade Central, Conector de Unidade.
IMAGEM	

FONTE: *Corpora* de manuais de informática em inglês e português

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou algumas das principais ferramentas de auxílio à tradução e procurou destacar a linguística de *corpus* como uma metodologia para o tradutor desenvolver seu próprio banco de dados e glossários terminológicos. As ferramentas computacionais apresentadas colocam à disposição do profissional alguns mecanismos eficientes e fundamentais para o levantamento e análise dos dados.

Embora a ferramenta apresentada para análise linguística WordSmith Tools seja paga, existem outras gratuitas, por exemplo, AntConc e Lextutor, as quais possuem funções semelhantes às do WordSmith Tools. No entanto, optou-se pelo *software* WST, pois ele possui algumas vantagens quanto ao processamento dos dados.

Espera-se que o estudo possa contribuir com os profissionais da área, pesquisadores de tradução, estudiosos de terminologia e da linguística aplicada. Salienta-se também a importância de estudos mais aprofundados na melhoria de *softwares* para o desenvolvimento de fichas terminológicas, principalmente no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. P. de. Tradução automática de abstracts: avaliação do potencial e das limitações de três ferramentas da web. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 3, n. 1, p. 69-107, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0301/030103.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

AZZAM, F. Gerenciamento de memória de tradução e de Glossário. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n. 14, p. 87-119, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6477>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

CARVALHO, E. M. F. **Metodologia de construção de um Glossário bilíngue com base em um corpus de domínio técnico**. 2007. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DURÃO, M. do R. F. **Tradução científica e técnica**: proposta para a formação de tradutores pluricompetentes especializados na produção de documentação científica e técnica do inglês para o português. 2007. 586 f. Tese (Doutorado em Estudos Portugueses) – Universidade Aberta, Lisboa, 2007. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/776>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

FROMM, G. Proposta para a construção da microestrutura de um verbete terminológico para tradutores. **Tradterm**, v. 15, p. 133-154, 2009.

KRIEGER, M. da G. Terminologia técnico-científica: políticas linguísticas e mercosul. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58 n. 2, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252006000200017&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2016.

KRIEGER, M. G.; BEVILACQUA, C. R. A pesquisa Terminológica no Brasil: uma contribuição para a consolidação da área. **Debate terminológico**, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/riterm/article/view/21287>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LEPRE, L. **A elaboração de glossários bilíngues para a interpretação de textos em inglês com base em um corpus paralelo**. 2007. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARIAN, J. **Proposta metodológica para a construção de um banco de dados terminológico e elaboração de um glossário bilíngue da área têxtil**: máquinas de costura. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

NASCIMENTO, J. K. F. **Informática básica**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2008. Disponível em: <<http://www.colegiobarbosa.com.br/arquivos/26-8-2011113904.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

PORTOLAN, A. C. **Uma contribuição para a elaboração de um glossário bilíngue na área de pediatria com base em linguística de corpus**. 2011, 154 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SCOTT, M. **WordSmith Tools version 5**. Liverpool: Lexical Analysis Software, 2008.

ABUSO DE DIREITO EM TECNOCIÊNCIA

Silvio Forville Neto¹

Regis Tocach²

RESUMO

O abuso de direito e o não exercício abusivo dentro do campo das patentes em tecnociência são os focos principais do presente estudo. Para tanto, os conceitos são elucidados, a partir da doutrina da lei da propriedade industrial, do Código Civil Brasileiro e do exemplo da política de medicamentos genéricos, que consistiu em uma tentativa de coibir o abuso de direito nesta área. Para melhor tratar a temática, o conceito de função social da propriedade foi brevemente ilustrado, a fim de mostrar um princípio que, tal qual o abuso de direito, também se propõe a limitar as possibilidades de uso da propriedade privada de forma injusta e abusiva. Por fim, com os conceitos anteriores devidamente esboçados, foi feito um paralelo entre o abuso de direito e o não exercício abusivo com o princípio da boa-fé objetiva, tratando, em especial, do dever conexo de cooperação.

Palavras-chave: Abuso de Direito. Tecnociência. Boa-fé Objetiva.

¹ Aluno do 4º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: silvioforville@hotmail.com

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: regis.tocach@fae.edu

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal problema de pesquisa analisar quais são os limites jurídicos para a proteção da tecnociência e a partir de que ponto se poderá falar de abuso de direito do pesquisador e do detentor de pesquisa em tecnociência. Ainda a respeito do abuso de direito, será observada a implicação dos privilégios patentários, bem como as exigências de aplicação prática da invenção protegida, para evitar a aparição de situações em que se constata o não exercício abusivo por parte do detentor de patente. Além do mais, constam como objetivos verificar no não exercício abusivo uma violação ao princípio da boa-fé objetiva e identificar mecanismos judiciais e extrajudiciais de defesa efetivos. Para resolver tais problemas e atingir os objetivos anteriormente elucidados, serão trabalhadas três hipóteses principais de pesquisa: a caducidade das patentes como mecanismo de defesa contra a propriedade relegada, a política de implantação dos medicamentos genéricos como solução para o exercício abusivo do direito e o exercício abusivo do direito como uma violação ao princípio da boa-fé objetiva, mais especificamente, ao seu dever conexo de cooperação.

Logo, a problemática será desenvolvida tanto em torno do exercício abusivo dos privilégios patentários quanto da não utilização do benefício de exclusividade de invento ou modelo de utilidade pelo período concedido.

1 METODOLOGIA

O presente estudo é estritamente qualitativo, de natureza descritiva, com procedimento de pesquisa exploratória. Seguindo a orientação de Gil (2002, p. 44), o procedimento foi desenvolvido mediante o emprego de pesquisa bibliográfica, que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, e de pesquisa documental, que:

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

É neste sentido que se defende a importância do estudo exploratório, pois este é composto por:

[...] investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 188).

Com a exploração, o pesquisador torna-se apto a categorizar, desagregando o seu objeto sem perder de vista a complexidade e as interações deste com os demais integrantes do campo epistemológico (VASCONCELOS, 2002).

Após a formação de tal instrumental, torna-se possível compreender as relações existentes entre os sujeitos e o impacto causado pela atuação de cada um deles na esfera não só jurídica, mas também de poder dos demais.

Desse modo, os modelos e as formulações propostas no problema e nos objetivos serão respondidos na medida em que os dados obtidos forem colocados em contraposição ao conjunto de regras e instrumentos jurídicos criados pelo Estado para controle do investimento público nas diferentes épocas avaliadas.

2 TECNOCIÊNCIA

Trata-se de um conceito amplamente utilizado em estudos interdisciplinares de ciência e tecnologia. O termo **tecnociência** foi criado pelo filósofo belga Gilbert Hottois, na década de 1970. Sua utilização vem crescendo desde então, uma vez que a sociedade, cada vez mais, convive com a tecnologia.

2.1 CONCEITO

A própria semântica de tecnociência é capaz de nos fornecer uma ideia de seu significado. A junção dos termos **tecno** e **ciência** nos permite deduzir que tecnociência é uma síntese de ambos, o que está correto, mas isso não nos dá o significado completo do termo. De fato, a relação bilateral existente entre tecnologia e ciência, com a primeira fornecendo artefatos tecnológicos, e a segunda oferecendo recursos teóricos, deu origem ao termo.

Em outras palavras, isso causou o:

[...] aumento no número e na profundidade dos vínculos que articulam ciência e tecnologia, um fenômeno claramente visível nos últimos tempos, tendo motivado a criação do neologismo “tecnociência”, de uso cada vez mais corrente (OLIVEIRA, 2003).

Portanto, a origem da expressão se dá porque, apesar de ser possível separar tecnologia e ciência (ao menos abstratamente, pois na prática é mais difícil), a cooperação mútua existente entre elas necessita de um conceito que as sintetize – no caso, tecnociência.

Outro fato que colabora para a relevância do termo tecnociência é o constante intercâmbio de recursos da ciência para a tecnologia, mas também da tecnologia para a ciência. O senso comum estabelece que a relação entre ciência e tecnologia só ocorre quando a primeira oferece arcabouço teórico para a segunda, mas este conceito já está ultrapassado. Alguns estudiosos do assunto já apontam que a tecnologia fornece alguns artefatos tecnológicos que servem como modelo para a ciência.

Ainda sobre a temática da tecnociência, cabe mencionar o importante apontamento feito por Dagnino (2008):

A ciência não consistiria em pura teoria, nem a tecnologia em pura aplicação, senão ambas seriam integrantes de redes de cujos nós também fazem parte todo tipo de instrumentos, seres e objetos relevantes à atividade que se desenvolvem no seu entorno. Os produtos da atividade científica – as teorias –, não poderiam então continuar sendo separadas dos instrumentos – as tecnologias, inclusive – que participam da sua elaboração.

Dessa maneira, a fronteira que divide ciência e tecnologia está desmoronando, e a cada dia o termo ganha maior uso e amplitude.

2.2 LIMITES AO USO E DIRECIONAMENTO DA TECNOCIÊNCIA

Desde a Idade Média, é comum a existência de privilégios patentários, sustentados por argumentos jusnaturalistas e utilitaristas, que forneceram o capital teórico que fundamenta a utilidade/justiça da propriedade imaterial. Os primeiros afirmavam que: “a propriedade sobre o resultado de seu trabalho intelectual seria, assim como no caso dos bens tangíveis, um direito natural” (MALAVOTA, 2010). Para eles, se alguém foi responsável por uma inovação, por merecimento este deve possuir um direito exclusivo sobre ela.

O seguinte trecho demonstra isso:

Fortalecia-se a interpretação da invenção como o fruto de um trabalho criativo individual, a materialização da atividade intelectual do inventor, que em sua função despende tempo, esforços e recursos. Consequentemente, estando o produto da atividade inventiva atrelado ao mérito individual, fortalecia-se o argumento de que seria lícito ao homem dispor plena e exclusivamente dos benefícios econômicos proporcionados pelo seu trabalho (MALAVOTA, 2015).

Portanto, essa forma de pensar legitimava que um inventor deveria possuir exclusividade em sua invenção, pois não seria justo um terceiro auferir lucro por aquilo que foi fruto de seu trabalho intelectual.

Por causa de frequentes críticas, a teoria do direito natural a privilégios patentários perdeu força, e a teoria utilitarista tomou seu lugar. Para os utilitaristas, representados por Jeremy Bentham e John Stuart Mill, o norteador de uma sociedade deveria ser a maximização da felicidade e da utilidade. Tendo isso em vista, eles, ao contrário dos jusnaturalistas, não acreditavam em um direito natural inerente ao homem. Entretanto, afirmavam que os direitos de patente seriam positivos por maximizar a utilidade das ações humanas e por proporcionar benefícios sociais. Para provar isso, partiam do princípio de que uma inovação tende a trazer progresso e benefício econômico a uma sociedade.

Outro argumento usado pelos utilitaristas “apontava a necessidade de se premiar o indivíduo pelos esforços despendidos no decorrer da atividade inventiva” (MALAVOTA, 2010).

Tal argumento encontrava respaldo porque além de ser justo premiar um inventor, o fato de dar privilégios – que acarretaria em ganhos financeiros – a este fomentaria outras pessoas a criarem novas tecnologias, dando origem a um ciclo que traria somente benefícios à sociedade.

Apesar de todos esses argumentos favoráveis à manutenção dos privilégios patentários, atualmente seus limites vêm gerando polêmica e controvérsia. O abuso do direito na tecnociência tem sido uma questão recorrente, que pode ocorrer de duas maneiras: quando o detentor da patente a exerce de maneira abusiva, “viola os princípios da finalidade econômica e social da instituição, da sua destinação, produzindo o desequilíbrio entre o interesse individual e o da coletividade” (SAMPAIO, 2013); e quando o proprietário da patente incorre no não exercício abusivo, em que a patente não está sendo devidamente aproveitada, mas, ao mesmo tempo, impede outras pessoas de fazerem uso da invenção.

3 ABUSO DE DIREITO

As relações e atividades humanas têm se tornado cada vez mais intrincadas e complexas com o transcorrer do tempo. Dessa forma, para que o Direito possa acompanhar o desenvolvimento da sociedade, suas normas e institutos necessitam ser revisados ou reciclados com o passar dos anos. O instituto denominado **abuso de direito**, que versa sobre o uso imoderado de um direito subjetivo, também passou por um processo de mudança, uma vez que suas origens remontam do direito romano, passando por diversas nações e civilizações, até os dias de hoje. E, mesmo assim, seu entendimento e utilização são variáveis entre os diversos países do globo.

3.1 TEORIAS E CRITÉRIOS FIXADORES DO ABUSO DE DIREITO

Para se fixar os limites do que é considerado um exercício legítimo de seu direito e o que é abuso de direito, existem algumas teorias e critérios que são divergentes entre si. As principais são: teorias objetivista, subjetivista e mista ou eclética. Para os subjetivistas, para haver abuso de direito é necessário dolo em prejudicar ou exercício culposo. Os objetivistas, por sua vez, consideram que sempre que o direito é exercido sem legítimo interesse, ou que este se desvia de seu interesse econômico e social, há abuso de direito. Por fim, a teoria mista ou eclética entende que:

[...] o uso anormal do direito consiste no seu desvio, no seu emprego, com outros fins do que aqueles que a lei entendeu de proteger, sendo que este desvio pode consistir, na intenção de prejudicar, na falta de execução, na falta do interesse legítimo, ou no desvio do direito de sua função social (MARCACINI, 2015).

Portanto, no que se refere à análise de casos concretos, pode-se considerar que o mais correto é o uso da teoria mista ou eclética, que leva em consideração ambos os aspectos (objetivistas e subjetivistas) em suas resoluções.

3.2 FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E ABUSO DE DIREITO DA EXCLUSIVIDADE DAS PROPRIEDADES INDUSTRIAIS

A propriedade privada compreende o direito de usar, gozar e dispor de uma determinada coisa, de modo absoluto e exclusivo. Essa definição explica superficialmente o que é o direito de propriedade, entretanto, não diz nada sobre os limites do seu uso. Enquanto era predominante uma visão liberal de propriedade, era dito que esta era ilimitada, que seu proprietário poderia fazer o que bem quisesse com ela, desde que não atrapalhasse terceiros. Essa visão, que ainda se mantém viva nos setores mais reacionários da população, hoje em dia é minoritária, pois desde o surgimento do Estado Social é comum se valorizar a função social da propriedade e procurar por mecanismos que combatam o abuso de direito.

Com relação à função social da propriedade, Eros Grau (1995, p. 250) ensina:

[...] o princípio da função social da propriedade impõe ao proprietário - ou a quem detém o poder de controle, na empresa - o dever de exercê-la em benefício de outrem e não, apenas, de não a exercer em prejuízo de outrem.

Ou seja, a antiga visão da propriedade privada como algo absoluto e sem limites é ultrapassada, no mínimo, desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que definiu pela primeira vez, no Brasil, o princípio da função social da propriedade.

O Código Civil Brasileiro de 2002, que apanhou diversos princípios da Carta Magna de 1988, prevê em seu art. 187 a ilicitude do abuso de direito: “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”. Portanto, em nosso ordenamento jurídico, não respeitar as finalidades sociais e econômicas da propriedade não se constitui apenas em ato abusivo, mas também em ato ilícito. Ainda sobre abuso de direito, cabe apontar um importante comentário da autoria de Alvino Lima (1956, p. 27):

A teoria do abuso de direito veio, pois, alargar o âmbito das nossas responsabilidades, cerceando o exercício dos nossos direitos subjetivos, no desejo de satisfazer melhor o equilíbrio social e delimitar, tanto quanto possível, a ação nefasta e deletéria do egoísmo humano. Como corretivo indispensável ao exercício do direito, ela veio limitar o poder dos indivíduos, mesmo investidos de direitos reconhecidos pela lei, conciliando estes direitos com os da coletividade.

Com a propriedade industrial, que é o conjunto de direitos sobre as patentes de invenção, não é diferente. Elas devem obedecer aos ditames da função social da propriedade e não pode haver abuso de direito, bem como não exercício abusivo. A seguir, trataremos dos mecanismos que o Estado brasileiro dispõe para combater essas disfunções dos privilégios patentários.

3.3 MECANISMOS DE CONTROLE EM FAVOR DO PODER PÚBLICO

Quando, por meio de privilégios patentários, ocorre abuso de direito ou não exercício abusivo, existe a tendência de que a população saia perdendo. Uma vez que os privilégios fornecem exclusividade na produção de determinada tecnologia, um monopólio na venda de tais bens é formado.

Por monopólio entende-se “uma empresa que é a única vendedora de um produto que não tem substitutos próximos” (MANKIW, 2014, p. 300). Monopólios são prejudiciais aos compradores, uma vez que estes passam a ser “formadores de preço”, ou seja, têm “poder para influenciar o preço de mercado de seu produto” (MANKIW, 2014, p. 299). Isso significa que, pelo fato de não haver concorrência, as empresas monopolísticas podem vender seus produtos pelo valor que maximize seus rendimentos, o que, muito provavelmente, sairá caro aos compradores.

Existem três tipos principais de monopólio, sendo um deles o que deriva dos privilégios patentários, chamado **Regulamentações do governo**, e significa que “o governo concede a uma única empresa o direito exclusivo de produzir um determinado bem ou serviço” (MANKIW, 2014, p. 299). Tendo isso em vista, o poder público necessita, pelo bem da população, criar mecanismos para pôr fim aos monopólios com preços abusivos. Um desses mecanismos – que teve grande sucesso – é o caso dos medicamentos genéricos. Eles são cópias de medicamentos inovadores cujas patentes já expiraram. Portanto, ao menos na área farmacêutica, o governo foi capaz de introduzir um dispositivo que favoreceu a população. Isso é algo justo, visto que uma grande parcela da população não tem condições financeiras de comprar remédios de referência e o direito à saúde está calcado no art. 6º da Constituição Brasileira de 1988.

Os medicamentos genéricos foram instituídos no Brasil, em 1999, a partir da promulgação da Lei nº 9.787. Essa lei define o medicamento genérico, em seu art. 1º, inciso XXI, como:

[...] medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela DCB ou, na sua ausência, pela DCI.

Portanto, o que a política de medicamentos genéricos tem por objetivo é, após a “expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade” (BRASIL, 1988), quebrar o monopólio do inventor de um determinado medicamento de referência.

Segundo Viera e Zucchi (2006), que realizaram uma pesquisa com os preços dos medicamentos genéricos, constatou-se que o preço destes, no momento de seu lançamento, foi, em média, 40% menor do que o valor do medicamento de referência. Além disso, na conclusão desse estudo foi constatado que:

O que se pode afirmar é que ao longo dos anos, o medicamento genérico foi se tornando mais barato, em média, do que o medicamento de referência correspondente. Isso revela que para a maioria das especialidades farmacêuticas estudadas, a concorrência de medicamentos genéricos no mercado farmacêutico brasileiro não causou aproximação de preços entre medicamentos genéricos e de referência (VIERA; ZUCCHI, 2006).

Pelo fato dos valores dos genéricos serem muito mais baixos, era cabível especular que os preços dos medicamentos de referência também cairiam, na tentativa de se tornarem mais competitivos. Entretanto, segundo esse estudo, não foi isso o que ocorreu.

Por outro lado, um estudo realizado pela doutrinadora Marislei Nishijima (2008) obteve conclusões diferentes:

Os resultados deste artigo apontam para um efeito negativo sobre os preços dos medicamentos pioneiros de marca que se tornaram referência em resposta à entrada dos genéricos em seus respectivos mercados. Além disso, sugerem que os preços dos medicamentos de referência são sensíveis negativamente ao aumento do número de genéricos em seus mercados.

Portanto, esse estudo concluiu que os preços dos genéricos influenciaram o valor dos medicamentos de referência, baixando seus preços. Ademais, embora as pesquisas se contradigam, o fato é que o público passou a ter a barata opção do genérico ao seu alcance.

O que o presente artigo quis demonstrar, com esta explicação sobre os medicamentos genéricos, é que o poder público necessita encontrar alternativas para que as inovações na área da tecnociência sejam acessíveis a toda a população. Na área farmacêutica/de saúde, houve grandes avanços, mas ainda há um longo caminho a ser trilhado.

3.4 OS MECANISMOS DE CONTROLE EM FAVOR DO INTERESSADO EM DESENVOLVER A PROPRIEDADE RELEGADA

Tal como o abuso de direito, o não exercício abusivo é muito prejudicial à sociedade. Uma vez que uma patente é concedida, espera-se que ela seja usada, ou seja, que a invenção seja produzida de forma que chegue ao consumo das pessoas, para que estas possam se beneficiar dela. Nas palavras de José Inácio Gonzaga Franceschini (1981, p. 53):

[...] seu não uso ou falta de exploração pelo titular ou seu emprego por terceiros podem ofender interesses sociais, em cujo benefício foram outorgados, podendo tais atos ou omissões tipificarem delitos de abuso de poder econômico.

Isso significa que as patentes, assim como qualquer tipo de propriedade, também possuem uma função social a desempenhar, e o seu não exercício pode causar caducidade da patente.

Em direito, entendemos caducidade como o estado a que chega todo o ato jurídico, que se torna ineficaz em consequência de evento surgido posteriormente. É o estado daquilo que se anulou ou que perdeu valia, tida, até então, antes que algo acontecesse.

No que se refere aos privilégios patentários, a consequência de evento surgido posteriormente é o não exercício, que se constitui como abusivo, da patente obtida. É esse não exercício abusivo que causa a caducidade.

A Lei da Propriedade Industrial, nº 9.279, datada de 14 de maio de 1996, prevê, em seu art. 78, as causas de extinção da patente de invenção:

Art. 78. A patente extingue-se: I - pela expiração do prazo de vigência; II - pela renúncia de seu titular, ressalvado o direito de terceiros; III - pela caducidade; IV - pela falta de pagamento da retribuição anual, nos prazos previstos no § 2º do art. 84 e no art. 87; e V - pela inobservância do disposto no art. 217. Parágrafo único. Extinta a patente, o seu objeto cai em domínio público.

Tendo isso em vista, a caducidade pode ser considerada um eficaz meio de se desenvolver a propriedade relegada, caso a patente não seja exercida.

4 APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA

A boa-fé objetiva, princípio moderno consagrado no direito privado brasileiro desde o Código do Consumidor de 1990, se encontra, da mesma forma, no Código Civil de 2002. Tal princípio surge com o intuito de limitar o conteúdo contratual e, portanto, trata-se de uma intervenção estatal na liberdade de contratar dos cidadãos. No entanto, essa intervenção possui o acertado intuito de exigir diversos deveres de conduta de ambos os contratantes.

4.1 A BOA-FÉ OBJETIVA COMO CLÁUSULA GERAL E SUA APLICABILIDADE IRRESTRITA

A chamada Constitucionalização do Direito Civil trouxe diversas mudanças com o novo Código de 2002. Até então, reinava o liberal princípio do *Pacta Sunt Servanda* – ainda que o princípio da boa-fé objetiva já viesse sendo usado pela jurisprudência –, que fixava que o pacto fazia bem para as partes e os contratos firmados a nível privado deveriam ser cumpridos. Entretanto, com a adoção de princípios constitucionais por parte do Código Civil de 2002, houve uma mudança drástica na avaliação dos contratos. A *Pacta Sunt Servanda* perdeu espaço e, com isso, o princípio da boa-fé objetiva se alastrou, tomando grandes proporções. Esse princípio é considerado uma cláusula geral (possivelmente a de maior extensão), uma vez que, apesar de definir parâmetros de interpretação, fornece grande lapso para as decisões dos magistrados. Conforme ensina Lucinete Cardoso de Melo (2004):

O Código anterior possuía excessivo rigorismo formal, ou seja, quase sem referência à equidade, boa-fé, justa causa ou quaisquer critérios éticos. Já o novo Código Civil conferiu ao Juiz não só o poder de suprir lacunas, como também para resolver onde e quando previsto, de conformidade com valores éticos.

Tamanha liberdade dada ao juiz só é possível porque as cláusulas gerais possuem, intencionalmente, textos vagos e imprecisos, exigindo a interpretação do juiz em cada caso específico. Essa mudança no Código Civil não se deu por acaso. Era de interesse dos legisladores substituir a noção de que um contrato firmado não pudesse ser desmanchado – a chamada força vinculante dos contratos. Para tanto, uma guinada rumo a um “sentido social” foi necessária, e a boa-fé objetiva foi um grande passo para isso.

No que concerne à boa-fé, Sílvio de Salvo Venosa (2008, p. 362) fornece uma importante e concisa definição: “coloquialmente, podemos afirmar que esse princípio da boa-fé se estampa pelo dever das partes de agir de forma correta, eticamente aceita, antes durante e depois do contrato”. Portanto, fica claro o forte potencial de regulamentação dos contratos que o princípio da boa-fé objetiva possui, tendo em vista suas exigências e a liberdade do juiz em suas decisões. Esse princípio abrange diversas esferas dos contratos, examinando “as condições em que o contrato foi firmado, o nível sociocultural dos contratantes, o momento histórico e econômico” (VENOSA, 2008, p. 362). Tendo isso em vista, percebe-se que a boa-fé objetiva não atenta somente ao contrato em si, pois toma como critérios características socioeconômicas e culturais dos contratantes.

4.2 O DEVER CONEXO DE COOPERAÇÃO COMO BALIZADOR DOS LIMITES DO EXERCÍCIO REGULAR DOS DIREITOS E PRIVILÉGIOS

A boa-fé objetiva, como fonte de interpretação contratual, exige conduta leal por parte dos contratantes, estabelecendo diversos deveres conexos ao contrato, entre os quais estão o dever: de cuidado em relação à outra parte negocial; de respeito; de informar a outra parte sobre o conteúdo do negócio; de lealdade e probidade; de agir com honestidade; de colaboração ou cooperação; de agir conforme a razoabilidade, a equidade e a boa razão. Para melhor explicá-los, cabe a lição do eminente Paulo Luiz Netto Lôbo (2015), que ensina que “há deveres que excedem o próprio e estrito dever de prestação, especialmente nas obrigações negociais, mas que são com ele necessariamente anexos, unidos ou correlacionados.” Portanto, fica evidente o caráter dos deveres anexos à boa-fé objetiva. Ainda a respeito dos deveres conexos, Flávio Tartuce (2014, p. 503) ensina que “a quebra desses deveres conexos gera a *violação positiva do contrato*, com responsabilização civil objetiva daquele que desrespeita a boa-fé objetiva”. Ou seja, as obrigações resultantes do princípio da boa-fé objetiva possuem caráter cogente, uma vez que a sua quebra acarreta ruptura contratual.

Tendo isso em vista, reitera-se a obrigatoriedade de seguir os limites desses deveres conexos. Pensando nisso, cabe a pergunta: Onde há abuso de direito ou não exercício abusivo, o dever conexo de cooperação está sendo resguardado? A resposta é não. Para melhor compreender o porquê da resposta negativa, cabe citar que por cooperação entendemos a relação baseada na colaboração entre indivíduos ou organizações, no sentido de alcançar objetivos comuns utilizando métodos mais ou menos consensuais.

Em outras palavras, “os deveres de cooperação ou assistência são aqueles que obrigam as partes a prestarem assistência com relação ao objeto do contrato durante e após a execução do mesmo” (CONTIJO, 2010).

Portanto, no momento em que há abuso de direito, não há cooperação, pois não é possível **alcançar objetivos comuns** quando não se atende aos fins econômicos e sociais da sociedade. O mesmo vale para o não exercício abusivo. Relegar seus direitos patentários não ajuda em nada a sociedade e a consecução do bem comum.

CONCLUSÃO

Por meio das informações e opiniões coletadas ao longo deste trabalho, é correto afirmar que as três hipóteses de pesquisa aludidas ainda na introdução deste artigo foram comprovadas. A primeira delas, que fixava a caducidade das patentes como mecanismo de defesa contra a propriedade relegada, se mostrou acertada, uma vez que a Lei da Propriedade Industrial, nº 9.279, requer que a propriedade relegada seja extinta, e isso, por sua vez, combate o não exercício abusivo de patentes.

A segunda hipótese, citada na introdução, foi a política de implantação dos medicamentos genéricos como solução para o exercício abusivo do direito, algo que também se comprovou, visto que o monopólio dos medicamentos de marca acabou, principalmente, em função do baixo valor dos medicamentos genéricos. Essa política pôs fim ao abuso de direito no setor e possibilitou que remédios estivessem ao alcance de uma maior fatia da população.

A terceira e última hipótese, que colocava o não exercício abusivo como uma violação ao princípio da boa-fé objetiva, também se confirmou, pois, por meio do dever conexo de cooperação, pode-se afirmar que a boa-fé objetiva é infringida sempre que não é feito uso dos privilégios patentários. Por fim, a respeito do problema de pesquisa, que é delimitar a partir de que momento há o abuso de direito, conclui-se que a teoria eclética ou mista é a que pode sanar, de maneira mais eficaz, os casos concretos de abuso de direito.

REFERÊNCIAS

- ASCENÇÃO, J. O. **Direito Civil: teoria geral**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.
- BRASIL. **Código Civil**. 53. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- _____. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial – LPI). Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- _____. Lei n. 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 fev. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9787.htm>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- DAGNINO, R. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência**. São Paulo: Unicamp, 2008.
- FRANCESCHINI, J. I. G. Os contratos de tecnologia como forma de abuso do poder econômico, **Revista Forense**, v. 77, n. 273, p. 49-57, jan./mar. 1981.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONTIJO, P. M. O. Boa-fé objetiva: deveres anexos e pós-eficácia das obrigações. **Revista Jurídica Uniaxará**, Araxá, v. 14, n. 13, p. 119-146, 2010. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/juridica/article/viewFile/45/37>>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- GRAU, E. R. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 1995.
- LIMA, A. Abuso de direito. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 166, 1956.
- LÔBO, P. L. N. Deveres gerais de conduta nas obrigações civis. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 9, n. 711, 16 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6903>>. Acesso em: 3 jun. 2015.
- MALAVOTA, L. Tecnologia, mercado e propriedade: debates acerca das patentes de invenção no século XIX. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 15., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732750_ARQUIVO_Malavota_2010_TextoAnpuhRio2010.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2015.
- MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage learning, 2014.
- MARCACINI, D. T. R. **O abuso do direito**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp012823>>. Acesso em: 14 maio 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO, L. C. de. O princípio da boa-fé objetiva no Código Civil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 9, n. 523, dez. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6027/o-principio-da-bou-fe-objetiva-no-codigo-civil#ixzz3SoxXHrc4>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

NISHIJIMA, M. Os preços dos medicamentos de referência após a entrada dos medicamentos genéricos no mercado farmacêutico brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, abr./jun 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200004>. Acesso em: 26 fev. 2015.

OLIVEIRA, M. B. de. Tecnociência, ecologia e capitalismo. **O comuneiro**, n. 20, mar. 2015. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr05_06_MarcosBarbosadeOliveira-Tecnocienciaecologiaecapitalismo.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

OLIVEIRA, V. P. de. **Exploração patentária e infração à ordem econômica**. Belo Horizonte, v.1, n. 1, jan. 2003. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/Explora%C3%A7%C3%A3o%20patent%C3%A1ria%20e%20infra%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20ordem%20econ%C3%B4mica1.htm>. Acesso em: 26 fev. 2015.

SAMPAIO, P. O. de O. A teoria do abuso de direito e o artigo 187 do Código Civil Brasileiro. **Revista Trajetória Multicursos**, Osório, v. 4, n. 1, dez. 2013. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/trajetoria_multicursos/dezembro_2013/pdf/a_teorias_do_abuso_de_direito_e_o_artigo_187_do_codigo_civil_brasileiro.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015

SANDEL, M. J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

TARTUCE, F. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método, 2014.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

VENOSA, S. de S. **Direito Civil**: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 2.

VIEIRA, F. S.; ZUCCHI, P. Diferenças de preços entre medicamentos genéricos e de referência no Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 444-449, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/viewFile/32059/34107>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO

Andreia Azevedo de Lima Wada¹

Mayra de Souza Scremin²

RESUMO

Os Estados Federados realizam políticas públicas que são constituídas a partir do que a sociedade e o sistema político decidem sobre como estas devem funcionar e para quê. As políticas sociais permitem manter a ordem social, produzindo o consenso e legitimando o exercício do poder por meio do desenvolvimento do papel de mediador da relação entre Estado e sociedade. Dada a importância das políticas públicas, cabe ao Estado o devido processo legal para a delegação de competências de suas responsabilidades e a fiscalização adequada destes serviços. O presente artigo tem como metodologia um estudo descritivo analítico, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, mediante explicações embasadas em trabalhos publicados em livros, revistas, artigos e leis, tendo como objetivo geral a análise de como é feita a fiscalização dos contratos de concessão dos serviços públicos de saneamento de acordo com a lei vigente. Devido à relevância legislativa e social do tema, visa-se descrever como se deu o surgimento do saneamento básico no Brasil, delimitar a repartição constitucional de competência no que se refere ao saneamento básico, esclarecer o que é delegação de competência e concessão de serviços públicos feita pelo poder concedente, demonstrar como a legislação prevê essa delegação de competência, analisar a competência da prestação dos serviços de saneamento, e, por fim, informar as diversas maneiras que existem de fiscalização dos contratos de concessão.

Palavras-Chave: Concessão de Serviços Públicos. Poder Concedente. Concessionária. Fiscalização da Concessão.

¹ Aluna do 4º ano do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014/2015). E-mail: andreiaalw@gmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: mayra.scremin@fae.edu

INTRODUÇÃO

O cidadão tem seus direitos materializados por meio de políticas públicas, e estas ações se tornam importantes à medida que envolvem a população em geral e afetam principalmente as classes de baixa renda, nestas o acesso ao saneamento e à água potável fica deficiente, levando a um gasto financeiro expressivo na rede de atendimento à saúde, onde poderiam ter sido reduzidos por meio de medidas de saneamento básico.

Por saneamento entende-se o conjunto de ações que envolvem diferentes fases do ciclo da água, sendo inicialmente através da captação ou derivação, tratamento, adução e distribuição, concluindo com o esgotamento sanitário e a efusão industrial (BARROSO, 2002, p. 255).

Dessa forma, faz-se necessário descrever a maneira correta que a legislação vigente delimita a competência e define as entidades federativas responsáveis pela prestação desse serviço de saneamento básico, em especial no que se refere à água, bem como à delegação dessa competência a outros entes federados e à forma de fiscalização desses contratos de concessão.

O estudo ora desenvolvido procura delimitar a competência de cada ente. Visando à definição de suas responsabilidades, estaremos explanando a seguir, de maneira sucinta, o surgimento do saneamento básico no Brasil, bem como as concessões.

1 SURGIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO E DAS CONCESSÕES NO BRASIL

Os primeiros sistemas de abastecimento domiciliar de água encanada em áreas urbanas surgiram a partir do fim do século XVII na Inglaterra e na França, e eram de cunho particular, caracterizando assim o desenvolvimento capitalista nesses países. Inicialmente esses sistemas ocorreram sob a forma de empreendimentos privados, orientados pelo lucro. Era um bem privado e disponível somente a quem pudesse pagar por ele, mas que frequentemente era financiado com recursos públicos. Isso determinava um caráter excludente, fazendo com que a expansão do sistema de abastecimento de água fosse limitada às áreas que as empresas prestadoras do serviço não consideravam rentáveis, conduzindo ao desenvolvimento de um padrão de alta desigualdade no acesso aos serviços de água encanada.

Durante esta etapa privatista que se estendeu até a segunda metade do séc. XIX, as empresas privadas prestadoras desse serviço estavam sujeitas a pouco controle em termos de qualidade, regularidade do serviço e preços. A necessidade de regular as empresas começa a surgir a partir de meados do séc. XIX (CASTRO, 2011, p. 387).

Do ponto de vista da ampliação de direitos sociais, anteriores ao processo de ampliação de direitos civis e políticos, no Brasil ocorreram grandes conquistas. Isso aconteceu durante o período ditatorial (Era Vargas 1930-1945), quando a população teve seus direitos civis fortemente tolhidos. Esse percurso histórico “é importante para a compreensão das razões que postergaram a consolidação dos direitos de cidadania no país” (CARVALHO, 2001, p. 236).

A partir da década de 1980 surgiu um novo modelo de gestão, que substituiu o que se baseava no racionalismo administrativo, sendo uma versão atualizada do modelo privatista que havia imperado até fins do século XIX. Chamado de neoprivatismo, esse modelo significava que os serviços básicos deveriam voltar a ter status de mercadorias de bens privados, ou seja, deveriam ser adquiridos no mercado sem mediação do Estado.

Na prática, as formas predominantes assumidas por essa política, no setor de saneamento, têm sido as concessões e os contratos parciais a empresas privadas e, mais recentemente, chamadas de parcerias público-privadas. Essas políticas vêm sendo implantadas no nível global, desde a década de 1980 [...] (HELLER; GOMES, 2014, p. 26).

Como descreve Nohara (2014, p.479), “o auge da política de privatizações ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que houve muitas reformas administrativas orientadas pelas metas de ajuste fiscal, sugeridas pelos organismos financeiros internacionais”. Com isso, houve maior utilização das concessões e adoção do modelo das parcerias público-privadas para atrair investimentos para o Estado.

1.1 SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

Segundo dados apresentados pelo Plano Nacional de Saneamento Básico 2000 (IBGE, 2002), o déficit de saneamento no Brasil é encontrado entre as classes sociais de mais baixa renda – no que tange ao fornecimento de água. Já no caso da rede coletora de esgoto, a carência é mais generalizada. Dos municípios brasileiros, 44,3% não realizam controle de qualidade regular da água distribuída. Dos que possuem população menor que 30 mil habitantes, 38% não dispõem de nenhuma forma de tratamento de água.

A qualidade e o acesso ao serviço de abastecimento de água e tratamento dos dejetos não se distribuem de forma homogênea pelo território nacional. O Nordeste apresenta um quadro deficitário em razão da quantidade de água disponível. O Sul, por sua vez, dispõe de água em quantidade satisfatória, porém deficiente no aspecto qualitativo. O Norte está entre as regiões de maior disponibilidade, mas apresenta

problemas de infraestrutura. O Centro-Oeste, devido à grande escala de produção de grãos, tem problemas de degradação e poluição da água. A deficiência desses serviços atinge de forma mais intensa os municípios menores, as regiões metropolitanas e os domicílios rurais.

A partir da década de 1990, o crescimento dos serviços de abastecimento de água e esgoto ficou igual ao da década anterior, pois obteve um aumento discreto e pouco expressivo. A aplicação de valores a partir de 2003 é expressiva em relação aos quatro anos anteriores.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2011), se fosse investido anualmente no setor hídrico 0,16% do PIB mundial, a escassez de água poderia diminuir e reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso à água potável e aos serviços de saneamento básico. Porém, a ONU não reconhece ainda o direito à água como sendo um direito fundamental da pessoa humana, mas a concebe como bem econômico (BARBOSA, 2008).

No Brasil, as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 39/07 e 213/12, em abril de 2014, foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A Comissão aprovou a admissibilidade da PEC 39/07, do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), que inclui a água entre os direitos sociais previstos na Constituição e estabelece que “o Estado é o responsável pelo fornecimento de água a toda a população [...] isso porque está intimamente relacionado com o direito à vida” (LOURENÇO, 2014).

A PEC 213/12, da deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), trata do mesmo tema e também foi aprovada. De acordo com o deputado Raimundo Gomes de Matos (apud LOURENÇO, 2014), reconhecer a água como um direito humano fundamental significa que o Estado será responsável pelo seu provimento para toda a população. O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deputado Sarney Filho (PV-MA), votou pela constitucionalidade e juridicidade das propostas e foi acompanhado pela comissão. A PEC será agora analisada por uma comissão especial a ser criada pela presidência da Câmara antes de seguir para o plenário da Casa para votação em dois turnos. Se aprovada pelos deputados, a PEC seguirá para apreciação no Senado. Até o dia 10 de setembro de 2015, a PEC 213/12 permanece em regime de tramitação na câmara dos deputados.

Existem em nosso ordenamento jurídico diversas leis que delimitam a responsabilidade de cada ente da federação. A seguir será descrito como são feitas as repartições dessas competências à luz da Constituição Federal.

2 REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA REFERENTE AO SANEAMENTO BÁSICO

2.1 DIREITO DE ÁGUAS

O saneamento básico é de competências constitucionais da União, Estados e Municípios.

O Direito de águas é denominado como direito emergente e teve seu marco temporal na promulgação da Constituição da República (1988) e na Reforma do Estado Brasileiro (1995), ao qual apresentou mudanças no método jurídico-institucional hídrico nacional. Considerando a água doce como um direito fundamental da pessoa humana, ela jamais poderá ser desconsiderada pelo direito, pela política e pelo Estado.

Anteriormente estava vigente o código de águas de 1934, o qual considerava águas particulares, mas atualmente não existe mais esse conceito. A Constituição Federal (CF) descreve a água como bem Federal, Estadual ou Distrital, porém a competência constitucional para legislar sobre águas pertence somente à União e aos Estados. Cabe à União criar e legislar sobre o direito de águas e aos Estados membros o poder de legislar acerca da administração (gestão) das águas sob seu domínio. Já os municípios têm o poder/dever de preservar e zelar pelas águas que passam por seu espaço terrestre seja de pessoas físicas ou jurídicas.

Em meados dos anos 1990, dentre os assuntos ligados ao meio ambiente destaca-se a água, que passou por uma reforma significativa e tornou-se um fator importante de preservação e gerenciamento. Um dos pontos mais importantes é o plano diretor da reforma do aparelho do Estado, dando a ele uma nova forma de gerir o que se refere a águas. A criação da Agência Nacional de Águas (ANA), em 2000, com atribuições de implementar o Plano Nacional de Recurso Hídricos (PNRH) e coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH) foi um dos avanços (BARBOSA, 2012, p.154).

2.2 COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL

O Estado Federal está constituído pela descentralização política, que corresponde à União, aos estados membros e municípios. É válido ressaltar que cada ente possui autonomia, ao qual ocorre a repartição constitucional de competências. Existem as

competências comuns ou concorrentes compartilhadas pelas entidades estatais, sendo, do ponto de vista material, divididas em político-administrativas, legislativas e tributárias.

Compete à União legislar sobre águas, instituir o sistema nacional de gerenciamento dos recursos, os critérios para acesso e as prioridades no seu uso. Também lhe compete o potencial de energia hidráulica, podendo os Municípios e Estados terem o direito de participação nos resultados em compensação financeira por sua exploração. Estas delimitações se tornam importantes na medida em que se define quem será responsável pela prestação do serviço de designação adequada da água, a administração dos recursos hídricos, a proteção ambiental e o controle da poluição.

Aos Estados e Municípios, apenas na forma do art. 23 inciso XI da CF, cabe registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, foi criada para regulamentar o art. 21 inciso, XIX da CF, dando origem ao SNGRH, cujo escopo é organizar estruturas administrativas para fiscalizar o cumprimento da política nacional de recursos hídricos, bem como definir a água como um bem público dando prioridade a sua utilização em situação de escassez.

O acesso à água não depende de qualquer tipo de licitação para sua outorga, pois a União e os Estados deverão conceder as outorgas solicitadas, salvo em situações excepcionais – por exemplo, quando se tratar de um serviço público atribuído pela constituição a outro ente federativo cuja prestação e a utilização da água seja indispensável, como é o caso do saneamento.

Cabe à União e aos Estados concorrentemente a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, ao passo que é competência comum dos três níveis federativos a proteção do meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Quando se trata de saneamento básico, cabe à União, por meio de lei ordinária, dispor a respeito das diretrizes a serem adotadas. Isso não quer dizer que os entes federados não possam ter autonomia e competência para prestar o serviço. Os municípios poderão, no que couber, suplementar a legislação federal e a estadual, como autoriza o art. 30, inciso II da CF, de acordo com os interesses locais (este sendo predominante do local, em relação aos outros entes), podendo estes serem diferentes dos regionais e mesmo nacionais. Nesse sentido, cabe aos três promoverem programas de melhorias do saneamento básico. Não tendo titularidade na prestação do serviço, mas sim a possibilidade de uma ação em conjunto ou exclusivamente, tem-se como objetivo principal o alcance de melhores resultados quando efetivada a sua prestação, independentemente de quem seja o ente prestador do serviço.

Segundo o art. 25, § 3º da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015,

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum .

Desta forma, poderão integrar medidas que tragam benefícios comuns de interesse público, isso respeitando a CF.

Devido à complexidade e alto custo de obras e serviços que envolvam regiões metropolitanas ou intermunicipais, faz-se necessário realizar essas integrações, pois do contrário poderia dificultar a realização isoladamente destes, incorrendo na não realização satisfatoriamente, pois o interesse não é local, mas regional, podendo, dessa forma, afetar a vida e a administração de todo o Estado, inclusive da União.

Com o crescimento urbano, deu-se cabo na formação de conglomerados urbanos, sendo comum entre estes a organização de serviços a serem prestados pelo Estado. O saneamento básico, quando for de interesse comum ou regional (e não local), deverá ser prestado pelos Estados, não pelos Municípios. E se sobrevier algum conflito sobre a competência para realizar objetivos em comum, a escolha será definida pela celebração de convênio entre as unidades federativas, fundando-se no princípio da eficiência, com definição consensual dos papéis de cada um.

Este motivo fez a CF condicionar o estabelecimento destas regiões por meio da lei complementar estadual, e, uma vez editada a lei instituidora da região metropolitana, não poderão os municípios se insurgir contra ela, pois não é algo voluntário, mas sim compulsório. Isso porque o interesse local não pode prejudicar o comum geral.

Com relação ao saneamento, a seguir trataremos sobre a prestação desse serviço público no âmbito municipal e à luz da Constituição Federal, que delimita essa competência.

3 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO

3.1 COMPETÊNCIA MUNICIPAL

A Constituição Federal de 1988 definiu as competências de acordo com cada ente federado, e, no art. 23, inciso XI, demonstra a competência material comum que inclui os municípios para “registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos

de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios” (BRASIL, 1988). Isso foi consubstanciado na forma da Lei nº 9.433/1997, sendo esta uma legislação complementar correlata, que instituiu o PNRH e o SNGRH.

Os Municípios possuem competência legislativa concorrente com relação às normas que a União e os Estados já fizeram, mas precisa ser ajustada de acordo com o interesse local, envolvendo tanto a formulação de políticas quanto a execução das ações para o melhor desenvolvimento urbano local, na forma tanto das leis nacionais quanto da lei municipal.

A CF, em seu art. 30, inciso V, estabelece que:

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; (BRASIL, 1988).

Os serviços de saneamento são de interesse local, tendo o poder público prerrogativa para organizá-lo e prestá-lo. Sendo assim, o Município tem autonomia e competência constitucional sobre a gestão dos serviços no âmbito do seu território, respeitando as condições estabelecidas na legislação. Esta gestão compreende as funções de planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços, até mesmo os instrumentos e mecanismos de controle social.

Os serviços poderão ainda ser realizados de forma regionalizada, sendo caracterizados pela contribuição de um único prestador do serviço para vários Municípios contíguos ou não, a fim de estabelecer uma uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços. Essa fiscalização e regulação poderá ser exercida por órgão ou entidade ligada ao ente Federado que o titular da prestação do serviço tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação, obedecido ao disposto no art. 241 da CF (BARROSO, 2002).

A prestação regionalizada poderá ser realizada por órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, do Distrito Federal, ou municipal, na forma da legislação.

3.2 FORMA DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A CF, no art. 175, faz menção à hipótese de delegação de serviços públicos como a concessão ou a permissão, algo que foi regulamentado através da Lei nº 8.987/1995.

Conforme o art. 2º II dessa lei, a delegação da prestação é concedida à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, e feita mediante licitação na modalidade de concorrência por prazo determinado de acordo com o edital e o contrato, geralmente definidos por prazos mais longos.

Como salienta Mello (2001, p. 655),

compreende-se nas cláusulas regulamentares que o concedente pode, em razão de conveniência ou oportunidade, mesmo sem qualquer falta do concessionário, extinguir a concessão a qualquer momento, sem praticar, com isso, qualquer ilícito.

Uma vez que o serviço é prestado de maneira descentralizada por mera conveniência estatal e tendo em vista que nunca deixa de ser próprio do Estado (em razão de sua natureza pública), está em seu poder retomar o exercício e, se for o caso, indenizar o concessionário no que for adequado.

A prestação do serviço de saneamento básico é de competência municipal, segundo a Constituição, podendo o Município exercer essa função diretamente ou delegá-la a outro ente. Este processo está vinculado à celebração mediante a um contrato, que poderá ser contrato de programa, se o delegatário for ente público ou estatal, ou contrato de concessão precedido de licitação (regulada pela Lei nº 8.666/1993), no caso de empresa privada. No caso de licitação, haverá uma consulta pública ou audiência sobre o edital e a minuta do contrato entre titular e prestador do serviço. Poderá, ainda, a prestação ser na forma de permissão, autorização ou a gestão associada dos serviços a outros municípios.

Os contratos de concessão firmados com empresas privadas ou estatais deverão ser regulados pela Lei nº 8.987/1995 que, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação dos serviços públicos.

A validade dos contratos de concessão está condicionada à existência de plano de saneamento básico e a estudos comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação integral dos serviços, devendo os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato serem compatíveis.

Segundo a Lei nº 11.445/2007, na prestação regionalizada dos serviços, sendo um único prestador para vários municípios, deverá haver compatibilidade de planejamento dos respectivos planos municipais podendo ser elaborado um plano para o conjunto de municípios atendidos (BRASIL, 2007).

Delimitada constitucionalmente as competências de cada ente público, a seguir será pontuada a fiscalização dos contratos de concessão, bem como sua regulação.

4 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

4.1 AGÊNCIAS REGULADORAS

Segundo Cardozo, Queiroz e Santos (2011, p.1. 057),

a teoria da regulação pode representar a contribuição mais útil de um Estado, pois ele passa a desempenhar sua função de organizador das relações sociais e econômicas através do exercício do poder de polícia ou da concessão de serviços públicos. Para isso, ele desempenha três poderes inerentes à regulação: o de editar a regra, o de assegurar sua aplicação e o de reprimir as infrações.

Seja qual for o poder desempenhado, o objetivo é a adequação da atividade econômica aos interesses da coletividade.

Esta função regulatória é destinada a entidades ou órgãos especializados, relativamente alheios ao comando político, seja administrativo ou legislativo, dotados de grandes poderes regulatórios e atuando principalmente com base na lei, devendo seguir os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência para que os atos contrários ao ordenamento sejam alterados. Os dirigentes das agências reguladoras são nomeados por mandatos certos não coincidentes, propiciando esses mandatos ao longo de diversos governos.

As agências reguladoras surgem como tentativa de estabilizar as decisões políticas adotadas pelo legislador em determinado setor, com a função de que os objetivos sejam perseguidos de forma estável por estas entidades dotadas de autonomia. São criadas por lei ordinária específica, conforme o art. 37, inciso XIX da CF, e, por estar representada como uma opção discricionária de descentralização de uma função da administração, a iniciativa desta lei é privativa do chefe do poder executivo, e somente ele poderá extingui-las (as agências reguladoras) amparado pelo princípio da simetria e por determinação legal, conforme reza a CF.

No ano 2000, foi criada a Agência Nacional de Águas (ANA), sendo esta de natureza autárquica e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A agência tem autonomia administrativa e financeira e estabilidade de seus dirigentes. Sua função é atuar na prestação de serviços públicos, em se tratando de implementar e coordenar a gestão dos recursos hídricos no país e regular o acesso à água, sendo responsável por promover o uso sustentável.

A ANA se desdobra em três pilares: o normativo, o administrativo e o punitivo, e tem desenvolvido ações contributivas ao movimento de articulação da harmonia do pacto federativo entre os atores da gestão da água.

Em alguns Estados foram criadas agências que visam, da mesma forma que as nacionais, regular serviços delegados. Encontram-se agências reguladoras de serviços públicos delegados nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Bahia, Pará, Ceará, Rio de Janeiro, Sergipe, Pernambuco e São Paulo. Além de suas funções específicas em relação aos serviços delegados nos Estados, as agências estaduais podem firmar convênios com as agências nacionais com escopo de realizar os serviços de regulação nacional dentro de seu território.

A fiscalização realizada pelas entidades reguladoras tem por objetivo verificar a obediência dos agentes regulados aos preceitos normativos e à consequente aplicação de sanções. Dessa maneira, pode-se dizer que o poder de fiscalizar está ligado à observância do cumprimento das obrigações legais e regulatórias, exigindo que os atos praticados pelos agentes regulados sejam baseados na lei e estejam cobertos de validade, mas também que estes atos sejam eficazes na produção de seus efeitos, exigindo a participação das agências para a apuração de atos contrários ao ordenamento jurídico, buscando a preservação dos interesses sociais.

A falta de fiscalização eficiente e baseada nos princípios expostos poderá gerar responsabilidade para a agência reguladora, além do exercício irregular de forma abusiva, e também pode configurar abuso de autoridade, sujeitando-se o agente à responsabilização civil, administrativa e criminal.

4.2 A RESPONSABILIDADE DO PODER CONCEDENTE

A Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, em seu art. 9º, descreve que o titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto, prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação.

A mesma lei dispõe que a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, o qual não poderá conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados. Para a contratação mediante concessão deverá ser realizado o processo de licitação. As regras e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento, deverão constar no edital de convocação.

As normas criadas para regulamentar e fiscalizar as políticas públicas servem como base legal das atividades futuras, sendo de responsabilidade do Poder Executivo

realizar medidas para a sua efetividade, sendo o objetivo principal a proteção do meio ambiente. Para isso, a lei precisa ser aplicada juntamente com projetos de melhorias e eficiência de uso dos recursos naturais para então atingir sua finalidade plena, buscando a compensação e a minimização dos impactos negativos, a proteção do meio ambiente de forma racional e o desenvolvimento econômico e social de modo sustentável.

Segundo os artigos 8º e 23, § 1º, da Lei nº 11.445/2007, a regulação cabe ao titular dos serviços, que poderá realizá-la diretamente ou delegá-la à entidade de outro ente federativo, sendo necessário que a entidade reguladora seja constituída especificamente para esse fim, dentro dos limites do respectivo Estado, devendo ser explicitada a forma de atuação e abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

A Lei nº 8.987 define quais os encargos do poder concedente ao delegar sua função ao concessionário, sendo estas o poder de inspeção e fiscalização, de alteração unilateral das cláusulas regulamentares, de extinguir a concessão antes de findo o prazo inicialmente estatuído (deverá ter lei prévia autorizando o ato e, se couber, indenização), o poder de intervenção, e de aplicar sanções ao concessionário inadimplente.

4.3 FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

A regulação tem por objetivo estabelecer padrões e normas para a adequação dos serviços prestados a fim de satisfazer os usuários, garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, prevenir e reprimir abuso de poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência, e definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam à eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

A entidade reguladora e fiscalizadora deve ter independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, devendo ser assegurada a transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões. Ela é responsável pela verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais, garantindo o fiel cumprimento das prerrogativas contratuais, bem como dos serviços e da correta administração dos subsídios, seguindo as normas prévias editadas. Os contratos devem definir a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução dos serviços de saneamento básico.

A fiscalização da concessão, segundo a Lei nº 8.987/1995, estabelece que a concessionária e permissionária esteja sujeita à fiscalização pelo ente fiscalizador do poder concedente, devendo para isso contar com a cooperação dos usuários. O poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária, contando com o livre acesso em qualquer época a obras, equipamentos e instalações integrantes do serviço da concessionária.

Nos serviços em que mais de um prestador executa a atividade interdependente com a outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e fiscalização.

As normas deverão ser traduzidas de acordo com as características e necessidades locais, devendo as instituições se articularem de maneira a efetivar tais normas de forma eficaz. Essa articulação se refere à troca de informações entre os órgãos e entidades públicas, objetivando a busca da padronização e a simplificação dos procedimentos administrativos.

A CF delimita a melhor forma de articulação, estabelecendo as competências de acordo com cada ente da federação. Essa articulação foi introduzida como norma cogente de forma a sistematizar o procedimento, podendo garantir a proteção da qualidade e a quantidade dos recursos hídricos e gerenciamento destes. A troca de informações entre os entes envolvidos deverá ser sem restrições.

Existem lacunas na lei a respeito desses assuntos, porém, em se tratando de meio ambiente e de recursos hídricos, foram criados sistemas na administração pública em que participam os entes federados e a sociedade civil organizada; em cada ente político haverá um órgão ou entidade competente para exercer o controle dos recursos hídricos. É o caso do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o SNGRH, aos quais cabem a troca de informações que busquem continuamente a solução para os problemas correlatos. No caso de conflito de competências, esses órgãos devem buscar o meio mais adequado de articulação institucional, submetendo-se ao princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

Com relação aos corpos hídricos cujos domínios são de diferentes entes, bem como o controle cabendo a diferentes órgãos, devem todos esses entes atuar em harmonia por meio da utilização da negociação institucional para se chegar a um acordo por meio de concessões mútuas, tendo as partes como objetivo buscar seus interesses, porém em harmonia com os interesses das outras partes.

Mesmo a lei detalhando como e quem deverá realizar algum procedimento ainda assim poderá haver matéria necessária a interpretação, adotando-se o procedimento julgado mais de acordo com o espírito da lei.

5 OUTRAS FORMAS DE FISCALIZAÇÃO

A outorga de direito de uso de recursos hídricos e da ocupação do solo cabe à União, aos Estados e ao Distrito Federal, através da Lei nº 9.433/1997 que concedeu à participação dos municípios, associações profissionais, ONGs e as universidades em conjunto, passando a planejar o uso dos recursos hídricos. Após a deliberação colegiada caberá ao Comitê de Bacia Hidrográfica aprovar e acompanhar a execução desse trabalho em todas as suas fases. Em seguida, será encaminhado ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio das águas.

O Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) consiste em um banco de dados gerenciado pela esfera federal, contendo informações sobre a qualidade da prestação de serviços de água e esgoto e resíduos sólidos em relação à situação técnica operacional, gerencial e financeira dos operadores que atuam neste mercado. Este sistema veio para suprir a falta de um sistema de informação quanto ao saneamento e controle dos agentes públicos e privados envolvidos na prestação de serviços e à criação de um ambiente de mercado propício à participação da iniciativa privada.

A Lei nº 11.445/2007, em seu art. 53, criou o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNIS), por meio do qual o ministério das cidades pretendeu tornar público e acessível os indicadores e estatísticas para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento.

O SNGRH objetiva coordenar a gestão integrada das águas, arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos, implementar a PNRH, bem como planejar, regular e controlar o uso a fim de preservar e a recuperar os recursos, além de promover a cobrança pelo uso.

Segundo Menezelo (2002, p. 78), o controle se dá pelo confronto da atuação real com os objetivos que devem ser alcançados pela atuação das entidades reguladoras, podendo ocorrer o controle do poder público e do político-social, que é exercido pela soberania popular. Quanto à eficácia, o controle pode ser direto, exercido sobre a atividade governamental, e indireto, que ocorre pela fiscalização dos atos praticados, os quais podem ser acionados de ofício pelas partes interessadas e pela sociedade.

O controle financeiro das agências reguladoras pode ser feito por entidades como o Tribunal de Contas e o controle do exercício das funções pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público.

Para Justen Filho (2002, p. 588), esse controle versará basicamente sobre a gestão administrativa em sentido próprio. Não caberá ao Tribunal de Contas investigar o conteúdo das decisões regulatórias emitidas pela agência. O que se deverá verificar

são os dispêndios, licitações e contratações produzidas, os atos atinentes a pessoal e sua remuneração. Enfim, a atuação do Tribunal de Contas envolverá a fiscalização das agências reguladoras enquanto autarquia federal, não como órgão titular de competências regulatórias.

A realização do controle por este órgão pode ser provocada pelos cidadãos, partidos políticos, associações ou sindicatos, ou ainda quaisquer pessoas interessadas que verifiquem a ocorrência de atos irregulares ou ilegais que configurem o descumprimento de normas constitucionais ou de leis infraconstitucionais. Esse direito de representar as agências reguladoras se configura como um instrumento para impedir que estas ajam extrapolando as atribuições que lhe são inerentes.

Essa é uma forma de exercício da cidadania, que faz com que a sociedade fiscalize o bom uso dos recursos públicos, seguindo os preceitos legais, como também exige que os Tribunais de Contas aperfeiçoem sua estrutura para que possam acompanhar o desenvolvimento das entidades reguladoras e trazer colaborações para o desenvolvimento delas.

De acordo com o art. 49, inciso X da CF, ao Poder Legislativo compete exclusivamente a fiscalização e controle dos atos praticados pelo Poder Executivo, incluindo os praticados pelas entidades integrantes da administração indireta (BRASIL, 1998). Dessa maneira, as agências reguladoras podem ter os seus atos controlados pelo Poder Legislativo, que pode exigir delas uma justificativa para as suas decisões, inclusive as de caráter técnico. O processo pode se dar pela fiscalização dos atos emitidos pelas agências reguladoras, convocação para comparecimento, pedido escrito de informação, Comissões Parlamentares de Inquérito e fiscalização financeira e orçamentária com o auxílio do Tribunal de Contas.

Mazza (2005, p. 83) afirma que ao Poder Judiciário compete controlar as atividades das agências reguladoras e de seus agentes públicos quando questionadas, mediante provocação dos interessados, por meio de ação popular, ação civil pública, mandado de segurança, *habeas data*, ação de improbidade administrativa ou qualquer outra ação judicial que vise prevenir ou reprimir atos e omissões atentatórias às normas e princípios pertencentes ao ordenamento jurídico pátrio.

Por fim, o Ministério Público pode controlar as atividades das agências reguladoras, pois é uma instituição essencial para a função jurisdicional do Estado, incumbida de proteger a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses individuais e sociais indisponíveis.

No que concerne aos controles externos, a agência reguladora também pode sofrê-los por meio da atuação direta do Ministério Público por força de comandos constitucionais

contidos no art. 127 da Constituição de 1988, os quais lhe atribuíram competências para a defesa da ordem pública, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, podendo averiguar a legalidade e a legitimidade das decisões das agências, seja com pedidos de esclarecimentos, seja com propositura de ações judiciais, a fim de impedir que a agência reguladora viole o ordenamento jurídico (MENEZELLO, 2002, p. 78).

Sendo assim, podemos constatar a existência de várias formas legalmente amparadas pela constituição, bem como encontradas nas diversas legislações complementares vigentes em nosso ordenamento jurídico.

CONCLUSÃO

A água deve ser utilizada de forma racional, pois, embora seja um recurso renovável, é finita. Sendo assim, deve ser utilizada com parcimônia e muita reserva. Para que isso ocorra, faz-se necessária uma conscientização eficiente, realizada por meio da parceria entre a sociedade e os poderes federais, estaduais e municipais, a fim de que estes atuem conjuntamente para planejar, ensinar e fiscalizar o uso de forma sustentável, e valendo-se do princípio da racionalidade – de acordo com a teoria da ação comunicativa defendida por Habermas (2003), na qual é proposta uma racionalidade comunicativa.

Não há no Brasil uma cultura de articulação e negociação institucional consolidada e nem sempre existe sustentabilidade institucional, seja por parte dos órgãos e entidades ou dos colegiados. O que falta é estruturação financeira de pessoal qualificado e outras formas que viabilizem com eficácia a articulação.

Não faltam normas que tratam de recursos hídricos, o que falta é a implementação dessas normas e dar prosseguimento ao processo de gestão, que será efetivado com a adoção dos instrumentos da PNRH.

O serviço adequado, segundo a Lei nº 8.987/1995 é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço. E mais: compreende uma adequada fiscalização de acordo com as normas vigentes para que as concessões sejam feitas de maneira regular e satisfatória segundo nosso ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, A. S. de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BARBOSA, E. M. Água doce: direito fundamental da pessoa humana. *Âmbito Jurídico*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 58, out. 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3172> Acesso em: 9 set. 2015.

BARBOSA, M. de F. Direito de águas: arranjo jurídico-institucional, política e gestão. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 49, n. 194, p. 147-157, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496583>>. Acesso em: 9 set. 2015.

BARROSO, L. R. Saneamento básico: competências constitucionais da União, Estados e Municípios. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 38, n. 153, p. 255-270, jan./mar. 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/762>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

BORJA, P. C. **Avaliação do plano municipal de saneamento básico**: conceitos, experiências brasileiras e recomendações. [s.l: s.n.], 2010.

BORJA, P. C.; MORAES, L. R. S. Saneamento como um direito social. In: ASSEMBLÉIA DA ASSEMAE, 35., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Brasília: Assemae, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa da União**, DF, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, 18 jan. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, 8 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 8 jan. 2016.

_____. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a política nacional de recursos hídricos, cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal, e altera o Art. 1º da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, 9 jan. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm>. Acesso em: 7 jan. 2016.

_____. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**. Programa de Modernização do setor saneamento. Diagnóstico dos serviços de água e esgoto – 2007. Brasília: PMSS/SNIS, 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Coordenação de Análise de Jurisprudência. Ementário n. 2083-2. **Diário da Justiça**, Brasília, 20 set. 2002. Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 1.841-9. Rio de Janeiro. Tribunal Pleno 01/08/2002. Folhas 255-266.

CASTRO, J. E. Gestão democrática nos serviços de saneamento. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Panorama do saneamento básico no Brasil**. Brasília, DF, 2011. (Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil, v. 7). p. 420-452.

CARDOZO, J. E. M.; QUEIROZ, J. E. L.; SANTOS, M. W. B. **Direito administrativo econômico**. São Paulo: Atlas, 2011.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANZIERA, M. L. M. Articulação e negociação institucional na efetividade das políticas ambientais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 43, n. 172, p. 109-117, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92832/Granziera%20Maria.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa: racionalidade de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, v. 2. 2003.

HELLER, L.; GOMES, U. A. F. **Panorama do saneamento básico no Brasil**: elementos conceituais para o saneamento básico. Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2014. v. 1. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/panorama/vol_01_miolo.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO (IDP). **Saneamento Básico e Direito Constitucional**. Rodrigo Pereira Mello. Parte I. Direito Constitucional: Repartição Constitucional de Competência.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/.../pnsb.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2015.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de direito administrativo**. 10. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

LOURENÇO, I. **CCJ aprova admissibilidade de proposta que inclui água entre direitos sociais**. 1 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2014/04/ccj-aprova-admissibilidade-de-proposta-que-inclui-agua-entre-direitos>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

MAZZA, A. **Agências reguladoras**. São Paulo: Malheiros, 2005. (Temas de Direito Administrativo, v. 13).

MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MENEZELLO, M. D. C. **Agências reguladoras e o direito brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2002.

NOHARA, I. P. **Direito administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU aponta estratégias de investimento para redução da escassez da água**, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-aponta-estrategias-de-investimento-para-reducao-da-escassez-da-agua>>. Acesso em: 9 set. 2015.

REZENDE, S. C.; HELLER, L. **O saneamento no Brasil**: políticas e interfaces. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sthefani Bruna Agner¹

Daniel Müller Martins²

RESUMO

O presente estudo tem por premissa ser indispensável aprofundar a investigação sobre os instrumentos definidos em nível constitucional e infraconstitucional a respeito dos deveres-poderes de transparência estatal e acessibilidade das informações públicas aos cidadãos, bem como sobre os mecanismos de participação, reclamação e controle social (democracia participativa e legitimação pelo procedimento), com os olhos voltados à identificação das razões pelas quais se apresenta um déficit de efetividade que distancia os mundos do “dever ser” e do “ser” nesse âmbito de análise. Nesse sentido, o objetivo geral deste projeto de pesquisa reside em identificar as razões jurídicas (análise do plano normativo – dever ser) e sociais (análise do plano dos fatos – ser) responsáveis pelo déficit de efetividade do dever de transparência e do controle social da Administração Pública, incluindo-se seus instrumentos de concretização da democracia participativa, bem como apresentar (sugerir) medidas de correção.

A metodologia utilizada tem início com a pesquisa bibliográfica/doutrinária, conjugada com a coleta de dados fornecidos por acadêmicos de curso superior, com idade entre 20 e 50 anos, a respeito do assunto. É uma pesquisa que precisa ser acompanhada continuamente com as mudanças do mundo contemporâneo, visto que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o tema quanto à transparência e o controle social da Administração Pública, revelando-se indispensável acompanhamento e aprimoramento da consciência cidadã.

Palavras-chave: Administração Pública. Transparência. Participação. Controle Social. Cidadania. Democracia.

¹ Aluna do 5º ano do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: sthefaniagner@gmail.com

² Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: daniel.martins@fae.edu

INTRODUÇÃO

O controle social da Administração Pública no Brasil tem seu marco histórico-constitucional fundamental na Carta da República de 1988, a qual, pautando-se nuclearmente no dever de transparência estatal e no correlato direito de acesso às informações pelos cidadãos, com especial atenção aos instrumentos de participação popular, erigiu um arcabouço normativo que serve ao controle das ações do Estado na busca da melhor satisfação dos interesses públicos.

Tem-se na Constituição de 1988 um conjunto normativo orientado à implementação de mecanismos amplos de democracia participativa, permitindo aos cidadãos exercer suas prerrogativas de acompanhamento e controle da atividade estatal muito além do simples exercício do direito ao voto (democracia direta). Busca-se, então, a legitimação das decisões administrativas a partir da adoção de procedimentos informados, necessariamente, pelo direito à participação popular perante uma Administração Pública transparente.

Ocorre que já decorridos mais 25 anos desde a entrada em vigor da atual Carta da República, percebem-se sensíveis dificuldades para a efetividade plena (jurídica e social) dos mecanismos de transparência controle social da Administração Pública, seja no que diz respeito aos deveres impostos ao Estado, seja em relação ao exercício dos direitos outorgados aos cidadãos.

A questão principal que se apresenta nesse plano de análise, pois, se refere à identificação das razões fundamentais que originam esse déficit de efetividade (jurídica e social) dos mecanismos de controle social delineados no plano normativo pela Constituição de 1988.

Diante desse quadro, a presente investigação busca contribuir à identificação das razões fundamentais do referido déficit de efetividade, bem como contribuir com a identificação das medidas que possam representar um incremento da efetividade jurídica e social do controle social e seus instrumentos de concretização da democracia participativa.

1 METODOLOGIA

Visando ao cumprimento dos objetivos propostos, a presente pesquisa foi orientada pela conjugação de elementos de pesquisa teórica – bibliográfica/doutrinária –, de cunho exploratório, com elementos de pesquisa aplicada, tem o objetivo de investigar as hipóteses sugeridas pelos modelos teóricos com análise de dados e resultados.

Com a pesquisa teórica buscou-se a revisão da literatura a respeito dos pontos determinantes dos temas sob análise, com o objetivo de identificar os marcos conceituais fundamentais que definem a sustentação dos institutos jurídicos de interesse. De outra parte, com a pesquisa aplicada, buscou-se investigar a efetividade jurídica e social dos marcos teóricos a partir de dados coletados e tratados a partir de questionário aplicado ao grupo de pessoas com perfil de interesse.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A referência ao conceito da Administração Pública remete ao

[...] dever – poder atribuído constitucionalmente e instituído por lei como competência específica de certos Poderes e órgãos, tendo por objeto identificar e prevenir defeitos ou aperfeiçoar a atividade administrativa, promovendo as medidas necessárias para tanto (JUSTEN FILHO, 2014, p. 121).

Trata-se de noção correlata ao desempenho da função administrativa que tem como elemento teleológico fundamental a ideia de satisfação dos interesses públicos que, não obstante, traz em si uma imprecisão ou fluidez conceitual, identifica, em última análise, deveres-poderes de satisfação dos direitos fundamentais.

Sob a égide de um Estado Democrático de Direito erigido a partir da Constituição de 1988 e fundamentado, entre outros alicerces, nos princípios da cidadania e da dignidade da pessoa humana (art. 1º), salta aos olhos que o novo – e atual – regime traduz sensível preocupação com a concretização dos ideais norteadores da democracia participativa, não mais se limitando – o regime constitucional –, a proteger simplesmente a democracia representativa.

Nessa quadra, a Constituição vigente reforça as prerrogativas da cidadania ativa, reconhecendo o caráter complementar entre a representação política tradicional e a participação popular direta. Assim, os mecanismos de controle atribuídos constitucionalmente ou legalmente aos Poderes e órgãos constituídos não mais se mostram suficientes à legitimação da atividade controlada, pois não contemplam os princípios fundamentais da democracia participativa.

É nítida a preocupação do Poder Constituinte com a institucionalização de relevantes instrumentos de participação popular e controle social, fundados na ideia de transparência e acessibilidade às informações referentes às atividades administrativas, os quais transcendem a noção de direito de voto e, em última análise, tem correlação com a satisfação dos interesses públicos em seu núcleo ético irredutível que contempla os direitos fundamentais.

Por exemplo, direito à informação e direito de petição (art. 5º, XXXIII e XXXIV; art. 31, § 3º; art. 162); direito à participação nos colegiados de órgãos públicos relacionados aos seus interesses profissionais ou previdenciários; na administração pública direta e indireta, como usuários; na fixação da política agrícola; na proteção do patrimônio cultural; na defesa e preservação do meio ambiente; na assistência à saúde e do adolescente (art. 10; art. 37, § 3º, art. 187; art. 216, § 1º; art. 225; art. 227, § 1º); direito à participação comunitária na gestão democrática e descentralizada da seguridade social, da saúde, assistência social e ensino público (art. 194, § único, VII; art. 198, III; art. 204, II; art. 206, VI); direito à provocação do controle externo diante de irregularidades (art. 74, § 2º); entre outros.

A partir desse arcabouço constitucional, a atividade legislativa infraconstitucional passou a contemplar os instrumentos e mecanismos necessários a viabilizar a transparência e o controle social da Administração Pública, em especial a partir de meados da década de 1990.

Nesse contexto normativo, percebe-se claramente que o cidadão passa a ocupar uma posição predominante, enquanto protagonista, não mais limitada às prerrogativas da democracia direta, mas agora como elemento propulsor do controle à luz da democracia participativa.

Desde o advento da Constituição de 1988, é inegável que a atuação administrativa unilateral e centralizada do Estado perdeu força, dando espaço ao exercício de competências descentralizadas, com participação ativa dos cidadãos e da sociedade civil.

Para a efetividade dessa mudança de paradigma, faz-se indispensável dar concretização ao princípio da publicidade no viés da transparência pública e acessibilidade das informações aos cidadãos. É de causar espanto que apenas depois de 23 anos de vigência da atual Carta da República tenha sido editada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação, sendo oportunas as observações de Marília Souza Diniz Alves sobre a mudança da cultura do sigilo à cultura do acesso às informações públicas (ALVES, 2012).

O novo paradigma de atuação administrativa do Estado decorre, entre outros aspectos, daquilo que a doutrina denomina fuga do Poder Executivo Unitário (modelo piramidal) para uma Administração Pública policêntrica, marcada pela noção de descentralização, em especial, com a instituição de um modelo composto pelas denominadas autoridades administrativas independentes (BINENBOJM, 2014).

Não mais se verifica a unidade administrativa em torno do Chefe do Poder Executivo eleito diretamente pelo novo como instrumento democrático e fator central de legitimação da Administração Pública, pois:

[...] as autoridades ou agências independentes quebram o vínculo de unidade no interior da Administração Pública, pois sua atividade passa a situar-se em esfera jurídica externa à da responsabilidade política do governo. [...] à parte dos mecanismos de controle exercidos pelos poderes instituídos, a participação dos cidadãos apresenta-se como a mais alentada forma de suprimento do problema do déficit de legitimação democrática das agências independentes. Se há uma dificuldade de legitimação decorrente da alocação de porção do poder do Estado em reguladores não eleitos e não sujeitos aos mecanismos tradicionais de aferição de responsividade social de sua atuação, o fomento à participação social nos processos regulatórios seria uma possível maneira de reforçar o grau de autoridade das decisões das agências (BINENBOJM, 2014).

Ou seja, salta aos olhos que os deveres de transparência e acessibilidade das informações públicas aos cidadãos, bem como o consequente exercício das prerrogativas de controle social das atividades administrativas servem para superar os mecanismos históricos e tradicionais de legitimação, os quais historicamente repousam sobre os Poderes Executivo e Legislativo.

Em relação ao Poder Legislativo, historicamente invoca-se a Lei como produto da vontade geral e fonte da autoridade administrativa. Em relação ao Poder Executivo, historicamente invoca-se a gestão pública por aquele escolhido diretamente pelo voto popular, do que resultaria automaticamente a legitimidade das suas deliberações. Ambos os argumentos são insatisfatórios diante do novo quadro institucional da Administração Pública.

3 TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: POR QUE O DÉFICIT DE EFICÁCIA?

A Constituição de 1988 é denominada apropriadamente de Carta Cidadã, pois traduz um instrumento de consolidação de direitos fundamentais umbilicalmente vinculados à cidadania e à dignidade da pessoa humana.

Como bem pontua Luiz Carlos Bresser-Pereira (1997, p. 161-162), “a ideia de uma cidadania plena se completa quando acrescentamos aos direitos civis, políticos e sociais os direitos republicanos”, sendo que “a emergência dos direitos republicanos está relacionada com o processo de democratização que se tornou dominante em todo o mundo”.

Como já apontado anteriormente, a Constituição de 1988 inovou quantitativa e qualitativamente em normas correlatas ao dever de transparência estatal (publicidade, inclusive enquanto princípio), ao direito à participação cidadã e ao controle social da Administração.

Sabe-se, por oportuno, que na medida em que o controle social é realizado de forma efetiva torna-se capaz de elevar a gestão e a governabilidade, pois tende a impactar a máquina administrativa, promovendo maior transparência, agilidade e flexibilidade da Administração Pública, assim como garantindo adaptabilidade de longo prazo de programas e políticas públicas de governo dentro do seu modelo de gestão (SALLES, 2010).

Ademais, não se pode olvidar do importantíssimo marco legislativo introduzido com a recente criação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Trata-se de Lei que representa um importante marco regulador da transparência pública no Brasil, com regulamentação do direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, em atenção os princípios fundamentais da Administração Pública, em particular aqueles da publicidade e da moralidade.

Seguindo o mandamento constitucional, tem-se em nosso ordenamento jurídico que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo somente a exceção, definindo-se procedimentos de acesso com efetividade, garantias aos cidadãos e limites às hipóteses restritas de sigilo.

Dessume-se, pois, que a transparência (publicidade) e a acessibilidade às informações são pressupostos fundamentais do controle social, na medida em que são exigências de uma Administração democrática.

Assim, é possível concluir-se que o princípio (ou sobreprincípio) da transparência da Administração Pública resulta da conjugação, dentre outras, das seguintes normas constitucionais: a) princípio democrático, b) princípio da publicidade, c) direito de petição e princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e da eficiência, d) princípio da motivação e, por fim, e) princípio da moralidade administrativa (MAFFINI, 2005, p. 8).

No entanto, o que se verifica hodiernamente é que, de fato, a existência de um arcabouço normativo de qualidade a respeito da garantia de transparência (publicidade) e acessibilidade às informações é uma condição necessária (indispensável) a viabilizar o controle social eficaz e eficiente, mas, infelizmente, não se trata de condição por si só suficiente.

Com efeito, embora nosso ordenamento jurídico esteja qualitativamente adequado às necessidades contemporâneas – veja-se, por exemplo, que a Lei de Acesso à Informação foi desenvolvida a partir de novas perspectivas reconhecidas internacionalmente à luz de um princípio da máxima transparência possível, estimulando o uso das tecnologias da informação (CASTELLS, 2008) –, é inegável que persiste um déficit de eficácia e efetividade, sob o ponto de vista jurídico e social, quanto ao pleno exercício dos direitos correlatos à transparência, participação e controle social.

Em busca de investigar as razões fundamentais desse déficit, passa-se a analisar os dados coletados em pesquisa aplicada.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com os objetivos propostos, a pesquisa aplicada foi dividida em duas fases. A fase inicial utilizou como instrumento o questionário para coletar informações e opiniões dos cidadãos respondentes em relação aos temas analisados. Na segunda fase, buscou-se extrair dos dados coletados a identificação objetiva possível quanto aos temas em controvérsia.

A pesquisa³ foi elaborada por meio de levantamento e coletas de dados, utilizando um questionário composto por onze questões previamente elaboradas e padronizadas, com o objetivo de conhecer as opiniões dos pesquisados sobre a transparência, participação e o controle social da Administração Pública.

Foram coletados dados de 50 entrevistados que responderam ao questionário, sendo 69,2% do sexo feminino, 76,9% com idade entre 20 e 30 anos e 53,8% com escolaridade superior incompleta.

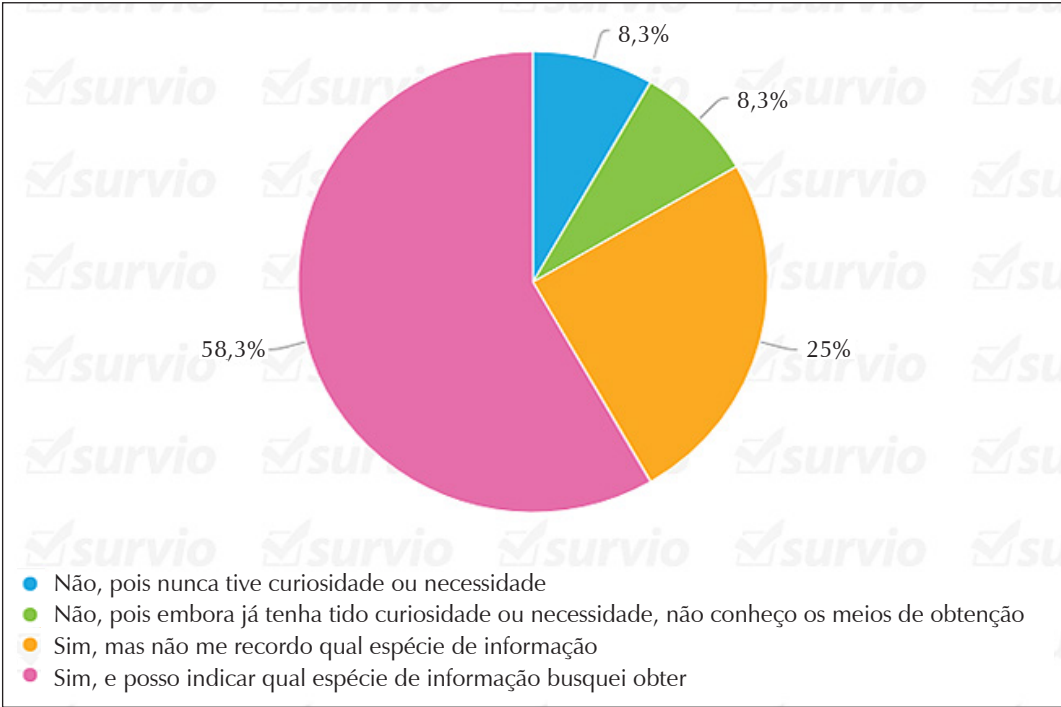
Percebe-se, nessa amostra, alguns dados altamente relevantes e reveladores. Por exemplo, mais de 50% dos entrevistados afirmaram não conhecer o teor da Lei de Acesso à Informação, ainda que parte deles já tenha algum conhecimento a respeito da existência da Lei. Além disso, 84,6% dos entrevistados afirmaram que embora já tenham acessado algum portal da transparência da Administração Pública, tiveram dificuldades para encontrar as informações buscadas. E mais: 50% dos entrevistados afirmaram não ter participado e não ter interesse em participar de audiências públicas, sendo que apenas 16,7% afirmaram já ter participado desse tipo de democracia participativa. E sobre consultas públicas, aproximadamente 60% dos entrevistados negaram participação e interesse em participar, sendo que 40% dos respondentes afirmaram nunca ter tido acesso à informação sobre a sua realização.

³ Este estudo foi realizado por meio de questionário eletrônico, disponibilizado ao público selecionado através de sítio eletrônico: <http://www.survio.com/survey/d/S2O3M7W9B0O2Z3A1H>

Perguntou-se, também, a respeito de alternativas para aprimorar os mecanismos de transparência, participação e controle social, obtendo-se resultado que indicou significativamente a necessidade de incremento da educação cívica da população, permitindo melhor consciência no relacionamento com a Administração Pública, bem como a necessidade de ampliação da publicidade estatal em meios de comunicação em massa. Apenas 10% dos respondentes afirmaram que não há necessidade de qualquer aprimoramento, pois os mecanismos existentes são suficientemente efetivos.

Os principais dados coletados estão expostos nos gráficos a seguir:

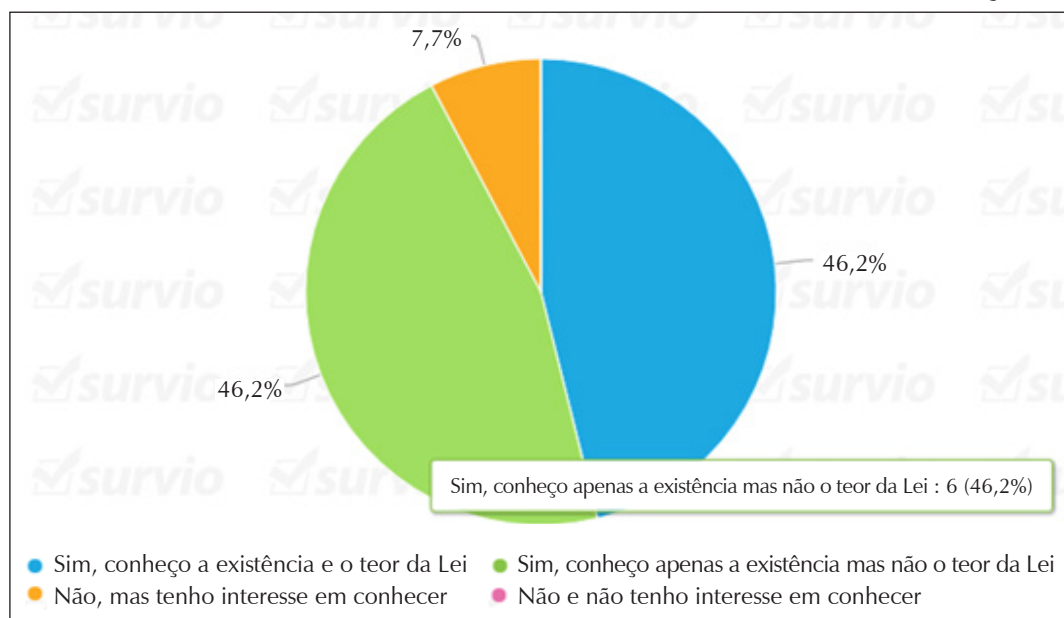
GRÁFICO 1 – Você já buscou obter de entidades públicas ou órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral?



FONTE: Os autores (2015)

Percebe-se nos dados coletados que a maioria dos respondentes manifestou já ter buscado obter informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, sendo informações relevantes, já que os respondentes indicam possível precisar a espécie de informação buscada.

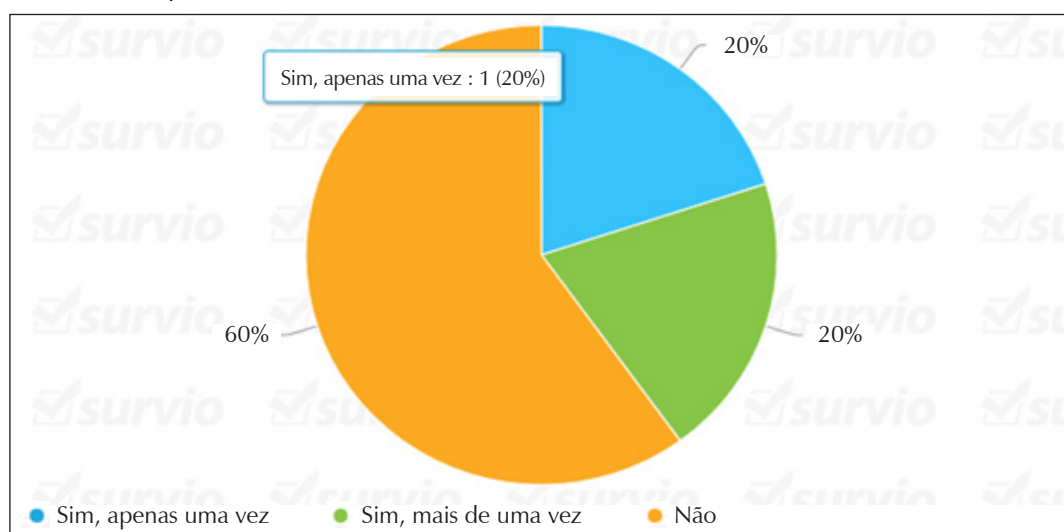
GRÁFICO 2 – Você tem conhecimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)?



FONTE: Os autores (2015)

Não obstante a expressiva maioria ter respondido afirmativamente quanto à busca de informações de interesse pessoal, coletivo ou geral perante a Administração Pública, bem como a expressiva maioria tenha respondeu conhecer a existência da Lei de Acesso à Informação, a pesquisa indica um número elevado de respondentes que desconhecem o teor da Lei.

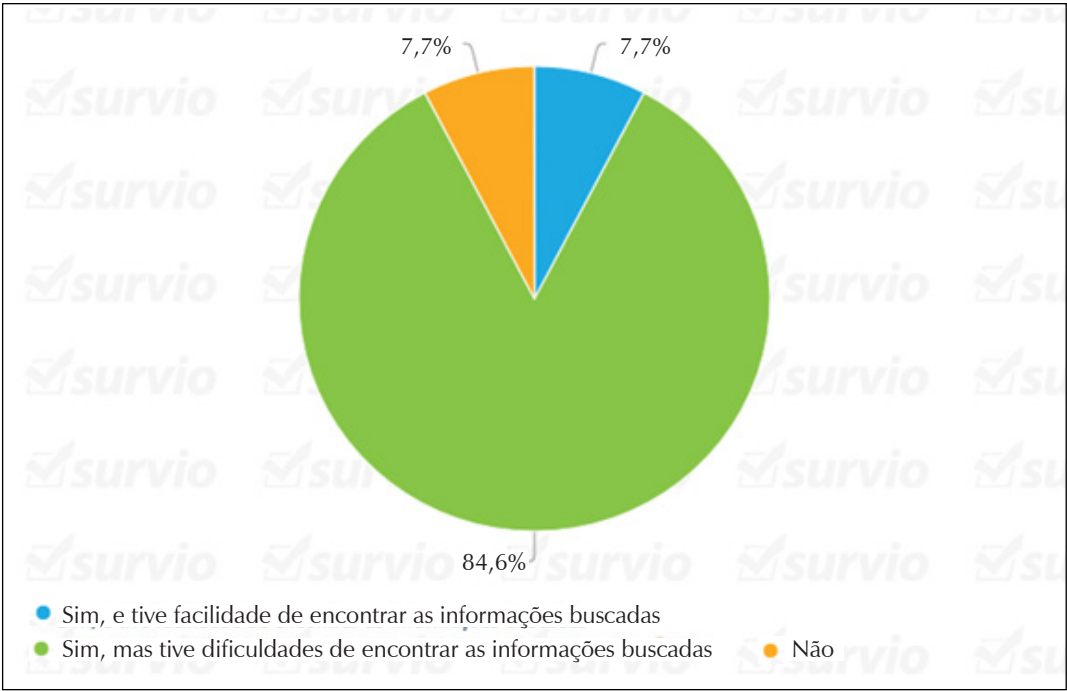
GRÁFICO 3 – Você jpa utilizou os mecanismos de acesso às informações públicas disponibilizadas pela Lei nº 12.582/2011 (Lei de Acesso à Informação)



FONTE: Os autores (2015)

Bastante elucidativos também são os dados que expõem que entre aqueles que conhecem a Lei de Acesso à Informação e seus instrumentos, apenas 20% já fizeram uso dos mecanismos legais apenas uma vez, outros 20% já fizeram uso mais de uma vez e impressionantes 60% nunca utilizaram dos instrumentos disponibilizados por essa importante legislação.

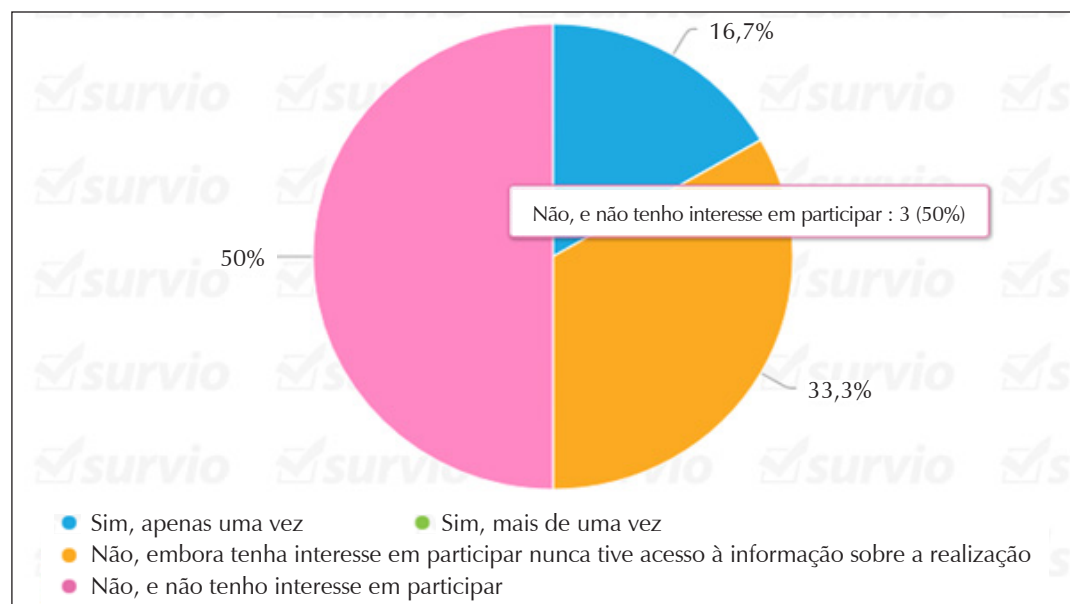
GRÁFICO 4 – Você já acessou algum portal de transparência disponibilizado por algum ente, entidade ou órgão público?



FONTE: Os autores (2015)

Os dados obtidos com o questionamento tratado no GRÁF. 4 demonstram um outro problema sério na transparência pública e no acesso à informação. Quase 85% dos respondentes indicaram já ter acessado a algum portal da transparência pública e tiveram dificuldades em encontrar as informações buscadas.

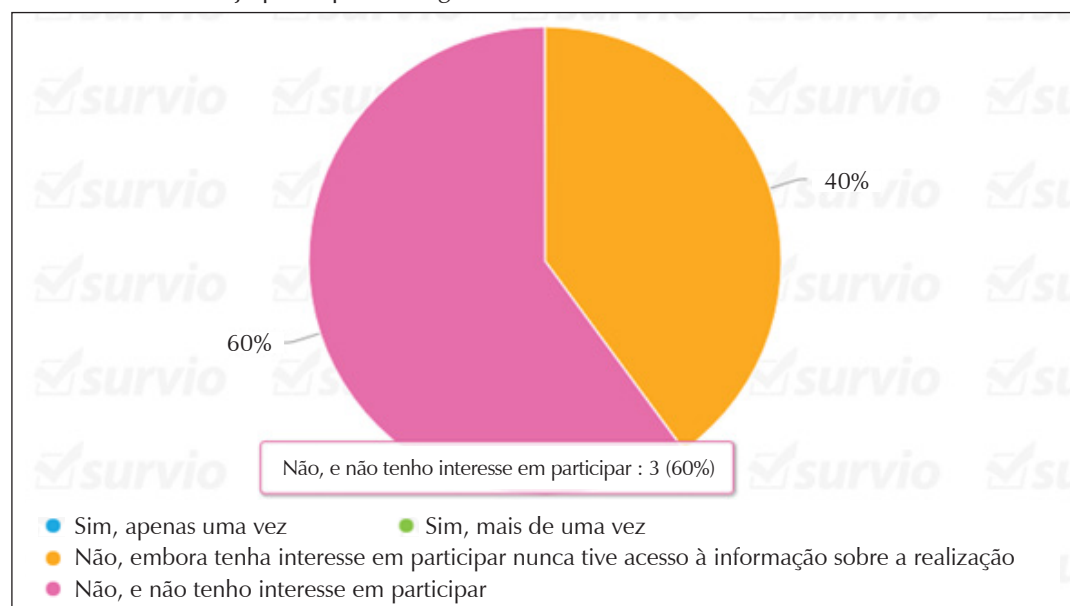
GRÁFICO 5 – Você já participou de uma Audiência Pública?



FONTE: Os autores (2015)

Os dados obtidos com o questionamento que deu origem ao GRÁF. 5 trazem à tona uma informação surpreendente à luz de um Estado Democrático de Direito: mais de 80% dos respondentes nunca participaram de uma audiência pública, sendo que 50% deles não tem interesse em participar e nenhum respondente participou mais de uma vez. O déficit de efetividade do instrumento é assustador.

GRÁFICO 6 – Você já participou de alguma Consulta Pública?



FONTE: Os autores (2015)

Os dados pertinentes ao questionamento sobre participação em consultas públicas são ainda mais estarrecedores. Nenhum respondente indicou afirmativamente a participação, sendo que 60% deles indicou sequer ter interesse em participar.

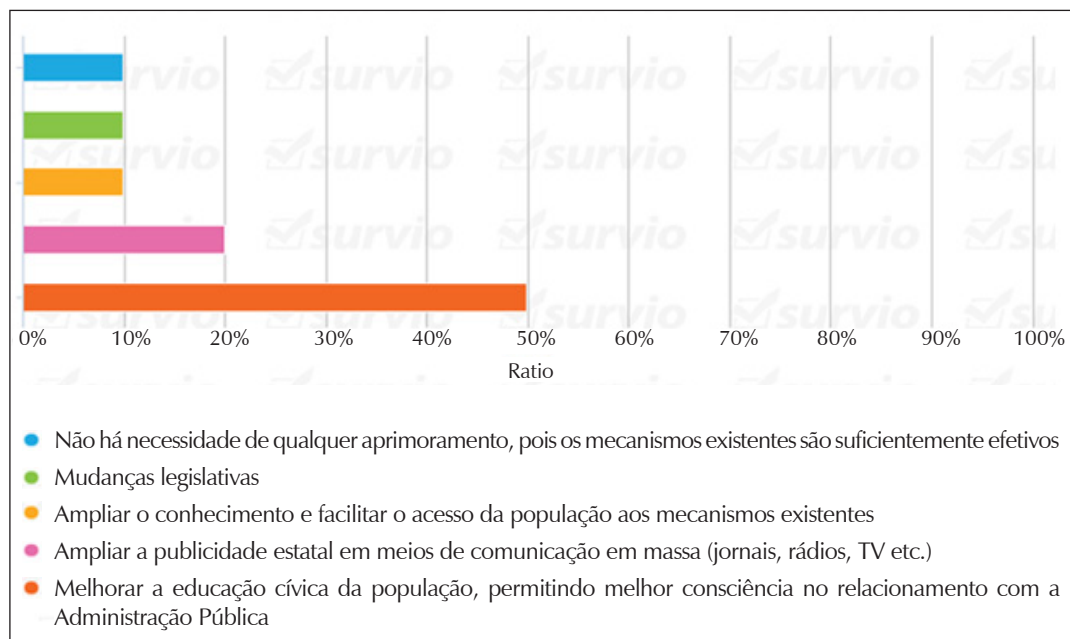
GRÁFICO 7 – Na sua opinião, qual é a atual participação da sociedade no controle da Administração Pública?



FONTE: Os autores (2015)

Mais uma vez os dados são esclarecedores. Entre os respondentes, 50% afirmaram não haver a devida participação da sociedade no controle da Administração Pública em razão da ausência de efetividade dos mecanismos existentes.

GRÁFICO 8 – Na sua opinião, o que deve ser feito para aprimorar os mecanismos de transparência, participação e controle social da Administração Pública?



FONTE: Os autores (2015)

Por fim, o último questionamento trouxe à lume dados importantes quanto à identificação dos principais meios de aprimoramento dos mecanismos de transparência, participação e controle social da Administração Pública, sendo que os respondentes indicaram a necessidade de melhora na educação e consciência no relacionamento com a coisa pública, em primeiro lugar (50%).

Da análise dos dados coletados e tratados, resulta evidente a existência do referido déficit de eficácia das normas relativas à transparência, participação e controle social, sem, no entanto, que se possa atribuir tal deficiência à quantidade ou à qualidade normativa a respeito do tema.

O ponto nodal em relação ao exercício dos direitos de participação inerentes à cidadania, correlatos à transparência e controle, conclui-se que a maioria da população ainda se ressenete de um aprimoramento qualitativo da consciência cidadã no processo de legitimação do agir público.

Conhecer o direito à *res publica* é condição indispensável à emergência dos direitos republicanos, pois, como bem salienta Bresser-Pereira (1997, p. 174), “[...] a conscientização, positivação e garantia do acesso à *res publica* ocorrerá lentamente, na medida em que a sociedade se aperceba de sua existência”.

CONCLUSÕES

Sem qualquer pretensão de esgotamento do tema, o presente estudo demonstrou que não obstante a suficiência quantitativa e qualitativa das normas que disciplinam a transparência estatal, não há plena satisfação teleológica com a mera divulgação oficial, sendo imperioso que essas informações públicas estejam disponíveis em linguagem comum ao homem médio, permitindo a ampla acessibilidade e compreensão pelos cidadãos.

Por outro lado, é preciso estimular a consciência cidadã como condição indispensável à compreensão do interesse público e à emergência dos direitos republicanos, sem o que há sério risco de esvaziamento do conteúdo, finalidade e força normativa dos variados instrumentos de participação, reclamação e controle social disponibilizados pelo Estado Democrático de Direito.

A solução do déficit de eficácia normativa – jurídica e social –, portanto, não passa pelo incremento quantitativo da atividade legislativa a respeito dos temas em análise. O regime jurídico vigente é atualmente suficiente e assim permanecerá se, por óbvio, acompanhar o desenvolvimento e a evolução próprios de uma sociedade que conjuga dinamicamente informação e conhecimento.

É válido enfatizar que o grande desafio do século XXI no âmbito da transparência, participação e controle social da Administração é dar um passo adiante após atingir um nível suficiente de amadurecimento qualitativo do ordenamento jurídico. Um passo adiante com o objetivo precípua de incrementar o espírito cidadão republicano e estimular a população a sentir-se como verdadeiro elemento integrante e indispensável ao agir da Administração Pública.

Na feliz síntese de Bresser-Pereira (1997, p. 177), “o avanço da cidadania e da civilização no mundo tem ocorrido historicamente através da afirmação de direitos” e “a afirmação dos direitos republicanos completará esse ciclo histórico de afirmação da cidadania”.

Nesse mister, todos são atores relevantes. Estado e sociedade devem assumir seus papéis nessa indispensável interação dinâmica e assim contribuir para que sejam estabelecidos os fundamentos sólidos indispensáveis a proporcionar, universalmente, a máxima eficácia jurídica e social às normas constitucionais, legais e regulamentares que tratam da transparência, participação e controle social. Ou seja, da realização de direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. S. D. Do sigilo ao acesso: análise tópica da mudança de cultura. **Revista TCEMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. especial, p. 120-134, out. 2012. Disponível em: <<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1683.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- BINENBOJM, G. **Uma teoria do direito administrativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 29 dez. 2015.
- BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial Federal da República Federativa [do] Brasil**, Brasília, DF, 18 novembro 2011.
- BREDER, J. C. **Controle social – um modelo em construção**: contribuições do Tribunal de Contas da União. 2008. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054156.PDF>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos. **Revista de Filosofia Política**, Porto Alegre, v. 1, p. 99-114, 1997. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1997/99.cidadaniaandrespublica.p.pg.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2015.
- BRITTO, C. A. Distinção entre “controle social do poder” e “participação popular”. **Revista de Direito Administrativo**, Brasília, n. 189, p. 114-122, jul./set. 1992.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1.
- GABARDO, E. **Eficiência e legitimidade do Estado**. Barueri: Manole, 2003.
- HOMERCHER, E. T. **O princípio da transparência e o direito fundamental à informação administrativa**. Porto Alegre: Padre Reus, 2009.
- JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MAFFINI, R. da C. O Direito administrativo nos quinze anos da Constituição Federal. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, Salvador, n. 2, p. 1-12, abr./maio/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33460-43106-1-PB.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2015.
- OLIVEIRA, M. S. de C. **Por uma construção democrática do direito à saúde**: a Constituição Federal, os instrumentos de participação social e a experiência do Conselho Nacional de Saúde, 2005, 249f. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição). Faculdade de Direito – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- SANTOS, B. de S. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999.
- SANTOS, L. A. dos. **Controle social e a transparência da administração pública brasileira**. 2004. Disponível em: <www.tcu.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- SCHIER, A. da C. R. **A participação popular na administração pública**: o direito de reclamação. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ESTADO CONSTITUCIONAL E NEOPROCESSUALISMO: RECONSTRUÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO

Angela dos Prazeres¹
Karlo Messa Vettorazzi²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo o aprofundamento do estudo do Direito Processual Civil, partindo da compreensão dos movimentos do neoconstitucionalismo e neoprocessualismo, visando identificar se, de fato, há elementos que suscitem a necessidade de se reconstruir o processo civil a fim de que se possa garantir sua efetividade pragmática e, por conseguinte, garantir a tutela jurisdicional. Para compreender melhor os conceitos e os institutos jurídicos acerca do objeto do presente estudo, desenvolveu-se um referencial teórico onde foram tratados os três eixos teóricos norteadores do trabalho, os quais dizem respeito à natureza do Direito Processual Civil. As fases metodológicas do processo civil e as fontes do direito processual brasileiro tornaram possível verificar que ao longo dos tempos os doutrinadores e operadores do direito têm demonstrado preocupação em atribuir ao processo civil a sua adequada finalidade, superando assim o entendimento do processo como mero apêndice do direito material, bem como o entendimento do processo como um fim em si mesmo. Em seguida, buscou-se uma abordagem sobre a metodologia utilizada como instrumento de coleta de dados e caracterização da pesquisa, sendo esta descritiva, bibliográfica, construída a partir de dados secundários e analisada na forma qualitativa. Apresentam-se, a partir disso, os resultados obtidos, que são atinentes às causas de justificação para se construir um novo Direito Processual Civil brasileiro, mediante as quais foi possível identificar fatores relacionados ao aumento do número de litígios no Brasil, dificuldades e demora no julgamento dos processos e necessidade de aplicar a constitucionalização do processo.

Palavras-chave: Direito Processual Civil. Neoprocessualismo. Neoconstitucionalismo.

¹ Aluna do 8º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *Email*: angela.utfpr.ob@gmail.com

² Mestre em Direito Socioambiental pela PUCPR. Coordenador e professor do curso de Direito da FAE Centro Universitário. *E-mail*: karlo.vettorazzi@fae.edu

INTRODUÇÃO

O pensamento processual civil contemporâneo encontra-se voltado à busca de uma efetiva participação dos sujeitos processuais com o intuito de legitimar o exercício do poder jurisdicional, hoje enxergado como uma das manifestações do poder político.

O estudo do processo é influenciado por todo o processo de valorização da Constituição, que passou a contemplar e a analisar inicialmente a tutela constitucional do processo como sendo o conjunto de princípios e garantias advindos da Constituição, bem como a chamada jurisdição constitucional das liberdades, que compreende o arsenal de meios previstos no texto constitucional para dar efetividade aos direitos individuais e coletivos.

Em razão desse matiz constitucional, a mencionada corrente trata os tradicionais princípios processuais como direitos fundamentais processuais, especialmente aqueles que contam com previsão expressa na Constituição.

Diante do exposto, que está envolto por indícios do colapso jurisdicional formado por formalismos, o presente trabalho inicia a busca pela sua contribuição no estudo do neoprocessualismo, tendo como base o Estado Constitucional vigente e sua aplicação no estudo do Direito Processual.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é propor um aprofundamento do estudo do Direito Processual Civil partindo da compreensão dos movimentos do neoconstitucionalismo e neoprocessualismo, visando identificar se de fato há elementos que suscitem a necessidade de se reconstruir o processo civil para que se possa garantir sua efetividade pragmática e, por conseguinte, garantir a tutela jurisdicional.

A fim de atingir o objetivo geral proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) compreender a natureza jurídica do Direito Processual Civil;
- b) identificar as fases metodológicas do Direito Processual Civil;
- c) investigar as fontes do Direito Processual Civil brasileiro;
- d) entender o Constitucionalismo Processual brasileiro;
- e) identificar as causas de justificação e os elementos indispensáveis para se construir um novo Direito Processual Civil brasileiro.

2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Essa investigação justifica-se diante da importância e necessidade de se discutir novos métodos que culminem na efetividade processual civil.

Poderá ainda, por meio de sua divulgação, contribuir com a discussão para o estudo do Novo Código de Processo Civil baseado na aplicação processual no atual Estado Constitucional, que demanda a mudança sistemática pelos operadores do direito no Brasil.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Na sequência serão abordados os três eixos teóricos que norteiam o trabalho: I) natureza do Direito Processual Civil, II) fases metodológicas do processo civil e III) fontes do Direito Processual brasileiro.

3.1 NATUREZA DO DIREITO PROCESSUAL

A seguir serão abordados os aspectos relacionados à função jurisdicional do direito processual a partir da análise de sua natureza jurídica.

De acordo com Gonçalves (2010), a ciência processual civil estuda as normas e princípios que tratam das relações que se estabelecem no processo e dos atos que nele são praticados. Sendo assim, o Direito Processual Civil regula a aplicação da jurisdição nas causas que se referem ao direito privado e público de modo geral.

Para Didier Jr. (2007), o direito de processo civil visa resguardar a ordem jurídica de modo que ao pacificar os litígios, o órgão jurisdicional cumpre função eminentemente pública, assegurando a prevalência da lei e a paz social.

Segundo Câmara (2014), o Direito Processual Civil é um ramo da ciência jurídica cuja finalidade é o estudo e regulação do exercício da função jurisdicional pelo Estado. O referido autor argumenta que o Direito Processual Civil, como qualquer outro ramo da ciência jurídica, deve ser examinado em dois sentidos: como ciência e direito positivo.

Com base no exposto, observa-se que o Direito Processual Civil tem em sua natureza jurídica a busca pela obtenção da aplicação do direito positivo nos casos concretos, situação que dar-se-á por meio de um conjunto de procedimentos, normas e princípios, os quais devem fundamentalmente regular e direcionar a função jurisdicional do Estado na análise do processo civil.

3.2 FASES METODOLÓGICAS DO PROCESSO CIVIL

Na sequência, será apresentada uma análise das fases metodológicas do processo civil, de modo a destacar as ideias prevaletentes de cada uma delas, as quais, no decorrer do delineamento histórico, demonstraram-se anacrônicas, surgindo então a necessidade de se discutir novos métodos que cominem a efetividade processual civil, pautando-se a partir (e primordialmente) da constitucionalização do processo civil.

3.2.1 Sincretismo

Em se tratando da fase metodológica do processo civil atinente à fase denominada sincretismo, a presente pesquisa seguiu a linha de pensamento de autores como Oliveira (2003 apud HERZL, 2012), Wolkmer (2010) e Didier Jr. (2007). Os referidos autores apresentam a fase Sincretismo como aquela que compreende a *legis actiones, per formulas, extraordinaria e cognitio* e o praxismo.

Oliveira (2003 apud HERZL, 2012) expõe que na *legis actiones* o processo civil era visto como um procedimento fundamentalmente solene, de modo a exigir uma ritualística ligada ao misticismo religioso. Não era admitida nenhuma forma de representação: o cidadão romano postulava pessoal e diretamente ao magistrado.

Nesse período, as partes só podiam executar as ações da lei, que eram cinco. Sendo assim, o procedimento era excessivamente solene e seguia um ritual em que conjugavam palavras e os gestos eram considerados indispensáveis (DIDIER JR., 2007).

A *Per Formulas* permitiu aos pretores criar fórmulas por meio de instruções escritas destinadas aos árbitros privados. Nessa fase, há um marco importante quanto à permissão de representação das partes por advogados, a partir da qual o direito romano se estendeu aos cidadãos romanos e aos estrangeiros, além de observar, embora de forma discreta, o contraditório e o livre convencimento do juiz (OLIVEIRA, 2003 apud HERZL, 2012).

No período da *extraordinaria cognitio*, o procedimento assumiu forma escrita, compreendendo o pedido do autor, a defesa do réu, a instrução da causa, a prolação da sentença e sua execução (DIDIER JR., 2007).

No que diz respeito ao praxismo, Lourenço (2012) explica que em virtude de uma confusão entre o direito material e o processual, o processo era estudado somente em seus aspectos práticos, sem preocupações científicas.

Segundo o referido autor, a ação era considerada como o direito material em movimento, ou seja, uma vez ocorrida a lesão ao direito material, este adquiria forças para obter em juízo a reparação desta.

Diante do exposto, nota-se que na fase do sincretismo primeiramente a ação deveria ser admitida pelo pretor (etapa pública) para depois as partes serem submetidas a uma sentença por um árbitro por elas escolhido (etapa privada).

Na sequência, surge a possibilidade de representação pelo advogado, profissional constituído para intermediar os interesses das partes, bem como aos poucos se percebe que o processo, antes misto, torna-se público, concentrado nas mãos dos juízes profissionais.

Por fim, entendido o Direito Processual Civil como um mero apêndice do direito material, busca-se explicar a relação estabelecida entre autor, juiz e réu, somente por meio de procedimentos e atos processuais, sem preocupação alguma com seu estudo teórico, negando assim a autonomia científica do Direito Processual Civil.

3.2.2 Processualismo

Para Mitidiero (2005), o processualismo pode ser compreendido como movimento cultural próprio da Idade Moderna do processo e sua principal finalidade foi a “tecnicização” do direito e a despolitização de seus operadores.

Segundo o referido autor, o método utilizado no processualismo era o científico ou autonomista, por meio do qual seus estudiosos buscavam excluir da disciplina processual todo e qualquer resíduo do direito material, de modo que justificavam que o Direito Processual Civil era um ramo próprio e autônomo da ciência jurídica.

Para Cernelutti (2000 apud HERZL, 2012), a fase autonomista buscou atribuir características de independência científica para o Direito Processual Civil. Para tanto, utilizou-se o modelo do direito obrigacional (teoria da relação jurídica), cuja ligação se estabelece entre credor e devedor em torno de um objeto (bem da vida).

Desse modo, ocorre a relação jurídica processual, sobretudo após a publicação do processo civil, tornando-se assim indispensável em si, também, a figura do Estado-juiz. Nesse sentido, o autor corresponderia ao credor, o réu ao devedor e o mérito da causa ao objeto (bem da vida), somado à participação de um juiz independente e acima dos interesses das partes, com poder de dizer o direito ao caso concreto (CARNELUTTI, 2000 apud HERZL, 2012).

Ademais, Herzl (2012) explica que no decorrer da fase autonomista do Direito Processual Civil busca-se desprender por vez a relação entre direito processual e direito material, bem como tenta-se justificar a natureza jurídica do processo como uma situação jurídica ou uma instituição.

Sendo assim, se antes o direito processual e o direito material caminhavam juntos, agora o cientificismo busca a todo custo demonstrar a independência do processo e sua afirmação cada vez maior como ciência autônoma (HERZL, 2012).

Diante de tais exposições, pode-se dizer que a discussão atinente à existência de um direito processual civil autônomo e independente do direito material permitiu o desenvolvimento do estudo sobre a relação jurídica processual, bem como a construção da natureza jurídica da ação como um direito autônomo e, ainda, o desenvolvimento dos elementos e das condições da ação.

3.2.3 Instrumentalismo

Em relação ao instrumentalismo, Dinamarco (2009 apud HERZL 2012, p. 16) apresenta a seguinte abordagem:

A instrumentalidade do processo compreende o processo como um meio, legitimado a partir dos fins a que se destina (raciocínio teleológico). Melhor dizendo: o processo não pode ser observado como um fim em si mesmo; ao contrário, serve de instrumento para a execução das finalidades eleitas e perseguidas pelo Estado. Neste contexto, a jurisdição – o poder de dizer o direito – deve ser exercida por meio do processo mediante a persecução de três escopos: o escopo social, o escopo político e o escopo jurídico.

O escopo social da jurisdição relaciona-se com a busca da pacificação social, permitindo, assim, a eliminação de conflitos mediante critérios socialmente considerados justos (DINAMARCO, 2009 apud HERZL, 2012).

Para o escopo político da jurisdição podem ser elencados três aspectos: o primeiro, entender a jurisdição como o poder dos juízes em decidir imperativamente e definitivamente; o segundo, a valorização da liberdade dos cidadãos, em conjunto com a limitação dos poderes do Estado em face das liberdades públicas; e o terceiro, assegurar a participação dos cidadãos nos destinos da sociedade política (DINAMARCO, 2009 apud HERZL, 2012).

O escopo jurídico da jurisdição está relacionado ao papel da jurisdição em aplicar a vontade concreta do direito como um fim ideal. O juiz não tem a irrestrita liberdade de julgar conforme as suas convicções pessoais; ao contrário, tem como limite de atuação as leis e a Constituição (DINAMARCO, 2009 apud HERZL, 2012).

Com base no exposto, verifica-se que o instrumentalismo propõe que a discussão inerente à ação deixe de ser o foco do estudo do Direito Processual Civil, cedendo espaço à ideia de jurisdição, a qual pode ser entendida como o poder capaz de se tornar fator de unidade dos escopos social, político e jurídico almejados pela sociedade.

A relação que se estabelece entre o direito material e o direito processual não deve ser entendida como relação de continência ou submissão, mas sim de colaboração mútua e complementar.

3.2.4 Neoprocessualismo

Segundo Lourenço (2012), a partir da evolução histórica das fases metodológicas atinentes ao sincretismo, processualismo, instrumentalismo e, ainda, sob a influência do movimento do **neoconstitucionalismo**, começa-se a estudar e discutir o Direito Processual Civil a partir de uma corrente doutrinária denominada **neoprocessualismo** ou formalismo-valorativo.

Segundo Cambi (2011) e Damasceno (2010), as influências do neoconstitucionalismo repercutem sobre todos os ramos da ciência jurídica, em especial o Direito Processual Civil. A supremacia e a força vinculante da Carta Magna e dos direitos fundamentais nela consagrados desvelam o horizonte para uma nova teoria chamada **neoprocessualismo**.

Nesse sentido, Lourenço (2012) afirma que a Constituição torna-se o ponto de partida para a interpretação e a argumentação jurídica, assumindo um caráter fundamental na construção do **neoprocessualismo**, uma vez que a partir do momento em que se contemplaram amplos direitos e garantias, os mais importantes fundamentos dos direitos material e processual se tornaram constitucionais, criando a constitucionalização do direito infraconstitucional.

Didier Jr. (2014) aduz que, após a evolução do Direito Processual Civil ter ocorrido em três fases (sincretismo, processualismo e instrumentalismo), passa a ser mais adequado considerar o momento atual como uma quarta fase da evolução do direito processual: neste sentido, utiliza-se a expressão **neoprocessualismo**.

Para Cambi (2011), o **neoconstitucionalismo**, ao propor uma nova metodologia jurídica, e o **neoprocessualismo**, ao incorporar a necessidade de compreender e utilizar as técnicas processuais, a partir das bases constitucionais, trazem novas ideias que permitem revisar posições tradicionais.

Sendo assim, passa-se a conceituar o processo como um ato jurídico complexo resultante da operação de um núcleo de direitos fundamentais, os quais atuam sobre uma base procedimental, cuja especial finalidade é a satisfação dos direitos nas vidas dos litigantes (LAMY, 2011 apud HERZL, 2012).

Com base no exposto, deve-se observar que o **neoprocessualismo** busca a ampliação do conceito de processo, o qual passa a tratar-se de um ato jurídico complexo resultante da aplicação de princípios constitucionais sobre uma base procedimental, instrumentalizando o direito material e proporcionando a satisfação de direitos fundamentais.

3.3 FONTES DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO

A seguir serão apresentadas análises atinentes a fontes formais e materiais do Direito Processual Civil.

3.3.1 Fontes Formais e Materiais

Considera-se fonte o lugar de onde provém algo. A expressão *fonte do direito* deve ser compreendida como o lugar de onde são oriundos os preceitos jurídicos.

Para Câmara (2014), as fontes do Direito Processual Civil são classificadas em fontes formais e matérias. As primeiras são aquelas que possuem força vinculante, sendo, portanto, obrigatórias para todos e pela criação do direito positivo. Já as fontes materiais não possuem força vinculante, servindo apenas para esclarecer quando necessário o sentido das fontes formais.

Diversas são as fontes formais que podem originar preceitos do Direito Processual Civil, a saber: a Constituição Federal, Lei Federal Ordinária (Código de Processo Civil – Lei nº 5.869/1973), Tratados Internacionais e Regimentos Internos dos Tribunais (CÂMARA, 2014).

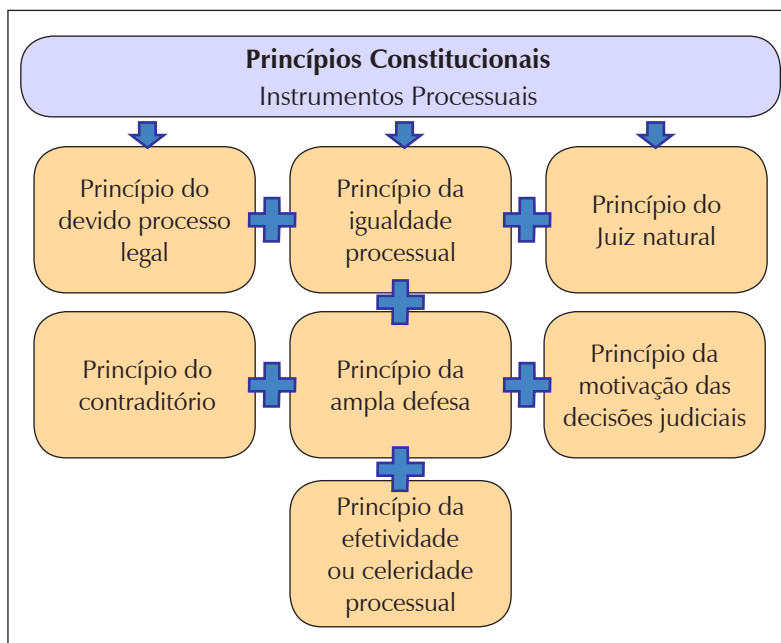
Conhecidas as fontes formais do Direito Processual Civil, passa-se a discorrer as fontes materiais, as quais, conforme citado anteriormente, não possuem força vinculante, de modo que não se tornam obrigatórias, como o costume, a doutrina e a jurisprudência (CÂMARA, 2014).

3.3.2 Direito Processual Civil e Constituição Federal

Com base nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nota-se que esta tem como base a democracia e, por conseguinte, dispõe sobre a previsão de diversos princípios que visam proteger a liberdade e o direito de todos.

Em relação a estes princípios e ao objeto do presente trabalho, ressaltam-se aqueles que visam tutelar os direitos fundamentais do indivíduo, os quais tratam de instrumentos processuais, conforme a FIG. 1 apresentada a seguir:

FIGURA 1 – Instrumentos processuais



FONTE: Os autores (2015)

Segundo Marinoni (2014), cabe aos princípios constitucionais recortar certas parcelas da realidade e colocá-las sob seu âmbito de poder. Desse modo, a partir do momento em que se projetam sobre a realidade fática, estes servem como fundamento para normas específicas, as quais visam orientar ações *in concreto*, podendo ser tanto em sentido negativo como em sentido positivo. Para o autor, os princípios constitucionais conferem valor normativo aos fatos, indicando, assim, como a lei infraconstitucional deve ser dimensionada para que estes não sejam violados.

Considerando as exposições citadas nos parágrafos anteriores, destaca-se que o Direito Processual Civil constitucional deve ser interpretado a partir dos valores iminentes da Constituição, e não somente a partir de conceitos clássicos oriundos da própria ciência processual.

Sendo assim, o processo civil, ao ser influenciado pelos direitos fundamentais constitucionalizados, transforma-se, de simples instrumento para a obtenção da tutela jurisdicional, em instrumento de participação permanente e indispensável para o exercício da cidadania.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

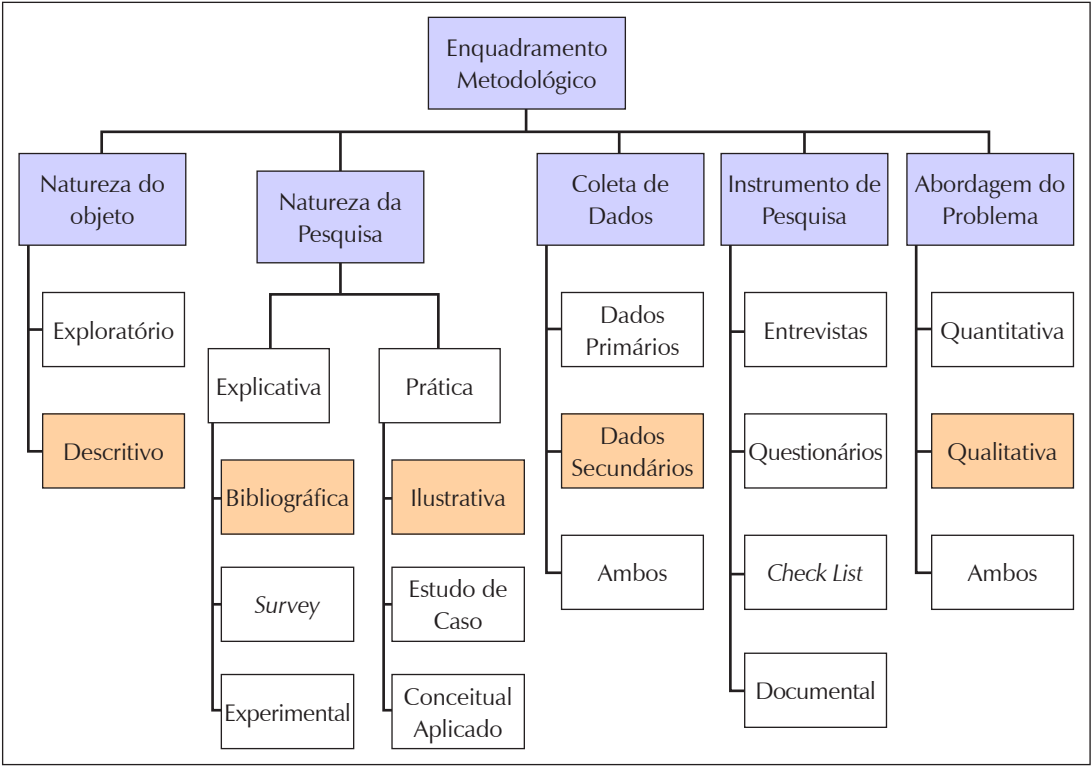
Na sequência será apresentado o enquadramento metodológico da pesquisa, o qual permitiu a definição do objeto de estudo, dos procedimentos para coleta de dados, bem como dos instrumentos para tratamento e análise de tais dados.

4.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Tem-se, a seguir, a abordagem do caminho metodológico percorrido durante a execução da pesquisa, concretizando sua validade e confiabilidade no alcance dos objetivos propostos.

Na FIG. 2 são demonstrados os referidos critérios de classificação e as caracterizações da pesquisa em cada um deles.

FIGURA 2 – Enquadramento metodológico do trabalho



FONTE: Os autores (2015)

4.1.1 Delineamento da Pesquisa

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Os estudos descritivos têm como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, sendo esse um processo que permite medir, avaliar ou coletar dados sobre questões relacionadas aos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado (GIL, 2004).

As características descritivas da pesquisa são percebidas na coleta de informações sobre os aspectos relacionados à natureza jurídica do direito processual, bem como em relação à investigação acerca das fontes do Direito Processual Civil brasileiro.

Quanto à natureza da pesquisa, esta caracteriza-se como bibliográfica. A pesquisa bibliográfica consiste na elaboração de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre o tema (MARTINS, 2007).

Podem-se perceber as características bibliográficas da pesquisa na busca de conceitos e definições acerca do constitucionalismo processual brasileiro, de modo a identificar a finalidade e as tratativas de ordem constitucional e infraconstitucional sobre o Direito de Processo Civil brasileiro.

Ainda há o breve delineamento histórico do Direito Processual Civil realizado por meio de uma abordagem atinente às suas fases (praxismo, processualismo, instrumentalismo e *neoprocessualismo* ou formalismo valorativo).

4.1.2 Procedimentos de Coleta de Dados

Em relação à coleta de dados e instrumentos utilizados para este processo, foram utilizados dados secundários que tiveram como instrumento de pesquisa a análise documental.

Os dados secundários dizem respeito a relatórios e outros documentos encontrados na literatura, que serão considerados na pesquisa, mas que foram elaborados por outras pessoas, sendo que tais dados, ao serem coletados, foram analisados por meio de um processo de análise documental chamada **análise de conteúdo** (RICHARDSON, 2008).

Para a presente pesquisa, a análise de conteúdo buscou explorar os conceitos e definições dos elementos que compõem o referencial teórico, bem como a análise crítica desses para definição da afiliação teórica da autora.

Ademais, destacam-se como dados secundários presentes na pesquisa os documentos elaborados pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), os quais dizem respeito à compilação de dados sobre demandas repetitivas e à morosidade na justiça cível brasileira e estudo comparado sobre recursos, litigiosidade e produtividade, a prestação jurisdicional no contexto internacional.

4.1.3 Procedimentos de Análise de Dados

A pesquisa qualitativa é caracterizada como descritiva, pois relata o maior número possível de elementos presentes na realidade estudada, e, visto que não pode ser quantificada, necessita de forte caráter interpretativo para se entender os fenômenos pesquisados (RODRIGUES, 2007).

O presente trabalho é qualitativo quando busca obter dados por meio da análise das informações obtidas, identificar causas de justificação para se construir um novo Direito Processual Civil brasileiro e verificar quais os elementos são indispensáveis em tal construção.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este item tem o objetivo de apresentar os resultados obtidos durante a execução da presente pesquisa no que tange aos aspectos atinentes à análise da identificação de fatores que justificam a construção de um novo Direito Processual Civil brasileiro.

5.1 CONSTRUÇÃO DE UM NOVO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO

Em tratando dos fatores que justificam a discussão acerca da necessidade de repensar, reformular e proceder com a reengenharia do processo civil, de modo a se construir um novo Direito Processual Civil, a presente pesquisa pautou-se na identificação de dados que configuram as situações fáticas expostas a seguir.

5.1.1 Aumento do Número de Litígios no Brasil

Conforme dados apresentados pelo CNJ na décima edição do *Relatório Justiça em Números 2014*, o qual foi divulgado em 23 de setembro de 2014, a quantidade de processos pendentes de solução definitiva nos tribunais brasileiros tem crescido, em média, 3,4% por ano desde o período de 2009, sendo que no início do período de 2014 o número de processos acumulados em anos anteriores e que aguardavam uma decisão final no Judiciário chegou a 66,8 milhões.

O estudo realizado pelo referido Conselho tem como objetivo efetuar um diagnóstico completo dos 112 tribunais existentes no país, contando cortes superiores, federais, estaduais, trabalhistas, eleitorais e militares, excetuando o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta instância do Judiciário.

Como resultado de tal estudo, conclui-se que o número de processos novos que iniciaram trâmite na Justiça durante o ano de 2014 foi maior que o número de processos resolvidos no mesmo período, aumentando assim a representatividade dos processos pendentes.

Segundo o estudo em comento, durante o período de 2013 a diferença entre a quantidade de novas ações apresentadas ao Judiciário (28,3 milhões) e processos finalizados (27,7 milhões) chegou a aproximadamente 622 mil, sendo que a situação torna-se mais grave quando comparada como os períodos de 2011 e 2012, quando o número de processos pendentes, as chamadas “sobras”, registravam números em torno de 300 mil processos.

De acordo com o CNJ, ao se concluir e analisar os dados que constam no *Relatório Justiça em Números 2014*, considerou-se preocupante o progressivo e constante aumento do acervo processual no sistema judiciário brasileiro.

5.1.2 Dificuldades e Demora no Julgamento dos Processos

Ainda na seara dos dados divulgados pelo CNJ no *Relatório Justiça em Números 2014*, consta que o aumento no número de processos pendentes se reflete indubitavelmente na carga de trabalho dos magistrados, de modo que no período de 2013 cada um dos 16,5 mil ministros, desembargadores e juízes brasileiros tinham, em média, 6.041 casos para julgar, sendo que cada um conseguiu julgar e concluir 1.684 processos – com a solução definitiva. Estes dados apontam uma redução na produtividade em 1,7%, haja vista que em 2012 cada um havia concluído 1.712 processos.

O *Relatório Justiça em Números 2014* trata também de outro fator que implica na dificuldade da resolução dos processos por parte dos magistrados: a chamada taxa de congestionamento, que foi de 71% em 2013.

O CNJ explica que a chamada taxa de congestionamento infere que de cada 100 ações que tramitaram, 71 ficaram sem solução definitiva e apenas 29 foram resolvidas. Nesse sentido, trata-se de um índice que não apresentou melhora nos últimos anos, uma vez que se tem os números para tal taxa em 70% para o período de 2012, 71% para 2011 e 2010 e 70% para o ano 2009.

5.1.3 Necessidade de Aplicar a Constitucionalização do Processo

Conforme embasamento obtido por meio dos doutrinadores e autores citados no item 2.2.4 do presente trabalho, percebe-se que é indubitável tratar da aplicação do Direito Processual Civil a partir da interpretação dos princípios basilares da relação jurídica processual, os quais emanam da Carta Magna e são atinentes às garantias fundamentais do Devido Processo Legal, Princípio da Igualdade Processual, Princípio do Juiz Natural, Princípio do Contraditório, Princípio da Ampla Defesa, Princípio da Motivação das Decisões e Princípio da Celeridade Processual.

O argumento de que é fundamental a constitucionalização do processo civil na presente pesquisa parte primeiramente da obtenção dos dados divulgados pelo CNJ, que corroboram para a observância de que o princípio constitucional da Celeridade ou Efetividade Processual não está sendo alcançado no exercício da jurisdição e funcionamento do sistema judiciário brasileiro, uma vez que não está havendo a efetividade da satisfação de direitos materiais nas vidas dos litigantes.

Ademais, conforme a evolução das fases metodológicas do Direito Processual Civil, citada no item 2.2 deste trabalho, o processo civil não pode ser tratado como um fim em si mesmo, mas deve transforma-se em um meio permanente e indispensável ao exercício da cidadania, condição esta que ocorre quando os sujeitos de direito têm no processo a completa satisfação em relação à garantia de proteção sobre seu direito material.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos, foi possível atingir os objetivos propostos, uma vez que se verificou o desdobramento e importância das fases metodológicas do Direito Processual Civil, sobretudo no que diz respeito à construção da fase **neoprocessualismo**, de modo que ao longo dos tempos os doutrinadores e operadores do direito têm demonstrado a preocupação em atribuir ao processo civil a sua adequada finalidade, superando assim o entendimento do processo como mero apêndice do direito material, bem como superando o entendimento do processo como um fim em si mesmo.

Os resultados obtidos permitiram também identificar quais são as fontes do Direito Processual brasileiro, sobretudo no que se refere à identificação e interpretação para a condução do processo a partir dos preceitos emanados da norma constitucional, procedimento este que, ao ser influenciado pelos direitos fundamentais constitucionalizados, constitui e transforma o processo civil de simples instrumento para a obtenção da tutela jurisdicional em instrumento de participação permanente e indispensável para o exercício da cidadania.

Por fim, o estudo permitiu a verificação e identificação dos aspectos atinentes aos fatores que justificam a construção de um novo Direito Processual Civil influenciado pelo movimento do **neoconstitucionalismo**, construção esta que se faz necessária haja vista que o próprio sistema judiciário brasileiro tem evidenciado que a tratativa acerca do processo judicial no Brasil não confere aos litigantes a efetividades processual e, por conseguinte, a devida satisfação acerca do direito material.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Relatório Justiça em números 2014 do CNJ aponta Justiça Federal como a mais produtiva**. Publicado em: 23 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.sitraemg.org.br/relatorio-justica-em-numeros-2014-do-cnj-aponta-justica-federal-como-a-mais-produtiva/?print=pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- CÂMARA, A. F. **Lições de Direito Processual Civil**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CAMBI, E. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário**. 2. ed. São Paulo: RT, 2011.
- DIDIER JR., F. (Org.). **Leituras complementares de processo civil**. 8. ed. Salvador: JusPODIUM, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnica de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2004.
- GONÇALVES, M. V. **Novo curso de Direito Processual Civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- HERZL, A. R. **Neoprocessualismo, processo e constituição: tendências do Direito Processual Civil à luz do neoconstitucionalismo 2012**, 150 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2012.
- LOURENÇO, H. O neoprocessualismo, o formalismo-valorativo e suas influências no novo CPC. **Revista Temas Atuais de Processo Civil**, 2012. ISSN 2236-8981.
- MARINONI, L. G. **Teoria geral do processo**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 1.
- MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MILTIDIERO, D. F. **Elementos para uma teoria contemporânea do processo civil brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- _____. **Processo civil e estado constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- OLIVEIRA, C. A. A. **O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 11-28.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC, 2007.
- WOLKMER, A. C. **Fundamentos de história do direito**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA VERSUS O PROBLEMA DA IDENTIDADE

Fernanda Resende Motooka¹

Alexandra Arnold Rodrigues²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa inicialmente foi problematizar processos de institucionalização empregados pelas ciências médicas no tratamento em saúde mental, visto que apresentam danos à constituição identitária singular do sujeito. Por meio do tolhimento do potencial criativo de significações e autoprodução, os processos de institucionalização reduzem a dimensão singular da identidade, uma vez que o sujeito, capaz de romper a normatização proposta pelo processo de institucionalização, é condenado à situação de encarceramento e correção a fim de ser reabilitado ao convívio social. A pesquisa tem caráter exploratório, embasado em uma revisão bibliográfica sobre o tema nas áreas da Psicologia Institucional e Social, Sociologia, Antropologia, Teoria Psicanalítica e Esquizoanálise. O artigo parte das seguintes problemáticas: Quais são as consequências subjetivas dos processos de institucionalização empregados no tratamento de doentes mentais? Como seria possível redefinir a loucura no contexto de uma reforma psiquiátrica, quando ainda não retiramos o estigma do louco, renunciando ao mistério da desrazão para que possamos ampliar as possibilidades de reinserção social? Alguns resultados significativos foram constatados, como o caráter dinâmico em que se constrói a identidade em uma relação dialética de construção homem-sociedade, que, baseada em dimensões afetivas, cognitivas, sociais e subjetivas da identidade, que, associada a funções psicológicas superiores diretamente ligadas a consciência, é alvo de processos de institucionalização. Estes, apesar de necessários à vida em sociedade, são empregados para fins de redução da dimensão singular de sujeito em determinados contextos.

Palavras-chaves: Institucionalização. Identidade. Reforma Psiquiátrica. Psicologia Institucional. Singularidade.

¹ Aluna do 6º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: fermotooka@gmail.com

² Doutoranda em Memória Social pelo PPGMS/UniRio. Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: alexandra.arnold@fae.edu

INTRODUÇÃO

Na tentativa de respaldar processos desinstitucionalizantes frente ao novo contexto de tratamento e doença mental posterior à reforma psiquiátrica³ e ainda considerando as tendências sociais a exclusão da diferença e a situação de desamparo e asilamento do doente mental, pretendemos problematizar os processos de institucionalização que perpassam a constituição identitária do sujeito. Processos estes que, por meio da estigmatização, rotulação e exclusão, reforçam os limites e tolhimento do potencial criativo de autoprodução e hominização do indivíduo (LEONTIEV, 1978).

A institucionalização é responsável pela cristalização de práticas, que transformadas em hábitos são determinadas aos indivíduos que aderem a instituição e passam a reproduzi-las. Através da determinação de funções, o *dever a ser* (GUATTARI; ROLNIK, 1986), a instituição demarca fronteiras para o sujeito se construir em meio ao grupo social.

Aqueles indivíduos que representam uma ameaça ao funcionamento dos processos de institucionalização de adesão e controle de seus participantes conduzem a necessidade de correção de suas práticas em função da “desrazão” que revelam. Essa desrazão é desconhecida dentro do espectro normal admitido pela institucionalização, portanto é mistificada e estigmatizada (GOFFMAN, 1985).

Em sociedade, as instituições costumam mediar a cultura (LEONTIEV, 1978) – forma pela qual o homem se produz enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que produz o meio social onde vive – e determinar as funções sociais a serem desempenhadas pelo indivíduo, bem como produzir as limitações de seu espaço, fragmentando a dimensão performativa da identidade (SILVA, 2000), ou seja, suas potencialidades.

1 A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE

Segundo Moore e Fine (1992), a identidade é uma experiência do *self*⁴, ou seja, corresponde a uma forma singular de se constituir através da vivência com o mundo externo pela percepção sensorial atrelada à consciência⁵.

³ A reforma psiquiátrica brasileira surgiu em meados do século XX, embasada na reforma italiana proposta por Franco Basaglia, em defesa da reestruturação em tratamento psiquiátrico, no Brasil. Foi impulsionada pelo Projeto de Lei nº 3.657, em 1989, pelo deputado Paulo Delgado, e, no ano de 1990, o Brasil tornou-se signatário da Declaração de Caracas, que propõe reestruturação da assistência psiquiátrica; em 2001 foi aprovada a Lei Federal nº 10.216 garantindo os direitos e assistência aos doentes mentais.

⁴ Refere-se à: (1) totalidade da psique; (2) tendência desta a funcionar de maneira ordenada e padronizada, conduzindo a indicações de propósito e ordem; (3) tendência da psique de produzir imagens além do ego; (4) unidade psicológica do bebê humano ao nascimento (MOORE; FINE, 1992).

⁵ Pensamento, intuição da mente de desejos e estados e o conhecimento que o sujeito tem de seu estado e sua relação com o mundo e consigo mesmo, bem como emitir juízo (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Conforme Silva (2000), a identidade então se configura com características singulares em que se é autorreferenciada. Apenas quando nos percebemos diferentes do outro, envolvendo uma negação multideterminada de outras possibilidades de ser, classificamos e categorizamos diferenças e semelhanças que nos constituem e nos tornam singulares.

A identificação também passa por um processo de conscientização corpórea, no qual o indivíduo primeiramente percebe ser independente do outro que o gerou enquanto corpo que, associado a uma série de transformações no seu desenvolvimento físico-cognitivo, tende a autonomia para realização de suas próprias necessidades e experiências na realidade social. Portanto, a conscientização corpórea se revela elemento básico para afirmação da identidade singular e plural.

No entanto, o indivíduo só passa a ter conhecimento de si quando convive com outros indivíduos de um mesmo grupo social que existe objetivamente. Assim, ao mesmo tempo em que se diferencia, *outro indivíduo* identifica-se com alguns aspectos do grupo que o torna pertencente a ele, portanto, o sujeito se diferencia enquanto pessoa e se assemelha enquanto componente de um mesmo grupo:

Então, eu – como qualquer ser humano – participo de uma substância humana, que se realiza como história e sociedade [...]. Contenho uma infinidade de humanidade (o que me faz uma totalidade), que se realiza materialmente de forma contingente ao tempo e ao espaço (físico e social), de tal modo que cada instante de minha existência como indivíduo é um momento de minha concretização (o que me torna parte daquela totalidade), em que sou negado (como totalidade), sendo determinado (como parte); assim, eu existo como negação de mim mesmo, ao mesmo tempo em que o que estou sendo sou eu mesmo. (CIAMPA, 1997, p. 69)

Para Laplanche e Pontalis (2001), a identificação com outros indivíduos e grupos não é uma simples imitação, mas a apropriação baseada na pretensão a uma etiologia comum e relaciona-se à fantasia.

O grupo social é responsável por garantir a etiologia comum, e só existe objetivamente quando estabelece entre seus membros determinadas práticas, valores, ideais, modelos de representação de homem e de mundo que conferem ao grupo uma identidade própria. É através destas características identitárias que nos tornamos reconhecidos e aceitos pelos pares, que pertencemos a um grupo que se classifica e se diferencia dentre outros grupos através da ação, pressupondo uma identidade (CIAMPA, 1997).

O processo de identificação do indivíduo supõe dois processos distintos: o de identificar, corresponder a algo como idêntico ou diferente, implicando processos de diferenciação e classificação; e o de identificar-se, por meio da prática que o indivíduo se inclui ou se exclui na classificação já assimilada (SILVA, 2000).

Para entendermos o processo de constituição da identidade do homem, faz-se necessário contextualizá-lo em um tempo e espaço específicos na relação dialética de produto e produtor da história que modifica a natureza que o cerca através do trabalho, considerando que na base desse processo surgem novos moldes e demandas, as quais modificam as regras de convivência e os valores morais daquele grupo ou sociedade.

A particularidade da consciência na espécie humana fornece condições para que o homem, através do juízo da realidade, reconheça no que lhe é externo a diferença e, com base na diferença reconhecida, o homem estabeleça relações sociais com o outro. A consciência medeia processos psíquicos internos dos indivíduos para que interajam com o meio externo a eles (sociedade) e se constituam enquanto sujeito ao mesmo tempo em que constroem o meio do qual fazem parte, em uma relação dialética.

No século passado, pouco após o aparecimento do livro de Darwin, *A Origem das Espécies*, Engels, sustentando a ideia de uma origem animal do homem, mostrada ao mesmo tempo que o homem é profundamente distinto dos seus antepassados animais e que a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas às leis sócio-históricas. (LEONTIEV, 1978, p. 261)

A linguagem e os demais sistemas simbólicos que advêm da vida em sociedade, produtos diretos da cultura humana, conferem sentido às práticas e às experiências pessoais, constituintes e potenciais; atuam para classificar o mundo e as relações que se dão em seu interior, bem como proporcionam novos sentidos à experiência, sugerindo a emergência de novas identidades (SILVA, 2000).

Essas representações simbólicas, decorrentes da relação do homem com a cultura, produzem significantes que, permeadas pela consciência individual, são reconhecidas pelo homem como norma universal e generalista, portanto institucionalizadas. Por meio do discurso, ou seja, da fala, é que o indivíduo externaliza seu conteúdo interno (pensamento) ao mundo e, por meio dele, o indivíduo se posiciona e constrói uma autorreferência no grupo que pertence.

Portanto, o aspecto plural⁶ da identidade é sustentado por um conjunto de códigos e símbolos que podem ser considerados elementos que qualificam a pertença de algum grupo social, e também revelam a partilha de crenças e valores com o grupo que, através da institucionalização das práticas, aprimora e fortalece sua organização mantendo-o coeso.

A identidade plural que se expressa no conjunto de representações simbólicas específicas do grupo ao qual o sujeito pertence revela uma dinâmica operacional, pois pressupõe a aprendizagem das representações a priori, portanto pressupõe uma fase cognitiva da constituição da identidade (SILVA, 2000).

⁶ O termo *plural* foi aqui utilizado para dar ênfase à dimensão identitária do indivíduo, uma vez que este se identifica com um grupo na vida em sociedade, e torna-o representante do grupo em meio à sociedade.

A representação é assimilada pelo indivíduo de modo que seu processo psíquico incorpore elementos objetivos da vida social. Então, é a partir da experiência social que o indivíduo se construirá, assimilando ou diferenciando as diversas representações simbólicas e afirmando-as com suas práticas cotidianas, que reforçam e representam a conduta do grupo ao qual o indivíduo pertence.

A linguagem se desenvolve como instrumento de classificação dentre os sistemas de representação, qualificando a diferença e exclusão para a maturação da identidade. A linguagem se apresenta de maneira relacional, depende do que não se enquadra na classificação (fora dela) ao mesmo tempo em que fornece condição para que a classificação exista, delimitando, dessa forma, a identidade e envolvendo negação da semelhança, se comparada a outra identidade (WOODWARD, 2000).

Dentro de um sentido macropolítico, a classificação na qual resulta esse sistema de exclusão reforça-se por meio de uma identidade coletiva expressa em um conjunto de ações, valores, características específicas que perpetuam o grupo classificado, ao mesmo tempo em que nega outro conjunto de ações, valores etc. Como consequência, a linguagem também serve como instrumento de institucionalização. Baremblytt (2002) corrobora com tal ideia ao apontar que o ser humano é capaz de delimitar a estrutura social e sua organização, a fim de conservá-la através da cultura, linguagem e memória.

A linguagem não possui sentido isoladamente, mas adquire valor e se liga a sistemas de poder dentro de uma variedade de outros símbolos. Esses sistemas de poder produzem saberes que são estabelecidos a partir de uma estruturação política e cultural prévia, onde uma minoria intelectual define e determina o acesso aos significados dos sistemas simbólicos (FOUCAULT, 1986; BAREMBLYTT, 2002).

Como a cultura e seus subprodutos fornecem substratos para construção identitária e estes estão submetidos à dinâmica social de tendência a transformações, a identidade adquire uma dimensão performativa (SILVA, 2000), pois se estabelece sob um meio variante de diversidade e individualidade cultural, permeada por saberes que fazem parte do meio social. Assim, desloca-se a ênfase do que se é, para o que o sujeito pode vir a ser.

O rótulo configura um produto do processo de classificação e exclusão na constituição identitária; está contido no universo das representações simbólicas sociais em uma estreita ligação com a norma – condição para vida em sociedade; atua como limite, um espectro de aceitabilidade, de forma que o que estiver fora do espectro configura “infração”, desvio, constantemente acompanhado pelas relações de poder e saber que o interpretam e o julgam. Desse modo, incorpora uma série de negações da ordem social institucionalizada que se torna alvo de processos para corrigi-las, de acordo com o problema que causam (TOMASINI, 2006).

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO

As características específicas de um determinado grupo da sociedade que constituem juntamente com sua conduta uma identidade plural necessitam da formalização de suas condutas e das demais representações simbólicas, de maneira que não precisem se enunciar objetivamente no grupo. **Elas então são implícitas aos membros** que têm suas práticas universalizadas a fim de categorizá-las e rotulá-las, apresentando-se para cada segmento de seus membros de maneira **prescrita** (BAREMBLITT, 2002) – a esse fenômeno social que objetiva regular as práticas individuais a nível social intitula-se **institucionalização**.

O fenômeno “institucionalização” está presente em toda sociedade organizada por um Estado com dado meio de produção que determina as relações de trabalho⁷. É, portanto, um fenômeno social – só pode existir onde exista uma organização e divisão mínima de trabalho que surge enquanto necessidade de regulamentar a autoprodução humana, uma vez que o trabalho permite não só a sobrevivência do homem na terra como a modificação da natureza ao mesmo tempo em que cria outra natureza: a social – estabelece-se em um processo dialético de construção de uma realidade objetiva por meio da cultura, a qual universaliza práticas que a constitui e que também é responsável por atribuição da significação da realidade (BAREMBLITT, 2002).

A família é o primeiro grupo social que o indivíduo experimenta. Ela permite a apresentação do indivíduo ao mundo objetificado social secundário, ou seja, à sociedade. A família é responsável por agenciar a produção da identidade do indivíduo enquanto corpo consumidor de sistemas de representações da realidade dentro da sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Essa determinação que o grupo secundário (sociedade) faz ao indivíduo, orientando-o a possibilidades, dentro de um amplo espectro de diversidade, para que o sujeito se constitua em um papel determinado. Em troca, o indivíduo estará aderindo a uma instituição por austeridade – a austeridade não só se refere à condição de sobrevivência como remete ao apelo das instituições para a dimensão afetiva da identidade, uma vez que o indivíduo objetiva nas suas relações interpessoais a aceitação do outro e o reconhecimento de suas práticas, garantindo a identificação plural com o grupo.

⁷ A consequência da organização social do trabalho no sistema capitalista contemporâneo para manutenção de grupo e o processo de singularização e individuação foram analisados pela esquizoanálise no conceito apresentado por Felix Guattari, em *Micropolítica e Cartografia do Desejo* (1986, p.), referindo-se à “subjetivação capitalística”, na qual os homens são reduzidos à condição de suporte de valor, passam a se organizar segundo padrões universais que os serializam e os individualizam, fazendo com que pouco os indivíduos passem a ser insensibilizados de sua produção enquanto sujeito e anulando os potenciais de subjetivação, bem como de criatividade em sua autoprodução, pois estes precisam se adequar a funções prescritas pela ordem capitalística que produz modos das relações humanas nas representações, fábrica a relação com a natureza, com o corpo, com a produção, a relação do homem com o mundo e consigo mesmo, aceita-se como ordem que não pode ser alterada sem que se comprometa a organização social.

O indivíduo, enquanto parte do grupo, adere à instituição, reproduzindo suas práticas associadas aos discursos prescritos em troca de acolhimento, do sentimento de *pertença* – portanto, de identificação. A instituição, por sua vez, trabalha com a suposição do eu do indivíduo, direcionando-o as possibilidades de ser, consequentemente, tolhendo o potencial performativo da identidade (SILVA, 2000). Essas possibilidades, restritas e embasadas na manutenção da organização social, revelam a existência de uma institucionalização aplicada à identidade, que consiste na expectativa do **eu plural** que terá de ser harmonizado com o **singular**, o que se materializa na prescrição de ser do indivíduo (PECI; VIEIRA; CLEGG, 2006).

A regulamentação da atividade humana, enquanto fim em si mesma, sugere uma relação de dominação e de poder que tem início na linguagem (FOUCAULT, 1986; JACCARD, 1989). Uma vez que se pretende regular a prática, faz-se necessário regular o **significado dela para quem o pratica**, esse significado só é passível pela existência de um conjunto de códigos que o configurem – a **linguagem**.

O devir a ser (GUATTARI; ROLNIK, 1986) é experimentado na determinação social no primeiro ciclo, o familiar, onde lhe são atribuídos pela cultura um conjunto de práticas que o rotulam como filho. Essas práticas são transmitidas por via da linguagem pela função paterna e materna em uma relação vertical de poder.

Essa ordem normativa é replicada pela apropriação da identidade dos indivíduos, o que os torna simples cumpridores de papéis operando com base nos valores pelos quais são socializados. A ação é analisada como produto de processos causais; estes, embora operem na mente dos atores, são considerados inacessíveis e incontroláveis por eles. (PECI; VIEIRA; CLEGG, 2006, p. 53)

Uma vez internalizada a representação simbólica no repertório de significações da realidade que o indivíduo aprende, faz-se desnecessária a criação de novas significações e essa representação o mantém preso a significações cristalizadas, sendo assim uma censura ao potencial criativo que faz do homem produto e produtor de sua própria história.

As ações tornadas habituais, está claro, conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo, embora o significado em questão se torne incluído como rotina em seu acervo geral de conhecimentos, admitindo como certos por ele e sempre à mão para os projetos futuros. (BEGER; LUCKMANN, 2005, p. 78)

A institucionalização depende de três processos: o primeiro é a formação de hábitos que atribuem sentido específico que os configuram e justificam; o segundo é a internalização por parte do indivíduo, alinhar sua experiência singular à significação prescrita pela instituição em troca de austeridade; e por fim, o terceiro processo consiste na reprodução do hábito cristalizado (BERGER; LUCKMANN, 2005).

A cristalização da prática, em forma de hábitos, e a universalização de representações simbólicas, convertidas em linguagem, deixam de ser questionadas ou revisadas e, portanto, instauram relações de poder. No caso, o poder determina a construção de significantes das práticas e dos objetos existentes no meio social, bem como da determinação de função, do **papel a ser desempenhado pelo** indivíduo. Isso só se torna possível pelo processo que torna as ações **reificadas**⁸, ou seja, que seus significantes não necessitem de uma reconstrução, consequência da sua reprodução que é perpassada como inalterável e não passível de mudança para que seja mantida a ordem e o controle sobre a atividade humana.

Uma vez cristalizados, os significados das criações humanas não são mais entendidos como produção humana, mas como elementos constitutivos, inerentes à realidade objetiva, à reificação (BEGER; LUCKMANN, 2005). É a modalidade da consciência em sua plena objetivação.

Internalizadas as ações reificadas de cada indivíduo, é possível predizê-las (BERGER; LUCKMANN, 2005) e a atividade cotidiana que cada um faz se torna trivial e previsível. O fundamento da tipificação da ação é estabilizar as interações sociais, e, uma vez estabilizadas, torna-se possível a divisão do trabalho entre os indivíduos. Essa divisão, por sua vez, com as inovações permeadas por recursos surgidos do trabalho (aprimoramento da transformação da natureza), conduzirá à formação de novos hábitos e ao desenvolvimento de novas atividades e papéis a serem desempenhados (BERGER; LUCKMANN, 2005).

Com a aquisição da historicidade estas formações adquirem também outra qualidade decisiva [...]. Esta qualidade é a objetividade. Isto significa que as instituições que estão cristalizadas [...] são experimentadas como existindo por cima e além dos indivíduos que “acontece” corporifica-las no momento. Em outras palavras, experimentam-se instituições como se possuíssem realidade própria, realidade com o qual os indivíduos se defrontam na condição de fato exterior e coercivo. (BEGER; LUCKMANN, 2005, p. 84)

A linha tênue entre a institucionalização necessária à manutenção da atividade humana e ao mecanismo de controle se encontra na integração dos significados, quando a significação simbólica que o sujeito constrói não está associada à significação simbólica objetificada na sociedade, **institucionalizada**. O sentido objetivo da ordem institucional apresenta-se como dado universal, certo e natural, o problema surge na coerção da interiorização desses significados supostamente universais, absorvidos pelo indivíduo (BERGER; LUCKMANN, 2005).

⁸ Beger e Luckmann (2005) referem-se à elevação dos produtos da atividade humana como se fossem fatos da natureza. Afirmam também que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano e a dialética entre homem produtor e seu produto é reprimida da consciência e que o mundo reificado é um mundo “desumanizado” sobre o qual o homem não percebe que tem controle.

O potencial desvio aparece, uma vez que o indivíduo não corresponde às prescrições do grupo. Aqui surge um problema de ordem objetiva: a necessidade do indivíduo em harmonizar o sentido que dá a sua biografia com o sentido que lhe é atribuído pela sociedade (BEGER; LUCKMANN, 2005).

Dessa forma, podemos afirmar que a consolidação da diferença não só é necessária para compor a identidade, em seu princípio, como é relacional, dentro de um espectro de normalidade que não represente desestabilização da ordem institucional e social. Uma vez que há dissonância entre a subjetividade biográfica do indivíduo e a objetivação de sua singularidade na sociedade, haverá o emprego de mecanismos, por agentes da instituição, a fim de remontar o sujeito à objetivação de sua singularidade.

O mundo institucionalizado constitui a base para o processo de constituição identitária (que neste trabalho chamamos de **plural**) e fornece substrato para que este seja inserido em um grupo congruente e sólido e então constituir uma identidade singular com base na diferenciação do grupo que pertença, classificando e se diferenciando da identidade do grupo.

O mundo institucionalizado não só se revela necessário para a construção da identidade como também se revela o principal “vilão” para a identidade. Nas sociedades, indivíduos são estigmatizados com a loucura e vivem em regime de reclusão e encarceramento institucional e, nessa condição, sofrem consequências diretas e permanentes em sua constituição identitária.

3 A LOUCURA E A LOUCURA INSTITUCIONALIZADA

O louco na sociedade contemporânea goza de determinados “prestígios culturais” (JACCARD, 1989). O louco aqui se apresenta como um horizonte de infinitas experiências singulares das quais pouco se pode traduzir para realidade objetivada em que nos produzimos⁹.

Ao movimento instituinte (transformador) e potencial desestabilizador das práticas (e saberes) regulamentadas, atribui-se o caráter fantasioso da loucura, da associação a condições animais (JACCARD, 1989; FOUCAULT, 1978) que revela um mundo desconhecido de significações, que não pode ser transcrito e reificado na realidade objetiva, pois é próprio daquele indivíduo.

⁹ Felix Guattari (apud GUATTARI; ROLNIK, 1986) apresenta o conceito de revolução molecular como movimento instituinte e de resistência frente aos processos de institucionalização da identidade. O autor denota o processo como “atrevimento de se singularizar, de permitir criar não só condições para a vida coletiva mas também para encarnação da vida para si próprio tanto no campo material quanto subjetivo” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 46).

O louco, enquanto movimento instituinte, representa uma frustração ao grupo e a si mesmo diante de um espectro de normalidade da sociedade em que está inserido. A sociedade lhe atribui o rótulo estigmatizante, o papel representado de ser louco, de atestar sua anormalidade projetando, neste, seus próprios desejos reprimidos de reapropriação de sua subjetividade, de romper com a ordem de práticas e símbolos universalizados, de romper com os mecanismos de institucionalização da identidade a que estão diariamente submetidos. Tais projeções fomentam o mecanismo de bode expiatório, conforme aponta Jaccard (1989).

O caráter mítico, investido na imagem do louco pela sociedade, tende a excluí-lo da convivência social (JACCARD, 1989) com a justificativa de preservação da segurança da ordem social – e muitas vezes do próprio louco. Essa exclusão se dá tanto na forma física no encarceramento e isolamento em hospitais psiquiátricos (GOFFMAN, 1974; FOUCAULT, 1978) quanto na dimensão moral, na constituição identitária do sujeito que é estigmatizada (GOFFMAN, 1974).

O louco possui uma *performance* própria e se constrói de maneira independente da realidade objetiva até que seja convencido do estigma que a sociedade atribui. Neste sentido, podemos considerar que o louco em seu potencial criativo de significações expressa sua singularidade através de veículos não normatizados, próprios, caracterizando o que podemos intitular **desinstitucionalização de sua identidade**, até que seja institucionalizado ao ser mandado para uma instituição para doentes mentais, a fim de que seja corrigido seu comportamento “impróprio”.

Consideremos aqui a loucura como um rótulo que corresponde a um quadro de manifestações de um intenso reforço, com frequência inconsciente (JACCARD, 1989) de perda da unidade pessoal, fragmentação do estado afetivo, insegurança nas ações e a privação de liberdade, experiência de desespero, necessidade de autopunição e confusão, resultantes da “cilada” de um ambiente indecifrável e hostil, em que o sujeito se sente sozinho, humilhado e desprezado.

Em compensação, e como os trabalhos de Michel Foucault mostraram, a loucura não deixou de evidenciar uma ligação com a razão, da qual ela é o *outro*: seja ao contestá-la, seja ao configurar essa certeza de morte, essa face as trevas, esse apelo do impulso que a razão se esforça para dominar – e que não se consegue neutralizar. Se há uma verdade da loucura, esta só pode ser trágica – daí a ambiguidade extrema que caracteriza a atitude de todas as sociedades e de todas as culturas para com os loucos. São caçados ou exibidos como a imagem daquilo que ameaça a todos. São presos e privados de todos os direitos. Ou, pelo contrário, tem a palavra quando esta é negada a todos os outros: os bufões dos príncipes e dos reis – e em nossas mediocracias modernas, os artistas. (JACCARD, 1989, p. 13)

O encarceramento da loucura caracteriza a privação de algumas oportunidades de comportamento e o fracasso para acompanhar mudanças sociais no mundo externo, uma vez que sua permanência é longa – o que pode ser explicado com a identificação plural do indivíduo com o grupo no hospital, bem como pela inadequação comportamental admitida pelo rótulo psiquiátrico.

Uma vez que há o retorno com a convivência social ampla, o sujeito demonstra incapacidade de enfrentar aspectos da vida cotidiana, consequência do processo de **desculturamento** (GOFFMAN, 1974), reflexo do tolhimento da hominização (LEONTIEV, 1978). A instituição cria e mantém um tipo específico de tensão entre o que está fora e o que está dentro dos muros e a utilizam como força estratégica de controle.

A **mortificação do eu** (GOFFMAN, 1974), fruto da decorrente modificação na carreira moral do sujeito, ou seja, mudanças na crença na imagem que o sujeito tem de si mesmo e na imagem que os outros têm dele nas relações interpessoais é responsável pela insegurança e incerteza, tanto na constituição singular da identidade, assim como traz implicações nas relações interpessoais.

O caráter de cárcere do modelo de hospitalização implica uma separação entre o sujeito e o mundo mais amplo. Assim, o sujeito não tem uma vida “privada”, isso implica um despojamento de seu papel social, uma ruptura com o meio externo e sua identidade anterior – a violação de um ambiente particular é umas das consequências mais graves da institucionalização, é associada também à reserva de informações sobre o estado do internado pela equipe médica e dirigente (GOFFMAN, 1974).

Conforme Goffmann (1974) aponta, o processo de admissão no hospital simboliza, inicialmente, a nudez ou a **desapropriação** de objetos particulares, representando a ruptura com o eu singular. A mutilação do eu não se dá apenas na perspectiva material de se abster de seus objetos particulares, mas também na perspectiva subjetiva quando ao interno é atribuído uma condição de heteronomia.

Os comportamentos anteriores e recorrentes são registrados em um prontuário que fica à disposição da equipe dirigente que objetiva, durante o internamento, alterar tendências autorreguladoras do internado, fazendo-o confessar a “**culpa**” pelo comportamento anormal, convencendo-o da necessidade de reclusão. O internado então precisa expor novos fatos sobre sua identidade frente à equipe dirigente.

A obediência do internado relaciona-se, ainda, segundo Goffman (1974), ao conceito de **circuito**, um fenômeno que ocorre na hospitalização onde a instituição cria uma resposta defensiva do internado e depois o torna alvo de redefinições e punições, o que garante ao internado instabilidade e insegurança.

A arregimentação também é característica na hospitalização para doentes mentais. Consiste na obrigação do cumprimento de regras ligadas à atividade prescrita (GOFFMAN, 1974). As regras difusas ocorrem dentro de um sistema de autoridade escalonada, qualquer pessoa da equipe dirigente pode aplicar sanções à resistência, o que aumenta a angústia dos internados, dada a constante ameaça de castigo. Essa insegurança instaurada leva o interno a uma submissão ao processo de mortificação de sua singularidade onde a restrição imposta para essa singularidade é substituída pela renúncia dela (GOFFMAN, 1974).

Uma vez institucionalizado, o interno é privado até da autonomia para determinar suas próprias práticas. Toda sua atividade está sujeita a regulamentação prescrita e ao julgamento por parte da instituição, caracterizando uma outra forma de mutilação da singularidade; a violência relacionada a autonomia do ato que o obriga a pedir permissão para realizar atividades que anteriormente poderiam ser realizadas de maneira autônoma (GOFFMAN, 1974, p. 43), isso implica ao internado uma infantilização e dependência de tutela. A perda da possibilidade de escolha pessoal sugere uma insuficiência pessoal que permite que os atos sofram mediações da equipe dirigente e médica.

O sistema de privilégios também é composto pelo castigo, que é representado pela consequência da desobediência, da transgressão à regra. Pode-se aplicar então a recusa temporária ou permanente de privilégios, bem como o direito de tentar conseguí-los (GOFFMAN, 1974). A possibilidade de liberdade futura faz com que o interno submeta-se mais facilmente à prescrição do hospital.

No hospital, a inferioridade das condições de internado alimenta o sentimento de fracasso pessoal que, em resposta, cabe ao internado procurar justificar-se do rebaixamento social, passando a criar histórias e apresentá-las num discurso de vitimização que demonstra o alinhamento de sua identidade com o rótulo estabelecido.

O ócio durante o período de internamento remete à ideia de um tempo perdido. A privação da atividade também é responsável pela mortificação singular, pois o indivíduo, privado do trabalho, não se produz enquanto sujeito numa função singular a ele – está enquadrado no estigma de doente mental. Algumas vezes lhe são proporcionadas atividades ocupacionais com pouco ou nenhum potencial de reapropriação da identidade singular, estando elas muito mais ligadas à alienação da situação real de internado: “Esse tempo é algo que foi posto entre parênteses na vida social do indivíduo. Daí o sentimento de exílio da própria vida” (GOFFMAN, 1974, p. 64).

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa, de caráter qualitativo exploratório, embasou-se na perspectiva dos estudos culturais acerca do tema identidade para fundamentar a análise sobre a dimensão plural da identidade, bem como utilizou a perspectiva da teoria psicanalítica para fundamentar a análise da dimensão singular de identidade, que se revela derivada da dimensão plural, através de um investimento emocional na relação entre os membros de um determinado grupo. A instituição determina a função a ser desempenhada pelo indivíduo, bem como lhe apresenta as possibilidades de vir a ser, de acordo com o interesse de manter a funcionalidade do grupo em uma realidade objetiva.

A perspectiva de estudos antropológicos e sociológicos foi utilizada na análise de instituições, seus mecanismos e implicações funcionais para manutenção da ordem social, bem como suas repercussões para a subjetividade do sujeito institucionalizado e condenado ao encarceramento.

A consequente redução da singularidade em detrimento da generalização da dimensão plural identitária do sujeito é explicitada na literatura do campo da psicologia institucional que embasou a reforma psiquiátrica, revelando alto sofrimento e banalização de diagnósticos relacionados à doença mental e concedendo novas diretrizes e ampliação de tratamento como alternativa à institucionalização.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como repensar a reintegração social de um sujeito cuja identidade singular foi mutilada pelos processos de institucionalização – no caso de reclusão em um hospital para doentes mentais?

O estigma e a lacuna na vida do indivíduo frente à alta da hospitalização permanecem na constituição plural da identidade do sujeito. A ausência de responsabilidades civis justificadas pela temporada de tratamento (a loucura vista como uma doença a ser tratada; o internado visto como um objeto cuja fisiologia anormal é entregue ao médico especialista que concertará “algo quebrado”) muitas vezes não são recuperadas e, quando o são, esses indivíduos são estigmatizados pela sociedade que os mantém à margem do grupo social, negando-lhes condições normais de tratamento e implicando sobre eles um julgamento com base em suas práticas passadas. A identificação plural do indivíduo é pautada no estigma.

A reforma psiquiátrica surgiu como movimento instituinte dentro da instituição do saber da psiquiatria moderna. Busca uma redefinição de loucura, suas implicações e formas de tratamentos extramuros, busca também elevar o doente mental à categoria de sujeito (de direitos), que necessita de um acompanhamento médico específico, portador de uma patologia que deveras lhe cause sofrimento, não sendo, no entanto, digno de atribuições de rótulos e exclusão.

Quando os loucos já forem nossos vizinhos, pacíficos e estiver diluída sua singularidade, o que restará da loucura, ou melhor, da dimensão desarrazoada que até hoje tem sido monopólio quase que exclusivo dos próprios loucos? (PELBART, 1989, p. 133)

O louco representa, para a sociedade moderna, o bode expiatório, é quem recebe a incumbência de representar a desrazão – esta não pertence à loucura, mas está contida nela e lhe é atribuída por uma série de saberes psicológicos e psiquiátricos que empregam teorias e técnicas específicas para desvendá-la e tratá-la como algo que precisa de reparos, conforme situa Pelbart (1989).

[...] pois a desrazão não é uma nova tecnologia, muito menos uma ideologia – mas o exercício, no seio do próprio pensar e das práticas sociais, de uma nova forma de relacionar-se com o acaso, com o desconhecido, com a forma e com a ruína. Trata-se de não burocratizar o acaso com causalidades secretas ou cálculo de probabilidade, mas de fazer do acaso um campo de invenção e imprevisibilidade, de não recortar o desconhecido com o bisturi da racionalidade explicativa . [...] Trata-se de um pensamento que não transforma a força em acúmulo, mas a diferença em intensidade. Isso implica naturalmente, inventar uma nova relação entre corpo e linguagem, entre subjetividade e exterioridade, entre os devires e o social, entre o humano e o inumano, entre a percepção e o invisível, entre o desejo e o pensar. (PELBART, 1989, p. 136)

CONCLUSÃO

As instituições presentes na sociedade com a finalidade de regulamentar práticas, formular normas e regras de convívio se mostram necessárias para a vida em sociedade. Em contrapartida, suas consequências se apresentam limitadoras para o sujeito se constituir dentro de uma identidade em meio ao grupo social que pertence, determinando o papel a ser desempenhado em troca da adesão ao grupo.

São as instituições que determinam regras gerais, recursos simbólicos e hábitos a serem adotados por seus integrantes. As instituições não só determinam os papéis como também selecionam quem serão seus representantes, de acordo com a manutenção de interesses que a constitui.

A loucura, nesse caso, revela uma demanda social de exclusão daquilo que se ousa ser em meio a vida social, representando uma ruptura em relação às determinações institucionais da vida em sociedade. Sendo assim, a estes indivíduos cabe um processo de institucionalização ainda mais severo e rígido com a função de corrigir aquilo que se mostra disfuncional ao funcionamento de uma sociedade, disfuncional por representar uma ameaça a determinação geral de hábitos, linguagem, comportamentos, identidade etc.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, G. **Compendio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BEGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A reforma psiquiátrica brasileira e a política de saúde mental**. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/vpc/reforma.html>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

CIAMPA, C. A. Identidade. In: LANE, S; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 58-75.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica e cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

JACCARD, R. **A loucura**. Petrópolis: Zahar, 1989.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

_____. **O desenvolvimento do psiquismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MOORE, B. E.; FINE, B. D. **Termos e conceitos psicanalíticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F.; CLEGG, S. R. A construção do “Real” e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). **Revista de Administração contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 51-71, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/840/84010304.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

PELBART, P. P. Manicômio mental: a outra face da clausura. In: LANCETTI, A. **Saúde e loucura**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 130-148. v. 2.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TOMASINI, M. E. A. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Org.). **Sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. 7. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 111-131.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

QUALIDADE DE VIDA (QV) E SAÚDE: A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA – FOCO NO DOMÍNIO PSICOLÓGICO

Letícia Sobanski¹
Giullia Paula Rinaldi²

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de verificar, por meio de análises dos dados coletados com um questionário protocolado, a percepção de acadêmicos do curso de Psicologia com relação à qualidade de vida (QV) e saúde. O estudo visa relacionar conhecimentos dos acadêmicos por meio de uma análise das ementas das disciplinas ofertadas no curso, tendo em vista a sua futura atuação profissional e percepção individual de QV e saúde, e também propor reflexão sobre a formação na graduação de Psicologia e sua futura atuação no mundo do trabalho. O foco deste artigo será realizar uma análise das respostas no domínio psicológico determinado no questionário aplicado WHOQOL-bref³.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Saúde. Psicologia. WHOQOL-bref.

¹ Aluna do 6º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail:* lesobanski@gmail.com

² Mestre em Tecnologia em Saúde pela PUCPR. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail:* giullia.rinaldi@fae.edu

³ WHOQOL – World Health Organization Quality of Life.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa identificar a percepção de Qualidade de Vida (QV) e saúde, de acadêmicos do curso de Psicologia, por meio da aplicação do questionário WHOQOL-bref. Além disso, tem o intuito de verificar se há relação dos conhecimentos adquiridos na formação acadêmica com hábito de vida e, ainda, propor a reflexão sobre a formação na graduação e futura atuação no mundo do trabalho do psicólogo.

No desenvolvimento desta pesquisa foram levantados dados dentro de quatro domínios estabelecidos pelo questionário WHOQOL-bref – físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente – a respeito de como esses alunos percebem o conceito e identificam a importância de hábitos que desenvolvam a QV e saúde para suas próprias vidas, bem como se identificam esses conceitos como relevantes para sua atuação profissional futura.

Este estudo teve como foco o domínio psicológico, que é abordado em seis questões, cada uma com um tema diferente. São elas as questões número 5, que aborda sentimentos positivos; número 6, que trata sobre pensar e aprender, bem como da memória e concentração; número 7, que se refere à autoestima; a questão 11, imagem corporal e aparência; a questão 19, sobre sentimentos negativos; e a número 26, que aborda a espiritualidade/religião/crenças pessoais. A média de respostas de cada faceta foi avaliada e colocada em gráfico para que possa ser mais bem visualizada.

1 REVISÃO DE LITERATURA

A expressão **qualidade de vida**, segundo Kawakame e Miyadahira (2005 apud GORDIA et al., 2011), possui raízes em duas culturas: oriental e ocidental. Na oriental, sua presença é notada na filosofia chinesa, referente à arte, literatura, filosofia e medicina tradicional; na perspectiva ocidental, está relacionada à visão aristotélica, onde descreve a felicidade como certo tipo de atividade íntegra da alma, como se sentir completo e realizado, ou seja, com uma boa QV.

Com isso, segundo Paschoal (2001 apud KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007), após a Segunda Guerra Mundial o termo passou a ser muito utilizado relacionando o sucesso com a melhoria do padrão de vida e envolvendo a obtenção de bens materiais, como casa própria, carro, salário e bens adquiridos. A partir desse período, o termo começou a ser utilizado para criticar políticos, visando um crescimento econômico sem limites. Depois disso o conceito tinha como objetivo medir o quanto uma sociedade havia se desenvolvido economicamente, para posteriormente o

conceito ser ampliado, significando, além disso, o desenvolvimento social, como educação, saúde, lazer, entre outros.

No final do século XX, mais especificamente na década de 1990, as pessoas e a mídia começaram a utilizar o termo **qualidade de vida**, e com isso houve um grande avanço nas investigações científicas, tanto de quantidade como de qualidade, para um melhor entendimento sobre a QV e a relação com as questões sociais, culturais e biológicas.

Foi na década de 1990 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) formou um grupo de estudos sobre QV, com especialistas, com o objetivo de aumentar o conhecimento científico sobre o assunto e também desenvolver instrumentos de avaliação que pudessem abranger uma perspectiva transcultural (GORDIA et al., 2011).

A partir desse período, de acordo com Pereira, Teixeira e Santos (2012), houve uma crescente preocupação em relação à QV do ser humano, relacionada principalmente com controle de sintomas, diminuição da mortalidade ou aumento da expectativa de vida.

Porém, para a definição de QV, ainda há muitas divergências entre os autores, em razão de ela ser discutida por diversas áreas de estudo. Segundo os interesses científicos e políticos de cada estudo, diferem-se a forma de abordagem, os indicadores aplicados e as possibilidades de operacionalização e avaliação (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

O conceito de QV é muitas vezes definido como “sinônimo de saúde, felicidade e satisfação pessoal, condições de vida, estilo de vida, dentre outros” e seus indicadores são considerados amplos. Por isso, é considerada de difícil compreensão e, para análises científicas, necessita de delimitações (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Segundo Kluthcovsky e Takayanagui (2007 apud MONTEIRO et al., 2010) e The WHOQOL Group (1995 apud FLECK et al., 2000, p. 179), para o Grupo de QV da Divisão de Saúde Mental da OMS, a QV é definida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

De acordo com Conde e Pinto Neto (2008), não há consenso quanto à definição, mas há concordância entre os autores quanto à avaliação ser observada pelos domínios físico, social, psicológico e espiritual, buscando a vivência de cada indivíduo. Nesse sentido, tem-se como objetivo questionar a transformação de informações subjetivas trazidas pelo indivíduo, que envolvem a questão pessoal, em dados objetivos, que podem ser mensuráveis e aplicados em populações diferentes.

Para Gimenez (2013), há uma indeterminação no significado de QV e considera-se também que o termo é muito genérico, por isso há sempre a necessidade de

explicitação e clarificação do assunto abordado (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000 apud GIMENES, 2013).

Gimenez (2013, p. 293) critica a forma como o termo foi naturalizado e generalizado e argumenta que isso é uma problemática caracterizada por três aspectos, pois:

[...] desgasta e esvazia o termo, uma vez que o descola das contingências históricas e culturais nas quais surgiu e adquiriu significado; corresponde a uma universalização de uma questão que é eminentemente nossa, das sociedades ocidentais contemporâneas; e silencia os processos pelos quais foi tornada possível a construção e a generalização do termo.

Com o aumento da preocupação com a QV e saúde, instrumentos de avaliação para verificação do suposto nível de QV foram desenvolvidos por diversos pesquisadores na área.

Segundo Kluthcovsky e Kluthcovsky (2009), a preocupação sobre a QV, em relação à valorização maior do que apenas o controle de sintomas, diminuição da mortalidade ou aumento da expectativa de vida, cresceu de forma significativa nas últimas décadas, pois foi possível perceber que a QV poderia fornecer informações sobre aspectos pessoais e sociais, como também medidas de incapacidade e bem-estar psicológico, levando em consideração o ponto de vista do paciente. Isso porque a definição de QV é subjetiva, multidimensional, e também reflete a subjetividade do construto inserida no contexto cultural, social e do meio ambiente. Com isso, a avaliação de QV se torna um tema complexo e desafiador, mas pode proporcionar uma melhor compreensão sobre as necessidades reais de cada indivíduo.

A partir da conceituação de QV, é possível identificar que é necessária a investigação de múltiplos fatores relacionados às condições de vida e ao comportamento humano, a fim de se verificar a QV de um indivíduo. Muitos instrumentos que foram criados para essa finalidade não levam em conta o contexto cultural, social, de história de vida e do percurso dos indivíduos, o que compromete o resultado do instrumento (HUBERT, 1997; MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000 apud GORDIA et al., 2011).

Sendo assim, diversos instrumentos têm sido construídos. Segundo Gordia et al. (2011), os mais relacionados à análise de condições gerais da QV enfatizam questões sobre domínios físicos (dor, fadiga, capacidades e limitações), psicológicos (percepção do estado de saúde, depressão, autoestima, ansiedade e imagem corporal), relações sociais (apoio familiar e social, limitações impostas pela sociedade e as relações interpessoais), nível de independência (mobilidade, atividades cotidianas, capacidade para o trabalho) e noções sobre o bem-estar (corporal, emocional, saúde mental e vitalidade).

Há duas formas de mensurar a QV: 1) por meio de instrumentos genéricos que podem abordar o perfil de saúde ou não – estes englobam aspectos importantes relacionados à saúde e refletem o impacto de uma doença sobre o indivíduo; 2) através da utilização de instrumentos específicos que podem detectar particularidades, eles avaliam de maneira individual e específica determinados aspectos da QV, como as funções físicas e sexual, bem como o sono e a fadiga (FAYERS, 2000 apud GORDIA et al., 2011).

O instrumento genérico mais conhecido foi criado com a intenção de gerar um debate sobre o desenvolvimento de aspectos econômicos, como nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego, assim como de aspectos de natureza social e também cultural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990.

Com isso, encontra-se a concepção de que a renda, a saúde e a educação são três elementos fundamentais da QV de uma população (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000 apud GORDIA et al., 2011).

O *Nottingham Health Profile* (NHP) é outro instrumento genérico. Trata-se de um questionário composto por 39 itens e dividido em seis dimensões: energia, sono, dor, isolamento social, reações emocionais e mobilidade física. Ele tem sido mais utilizado para mensurar a QV em populações mais velhas (FLETCHER; DICKINSON; PHILP, 1992 apud GORDIA et al., 2011).

Segundo Toledo (2007), o *Spitzer Quality of Life Index* (SQLI), desenvolvido por Spitzer em 1982, é mais um dos instrumentos de avaliação da QV. Atualmente, esse instrumento é utilizado em diferentes situações, principalmente em condições médicas, como após intervenções cirúrgicas, em idosos com doenças patológicas ou em adultos com doenças que interferem diretamente na QV do indivíduo. Esse instrumento é breve, de rápida aplicação e com medidas psicométricas confiáveis, mas a autora critica a escassez de instrumentos como esse, de avaliação genérica, disponíveis na cultura brasileira.

Chen (2006 apud GORDIA et al., 2011) cita que para a mensuração da QV de adultos jovens foi desenvolvido o *Young Adult Quality of Life* (YAQOL), mais um instrumento genérico que avalia os aspectos relacionados à saúde, bem-estar psicológico, relacionamentos sociais, funcionalidade e contexto ambiental. O que o difere dos outros questionários é que neste é considerado o papel e o contexto residencial, por exemplo, perspectivas sobre objetivos de vida.

Para avaliação da QV de crianças, desenvolveu-se o *Pediatric Quality of Life Inventory* Versão 4.0 (PedsQL™ 4.0), uma medida composta por 23 itens. Nesse

questionário é levado em conta o autorrelato das crianças – nesse questionário, pode ser considerado também o dos pais. O PedsqTM 4.0 refere-se aos últimos 30 dias vividos pela criança que está respondendo (VARNI, 2003 apud GORDIA et al., 2011).

De acordo com Gordia et al. (2011), foi desenvolvido por Lipp e Rocha (1996) um instrumento brasileiro também para mensuração de QV. Ele é dividido por aspectos sociais, afetivos, profissionais e relacionados à saúde. As três primeiras áreas são compostas por 10 questões e a última (saúde) por 15. Embora a aplicação deste instrumento tenha pontos positivos por ser brasileiro, ele não avalia aspectos como variáveis ambientais e psicológicas, bem como faltam dados que demonstrem sua validade e fidedignidade.

Um dos instrumentos mais utilizados em diversas populações é o *Medical Outcome Study Short-Form 36 Health Survey* (SF-36). Ele é composto por 36 questões divididas em oito domínios relacionados à saúde física e mental e avalia as últimas quatro semanas vividas pelo respondente (WARE; SHERBOURNE, 1992 apud GORDIA et al., 2011). Cada domínio foi desenvolvido utilizando uma escala de 0 a 100, com altos escores indicando melhor QV.

Segundo Fleck (2000), houve uma grande dificuldade em definir construtos subjetivos influenciados por características temporais e culturais, ainda mais que a maioria dos instrumentos foi desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa, o que torna questionável o uso transcultural do instrumento. Com isso, segundo o mesmo autor e conforme já citado, a OMS definiu um Grupo de QV (Grupo WHOQOL) para desenvolver instrumentos capazes de fazê-lo dentro de uma perspectiva transcultural.

Primeiramente, para a construção do instrumento WHOQOL, a OMS definiu, juntamente com especialistas de várias partes do mundo, o termo **qualidade de vida**: “A percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (The WHOQOL GROUP, 1995 apud FLECK et al., 2000, p. 179), abrangendo a complexidade do construto inter-relacionando o meio ambiente com aspectos físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e crenças pessoais.

Com isso, foi possível uma padronização para o desenvolvimento do instrumento, que também permitiu que as impressões dos especialistas, bem como a visão dos pacientes e profissionais de saúde, estivessem contínua e repetidamente influenciando o processo, também no método da tradução (FLECK, 2000).

O instrumento WHOQOL-100 foi desenvolvido com 100 perguntas e dividido em seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais. É, ainda, dividido em 24 facetas específicas, cada uma composta por quatro perguntas e uma faceta composta de perguntas gerais sobre QV.

Por ser composto de 24 facetas, segundo Fleck (2000), o WHOQOL pode ser muito extenso para algumas finalidades que demandam menos tempo de aplicação, por isso a OMS desenvolveu uma versão abreviada do WHOQOL-100: o WHOQOL-bref.

O WHOQOL-bref é composto por 26 questões, sendo duas delas gerais de QV. As demais representam e são divididas pelas 24 facetas do instrumento original, sendo que:

O critério de seleção das questões para compor a versão abreviada foi tanto psicométrico como conceitual. No nível conceitual, o Grupo de Qualidade de Vida da OMS definiu que o caráter abrangente do instrumento original deveria ser preservado. Assim, cada uma das 24 facetas que compõem o WHOQOL-100 deveria ser representada por uma questão (FLECK, 2000).

A QV hoje é tratada com ênfase pela psicologia. Com a popularização do termo, começou a ser utilizado em diversos meios, e hoje é utilizado pela população em geral e também por profissionais de várias áreas e pesquisas relacionadas a várias especialidades, como na sociologia, medicina, enfermagem, psicologia, economia, geografia, história social e filosofia (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007).

Ao longo da história, a QV mudou de enfoque. Ela é relacionada a fatores como satisfação, qualidade dos relacionamentos, realização pessoal, percepção de bem-estar, possibilidades de acesso a eventos culturais, oportunidades de lazer, entre outros, como a felicidade, a solidariedade e a liberdade. Essa mudança se deu a fim de cada vez mais se considerar, além dos aspectos objetivos, também os aspectos subjetivos do tema (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007).

De acordo com Gordia et al. (2011), a expressão **qualidade de vida** é usada em vários ambientes, o que demonstra o quanto esse construto é amplo, diversificado e complexo. Os autores citam que fazendo uma busca entre os anos de 1900 e 1999 foram publicados 40.463 artigos sobre o tema, enquanto que entre os anos de 2000 e 2010 foram publicados 115.435 artigos.

Kluthcovsky e Takayanagui (2007) dizem que, apesar das dificuldades conceituais, hoje fica claro que: a QV deve ser considerada um tema a ser pesquisado interdisciplinarmente, sendo necessária a contribuição de diferentes áreas do conhecimento para o aprimoramento metodológico e conceitual.

Como a QV é discutida e exposta por vários campos, a mídia também faz parte desse meio. Para Tavares (2011), atualmente, o tema qualidade de vida quando exposto no universo midiático, encontra-se presente de maneira bipolar: de um lado, propagandas voltadas para o consumo desenfreado e para a valorização de padrões e estilos de vida elevados na formatação de um tipo de comportamento que destoa do “equilíbrio social”; do outro, discursos dentro do mesmo universo, mas em outros

loais, que “pregam” e/ou valorizam o consumo consciente, a consciência ecológica, a solidariedade e a simplicidade, o que deixa claro o não equilíbrio desse meio.

Nos índices atuais de medição de QV, a felicidade encontra-se em destaque nas discussões sobre a necessidade de propostas que englobem um todo, considerando as suas partes complexas para a organização do conceito e de sua “materialização” na sociedade. De acordo com Cavalieri (2010 apud TAVARES, 2011), o Índice de Valores Humanos (IVH) avança em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abordando também a felicidade das pessoas, como fator de bem-estar, e, além do IVH, outros índices já vêm sendo utilizados nessa perspectiva.

A QV para a área de saúde esteve ligada com a expectativa de vida, fazendo com que esteja relacionada à busca de melhores condições de vida para a população em geral. Para Moreno-Jiménez e Castro (2005 apud TAVARES, 2011), o conceito atual de QV se relaciona com o conceito de saúde da OMS, o qual considera a consciência pessoal do indivíduo sobre sua saúde, mantendo, acima de tudo, suas exigências culturais, sistemas de valores, metas, expectativas e preocupações próprias (TAVARES, 2011).

Segundo Leal (2008 apud TAVARES, 2011), a perspectiva psicológica ganhou importância relacionando-se à QV. Ela está relacionada à situacionalidade para a QV. Em outras palavras, há uma variabilidade e pertinência de acordo com determinada época ou sociedade. Nessa perspectiva, a percepção do sujeito é considerada prioridade – por exemplo, seu julgamento pessoal ao contexto que o cerca, de acordo com suas expectativas, anseios, objetivos e padrões comportamentais e de convivência.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa empírica, descritiva, de natureza quali-quantitativa, permeada de uma investigação de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise de dados e resultados.

Conforme Gil (2008, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...] utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados.” A pesquisa bibliográfica serviu de base para a compreensão do desenvolvimento da fundamentação teórico-metodológica do estudo.

Para a coleta dos dados, foi realizado um levantamento por meio de questionário protocolado desenvolvido pela OMS, o WHOBREF (WHOQOL-bref, 1996). Esse instrumento é curto, de rápida aplicação e pode ser utilizado tanto em populações

com algum tipo de doença como em populações saudáveis (FLECK et al., 2000). A aplicação do questionário foi realizada nas salas de aula, após a aprovação do projeto pelo comitê de ética em pesquisa da instituição, com consentimento livre e esclarecido dos participantes da pesquisa.

A coleta foi realizada nas salas de aula, após a aceitação da coordenação e dos docentes, que cederam alguns minutos em suas aulas, e também após o retorno dos termos de consentimento livre e esclarecido dos participantes da pesquisa. Durante a aplicação, os estudantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e convidados a participar.

3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

O processo de análise teve o intuito de avaliar e apontar como os acadêmicos compreendem a QV e saúde para suas próprias vidas e se identificam esses conceitos como relevantes para sua atuação profissional futura. Posteriormente, a partir das informações analisadas e devidamente tabuladas, foram feitas devolutivas aos participantes desse estudo e também à coordenação do curso.

3.1 DOMÍNIO 2 – DOMÍNIO PSICOLÓGICO

A primeira questão do questionário, que é referente ao domínio psicológico, é a número 5 – “O quanto você aproveita a vida?”.

Esta questão refere-se aos sentimentos positivos. Os níveis 1, 2, 3, 4 e 5 representam: nada, muito pouco, mais ou menos, bastante e extremamente, respectivamente nessa ordem, conforme os resultados expressos nas colunas do GRÁF. 1.

GRÁFICO1 – Resultados da questão 5 – Domínio Psicológico

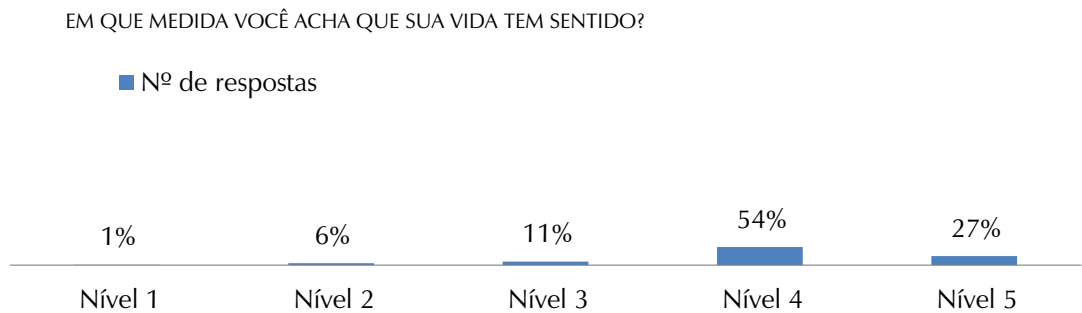


FONTE: As autoras (2015)

Mesmo com os itens **bastante** e **extremamente** somando maior *escore*, o resultado dos itens **mais ou menos** e **muito pouco** também é considerável, visto que somam 46% das respostas. Com isso, conclui-se que quase metade dos entrevistados não tem um aproveitamento alto de suas vidas, levando em conta o período acadêmico de avaliações em que se encontravam. Contudo, o item de escala 4, que significa **bastante**, contém a maior porcentagem de respostas, podendo concluir que a maioria dos estudantes considera que aproveita a vida de forma consideravelmente alta.

A segunda questão referente ao domínio psicológico é a número 6 – “Em que medida você acha que sua vida tem sentido?”. Essa questão refere-se ao pensar e aprender, bem como à memorização e à concentração. Os resultados que representam essa questão encontram-se no GRÁF. 2 a seguir.

GRÁFICO 2 – Resultados para a questão 6 – Domínio Psicológico

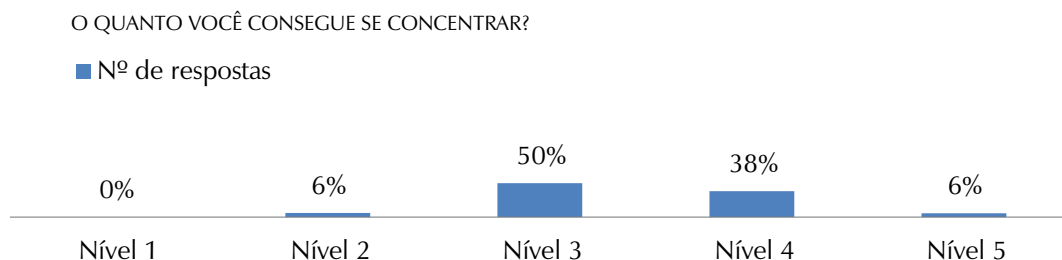


FONTE: As autoras (2015)

54% dos respondentes consideram que suas vidas possuem muito sentido, ou seja, há função e motivação para suas atividades diárias serem realizadas. Os níveis que representam menos satisfação, quando somados, representam apenas 7% dos respondentes. Outro valor considerável é o de 27% como **extrema satisfação**.

A terceira questão a respeito do domínio psicológico é a número 7, a qual refere-se à autoestima. A questão é: “O quanto você consegue se concentrar?”

GRÁFICO 3 – Resultados para a questão 7 – Domínio Psicológico

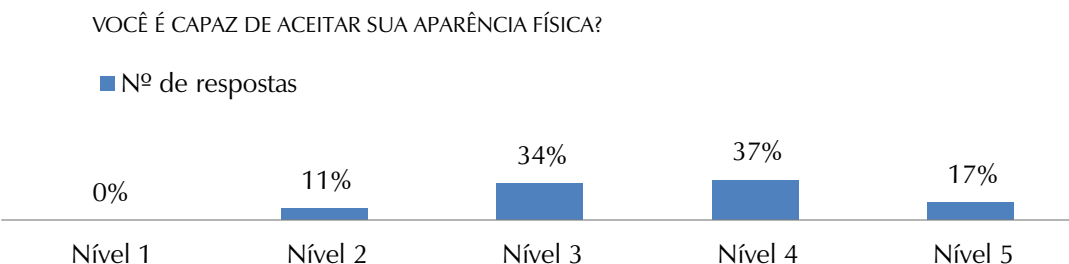


FONTE: As autoras (2015)

A questão que leva em conta a concentração demonstrou expressividade entre as respostas **mais ou menos** e **bastante**, tendo porcentagem de 50% e 38%, respectivamente, sugerindo que a maioria dos alunos questionados considera que podem existir momentos em que há dificuldades de concentração, como em outros essa dificuldade pode estar ausente, dependendo da situação em que se encontram.

A quarta questão é a de número 11. Apontada no domínio psicológico, trata da imagem corporal e aparência e questiona se o indivíduo é capaz de aceitar sua aparência física.

GRÁFICO 4 – Resultados para a questão 11 – Domínio Psicológico

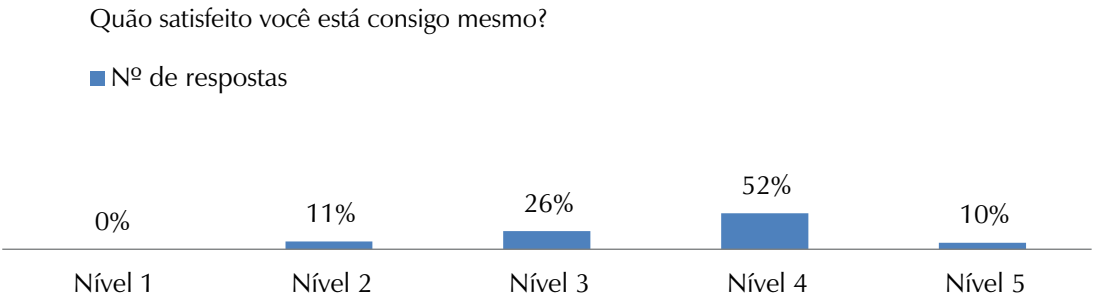


FONTE: As autoras (2015)

A faceta 11, dentro do domínio psicológico, pode ser considerada discrepante, pois apresentou respostas em todas as escalas. Apesar de a maioria delas revelar a aceitação mediana, há resultados expressivos nas escalas mais altas de aceitação, demonstrando que grande parte do grupo de acadêmicos respondentes deste questionário possui uma alta aceitação de sua própria aparência física.

A quinta questão do domínio psicológico é representada pela questão 19 do questionário: “Quão satisfeito você está consigo mesmo?”. Essa questão refere-se aos sentimentos negativos. Os níveis aqui serão representados por: nível 1 – muito insatisfeito; nível 2 – insatisfeito; nível 3 – nem satisfeito, nem insatisfeito; nível 4 – satisfeito e nível 5 – muito satisfeito.

GRÁFICO 5 – Resultados para a questão 19 – Sentimentos negativos



FONTE: As autoras (2015)

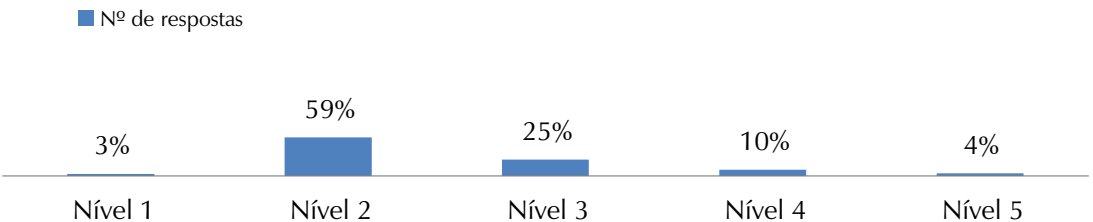
Os participantes que demonstraram satisfação consigo mesmo correspondem a 52% dos alunos. O restante divergiu nas três outras escalas.

A primeira escala, que representa insatisfação, não foi apontada pelos participantes, sendo possível considerar uma aceitação alta por parte dos alunos – e, consequentemente, baixos sentimentos negativos dessa classe.

A sexta e última questão referente ao domínio psicológico é a número 26 – “Com que frequência você tem sentimentos negativos, tais como mau humor, desespero, ansiedade e depressão?”. Essa questão trata da espiritualidade, religião e crenças pessoais. Os níveis apontados são respectivamente: nunca, algumas vezes, frequentemente, muito frequente e sempre.

GRÁFICO 6- Resultados para a questão 26 – Domínio Psicológico

Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?



FONTE: As autoras (2015)

O número de respostas de baixa escala nessa faceta foi alto. Os participantes demonstraram que apenas algumas vezes possuem sentimentos negativos, correspondendo a 59% dos avaliados. Os extremos das escalas tiveram o menor número de respostas, sendo que as escalas de níveis 5 e 1 tiveram porcentagem de resposta de 4% e 3%, respectivamente.

4 RESULTADOS

As análises foram realizadas com base em 126 questionários respondidos no início das aulas (março de 2015). Foi possível notar que os acadêmicos demonstraram interesse em participar, pois na entrega do questionário foi explicado o motivo da pesquisa.

Do total de aproximadamente 300 alunos no curso, foi possível obter a participação de 126. Esse resultado pode ser considerado expressivo, tendo em vista que a maioria dos alunos presentes nas salas de aula aceitou participar (apenas dois alunos de salas diferentes no momento da entrega do questionário se ausentaram do recinto).

Outra informação considerada relevante para a participação foi o fato de o questionário ser de rápida resolução. Ao iniciar a aplicação, as pesquisadoras foram questionadas pelos participantes se demoraria muito, porém os questionários foram respondidos em uma média de cinco minutos pelos participantes – tempo considerado normal.

Os resultados obtidos por meio da aplicação do WHOQOL-bref (foco no domínio psicológico) demonstram que apenas algumas vezes os acadêmicos têm sentimentos negativos – a maioria demonstrou satisfação consigo mesmo, sugerindo que a maioria deles considera que podem existir momentos em que há dificuldade de concentração, como outros em que essa dificuldade pode estar ausente, dependendo da situação em que eles se encontram.

Em contrapartida, os aspectos ambientais, sociais e relacionais revelam altos níveis de satisfação, demonstrando que essa amostra tem buscado por relações e ambiente saudáveis em suas rotinas.

Com relação à análise de algumas das ementas do curso, foi possível identificar que todas as disciplinas: tratam de QV e saúde, algumas com maior destaque, de forma clara e evidente em seus conteúdos programáticos; relacionam conceitos de Psicologia à atuação do profissional direcionada à promoção de saúde e outras não com muita evidência, porém, todas trabalham – de forma direta ou indireta – com a QV e saúde do ser humano.

CONCLUSÃO

Foi necessário verificar, a partir de uma revisão teórica o entendimento da expressão **qualidade de vida**, como foi seu surgimento, seu desenvolvimento e principalmente como a QV é definida e vista atualmente. O tema é amplo e abrange diversas áreas. Com isso, torna-se importante a compreensão do tema para o desenvolvimento de estudos na área da saúde.

Ao verificar a percepção dos acadêmicos do curso de Psicologia, pôde-se concluir que eles compreendem que a QV pessoal é de extrema importância para seu desenvolvimento como acadêmico e futuro profissional.

REFERÊNCIAS

CONDE, D. M.; PINTO NETO, A. M. Qualidade de vida. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 30, n. 11, Rio de Janeiro, p. 535-536, nov. 2008.

FLECK, M. P. de A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): Características e perspectivas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Caribe, v. 5, n. 1, p. 33-38, jan./mar. 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63050104>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIMENES, G. de F. Usos e significados da qualidade de vida nos discursos contemporâneos de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 291-318, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n2/a03v11n2.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

GORDIA, A. P. et al. Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, 2011. v. 3, n. 1, p. 40-52, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/812>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; KLUTHCOVSKY, F. A. O WHOQOL-bref, um instrumento para avaliar qualidade de vida: uma revisão sistemática. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, supl. 0, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082009000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 jul. 2015.

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de vida: aspectos conceituais, **Revista Salus**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 13-15, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/12.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2015.

MINAYO, M. C. HARTZ, Z. M. de A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

MONTEIRO, R. et al. Qualidade de vida em foco. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**, São José do Rio Preto, v. 25, n. 4, p. 568-574, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-76382010000400022&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 jul. 2015.

PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. dos S. Qualidade de vida: abordagens, conceito e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 241-250, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

TAVARES, F. de M. B. Apontamentos sobre o conceito de qualidade de vida: revisões, cruzamentos e possibilidades críticas. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 23-32, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/1067/771>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

TOLEDO, R. C. M. R. **Qualidade de vida**: adaptação cultural do Spitzer Quality of life index. 2007. 100 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

QUALIDADE DE VIDA (QV) E SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA DA FAE

Franciele Heldeberg¹

Giullia Paula Rinaldi²

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de verificar, por meio da análise dos dados coletados em um questionário protocolado, a percepção de acadêmicos do curso de Psicologia em relação à qualidade de vida (QV) e saúde. O estudo visa relacionar os conhecimentos dos acadêmicos quanto à futura atuação profissional e a percepção individual de QV e saúde, bem como propor uma reflexão sobre a formação na graduação e futura atuação no mundo do trabalho. Trata-se de uma pesquisa empírica descritiva de natureza qualiquantitativa, permeada por uma investigação de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise de dados e resultados.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Psicologia. WHOQOL-bref.

¹ Aluna do 9º período do curso de Psicologia da FAE Centro universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: franciele.heldeberg@yahoo.com.br

² Mestra em Tecnologia em Saúde pela PUCPR. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: giullia.rinaldi@fae.edu

INTRODUÇÃO

O termo **qualidade de vida (QV)** é muito discutido nas comunidades acadêmicas preocupadas com a saúde. Esse conceito tem sido definido de diversas formas ao longo da história e, considerando sua importância para a literatura científica, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu grupo de estudo World Health Organization Quality of Life (WHOQOL), ou The WHOQOL Group (1996 apud FLECK et al., 2000, p. 179), definiu QV como: “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Ao ingressar no ensino superior, o indivíduo sofre mudanças em seu cotidiano que proporcionam novas experiências associadas a novos e distintos sentimentos, o que influencia a percepção do estudante em relação a sua QV e bem-estar (SILVA; HELENO, 2012).

É importante elucidar que

O curso de **Psicologia** da FAE está organizado com base em um conjunto de valores que norteiam a construção de um currículo e prática pedagógica voltados à formação de um profissional generalista, empreendedor, com alto grau de flexibilidade e capacidade para se adaptar às necessidades de diferentes exigências advindas do mercado de trabalho e do contexto histórico e social. Nesse curso, a ênfase à pesquisa será processo importante na construção do conhecimento, propiciando desenvolvimento da capacidade crítica, permanente atualização e atuação efetiva nas áreas organizacional, educacional, social comunitária, jurídica e de saúde. (FAE, 2014)

Conforme aponta Rocha Junior (1999, p. 3), a profissão de psicólogo só foi criada e regulamentada após os cursos e a associação de psicólogos já existirem, influenciando na atuação do profissional junto à qualidade de vida:

A profissão de psicólogo foi criada em 1962, através da lei 4.119 de 27/08/62, momento em que já existiam alguns cursos de Psicologia em níveis de graduação e especialização. Nessa época, também já existia a Associação Brasileira dos Psicólogos, criada em 1954.

Assim, nesse âmbito profissional, foram se desenvolvendo atividades, áreas e também subáreas de atuação, de acordo com a necessidade apresentada pela sociedade.

Tradicionalmente, o conjunto de atividades e objetivos da atuação do psicólogo foi agrupado em quatro grandes áreas: clínica, escolar, industrial e docência. Hoje, os conceitos associados a essas áreas encontram-se ampliados e novas áreas foram concebidas (comunitária, social, pesquisa, por exemplo), sendo que a atuação em psicologia clínica é a mais procurada. (BASTOS; GOMIDE, 1989)

Conforme o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1992, p. 1), em documento oficial destinado ao Ministério do trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações, cabe ao profissional psicólogo:

[...] estudo e análise dos processos intrapessoais e das relações interpessoais, possibilitando a compreensão do comportamento humano individual e de grupo, no âmbito das instituições de várias naturezas, onde quer que se deem estas relações. Aplica conhecimento teórico e técnico da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais [...] dentro de suas especificidades profissionais, atua no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano.

Refletindo sobre a atuação do futuro profissional da área de Psicologia formado pela FAE, acredita-se ser necessário avaliar sua percepção sobre QV e saúde, uma vez que esse acadêmico está sendo preparado para atuar neste âmbito de forma preventiva e de promoção de saúde. Sendo assim, a questão que se coloca no desmembramento desta constatação é a seguinte: Qual a percepção a respeito de QV e saúde dos acadêmicos do curso de Psicologia da FAE, futuros profissionais que atuarão na promoção de QV e saúde da sociedade?

A intenção deste estudo é verificar, por meio de análises dos dados coletados com um questionário protocolado, a percepção de acadêmicos do curso de Psicologia com relação à QV e saúde. O estudo visa relacionar conhecimentos dos acadêmicos quanto a sua futura atuação profissional e percepção individual de QV e saúde.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No final do século XX, mais especificamente na década de 90, as pessoas e a mídia começaram a utilizar o termo **qualidade de vida**. Com isso houve um grande avanço nas investigações científicas, tanto de quantidade quanto de qualidade para um melhor entendimento sobre a QV e a relação com as questões sociais, culturais e biológicas. Foi na década de 1990 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) formou um grupo de estudos com especialistas sobre o tema. O objetivo era aumentar o conhecimento científico sobre o assunto e também desenvolver instrumentos de avaliação que pudessem abranger uma perspectiva transcultural. (GORDIA et al., 2011).

De acordo com Pereira, Teixeira e Santos (2012), houve uma crescente preocupação em relação à QV do ser humano, relacionada principalmente com controle de sintomas, diminuição da mortalidade ou aumento da expectativa de vida. As pesquisas realizadas no Brasil sobre a QV cresceram 106% entre 1981 e 1991. Entre 1990 e 2002, o número de teses sobre o assunto foi de 9.635, segundo o IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BELASCO; SESSO, 2006 apud GIMENES, 2013).

Porém, para a definição de QV, ainda há muitas divergências entre os autores, pois alguns preferem definir o termo como único, de forma que as duas palavras juntas se aproximam de um conceito geral, e outros preferem dividi-las, definindo a palavra *qualidade* e depois a palavra *vida*, tentando assim unir esses conceitos em um só. A QV é discutida por diversas áreas e, segundo os interesses científicos e políticos de cada estudo, diferem-se a forma de abordagem, os indicadores aplicados e as possibilidades de operacionalização e avaliação (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Atualmente, as propagandas comerciais trazem essa questão em foco, fazendo a promessa de seus produtos proporcionarem um aprimoramento da qualidade de vida de seus clientes. Por isso, profissionais de diversas áreas se especializam na busca da QV, pois com isso há aumento de pesquisas relacionadas a esse tema (GIMENES, 2013).

Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 8), a qualidade de vida vem do ser humano, aproximando-se do seu grau de satisfação, que pode ser encontrado na “vida familiar, amorosa, social e ambiental e na própria estética existencial”, mas depende de cada sociedade considerar qual é o seu padrão de bem-estar.

Como visto, o termo tem muitos significados, e cada um reflete os conhecimentos, experiências e valores dos indivíduos que vivem em coletividade, em épocas e espaços diferentes e que têm histórias distintas, o que significa que a QV é uma construção social, definida diferentemente em cada cultura.

Segundo Kluthcovsky e Kluthcovsky (2009), com o aumento da preocupação sobre a QV em relação à valorização maior do que apenas o controle de sintomas, como diminuição da mortalidade ou aumento da expectativa de vida, pôde-se perceber que a QV poderia fornecer, além de informações sobre aspectos pessoais e sociais, também medidas de incapacidade e bem-estar psicológico, levando em consideração o ponto de vista do paciente. Isso porque a definição de QV é subjetiva e multidimensional, causando divergências entre autores, além de também refletir a subjetividade do construto inserida no contexto cultural, social e do meio ambiente.

É possível perceber, a partir da conceituação de QV, que é necessária a investigação de múltiplos fatores relacionados às condições de vida e ao comportamento humano para se verificar a QV de um indivíduo. Muitos instrumentos que foram criados para essa finalidade não levam em conta o contexto cultural, social, de história de vida e do percurso dos indivíduos, o que compromete o resultado do instrumento (HUBERT, 1997; MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000 apud GORDIA et al., 2011).

Há duas formas de mensurar a QV: 1) através de instrumentos genéricos que abordam o perfil de saúde ou não, os quais englobam aspectos importantes relacionados à saúde e refletem o impacto de uma doença sobre o indivíduo; 2) através de instrumentos específicos, que têm como vantagem a capacidade de detectar particularidades. Eles avaliam de maneira individual e específica determinados aspectos da QV, como funções física e sexual, bem como o sono e a fadiga (FAYERS, 2000 apud GORDIA et al., 2011).

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou o que talvez seja o mais conhecido instrumento genérico para avaliar a QV: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH foi criado com a intenção de deslocar o debate sobre desenvolvimento de aspectos puramente econômicos, como nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego, para aspectos de natureza social e também cultural. Com isso, encontra-se a concepção de que a renda, a saúde e a educação são três elementos fundamentais da QV de uma população (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000 apud GORDIA et al., 2011).

Segundo Fleck (2000), houve uma grande dificuldade em definir construtos subjetivos influenciados por características temporais e culturais, ainda mais que a maioria dos instrumentos foi desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa, o que torna questionável o uso transcultural do instrumento. Com isso, segundo o mesmo autor e conforme mencionamos, a OMS definiu um grupo de QV (Grupo WHOQOL) para desenvolver instrumentos capazes de fazê-lo dentro de uma perspectiva transcultural.

Primeiramente, para a construção do instrumento WHOQOL foi necessário que a OMS e especialistas de várias partes do mundo definissem o termo **qualidade de vida**, ou seja: “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (THE WHOQOL GROUP, 1995 apud FLECK et al., 2000, p. 179), abrangendo a complexidade do construto, inter-relacionando o meio ambiente com aspectos físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e crenças pessoais.

Definindo o conceito de QV, foi padronizado por esse mesmo grupo de especialistas um único instrumento para essa avaliação, que no momento foi chamado WHOQOL-100 (FLECK, 2000).

O instrumento WHOQOL-100 foi desenvolvido com 100 perguntas divididas em seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais. Foi separado em 24 facetas específicas, cada uma composta por quatro perguntas e uma faceta composta de perguntas gerais sobre QV. Por ser composto de 24 facetas, segundo Fleck (2000 et al., 2000), o WHOQOL pode ser muito extenso para algumas finalidades que demandam menos tempo de aplicação, por isso a OMS desenvolveu uma versão abreviada do WHOQOL-100, o WHOQOL-bref.

Esse instrumento é composto por 26 questões, duas delas gerais de QV, sendo que as demais representam e são divididas pelas 24 facetas do instrumento original, sendo uma questão de cada. Fleck et al. (2000, p. 189) mencionam que: “Os dados que deram origem à versão abreviada foram extraídos do teste de campo de 20 centros em 18 países”.

Para este estudo, optou-se pela utilização do questionário em formato breve, pois trata-se de uma investigação transversal com a intenção de verificar os resultados referentes a percepção dos acadêmicos alunos do curso de Psicologia de diferentes períodos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa empírica descritiva de natureza quali-quantitativa, permeada de investigações de pesquisas bibliográfica, de campo, bem como análise de dados e resultados.

Conforme (GIL, 2008, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...] utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados.”

A pesquisa bibliográfica serviu de base para a compreensão do desenvolvimento da fundamentação teórico-metodológica do estudo.

Com este estudo foi possível interpretar e analisar os dados levantados por meio do questionário protocolado desenvolvido pela OMS, o WHOBREF (WHOQOL-BREF, 1996). Esse instrumento é curto, de rápida aplicação e pode ser utilizado tanto em populações com algum tipo de doença como em populações saudáveis (FLECK et al., 2000).

A aplicação do questionário³ foi realizada nas salas de aula, após a aprovação do projeto pelo comitê de ética em pesquisa da instituição, com o consentimento da coordenação e dos docentes que cederam alguns minutos em suas aulas. Durante a aplicação, os estudantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e convidados a participar.

A análise dos dados coletados teve como foco verificar como os acadêmicos do curso de Psicologia percebem conceitos e identificam a importância de hábitos que desenvolvam a QV e saúde.

Esse processo de análise teve o intuito de avaliar e apontar como os acadêmicos compreendem a QV e a saúde para suas próprias vidas e também como se identificam esses conceitos como relevantes para sua atuação profissional futura.

³ Quanto à aplicação do questionário, a coleta de dados foi realizada a partir do momento em que a pesquisadora e o bolsista tiveram retorno dos termos de consentimento livre e esclarecido dos participantes da pesquisa.

3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

No quadro a seguir estão representadas as questões por domínio, conforme aplicação do WHOQOL-bref em 126 acadêmicos de Psicologia da instituição avaliada.

QUADRO 1 – Apresentação das questões por domínios

Domínios	Questões
Domínio Físico	3 - Em que medida você acha que sua dor física impede você de fazer o que você precisa?
	4 - O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?
	10 - Você tem energia suficiente para seu dia a dia?
	15 - Quão bem você é capaz de se locomover?
	16 - Quão satisfeito(a) você é com o seu sono?
	17 - Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia a dia?
	18 - Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?
Domínio Psicológico	5 - O quanto você aproveita a vida?
	6 - Em que medida você acha que sua vida tem sentido?
	7 - O quanto você consegue se concentrar?
	11 - Você é capaz de aceitar sua aparência física?
	19 - Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo(a)?
	26 - Com que frequência você tem sentimentos negativos, como mau humor, desespero, ansiedade e depressão?
Domínio Relações Sociais	20 - Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos e colegas)?
	21 - Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?
	22 - Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?
Domínio Meio Ambiente	8 - Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?
	9 - Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?
	12 - Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?
	13 - Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia a dia?
	14 - Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?
	23 - Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?
	24 - Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?
	25 - Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?

FONTE: As autoras (2015)

Os níveis revelam a satisfação do indivíduo com relação às perguntas feitas no questionário, referentes aos domínios avaliados, sobre sua vida nas duas últimas semanas. O nível 1 é representado por muito ruim, muito insatisfeito, nada ou nunca; o nível 2 por ruim, insatisfeito, muito pouco ou algumas vezes; o nível 3 por nem ruim, nem boa, nem satisfeito, nem insatisfeito, mais ou menos, médio e frequentemente; o nível 4 por satisfeito, bastante, muito e muito frequentemente e o nível 5 é representado por muito boa, muito satisfeito, extremamente, completamente e sempre.

TABELA 1 – Resultados em percentuais das respostas das questões por níveis de acordo com os domínios

	Questões	Níveis				
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Domínio Físico	1	0%	4%	18%	65%	13%
	2	2%	13%	21%	52%	10%
	3	34%	37%	21%	8%	0%
	4	39%	41%	10%	9%	2%
	10	7%	17%	46%	19%	10%
	15	1%	2%	10%	45%	42%
	16	6%	29%	25%	29%	11%
	17	0%	10%	36%	50%	3%
	18	1%	12%	33%	48%	6%
	Média	13%	21%	26%	30%	11%
Domínio Psicológico	5	0%	10%	36%	48%	6%
	6	1%	6%	11%	54%	27%
	7	0%	6%	50%	38%	6%
	11	0%	11%	34%	37%	17%
	19	0%	11%	26%	52%	10%
	26	3%	59%	25%	10%	4%
	Média	1%	17%	30%	40%	12%
Domínio Relações Sociais	20	2%	6%	29%	42%	20%
	21	5%	7%	21%	44%	21%
	22	2%	9%	24%	43%	23%
	Média	3%	7%	25%	43%	21%
Domínio Meio Ambiente	8	2%	9%	35%	45%	9%
	9	1%	9%	45%	38%	7%
	12	8%	25%	44%	15%	8%
	13	1%	6%	29%	52%	13%
	14	7%	24%	40%	23%	6%
	23	1%	6%	17%	49%	28%
	24	5%	10%	27%	35%	23%
	25	7%	15%	30%	30%	17%
	Média	32%	13%	33%	36%	14%

FONTE: As autoras (2015)

A partir dos resultados obtidos nas questões 1 e 2: “Como você avaliaria sua qualidade de vida?” e “Quão satisfeito você está com a sua saúde?”, é possível perceber que o nível 4 apresenta resultado superior a 50%, visto que os participantes consideram sua QV boa ou muito boa e estão satisfeitos ou muito satisfeitos com sua saúde.

O domínio físico não demonstrou expressividade como fator impeditivo na manutenção da QV dos participantes, pois os resultados revelaram que os alunos questionados possuem boas condições físicas e boa saúde para o desempenho de suas atividades diárias. O domínio físico é representado pelas questões: 3, 4, 10, 15, 16, 17 e 18.

De acordo com os dados da questão 3, “Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?”, observou-se que os participantes consideram que sua dor física nada impede ou muito pouco impede na realização de suas tarefas diárias, verificando que a dor não é um fator que influencie na QV de cerca de 90% dos questionados.

Conforme a apresentação dos resultados obtidos na questão 4, “O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?”, foi possível detectar que os tratamentos médicos, bem como a dor, não são fatores expressivos que demonstram influência na QV dos participantes, visto que 80% consideram que não precisam (ou muito pouco) de um tratamento médico para levar a vida.

Quando analisados os resultados obtidos na questão 10, “Você tem energia suficiente para seu dia a dia?”, percebe-se que 46% dos participantes acreditam ter “energia média” para seu dia a dia (nível 3). Porém, os níveis 1 e 2 (nada e muito pouco), quando somados (24%), refletem um resultado próximo da soma dos níveis 4 e 5 (muito e completamente – com 29%), o que mostra que os participantes possuem percepções bem divergentes para essa questão. Cabe aqui lembrar que, ao receber o questionário, é solicitado que o participante lembre e assinale sua percepção baseando-se nos sentimentos das últimas duas semanas de sua vida. Sendo assim, essa informação reflete a sensação daquele período de tempo vivido.

Para a apresentação dos resultados obtidos na questão 15, “Quão bem você é capaz de se locomover?”, constata-se que a maioria dos participantes relata ter condições boas ou muito boas de locomoção, visto que apenas 3% dizem ser ruim ou muito ruim sua condição de locomoção. Esses resultados podem ser considerados pelo fato dos participantes serem jovens estudantes.

Para a questão 16, “Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?”, os resultados apontam uma percepção bem divergente dos participantes. Por se tratar de um sentimento bem pessoal, justificam-se esses números. Lembrando que o nível 1 representa menor satisfação e o 5 maior, pode-se perceber dados bem divididos para todos os níveis. E para a questão 17, “Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do dia a dia?”, os participantes desse estudo estão satisfeitos com sua capacidade de desempenhar suas atividades, conforme mostram os dados da TAB 1.

A apresentação dos resultados obtidos na questão 18, “Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?”, sugere que os participantes, na sua maioria, estão satisfeitos com sua capacidade para o trabalho, resultado correspondente a 54% dos entrevistados.

O Domínio psicológico é representado pelas seguintes questões: 5, 6, 7, 11, 19 e 26. Ao analisar cada questão desse domínio, pôde-se perceber: na apresentação dos resultados obtidos na questão 5, “O quanto você aproveita a vida?”, mesmo com os itens **bastante** e **extremamente** somando maior *escore*, no resultado dos itens **mais ou menos** e **muito pouco** percebe-se que o público avaliado também possui um resultado considerável de pessoas que consideram que não estão aproveitando a vida suficientemente para considerá-la **bastante**.

Ao evidenciar os resultados obtidos na questão 6, “Em que medida você acha que sua vida tem sentido?”, os participantes consideram que suas vidas possuem sentido, ou seja, há função e motivação para suas atividades diárias serem realizadas, havendo apenas 1% de respostas negativas para essa questão.

Quando questionados na questão 7, “O quanto você consegue se concentrar?”, os acadêmicos participantes demonstraram expressividade entre as respostas **mais ou menos** (nível 3) e **bastante** (nível 4), sugerindo que os alunos questionados consideram que há momentos em que encontram dificuldades para se concentrar. Esse resultado aponta uma necessidade de trabalhar mais a fundo, investigar quais são os motivos que impedem a concentração desses alunos.

Já ao serem questionados sobre a capacidade de aceitação de sua aparência física, os participantes demonstram aceitação mediana, em sua maioria, porém resultados expressivos de **muita** ou **completa aceitação** – o que representa característica de indivíduos com ótima autoestima. Isso confirma os resultados encontrados para a questão seguinte, que trata da satisfação pessoal consigo mesmo, na qual 62% apontam **satisfação total** e apenas 11% **certo tipo de insatisfação**.

Os resultados obtidos na questão 26, “Com que frequência você tem sentimentos negativos, como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?”, refletem que, algumas vezes, 59% dos avaliados têm sentimentos negativos e apenas 4% os têm sempre.

Com relação ao domínio Relações Sociais, representado pelas questões 20, 21 e 22, pode-se analisar que os resultados obtidos na questão 20, “Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos e colegas) ?”, apresentam o correspondente de 62% dos avaliados satisfeitos, ou seja, a maioria do grupo. Na sequência, para a questão 21, isto é, o quão satisfeitos estão com sua vida sexual, assim como na questão anterior, a maioria dos participantes (63%) relata estar satisfeita, enquanto 21% diz **nem satisfeito, nem insatisfeito** e apenas 9% estão na soma dos níveis 1 e 2 (**muito insatisfeito** e **insatisfeito**). Já para a questão 22, o nível de satisfação referente ao apoio dos amigos, os participantes demonstram satisfação, correspondendo a 63% dos avaliados, sendo que 24% se declaram **nem satisfeito, nem insatisfeito** e 11% não demonstram satisfação.

O último domínio a ser relatado é o domínio Meio Ambiente, que se refere às questões: 8, 9, 12, 13, 14, 23, 24 e 25.

A apresentação dos resultados obtidos na questão 8, “Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?”, mostra que a segurança está bastante presente na vida diária da maioria dos respondentes, porém 12% (soma dos níveis 1 e 2) consideram que sua segurança poderia ser melhor.

Com relação à apresentação dos resultados obtidos na questão 9, “Quão saudável é o seu ambiente físico?”, os resultados sobre o ambiente físico apontaram que este é saudável para a maioria dos participantes, mesmo com 10% dos participantes considerando seu ambiente muito pouco ou nada saudável às vezes.

Quando questionados na questão 12, “Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?”, a maior parte, superior a 50%, considera que possui **pouco** ou **medianamente** o dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades. Apenas 8% dos participantes assinalaram o item **completamente**. A população avaliada é de acadêmicos universitários, ou seja, podemos considerar então que nessa fase da vida as pessoas ainda demandam a maior parte de seu tempo investindo financeiramente no seu desenvolvimento profissional.

Já com relação às informações, ou seja, o quão disponíveis para os participantes estão as informações de que precisam no seu dia a dia, os resultados apontam que estão disponíveis para grande parte dos participantes, conforme precisam em suas rotinas. Apenas o somatório de 7% foi encontrado nos itens 1 e 2 (**nada e muito pouco**).

Ao tratar de atividades de lazer (questão 14), aproximadamente 69% dos participantes consideram que possuem boas medidas de oportunidades de lazer em suas vidas, sendo a maioria dos participantes. Ainda nesse domínio, foi desenvolvida a questão 23, sobre moradia, onde, como na anterior, os participantes em sua maioria (neste caso, 57%) consideram-se satisfeitos.

Para a relação de satisfação com o acesso aos serviços de saúde, tema abordado na questão 24, os participantes demonstram opiniões variadas, sendo possível observar que todos os níveis possuem participantes. Apesar dos dados, o nível 4 – **satisfeito** foi o mais apontado, com 35%. E ao tratar, na questão 25, sobre a satisfação com seu meio de transporte, novamente as opiniões ficaram bem divididas, deixando claro que, para algumas questões, o grupo avaliado demonstra heterogeneidade.

4 RESULTADOS

A partir dos resultados apresentados na aplicação do questionário sobre QV WHOQOL-bref em acadêmicos do curso de Psicologia, foi possível perceber que o nível geral de QV foi considerado adequado pela maioria dos participantes nos diferentes domínios (atentando-se, ainda, para respostas cujos índices foram de insatisfação com o sono e nível “médio” de energia para a realização de suas atividades diárias).

Um estudo aplicado em acadêmicos do curso de Enfermagem (também da região Sul do Brasil) entre universidades privadas, estaduais e federais evidenciou que 64% dos participantes se consideram satisfeitos com sua QV geral (mesmo com questões sobre o estresse e o sono), demonstrando patamares mais baixos na pesquisa (SAUPE et al., 2004). Esses resultados corroboram com os achados nesta pesquisa, que trata também de estudantes universitários da área da saúde.

O mesmo questionário aplicado em empregados de Enfermagem de nível médio em uma UTI revelou níveis baixos de QV, evidenciando que o ambiente possui importante participação na percepção do indivíduo sobre sua própria QV, mesmo não sendo o único fator avaliado no questionário e nem a ser considerado nos resultados (PASCHOA; ZANEI; WHITAKER, 2007). Isso pode gerar nova discussão ao se comparar os resultados de profissionais da área que já atuam há determinado tempo na profissão.

Em um estudo realizado com o mesmo questionário, comparando alunos do primeiro e último ano do curso de Medicina, percebeu-se um decréscimo no domínio psicológico nos alunos do último ano, e, segundo o estudo, isso se deve ao tempo do curso médico ser muito extenso (ALVES, 2010).

Já neste estudo com acadêmicos do curso de Psicologia da FAE, ao comparar os resultados com pesquisas realizadas com estudos aplicados em acadêmicos e profissionais de saúde, os acadêmicos avaliados obtiveram índices mais altos de QV e satisfação com seus domínios físico, psicológico, ambiental e social, de forma geral.

Os resultados obtidos revelam que apenas algumas vezes os pesquisados possuem sentimentos negativos – a maioria demonstrou satisfação consigo mesmo, sugerindo que a maioria dos alunos questionados considera que podem existir momentos em que há dificuldades de concentração, como outros em que essa dificuldade pode estar ausente, dependendo da situação que eles se encontram.

Em contrapartida, nos aspectos ambientais, sociais e relacionais há altos níveis de satisfação, demonstrando que essa amostra tem buscado por relações e ambiente saudáveis em suas rotinas.

As análises aqui apresentadas dos resultados foram realizadas com base em 126 questionários respondidos no início das aulas no mês de março de 2015. Foi possível notar que os acadêmicos têm interesse em participar, pois na entrega do questionário foi explicado o motivo da pesquisa.

Do total de aproximadamente 300 alunos no curso, foi possível obter a participação de aproximadamente 30%. Esse resultado pode ser considerado expressivo, tendo em vista que a maioria dos alunos presentes nas salas de aula aceitou participar (apenas dois alunos de salas diferentes, no momento da entrega do questionário, se ausentaram do recinto).

Outra informação considerada relevante para a participação foi o fato de o questionário ser de rápida resolução. Ao iniciar a aplicação, as pesquisadoras eram questionadas pelos participantes se demoraria muito. No entanto, os questionários foram respondidos em uma média de cinco minutos, tempo considerado normal, conforme resultados de pesquisas semelhantes já publicadas.

CONCLUSÃO

Dessa forma, ao verificar a percepção dos acadêmicos do curso de Psicologia, pode-se concluir que eles compreendem que a sua QV pessoal é de extrema importância para seu desenvolvimento como acadêmico e futuro profissional.

O tema QV é amplo e abrange diversas áreas. Com isso, torna-se importante essa compreensão para o desenvolvimento de estudos na área da saúde.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. G. B. et al. Qualidade de vida em estudantes de medicina no início e final do curso: avaliação pelo Whoqol-bref. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 91-96, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n1/a11v34n1>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

BAMPI, L. N. da S.; GUILHEM, D.; LIMA, D. D. Qualidade de vida em pessoas com lesão medular traumática: um estudo com o WHOQOL-bref. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-77, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v11n1/06.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

BASTOS, A. V. B.; GOMIDE, P. I. C.; O Psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 6-15, jan. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000100003>. Acesso em: 2 maio 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**, 17 out. 1992. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em: 2 maio 2014.

FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO. **Psicologia**: sobre o curso. Disponível em: <<http://www.fae.edu/cursos/?cid=66724806>>. Acesso em: 4 maio 2014.

FLECK, M. P. de A. et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 178-183, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/viewFile/25001/26829>>. Acesso em: 2 maio 2014.

FLECK, M. P. de A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da saúde (WHOQOL-100): Características e perspectivas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Caribe, v. 5, n. 1, p. 33-38, jan./mar. 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63050104>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

GIMENES, G. de F. Usos e significados da qualidade de vida nos discursos contemporâneos de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n. 2, p. 291-318, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n2/a03v11n2.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

GORDIA, A. P. et al. Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 40-52, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/812>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; KLUTHCOVSKY, F. A. O WHOQOL-Bref, um instrumento para avaliar qualidade de vida: uma revisão sistemática. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, supl. 0, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082009000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jul. 2015.

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de vida: aspectos conceituais, **Revista Salus**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 13-15, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/12.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

MENTAL HEALTH PROGRAMME OF WHO. **Introduction, administration, scoring and generic version of the assessment**. Geneva: World Health Organization. Programme on Mental Health, 1996. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/media/en/76.pdf>.

Acesso em: 22 jul. 2015.

MICHELONE, A. de P. C.; SANTOS, V. L. C. G. Qualidade de vida de adultos com câncer os com câncer colorretal com e sem ostomia. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 12, n. 6, p. 875-883, nov./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v12n6/v12n6a05>>.

Acesso em: 22 jul. 2015.

MINAYO, M. C.; HARTZ, Z. M. de A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

MIRANZI, S. de S. C. et al. Qualidade de vida de indivíduos com diabetes mellitus e hipertensão acompanhados por uma equipe de saúde da família. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 672-679, out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/07.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

PASCHOA, S.; ZANEI, S. S. V.; WHITAKER, I. Y. Qualidade de vida dos trabalhadores de enfermagem de unidades de terapia intensiva. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 305-310, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/apv/v20n3/a10v20n3.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 241-250, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

ROCHA J., A. Das discussões em torno da formação em Psicologia às diretrizes curriculares. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 1, n.2, p. 3-8, 1999. Disponível em: <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_1_-_Numero_2/art01.PDF>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SEFIDVASH, F.; O papel da Universidade na transformação da sociedade. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA – INTEGRAÇÃO E CIDADANIA, 2., Maringá, 1994. **Anais...** Porto Alegre: UFRS, 1994. Disponível em: <<http://www.sefidvash.net/publications/78%20%20O%20papel%20Da%20UNiversidade%20.pdf>>.

Acesso em: 4 maio 2014.

SILVA, É. C., HELENO, M. G. V. Qualidade de vida e bem-estar subjetivo de estudantes universitários. **Revista Psicologia & Saúde**, Campo Grande, v. 4, n. 1, p. 69-76, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/view/126/225>>.

Acesso em: maio 2014.

SAUPE, I. M. D. M. et al. Qualidade de vida dos acadêmicos de enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 4, p. 636-642, jul./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0104-1169200400040009>.

Acesso em: 4 maio 2014.

A LÓGICA OPRESSORA NAS INSTITUIÇÕES E O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE SEUS AGENTES

Fabio Julho Machinievszc¹
Alexandra Arnold Rodrigues²

RESUMO

O presente trabalho visa enriquecer e ceivar debates e pesquisas sobre o processo da lógica opressora institucional e a influência dela na identidade e subjetividade dos agentes psiquiátricos ao lidarem diretamente com a diferença e a loucura institucionalizada. Também explora o sofrimento psíquico e o constrangimento moral e ético aos quais esses agentes são submetidos ao trabalhar à margem das prioridades políticas.

Desse modo, as instituições são parte fundamental para o desenvolvimento da identidade, porém nos permitem fazer os seguintes questionamentos: até onde se estende o limite dessa necessidade e da imposição castradora da potencialidade dos indivíduos que a compõem? Como os trabalhadores, em meio a um ambiente de trabalho tão hostil, elaboram seus sofrimentos? Ao trabalhar por um longo tempo, poderiam esses agentes sofrer algum tipo de ônus psíquico quanto a sua identidade? A exposição contínua a esse sofrimento não diminuiria a sensibilidade, reduzindo o sentimento de empatia? Entre esses agentes haveria algum grau de sadismo?

Esta pesquisa – de caráter bibliográfico e qualitativo – não supõe a descrição de uma “verdade absoluta” por meio de uma apropriação linear da realidade, mas o oposto; como produção humana, supõe uma subjetividade implicada na pesquisa. A metodologia qualitativa considera a comunicação do pesquisador com seu campo de estudo e com todos os possíveis membros envolvidos como parte importante para a produção do conhecimento. Nesse caso, a subjetividade do pesquisador e todos os envolvidos na pesquisa, assim como suas reflexões e sentimentos, “[...] tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte das interpretações e podem ser documentados em diários de pesquisas ou em protocolos de contexto” (FLICK, 2004, p. 22). Desta forma, consideramos os relatos e publicações sobre a realidade descrita, a interpretação dos atores e autores envolvidos na pesquisa como verdadeiros. Entre os pilares teóricos da pesquisa em questão estão estudos de âmbito interdisciplinar, em diálogo com produções do campo da psicologia social e institucional, bem como conceitos da psicodinâmica do trabalho como: mentira prescrita, “trabalho sujo” e sofrimentos/defesas psíquicas sob uma abordagem psicanalítica.

Palavras chave: Institucionalização. Sofrimento no Trabalho. Psicologia Institucional. Saúde Mental.

¹ Aluno do 5º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: machinievszc@hotmail.com

² Doutoranda em Memória Social pelo PPGMS/UniRio. Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: alexandra.arnold@fae.edu

INTRODUÇÃO

O gatilho de interesse por esse tema de pesquisa foi uma experiência, por parte do pesquisador, quando este estava em uma visita técnica a um complexo penitenciário. Em uma ala psiquiátrica, deparou-se com a seguinte situação: ao andar com o grupo pelo complexo, viu em uma cela mulheres grávidas com o cabelo raspado. Ao indagar ao agente penitenciário que liderava a visita qual era o motivo de aquelas mulheres estarem com cabelo raspado, as justificativas foram as seguintes: para que elas não se machucassem ao brigar e também evitar piolhos e outros tipos de doenças. O pesquisador questionou então sobre o sofrimento delas quanto à autoestima. O agente argumentou que aquelas mulheres “não eram gente, mas bichos!”. No entanto, na mesma visita, pôde-se observar um segundo agente conversando de forma amigável com internos em outra cela, inclusive compartilhando alimentos em um ato de generosidade.

A partir dessa experiência, surgiram as seguintes questões: por que em um mesmo ambiente havia comportamentos tão ambivalentes? Ao trabalhar por um longo tempo em instituições como hospitais psiquiátricos ou penitenciárias, lidando com o sofrimento humano, sob um clima de tensão emocional, poderiam esses agentes sofrer algum tipo de ônus psíquico quanto a sua identidade? Como esses trabalhadores, em meio a um ambiente de trabalho tão hostil, lidavam com tantos sofrimentos e a angústia dos internos ou pacientes dessas instituições? A exposição contínua a esse sofrimento diminuiria a sensibilidade e, conseqüentemente, o sentimento de empatia de forma defensiva? Entre esses agentes haveria algum grau de sadismo?

Todas as instituições, como a família, a religião, as escolas e os hospitais são parte fundamental para o desenvolvimento da identidade humana, da singularidade do sujeito e de sua subjetividade. Porém, precisamos questionar: até onde se estende o limite dessa necessidade e da imposição castradora da potencialidade dos indivíduos que a compõem?

Além disso, são comuns relatos de abusos de poder, omissão de socorro e descaso por parte de agentes de instituições públicas e privadas – particularmente as de caráter manicomial – que seguem uma lógica de opressão e exclusão. As vidas de milhares de pessoas se perdem entre números de protocolos e processos judiciais morosos em meio a uma parafernália de instrumentos burocráticos. Todos esses processos e mecanismos são operados por agentes técnico-institucionais, pessoas que proporcionam movimento e vida às instituições, reproduzindo na práxis de suas rotinas essa lógica opressora – mas não sem um ônus subjetivo.

Segundo Freire (1994), existe uma lógica por trás dos opressores que, em nome de um progresso, não medem esforços para manter seu poder, inclusive rebaixando seus semelhantes a coisas e objetos para justificar suas práticas:

O sadismo aparece, assim como uma das características da consciência opressora, na sua visão necrófila do mundo. Por isto seu amor é um amor às avessas – um amor à morte e não a vida. [...] Daí que vão se apropriando, cada vez mais, da ciência também como instrumento para suas finalidades. Da tecnologia, que usam como força indiscutível de manutenção da “ordem” opressora, com a qual manipulam e esmagam. Os oprimidos, como objetos, como quase “coisas” não têm finalidades. As suas, são finalidades que lhes prescrevem os opressores (FREIRE, 1994, p. 26).

O que se segue é uma investigação (por meio de uma pesquisa qualitativa, caracterizada por uma metodologia que considera a comunicação do pesquisador com o campo de estudo e os membros envolvidos parte importante para produção do conhecimento) a fim de melhorar entender essa lógica opressora e instituída.

Nesse caso, a subjetividade do pesquisador e de todos envolvidos na pesquisa, assim como as reflexões e sentimentos dele “[...] tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte das interpretações e podem ser documentados em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto” (FLICK, 2004, p. 22). Dessa forma, consideramos os relatos e as publicações sobre a realidade descrita de forma subjetiva dos atores e autores envolvidos na pesquisa, como fatos verdadeiros.

A opção pela metodologia de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica sucedeu-se pela impossibilidade de se testar os traços de personalidade dos agentes em instituições psiquiátricas ou mesmo de entrevistá-los em razão do pouco tempo hábil. Optou-se assim por investigar os mecanismos institucionais que influenciam os processos de subjetivação desses agentes.

A fim de relacionar a prática dessa lógica de opressão com a teoria pesquisada, usaremos um belíssimo trabalho feito pela escritora e jornalista Daniela Arbex, premiada pelo livro *Holocausto Brasileiro*, obra que relata a história dos manicômios brasileiros ao longo das últimas décadas, e que, no entanto, ainda espelham o retrato social brasileiro tanto em questões manicomiais quanto a outros sistemas e espaços de institucionalização, como escolas e hospitais gerais.

1 IDENTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

No contexto antropológico, o *homo sapiens* nasceu em um período específico da história e vem se desenvolvendo para além da evolução dos animais na natureza, pois é dotado de uma particularidade: o desenvolvimento da consciência (LEONTIEV, 1978). Essa consciência permeia a autopercepção e seus processos psicológicos básicos de forma que esse sujeito então começa a se diferenciar dos demais animais, assim como dos demais homens – um esboço de sua singularidade.

À medida que modifica a natureza e consolida a sociedade, sustentando uma organização mais complexa por meio do trabalho, começam a surgir novos códigos de conduta e padrões de comportamento (aparentemente em comum acordo), a serem mais aceitáveis socialmente. Esses códigos e padrões comportamentais influenciam diretamente na constituição da identidade do sujeito e em todos seus aspectos (físicos, emocionais, cognitivos etc.).

Para Leontiev (1978), o desenvolvimento do homem e sua hominização se dão por processos sócio-históricos. Na medida em que o trabalho era dividido, surgiam novas demandas e novas ferramentas para aprimorar o trabalho, estas modificavam tanto o comportamento do homem quanto sua estrutura fisiológica e psicológica.

Segundo Luria (1992), os processos básicos da mente não são manifestações da vida interior de espírito ou resultado da evolução natural; a mente origina-se na relação do homem com a sociedade.

Para Leontiev (1978), a consciência que condiciona a atividade humana pensada predispõe da especificação do trabalho desde as sociedades primitivas, em que o homem não só se relacionava com a natureza na qual estava inserido, como também com outros homens. Desta última relação se fez necessário o desenvolvimento da linguagem e, posteriormente, da escrita. Esta, por meio de signos e símbolos, perpetuou o modo de vida e os processos de hominização daquele grupo.

Portanto, a identidade coletiva é sustentada por um conjunto de códigos e símbolos que podem ser considerados elementos que qualificam a pertença de algum grupo social e também expressam a partilha de crenças e valores conforme esse grupo aprimora sua organização em prol da coesão social e manutenção de suas formas de organização, bem como seus mecanismos.

Na sociedade contemporânea, a linguagem se desenvolve como instrumento de classificação entre os sistemas de representação, qualificando a diferença e favorecendo a exclusão para a manutenção da identidade. A linguagem então se apresenta de maneira relacional, depende do que não se enquadra na classificação (fora dela) ao mesmo tempo em que fornece condição para que a classificação exista dessa forma, delimitando a identidade, envolvendo negação da semelhança se comparada à outra identidade (WOODWARD, 2000).

Dentro de um sentido macropolítico, as classificações resultarão em um sistema de exclusão, que se reforçam por identidades coletivas que aderem a um conjunto de ações, valores e características específicas requeridas por uma sociedade ou um determinado contexto histórico. Perpetua-se assim o sistema que nega aqueles que não se enquadram nos pressupostos de organização social.

São diversas as ferramentas e formas com que grupos dominam os sistemas simbólicos de representação segundo interesses da minoria, sustentando o que Foucault (1977) intitulou como relações de “saber-poder”; o saber é o suporte das relações de poder e dominância em uma sociedade disciplinar:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlatada de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 1977, p. 30).

A institucionalização da identidade então se refere ao domínio e controle do corpo humano, de seu funcionamento, de suas capacidades cognitivas, emocionais e comportamentais. Não só a dominação do corpo humano, como o corpo dos animais e da natureza que o circunda.

2 A INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES E SEUS MECANISMOS DE CONTROLE

Para Baremblytt (2002, p. 28), a sociedade é a forma organizada de associações humanas, em uma rede, um tecido de instituições:

As instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta podem ser *pautas*, regularidades de comportamentos.

Sendo assim, o comportamento social é controlado ou regulado por meio de regras e normas, porém muitas dessas regras não estão formalizadas, ou muitas vezes nem são discutidas ou analisadas, mas se reproduzem às vezes de forma inconsciente no cotidiano, com pequenas variações dentro de um grupo maior da sociedade. Muitas são transmitidas culturalmente por gerações, por meio das tradições.

No mínimo as seguintes instituições foram basais: a instituição da língua, das relações de parentescos, da religião e da divisão do trabalho – essas quatro foram necessárias para que a sociedade pudesse se organizar como um coletivo, ou seja, “a humanidade é sinônima de coletivo regido por essas instituições, e essas instituições são sinônimos da existência de um coletivo humano” (BAREMBLITT, 2002, p. 28).

O autor ainda afirma que a língua caberia nessa definição quando pensamos em termos gramaticais. A gramática não é nada mais que um conjunto de leis, isto é, de normas que reagem a combinatória de elementos fônicos e de unidades de significação na linguagem. Com a combinação de elementos, pode-se construir uma infinidade de mensagens. Assim, uma gramática é uma instituição que explicita o que é prescrito ou proscrito (BAREMBLITT, 2002).

As instituições regulam a vida humana. Há entre elas as que se materializam em organizações, e estas, por sua vez, originam grandes estruturas físicas onde se centralizam o poder e conhecimento e de onde podem ser gerenciadas, como o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, entre outras, e destas surgem as unidades menores de estabelecimento, tais como escolas, bancos ou quartéis. O que articula esse saber-poder entre as instituições e organizações na práxis seria os agentes institucionalizados.

INSTITUIÇÃO – ORGANIZAÇÃO – ESTABELECIMENTO – EQUIPAMENTO. Tudo isto, naturalmente, só adquire dinamismo através dos agentes. Nada disso se mobiliza, nada disso pode operar se não através dos agentes. Os agentes são “seres humanos”, são os suportes e os protagonistas de toda parafernália. E os agentes protagonizam práticas. Práticas que podem ser verbais, não verbais, discursivas ou não, práticas teóricas, práticas técnicas. Mas é na ação que toda essa parafernália acaba por operar transformações na realidade (BAREMBLITT, 2002, p. 27).

As instituições têm como objetivo estabelecer os códigos norteadores das relações humanas dentro de uma sociedade, por meio da normatização e definição dos papéis sociais, assim como estabelecer o que é proibido e o que é indiferente ou anormal.

Para Barembritt (2002), as instituições possuem uma potência, uma força organizadora e criadora, a qual chama de **forças instituintes**, ou seja, forças produtivas de lógicas institucionais. Contudo, as instituições também tendem a uma estagnação

ou cristalização de suas normas e diretrizes, o que entra em conflito com o dinamismo, os avanços e as transformações feitas pelos homens ou agentes, influenciados pelas mudanças sócio-históricas que compõem esta instituição. Assim, resultam dessa força e lógica institucional dois subprodutos: o instituído e o instituinte – “O instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática, estabilizada” (BAREMBLITT, 2002, p. 30).

Desses processos instituídos surge um personagem importante a qual Barembritt (2002) denominou *experts*.

[...] *experts* que são os conhecedores dessa estrutura e do processo dessa sociedade em si. Esses conhecedores têm-se colocado, em geral, a serviço das entidades e das forças que são dominantes em nossa sociedade. Por exemplo, a serviço daquela instituição que representa o máximo da concentração de poder, o extremo de concentração de controle e de hegemonia sobre a sociedade, que é o Estado (BAREMBLITT 2002, p. 12).

Esses *experts* também prestam serviços, além do Estado, à organizações corporativas nacionais e multinacionais, que se apropriam desse conhecimento técnico, por meio do poder, da riqueza e do prestígio e como consequência desapropriam da sociedade civil esse saber natural de experiência vital, que passa a ser deixado em segundo plano, sendo substituído pelo saber científico e tecnológico e passa a ser esse saber sintetizado e estruturado nas instituições.

Segundo o autor, por meio desse processo de desapropriação de saberes

[...] as comunidades de cidadãos têm visto esse saber subordinado ao saber dos *experts*. Junto com seu saber, elas têm perdido o controle de suas próprias condições de vida, ficando alheias à capacidade de gerenciar sua própria existência. Elas dependem, então, quase incondicionalmente, dos organismos do Estado dos organismos do Estado, empresarias, do saber e de serviços dos *experts* (BAREMBLITT, 2002, p. 14).

Segundo Barembritt (2002), esses *experts* além de dominar em todo o ramo de atividades de sobrevivência, como a produção de bens materiais, alimento, vestuário, moradia e transporte, também controlam outros aspectos das relações sociais como os problemas de saúde (médicos), familiares (psicólogos) e educação (escolas). Da mesma forma, há especialistas na própria religião e até em nossa forma de entretenimento: “[...] sua quantidade, sua qualidade, sua necessidade, sua conveniência, tudo é decidido pelos *experts*” (BAREMBLITT, 2002, p. 14).

Esses especialistas usam de uma linguagem própria, termos e jargões que impedem aqueles que não fazem parte de seu núcleo de participarem ou se apropriarem de recursos para serem autossuficientes em suas necessidades, mas ao contrário, tornam-se dependentes de serviços prestados por esses experts:

[...] noção das necessidades é produzida, assim como a demanda é modulada: isto é, aquilo que os povos pensam que todos os membros de uma população e todos os povos do mundo precisam como o “mínimo” não existe. Esse “mínimo” é gerado em cada sociedade e é diferente para cada segmento da mesma [...] de modo que já não sabem mais o que precisam e não demanda o que “realmente” aspiram, mas acham que necessitam daquilo que os experts dizem que elas necessitam [...] (BAREMBLITT, 2002, p. 16).

Após entender esses conceitos institucionais e as forças por meio das quais operam, podemos entender mais especificamente sobre as instituições totalitárias, como os pacientes nos manicômios e seu modo de dominação e expropriação da identidade, bem como o sofrimento psíquico tanto dos internos como dos seus próprios agentes institucionais que reproduzem na sua prática as ideologias institucionais.

Alguns estabelecimentos, chamados por Goffman (1961) de instituições totais, denotam uma tendência de “fechamento” (sendo umas mais fechadas do que outras). Esse fechamento se caracteriza por um simbolismo através de barreiras à relação social e ao mundo externo, com proibições dos internos da própria estrutura física, como nos casos de presídios e manicômios. Nesses casos, existe a própria materialização dessa instituição: portas fechadas e muros altos com arames farpados, vigilância eletrônica e humana e ainda lugares isolados por florestas, águas e pântanos, por exemplo (GOFFMAN, 1961, p. 16).

Para Goffman (1961), o aspecto central de uma instituição total seria, em primeiro lugar, todos os aspectos da vida que são realizados no mesmo local e sob a mesma autoridade; o segundo ponto é que a cada atividade da vida diária do participante é realizada com um número relativamente grande de pessoas que são tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer a mesma coisa em conjunto e, além disso, tudo é controlado por um rigoroso planejamento de atividades e horários, com regras formais explicadas ao grupo instituído e a um grupo de funcionários que administram os processos. Todas as atividades obrigatórias tem o objetivo de atender a ideologia e agenda da instituição.

Como exemplo podemos citar o relato de um funcionário chamado Geraldo Magela Franco, contratado como guarda em 1969, no hospital psiquiátrico Colônia (MG), no qual relata a rotina da disciplina:

A gente tinha que acordar os pacientes às 5 horas para entregar o pavilhão em ordem ao próximo plantão que começava às 7 horas. Eles eram colocados no pátio houvesse o frio que fosse. Os doentes ficavam lá o dia inteiro e só voltavam aos prédios no início da noite para dormir (ARBEX, 2013, p. 47).

Como indica Goffman (1961), existe uma divisão binária dentro das instituições totais, localizada no que o autor definiu como “equipe dirigente” e “os internados”. Cada grupo desse sistema fechado estigmatiza os reguladores dessa instituição com papéis previamente estabelecidos e rotulados, isso resulta em uma divisão de força, pois “Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos e culpados” (GOFFMAN, 1961, p. 19).

A forma de controle sobre esses dois grupos se processa por meio dessa diferença e distância social que frequentemente é prescrita (GOFFMAN, 1961). Um exemplo desse controle é a comunicação, que embora seja importante instrumento para se perpetuar as práticas institucionais, é controlada pelos agentes da equipe dirigente e inacessível aos internos. Porém, a equipe técnica também é administrada pelos mesmos mecanismos de controle, via inacessibilidade do saber da equipe dirigente, como uma pirâmide hierárquica dentro de outra pirâmide.

Outro recurso utilizado, além da limitação da comunicação, é a sonegação ou ocultação de informações relevantes sobre a vida dos internos e também em algumas ocasiões dos agentes da equipe dirigente. Por exemplo, ocultar o destino da viagem do soldado ou, no caso de médicos, ocultação do diagnóstico ou do plano de tratamento. As normas prescritas ou proscritas de hábitos e comportamentos ajudam a fortalecer essa divisão e estigmatização dos papéis sociais entre agentes técnicos, equipe dirigente e internos dessas instituições totais.

3 AGENTES INSTITUCIONAIS E SUAS PROBLEMÁTICAS

Para Goffman (1961), as instituições totais muitas vezes parecem funcionar como um depósito de internados, que são exilados e segregados para longe do convívio social. Esse isolamento é justificado e aceito pelo pretexto de uma discrepância do que a instituição apresenta ao público com o que realmente acontece, como uma organização racional, planejada como máquina eficiente para atingir determinadas finalidades em nome da recuperação, ajustamento ou reformando o sujeito internado.

Segundo Arbex (2013), a ideia de ter lugares como o Hospital Psiquiátrico Colônia era de certa forma cômodo; um lugar para depositar todas as pessoas indesejadas pela sociedade, ou seja, um lugar de reclusão das minorias.

[...] a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escoria, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar (ARBEX, 2013, p. 26).

Sob a contradição entre o que a instituição diz e o que realmente faz, é que se caracteriza o ambiente de trabalho da equipe técnica e dirigente, isso porque o “produto” ou “objeto” de sua ação são seres humanos, diferente de uma indústria ou prestadores de serviços tradicionais. O que aponta para a necessidade de garantir os direitos humanos, segurança etc., ao mesmo tempo em que se impõe a necessidade de reproduzir práticas de controle e mecanismos de docilização.

Para Goffman (1961), os funcionários que trabalham em uma instituição total – como presídios, instituições psiquiátricas e até mesmo hospitais – ao terem que coadunar e sustentar um contexto inóspito, com regras dirigidas, infantilizantes, invasivas e sob condições desumanizadoras, acabam adquirindo uma visão, postura e trato com o interno que o coloca como objeto inanimado.

Os cirurgiões preferem operar pacientes magros a operar pacientes gordos, pois com estes os instrumentos ficam escorregadios, e existem mais camadas que devem ser cortadas. Os encarregados dos funerais em hospitais para doentes mentais às vezes preferem mulheres magras a homens gordos, pois é difícil carregar “cadáveres” pesados, e os homens gordos geralmente precisam ser vestidos com roupas de passeio, nas quais é difícil fazer passar o braço e dedos endurecidos. Além disso, os maus tratos em objetos animados e inanimados podem deixar marcas visíveis para os supervisores. [...] [assim] um objeto humano, ao passar por um sistema de hospital para doentes mentais precisa ser acompanhado por uma série de recibos. [...] muitos tipos de dirigentes acrescentam uma nota ao seu registro de caso [paciente] quando temporariamente passa por sua jurisdição, e muito tempo depois de estar fisicamente morto suas marcas sobreviverão como uma entidade no sistema burocrático do hospital (GOFFMAN, 1961, p. 70).

Podemos reforçar esse fato constatado com exemplos práticos narrados por trabalhadores do Colônia que, sem formação alguma sobre os procedimentos adequados para lidar com os pacientes internados, aprendiam na prática, treinando com os pacientes como se estes fossem cobaias.

Eis um relato do descaso, por parte dos dirigentes que submetiam os funcionários a essas práticas:

Funcionário aposentado do hospital, Geraldo Magela Franco, sessenta e sete anos, admite que o tratamento de choque e o uso de medicações nem sempre tinham finalidades terapêuticas, mas de contenção e intimidação. Ele trabalhou vinte e nove anos no Colônia, onde foi contrato como vigia em 9 de outubro de 1969. Permaneceu na unidade até 1998, e como não tinha formação adequada para lidar com os pacientes, aprendeu na cartilha dos funcionários mais antigos do que ele. – Não havia prescrição. A gente aprendia na prática sobre o que fazer, quando ocorria qualquer perturbação. No caso dos remédios, a gente dava quando o doente apresentava algum tipo de alteração. Em situações de epilepsia, aplicávamos uma injeção. Se o cara, às vezes, se exaltava, ficava bravo, a gente dava uma injeção para ele se acalmar (ARBEX, 2013, p. 35).

Para Goffman (1961), sempre há dentro de uma instituição total a necessidade de atender certas medidas que a equipe dirigente acredita serem necessárias para proteção. Essas medidas seriam os protocolos de segurança, tais como sempre estar em uma quantidade de agentes ao entrar em uma galeria ou cela de uma prisão, ao administrar a medicação ou mesmo para conter qualquer início de rebelião ou indisciplina. Todos esses protocolos servem para a prevenção de determinados perigos, como no caso de paciente em hospitais para doentes mentais que podem agredir sem razão e machucar um funcionário, bem como a exposição aos tuberculosos em sanatórios ou leprosários.

Existem também em hospitais para doentes mentais alguns tipos de sujeitos que pelo quadro de imposição autoritária de controle sobre seu corpo e sequestro da sua subjetividade, aliados à natureza de sua doença, agem de modo a forçarem uma retaliação por parte dos agentes dirigentes (GOFFMAN, 1961).

É difícil a tarefa de, frente a essa rotina diária do trabalho, não deixar de banalizar o sofrimento do ser humano e considera-lo um ser inanimado. A distância social já prescrita pela própria instituição, aliada muitas vezes ao comportamento hostil e agressivo de alguns internos, que reagem à violência que lhe é imposta de maneira institucionalizada, pode resultar em um sistema de grande sofrimento e perdas a todos, tanto aos internos quanto aos agentes ou funcionários da instituição. Nisso consiste o desafio da equipe dirigente para manter o controle emocional (GOFFMAN, 1961).

Nos hospitais para doentes mentais, há sempre alguns pacientes que, de maneira bem nítida, parecem agir contra o que evidentemente seria bem para eles: bebem água que eles acabaram de sujar; [...] batem a cabeça contra a parede: arrancam os pontos depois de uma pequena cirurgia; jogam na privada suas dentaduras; sem as quais não podem comer e que somente depois de alguns meses podem ser substituídas; quebram as lentes dos óculos, sem as quais não podem ver. Num esforço para frustrar esses atos visivelmente autodestrutivos, as pessoas da equipe dirigente podem “maltratar” tais pacientes, e criam, de si mesmas, uma imagem de pessoas duras e autoritárias, exatamente no momento que tentam impedir que alguém faça para si mesmo aquilo que, segundo pensam, nenhum ser humano deve fazer a outro (GOFFMAN, 1961, p. 76).

Enfim, para Goffman (1961), as pessoas que estão na direção, especificamente a equipe técnica, que fica em contato direto com os internos, vivem essa grande contradição de impor uma obediência aos internados e, ao mesmo tempo dar a impressão de que todos os direitos humanos estão sendo observados e o mais importante, que os objetivos dessa instituição estão sendo alcançados:

Assim como os bens pessoais podem interferir no controle suave de uma instituição, e por isso são afastados, também algumas partes do corpo podem entrar em conflito com a direção eficiente e o conflito pode ser resolvido em favor da eficiência. Para que as cabeças dos internados permaneçam limpas, e para que o seu possuidor seja facilmente classificado, é eficiente raspar seus cabelos, apesar dos danos à sua aparência. Com fundamentos semelhantes, alguns hospitais para doentes mentais verificaram que é útil extrair os dentes dos “mordedores”, fazer histerectomias em mulheres com tendências promiscuidade sexual, e realizar lobotomia em briguentos crônicos. A prática da flagelação como forma de castigo para homens de guerra exprimia o mesmo dilema entre os interesses da organização e os interesses humanitários (GOFFMAN 1961, p. 74).

Dessa maneira sutil e por meios “justificáveis” e racionais, as barbáries contra a vida e dignidade de milhares de pessoas são violadas em prol de um controle e suposta proteção. Porém, não se trata de negar a necessidade das instituições, mas de questionar quais os meios e mecanismos utilizados para levar a cabo seus objetivos, assim como as implicações destes para as subjetividades envolvidas.

4 A MENTIRA PRESCRITA E O SOFRIMENTO ÉTICO

O mundo de aparências sustentado pelo trabalho da equipe técnica e dirigente de uma instituição total frente à sociedade pode ser compreendido como uma mentira prescrita. Assim também ocorre em qualquer tipo de instituição burocrática que traga ao trabalhador um sofrimento ético, conforme define a Psicodinâmica do Trabalho: “De fato, em cada vez mais profissões e atividades os trabalhadores são confrontados com prescrições e ordens que os constroem a agir contrariamente às suas convicções e à sua ética profissional” (SZNELWAR, 2011, p. 83). Dessa forma, ao se analisar esses mecanismos da organização do trabalho, podemos constatar diferentes formas de sofrimento nas instituições totais, entre eles o sofrimento ético.

Segundo Sznelwar (2011), a mentira no ambiente do trabalho não se caracteriza como algo novo e tão pouco original, porém, o que chama a atenção e até se torna objeto de estudo dos autores em questão é o fato de a mentira ser elevada ao estatuto de prescrição ou mentira prescrita. A mentira foi definida como “[...] uma contradição entre aquilo que diz uma pessoa e aquilo que essa pessoa realmente pensa [...]”. Nessa perspectiva, podemos considerar que mentir é enunciar intencionalmente como sendo verdadeiro aquilo que tomamos como falso [...]” (DURADIN, 1972 apud SZNELWAR, 2011, p. 86), ou seja, é quando um trabalhador precisa ter uma atitude ou comportamento que considera moralmente errado e contra seus princípios éticos.

No Hospital Psiquiátrico Colônia, para que um funcionário pudesse crescer profissionalmente precisava passar pelas “etapas” da área da saúde; a começar por aprender aplicar injeção, fazer curativos e a dar eletrochoques sem anestesia ou relaxantes musculares, por exemplo, era “a seco” e de forma às vezes aleatórias. Segue outro exemplo que ilustra a forma como se dava o treinamento em instituições como esta:

Francisca Moreira dos Reis, Funcionária da cozinha, era uma das candidatas à vaga de atendente de enfermagem em 1979. Ela e outras vinte mulheres foram sorteadas para realizar uma sessão de choque nos pacientes masculinos do pavilhão Afonso Pena, escolhidos aleatoriamente para o exercício. Chiquinha, como é conhecida, jamais havia feito nada parecido na vida, por isso não sabia como iria reagir na hora das descargas. Decidiu que assistiria às colegas na prova prática, para, depois, iniciar o teste. A colega Maria do Carmo, que também era da cozinha, foi a primeira a tentar. Cortou um pedaço de cobertor, encheu a boca do paciente, que a esta altura já estava amarrado na cama, molhou a testa dele e começou a contar mentalmente um, dois, três e aproximou os eletrodos das têmporas de sua cobaia, sem nenhum tipo de anestesia. Ligou a engenhoca em 110 w. e, após nova contagem, 120 de carga. O coração da jovem vítima não resistiu. O paciente morreu ali mesmo, de parada cardíaca, na frente de todos. **Estarrecidas, as candidatas se mantiveram em silêncio. Algumas lágrimas teimaram em cair naqueles rostos assustados, mas ninguém ousou falar** (ARBEX, 2013, p. 38, grifo nosso).

Logo após o acontecido, os atendentes do hospital embrulharam o corpo ainda quente em um lençol e o deixaram em um canto, para que fosse recolhido pelos funcionários do necrotério. E as aulas continuaram:

A segunda candidata se aproximou de outra cama e, trêmula, iniciou a prova. O paciente escolhido era mais jovem que o primeiro. Aparentava ter menos de vinte anos. Com os olhos esbugalhados de medo, ele tentou reagir, mas não conseguia se mover preso ao seu leito. Suas súplicas foram abafadas pelo tecido que enchia a boca. Um, dois, três, nova contagem, e o homem recebeu a descarga. Não resistiu. Era a segunda morte da noite, e as aulas estavam só começando. Chiquinha não suportou. – Não quero mais fazer esse curso – gritou, antes de sair correndo (ARBEX, 2013, p. 38).

Segundo Gaignard (2008 apud SZNELWAR, 2011, p. 84), pode-se afirmar que esse tipo de situação tem um custo elevado para os trabalhadores e que essa prescrição – a mentira no ambiente de trabalho – pode levar, além do sofrimento ético, a uma descompensação psicopatológica caracterizada, implicando riscos importantes em termos de saúde aos trabalhadores. Tais práticas são “[...] um exemplo paradigmático de conflito entre a racionalidade instrumental (cujo objetivo é a ação eficaz no mundo objetivo) e racionalidade moral-prática ou axiológica, que se refere aos valores morais e à ética do agir” (DEJOURS, 2010 apud SZNELWAR, 2011).

Essa contradição nem sempre é fácil de suportar de um ponto de vista indentitário e torna-se, então, necessário para os trabalhadores desenvolverem estratégias de defesa para se protegerem do sofrimento que resulta da sua participação em atos que consideram moralmente reprováveis. No entanto, se é certo que alguns indivíduos adoecem devido a circunstâncias laborais desse tipo, devemos registrar que a maioria dos trabalhadores não manifesta sintomas ou sinais de descompensação psicopatológica. Parece-nos, portanto, legítimo levantar as seguintes questões: O que é que pode explicar que, numa situação em que os trabalhadores devem levar a cabo ações que reprovam moralmente, alguns adoecem e outros não? Qual é o destino do sofrimento resultante da contradição entre sua ética profissional e o conteúdo da atividade laboral? Que estratégias de defesa individuais e coletivas conseguem edificar para salvaguardarem a sua saúde mental? (SZNELWAR, 2011, p. 84).

A respeito dessa mentira institucionalizada, temos o relato de um dos médicos do Hospital Psiquiátrico Colônia, que narra como realmente era a vida de um interno e a diferença de perspectiva que a instituição transmitia para a sociedade, que fingia acreditar. Essa testemunha do “holocausto” foi o médico Ronaldo Simões Coelho, com 80 anos, que garante que viveu de perto o horror, sendo este maior do que os relatos e

registros escritos a respeito. Ronaldo foi contratado pelo Estado em 1971 como psiquiatra. Também foi secretário da Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica, substituída em 1977 pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig).

– A coisa era muito pior do que parece. Havia um total desinteresse pela sorte. Basta dizer que os eletrochoques eram dados indiscriminadamente. Às vezes, a energia elétrica da cidade não era suficiente para aguentar a carga. Muitos morriam, ou sofriam fraturas graves (ARBEX, 2013, p. 36).

Por outro lado, podemos fazer um paralelo entre o movimento instituinte, supracitado por Baremblytt (2002), com as transgressões das normas institucionais – que podem ser percebidas como antiquadas ou fora de um contexto atual, mas são necessárias para adaptar o serviço de forma que este seja efetivamente concretizado. Sznalwar (2011) define tais práticas instituintes e transgressoras como “artimanhas” e as diferencia das mentiras prescritas. Vale pontuar que, apesar de positivas, as transgressões quando comuns no trabalho cotidiano podem, com o passar do tempo, constituir uma regra de trabalho.

Tal como referimos, anteriormente, as “artimanhas” transgridem as ordens e instruções da organização prescrita do trabalho, cuja função é levar a cabo a tarefa de forma adequada. A sua razão de existência deve-se essencialmente aos defeitos, falhas e insuficiências das previsões e prescrição da organização do trabalho. Pelo contrário, a mentira, a manipulação ou a fraude deliberada constituem na maior parte dos casos infrações das regras éticas do trabalho, resultado da deliberação coletiva sobre o real trabalho. [...] a mentira contradiz as regras e valores associados ao trabalho na sua dimensão axiológica, enquanto as artimanhas constituem uma transgressão das imposições da organização, mas respeita as “regras do ofício” (SZNALWAR, 2011, p. 89).

Segundo Sznalwar (2011), todos nós mentimos, a mentira tem uma função social e todos fazemos uso dela, mas nem por isso todos os que mentem são indivíduos perversos ou manipuladores, e nem todos os que mentem se sentem culpados ou envergonhados e angustiados, muito menos ficamos doentes por causa disso. Porém, a mentira no trabalho como forma de prescrição, segundo os dados clínicos de Sznalwar (2011), apresenta consequências para a saúde desses trabalhadores.

Podemos observar na fala de uma das funcionárias do hospital, Chiquinha, que após trabalhar 35 anos no Colônia como cozinheira, ainda se lembrava, com lágrimas nos olhos, do que viveu: “Eu não sabia o tamanho da tragédia. Hoje sei e me arrependo de não ter dado o grito mais cedo. Acho que eu podia ter evitado alguma morte. Quantas? Muitas talvez” (ARBEX, 2013, p. 43). Muitos funcionários e ex-funcionários contam

que sentiam o desejo de denunciar, mas não havia ninguém para ouvir, permeando o trabalho, se fazia presente uma sensação de impotência.

Segundo Arbex (2013, p. 43),

Vinte e oito presidentes do Estado de Minas Gerais, entre interventores federais e governadores, revezaram-se no poder desde a criação do Colônia, entre 1903 e 1980. Outros dez diretores comandaram a instituição, alguns por mais de vinte anos [...]. Nenhum deles foi capaz de fazer os abusos cessarem. Dentro do hospital, apesar de ninguém ter apertado o gatilho, todos carregam mortes nas costas.

Esse sentimento de impotência se alia ao sentimento de impunidade que permeia o espaço técnico-institucional, mas que fica “protegido” ou oculto pelo próprio sistema burocrático. Tais vivências e técnicas de burocratização são internalizadas pelos *experts* e incorporadas ao seu saber-poder (já supracitado) aplicado nas instituições. Será o trabalhador quem reproduzirá e manterá este contexto com as próprias mãos e que arcará com toda consequência dessa violência, seja ele um policial sem preparação ou estrutura, uma enfermeira ou médico sem equipamentos, um professor sem recursos, um agente penitenciário para mil internos etc. Frente à este cenário, cabe analisar as condições destes tipos de trabalho para compreender o sofrimento embutido nele.

5 TRABALHO “SUJO”, UM MAL NECESSÁRIO?

O termo “trabalho sujo” foi cunhado pelo sociólogo Everett C. Hughes, conforme aponta Sznclwar (2011), e refere-se às profissões que estão ligadas com atividades como evacuação de dejetos, eliminação de cadáveres ou tratamento de corpos etc. Ou seja, atividades que são repudiadas pela sociedade, mas que alguém precisa fazer, geralmente são as pessoas bem menos preparadas no sentido profissional e acadêmico que assumem tais práticas: “De uma forma geral, o ‘trabalho sujo’ representa aquilo que queremos evitar fazer e pensar” (SZNELWAR, 2011, p. 94).

Nesse sentido, o trabalho sujo seria aquilo considerado fisicamente nojento e repugnante e que as pessoas evitariam ao máximo fazer, pois o simples ato de pensar sobre causaria repúdio. Pois bem, a ideia da Psicodinâmica é ampliar esse conceito para atividades de trabalho ou situações em ambientes do trabalho em que para zelar pelo seu emprego, o trabalhador precisa ter atitudes e comportamentos moralmente repugnantes para ele; situações aversivas que vão contra seus princípios e sua consciência moral, criando conflitos indetentários em longo prazo (SZNELWAR, 2011).

Um exemplo de trabalho sujo feito para zelar pelo serviço é trazido na narrativa de uma funcionária no hospital psiquiátrico de Barbacena sobre seu primeiro dia de trabalho. Marlene Laureana de 20 anos, após ter passado no concurso público como assistente psiquiátrica no hospital de Barbacena, relata que:

[...] foi surpreendida pelo odor fétido, vindo do interior do prédio. Nem tinha se referido de tamanho mal-estar, quando avistou montes de capim espalhado pelo chão. Junto ao mato havia seres humanos esqueléticos. Duzentos e oitenta homens, a maioria nu, rastejavam pelo assoalho branco com os tornozelos pretos em meio à imundície do esgoto a céu aberto que cruzava todo o pavilhão. Marlene sentiu vontade de vomitar. Não encontrava sentido em tudo aquilo, queria gritar, mais a voz desapareceu da garganta. Guiada por um funcionário foi obrigada a entrar. Tentou evitar pisar naqueles seres desfigurados, mais eram tantos que não havia como desviar [...] Observou quando dois homens de jalecos brancos embrulhavam o morto num lençol, o décimo naquele sexto naquele dia, embora muitos outros agonizassem. Na tentativa de se aquecerem durante a noite, os pacientes dormiam empilhados, sendo comuns que os de baixo fossem encontrados mortos [...] (ARBEX, 2013, p. 23).

A tarefa de Marlene era recolher o capim espalhado pelo pavilhão e usado como uma espécie de cama coletiva pelos pacientes da instituição e levar esse capim para o lado de fora dos muros para tomar sol durante o dia, a fim de que secassem a urina e as fezes para que à noite fossem novamente espalhados. Marlene relata o que pensou naquele dia: “Meus Deus, eu não vou dar conta. Essas pessoas vão morrer” (ARBEX, 2013, p. 23). Ela suportava essa rotina, pois não queria decepcionar os pais, e os irmãos que tinham muito orgulho dela por ter concluído o ensino médio e ter passado em décimo lugar no concurso da cidade, conforme relata Arbex (2013, p. 25): “apesar de estar tomada pela indignação, sentiu-se impotente diante da instituição tradicional que mantinha, com o apoio da igreja Católica, as portas abertas desde 1903”.

A substituição de camas por capim foi sugerida devido à superlotação do hospital e a economia de espaço e recursos, o que beneficiaria a instituição. Depois de implantada no hospital e obtido sucesso, foi introduzida pelo poder público como prática também em outros hospitais (ARBEX, 2013).

Outro exemplo de trabalho sujo e de suas implicações éticas pode ser verificado no relato do Professor Ivanzir Vieira, que em 1970 caminhava em direção a faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal Juiz de Fora (a diretoria, nesse dia, havia

dispensado os professores e alunos). Ao se aproximar do portão da universidade sentiu um forte cheiro repugnante, então, ao adentrar o pátio da escola eis o que viu:

[...] dezenas de cadáveres espalhados pelo chão em grotescas posições. Parecia que um maníaco sexual havia passado por ali. Os corpos das mulheres, com saia ou camisolas erguidas, pernas abertas, desnudando sua intimidade. Os homens, com calças e cuecas – sujas umas, imundas outras – baixadas. As fisionomias eram pálidas, esqueléticas. Barbas crescidas, cabelos desgrehados, pareciam egressos de um manicômio. O cheiro não deixava dúvida de que estavam mortos havia dias. Ainda atordoado, o Professor contemplou uma idosa de cabelos brancos aos seus pés, também com a saia erguida. A fisionomia maternal, até agradável, parecia querer esboçar um sorriso na boca desdentada. Ivanzir sentiu-se invadido por uma tristeza profunda, imaginando por que não teria vivido mais tempo alguém com uma simpatia que vencera a morte (ARBEX, 2013, p. 74).

A resposta dada de uma forma totalmente banal ao Professor ao encontrar com um funcionário foi de que uma caminhonete abarrotada de corpos vindos de Barbacena estava vendendo-os às universidades e que, antes de partir para Salvador ofereceu à universidade da capital. O funcionário mencionou que como estavam com um bom preço, ou seja, um milhão (cerca de 364 reais hoje), a Universidade comprou 30 cadáveres, pensando no ano letivo. Disse ainda que como a escola de Medicina estava lotada, resolveram deixar no pátio até encontrarem um lugar adequado. Ivanzir, no entanto, não sabia que a Universidade comprava cadáveres, considerava esse ato um crime e questionou ao funcionário como eram contabilizados tais gastos. Meio irritado, o técnico respondeu:

– Isso eu não sei. Mas se ela não comprar, está cheio de faculdade que compra – respondeu o técnico, enquanto se abaixava para introduzir, numa incisão feita na virilha do corpo da idosa, o tubo que lhe permitiria injetar o formol e paralisar a decomposição. Ivanzir compreendeu, então, a causa de as roupas estarem levantadas. Nesse momento, recordou-se das histórias que diziam sobre os loucos nos sanatórios de Barbacena que, nas frias noites da cidade serrana, eram enviadas para os pátios, com as vestimentas molhadas e ali deixadas para morrer. Então, era verdade, pensou. Contemplou de novo a idosa que não teve valor em vida e cujo corpo era disputado por abutres humanos. Compreendeu o simbolismo daquele leve sorriso estampado no rosto de quem vencera a morte. Ela não mais estava ao alcance deles (ARBEX, 2013, p. 76).

Nem sempre tais casos de “trabalho sujo” terão um caráter tão dramático como os exemplos citados; talvez comece com algo mais simples e corriqueiro, mas, com o passar do tempo, na rotina do trabalho, na falta de uma pausa ou espaço para se repensar os procedimentos e as consequências destes, há uma tendência à banalização da violência. A vida profissional pode se tornar um fardo aos trabalhadores para quem a sociedade terceiriza este tipo de trabalho, afetando profundamente outras dimensões

da existência. Não se pode ignorar que esse contexto de institucionalização, que afeta também os trabalhadores que se encarregam deste tipo de atividade diária, é um reflexo da postura de todos que compõem a sociedade e fecham os olhos para tais assuntos, independente se são perpetrados aos excluídos, diferentes ou desconhecidos.

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Segundo Flick (2004), a pesquisa qualitativa vem se estabelecendo nas ciências sociais e na psicologia, possuindo atualmente uma grande variedade de métodos específicos para diferentes objetos de pesquisa:

A mudança social acelerada e a consequente diversificação de esferas de vida fazem com que os pesquisadores sociais defrontem-se, cada vez mais, com novos contextos e perspectivas sociais: situações tão novas para eles que suas metodologias dedutivas tradicionais – questões e hipóteses de pesquisas derivadas de modelos teóricos e testadas sobre a evidência empírica – fracassem na diferenciação de objetos. Consequentemente, a pesquisa é, cada vez mais, obrigada a utilizar estratégias indutivas: em vez de partir de teorias para testá-las, são necessários ‘conceitos sensibilizantes’ para a abordagem de contextos sócias a serem estudos. Entretanto, contrariando o equívoco difundido, tais conceitos são influenciados por um conhecimento anterior. Porém, aqui as teorias são desenvolvidas a partir de estudos empíricos (FLICK, 2004, p. 18).

Percebemos a importância de se desenvolver pesquisas em âmbitos locais, principalmente nas ciências sociais e na psicologia, pois, embora se embasem em teorias já estabelecidas nos meios científicos e acadêmicos, não devem ser generalizadas, pois não explicam a infinidade de culturas e subculturas diferentes das quais se deteve como objeto de estudo e observação. Entretanto, são subsídios necessários para que, a partir dessas teorias e estudos publicados, embasem as percepções, observações e hipóteses de outros pesquisadores.

Dessa forma, compreendemos a necessidade da subjetividade do pesquisador durante a definição do seu objeto de pesquisa, do local onde realizará a pesquisa, ou, ainda, se utilizará de estratégias indutivas, isto é, de uma pesquisa participativa, por exemplo. Assim, torna-se fundamental reconhecer a importância do estudo dos significados subjetivos oferecidos, via narrativas, das experiências e práticas cotidianas (FLICK, 2004).

Conforme Flick (2004), por tradição, a psicologia e as ciências sociais têm adotado como modelo a exatidão das ciências naturais, tendo como premissa os princípios que

norteiam a pesquisa quantitativa e padronizada, com a finalidade de isolar claramente causa e efeito, bem como de operacionalizar relações teóricas, medir e quantificar fenômenos e criar teorias e planos de pesquisa que possam generalizar as descobertas e assim criar leis gerais. Porém, tais métodos têm se mostrado insuficientes em apresentar resultados relevantes na vida cotidiana:

Resta claro também que os resultados das ciências sociais são raramente percebidos e utilizados na vida cotidiana porque – para satisfazer a padrões metodológicos – suas investigações e descobertas, muitas vezes, afastam-se das questões e dos problemas do dia a dia. Por outro lado, análises da prática da pesquisa demonstram que grande parte dos ideais de objetividade formulados com antecedência não pode ser consumados. Apesar de todos os controles metodológicos, a pesquisa e suas descobertas são inevitavelmente influenciadas pelos interesses e pelas formulações social e cultural dos envolvidos. Tais fatores influenciam a formulação das questões e hipóteses da pesquisa, assim como a interpretação de dados e relações (FLICK, 2004, p. 19).

Para Flick (2004), o fato da maioria dos fenômenos da realidade não poder ser explicado de maneira específica e isolada seria uma evidência da própria complexidade dessa realidade e de seus fenômenos, “[...] se todos os estudos empíricos fossem planejados exclusivamente de acordo com o modelo das nítidas relações causa e efeito, todos os objetos complexos teriam de ser excluídos” (FLICK, 2004, p. 20).

Para ilustrar um exemplo das limitações de pesquisas quantitativas em objetos de estudos nas áreas sociais e psicológicas, Flick (2004) apresenta o resultado de um estudo em que constatou que havia uma frequência maior de perturbações mentais graves, como a esquizofrenia na população, de forma geral, porém com índices mais altos de esquizofrenia grave nas classes sociais mais baixas.

Desde a década de 1950 até hoje esses resultados vem sendo confirmados por novos experimentos e pesquisas realizadas. No entanto, não houve nenhuma resposta que conseguiu esclarecer a relação ou correlação desses eventos: “será que as condições de vida em uma classe mais baixa favorecem a ocorrência e a eclosão de perturbações mentais, ou que as pessoas com problemas mentais caem nas classes mais baixas?” (KEUPP, 1982 apud FLICK, 2004, p. 21).

Além disso, essas descobertas não nos explicam o que significa viver com uma doença mental. Não se esclarece o significado subjetivo dessa doença (ou da saúde) para aqueles diretamente afetados, nem se compreende a diversidade de perspectivas sobre a doença em seu contexto. Qual é o significado subjetivo da esquizofrenia para o paciente e qual seria esse significado para seus familiares? Como as diversas pessoas envolvidas lidam com a doença na vida real? O que levou ao aparecimento

da doença no curso da vida do paciente e o que fez com que esta se tornasse uma doença crônica? Quais foram as influências das diversas instituições que trataram o paciente ao longo de sua vida nessa trajetória? Que ideias, metas e rotinas indicam a forma concreta de essas instituições tratarem o caso? (FLICK, 2004, p. 22).

Sendo assim, Flick (2004) defende que de maneira diferente da pesquisa quantitativa, os métodos da pesquisa qualitativa consideram a comunicação do pesquisador, de seu campo de estudo e com todos os membros envolvidos na pesquisa como parte importante para a produção do conhecimento, ao invés de tentar excluí-la de forma contundente como uma variável intermédia.

Nesse caso, a subjetividade do pesquisador e todos envolvidos na pesquisa, assim como as reflexões e sentimentos, “[...] tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte das interpretações e podem ser documentados em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto” (FLICK, 2004, p. 22).

Embora os psicólogos estejam interessados em descrever, prever e explicar o comportamento e os processos mentais, esse conhecimento não existe em um vácuo. Ao contrário, esse conhecimento existe em um mundo onde as pessoas sofrem de transtornos mentais e são vítimas da violência e agressividade, e onde os estereótipos e preconceitos influenciam a maneira como as pessoas vivem e funcionam na sociedade (para citar apenas alguns problemas que enfrentamos) [...] A amplitude das perguntas e resultados das pesquisas dos psicólogos proporciona muitas maneiras para os pesquisadores ajudarem a abordar aspectos importantes das nossas vidas e para criarem mudanças nas vidas de indivíduos (SHAUGHNESSY; ZECHMEISTER; ZECHMEISTER, 2012, p. 63).

A preocupação das pesquisas em psicologia, conforme citado anteriormente, é a sua aplicação prática e funcionalidade no cotidiano dos indivíduos nos quais abrange a própria pesquisa. Dessa forma, entende-se que somente pesquisas de metodologia quantitativa não são suficientes para explicar ou demonstrar as relações e estruturas complexas da vida humana, até por que esse tipo de pesquisa não se pode ser entendido de forma isolada, e ou ter suas variáveis controladas, sem correr o risco de se obter um resultado parcial ou tendencioso.

A pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Várias abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discursões e a prática da pesquisa. Os pontos de vista subjetivos são um primeiro ponto de partida. Uma segunda corrente de pesquisa estuda a elaboração e o curso das interações, ao passo que uma terceira busca reconstruir as estruturas do campo social e o significado latente das práticas. Essa variedade de abordagens distinta é resultado de diferentes linhas de desenvolvimentos na história da pesquisa qualitativa cuja a evolução deu-se, até certo ponto, de forma paralela, e, em parte, de forma sequencial (FLICK, 2004, p. 22).

A questão não é qualificar um método em detrimento de outro, muito menos confrontar seus aspectos e objetivos metodológicos, em relação ao objeto a ser investigado, mas entender as muitas variáveis e eventos, qual objeto pode ser passível de estudo, principalmente em relação a situações ou contextos de pesquisa envolvendo abordagens sociais e psicológicas, pela própria natureza de sua complexidade. Por isso a importância de novos métodos e instrumentos para se entender os processos, não somente de forma isolada, mas procurando compreender a complexidade em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não devemos tratar com leviandade o sofrimento ético e moral advindo do trabalho sujo ou das mentiras prescritas ou institucionalizadas, pois não são apenas desculpas ou artimanhas dos trabalhadores para causas trabalhistas, mas são problemas que devem ser considerados e analisados como saúde pública. Desse modo, devem ser discutidos a fim de que nos conscientizemos e que reconheçamos essas práticas como inerentes as nossas atividades.

Para que em um futuro próximo possamos imaginar quais seriam os rumos a serem tomados, a fim de que haja uma mudança significativa na forma como trabalhamos e nos relacionamos, afinal, uma mudança de tal amplitude se efetiva com uma mudança em nossa própria identidade.

Tanto nos exemplos de sofrimento e angústia gerados por uma lógica opressora, citados no presente trabalho, assim como nos inúmeros outros que presenciamos diariamente em casos recorrentes na sociedade, percebemos a ausência do Estado. Isso se dá em razão da falta de recursos materiais ou humanos que fazem com que haja uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade sobre os agentes da própria instituição. Assim, como há uma omissão e permissividade da sociedade, ao confiar de forma cega nas promessas institucionais e ao fechar os olhos para não ver os excluídos sendo esmagados por tal lógica opressora e também mascarados pelos *experts*, pelos protocolos e pela burocracia, bem como por toda a parafernália criada para justificar ou negar e até instrumentalizar esse sofrimento.

Concluimos então que assim como os agentes institucionais, toda a sociedade sofre influências em sua identidade e subjetividade pelas instituições que modulam e regulam as demandas e necessidades humanas. De igual maneira, todos podemos nos tornar apáticos quanto ao sofrimento de nossos semelhantes, assim como aquele agente mencionado na introdução deste artigo, que justificou nosso interesse pela formulação da presente pesquisa. Ao permitirmos ser sequestrados em nossa subjetividade, seja pela omissão, seja pela permissividade, tornamo-nos tão mais “loucos” e alienados quanto os excluídos e segregados que tanto julgamos e rotulamos e, por esses motivos, depositamos nas instituições totais.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração, 2013.
- BAREMBLITT, G. **Compendio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.
- CAMPOS, L. F. L. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2008.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Metz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- ROLO, D. **Saúde dos bancários**. São Paulo: Gráfica Atitude, 2011.
- SHAYGGBESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, J. S. **Metodologia de pesquisa em psicologia**. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

SENSORIALIDADE, EMOÇÃO E MOVIMENTO PSÍQUICO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Dariane Borges Machado¹
Ana Clarice Steinmetz de Faria²

RESUMO

A presente pesquisa apresenta as relações entre sensorialidade, emoção e movimento psíquico no ser humano e as respectivas interferências no desempenho do profissional pós-moderno. Diante do pensamento de homem fragmentado vigente, este trabalho levanta características globais do sujeito, retratando a necessidade de lhe propiciar a oportunidade de colocar-se integralmente no mundo, sendo visto e considerado em sua totalidade. A dissertação sobre a sensorialidade humana, desenvolvida no texto, organiza o conhecimento científico já produzido, demonstrando a importância dos aspectos anatômicos e fisiológicos na relação com a emoção e funcionamento psíquico. Na sequência são apresentadas as dimensões que compõem o ser humano considerando a esfera racional, porém superando-a e equiparando-a a outros aspectos relevantes. Nessa perspectiva de integralidade, este trabalho expõe características postas na realidade do profissional pós-moderno, assim como sua posição e resposta às exigências de um mundo globalizado, tecnológico, midiático e instantâneo. Considerando o trajeto e avanços históricos da ciência, a presente pesquisa conceitua sensorialidade, emoção e consciência, evidenciando a importância desses fenômenos, assim como sua intrínseca relação e interdependência. Da mesma forma, objetiva-se descrever a diferenciação entre ter uma emoção, sentir uma emoção, ter conhecimento sobre o que está sentindo e as interferências desses níveis de consciência no desempenho profissional, propondo como intervenção a técnica corporal do reequilíbrio somatoemocional.

Palavras-chave: Sensorialidade. Reequilíbrio Somatoemocional. Consciência. Psique. Trabalho.

¹ Aluna do 4º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: darianeborges.psico@yahoo.com.br

² Aluna especial do doutorado em Educação da USF(SP). Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: ana.steinmetz@fae.edu

INTRODUÇÃO

Considerando que um indivíduo emocionalmente saudável apresenta um padrão de comportamento tido como característico de sua personalidade, observa-se que atitudes que evidenciam discrepâncias desse comportamento pessoalmente estereotipado são eventualmente percebidas no contexto social em que o sujeito está inserido. Da mesma forma, a pessoa que apresenta verbalizações persistentes referentes a insatisfações em sua vida e paralelamente manifesta queixas fisiológicas, sinaliza como consequência dessa insatisfação persistente um provável desequilíbrio somatoemocional. O subsequente estudo aponta que a atenção dispensada à realidade corporal, emocional e racional de forma integrada possibilita que o sujeito responda com qualidade aos desafios propostos no cotidiano, preservando seu equilíbrio somático. No entanto, esse desejo de equilíbrio está constantemente sendo exposto a fatores ambientais, sociais e subjetivos, interferindo em seu estado somatoemocional.

A percepção diante desses estímulos apresenta-se como sendo de fundamental importância para a compreensão sobre si mesmo no que tange a seus limites e potencialidades corporais e psíquicas, assim como quanto à interferência e modificação ou significação pelo sujeito de realidades ambientais, sociais ou subjetivas, eliciadoras de mal-estar e consequente adoecimento.

Dessa forma, observaremos a seguir a relevância dos aspectos sensoriais como fundamentais ao processo perceptivo, estimuladores de emoções e de registros psíquicos significativos primordiais que corroboram as emoções atuais do sujeito exposto aos mesmos estímulos. Nesse viés apresentaremos os achados neurocientíficos, que elucidam a diferenciação entre ter uma emoção, sentir uma emoção, ter conhecimento do que se está sentindo e as relações desse mecanismo no contexto profissional.

1 O SISTEMA SENSORIAL E A SENSOPERCEPÇÃO

As bases fisiológicas para que se manifeste o sistema sensorial e a sensopercepção são construídas essencialmente pelo sistema nervoso, que promove a homeostase coordenando, dirigindo e regulando as funções corporais. O tecido nervoso é formado por neurônios e também por células glia que rodeiam o neurônio, sustentando-o e mantendo a unidade do tecido. Entre um neurônio e outro se apresenta um espaço de comunicação denominado **sinapse**, onde são lançadas substâncias condutoras, denominadas **neurotransmissores** (TOMITA, 1999).

Os mecanismos de sensação e percepção realizam uma ligação entre o mundo físico e psicológico. Por meio da experiência com o meio ocorre a entrada de informações, que acessam categorias inatas³. A atividade psicológica é resultado de um sistema de comunicação celular que recebe informações do mundo externo, avalia e produz comportamentos, pensamentos e sentimentos. Segundo Gazzaniga e Heatherton (2005), os neurônios são especializados para a comunicação e, diferentemente de outras células, são excitáveis, podendo ser sensoriais (vias aferentes), motores (vias eferentes) e interneurônios, que estão localizados dentro de circuitos locais ou de curta distância.

Para Gazzaniga e Heatherton (2005), o processo perceptivo das sensações são cálculos realizados pelo cérebro – em sua maioria inconsciente. Os resultados mais importantes que o cérebro produz atingem ou permanecem na consciência. Esse movimento ocorre devido a consciência contínua de cada ação cerebral, que gera uma sobrecarga de informações, ou seja, esse processo é seletivo.

Com exceção da olfação, todas as informações sensoriais são transmitidas para o cérebro pelo tálamo. Do tálamo, as informações de cada sentido são projetadas para regiões específicas do córtex cerebral, as chamadas **áreas sensoriais primárias**. (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 163, grifo nosso)

Os sentidos são compostos por células e conexões que realizam a tradução dos estímulos ambientais. Barreiros (2008) descreve que os componentes dos sentidos transformam a energia do estímulo ambiental em potenciais bioelétricos gerados pelas membranas dos receptores, provocando potenciais de ação na mesma célula, ou outros potenciais no neurônio de segunda ordem, originando sinapses até os neurônios de ordem superior.

Os **receptores cutâneos** são estimulados de forma seletiva, ou seja, estimulando-se a pele com calor e frio simultaneamente, a sensação selecionará o estímulo mais intenso para codificar. As sensações simultâneas só podem ser distinguidas se a atenção for direcionada para o estímulo sequencialmente, por exemplo: diferentes texturas esfregadas sobre a pele, calor e frio, prurido e cócega. No entanto, a dor associada a outros estímulos cutâneos tende a prevalecer em detrimento dos demais, independentemente da intensidade (EYZAGUIRRE; FIDONE, 1977).

³ “Uma visão alternativa ao empirismo é o nativismo, segundo o qual pelo menos certo conhecimento é inato – uma ideia que remonta Platão, ou até mais antiga. O filósofo alemão do século XVIII Immanuel Kant propôs que as nossas experiências fornecem input sensorial que é filtrado por categorias mentais inatas preexistentes, como espaço e tempo, que organizam as informações” (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 147).

Barreiros (2008) afirma que o sujeito conseguirá se adaptar à dor, no entanto, essa manifestação corporal é fundamental para alertar situações excessivas e desgastantes ao sujeito. O autor também menciona que a dor não possui uma representação cortical específica e que achados de pesquisas sugerem que fatores psicoafetivos, assim como as drogas analgésicas, podem bloquear a dor por meio de um circuito sensível a endorfinas.

Os **receptores gustativos** estão localizados na língua e epiglote. De acordo com Machado (1993), a língua possui pontos diferenciados para gustação, por exemplo: o acre está localizado nas bordas da língua; o salgado e o doce, na ponta; e o amargo, na base. Para Eyzaguirre e Fidone (1977), uma papila gustativa possui aproximadamente 250 corpúsculos; dessa forma, pode-se detectar duas ou mais modalidades gustativas.

Os **receptores do olfato**, segundo afirma Machado (1993), são os cílios das vesículas olfatórias, pequenas dilatações do prolongamento periférico das células olfatórias.

[...] as informações olfatórias se desviam do tálamo a caminho do córtex. Algumas informações do bulbo olfatório se projetam para uma região do lobo temporal que parece ser o córtex olfatório primário. Outras informações olfatórias se projetam para os centros cerebrais inferiores do sistema límbico. As estruturas límbicas estão associadas à emoção e à memória, o que pode explicar em parte a facilidade com que os estímulos olfatórios podem evocar lembranças e sentimentos poderosos (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 165).

Cabe ainda salientar que as terapias corporais apresentam, no que tange ao olfato, suas queixas e manifestações de adoecimento, que estão fortemente relacionadas à afetividade. Essa questão está intrínseca ao percurso de sua função primordial, ou seja, na procura olfativa pelo leite materno. Ainda se apresenta, no âmbito das alergias, a diferenciação entre estar alérgico, o que denuncia um sujeito emocionalmente abalado nesse momento, e ser alérgico, o que caracteriza um sujeito cronicamente abalado emocionalmente (BARREIROS, 2008).

Os **receptores da visão** são meios pelos quais passam os raios luminosos. O estímulo luminoso atinge primeiramente a córnea, que é revestida por uma membrana denominada conjuntiva. Na sequência, o raio luminoso atinge a câmara anterior do olho permeada por um fluido transparente, secretado pelos vasos do corpo ciliar, que é denominado humor aquoso. Logo atrás se encontra uma estrutura elástica e com superfícies anterior e posterior convexas, denominada lente ou cristalino, cuja superfície anterior está parcialmente coberta pela íris. A luz intensa produz a constrição pupilar

e a escuridão provoca a dilatação da pupila. Esse movimento se dá por meio de fibras musculares dos nervos autônomos (EYZAGUIRRE; FIDONE, 1977).

Os **receptores da audição** localizam-se no órgão espiral (de Corti) posicionado na cóclea do ouvido interno. Os neurônios I, do gânglio espiral situado na cóclea, realizam contato com os receptores no órgão de Corti. Seus prolongamentos centrais terminam na ponte, fazendo sinapse com os neurônios II enquanto as fibras de seu lemnisco lateral fazem sinapse com os neurônios III, que com seus axônios dirigem-se ao corpo geniculado medial onde estão localizados os neurônios IV, cujos axônios formam a radiação auditiva, que passando pela Cápsula interna chega à área auditiva do córtex, situada no giro temporal transversal anterior. Sendo assim, diferentemente das outras vias sensitivas, a via auditiva possui quatro neurônios ou mais (MACHADO, 1993).

Segundo Barreiros (2008, p. 37), “a sensação é o ponto de partida do sistema sensorial e interferirá em inúmeros processos mentais”. O autor afirma que a ação no mundo parte das informações sensoriais. Nem toda informação é consciente, visto que o sujeito seleciona, por meio da atenção, a informação importante que será mobilizada e manipulada. Sendo assim, a percepção nem sempre está inteiramente disponível, pois é afetada pela atenção, emoção, sono, entre outros, ou seja, a percepção é mais seletiva que os sentidos.

Damásio (2000) compreende por sistema somatossensitivo a percepção sensitiva do *soma*, palavra grega que significa *corpo*. Entretanto, não se trata de um único sistema, mas da combinação de vários subsistemas em que cada um transmite ao cérebro sinais sobre o estado de aspectos muito diferentes do corpo. A sinalização somatossensitiva não usa nenhum neurônio, e sim substâncias disponíveis na corrente sanguínea.

2 EMOÇÃO, CONSCIÊNCIA E EQUILÍBRIO SOMATOEMOCIONAL

O neurocientista Antônio Damásio, em sua obra *O mistério da consciência* (2000), percorre um caminho explicativo partindo do corpo e das emoções ao conhecimento de si. O autor apresenta a diferença entre ter uma emoção⁴, sentir uma emoção e tomar conhecimento de que se sente essa emoção. Damásio (2000) parte da problemática da

⁴ As emoções podem ser **primárias**: alegria, tristeza, medo, raiva, surpresa, repugnância; **secundárias ou sociais**: embaraço, ciúme, culpa, orgulho; **de fundo**: bem-estar ou mal-estar, calma ou tensão. As emoções também são impulsos, motivações, dor, prazer. Possuem mecanismos cerebrais inatos e representações culturais, assim como reações químicas neurais; são reguladoras e desempenham o papel de conservar a vida (DAMÁSIO, 2000).

consciência, ou seja, de como o filme no cérebro é gerado e como o cérebro gera o senso de que existe alguém que é proprietário e observador desse filme. O autor também apresenta o conceito de *self* como sendo o sentido de si mesmo em relação ao objeto (pessoa, lugar, melodia, gosto, dor, êxtase) e expõe três tipos de *self*, a saber: 1) *protoself*: é conectado à temporalidade e representa o estado do organismo momento a momento; está em nível inconsciente, é instintivo e tem caráter de sobrevivência; 2) *self* central: está ligado ao objeto, é protagonista da consciência, depende do *protoself*; 3) *self* autobiográfico: está baseado na memória autobiográfica, que implica muitos instantes e experiências individuais do passado e futuro antecipado. O neurocientista afirma que possuir um sentido do *self* é necessário para o conhecimento de si e de tudo o que vem a ser conhecido.

Damásio (2000) explica que o início da consciência ocorre quando os mecanismos de representação do organismo exibem um tipo específico de conhecimento sem palavras – o conhecimento de que o próprio estado do organismo foi alterado por um objeto (visceral, auditivo, tátil, visual). Organismos que não geram a consciência central produzem imagens visuais, táteis, auditivas, viscerais, mas não chegam a conhecer o que produziram. Criaturas não humanas podem exibir emoções, formando representações que denominamos sentimentos, porém sem saber que fazem isso, em outras palavras, possuem sentimentos não conscientes. Deve haver consciência para que os sentimentos influenciem o indivíduo que sente, além do aqui e agora.

Damásio ainda explica que ocorrem três estágios de processamento que formam um *continuum*: 1) um estado de emoção, que pode ser desencadeado e executado inconscientemente; 2) um estado de sentimento, que pode ser representado inconscientemente; e 3) um estado de sentimento tornado consciente, ou seja, que é conhecido pelo organismo que está tendo a emoção, a qual é definida por esse conjunto de reações bioquímicas no organismo e pelo sentimento que se caracteriza pela transformação em imagens mentais destas respectivas reações.

Sabendo-se que os mecanismos sensoriais eliciam emoções, assim como pensamentos sobre objetos, é possível afirmar que ocorre uma variação entre indivíduos e entre culturas. O desenvolvimento e a cultura moldam o indutor da emoção, alguns aspectos da expressão, a cognição e o comportamento decorrentes. A razão pode controlar as emoções, contudo seu poder é modesto. As emoções também podem ser produzidas indiretamente e, por vezes, têm um resultado negativo a ponto de bloquear uma emoção presente. Por exemplo, ao se estar na presença de algo que causa alegria, mas cuja aproximação ao objeto é impedida, surge a raiva decorrente dessa frustração (DAMÁSIO, 2000).

Estruturas cerebrais são acionadas mais predominantemente quando a pessoa está vivenciando uma situação emocional. As áreas afetadas são diferentes de uma emoção para outra. Sabe-se também que hormônios, neurotransmissores e drogas alteram o estado de humor. Muito embora as emoções possam ser medidas por manifestações do sistema nervoso autônomo, como dilatação de pupilas, rubor, alteração nos batimentos cardíacos e pressão sanguínea, a sobreposição nessa atividade impossibilita a distinção entre as emoções com base unicamente em respostas autonômicas (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 328).

Segundo Gazzaniga e Heatherton (2005), os estudos sobre a base neurofisiológica da emoção apontaram que atividades cerebrais no hemisfério esquerdo estão relacionadas a emoções positivas e que as atividades cerebrais no hemisfério direito dizem respeito a emoções negativas. Atribui-se à amígdala a função de processar o significado emocional dos estímulos e gerar reações emocionais e comportamentais imediatas, assim como a de decifrar o significado de expressões faciais, fazendo com que esta tenha importante papel nos julgamentos interpessoais.

Larry Cahill (apud GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005) expõe que eventos com alto teor de emoção são mais propensos a serem armazenados na memória a longo prazo. Isso ocorre devido à interação entre hormônios estressores liberados no momento emocional e à amígdala. Lesões na amígdala proporcionam déficits sociais. Esses déficits também são evidentes em pessoas que possuem lesões no **córtex orbitofrontal** (essa área é responsável pela avaliação do valor de recompensa das situações e objetos e também está envolvida no processamento de deixas emocionais, de forma especial as relacionadas a interações interpessoais). Pessoas com lesão no córtex orbitofrontal também podem apresentar comportamentos agressivos e violentos, ou seja, um tipo de dificuldade para controlar as emoções (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005).

A **consciência** possibilita o desenvolvimento de propriedades humanas admiráveis, no entanto, não se configura como tais propriedades (moral, honra, misericórdia, generosidade, altruísmo, poesia, ciência, matemática, invenção técnica). Também são atributos da consciência a torpeza moral, a angústia existencial e a falta de criatividade. A consciência central está acima de capacidades como ação, emoção e representação sensorial, mas não está distante. A emoção não se tornou melhor nos seres humanos; o que mudou foi a noção do papel que as emoções desempenham na vida humana, ou seja, o que faz diferença é a memória, a linguagem e a inteligência, e não a emoção em si (DAMÁSIO, 2000).

Damásio (2000) ainda descreve que o nascimento da consciência central se efetiva quando ocorre a construção de um relato (sem palavras, com começo, meio e

fim) sobre o que acontece no organismo quando ele interage com um objeto. Ocorre consciência quando o organismo constrói e exhibe um tipo de conhecimento sem palavras: os mecanismos cerebrais de representação geram um relato, em forma de imagem (não verbal), de como o estado do organismo é afetado pelo processamento de um objeto pelo organismo, e quando esse processo realça a imagem do objeto causativo, em um contexto espacial e temporal, ocorre um sentimento a respeito da relação com o objeto.

De acordo com Barreiros (2008), a busca por prazer, no sentido de manter a homeostase, é inerente à condição humana. A ausência de prazer gera sofrimento corporal, decorrente da constrição do corpo no intuito de lutar contra o sofrimento ou fugir. A tensão prolongada de determinada área corporal gera perda de sua função e consequente inconsciência quanto ao sofrimento localizado, o que é denominado de amnésia local sensoriomotora. Para tanto, sugere-se um reconhecimento corporal da região em desgaste por meio de um trabalho terapêutico profundo que considere a percepção estática e seu componente psicoemocional e, na sequência, a percepção dinâmica, onde a função é reintegrada para ser mantida.

3 INTEGRALIDADE HUMANA, PRAZER E SOFRIMENTO PROFISSIONAL

Diante dos avanços científicos aqui discutidos, fica evidente que a complexidade humana apresenta muitos aspectos a serem considerados, para além da dimensão racional, inclusive em seu ambiente profissional. No entanto, mesmo considerando esta percepção engenhosa de integralidade, o estado social atual denuncia, de acordo com Lipovetsky e Sebastien (2004), uma vivência de tempos hipermodernos. Esse fenômeno, segundo os autores, coloca a sociedade contemporânea imersa num paradoxo entre a cultura do excesso, caracterizada por uma contínua busca de estar superando constantemente as modas vigentes, e o elogio à moderação, que consiste em valorizar a saúde, a prevenção, o equilíbrio e o retorno da moral ou das religiões orientais.

Pontuando essa reflexão dos autores, para uma análise do homem inserido em tempos hipermodernos, considera-se que tanto sob a ótica organizacional na atribuição do gestor quanto na atitude do profissional gerido evidencia-se a constante competitividade por alcance de metas e a percepção de que o tempo está constantemente escasso. Além disso, evidencia-se a queda dos vínculos e a constante necessidade de eficiência (LIPOVETSKY; SEBASTIAN, 2004). Nesse contexto, o paradoxo supracitado está manifesto em diferentes níveis na atuação de cada profissional.

De acordo com Camargo (1999), a integralidade humana consiste na consideração de todas as dimensões do homem. Essa perspectiva possibilita uma ação humana plena

e significativa quando se propõe a romper com negligências dos respectivos aspectos, avaliando sua necessidade em cada ponto e mantendo sua relação e equilíbrio. O autor apresenta as seguintes dimensões a serem consideradas: corporal, intelectual, volitiva, emocional, espiritual, de gênero, sexual, social, cósmica, histórica, da liberdade, da estética, axiológica, política, teorizante e prática. Esses aspectos não esgotam o ser humano. Todos se inter-relacionam e são vivenciados de forma pessoal por cada sujeito, em todo contexto em que este esteja inserido; além disso, essas dimensões fornecem uma base como ponto de partida para pensar a existência humana.

Considerando essa realidade de homem contemporâneo, Dejours, Abdoucheli e Jayet (2012) explicam que da relação deste homem com o trabalho surgem três fatos: 1) o homem não é um motor; 2) o homem não é uma máquina, mas possui uma história que gera sentimentos que o tornam único; 3) os trabalhadores possuem vias de descargas preferenciais e singulares. Sendo assim, o trabalhador deve realizar tarefas que proporcionem uma “canalização apropriada da sua energia psíquica”, ou seja, diferentemente da sobrecarga física que conduz ao adoecimento do corpo, quando se trata de carga psíquica, a problemática permeia o estado de subemprego do sujeito no que diz respeito às aptidões psíquicas, fantasmáticas (criatividade) ou psicomotoras, retendo a energia pulsional e gerando uma carga psíquica de trabalho. O que proporcionará a descarga psíquica ao sujeito é a satisfação com seu trabalho, que, dessa forma, torna-se equilibrante, diferentemente da carga sem canalização apropriada da energia psíquica, que se tornará fatigante.

Os autores defendem a ideia de que a flexibilidade da organização do trabalho, apoderando o trabalhador quanto ao modo de operar seu ofício, favorece o equilíbrio no trabalho. Se essa conduta não for possível, faz-se necessário:

[...] uma reorientação profissional que leve em conta as aptidões do trabalhador a necessidades de sua economia psicossomática, não de certas aptidões somente, mas de todas, se possível, pois o pleno emprego das aptidões psicomotoras, psicossensoriais e psíquicas parece ser uma condição de prazer no trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2012).

Consideram-se como condições de trabalho, segundo Dejours, Abdoucheli e Jayet (2012), os aspectos físicos, mecânicos, químicos e biológicos do posto de trabalho. As pressões referentes às condições de trabalho, ocasionam desgaste, envelhecimento e doenças somáticas, ou seja, essas condições atuam em nível corporal. Inversamente a este mecanismo de adoecimento, caracteriza-se por organização do trabalho a divisão de tarefas entre os operadores, repartição, cadência, enfim, ao modo operatório prescrito; por outro lado, a divisão de homens se dá pela repartição das responsabilidades, hierarquia, comando, controle etc.

De acordo com Barreiros (2008), todo organismo diante de uma situação de perigo eminente ou de qualquer estímulo eliciador de ansiedade prepara-se com hormônios específicos para a luta ou para a fuga. No entanto, a exposição prolongada a esses componentes produzem o adoecimento do sujeito, gerando sintomas como: cefaleia tensional, enxaqueca vascular, aumento da pressão arterial, dores gástricas, respiração superficial, alterações intestinais, palpitações, tremores, sudorese excessiva, extremidades frias, boca seca, aumento da micção, pele oleosa, fadiga crônica, dores musculoesqueléticas, bruxismo, angústia cardíaca, tonturas, náuseas, vômitos, dermatites e broncoespasmo. A persistência no contexto pode favorecer a evolução dos sintomas para enfermidades como a depressão, realizando alterações morfológicas na massa cinzenta, diminuindo a plasticidade cerebral e gerando perda do raciocínio lógico e concentração.

O corpo humano está em constantes transformações celulares, sistêmicas, de órgãos e tecidos, o que define esse organismo como somatodinâmico. Da mesma forma, a saúde também se apresenta como um processo dinâmico, mais especificamente como uma conquista. Essa consciência de si possibilita um segundo passo, caracterizado como harmonização ou reequilibração interna, que subseqüentemente sugere uma harmonia com a natureza e o cotidiano, seguida de uma consciência quanto à responsabilidade pessoal frente à própria vida, ao contexto e às relações em que se está inserido (BARREIROS, 2008).

Nesse viés, cabe aqui certificar-se sobre a concepção de tomada de consciência. Barreiros (2008) cita as áreas da consciência didaticamente como: corporal, sexual, afetiva, emocional, criativa, lógica e espiritual, considerando que o sujeito pode apresentar uma consciência suprimida ou deficitária em determinado aspecto, porém em outro estar consciente. A consciência é caracterizada por um reconhecimento de algo dentro de um contexto, sabendo-se que o grau de consciência e a visão pessoal do ser humano estão associados à sua experiência e ao sistema de crença que proporcionam três vertentes: o esquema corporal, a imagem psicológica e o modelo de mundo (BARREIROS, 2008).

No decorrer do desenvolvimento dessas vertentes, por consequências de traumas infantis, repressões e agressões, pode-se configurar uma separação psíquica entre consciência mental e corporal, o que denota um indivíduo totalmente emocional (que não domina suas emoções, e sim deixa-se dominar por elas) ou totalmente mental (que vive apenas no intelecto e rompe com os sentimentos). Somente a integração entre corpo e mente proporcionará felicidade, pois o corpo produz prazer e desprazer físico, enquanto a mente produz prazer e desprazer psíquico. Além disso, esse movimento é satisfatório para o organismo (BARREIROS, 2008).

A técnica do reequilíbrio somatoemocional visa eliminar tensões de qualquer natureza, bloqueios físicos, sofrimentos e inibições, com base na tonicidade corporal almejando a reestrutura integral do ser humano. O método propõe eliminar dores crônicas, ansiedade e estresse, acompanhados ou não de emoções perturbadoras.

São utilizadas inúmeras técnicas sensoriais e somatoperceptivas de reeducação corporal para que o paciente perceba o que foi vivenciado, refletindo e interagindo com as informações provenientes do corpo e contextualizando-as com seu cotidiano, bem como com seus planos e sonhos para o futuro (BARREIROS, 2008. p. 19).

Portanto, constata-se a necessidade humana de se autoperceber por meio da identificação de suas emoções, pensamentos e sentimentos, assim como é importante nomeá-los, integrá-los e relacioná-los a seu cotidiano. Esse processo possibilita prováveis modificações em condições adoecedoras.

A intervenção visando o reequilíbrio somatoemocional facilitará a tomada de decisão do sujeito, motivando atitudes frente à busca por saúde integral a nível biológico, mental e social. Cabe ainda considerar que o processo sensoperceptivo efetivo proporcionará a prevenção para comorbidades a doenças já instaladas decorrentes do desequilíbrio somatoemocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e análise da obra *O mistério da consciência*, de Antônio Damásio (2000), corroborou para reflexões e críticas quanto ao papel da emoção no ser humano, assim como sua fundamental importância no funcionamento psíquico. Foi possível conhecer as bases neurais que possibilitam ter uma emoção, sentir a emoção e tomar conhecimento sobre o que se está sentindo.

No que tange a sensorialidade, o desenvolvimento das leituras proporcionou um amplo aprofundamento no trajeto somatossensorial, permitindo o reconhecimento da importância dos sentidos, assim como da percepção na configuração corpo e mente. Da mesma forma, ampliou-se o conhecimento frente aos aspectos do ser humano e sua integralidade.

Os teóricos da Psicologia do Trabalho possibilitaram as reflexões referentes aos aspectos emocionais na dimensão prazer e sofrimento na atuação profissional.

Compreende-se que a emoção está presente em toda ação humana: esteja o ser humano ciente ou não do que está sentindo, a emoção está atuante e influenciando sua atividade. Não é possível, portanto, no que diz respeito à atuação profissional, desconsiderar os aspectos emocionais que emergem dessa atividade e tampouco racionalizar a emoção a fim de ordená-la. Entretanto, faz-se necessário perceber-se, considerar-se e autoanalisar-se diante dos fenômenos sensoriais, organizacionais, relacionais e da atividade profissional que desencadeiam tais movimentos. Essa atitude, de acordo com Barreiros (2008), na técnica do Reequilíbrio Somatoemocional, produz a união entre corpo (somato), mente e emoção.

O foco na produção e lucro no decorrer das respectivas mudanças tecnológicas, culturais e sociais estão mantendo a sociedade na busca do aumento de capital, retirando a possibilidade deste ser humano se autoperceber e se conhecer em profundidade no que tange os inúmeros aspectos de sua atuação no mundo.

Essa postura, conduzida não só no mundo corporativo, mas também adotada como perfil pessoal de vida do homem hipermoderno, evidencia a necessidade de equilíbrio, pois, diante da urgência de corresponder aos apelos midiáticos de consumo e parâmetros sociais, o sujeito tem desconsiderado suas necessidades, justamente por não se autoperceber – o que tem proporcionado sintomas negligenciados e protelados que se tornam consequentes complicadores em sua qualidade de vida.

Desta forma, está evidente no mundo do trabalho a manifestação de doenças responsabilizadas como decorrentes da atuação profissional. Pode-se considerar que o mundo corporativo tem sido permeado de sintomas que estão apontando para uma provável disfunção, o que indicará uma necessidade de intervenção, como também de prevenção. Nesse contexto, a técnica do Reequilíbrio Somatoemocional advém com a possibilidade de reestabelecer o indivíduo e encaminhá-lo em suas funções cotidianas com uma nova consciência de si, promovendo a redução de automatismos e ampliando a sensopercepção.

REFERÊNCIAS

- BARREIROS, C. A. **Reequilíbrio somatoemocional (RSE):** bases teóricas para os tratamentos corporais, psicoemocionais e novos paradigmas. São Paulo: Andreoli, 2008.
- CAMARGO, M. **Fundamentos de ética geral e profissional.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes:** emoção, razão e o cérebro humano. Trad. Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **O mistério da consciência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. Trad. de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 1992.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho:** contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Coord. Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Atlas, 2012.
- EYZAGUIRRE, C.; FIDONE, S. J. **Fisiologia do sistema nervoso.** 2. ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1977.
- FARIA, A. C. S. de. **A relação corpo-mente na etiologia da histeria:** escritos de 1886-1896. 2001, 112 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Curitiba, 2011.
- GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. **Ciência Psicológica:** mente, cérebro e comportamento. 2. imp. rev. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LIPOVETSKY, G.; SEBASTIAN, C. **Os tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004.
- MACHADO, A. **Neuroanatomia funcional.** 2. ed. Curitiba: Atheneu, 1993.
- TOMITA, R. Y. **Atlas compacto do corpo humano.** São Paulo: Rideel, 1999.

ECOFILOSOFIA EMPRESARIAL (ECOFE): ANALISANDO INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Maria Augusta Dias Peixoto¹

Léo Peruzzo²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar indicadores de Sustentabilidade e Responsabilidade Social no ambiente econômico, de forma a mapear o gerenciamento do ambiente empresarial. Tal processo, designado pelos autores como Ecofilosofia Empresarial, procura fortalecer a conscientização e a fiscalização na esfera de negócios, de forma a demonstrar a urgência por um novo modelo de desenvolvimento econômico que valorize recursos humanos e ambientais de forma harmônica. Nesse contexto, considera-se crucial a regulamentação e a fiscalização de práticas empresariais, seja por meio de certificações ou de indicadores. Desse modo, a sustentação empírica e estatística do artigo é abordada a partir da aplicação do questionário Ecofilosofia Empresarial (ECOFE). Essa ferramenta consiste em 25 variáveis econômicas. As variáveis pretendem mensurar, de forma qualitativa, o nível de sustentabilidade e de responsabilidade social das práticas desenvolvidas por 50 empresas de Curitiba e região metropolitana. A partir dos dados coletados, realizou-se uma tratativa estatística através de uma análise de agrupamento (*Cluster Analysis*). É nesse momento que é formulada a resposta referente à questão máxima proposta por este artigo: Como avaliar os indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social através da ferramenta ECOFE? Por meio das diversas inferências produzidas pelas variáveis em questão, conclui-se que há, de fato, superficialidade e discordância no que tange o comprometimento sustentável e ético da amostra avaliada. Porém, ao serem analisadas subamostras a partir do número de funcionários das empresas, pôde-se perceber que dentre as unidades avaliadas, as de maior número de funcionários apresentaram não só maior engajamento, como também maior uniformidade sobre as variáveis em questão. Percebida essa heterogeneidade entre empresas de tamanhos diferentes, concluiu-se que uma análise segundo o porte das empresas avaliadas consiste na melhor maneira de analisar os indicadores expostos pela ferramenta ECOFE. Finalmente, o artigo tem como desfecho enfatizar qual o caráter máximo por trás dos aspectos voltados à sustentabilidade e à responsabilidade social. Por meio da apresentação de certos obstáculos para a implementação da Ecofilosofia na esfera empresarial, é reconhecida a prioridade dos desafios sociais e subjetivos sobre os práticos e materiais. Desse modo, conclui-se que a execução desse processo depende diretamente do comprometimento de seus principais componentes: os seres humanos.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Responsabilidade Social Corporativa. Sistema Econômico. Análise de Agrupamento. Esfera Empresarial.

¹ Aluna do 5º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). E-mail: guta_peixoto@hotmail.com

² Doutor em Filosofia pela UFSC. Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: leo.junior@fae.edu

INTRODUÇÃO

Na tentativa de evidenciar a necessidade pela revisão do processo produtivo atual, este artigo tem como finalidade máxima desenvolver e implantar a Ecofilosofia Empresarial por meio da análise de **indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social**. Essa expressão foi aqui adotada com o intuito de evidenciar o processo de conscientização que é prezado e demonstrado ao longo do desenvolvimento do artigo. Desse modo, pretende-se encontrar “uma nova maneira de compreender as questões que envolvem todas as relações humanas, inclusive – e especialmente – no universo empresarial” (GRAJEW, 2000, p. 39), de forma que o modelo de desenvolvimento atual passe a priorizar todas as partes do sistema econômico de forma igual e harmônica, em longo prazo.

Para tal feito, é imprescindível a criação e a difusão de mecanismos formais que regulem e padronizem as práticas socioambientais de cada unidade empresarial. Assim, este artigo pretende aplicar o questionário ECOFE de modo a mensurar, de maneira limitada, o nível de sustentabilidade e responsabilidade social no âmbito corporativo atual de Curitiba e região metropolitana. O ECOFE, ferramenta própria desenvolvida pelo artigo anterior, é composto por 25 variáveis que viabilizam a compreensão do processo econômico de cada empresa avaliada, de forma a incentivar uma ordem de autoconhecimento e conscientização da esfera organizacional por meio da regulamentação e da fiscalização das práticas de cada unidade empresarial. A aplicação desse instrumento propicia a difusão da Ecofilosofia sobre a realidade empresarial atual.

Por meio de uma verificação empírica e estatística, segundo as variáveis apresentadas no questionário, deseja-se sanar a pergunta incorporada aos propósitos aqui expostos: “Como avaliar os indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social através da ferramenta ECOFE?”. Para tanto, foi produzida uma série de inferências que pretendem demonstrar e analisar questões referentes ao engajamento social e ambiental da esfera empresarial. Tais inferências têm conotação simbólica, visto que são limitadas a análise dos dados coletados pelo levantamento de campo realizado.

1 METODOLOGIA

O artigo consiste em uma pesquisa exploratória que tem como intuito mensurar, de forma restrita, o grau de sustentabilidade e responsabilidade social do âmbito organizacional. Para isso, o percurso metodológico é composto por dois momentos distintos.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de desenvolver e aprofundar preceitos essenciais para o melhor entendimento e integração das

variáveis consideradas. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar que o roteiro por trás dessa fundamentação tinha como foco o desenvolvimento das questões propostas num contexto histórico e da aplicação desses preceitos na atualidade. A análise do conteúdo foi feita a fim de incorporar e assimilar fatos de forma a facilitar a análise dos dados que seriam coletados num momento subsequente da pesquisa.

Como explicitado anteriormente, um dos objetivos previstos apresenta conotação empírica. Por essa razão, num segundo momento, foi realizado um levantamento de campo, no qual foi utilizado como instrumento de pesquisa o questionário ECOFE. Nesse ponto, é importante ressaltar que a criação do questionário faz parte do objetivo do artigo antecessor; cabendo, portanto, ao presente projeto, apenas a aplicação.

Assim, através da plataforma eletrônica (*e-mails* e Google Forms), o questionário foi aplicado em 50 empresas de Curitiba e região metropolitana, de setores e portes diversos. Vale observar aqui que os respondentes foram escolhidos de forma aleatória, compondo uma amostra com empresas de diferentes setores e portes, sem padrão, nem razão entre a contagem dos grupos que essas empresas compõem.

Por mais que pudessem responder em anonimato, as empresas deveriam, obrigatoriamente, explicitar seu porte e seu setor econômico atuante (critérios traçados para descrição das empresas). Os setores econômicos são os mesmos adotados pela Bovespa enquanto o porte da empresa consistia na escolha entre as opções: faturamento anual (segundo o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ou número de funcionários (segundo o AECIC – Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba).

Um dos objetivos da pesquisa é analisar a resolução das variáveis propostas pelo questionário segundo uma abordagem estatística. Porém, percebeu-se que o instrumento utilizado (questionário ECOFE) dificulta a resolução de um tratamento estatístico. Portanto, por tratar de perguntas dicotômicas, pode-se afirmar que o uso do questionário resulta numa abordagem qualiquantitativa.

Desse modo, foi utilizada uma técnica de estatística multivariada denominada análise de agrupamento, a qual foi viabilizada através do *software* MATLAB. O método de medida de similaridade escolhido foi o coeficiente de correlação de Pearson. A análise tem como finalidade principal traçar padrões de resposta, agrupando empresas que apresentem comportamento semelhante. A representação desses agrupamentos consiste nos dendrogramas. Dessa forma, representam conjuntos de empresas que possuem semelhança em relação às variáveis questionadas. A distância, que consiste na grandeza referente ao eixo vertical do dendrograma, representa o grau numérico de similaridade

entre os elementos apresentados; assim, na medida em que a distância diminui, a similaridade é maximizada. O corte multivariado na distância selecionada consiste num aspecto essencial à análise, já que é a partir dele que se estabelece a contagem de grupos compostos. Vale observar que esse elemento consiste num fator arbitrário e que a distância selecionada para tal foi 2 (considerado aqui intuitivamente como um valor médio). No eixo horizontal, o dendrograma apresenta as empresas avaliadas, sendo que cada uma tem sua respectiva numeração segundo a tabulação dos dados, conforme as três tabelas a seguir.

TABELA 1 – Numeração das empresas representadas no gráfico 2 continua

Num.	Nome da Empresa	Número de funcionários
1	-	Média-grande: > 500
2	HSBC Brasil	Média-grande: > 500
3	-	Média-grande: > 500
4	PUC BR	Média-grande: > 500
5	-	Média-grande: > 500
6	Itaú Unibanco AS	Média-grande: > 500
7	Ivaí Engenharia de Obras	Média-grande: > 500
8	-	Média-grande: > 500
9	Ambev	Média-grande: > 500
10	Brasil Kirin	Média-grande: > 500
11	Bradesco	Média-grande: > 500
12	Grupo Boticário	Média-grande: > 500
13	BRF Brasil	Média-grande: > 500
14	-	Média-grande: > 500
15	PSX Comércio e Indústria	Micro: < 50
16	Bruson	Micro: < 50
17	Touro Investimentos	Micro: < 50
18	-	Micro: < 50
19	NPAA	Micro: < 50
20	STB	Micro: < 50
21	Perffecta	Micro: < 50
22	Arquitetare	Micro: < 50
23	HC	Micro: < 50
24	Ibérica	Micro: < 50
25	-	Micro: < 50

TABELA 1 – Numeração das empresas representadas no gráfico 2

conclusão

Num.	Nome da Empresa	Número de funcionários
26	ISA	Micro: <50
27	-	Micro: <50
28	-	Micro: <50
29	JL Santos	Micro: <50
30	Belmar	Micro: <50
31	Cerro Azul	Micro: <50
32	Fiel	Micro: <50
33	Expansão	Micro: <50
34	GM Mattioli	Micro: <50
35	Elétrolar	Micro: <50
36	Ganassolli Straube	Micro: <50
37	Geralux	Micro: <50
38	LC Bairro	Micro: <50
39	WK Eletrica	Micro: <50
40	Zanin	Micro: <50
41	Reymaster	Micro: <50
42	Master Ambiental	Micro: <50
43	Central das Lareiras	Micro: <50
44	Studio Carrara Ltda	Micro: <50
45	Consult. Odont. Regattieri	Micro: <50
46	-	Pequena: >51<300
47	Transportadora Suíça SA	Pequena: >51<300
48	B N Securitizadora AS	Pequena: >51<300
49	Euromax Mármore Ltda	Pequena: >51<300
50	DW	Pequena: >51<300

FONTE: Os autores (2015)

TABELA 2 – Numeração das empresas representadas no gráfico 3

Num.	Nome da Empresa	Número de funcionários
1	-	Média-grande: > 500
2	HSBC Brasil	Média-grande: > 500
3	-	Média-grande: > 500
4	PUC BR	Média-grande: > 500
5	-	Média-grande: > 500
6	Itaú Unibanco AS	Média-grande: > 500
7	Ivaí Engenharia de Obras	Média-grande: > 500
8	-	Média-grande: > 500
9	Ambev	Média-grande: > 500
10	Brasil Kirin	Média-grande: > 500
11	Bradesco	Média-grande: > 500
12	Grupo Boticário	Média-grande: > 500
13	BRF Brasil	Média-grande: > 500
14	-	Média-grande: > 500

FONTE: Os autores (2015)

TABELA 3 - Numeração das empresas representadas no gráfico 4 continua

Num.	Nome da Empresa	Número de funcionários
1	PSX Comércio e Indústria	Micro: < 50
2	Bruson	Micro: < 50
3	Touro Investimentos	Micro: < 50
4	-	Micro: < 50
5	NPAA	Micro: < 50
6	STB	Micro: < 50
7	Perffecta	Micro: < 50
8	Arquitetare	Micro: < 50
9	HC	Micro: < 50
10	Iberica	Micro: < 50
11	-	Micro: < 50
12	ISA	Micro: < 50
13	-	Micro: < 50
14	-	Micro: < 50

TABELA 3 - Numeração das empresas representadas no gráfico 4 conclusão

Num.	Nome da Empresa	Número de funcionários
15	JL Santos	Micro: <50
16	Belmar	Micro: <50
17	Cerro Azul	Micro: <50
18	Fiel	Micro: <50
19	Expansão	Micro: <50
20	GM Mattioli	Micro: <50
21	Elétrolar	Micro: <50
22	Ganassolli Straube	Micro: <50
23	Geralux	Micro: <50
24	LC Bairro	Micro: <50
25	WK Eletrica	Micro: <50
26	Zanin	Micro: <50
27	Reymaster	Micro: <50
28	Master Ambiental	Micro: <50
29	Central das Lareiras	Micro: <50
30	Studio Carrara Ltda	Micro: <50
31	Consult. Odont. Regattieri	Micro: <50
32	-	Pequena: >51<300
33	Transportadora Suíça SA	Pequena: >51<300
34	B N Securitizadora AS	Pequena: >51<300
35	Euromax Mármore Ltda	Pequena: >51<300
36	DW	Pequena: >51<300

FONTE: Os autores (2015)

Num primeiro momento, foram analisadas as 50 empresas sob uma perspectiva geral. Os resultados foram inconclusivos e, com a finalidade de se realizar uma averiguação mais apurada, foram extraídos subgrupos de amostras. Por meio da verificação desses subgrupos e da avaliação da amostra total, foram produzidas inferências variadas sobre o engajamento da esfera organizacional nos âmbitos voltados às questões apuradas pelo artigo desenvolvido.

Vale observar que, uma vez que 94% dos respondentes optaram por descrever suas organizações a partir do número de funcionários, o critério utilizado para a formação

desses subgrupos foi a quantidade de funcionários de cada empresa participante. Tal critério é utilizado pelo fato de representar, de forma generalizada, o funcionamento da esfera empresarial, já que se pode supor que na medida em que o número de funcionários aumenta, o porte da empresa também se torna maior. Os outros 6% que definiram as empresas a partir do faturamento tiveram seus dados convertidos.

Assim, com a formulação dos subgrupos, procurou-se observar e verificar a disparidade entre o envolvimento de empresas de tamanhos diversos. Para reafirmar essa disparidade, também é utilizada como ferramenta de análise a comparação das funções cofenéticas referentes aos dendrogramas analisados. Esse coeficiente tem a finalidade de indicar, numericamente, qual método melhor se adéqua à situação observada, mensurando a qualidade do agrupamento e identificando o nível de distorção.

O processo proposto estabelece a organização e o desenvolvimento prático do objetivo social e filosófico por trás deste artigo: a consolidação de um mecanismo de conscientização que tem como base a aplicação da Ecofilosofia empresarial. O percurso metodológico aqui exposto é de extrema importância, pois fundamenta a verificação empírica e estatística de questões essenciais ao entendimento da realidade das variáveis apresentadas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ECOFILOSOFIA EMPRESARIAL

O progresso tecnológico, advindo das últimas décadas, tem resultado em inúmeros benefícios à sociedade em geral. Porém, ao mesmo tempo, simboliza um tempo de desregulamentação e informalidade. Valores, como ética e transparência, são constantemente desprezados, culminando em práticas não condizentes com a sobrevivência, o bem-estar e a harmonia dos seres humanos. A degradação da grande maioria dos ecossistemas despreza a escassez dos recursos naturais, desconsiderando a importância destes em todos os processos, sejam humanos ou empresariais. A obsolescência planejada e a velocidade de lançamento de produtos, em geral, arrematam esse contexto, culminando num tempo marcado pela descartabilidade e pelo imediatismo. Nesse contexto, por mais que recente e tímida, a conduta sustentável e responsável socialmente vem ganhando espaço nas esferas cultural, profissional e acadêmica.

Por um lado, os efeitos da globalização e o modelo econômico vigente no país têm contribuído para o agravamento da situação social. Por outro, começa-se a ter consciência de que os resultados econômicos não podem ser buscados a qualquer custo e tampouco devem ser analisados isoladamente, sem considerar o bem-estar do ser humano [...] (INSTITUTO ETHOS, 1999, p. 11)

Por mais gradativa que seja, a difusão de tais conceitos representa a urgência pela aceleração da conscientização de que “os negócios devem acontecer e ser entendidos dentro de um todo” (FREDERICK, 1998 apud ASHLEY, 2005, p. 51). Esse movimento fundamenta-se num processo evolutivo que reconhece a necessidade pelo melhoramento das práticas empresariais atuais. Deve-se perceber a interdependência de todas as partes do sistema, de forma a difundir um senso de comunidade e respeito em todas as relações negócio – sociedade. É preciso procurar diretrizes que considerem, de forma igualitária, todos os *stakeholders* do sistema, ao invés de prevalecer-se o “submetimento da ética à economia” (BOFF, 2007).

Em um século dominado pela globalização, a competitividade gera constante dinamismo e instabilidade, e a necessidade de as empresas se renovarem e se sobressaírem é crescente. Desse modo, muitas vezes, práticas empresariais supostamente voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social são usadas como estratégias de marketing com intuito de, convenientemente, aperfeiçoar a imagem da empresa que representam.

Assim, além de os recursos aqui analisados não poderem ser facilmente mensurados, de forma quantitativa ou financeira, pode-se adicionar como fator de complicação de análise a dificuldade no discernir entre ações voltadas à autoproclamação daquelas de envolvimento substancial. Mecanismos como indicadores e códigos desenvolvidos de forma uniforme facilitam essa análise. Porém, “por abrigar as mais diferentes correntes e concepções ideológicas, metodológicas e de interesse”, tal movimento “vem sendo responsável pela formulação de consensos mínimos [...]” (SOUZA, 2000, p. 87). Tal ausência de políticas oficialmente padronizadas e documentadas que regulem a atividade empresarial nos âmbitos social, ambiental e cultural dificulta não somente a propagação de tais fundamentos, como também o reconhecimento das ações de verdadeiro impacto social.

Nesse contexto, este artigo procura contornar tal situação por meio do desenvolvimento e da aplicação da **Ecofilosofia empresarial**, que consiste num processo de conscientização padronizada. A conscientização padronizada é demonstrada, de forma empírica e sistemática, pela aplicação do questionário ECOFE e pela análise estatística dos dados subsequentes.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Segundo Eli da Veiga (2013, p. 15), os primeiros indícios históricos de preocupação com os campos social, cultural e ambiental podem ser percebidos em 1945 com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, foi somente durante a década de 1970 que essa discussão pelo melhoramento no modelo econômico foi efetivamente potencializada. Isso porque em 1972 ocorreu a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Essa Conferência centralizava seus esforços na degradação do meio ambiente e na redistribuição de renda referentes a países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O termo **desenvolvimento sustentável** foi utilizado pela primeira vez na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979. O *Relatório Brundtland*, também intitulado *Nosso Futuro Comum*, resultado da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), publicou oficialmente o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (SOUZA, 2000, p. 68).

Nesse contexto de disseminação de perspectivas a longo prazo, ocorre também o desenvolvimento do conceito de responsabilidade social e ética. Segundo Gomes e Moretti (2007, p. 161), o início desse processo ocorreu em meados de 1960, com a criação de variados comitês de ética no EUA. O tema, então, passou a atrair inúmeros pensadores, os quais desenvolveram essa nova postura sobre as relações corporativas. Em 1973, Keith Davis postulou a obrigação das empresas em medir seus efeitos sobre os ambientes onde operam, independentemente de regulamentações legais: “A responsabilidade social de uma empresa começa onde a lei termina” (DAVIS, 1973, p. 313 apud GOMES; MORETTI, 2007, p. 162). Peter Drucker (1999) também fortalece tais argumentos. Para ele, o poder precisa sempre ser equilibrado pela responsabilidade: “Qualquer governo, seja de uma empresa ou de uma nação, degenera para a mediocridade e o mau desempenho se não for claramente responsável perante alguém pelos resultados” (DRUCKER, 1999, p. 65).

Em 1992 ocorreu a Conferência do Rio, também chamada **Eco-92**. Essa Conferência representa o auge do progresso referente ao conceito de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2000). Por mais que tenha sido parcialmente criticada, pela falta de objetividade e pelo excesso de burocracia, essa declaração simboliza um ponto de partida para diversas outras diretrizes criadas e desenvolvidas no futuro.

O âmbito de responsabilidade social também tem a década de 1990 como marco importante em seu desenvolvimento. Em 1991, surgiu o modelo de Donna J. Wood, o qual afirmava que “uma configuração de princípios de responsabilidade social, processo de responsividade social e políticas têm que estar relacionada aos resultados da organização de negócios” (WOOD, 1991, p. 693 apud GOMES; MORETTI, 2007, p. 165). Dessa forma, a responsabilidade social corporativa gradualmente contornava a mentalidade da época, visto que esta avaliava a manutenção do lucro como o único dever das unidades empresariais. Assim, a responsabilidade social corporativa passou a ser descrita “como o relacionamento ético da empresa com todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados pela sua atuação (stakeholders), assim como o respeito ao meio ambiente e o investimento em ações sociais” (ORCHIS; YUNG; MORALES, 2002, p. 56).

A globalização dos conceitos explorados anteriormente resulta no surgimento e na participação de novas partes atuantes no processo econômico. Organizações não

governamentais (ONGs), consumidores verdes e empresas de consultoria ambiental e/ou auditoria social representam uma “nova ordem ambiental” que baseia-se “no equilíbrio das opções de transformação produtiva” (DIAS, 2009, p. 24). Ou seja, procura-se um posicionamento justo e igualitário perante todos *stakeholders*. Ao mesmo tempo, sistemas e códigos oficializam, num espectro mundial, normas que regulam com disciplina os impactos ambientais e sociais. Em 1993 foi desenvolvida a ISO 14.000 – uma série de normas que regulamentam a auditoria e a rotulagem ambiental (SOUZA, 2000, p. 409), culminando numa norma de gestão ambiental no processo produtivo. Ainda mais recentemente, em 2010, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu legalmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A lei engloba conceitos que priorizam a consciência sobre o destino final dos produtos fabricados, determinando práticas de logística reversa, como reutilização e reciclagem (MMA, 2015).

Políticas semelhantes às citadas anteriormente, as quais examinam as interações comerciais e econômicas de forma integral, estabelecem o surgimento de um novo panorama ao mercado e ao modelo produtivo: “Essas fórmulas preconizaram a redução do papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, ampliando e mudando a natureza do envolvimento das organizações privadas [...]” (ASHLEY, 2005, p. 68).

Ainda durante a Conferência do Rio em 1992, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) divulgou um documento voltado ativamente à temática da esfera empresarial. Esse documento, denominado *Mudando o rumo: uma perspectiva global do empresariado para o desenvolvimento e o meio ambiente*, afirmava que “o mundo se move em direção à desregulação, às iniciativas privadas e aos mercados globais. Isto exige que as empresas assumam maior responsabilidade social, econômica e ambiental ao definir seus papéis e ações” (DIAS, 2009, p. 37). A influência das unidades empresariais sobre todos os setores da sociedade era confirmada, identificando a dimensão e a relevância do engajamento desse segmento no processo de revisão e alteração do sistema econômico.

Nesse momento foi assegurado que a aceleração da conscientização social e ambiental dependeria da presença e do comprometimento da esfera de negócios. Estímulos referentes ao investimento em gestão ambiental eram gradativamente reforçados em um número crescente de empresas. Porém, foi também durante esse processo que as razões por trás dessa iniciação desvencilharam-se do caráter moral e tomaram conotação corporativa. Práticas empresariais, supostamente voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social, têm sido usadas como estratégias de marketing com intuito de convenientemente aperfeiçoar a imagem das empresas que representam. Lacy (2014) afirma que diversas empresas recorrentemente “incorporam práticas na comunicação e a na retórica, mas não na realidade diária do negócio; confundindo incremental com transformacional”. À medida que ações como essas são generalizadas, tais princípios são propalados de forma superficial por motivos puramente publicitários.

Independentemente dessa superficialidade, muitas vezes pontual, pode-se observar não só o fortalecimento da questão ambiental e social na filosofia empresarial, como também as vantagens financeiras consequentes desse envolvimento. North (1992 apud DONAIRE, 2009, p. 59) reafirma a existência desses benefícios materiais, classificando-os em **econômicos** e **estratégicos**. As decorrências econômicas consistem na economia de custos e no incremento de receitas resultantes da redução e da substituição de recursos utilizados no processo produtivo, na redução de penalidades, no aumento da demanda, entre outros efeitos voltados à situação financeira da empresa. Já as decorrências estratégicas compõem as melhorias na publicidade, na competitividade, e, também, nas relações internas e externas da empresa (órgãos governamentais, comunidade, funcionários). Dessa forma, pode-se afirmar que além de contribuir com a garantia da sobrevivência da raça humana a longo prazo, as práticas voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social fornecem às empresas engajadas um ambiente favorável ao aumento da lucratividade e da produtividade de suas operações. Sob o aspecto ecológico, tal atividade evita a formação de certos “passivos ambientais” (GARCIA, 2002, p. 61) que possivelmente podem comprometer suas respectivas situações financeiras. E sob o aspecto social, acentua-se a abordagem pela minimização do risco, que visa reduzir os custos econômicos e, sobretudo, humanos (GOMES; MORETTI, 2007, p. 52).

Segundo Donaire (2009, p. 91), a identificação da forma na qual a variável ecológica exerce influência na estratégia organizacional de uma empresa pode ser classificada segundo dois polos: antecipações e adaptações. As relativas à antecipação são espécies de prevenções que têm como objetivo impedir a possibilidade de reincidência de problemas já ocorridos no passado na própria empresa ou em sua matriz. Já as voltadas à adaptação estabelecem alterações imediatas, geralmente referentes a adequação de certificações ou a legislações pertencentes às esferas social e ambiental. Conforme exposto no questionário ECOFE (ver anexo), essa classificação também pode ser feita de acordo com a parcela do sistema econômico à qual a prática é destinada. Dessa forma, pode-se envolver elementos inerentes à empresa (como a governança corporativa, público interno, políticas ambientais e programas de sustentabilidade e responsabilidade social), como também exteriores a ela (fornecedores, consumidores, Estado e a sociedade em geral).

Independentemente da conotação da origem dessas práticas, o componente mais importante a ser buscado e considerado é o viés universal e intrínseco por trás dessas ações: o da melhoria da qualidade de vida. É primordial que a estratégia socioambiental das empresas garanta o desenvolvimento ético e sustentável em toda extensão de suas relações, de forma a identificar pontos a serem aperfeiçoados, contornar falhas e fazer prevalecer a eficiência; seja em seu ciclo operacional, econômico ou financeiro: “sem empresas orientadas para o ambiente, não poderá existir uma economia orientada para o ambiente – e sem esta última não se poderá esperar para a espécie humana uma vida com o mínimo de qualidade [...]” (WINTER, 1987 apud DONAIRE, 2009, p. 58).

No que se diz respeito ao estágio em que o Brasil se encontra sobre esse aspecto, Donaire (2009, p. 67) afirma:

[...] o que se pode observar junto as empresas industriais brasileiras é que a interiorização da questão ambiental é fruto, num primeiro momento, de influências externas, provenientes da legislação ambiental e das pressões exercidas pela comunidade nacional e internacional que resultaram como consequência em repercussões no nível interno das organizações.

Dessa forma, a posição da esfera empresarial brasileira, segundo o parâmetro social e sustentável global atual, ainda é bastante imatura e superficial. Sob essa mesma linha, Grajew (2000, p. 44) reconhece que “a situação em que vivemos nada mais é do que uma reprodução do comportamento das elites econômica e política”.

2.2 DESAFIOS REFERENTES À IMPLEMENTAÇÃO DA ECOFILOSOFIA EMPRESARIAL

O escritor Henry David Thoreau já previa a corrente situação de desregularização e negligência dos tempos atuais no século XIX. Segundo Bueno (2014, p. 11), “[Thoreau] anteviu os desatinos de um modelo desenvolvimentista que nunca quis levar em conta a preservação da natureza” e, além disso, “previu o advento de um consumismo viciante [...]”.

Em sua obra, datada em 1854, proferiu:

A nação em si, com todos os seus assim chamados melhoramentos internos – que diga-se de passagem, são todos externos e superficiais –, não passa de uma instituição desajeitada e desmedida, atulhada de mobília e tropeçando em suas próprias armadilhas, arruinada pelo luxo e pelas despesas imprudentes, pela ausência de previsão e de um objetivo meritório, como os milhões de lares país afora (THOREAU, 2014, p. 96).

Nesse mesmo contexto de “ausência de previsão e de um objetivo meritório”, o resultado empírico deste artigo, verificado pelo questionário (ECOFE), culmina na demarcação de certos impasses que comprometem a implementação da Ecofilosofia empresarial. Tal feito tem sua execução limitada, em especial, por dois desafios: um social e o outro prático.

Do lado prático, por meio do desenvolvimento da pesquisa de campo efetuada, observou-se que a grande maioria das empresas abordadas tratou a pesquisa com certa indiferença, ignorando o pedido de colaboração. Dentre as empresas em que o questionário foi efetivamente aplicado, apenas uma pequena parcela (em média 5/50 empresas) tinha alguma certificação, seja nacional ou internacional. Portanto, na realidade prática, pode-se estipular como desafio uma maximização na simplificação e na disponibilidade por indicadores voltados à sustentabilidade e à responsabilidade social, seja na esfera pública e/ou privada. Um dos fatores cogitados como sugestão para tal realização é um aumento na flexibilização desses indicativos e certificações, de modo que possam ser adaptados segundo o porte e a realidade financeira de cada empresa.

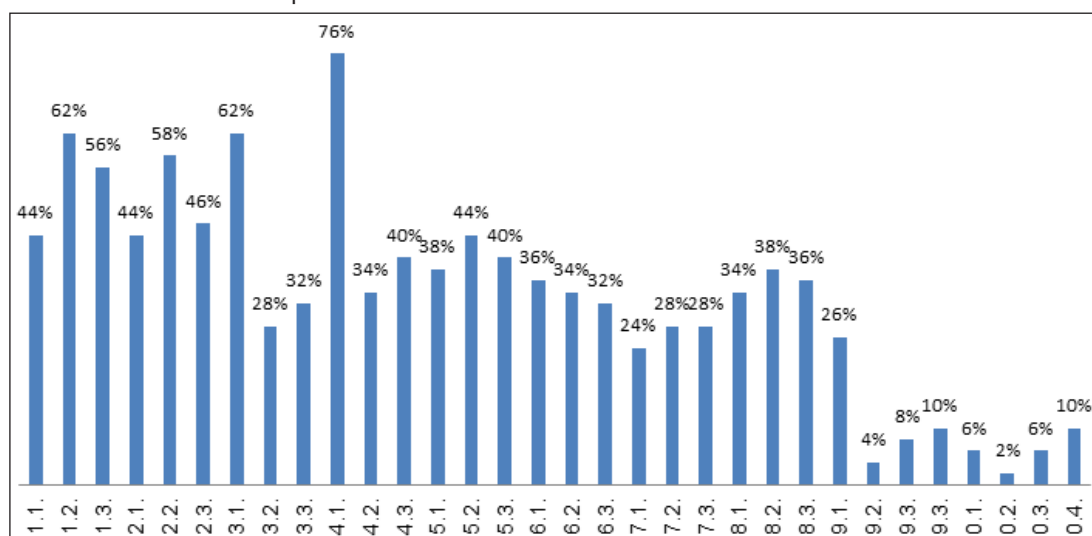
Por meio de suas obras, Thoreau indicava a ilusão por trás dos “avanços modernos” de hoje, afirmando que esses nem sempre representavam um “avanço positivo” (THOREAU, 2014, p. 60). Porém, ao mesmo tempo em que condenava as mazelas do desenvolvimento, o autor admitia o homem como elemento imprescindível para a alteração desse processo que só ocorreria por meio de uma elevação de propósitos. O autor afirmava que: “Não conheço fato mais animador do que a inquestionável faculdade humana de elevar sua existência por meio de um empenho consciente” (THOREAU, 2012, p. 49). Desse modo, infere-se que o autor atribuía ao homem a responsabilidade pelo melhoramento de sua vida, de sua sociedade e, até mesmo, de sua raça.

Nesse sentido, sobrepondo-se ao obstáculo prático, surge o desafio social. Considerando o ser humano como parte principal e intrínseca das unidades empresariais aqui analisadas, atribui-se ao movimento da sustentabilidade e da responsabilidade social um caráter preponderantemente humano. O processo de conscientização e de autoconhecimento, intitulado neste artigo como **Ecofilosofia empresarial**, ocorre em função da convicção e da participação de cada pessoa envolvida em sua respectiva unidade organizacional. Por isso, o desafio social por trás do fortalecimento da ética no viés ambiental e social é restrito à mudança comportamental de cada um desses indivíduos.

2.3 RESULTADOS DO LEVANTAMENTO DE CAMPO E DA ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente a amostra total foi averiguada sob uma perspectiva não estatística. Em média, verificou-se que apenas 40% das empresas avaliadas são comprometidas de alguma forma com as variáveis apresentadas. Esse número pode ser confirmado ao se avaliar, por exemplo, o desempenho das médias que representam a presença de programas de sustentabilidade e responsabilidade social (questões 8.1, 8.2 e 8.3 do Questionário ECOFE – ver anexo), as quais variam entre 34% a 38%. As médias referentes às Políticas Ambientais (questões 5.1, 5.2 e 5.3) também demonstram tal resultado, já que variam em torno de 38% a 44% de engajamento. A partir desse mapeamento do gerenciamento do ambiente empresarial sobre as variáveis apresentadas pela ferramenta ECOFE, pôde-se atribuir a Curitiba e a Região Metropolitana superficialidade no que tange à sustentabilidade e à responsabilidade social.

GRÁFICO 1 – Nível absoluto de comprometimento geral das empresas avaliadas segundo as variáveis apresentadas no ECOFE

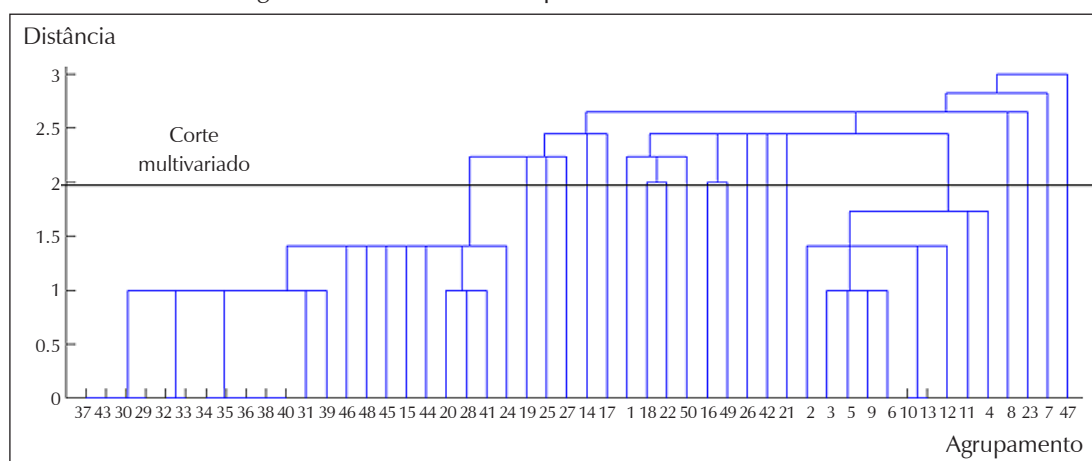


FONTE: Os autores (2015)

Percebida essa superficialidade, os dados foram analisados de forma mais apurada, sob uma abordagem estatística, a qual ocorreu por meio da técnica **análise de agrupamento**. O resultado foi a verificação de dessemelhança e de discordância nas práticas das empresas. Isso porque, segundo o dendrograma, foram compostos 20 grupos (GRÁF. 2).

Assumindo que cada um desses grupos de empresas possui uma forma singular de tratar a questão ambiental e social, conclui-se que não se pode analisar as 50 empresas de forma agrupada. Desse modo, infere-se que não se pode traçar um padrão de comportamento no que tange à sustentabilidade e à responsabilidade social na esfera organizacional da amostra avaliada.

GRÁFICO 2 – Dendrograma referente às 50 empresas avaliadas



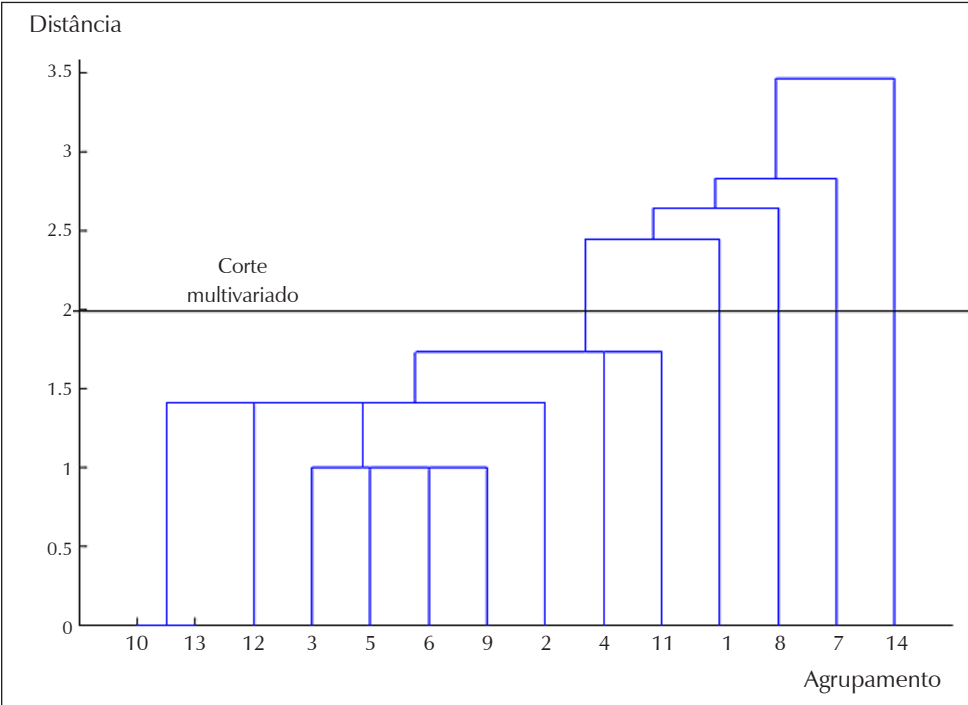
FONTE: Os autores (2015)

Em virtude dessas duas abordagens e considerando a amostra como representação limitada e generalizada da situação apresentada pela realidade, pode-se afirmar que a participação da esfera empresarial de Curitiba e região metropolitana sobre questões ambientais e sociais não é somente discordante, como também insuficiente. Seja referente ao setor, ao porte ou à sua situação financeira, as divergências estruturais conferem às empresas heterogeneidade em relação à sustentabilidade e à responsabilidade social corporativa.

[...] as orientações estratégicas quanto à responsabilidade social empresarial dependerão do contexto histórico, legal, econômico e social em que a empresa opera e da distribuição de poder entre as diversas dimensões das relações negócio-sociedade, além de, necessariamente, depender da ideologia dos fundadores, da alta direção da empresa e dos que nela investem (ASHLEY, 2005, p. 128).

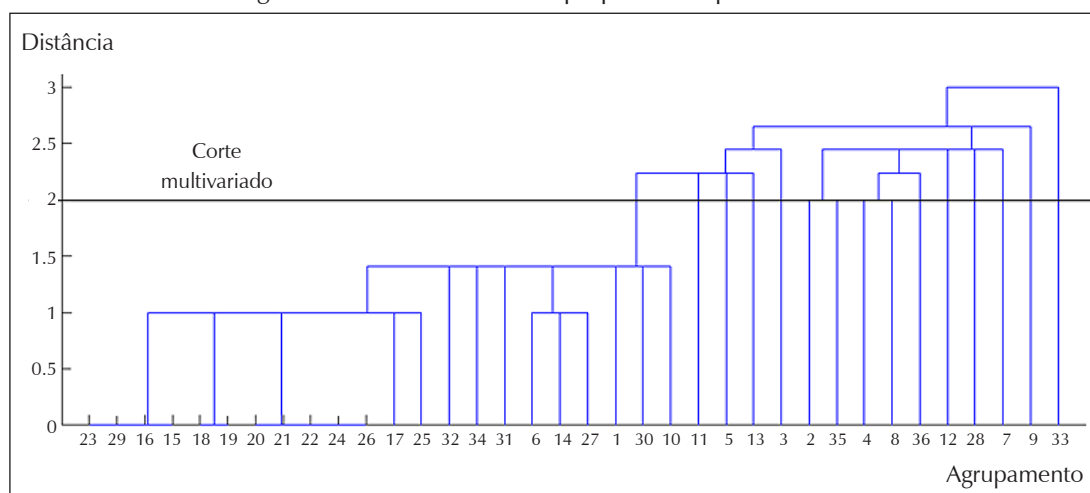
De posse da verificação da heterogeneidade entre as empresas da amostra total, foi realizada uma averiguação mais específica. Para isso, foram extraídos subgrupos da amostra, os quais tinham como objetivo verificar a discrepância entre empresas de diferentes portes a respeito das questões propostas pelo artigo. Assim, foi analisado um dendrograma das médias-grandes empresas e um do restante das unidades, ou seja, das micro e pequenas empresas avaliadas.

GRÁFICO 3 – Dendrograma referente às médias e grandes empresas



FONTE: Os autores (2015)

GRÁFICO 4 – Dendrograma referente às micro e pequenas empresas



FONTE: Os autores (2015)

As médias-grandes empresas consistem nas unidades de maior porte examinadas pelo artigo e, em razão de possuírem maior número de funcionários, tiveram seu dendrograma analisado primeiramente.

Na distância 2, pode-se observar a apresentação de cinco grupos (GRÁF. 2), número inferior ao apresentado na análise sob uma perspectiva geral. Tal número já indica, inicialmente, maior conformidade no comportamento desse extrato da amostra. Porém, destaca-se, com maior relevância, que dez das 14 médias-grandes empresas (71,43%) pertençam a um único grupo. Novamente, admitindo que cada grupo representa uma estratégia diferente no engajamento com as variáveis pertinentes ao artigo, e que, segundo o dendrograma, a maioria das empresas se encaixa em um único grupo, pode-se inferir que há uma tendência de que as empresas de médio-grande porte se comportem de maneira coincidente nos quesitos analisados. Ou seja, explicando-se de forma prática, quando abordadas pelo questionário ECOFE, as empresas de maior porte não só responderam “sim” mais vezes, como também responderam “sim” para as mesmas variáveis.

Conclui-se, portanto, que há, de fato, maior concordância no comprometimento das empresas de maior porte sobre o aspecto referente à sustentabilidade e à responsabilidade social.

Por outro lado, ao se examinar, num segundo momento, o dendrograma das micro e pequenas empresas, na distância 2, observou-se a composição de 15 grupos. A obtenção desse número já indica, de forma superficial, a redução da conformidade

no comportamento das micro e pequenas empresas sobre as variáveis analisadas se comparadas as de maior porte. Porém, é ainda mais importante ressaltar que o maior grupo representado comporta 22 empresas (22/36, isto é, 61,11%). Considerando que 61% é um percentual inferior ao apontado pelas médias-grandes empresas (71%), conclui-se que a concordância sobre as variáveis averiguadas é diretamente proporcional ao porte da empresa no que tange à amostra considerada pelo artigo. Desse modo, pode-se inferir que na medida em que o número de funcionários aumenta, é maximizado o comprometimento das organizações com as variáveis ambiental e social.

A partir dessa conjuntura, as empresas de maior porte são reconhecidas como as partes da sociedade com maior envolvimento sobre as questões aqui analisadas. As razões por trás de tal circunstância podem ser constatadas, presumivelmente, por meio da análise de uma característica particular dessas organizações: a disponibilidade por capital. Assim como qualquer outra gestão prevista no mercado atual, a estipulação de um planejamento estratégico voltado à sustentabilidade e à responsabilidade social está diretamente relacionada à análise de custo-benefício (VARDAKOULIAS, 2013). Para isso, é necessária uma estimação monetária de recursos naturais e humanos. Uma vez que tal avaliação ainda só pode ser feita de forma aproximada e que os resultados de investimentos desse cunho só poderão ser conferidos em médio-longo prazo, “a grande dúvida da empresa e que sempre se levanta é não saber se o investimento realizado com a questão ambiental será rentável” (DONAIRE, 2009, p. 56).

Assim, para tais ações “sempre haverá necessidade de aporte de capitais próprios ou de terceiros”, conferindo às médias-grandes empresas maior capacidade para isso, ou seja, além de representarem “força transformadora poderosa” (GRAJEW, 2000, p. 40), as unidades empresariais de grande porte constituem a parcela da sociedade que possui, majoritariamente, maior disponibilidade de recursos para agir de forma exemplar, ética e sustentável.

Motores da atividade econômica em uma sociedade de mercado, as grandes empresas influenciam a opinião pública e os demais atores sociais, produzindo ou censurando conteúdos veiculados na grande mídia. Assim, na condição de agentes privilegiados, essas empresas têm peso político desproporcional na definição dos problemas sociais e suas soluções, bem como na disputa por recursos com outros atores, a exemplo do Estado Nacional, organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, comunidades e partidos. (ASHLEY, 2005, p. 147)

Intitulando-as como **agentes privilegiados** no extrato anteposto, as empresas de grande porte são consideradas por Ashley (2005, p. 147) como “motores da atividade econômica em uma sociedade de mercado”. Nesse contexto, a autora reforça o poder de influência e o caráter transformador das grandes corporações nos tempos atuais. Tal argumento já era exposto e idealizado por Karl Marx e por Friedrich Engels em meados de 1950. Desenvolvendo o conceito de ideologia, os dois autores “sustentam que o sistema de ideias de uma classe dominante configura o conjunto das ideias dominantes em cada época” (FERREIRA, 2012, p. 58). Nas palavras de Marx e Engels (1958 apud FERREIRA, 2012, p. 58-59), tem-se que “a classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe, com isso [...] dos meios para a produção espiritual”.

Correlacionando os argumentos de Ashley (2005), que correspondem à dinâmica atual de mercado, aos pontos sociológicos expostos por Marx e Engels, pode-se assumir que, em uma sociedade preponderantemente capitalista, por possuírem maior afluência, as grandes empresas são detentoras dos recursos que mais interferem no comportamento da sociedade em geral – seja direta ou indiretamente –, pregando certo domínio na dinâmica comercial e econômica. Nesse momento, pode-se firmar a conotação difundida durante o desenvolvimento deste artigo, a qual atribui à esfera empresarial a obrigação pela seriedade, responsabilidade, ética e, sobretudo, conscientização.

Enquanto dominam como classe e enquanto determinam todo o âmbito de uma época histórica, compreende-se por si mesmo que o façam em toda sua extensão e, portanto, entre outras coisas, também como pensadores, como produtores de ideias, que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo [...] (MARX; ENGELS, 1958 apud FERREIRA, 2012, p. 59).

Outro fator a ser considerado em relação a esse grupo de empresas, altamente relacionado à presença de maiores estoques de capital, é a sistematização ao se tratar do viés ambiental e social: “A característica fundamental da existência de uma atividade/função que se preocupa com a variável ecológica é a existência de um núcleo central de autoridade e responsabilidade [...]” (DONAIRE, 2009, p. 84). Seja sob o viés ambiental ou social, “uma função administrativa específica” ou um setor voltado exclusivamente a tais questões é essencial ao envolvimento prático e efetivo da empresa sobre as variáveis em questão. Segundo Donaire (2009), são notadamente as grandes empresas que possuem tais campos. Tal declaração pode ser confirmada pelos dados coletados no levantamento empírico deste artigo. Das 14 empresas de porte médio-grande, nas quais foi aplicado o questionário ECOFE, 86% possuem um departamento próprio que acompanha ações de apoio ao consumidor e trata das informações advindas de programas de opiniões.

Inter-relacionando a existência de formalidade prática nas médias-grandes empresas ao fato exposto anteriormente, pode-se inferir que tais características (assim como muitas outras voltadas às variáveis levadas em consideração no artigo aqui exposto) são diretamente dependentes da disponibilidade de capital da organização. Considerando que na medida em que aumenta o porte da empresa (número de funcionários), também aumenta sua disponibilidade por capital e seu envolvimento ambiental e social, pode-se concluir que a melhor forma de se avaliar os indicadores apresentados pelo ECOFE é pela utilização de uma análise de agrupamento em portes (seja estatística ou não). E é através dessa segmentação que é viabilizada e facilitada a produção de inferências referentes à realidade no comportamento da sociedade sob o viés ambiental e social.

Sob um viés estritamente estatístico, pode-se certificar a veracidade da conclusão anterior ao se comparar o desempenho das funções cofenéticas referentes aos dendrogramas analisados. Como explicitado na metodologia, na medida em que essa função aumenta, a qualidade do agrupamento é maximizada e o nível de distorção é reduzido. Tal proporcionalidade consiste no cenário auferido no desenvolvimento desta pesquisa. Ao se avaliar, sob uma perspectiva geral, as 50 empresas respondentes percebeu-se que a função era baixa (0,8574). Ao se verificar as micro e pequenas empresas, a função revelou-se mais expressiva (0,9227). E ao se examinar as médias-grandes empresas, a função é maximizada e o índice computado é de 0,9401. A segmentação ou o agrupamento das empresas que compõem a amostra averiguada representa efetivamente maior qualidade e relevância de análise. Desse modo, confirma-se, definitivamente, que o enfoque num agrupamento por portes consiste na melhor forma de analisar os indicadores resultantes das variáveis apresentadas pelo ECOFE.

CONCLUSÃO

Segundo os resultados do levantamento de campo e a análise por agrupamento estatística subsequente, foram produzidas inferências de grande relevância no que tange ao engajamento social e ambiental na esfera empresarial.

Primeiramente, sob um panorama geral referente à amostra total (50 empresas), pôde-se perceber que a participação das empresas avaliadas no quesito sustentabilidade e responsabilidade social é bastante restrita. Portanto, atribui-se à Curitiba e à região metropolitana superficialidade, informalidade e discordância sobre as variáveis apontadas na ferramenta ECOFE. A verificação de um engajamento médio de 40% sobre as variáveis 8.1, 8.2 e 8.3 comprova tal afirmação. Sob um viés estatístico, essa conclusão também

pode ser certificada por meio da análise do desempenho do coeficiente cofenético, uma vez que a amostra total apresentou o de menor valor numérico (0,8574) dentre os obtidos, assegurando a variedade e a divergência do comportamento das empresas analisadas sobre as variáveis em questão.

A partir do conhecimento dessa desigualdade, sob uma perspectiva geral, surge um dos fatos conclusivos de maior importância: a resposta para a pergunta proposta pela pesquisa. É percebido que a melhor maneira de avaliar os indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social através da ferramenta ECOFE ocorre por meio de um agrupamento entre portes, seja estatístico ou não. Isso porque o diagnóstico advindo das subamostras extraídas segundo o tamanho das empresas resultou em análises de maior qualidade – o que pode ser verificado segundo as funções cofenéticas. Tanto aquela referente às micro e pequenas empresas (0,9227) quanto às médias-grandes empresas (0,9401) apresentaram-se superiores, se comparadas à da amostra geral (0,8574).

Analisando essa progressão no desempenho dos coeficientes cofenéticos, foi observada uma relação diretamente proporcional entre o número de funcionários da empresa, sua padronização e comprometimento sobre as variáveis. As empresas de maior porte, aqui classificadas como as de maior número de funcionários, obtiveram o maior coeficiente cofenético, além de comporem somente cinco grupos de similaridade. Desse modo, pode-se inferir que essas empresas não só responderam “sim” mais vezes, como responderam sim para as mesmas variáveis. Desse modo, o engajamento dessa parcela da esfera empresarial sobre a sustentabilidade e a responsabilidade social é admitido como essencial não só por preceitos teóricos e sociológicos, como também por comprovações lógicas corroboradas por uma análise de agrupamento estatística.

Finalmente, a partir da conjuntura apresentada, podem-se inferir certos desafios à implementação da Ecofilosofia Empresarial. Sob um viés prático e de maior aplicabilidade, foram sugeridas modificações nos indicadores e certificações voltados às questões ambiental e social, de forma a viabilizar a adaptação dessas ferramentas em relação a empresas de diferentes portes. Porém, de maior relevância e abrangência, surge o obstáculo social, que, de forma subjetiva, limita a propagação da Ecofilosofia Empresarial a uma tomada de consciência radical e generalizada por parte dos agentes econômicos em sua totalidade. Desse modo, conclui-se que o fortalecimento dos preceitos difundidos pela Ecofilosofia Empresarial depende diretamente do engajamento dos seres humanos. É reconhecido que essa tomada de consciência somente será viabilizada através de um processo de reconhecimento e de valorização das pessoas sobre suas próprias ações.

Assim, mais importante do que superar obstáculos práticos, é ultrapassar aqueles sociais e subjetivos, os quais não correspondem às esferas econômica e financeira, e sim àquelas referentes a filosofia, comportamento, política e cultura. A implementação da Ecofilosofia no ambiente empresarial é restrita a uma mudança na mentalidade humana, de forma que todas as atividades passem a considerar a seriedade da questão ambiental e social. Somente assim ocorrerá a valorização do meio ambiente e da qualidade de vida – fatores excepcionais e inigualáveis na vida do homem. É devido a esse raciocínio que este artigo não consiste somente em avaliar indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social, mas sim em desenvolver um processo de conscientização social por meio da Ecofilosofia Empresarial. O caráter da questão discutida por esta pesquisa é intrinsecamente humano.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BOFF, L. **História da sustentabilidade**. 2007. Disponível em: <<http://leonardoboff.com/site/vista/2007/nov30.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- BRASIL. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Manejo de resíduos sólidos urbanos**: destaques da política nacional de resíduos sólidos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_arquivos/folder_pnrs_125.pdf>. Acesso em: 19 maio 2015.
- BUENO, E. O homem da casa do lago. In: THOREAU, H. D. **Walden**. Porto Alegre: L&PM, 2014. p. 5-11.
- DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.
- DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- FERREIRA, D. **Manual de sociologia**: dos clássicos à sociedade da informação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FREDERICK, W. C. Moving to CSR4: what to pack for the trip. **Business and Society**, Thousand Oaks, v. 37, n. 1, p. 40-59, mar. 1998.
- GARCIA, B. G. (Col.). Responsabilidade social empresarial, estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In: FARHAT BORGES, R. (Ed.). **Responsabilidade Social das Empresas**: A contribuição das universidades. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002. v.2, p. 13-36.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, A.; MORETTI, S. **A responsabilidade e o social**: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GRAJEW, O. **O dragão e a borboleta**: sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Axis Mundi, 2000.
- INSTITUTO ETHOS. Centro de Estudos e Pesquisa em Educação. **O que as empresas podem fazer pela educação**. São Paulo: CENPEC: Instituto Ethos, 1999. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/31.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- LACY, P. **Assesses the past, present and future of sustainable business**. Disponível em: <<http://www.environmentalleader.com/2014/07/03/past-present-and-future-of-sustainable-business>>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- LEITE, P. R. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **La ideologia alemana**. Montevideu: Ediciones Pueblos Unidos, 1958.
- MENDES, A. M. C. P. FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO. Programa de Educação a Distância. **Metodologia de Pesquisa**. Curitiba: [FAE Centro Universitário], 2014.
- NORTH, K. **Environmental business management**: an introduction. Geneve: International Labor Office, 1992.

ORCHIS, M. A.; YUNG, M. T.; MORALES, S. C. (Col.). Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresárias. In: FARHAT BORGES, R. (Ed.). **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. In: São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002. p. 37-70.

PERUZZO JR., L. **Dinâmica das ideias filosóficas e sociais**. Curitiba: CRV, 2013.

SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental**: temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

THOREAU, H. D. **A desobediência civil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Walden**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

VARDAKOULIAS, O. **Economics in policy-making**: social cost-benefit analysis and social return on investment. 2013. Disponível em: <http://b.3cdn.net/nefoundation/ff182a6ba487095ac6_yrm6bx9o6.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. **Economics in policy-making**: valuing the environment in economic terms. Disponível em: <http://b.3cdn.net/nefoundation/d2e4b5d5f652b5428b_dxm6bn7nw.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

VEIGA, J. E. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

WINTER, G. et al. **Business and Environment**: a handbook of industrial ecology with 22 checklists for practical use and a concrete example of the integrated system of environmental business management (The Winter Model). Hamburg; New York: Mc Graw-Hill, 1989.

ANEXO

Questionário ECOFE

Questionário sobre SUSTENTABILIDADE e RESPONSABILIDADE SOCIAL - ECOFE				
FAE Centro Universitário			rev2	
Núcleo de Pesquisa Acadêmica			03/03/2015	
NOME DA EMPRESA (facultativo):				
PORTE (obrigatório):				
	NÚM. DE FUNCIONÁRIOS:	...OU PELO FATURAMENTO:		
MICRO	<50		<R\$2,4mi	
PEQUENA	>51<300		>R\$2,4mi<R\$16mi	
MÉDIA	>301<500		>R\$16mi<R\$90mi	
MÉDIA-GRANDE	>500		>R\$90mi<R\$300mi	
GRANDE			>R\$300mi	
SETOR (obrigatório):			1	
1.	Governança Corporativa			SIM NÃO
	1.1 A empresa possui projetos de Sustentabilidade e Responsabilidade Social?			
	1.2 Há um código de ética da empresa?			
	1.3 Por documentação formal, a empresa divulga aos colaboradores a sua missão e valores?			
2.	Público Interno			SIM NÃO
	2.1. Possui plano de cargos e salários divulgado aos colaboradores?			
	2.2. Há incentivos e políticas de capacitação interna na organização?			
	2.3. Possui avaliações periódicas para medir o nível de satisfação dos colaboradores?			
3.	Fornecedores			SIM NÃO
	3.1. Os fornecedores possuem certificação de suas atividades, como selos de qualidade técnica?			
	3.2. A empresa vistoria, sem aviso prévio, as condições de funcionamento das unidades fornecedoras?			
	3.3. Há uma metodologia formalizada e divulgada para essas avaliações?			

4.	Consumidores	SIM	NÃO
	4.1. Os consumidores são orientados a como consumir, manusear ou utilizar corretamente os produtos fornecidos?		
	4.2. Há políticas de pós-consumo dos produtos oferecidos pela companhia, como logística reversa?		
	4.3. Há um departamento próprio na empresa para acompanhar tais ações de apoio ao consumidor?		
5.	Políticas Ambientais	SIM	NÃO
	5.1. Há participação conjunta de outros setores da sociedade nos projetos ambientais da empresa?		
	5.2. Há divulgação desses projetos aos empregados?		
	5.3. Há incentivos à participação dos empregados e da comunidade onde a empresa projeta tais ações?		
6.	Relação com o Estado	SIM	NÃO
	6.1. A empresa fomenta troca de informações com o Estado?		
	6.2. Os projetos da empresa, quando afetam a comunidade, têm a análise e auxílio dos órgãos competentes do Estado?		
	6.3. Busca-se apoio do Estado na execução de projetos com a comunidade onde ela está inserida?		
7.	Sociedade em geral	SIM	NÃO
	7.1. Há uma relação transparente com líderes comunitários onde a empresa está localizada?		
	7.2. Há programas de opinião sobre como a empresa é vista pela sociedade?		
	7.3. Há um setor da empresa responsável pelo tratamento dessas informações?		
8.	Programas de Sustentabilidade e Responsabilidade Social	SIM	NÃO
	8.1. Há algum tipo de logística reversa em seus produtos/serviços?		
	8.2. A empresa fomenta pesquisa para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos nessas áreas?		
	8.3. Incentiva-se a participação do público interno e externo da companhia nesses projetos?		

Questões Facultativas:			
9.	Certificações Nacionais	SIM	NÃO
	9.1. ISO 9001 e/ou 14001 – Sistema de gestão de qualidade em ambientes de produção e Norma de gestão ambiental em ambientes de produção, respectivamente.		
	9.2. ABNT NBR 16001 – Certificação de Responsabilidade Social integrada à gestão organizacional.		
	9.3. Empresa Cidadã – Certificado de confiabilidade nos balanços contábeis e sociais.		
10.	Certificações Internacionais	SIM	NÃO
	10.1. SA 8000 – Respeito aos Direitos Humanos.		
	10.2. AS 8003 – Implantação de RSE junto a políticas organizacionais.		
	10.3. ISO 14064/65 – Diretrizes para Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).		
11.	Outras certificações	SIM	NÃO

FONTE: Os autores (2015)

SOLUÇÕES EM PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA APLICAÇÕES NO AMBIENTE CORPORATIVO

Fábio Tuoto da Silva¹

Carlos Roberto Oliveira de Almeida Santos²

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor um aprofundamento do estudo e do conhecimento sobre a aplicação de planilhas eletrônicas no mundo corporativo e, além disso, mostrar que qualquer pessoa em seu ambiente de trabalho pode manusear uma planilha eletrônica, a fim de ganhar mais tempo e qualidade na atividade exercida. Se essa planilha for utilizada de forma correta, ou seja, o usuário tendo qualificação, os resultados serão ainda mais céleres e surpreendentes devido à quantidade de ferramentas disponíveis em uma planilha.

Palavras-chave: Tempo. Agilidade. Qualidade. Planilhas. Qualificação.

¹ Aluno do 3º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: fabio.tuoto@hotmail.com

² Mestre em Mídia e Conhecimento pela UFSC. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: carlos@fae.edu

INTRODUÇÃO

As empresas, desde as pequenas até as multinacionais, atualmente, investem importantes somas em seus departamentos de Tecnologia de Informação para que possam ter velocidade de tomada de decisão, face ao grande acúmulo de dados e inferências que estes são dispostos em indicadores e sinalizadores para qualificar suas gestões.

Os investimentos de ponta em infraestrutura, *hardwares*, *softwares* e treinamento de todos os envolvidos, desde o pessoal especializado até o usuário final, tornam-se efetivos em seu retorno à medida que as decisões tomadas são abreviadas e contam com um elenco de informações geradas por todo esse cenário de forma sistematizada, concisa e precisa.

Especificamente, esses investimentos perpassam por aplicações (*softwares*) que tem como finalidade fazer a gestão da informação digital e o controle rigoroso dos processos gerenciais. Em uma rápida busca nesse mercado de distribuição de *softwares* são encontradas diversas soluções das mais específicas, como Sistemas de Gestão Empresarial (ERP), até a solução mais genérica como o pacote de suite de produtividade, por exemplo, a suite Microsoft Office, da Microsoft Corporation.

Pontualmente, esta pesquisa procurará responder aos seguintes questionamentos:

- a) O Excel é uma ferramenta apropriada para gestar processos operacionais, gerenciais e estratégicos?
- b) Os usuários que tratam da operação dessa ferramenta possuem qualificação suficiente para gerir soluções no seu ambiente de trabalho?

1 ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO

Desde 1978, quando Daniel Bricklin, aluno da Escola de Administração da Universidade de Harvard criou uma solução informatizada para resolver equações em suas aulas de finanças, as planilhas eletrônicas vêm sendo muito utilizadas para encontrar soluções para os problemas do cotidiano envolvendo cálculos simples e complexos e, também, como solução na manutenção e manipulação de banco de dados.

Atualmente, muitas empresas lançam mão dessa tecnologia para suprir a necessidade de aplicativos mais específicos em suas plataformas de *softwares* corporativos. Os próprios desenvolvedores dessas soluções encontraram uma forma de disponibilizar os dados armazenados pelas suas diversas aplicações bastando, para isso, que o usuário tenha em sua máquina uma suite de *softwares* de produtividade. Nessa

suite de *softwares* de produtividade encontra-se o aplicativo de planilhas eletrônicas. A Microsoft Corporation mentora do aplicativo Excel e detém uma fatia significativa do mercado na distribuição desta solução.

2 METODOLOGIA

Visando o cumprimento dos objetivos propostos, foi realizado o estudo tipo exploratório, permeado de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise de dados e resultados, constituindo assim a metodologia adotada neste estudo. A pesquisa bibliográfica servirá de base para a compreensão do desenvolvimento da fundamentação teórico-metodológica do estudo. Nela serão pesquisados os aspectos fundamentais das planilhas eletrônicas e seus modelos de aplicação. A definição da base da pesquisa de campo se dará por meio da aplicação de um questionário com usuários dessa ferramenta no ambiente corporativo. Este trará a base dos dados para a análise dos resultados.

3 RESULTADOS ESPERADOS

Ao final do estudo proposto espera-se obter os seguintes resultados: a identificação das habilidades, atitudes e competências de usuários na construção de soluções para tomada de decisões usando planilhas eletrônicas no mundo corporativo.

4 HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS E USO DAS PLANILHAS ELETRÔNICAS

Antigamente, as planilhas eletrônicas eram feitas em papéis e para alterar o resultado final era preciso apagar manualmente todos os demais valores a fim recalcular. Com a evolução tecnológica, passamos a utilizar as planilhas feitas por programas de computadores, conhecidos como *softwares*. A primeira planilha eletrônica foi inventada por Daniel Bricklin e Robert Frankston na VisiCorp, chamada VisiCalc. Por meio dessa planilha o trabalho passou a ser mais célere e com uma margem de erro menor. O conceito dela surgiu muito antes de Bricklin e Frankston darem a sua forma, pois foi fundamentado por Richard Mattessich, em 1961, na universidade Berkeley, na Califórnia. A partir de artigos como *Budgeting Models and System Simulation*, Richard passou a escrever livros como *Accounting and analytical methods* e *Simulation of the Firm Through a Budget Computer Program*, ambos escritos em 1964.

Em sua obra, Richard comenta sobre conceitos como o uso das matrizes, simulações financeiras e o mais importante, os cálculos que suportam cada célula da matriz. Tais conceitos são a base de tudo o que existe no mundo atual sobre planilhas eletrônicas.

Segundo, Ramos, Silva e Álvaro (2007, p. 71):

Uma planilha eletrônica nada mais é que uma folha de cálculo disposta em forma de tabela, na qual poderão ser efetuados rapidamente vários tipos de cálculos matemáticos, simples ou complexos. De acordo com uma filosofia matricial, pode ser utilizada por qualquer pessoa de qualquer setor profissional que tenha no seu trabalho a necessidade de efetuar cálculos financeiros, estatísticos ou científicos.

As planilhas eletrônicas impulsionaram o aumento de venda e ações no mercado da informática, pois em 1969 surgiu a Lanpar (Language for Programming Arrays at Random), que, apenas em 1982, conseguiu a patente depois de um longo processo litigioso. Como já dito, foram criados VisiCalc, SuperCalc, Multiplan, Quatro Pro para Windows e Lótus 123, sendo hoje a mais conhecida a do Microsoft Excel.

O Microsoft Excel veio para superar o sucesso obtido pela planilha Lótus 123, pois, até então, a empresa comercializava a planilha Multiplan. A primeira versão foi lançada para Mac, em 1985, e em novembro de 1987 foi lançada a versão para Windows com o nome Microsoft Excel 2.0. Em 1988 o Excel já ultrapassava a Lótus 123 e a Microsoft liderou em relação ao desenvolvimento de *software* para computador. Em 1990, a planilha evoluiu para Microsoft Excel 3.0 e assim, em 1992, para Excel 4.0; 1993, Excel 5.0; em 1995, Excel 7.0 (Office 95); em 1997, Excel 8.0 (Office 97); em 1999, Excel 9.0 (Office 2000); em 2001, Excel 10.0 (Office XP); em 2003, Excel 11.0 (Office 2003); em 2007, Excel 12.0 (Office 2007). Hoje em dia, as empresas tendem a crescer cada vez mais ao explorar o potencial das planilhas eletrônicas, e várias delas passaram a depender muito do sistema de planilhas.

4.1 CARACTERÍSTICAS E VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DAS PLANILHAS ELETRÔNICAS

Diversas empresas passaram a depender muito do sistema de planilhas, tornando-se aliadas. Segundo Ramos, Silva e Álvaro (2007, p. 72):

A planilha eletrônica é o software que impulsionou e revolucionou o mercado da informática. Em sua evolução, a humanidade sempre tentou criar ferramentas para suprir necessidades que apareciam em seu caminho. Com a planilha eletrônica não foi diferente. A planilha eletrônica do Microsoft Excel esta caracterizada como um dos mais importantes aplicativos para uso em microcomputadores. O nome Excel vem da abreviatura da palavra excelente, ou seja, excelente. O termo Excel, inglês, significa primar, superar, sobrepujar, ser superior.

O que se destaca em uma planilha eletrônica é o cálculo automático, pois por meio dele é possível realizar qualquer cálculo, digitando a fórmula e obtendo o resultado ao apertar apenas o sinal de igualdade.

Outro grande destaque em uma planilha eletrônica é o armazenamento de dados, ou seja, conseguimos armazenar uma grande quantidade de informações e isso já acontecia nas versões antigas, pois o Excel possuía uma pasta de trabalho que continha três planilhas, cada uma tendo 256 colunas e 65.536 linhas. Se multiplicado o número de colunas pelo número de linhas, o resultado será de 16.777.216 células em cada planilha.

Atualmente, o Excel permite o acréscimo de 256 planilhas em cada pasta de trabalho. Somando tudo, o resultado será de 4.294.967.296 células em um único arquivo. Com base nesses cálculos uma empresa terá uma grande capacidade de armazenamento de seus dados.

Por fim, outra grande característica da planilha eletrônica é a geração automática de gráficos, sendo que devido a essa característica o Microsoft Excel se destaca das demais planilhas. Com essa ferramenta é possível criar diversos gráficos, cada um com seu objetivo. Apertando apenas uma tecla é possível automatizar tarefas definidas pelo usuário por meio de macros. Segundo Ramos, Silva e Álvaro (2007, p. 72) “É fácil copiar ou mover células, além de modificar qualquer fórmula criada. O Excel permite a organização de seus dados, o que gera inclusive bancos de dados e gráficos com tudo o que foi elaborado”.

4.2 O EXCEL DENTRO DAS EMPRESAS

De acordo com Simon (2005), o Excel se tornou o líder do mercado por conseguir, de maneira rápida e fácil, ser útil em todas as áreas das empresas. Ele foi criado para prover recursos gráficos ao usuário, algo que o diferenciou das planilhas convencionais, facilitando o usuário em tarefas do dia a dia da empresa, como folha de pagamento, contabilidade, controle de compras, análise de investimentos, fluxo de caixa, estoque, auxiliando desde a parte operacional até a estratégica.

Existem também formas mais complexas da utilização do Excel pelas empresas, por precisarem de um conhecimento mais profundo da ferramenta e do negócio.

São elas:

- Business Intelligence (BI): É mais usado pela parte estratégica, consiste em analisar informações e, a partir dessa análise, tomar decisões de impacto na empresa. Ou seja, deve-se pegar dados (informações) e com esses dados

analisar qual a melhor decisão a ser tomada, e é aí que o Microsoft Excel entra. Com diversas funcionalidades de análise de dados, o Excel é o *software* mais recomendado para se fazê-las, pois consegue desde criar gráficos com poucos cliques, até realizar cálculos complexos, apenas escolhendo uma função (já criada ou criar sua própria função), ajudando no processo de pegar um dado “cru” e desenvolvê-lo em um conhecimento valioso para a empresa. Segundo Leme Filho (2010, p. 298):

A forma adequada de utilizar o ambiente de suporte à decisão pode ser a diferença entre o talento e a genialidade, entre o estrelato e o olvido. É aqui que entra o Microsoft Excel. Composto por diversos recursos de análises de dados, seu potencial é habitualmente pouco explorado pelos profissionais.

- Visual Basic for Applications (VBA): Dentre as diversas ferramentas pré-programas no Excel, podem existir abordagens que o usuário deseja implementar e que não estejam disponíveis, por isso o Excel permite o desenvolvimento de funções personalizadas com o VBA. De acordo com Ramos, Silva e Álvaro (2007, p. 73) existem duas situações diferentes para utilizar o VBA.

Como resposta a um evento: o modelo de programação do ambiente Windows é baseado em eventos. Um evento é uma ação do usuário ao utilizar o teclado ou mouse. [...] Quando o usuário dá um clique duplo em um determinado elemento é disparado o evento “Ao clicar duas vezes”, e assim por diante. Por padrão, nenhuma ação é programada para responder aos eventos que são disparados. Assim, é possível criar macros que serão executadas em resposta a um determinado evento. [...] Por exemplo, podemos criar um procedimento para validar um número de CPF.

A partir da premissa de que poucos profissionais utilizam todo o potencial do Excel, esta pesquisa propõe, como motivo principal, apresentar a essas pessoas o benefício que obterão ao explorarem todo esse potencial que o Excel oferece.

Atualmente, muitas empresas lançam mão dessa tecnologia para contratar *softwares* de gestão, como os Sistemas Integrados de Gestão (Enterprise Resource Planning – ERP) e os bancos de dados, para suprir as necessidades da empresa. No entanto, os próprios desenvolvedores disponibilizam para seus usuários a opção de exportar ao Excel as informações nele contidas a fim de conseguir atender as necessidades específicas do usuário, bastando, para isso, que ele tenha em sua máquina uma suite de *softwares* de produtividade, onde encontra-se o aplicativo de planilhas eletrônicas. Nos dias de hoje, a Microsoft Corporation mentora do aplicativo Excel, detém a significativa fatia de 80-90% do mercado na distribuição desta solução (SIMON, 2005).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por meio do questionário disponibilizado na internet, divulgado em vários meios de comunicação e em sala de aula, pudemos analisar as 138 respostas dos respondentes:

5.1 TABULAÇÃO SIMPLES

GRÁFICO 1 – Qual a sua idade?

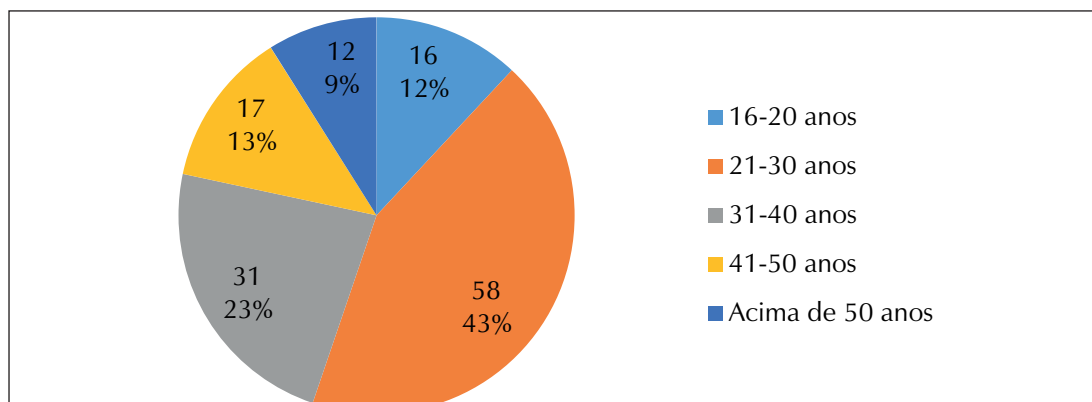


GRÁFICO 2 – Qual a sua formação?

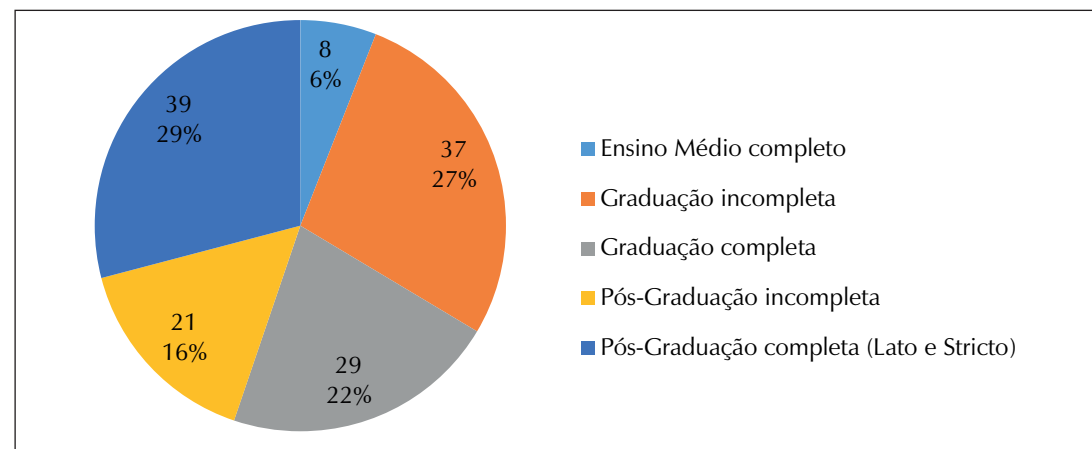


GRÁFICO 3 – Qual seu gênero?

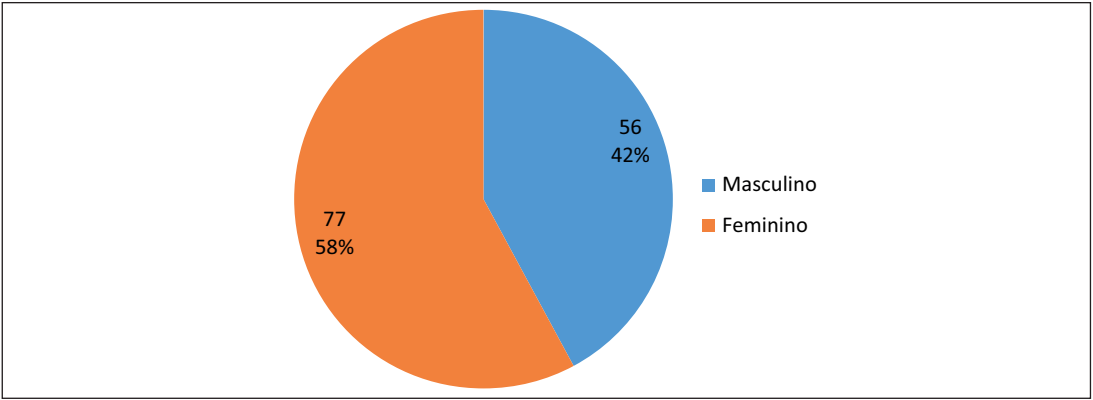


GRÁFICO 4 – Qual a sua área de atuação profissional?

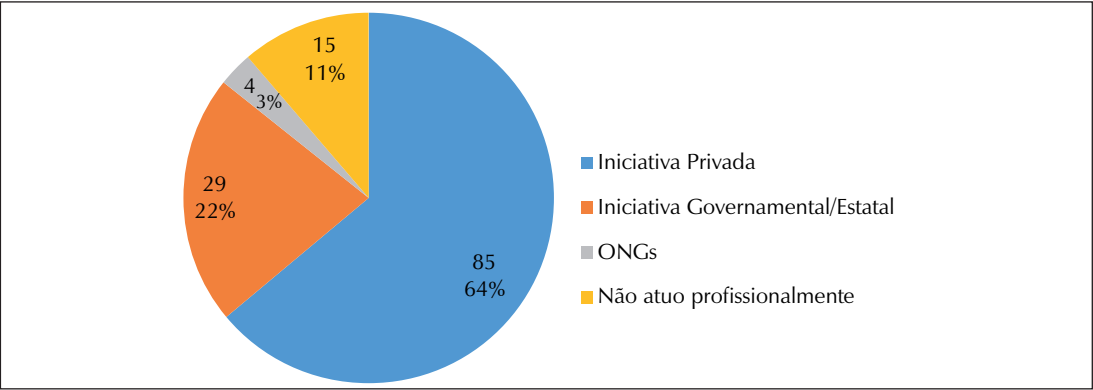


GRÁFICO 5 – Você trabalha em qual área da empresa?

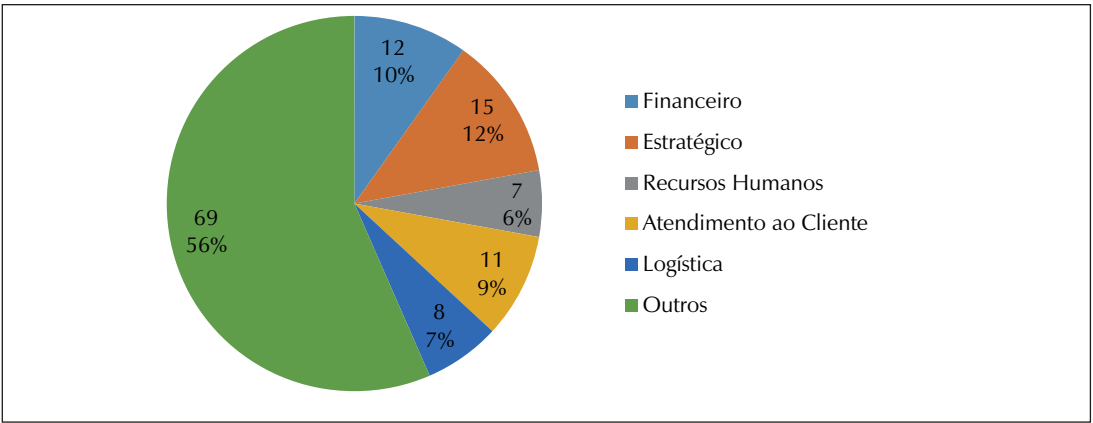


GRÁFICO 6 – A organização em que você trabalha possui alguma ferramenta de planilha eletrônica?

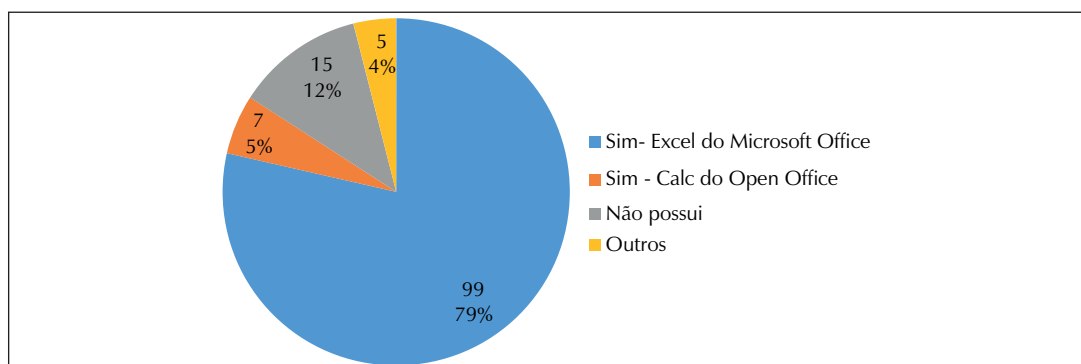


GRÁFICO 7 – Com que frequência você utiliza no seu trabalho o programa de planilha eletrônica?

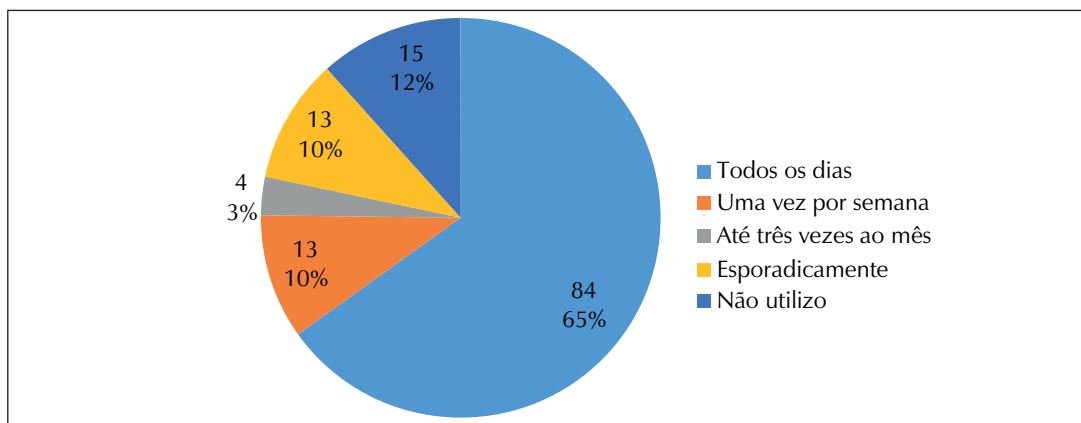


GRÁFICO 8 – Como foi a sua formação em planilha eletrônica?

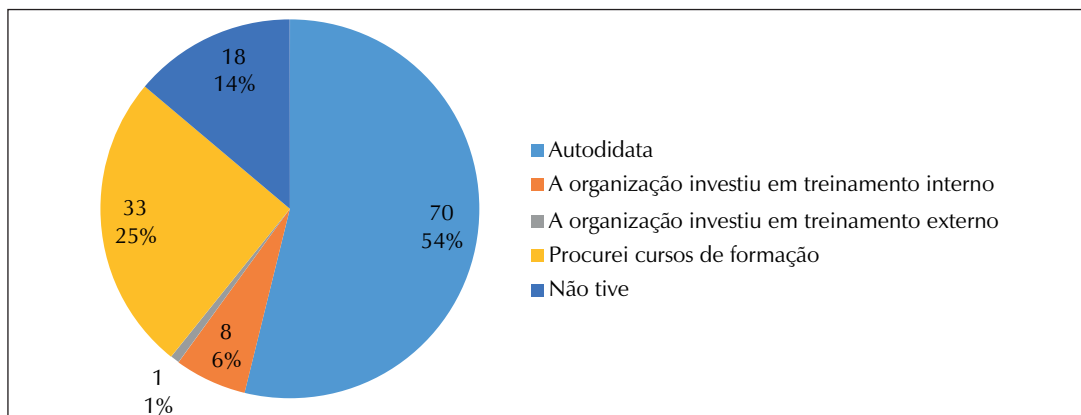


GRÁFICO 9 – Como você avalia seu conhecimento em planilhas eletrônicas?

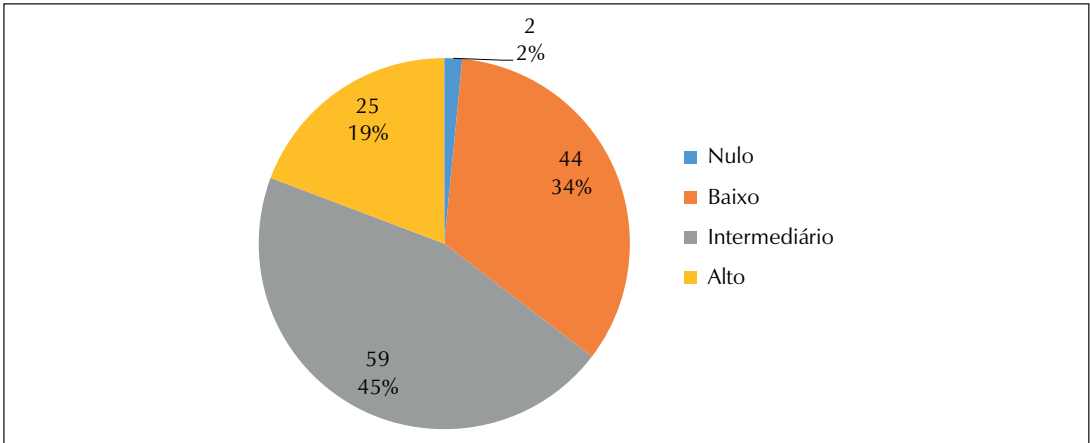
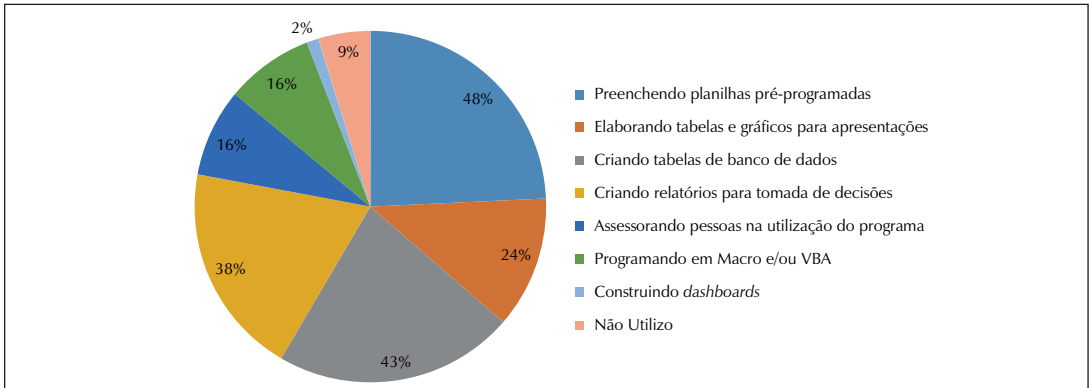
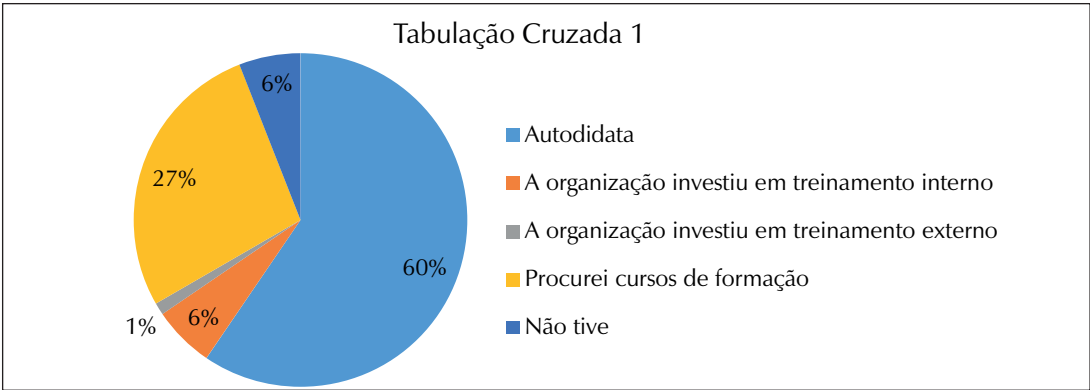


GRÁFICO 10 – De que forma você utiliza o programa de planilha eletrônica?



5.2 TABULAÇÃO CRUZADA

1. Pessoas que utilizam Excel todos os dias *versus* Formação da pessoa em Excel. Número de respostas: 84.



2. Área de atuação *versus* Ferramenta utilizada.
- a) Iniciativa Privada – 88% utilizam Excel; N° = 84
 - b) Iniciativa Estatal – 100% utilizam Excel; N° = 19
 - c) ONGs – 100% utilizam Excel; N° = 3
3. Idade *versus* Formação da pessoa em Excel.
- a) 16-20 anos – 33% são autodidatas, 33% procuraram cursos e 34% outros.
 - b) 21-30 anos – 53% são autodidatas, 29% procuraram cursos e 18% outros.
 - c) 31-40 anos – 58% são autodidatas, 23% procuraram cursos e 19% outros.
 - d) 41-50 anos – 71% são autodidatas, 12% procuraram cursos e 17% outros.
 - e) Acima de 50 anos – 55% são autodidatas, 27% procuraram cursos e 18% outros.
4. Forma de utilização *versus* Área da empresa
- a) Financeiro:
 - I. 47% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 12% Assessorando pessoas na utilização do sistema;
 - III. 12% Programando Macro ou VBA;
 - IV. 29% Outros.
 - b) Estratégico:
 - I. 40% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 20% Programando Macro ou VBA;
 - III. 16% Assessorando pessoas na utilização do sistema;
 - IV. 24% Outros.
 - c) Recursos Humanos:
 - I. 36% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 27% Assessorando pessoas na utilização do sistema;
 - III. 18% Elaborando tabelas e gráficos para apresentações;
 - IV. 19% Outros.
 - d) Atendimento ao Cliente:
 - I. 50% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 30% Não utilizam;
 - III. 10% Criando tabela de banco de dados;
 - IV. 10% Outros.

- e) Logística:
 - I. 44% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 22% Elaborando tabelas e gráficos para apresentações;
 - III. 11% Criando tabela de banco de dados;
 - IV. 23% Outros.
 - f) Educação/Treinamento:
 - I. 29% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 26% Elaborando tabelas e gráficos para apresentações;
 - III. 16% Programando em Macro ou VBA;
 - IV. 29% Outros.
5. Nível de conhecimento *versus* Forma de Utilização do Excel:
- a) Nulo:
 - I. 100% Não utilizam;
 - b) Baixo:
 - I. 65% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 19% Não utilizam;
 - III. 11% Elaborando tabelas e gráficos para apresentações;
 - IV. 5% Outros.
 - c) Intermediário:
 - I. 35% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 26% Elaborando tabelas e gráficos para apresentações;
 - III. 13% Programando em Macro ou VBA;
 - IV. 26% Outros.
 - d) Alto:
 - I. 26% Preenchendo planilhas pré-programadas;
 - II. 24% Programando em Macro ou VBA;
 - III. 22% Assessorando pessoas na utilização do sistema;
 - IV. 28% Outros.

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou entender como está sendo usada a ferramenta Excel no ambiente de trabalho. Por meio das pesquisas realizadas foi possível verificar que quanto maior o nível de conhecimento, maior a realização de tarefas mais complexas e menor a realização das mais simples.

O Excel é uma das ferramentas cada vez mais utilizadas nas instituições privadas, públicas e ONGs. Os jovens são mais propensos a realizar cursos de Excel, enquanto os mais velhos buscam aprender por si mesmos. Quanto maior é o conhecimento da ferramenta, maior é a sua aplicação diária da empresa, facilitando, desse modo, a realização das tarefas. Mesmo com a comprovação de todos os benefícios que a ferramenta pode proporcionar, as empresas ainda não investem ou não investem o suficiente para a qualificação de seus profissionais.

Sugestões para próximas pesquisas: monetizar o custo das tarefas realizadas em cada área da empresa e descobrir o quanto elas seriam otimizadas com um melhor conhecimento da ferramenta Excel, gerando celeridade, qualidade e economia para a empresa.

REFERÊNCIAS

LEME FILHO, T. **BI**: Business intelligence no Excel. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2010.

RAMOS, R. A.; SILVA, J. da; ÁLVARO, A. **Curso essencial de VBA**. São Paulo: Digerati Books, 2007.

SIMON, J. **Excel data analysis**: your visual blueprint for analyzing data, Charts and PivotTables. 2nd ed. London: Visual, 2005.

CRIAÇÃO DE INTERFACE DIGITAL PARA RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

Karolyna Dawidziak Piazzetta¹
Raquel Pasternak Glitz Kowalski²

RESUMO

Após perceber a dificuldade de alunos do curso de Design na compreensão da matéria Elementos da Linguagem Visual, foram propostos o estudo e a criação de um recurso em plataforma digital que, com a utilização de imagens, os auxiliasse nesse sentido. A fim de abranger o máximo de alunos possível, foi escolhido o REA (Recursos Educacionais Abertos), que tem como ideal disponibilizar conteúdos educacionais a todos de forma livre. Para fundamentação do conteúdo, a metodologia de Donis Dondis forma o embasamento da ideia central, ou seja, o recurso de imagem é fundamental para o aprendizado, seja este em qualquer etapa acadêmica.

Palavras-chave: E-book. REA. Linguagem Visual. Interatividade. Livre acesso.

¹ Aluna do 4º período do curso de Desenho Industrial da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail:* karol_piazzetta@hotmail.com

² Doutoranda em Educação na PUCPR. Professora da FAE Centro Universitário.
E-mail: raquel.kowalski@fae.edu

INTRODUÇÃO

Cada período da história é marcado por meio da produção de tecnologias, informações e comunicações que lhe são próprios. Quando novos meios surgem, seus potenciais e usos, ainda desconhecidos, precisam ser estudados e explorados. Os meios do nosso tempo, início do terceiro milênio, estão nas tecnologias digitais, nas memórias eletrônicas e nas hibridizações dos sistemas tecnológicos, os quais são capazes de revelar novas práticas culturais e o estudo de novos territórios de conhecimento.

Buscando responder a este cenário, percebe-se que o uso de tecnologias de informação e comunicação vem sendo aliado a situações de ensino e aprendizagem, favorecendo o acesso à educação. Dentre essas tecnologias, o uso de Recursos Educacionais Abertos (REA) no formato *on-line* para a utilização na educação se apresenta como uma possibilidade de resposta nesse cenário, tendo em vista que a interação e a colaboração por meio da internet já é uma realidade de milhões de pessoas que formam uma admirável rede de informações, conhecimento e aprendizagem. Assim, o desenvolvimento e as ferramentas tecnológicas se juntam e interferem nos processos educacionais, promovendo assim uma virtualização ampla no processo educacional.

Com a educação baseada nesses princípios tecnológicos, principalmente os da internet, o professor passa a colaborar para determinar quando e onde desenvolverá seu processo de formação, sendo que o uso de novas tecnologias da comunicação e informação se torna um elemento de extrema importância, que possibilita a flexibilização do processo de ensino. É compreensível, portanto, que o tema Educação, particularmente no seu âmbito *on-line*, tenha se recolocado numa perspectiva diferenciada e que requer, de maneira crescente, o estreitamento dialógico com informações e conhecimentos gerados em fontes indiretamente escolares, como os meios digitais de comunicação e interação.

No Brasil, a educação é um direito e não um serviço, e esse benefício está regularizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 26: “Todo ser humano tem direito à instrução” (UNICEF, 1948).

O modelo de educação que conhecemos nos dias de hoje é apenas uma das muitas possibilidades de ensino e aprendizagem universal de qualidade. Desse modo, o acesso livre a recursos educacionais é primordial para que esses modelos fiquem mais flexíveis e disponíveis a todos (AMIEL apud SANTANA; ROSSINI; PRETTO, 2012).

A UNESCO (2011 apud REA, 2015) colabora com a definição de REA:

REA são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e o reuso potencial dos recursos publicados digitalmente. Recursos

Educacionais Abertos podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento.

A educação ainda depende muito de recursos didáticos impressos cuja logística de distribuição e custo inviabilizam, muitas vezes, no processo de confecção. As tecnologias da Informação e da Comunicação conseguem facilitar a distribuição e o acesso aos materiais didáticos – professores e alunos podem ser ativos e ajudar a construir os recursos educacionais do presente e do futuro da escola. As mídias favorecem e ajudam na interação e construção coletiva de conteúdo, a fim de que elas sejam cada vez mais disseminadas e desenvolvidas.

Segundo Okada e Barros (2010), os REA *on-line* proporcionam inúmeras formas de utilização de tecnologias e metodologias que ampliam a autonomia do aluno. Nesse cenário, as mídias interativas, os recursos educacionais e a aprendizagem aberta colaborativa conseguem potencializar as práticas pedagógicas e de aprendizagem, deixando-as mais significativas e ativas.

Os REA vem expandir e flexibilizar o acesso ao ensino e a aprendizagem, congregando seu licenciamento de maneira aberta e, ainda, livre para ser modificado, alterado e construído de forma colaborativa (AMIEL apud SANTANA; ROSSINI; PRETTO, 2012).

Ressaltando que a educação é de todos e para todos, surge a necessidade da criação de REA com conteúdos específicos, utilizando os conceitos de design e recursos como aplicativos e vídeos – objetos de aprendizagem que serão pesquisados neste projeto. Corroborando com essa realidade, esta pesquisa visa à criação de interface digital de um REA com conteúdos básicos sobre composição visual para estudantes de Design.

1 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste estudo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas. Na primeira fase, foram utilizados livros que abrangeram as áreas de sintaxe visual, tipografia, design gráfico e a história do Design no Brasil.

Donis (2007), em seu livro “Sintaxe da Linguagem Visual” (Capítulo 1) defende a proposta de que as ferramentas visuais são fundamentais na compreensão e no auxílio do aprendizado desde criança. Segundo o autor, na infância, uma criança utiliza a “consciência tátil para conhecer as coisas ao seu redor” (Donis, 2007, p. 5). Após passar para um estágio de ensinamento, como a pré-escola, uma criança “passa a ter a capacidade de ver, reconhecer e compreender, em termos visuais, as forças

ambientais e emocionais”, adquirindo um repertório de imagens e tendo assim uma melhor assimilação (Donis, 2007, p. 6). Um exemplo é a utilização de tipografias com ilustrações para o ensino do alfabeto, associando letras às imagens de objetos, animais e afins, com o objetivo de melhorar o ensino e o aprendizado.

Seguindo ainda a linha de pensamento de Donis (2007, p. 6), o sentido visual exerce um poder diferenciado: “recebemos uma enorme quantidade de informações, de todas as maneiras e em muitos níveis”, ou seja, a capacidade de assimilarmos o grande número de informações que recebemos é maior quando utilizamos os recursos visuais para transmiti-las.

Com o intuito de aprimorar a proposta de formação do e-book para o auxílio do aprendizado, o uso apenas de imagens não será satisfatório no resultado final de compreensão. Por isso, a proposta é que seja utilizado o recurso de palavras-chave para que haja correlação entre as imagens e os conteúdos apresentados, estes serão separados em capítulos relacionados à categoria de matéria.

A tipografia auxiliará no projeto, sendo implantada no recurso Palavras-chave, mas nem por isso a sua importância será inferior.

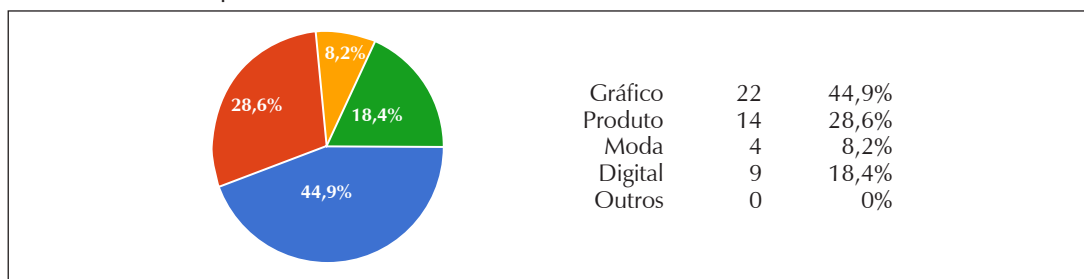
A importância da história da tipografia é citada no livro “Tipografia & Design Gráfico”, de Joaquim da Fonseca (2008). Na obra, o autor descreve a tipografia como: a arte de escrever e imprimir o tipo móvel. Considerada uma das maiores revoluções ocorridas no mundo, a tipografia se modificou, evoluiu e, além disso, acompanhou o desenvolvimento de técnicas e tecnologias até chegar aos dias de hoje, possibilitando inúmeras opções de técnicas e formas, bem como suprimindo diversas necessidades.

2 PESQUISA DE PÚBLICO

Esta pesquisa foi realizada dentro do cronograma estipulado, abordando os seguintes objetivos: conhecer as plataformas livres e digitais e a frequência com que os alunos interagem com livros, sejam eles digitais ou físicos, na área acadêmica. A pesquisa também pretende apresentar um conceito de livro acadêmico que seja leve e que atraia a atenção do aluno, fazendo com que ele deixe de procurar o livro acadêmico apenas quando solicitado pelo professor.

Com os dados obtidos por meio do questionário, analisamos o quanto o e-book poderá estar presente na rotina acadêmica destes indivíduos e os pontos positivos que possam atraí-los a usar o recurso REA.

GRÁFICO 1 – Em que ramo você se identifica?

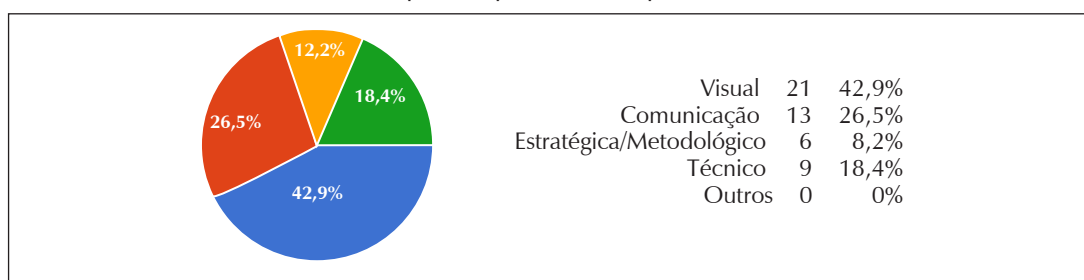


FONTE: As autoras (2015)

A maioria dos questionados tem a tendência da área do Design Gráfico – uma área que requer o domínio da linguagem visual, já que utiliza elementos gráficos, tipográficos e ícones, que terão a função de informar, ilustrar, entreter.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é criar um e-book que ajude a compreender os elementos da linguagem visual e não somente o gráfico, mas, como todas as áreas, é preciso ter esse conhecimento, a fim de desenvolver um bom projeto.

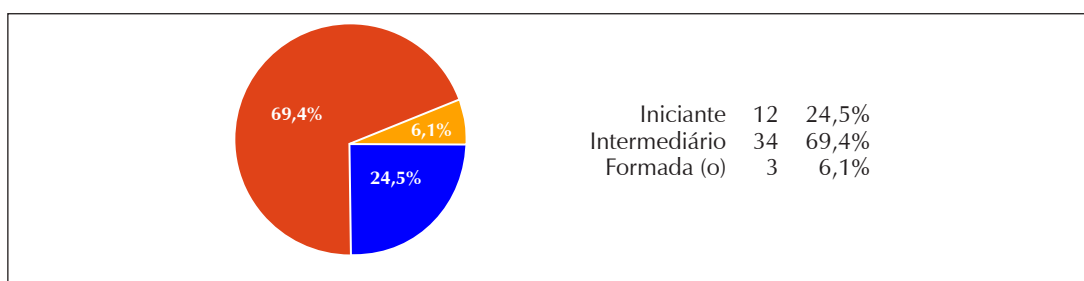
GRÁFICO 2 – Dentro de sua área, qual é a parte mais importante?



FONTE: As autoras (2015)

No segundo questionamento, a maioria dos entrevistados respondeu que a parte visual é uma das mais importantes dentro de um projeto, e a de comunicação é a segunda mais fundamental. Afirmam, assim, que o conhecimento dessas áreas precisa se dar de forma clara, a fim de que se tenha uma boa compreensão e seja boa a implementação.

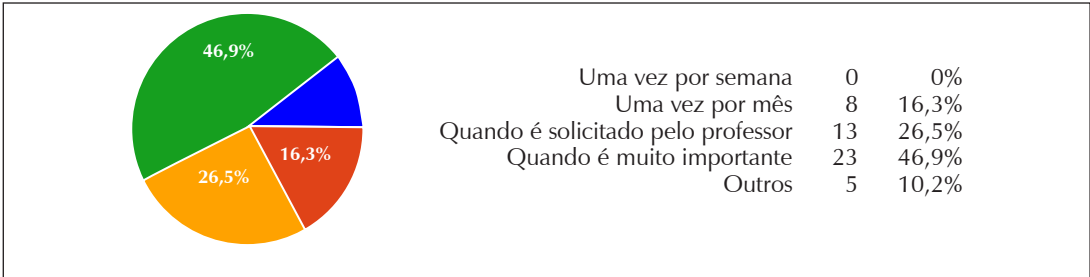
GRÁFICO 3 – Em qual estágio de formação acadêmica você está?



FONTE: As autoras (2015)

A pesquisa revelou que mais da metade dos entrevistados está na metade da fase acadêmica, o que mostra que eles já tiveram, direta ou indiretamente, contado com o conteúdo trabalhado nesta pesquisa.

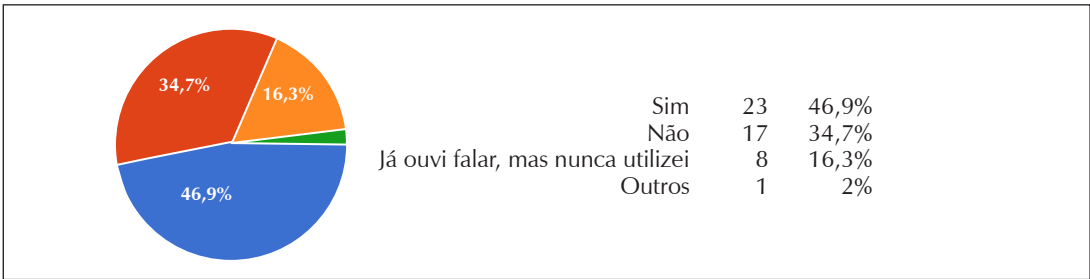
GRÁFICO 4 – Com que frequência você lê um livro com tema acadêmico?



FONTE: As autoras (2015)

Questionados em relação à frequência que leem livros acadêmicos, revelaram que o interesse por essa categoria de livros é baixa, pois só é procurada em duas ocasiões: quando solicitado pelo professor e quando consideram muito importante o assunto, ou seja, quando o conteúdo lhes agrada.

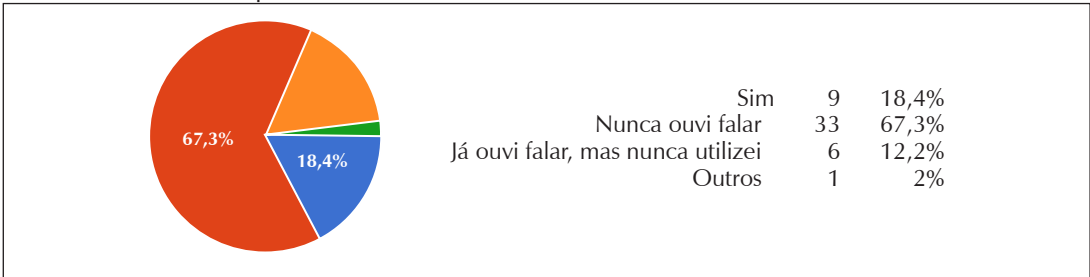
GRÁFICO 5 – Sabe o que é conteúdo aberto?



FONTE: As autoras (2015)

Verificou-se que quase metade dos questionados sabe o que é conteúdo aberto, de livre acesso a todos que queiram utilizar para fins diversos e que tem como um dos pontos base a disseminação de conteúdo a todos.

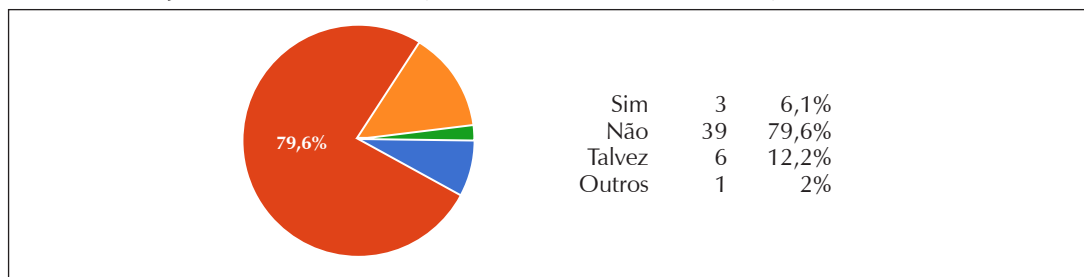
GRÁFICO 6 – Sabe o que é REA?



FONTE: As autoras (2015)

Segundo a pesquisa, mais da metade do público questionado não sabe o que é o REA, que em nosso projeto é a plataforma de conceito e de regra na formação do conteúdo que será trabalhado no *e-book*.

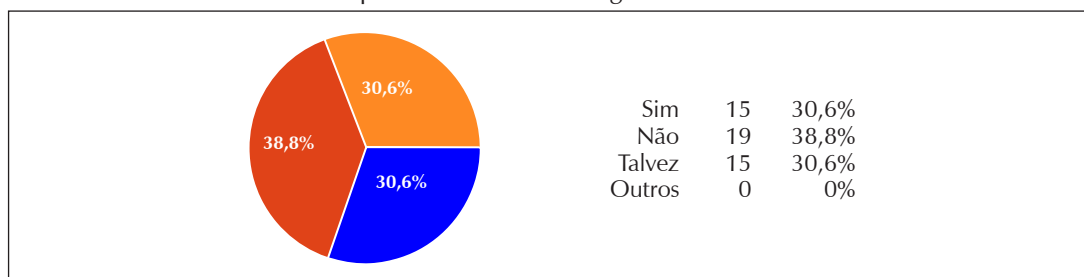
GRÁFICO 7 – Já usou o recurso REA (Recursos Educacionais Abertos)?



FONTE: As autoras (2015)

Para confirmação do questionamento anterior, mais da metade dos entrevistados respondeu que não sabe o que é o REA. Desse modo, quando questionados sobre a utilização dessa plataforma, seguiu o mesmo resultado, ou seja, mais da metade dos entrevistados não conhecem e não utilizam o REA.

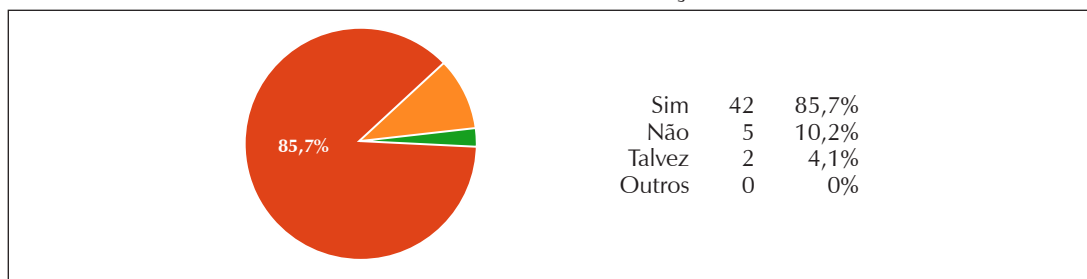
GRÁFICO 8 – Você consome a plataforma de livros digitais *e-book*?



FONTE: As autoras (2015)

O resultado desse questionamento pode ser dividido em três partes: um terço consome a conteúdo na plataforma digital; outro terço raramente consome *e-book*; o último não utiliza esta plataforma (voltando ao ponto de que o *e-book* terá de ter uma linguagem leve, sem contradições). Será, então, um novo desafio fazer com que os dois públicos – o que não consome e o que utiliza raramente – mudem a visão que têm sobre essa plataforma e passem a consumi-la.

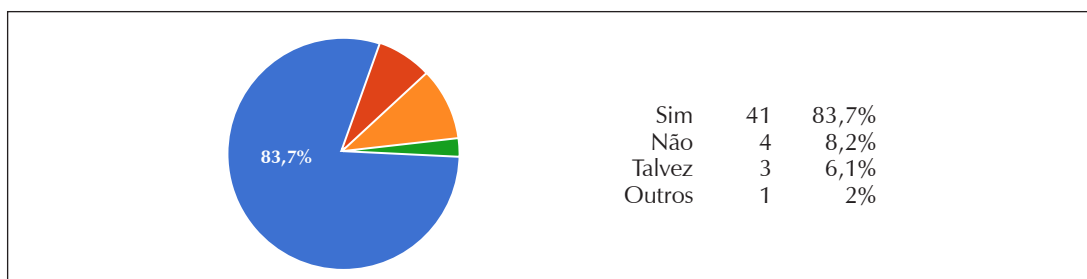
GRÁFICO 9 – Você acha necessário o uso de recursos de imagens na compreensão de certos conteúdos relacionados à área de comunicação visual?



FONTE: As autoras (2015)

Quase o total dos questionados afirmaram que a utilização de recursos de imagem é necessária para a compreensão de conteúdos relacionados à comunicação visual, confirmando as expectativas do início desta pesquisa.

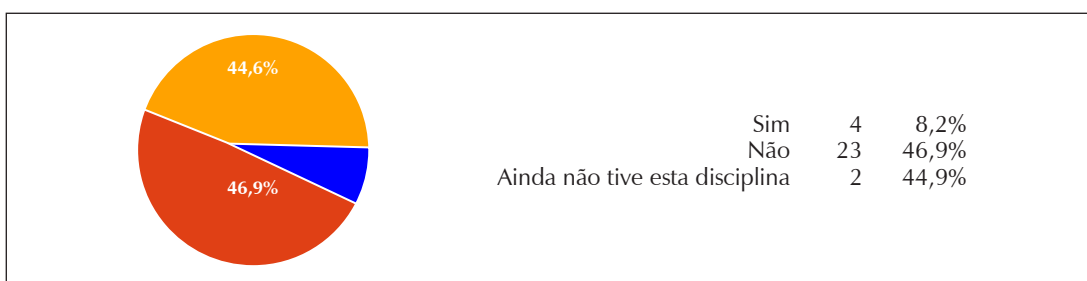
GRÁFICO 10 – Em um livro cujo foco é a utilização de recursos imagens para a apresentação do conteúdo, a utilização de palavras-chave e tags será um recurso válido que auxiliará na compreensão do conteúdo?



FONTE: As autoras (2015)

Inicialmente foi proposta a utilização de recursos de complementação às imagens. Essa proposta foi reafirmada com esse questionamento (GRÁF. 10), pois quase o total das respostas foi positiva para a utilização de recursos que complementem as imagens.

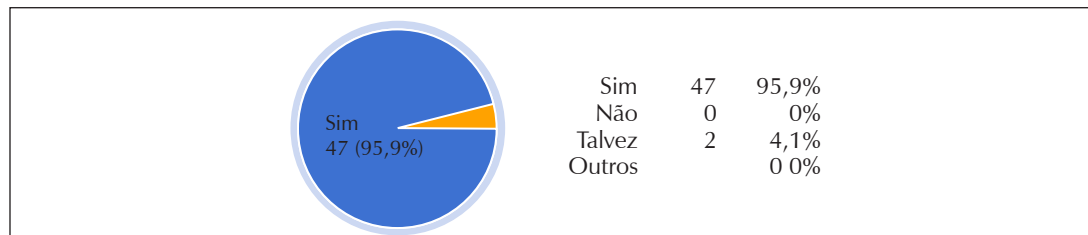
GRÁFICO 11 – Se você já teve ou está tendo a disciplina de elementos da comunicação visual, apresentou alguma dificuldade na compreensão do conteúdo?



FONTE: As autoras (2015)

Como este questionário foi aplicado a acadêmicos e pessoas do meio, há uma diferença no grau de conhecimento da matéria que está sendo trabalhada neste projeto, por isso há variação entre os dados de quem já teve este conteúdo e os daqueles que ainda não tiveram.

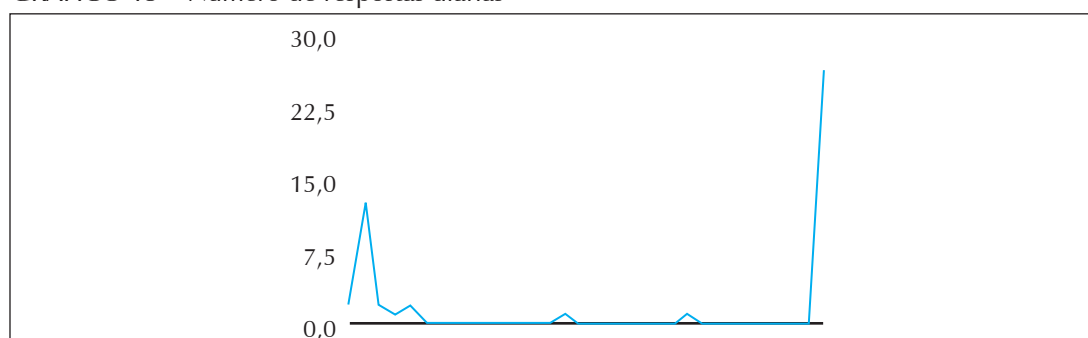
GRÁFICO 12 – Você acha importante o uso de recursos visuais para o ensinamento, seja ele em qualquer etapa?



FONTE: As autoras (2015)

E, por fim, para reafirmar a aceitação da ideia da utilização de recursos visuais – sejam eles em qualquer etapa de ensinamento –, quase todos os questionados afirmaram que será uma ferramenta que complementará o estudo.

GRÁFICO 13 – Número de respostas diárias



Devido ao baixo retorno na plataforma digital, o questionário foi aplicado também na forma impressa. O período em que o questionário ficou disponível foi de 19 de maio até 18 de junho de 2015, aos alunos da FAE Centro Universitário, PUC e UTFPR. Ao todo foram 50 questionados.

3 RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA COM O PÚBLICO-ALVO

Depois de analisar os dados, chegou-se à conclusão de que ainda há uma distância entre a utilização de *e-book* e de plataformas digitais, pois os alunos questionados não têm o costume de consumir livros, tanto físicos quanto digitais, apenas o fazem quando solicitado pelo professor.

Vendo isso como motivo, a proposta inicial de criar um *e-book* interativo pode ser a saída dessa distância entre o consumo de livros e a falta de interesse, pois esse material será uma forma diferente de complementar o estudo desses acadêmicos – com formato interativo que possa ser utilizado tanto em *tablets*, Kindles e *smartphones*, visto que estes estão presentes no dia a dia desses indivíduos.

Já sobre as questões técnicas questionadas, a utilização de recursos de interatividade é de suma importância, pois é preciso criar algo que atraia o interesse dos alunos; amplie a utilização desse material; não seja monótono e, além disso, faça com que eles tenham interesse em continuar a interagir com o *e-book*.

4 APRESENTAÇÃO DE SEMELHANTES

Para ter uma criação bem fundamentada, é necessário buscar referências de *layout*, de disposição de imagens e de ferramentas de interatividade em materiais já existentes.

A seguir, há quatro referências implementadas no projeto.

FIGURA 1 – Característica escolhida do exemplar: divisão dos capítulos por cores

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA LEGISLATIVA
Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÃO
Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado
COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA
Diretora: Maria Clara Bicudo Cesar
DEPARTAMENTO TÉCNICO
Diretor: Reinaldo Carvalho Brandão
Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informa-
ção – Cedi
Coordenação Edições Câmara – Coedi
Anexo II – Praça dos Três Poderes
Brasília (DF) – CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-5809;
Fax: (61) 3216-5810
edicoes.cedi@camara.gov.br

IAB – DF
Igor Campos
Presidente – Gestão 2008/2009
Luiz Otávio Alves Rodrigues
Presidente – Gestão 2006/2007

Roteiros, pesquisa e textos
Andrey Rosenthal Schlee e
Sylvia Ficher
Revisão técnica
Danilo Matoso Macedo
Fotografia
Joana França
Design, capa e produção gráfica
Pili + Anticorp Design
Esteban Pinilla, Fábio Pili e Pablo Julio
Tradução
Mariana Escosteguy Cardoso

SÉRIE
Obras em parceria
n. 1

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Guia de obras de Oscar Niemeyer : Brasília 50 anos. – Brasília : Instituto
dos Arquitetos do Brasil : Câmara dos Deputados, Edições Câmara,
2010.
263 p. – (Série obras em parceria ; n. 1)

ISBN 978-85-736-5716-6

Texto em português, inglês e espanhol.

O Guia de obras de Oscar Niemeyer é uma iniciativa do Instituto de
Arquitetos do Brasil – Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), em
parceria com a Câmara dos Deputados, como parte das homenagens
aos 50 anos de Brasília.

1. Niemeyer, Oscar, 1907-. 2. Arquiteto, homenagem, Brasil. 3. Arqui-
tetura, Brasília. I. Série.

CDU 72(817.4)

ISBN 978-85-736-5716-6 (brochura)

ISBN 978-85-736-5717-3 (e-book)



FONTE: Ficher, Schlee (2010)

A divisão dos capítulos por cores facilita a distinção dos capítulos e dos conteúdos por eles apresentados.

ROTEIRO
ESPLANADA DOS
MINISTÉRIOS



ROTEIRO
EIXO MONUMENTAL



ROTEIRO
NIEMEYER HISTÓRICO



ROTEIRO
NIEMEYER NA UnB



ROTEIRO
NIEMEYER COMPLETO



FIGURA 2 – Característica escolhida do exemplar: disposição das imagens dentro do *layout*



FONTE: Andrea Bandoni (2012)

A disposição das imagens no *layout* analisado faz com que seja dinâmica a leitura da página, e, quando necessário, deixa a imagem em destaque na página do e-book. A semelhança deste e-book, proposto neste projeto, dá-se por meio de um conteúdo de imagens e de pequenas legendas.

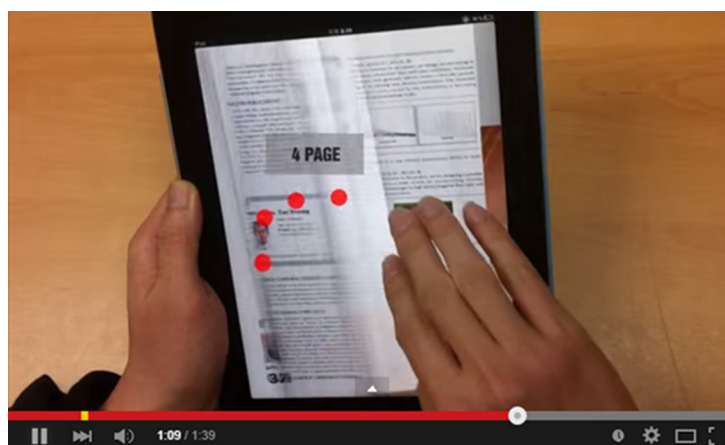
FIGURA 3 – Característica escolhida do exemplar: comando de acesso e seleção, *layout* da página e disposição de imagem



FONTE: A history... (2015)

São apresentados neste *e-book* imagens de objetos antigos da Irlanda, com um conteúdo contando a história de cada um deles. No entanto, o que mais chamou atenção e que, com isso, o levou a ser escolhido como referência são a facilidade e as alternativas de *layout* que o usuário pode escolher de acordo com sua preferência de procura e leitura do conteúdo.

FIGURA 4 – Característica escolhida do exemplar: interatividade



[KAIST ITC] Smart E-Book Interface Prototype Demo

FONTE: Sangtae (2012)

Na FIG. 4, passagem de folhas, isto é, o folhear em uma função fácil e ágil que move as páginas de acordo com quantos dedos são passados de um lado a outro da tela.

5 GERAÇÃO DE ALTERNATIVAS

Dentro da área de Design, uma das principais etapas no desenvolvimento de projeto é a geração de alternativas. Esta visa colocar em prática ideias relacionadas ao tema, bem como dentre essas ideias, analisar a que melhor se adequa ao foco do projeto. A seguir, há duas gerações de alternativa e seus pontos principais.

5.1 PRIMEIRA ALTERNATIVA

A proposta trabalhada foi o **minimalismo das formas**, apresentando em destaque as três formas básicas dos elementos da linguagem visual (triângulo, círculo e quadrado) e também a utilização das linhas retas na tipografia da capa e nos complementos no interior.

As cores predominantes são amarelo, preto e branco, elas estarão presentes ao longo do e-book, variando a cada capítulo.

FIGURA 5 – Primeira alternativa: Capa, Apresentação, Sumário, Abertura dos capítulos

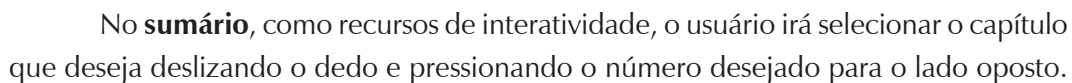


No **sumário**, com a descrição do conteúdo de cada capítulo, o aluno poderá escolher se quer ir ao capítulo ou a um tema específico dentro dele, com a opção de fazer anotações no próprio e-book.

5.2 SEGUNDA ALTERNATIVA

As cores escolhidas – uma combinação de azul, branco, preto e vermelho – formam uma paleta harmônica. Serão duas tipografias a serem utilizadas: uma mais arredondada nas entradas de capítulo, nos títulos e na capa; a outra tem característica regular, o que facilita leituras que necessitam de mais tempo.

FIGURA 6 – Segunda alternativa: Capa, Apresentação, Sumário, Abertura dos capítulos



Caso queira saber do que se trata o capítulo, basta pressionar e segurar o número que aparecerá uma caixa de texto revelando os principais pontos a serem mostrados.

Após ser direcionado ao **capítulo**, o usuário terá duas opções: navegar pelo capítulo ou escolher o que lhe interessa, usando a função de pressionar o círculo que contém o número do capítulo por alguns segundos e ao entorno aparecerá um novo círculo com as subdivisões deste. Para selecionar basta arrastar o dedo até a opção escolhida.

Observação: Dentre as duas opções, a segunda alternativa deverá suprir os requisitos de interatividade e exposição do conteúdo.

CONCLUSÃO

Após todas as etapas realizadas, seguindo o cronograma e os conceitos de Donis Dondis (2007) aplicados a este trabalho, é possível concluir que este pode ser executado com grande retorno. Isso se levarmos em conta que tudo a nossa volta está formado por elementos da linguagem visual (linhas, pontos, formas etc.) e trazer este conteúdo para a formação de um *e-book* interativo – um recurso de imagens e ilustrações que irão auxiliar na percepção e compreensão, tanto para fins acadêmicos quanto para conhecimento a ser imposto em futuros trabalhos – e essencialmente reafirmar o conceito do REA – que é de levar a educação e a informação a todos, a fim de que se possa atingir o máximo de usuários, já que é um recurso de livre acesso.

REFERÊNCIAS

- A HISTORY of Ireland in 100 objects. **Arquiveeu2013.ie**. Disponível em: <<http://www.eu2013.ie/100objects>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- BANDONI, A. **Objetos da Floresta**, 2012. Disponível em: <<http://andreabandoni.com/Objetos-da-Floresta>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- DONIS, D. A. **Sintaxe da linguagem visual**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção A).
- FICHER, S.; SCHLEE, A. R. **Guia de obras de Oscar Niemeyer**: Brasília 50 anos. Brasília: Instituto dos Arquitetos do Brasil, Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3565>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- FONSECA, J. da. **Tipografia & design gráfico**: design e produção gráfica de impressos e livros. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- DILLENBOURG, P. What do you mean by collaborative learning? In: DILLENBOURG, P. (Ed.). **Collaborative-learning**: cognitive and computational approaches. Oxford: Elsevier, 1999. p. 1-19.
- KIM, S. **Vídeo Smart E-Book Interface Prototype Demo**. 8 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rVyBwz1-AiE>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2006.
- MORIN, E. **O espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- OKADA, A.; BARROS, M. Ambientes virtuais de aprendizagem aberta: bases para uma nova tendência. **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, Barueri, v. 3, p. 1-20, jul. 2010. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/2010/edicao_3/2-ambientes_virtuais_de_aprendizagem_aberta-bases_para_uma_nova_tendencia-alexandra_okada-daniela-melare-vieira-barros.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.
- PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço**: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). **Conceito**. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/conceito>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. (Org.). **Recursos educacionais abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. Disponível em: <<http://www.livrorea.net.br/livro/livroREA-1edicao-mai2012.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- TORRES, P. L. **Prática pedagógica na educação presencial e a distância**: metodologias e recursos inovadores de aprendizagem, 2009. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=W810582>>. Acesso em: 12 set. 2013.

TORRES, P. L.; ALCÂNTARA, P. R.; IRALA, E. A. F. **Grupos de consenso**: uma proposta de aprendizagem colaborativa para o processo de ensino-aprendizagem. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 13, p. 129-145, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1891/189117791011.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

UNESCO. **UNESCO and education**: everyone has the right to education. Paris: 2011.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

WILEY, D. A. Connecting learning objects to instructional design theory: a definition, a metaphor, and a taxonomy. In: WILEY, D. A. (Ed.). **The instructional use of learning objects**, 2001. Disponível em <<http://reusability.org/read/chapters/wiley.doc>>. Acesso em: 16 out. 2013.

A ANÁLISE DE CONTEÚDO EM PLATAFORMAS DE INTERAÇÃO *ON-LINE*: APLICAÇÃO COMPARATIVA ENTRE TWITTER E FACEBOOK

Carlos Eduardo de Jesus Fernandes¹

Lucina Reitenbach Viana²

RESUMO

Este trabalho, com o propósito de comparar a viabilidade de aplicação do método de análise de conteúdo em plataformas de interação *on-line*, sabidamente Facebook e Twitter, apresenta o resultado da pesquisa aplicada. Foram observados, a partir da netnografia, os perfis autorais do Jovem Nerd em ambas as plataformas, com a finalidade de entender de que modo essas trocas comunicacionais ocorrem, além de atestar a aplicação dessa metodologia através das etapas que compõem a netnografia.

Palavras-chave: Twitter. Facebook. Análise de Conteúdo. Netnografia. Metodologia.

¹ Aluno do 2º ano do curso de Tecnologia em Produção Multimídia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: kadufernandiz@gmail.com

² Doutora em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná. Coordenadora e professora dos Cursos de Marketing e de Produção Multimídia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: lucina.viana@fae.edu

INTRODUÇÃO

A pluralidade de manifestações discursivas presentes na contemporaneidade desencadeia a necessidade cada vez mais rápida de entendimento sobre os processos da sociedade. Nestes, tais manifestações são constituídas a fim de elucidar as dinâmicas relacionais estabelecidas a partir do processo comunicacional e, por consequência, entender o caminho que tomamos como sociedade.

Dessa forma, compreender a pertinência e a forma de aplicação dos processos de investigação de práticas comunicacionais estabelecidas nas plataformas de interação *on-line* torna-se objeto desta pesquisa. Entendê-las e sobretudo trabalhar com sua aplicação corresponde ao processo empírico de utilização de conceitos técnicos para a produção do conhecimento.

A análise de conteúdo, nesse cenário, revela-se com novos contornos quando envolta pelas possibilidades da disponibilidade técnica de dados que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) proporcionam. A mídia socializada, apropriada pelas pessoas como instrumento de enunciação, configura-se como uma plataforma em que trocas comunicacionais cada vez mais complexas são desenhadas. Essas trocas, enunciativas por essência e por condição, refletem as práticas sociais e são, portanto, extremamente pertinentes como universo de pesquisa.

1 METODOLOGIA

A partir da seguinte pergunta a ser investigada: De que forma a análise de conteúdo pode ser aplicada no cenário midiático fragmentado contemporâneo?, este estudo pretende contribuir para o entendimento e a divulgação de métodos, processos e procedimentos de investigação pertinentes ao universo *on-line*. Além disso, a pesquisa serve como base para o aprofundamento de diversas outras questões relacionadas ao âmbito das práticas sociais estabelecidas em plataformas de interação *on-line*, observadas a partir de suas práticas enunciativas.

O objetivo é entender de que forma a análise de conteúdo, como método, suporta o trabalho de campo desenvolvido em pesquisas empíricas, nas quais se pretende avaliar práticas sociais estabelecidas por meio de enunciações em plataformas de interação *on-line*. Paralelamente, pretende-se também: entender a reconfiguração do método de análise de conteúdo a partir de sua utilização em universos alocados no ciberespaço; avaliar seus procedimentos em meio à dinamicidade do universo pesquisado; produzir um estudo de aplicação do método em plataformas de interação

on-line distintas, notadamente; comparar a utilização e as práticas do método quando o universo se localiza no Facebook e no Twitter.

Quanto aos objetivos, segundo Gil (2008), esta pesquisa se apresenta como explicativa, na medida em que pretende identificar os fatores que contribuem para a retomada da análise de conteúdo, além de desenhar um modelo comparativo entre seus procedimentos quando aplicada em diferentes universos constituintes de amostras. Quanto aos procedimentos técnicos, configura-se como experimental quando o objeto selecionado para o estudo é a própria metodologia e seus procedimentos, observados a partir de sua comparação em universos distintos.

As fontes de coleta de dados serão comunidades instituídas a partir do Facebook e do Twitter. Nestes, os procedimentos de verificação da netnografia puderam ser avaliados.

2 PESQUISA DE CAMPO

2.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Nesta etapa foi realizada a definição do objeto de pesquisa para este estudo: o *Jovem Nerd* – um *blog* conhecido em todo território brasileiro, por seu público jovem e antenado, apaixonado pela cultura pop e tecnologia – e algumas de suas publicações no Facebook e no Twitter.

2.2 VALIDAÇÃO DOS OBSERVÁVEIS

Esta etapa da pesquisa consiste em verificar e constatar que estamos diante de comunidades e não grupos ou argumentos momentâneos ou transitórios.

Como suporte a esta verificação, foram utilizados os quatro procedimentos de validação, apresentados por Kozinets (1998, p. 9):

- (1) indivíduos que estejam familiarizados entre si, (2) comunicações que sejam especificamente identificadas e não anônimas, (3) linguagem específica do grupo, símbolos e normas, e (4) a manutenção e fiscalização das fronteiras entre dentro e fora do grupo.

Como é possível visualizar na FIG. 1, foram apresentados exemplos extraídos do material analisado, confirmando cada um dos quatro procedimentos mencionados, validando o conjunto de interações e conteúdos como passível de análise através da netnografia.

FIGURA 1 – Exemplo de indivíduos familiarizados entre si na amostra observada



FONTE: Facebook (2014)

Em algumas publicações na *fanpage* do *Jovem Nerd*, também percebemos a identificação que os fãs têm com a página, visto que pressupõem que determinado conteúdo se reverterá em uma reação ou comentário dos produtores do *Jovem Nerd*.

Mesmo não havendo relação com a matéria-prima do *Jovem Nerd* – conteúdos voltados ao público apaixonado por tecnologia e cultura pop –, a familiarização e a interação ocorrem da mesma forma, pois também há identificação com as publicações feitas.

FIGURA 2 – Exemplo de indivíduos familiarizados entre si no *Twitter* do *Jovem Nerd*



FONTE: Twitter (2015)

FIGURA 3 – Exemplo de comunicações que sejam especificamente identificadas e não anônimas no Facebook da página do *Jovem Nerd*



FONTE: Facebook (2015)

Neste último exemplo, podemos perceber que os fãs da página não se importam em demonstrar sua opinião de maneira pública, independentemente de ser um posicionamento de aprovação ou desaprovação. Quando eles se veem diante de um conteúdo que não os agrada, prontamente expõem suas opiniões, isso de forma totalmente identificável, ou seja, não anônima.

FIGURA 4 – Exemplo de linguagem específica do grupo, símbolos e normas sobre o jogo *Shadow of Mordor* (Twitter do Jovem Nerd)



FONTE: Twitter (2015)

O que se percebe nas figuras 4 e 5 é que há utilização de um vocabulário peculiar, onde são abordados assuntos acerca do jogo *Shadow of Mordor*, destinadas ao público-alvo do *Jovem Nerd*. Além disso, os fãs e seguidores se identificam e conseguem interagir com as publicações, adotando também a linguagem utilizada pelo *Jovem Nerd*, dando ao assunto a devida continuidade.

FIGURA 5 – Exemplo de linguagem específica do grupo e de símbolos e normas – Twitter do *Jovem Nerd*



FONTE: Twitter (2015)

FIGURA 6 – Exemplo de “linguagem específica do grupo e de símbolos e normas” – Facebook *Jovem Nerd*



FONTE: Facebook (2015)

Aos fãs e seguidores do *Jovem Nerd*, tanto no Twitter quanto no Facebook, termos como *Podcast*, *NerdCast*, *NerdOffice* e *NerdStore* são familiares e dispensam apresentações. O uso de linguagem coloquial também é uma das características peculiares. É possível também identificar a utilização de jargões, por exemplo, “lambda lambda lambda”, que o *Jovem Nerd* aplica ao divulgar um novo conteúdo lançado nas redes sociais digitais.

FIGURA 7 – Exemplo de manutenção e fiscalização das fronteiras entre, dentro e fora do grupo (Twitter do *Jovem Nerd*)



FONTE: Twitter (2015)

Nota: O termo LOTR significa *Lord Of The Rings* (Senhor do Anéis)

Podemos interpretar a interação (FIG. 7) como uma forma de manutenção e fiscalização das fronteiras, uma vez que, por exemplo, um seguidor faz certa menção no perfil da página no Twitter do *Jovem Nerd*, demonstrando, desse modo, ter conhecimento da trilha sonora utilizada em uma das produções, e recebe uma resposta confirmando a informação dada.

FIGURA 8 – Exemplo de Manutenção e fiscalização das fronteiras entre, dentro e fora do grupo (Twitter do *Jovem Nerd*)



FONTE: Twitter (2015)

Nota: A sigla POA se refere à cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul

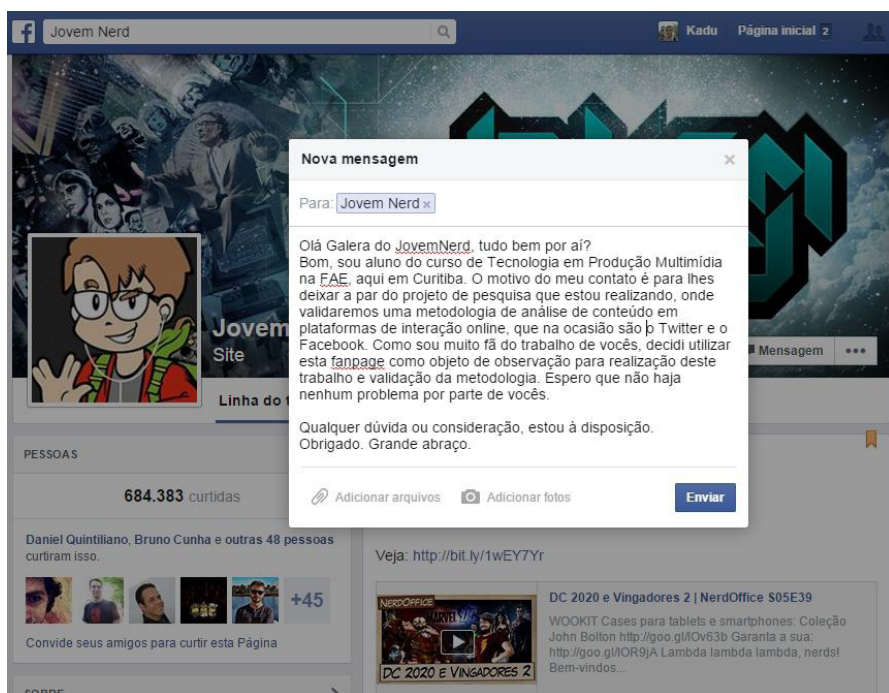
Na FIG. 8, podemos considerar que ocorre manutenção e fiscalização das fronteiras entre, dentro e fora do grupo, visto que o *Jovem Nerd* aproveita-se de uma viagem a Porto Alegre para avisar aos seus seguidores (inclusive os que residem nessa cidade) que estará por lá dentro de algumas horas – trata-se, para os fãs, de uma oportunidade de encontro fora das plataformas de interação *on-line*.

Sendo assim, concluímos que os quatro itens propostos por Kozinets (1998) para a validação dos observáveis, conforme a comunidade, são observados em todos os espaços do recorte proposto para esta pesquisa.

2.3 ENTRÉE CULTURAL

Para dar início ao processo de pesquisa, realizamos o Entrée Cultural, sendo esta a primeira etapa do processo investigativo. No dia 29 de outubro de 2014, foi realizado o contato com a equipe da página do Facebook do Jovem Nerd, por meio de sua *fanpage* no Facebook, a fim de lhes informar que a partir de então a página passaria a ser objeto de observação para validação da metodologia de análise de conteúdo em plataformas de interação *on-line*.

FIGURA 9 – Entrée Cultural realizada a partir de mensagem privada na *fanpage* do *Jovem Nerd* no Facebook



FONTE: Facebook (2014)

Até a publicação deste artigo, não obtivemos nenhum retorno dos administradores da página com relação ao contato realizado. A última verificação ocorreu em 3 de dezembro de 2014, às 11h04.

No Twitter, a abordagem não pôde ser realizada, em razão de o perfil do observável (@JovemNerd) não seguir o meu perfil pessoal (@kadu_fernandiz). Desse modo, não é possível o envio de Direct Mensage (DM) para repetir o processo realizado no Facebook, apresentando nossa proposta de trabalho. Com isto, a abordagem no Facebook foi mais ampliada, citando também o Twitter com observável, como mostra a FIG. 1.

2.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Nesta etapa da netnografia, tomamos como recorte inicial uma amostra de observação das publicações realizadas pelo *Jovem Nerd* no período que compreendeu entre os dias 24 de novembro de 2014 a 1º de dezembro de 2014. Foram coletadas todas as publicações realizadas, tanto na *fanpage* do Facebook quanto no perfil do Twitter.

QUADRO 1 – Referência do Recorte dos Observáveis

PERFIL ANALISADO	FASE INICIAL DE PUBLICAÇÕES		FASE ATUAL DE PUBLICAÇÕES	
	DATA	HORA	DATA	HORA
<i>Fanpage</i> do Jovem Nerd no Facebook	01/12/14	20:16	01/12/14	23:00
Perfil do Jovem Nerd no Twitter	02/12/14	15:08	02/12/14	17:42
	03/12/14	09:55	03/12/14	10:35

FONTE: Os autores (2015)

O Jovem Nerd se faz presente em diversos canais *on-line*, dentre eles o Facebook e o Twitter, nossos objetos de observação nesta pesquisa.

Ambos os perfis são alimentados diariamente com publicações voltadas ao universo *nerd/geek*. A observação das publicações dos perfis foi feita no período que compreende do dia 24 de novembro a 1º de dezembro de 2014.

As postagens realizadas no Facebook são, em sua maioria, compostas por textos e *links* que levam os fãs diretamente ao *site* do *Jovem Nerd*. Dentre os assuntos mais abordados nessa plataforma podemos destacar cinema e *games*.

FIGURA 10 – Exemplo de postagem sobre games na *fanpage* do Jovem Nerd no Facebook



FONTE: Facebook (2014)

FIGURA 11 – Exemplo de postagem sobre cinema na *fanpage* do Jovem Nerd no Facebook

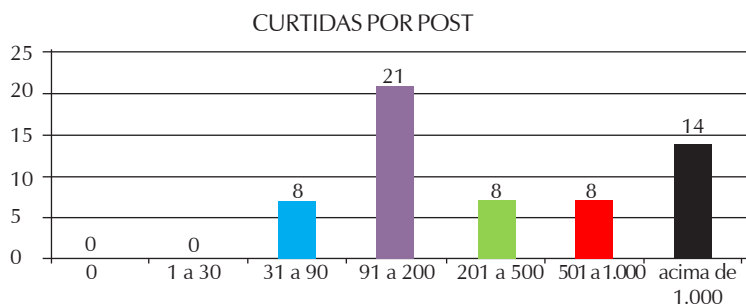


FONTE: Facebook (2014)

O envolvimento dos seguidores na *fanpage* é muito expressivo. A maioria das publicações possui mais de 90 curtidas. Com relação aos comentários, há também bastante envolvimento. Dentre as postagens analisadas, há diversas com mais de 100 comentários. Os compartilhamentos (feitos por fãs) também são bastante frequentes, o que torna o conteúdo da página ainda mais abrangente.

Todos esses números deixam evidente a identificação do público da *fanpage* com o conteúdo dessas publicações.

GRÁFICO 1 – Total de curtidas das postagens realizadas pelos fãs na *fanpage* do Jovem Nerd, entre os dias 24 de novembro de 2014 e 3 de março de 2015

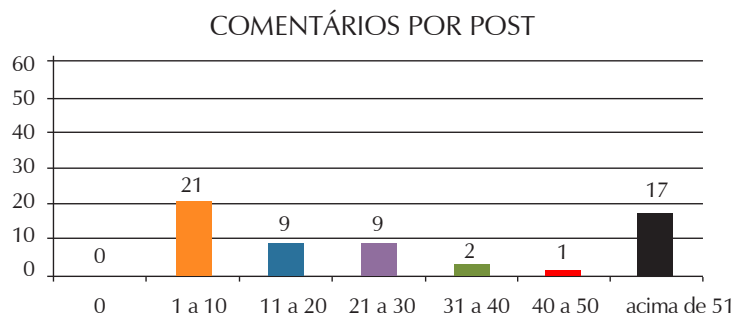


linha horizontal de dados: Quantidade de Curtidas

linha vertical de dados: Quantidade de Postagens

FONTE: Os autores (2015)

GRÁFICO 2 – Total de comentários das postagens realizadas pelos fãs na *fanpage* do *Jovem Nerd*, entre os dias 24 de novembro de 2014 e 3 de março de 2015



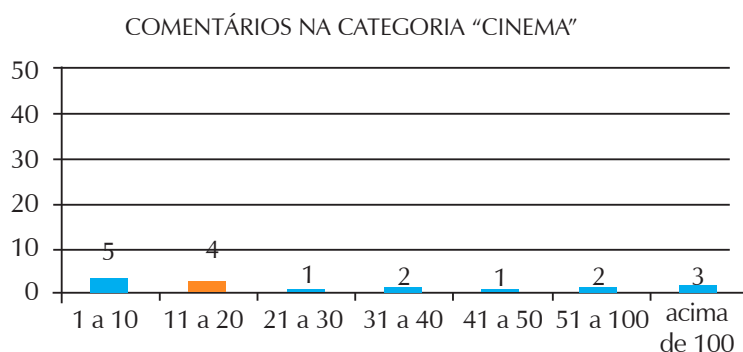
linha horizontal de dados: Quantidade de Comentários

linha vertical de dados: Quantidade de Postagens

FONTE: Os autores (2015)

Com relação às categorias presentes nas postagens da *fanpage*, as que obtêm maior engajamento são as de cinema e jogos. São justamente essas as categorias que recebem maior volume de postagens – o que certamente foi identificado pela equipe responsável pela página, visto que se dedica a focar os conteúdos nas categorias de maior interesse do público.

GRÁFICO 3 – Total de comentários em postagens da categoria cinema, na *fanpage* do *Jovem Nerd*, entre os dias 24 de novembro de 2014 e 3 de março de 2015

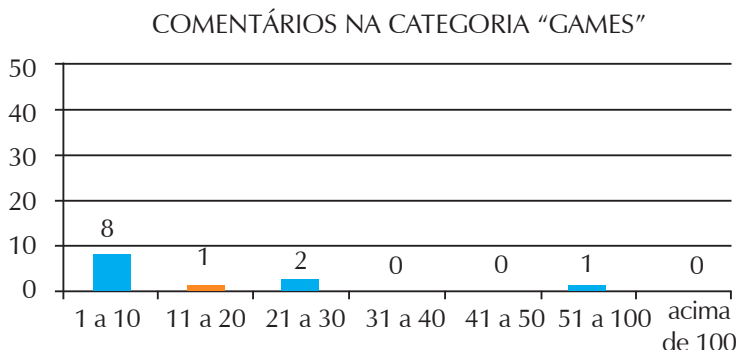


linha horizontal de dados: Quantidade de Comentários

linha vertical de dados: Quantidade de Postagens em Cinema

FONTE: Os autores (2015)

GRÁFICO 4 – Total de comentários em postagens da categoria *games*, na *fanpage* do *Jovem Nerd*, entre os dias 24 de novembro de 2014 e 3 de março de 2015



linha horizontal de dados: Quantidade de Comentários

linha vertical de dados: Quantidade de Postagens em Games

FONTE: Os autores (2015)

A interação por parte dos administradores da *fanpage* não existe. Em todas as postagens analisadas no período observado não foi encontrado nenhum registro de resposta dos administradores da página do Jovem Nerd. A área de comentários é de uso único e exclusivo dos fãs.

Em algumas publicações, podemos comparar a área de comentários como uma sala de bate-papo *on-line* ou com grupos de discussão sobre determinado assunto.

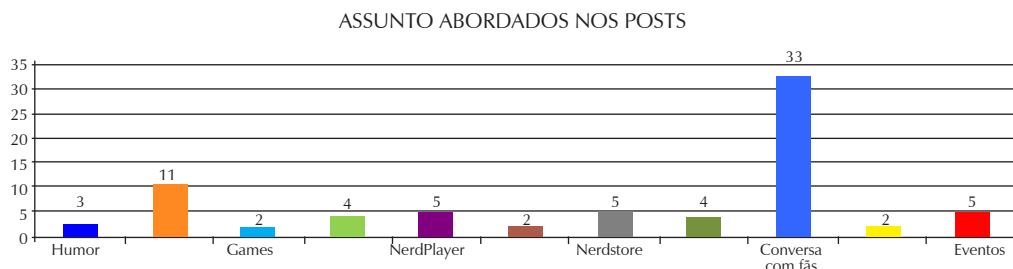
FIGURA 12 – Falta de interação dos administradores e comportamento similar a salas de bate-papo *on-line* ou com fóruns de discussão



FONTE: Os autores (2015)

O que mais nos chama a atenção, é que dentre os assuntos abordados no Twitter, através dos tweets, o diálogo entre os seguidores do perfil tem o maior volume de postagens.

GRÁFICO 5 – Os assuntos de maior interesse dos fãs da *fanpage* do *Jovem Nerd*



linha horizontal de dados: Assunto

linha vertical de dados: Incidência de postagens

FONTE: Os autores (2015)

FIGURA 13 – Diálogo próximo com seguidores/fãs



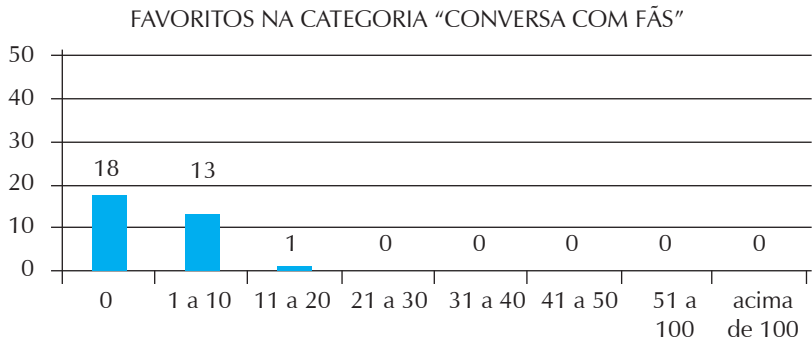
FONTE: Twitter (2014)

Em virtude da maior aproximação com os seguidores e fãs que o Twitter proporciona, é gerado um nível de engajamento muito alto. Essa interação dá “empoderamento” ao seguidor e traz uma legião cada vez maior de fãs para a base do perfil nessa plataforma.

Ainda falando sobre interação e engajamento, identificamos também a quantidade de *favorites* (curtidas) e *replies* (respostas) que cada *tweet* recebeu.

Com relação ao número de curtidas nos *tweets*, percebemos que o diálogo com os seguidores/fãs também lidera neste quesito.

GRÁFICO 6 – Categoria com o maior número de curtidas

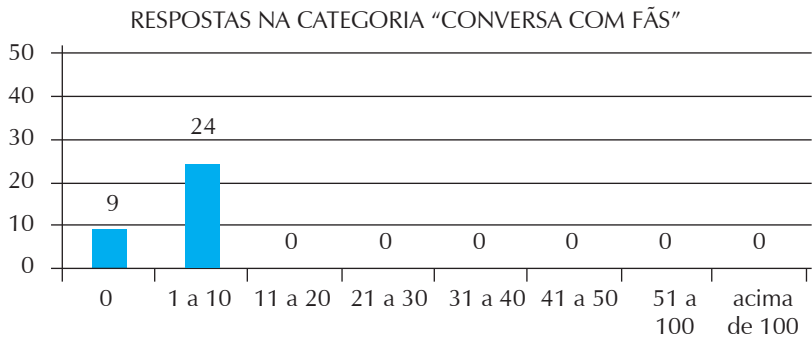


linha horizontal de dados: Quantidade de Favoritos

linha vertical de dados: Quantidade de Postagens em conversar com fãs

FONTE: Os autores (2015)

GRÁFICO 7 – Categoria com o maior número de respostas



linha horizontal de dados: Quantidade de Respostas

linha vertical de dados: Quantidade de Postagens em conversar com fãs

FONTE: Os autores (2015)

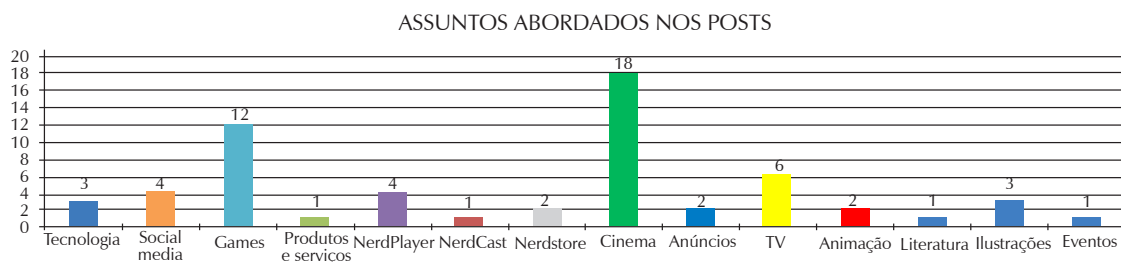
Para os *replies*, a conversa com os seguidores/fãs também se destaca.

Essas informações sustentam nossa hipótese de que, se comparado ao Facebook, o Twitter possui vantagem no quesito interação, pois os seguidores e fãs da marca *Jovem Nerd* se sentem próximos aos seus criadores e podem conversar com eles sobre assuntos diversos.

Já no Facebook, a *fanpage* é utilizada mais como um repositório de *links*, convidando os fãs da página a visitarem o *site* e consumirem o conteúdo ali disponibilizado.

Com relação ao tipo de conteúdo abordado em ambas as plataformas, a linha utilizada é a mesma, apenas com diferenças entre a quantidade de categorias identificadas no Facebook e no Twitter. A quantidade de categorias identificadas no Twitter é inferior à encontrada no Facebook, o que evidencia que a variedade de conteúdo apresentado em ambas as plataformas apresenta variações.

GRÁFICO 8 – Categorias identificadas no Facebook

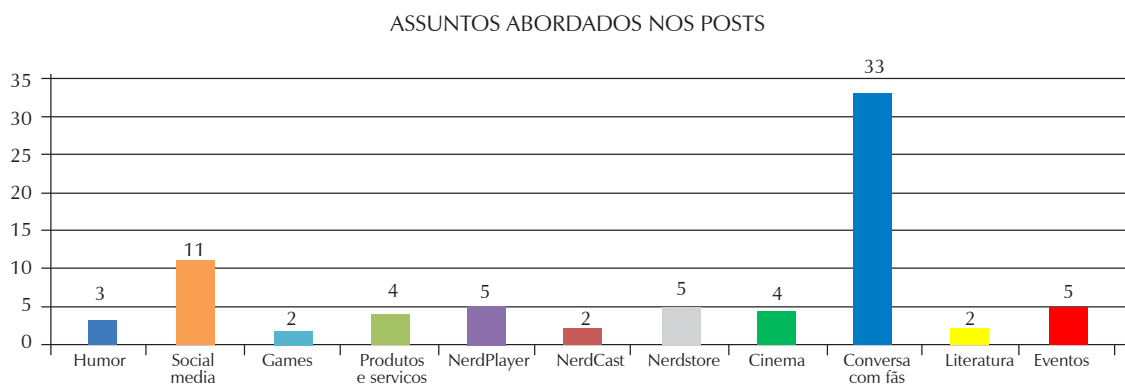


linha horizontal de dados: Categorias identificadas

linha vertical de dados: Incidência de postagens

FONTE: Os autores (2015)

GRÁFICO 9 – Categorias identificadas no Twitter



linha horizontal de dados: Assunto

linha vertical de dados: Incidência de postagens

FONTE: Os autores (2015)

2.5 ÉTICA DE PESQUISA

De acordo com a classificação definida a partir da TAB. 2, estamos diante de um ambiente público, onde, tanto na *fanpage* do Facebook quanto no perfil do Twitter, é

possível ter acesso a todas as publicações sem a necessidade de solicitar qualquer tipo de permissão aos moderadores das páginas. As informações estão dispostas ao público, sem qualquer restrição.

QUADRO 2 – Tipologia de ambientes de acordo com a Privacidade

Tipo	Descrição	Exemplos
Ambiente público	Aberto e disponível para todos com acesso à internet. Não requer associação ou registro.	Salas de bate-papo abertas ou páginas na web.
Ambiente semipúblico	Disponível para a maioria das pessoas: Pode ser acessível a qualquer um, mas exige adesão e inscrição.	A maioria das comunidades da web ou sites de redes sociais.
Ambiente semiprivado	Disponível somente para algumas pessoas. Exige filiação e inscrição.	Intranets de empresas e organizações.
Ambiente privado	Oculto ou indisponível para a maioria das pessoas, com acesso restrito ao criador do conteúdo e de seus convidados.	Salas privadas dentro de salas de chat, álbuns de fotos <i>on-line</i> , ou áreas restritas em comunidades com permissão de acesso especificada.

FONTE: Elm (2009 apud VIANA, 2014, p. 26, adaptado)

2.6 CHECAGEM COM OS MEMBROS E *FEEDBACK*

A metodologia da netnografia prevê um fechamento do ciclo de investigação com uma etapa de checagem das informações com membros da comunidade pesquisada e um *feedback* dos resultados da pesquisa após sua conclusão, que também devem ser entregues para os membros da comunidade.

Como não foi obtida resposta na etapa de Entrée Cultural, o fechamento completo da aplicação da metodologia neste caso não pode ser feito.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo, conseguimos identificar a aplicabilidade da metodologia da análise de conteúdo neste atual cenário midiático, em que a mensagem percorre de modo fragmentado, como foi proposto no enunciado do problema.

A entrada a campo, apoiada em instrumentos que a Netnografia fornece, possibilitou a validação da metodologia nos ambientes virtuais sugeridos, disponibilizando uma série de informações e tornando viável a comparação entre os objetos estudados – Facebook e Twitter.

É importante ressaltar que, apesar de este estudo ter utilizado apenas duas plataformas, conforme citamos anteriormente, entendemos que foi estabelecida desde então uma oportunidade para que outros ambientes virtuais também possam ser estudados, amplificando a pesquisa aqui iniciada.

Com a análise dos dados apurados, entendemos que apesar de a metodologia de análise de conteúdo ter sido desenvolvida antes do surgimento da internet e dos respectivos ambientes desta, ela é adequada e pode ser aplicada como método para análise comparativa entre plataformas de interação *on-line*, das quais, para este estudo, tomamos como referência o Facebook e o Twitter.

Não restam dúvidas de que esta pesquisa dispõe de suprimentos suficientes para continuidade dos estudos neste campo, estendendo-se para outros ambientes de interação na internet, motivando o desenvolvimento de pesquisas subsequentes e novos artigos científicos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Cadernos da Escola de Comunicação**, Curitiba, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/4829/3687>>. Acesso em: 10 fev. 2015.
- BARDIN, L. (1997). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.
- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-213.
- FACEBOOK. Disponível em: <<http://www.facebook.com>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KOZINETTS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. São Paulo: Penso, 2014.
- JOVEM NERD (jovemnerd). “A vantagem de ver Star Wars agora é a certeza de um final feliz. 19 de outubro de 2014, 22:56 pm. Tweet. Disponível em: <<https://twitter.com/jovemnerd/status/524001102552113152>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- JOVEM NERD (jovemnerd). “Eu não quero um sabonete que mate 99,9% das bactérias. Quero um que mate esse 0,01% de super bactérias!”. 17 de outubro de 2014, 01:45 am. Tweet. Disponível em: <<https://twitter.com/jovemnerd/status/522971717493604352>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- JOVEM NERD (jovemnerd). “Shadow of Mordor é muito, MUITO melhor do que eu esperava! I-RA-DO!”. 5 de outubro de 2014, 22:50 pm. Tweet. Disponível em: <<https://twitter.com/jovemnerd/status/518941352013598721>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- JOVEM NERD. Página do Facebook. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/jovemnerd/?ref=br_rs>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- NOVELLI, M. Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a internet? **Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 108-133, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/OC/article/viewArticle/2697>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- ROCHA, P. J.; MONTARDO, S. P. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. **E-Compós**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-22, 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewArticle/55>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- TWITTER. Disponível em: <<http://www.twitter.com>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- VIANA, L. R. **Presença online**: estratégias e práticas discursivas da relação desintermediada entre coenunciadores no Twitter. 2014, 360 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Linguagens) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.